UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

BEATRIZ SOUZA BARRAL

AS SALAS/CLASSES MULTISSERIADAS NAS ESCOLAS DO CAMPO: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS

RIO DE JANEIRO

2025

BEATRIZ SOUZA BARRAL

AS SALAS/CLASSES MULTISSERIADAS NAS ESCOLAS DO CAMPO: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Linha de pesquisa: Política e Instituições Educacionais

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Mariane Campelo Koslinski

RIO DE JANEIRO

MAIO DE 2025

CIP - Catalogação na Publicação

S268s

Souza Barral, Beatriz
As Salas/ Classes Multisseriadas nas Escolas do Campo: desafios, possibilidades e oportunidades educacionais / Beatriz Souza Barral. -- Rio de Janeiro, 2025.
473 f.

Orientador: Mariane Campelo Koslinsky.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, 2025.

1. Estudo Longitudinal. 2. Educação do Campo. 3. Educação Infantil. 4. Enturmação. 5. Classes Multisseriadas. I. Campelo Koslinsky, Mariane, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

BEATRIZ SOUZA BARRAL

AS SALAS/CLASSES MULTISSERIADAS NAS ESCOLAS DO CAMPO:
desafios, possibilidades e oportunidades educacionais

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Linha de pesquisa: Política e Instituições Educacionais

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Mariane Campelo Koslinski

Aprovada em Rio de Janeiro, seis de maio de dois mil e vinte e cinco.

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof.ª Dr.ª Mariane Campelo Koslinski (orientadora)
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

_____
Prof. Dr. Salomão Antônio Mufarrej Hage
Universidade Federal do Pará (UFPA)

_____
Prof. Dr. Dileno Dustan Lucas de Souza
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

_____
Prof.ª Dr.ª Sofia Lerche Vieira
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

_____
Prof. Dr. Rodrigo Pereira da Rocha Rosistolato
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Dedico a todas as crianças e suas famílias do campo, nossa luta é constante para manter nossas escolas abertas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Mariane Koslinski, minha orientadora. Que aceitou meu projeto mesmo sem nenhum contato prévio, e não duvidou que o terminaria com êxito, mesmo quando eu mesma não acreditava. Incentivando e apoiando de todas as formas, buscando recursos financeiros e técnicos para momentos cruciais desta pesquisa, não me deixando solitária em nenhum momento. Tendo muita paciência em compartilhar seus saberes, sentar junto sempre que requisitada e explicando incontáveis vezes os passos necessários para uma análise com controle de vieses.

À Anita, amiga de pesquisa querida, que já havia despertado o olhar sobre as turmas multietárias nas salas do Rio de Janeiro e percebido que havia um diferencial positivo no desenvolvimento das crianças dessas turmas o que possibilitou minha entrada no grupo LAPOPE, quando apresentei o projeto na seleção do doutorado. E, também presente em todos os momentos, sobretudo no mais difícil e delicado que foi a revisão sistemática, não tenho dúvidas, não teria conseguido sem você.

À Emília, superamiga, como agradeço ao Universo por a ter colocado no meu caminho e ainda sermos vizinhas nessa cidade única que é o Rio de Janeiro. Acolheu-me demais, foi companheira no ônibus, no metrô, no RU, nas disciplinas e nos cafés. Você foi esplêndida na pesquisa e fora dela.

Às primas Roberta e Isabela, que me acolheram com tanto amor em sua casa. Vocês tornaram todos os momentos leves e divertidos. Sem dúvidas, vou sentir muita falta de nossas convivências e confidências semanais, quando chegava exausta e nossas conversas aliviavam todo o fardo.

À minha mãe Marília, que como sempre, me apoiou mesmo ficando extremamente preocupada com o deslocamento semanal para o Rio de Janeiro, tenho certeza de que todas as suas orações me protegeram. Por isso, eu só vivi bons momentos, e o Rio, em minhas lembranças, é a Cidade Maravilhosa, apesar de todo o caos que a caracteriza. Aos meus filhos, Cauê e Nailê, que por serem adolescentes, até gostavam da minha ausência, como é característico dessa fase. Mas, sempre demonstraram entender a importância desta formação para nossa vida e sempre torceram para meu sucesso. Visto que, vivenciam que ele sempre é para nós.

Ao Dileno, amigo querido que a pesquisa me trouxe e que acabou ficando para a vida. Sempre me incentivou a buscar novos ares para a formação, foi o primeiro a ler o projeto de doutorado e validar que eu tinha boas chances. Agradeço também por se fazer presente em

tantos momentos desta caminhada, com conversas valiosas sobre o andamento da pesquisa.

A todas companheiros do LAPOPE, nossas reuniões semanais eram momentos de muito aprendizado e boas risadas. Como eu sinto falta de estar com vocês. Agradeço carinhosamente as meninas Mariana, Daniele, Isabel, Maria Eduarda, Ana Carolina, Emília e Anita que tiveram a coragem de mergulhar na revisão sistemática, uma metodologia que só quem já fez sabe o quanto é árdua. Assim, como agradeço à bibliotecária Érica Resende que no início foi imprescindível para que conseguíssemos caminhar na revisão.

À Secretaria Municipal de Educação de Lima Duarte por autorizarem a pesquisa no município.

Às famílias que autorizaram as crianças a participarem da pesquisa, e às crianças, que aceitaram o convite e transformaram os testes em momentos lúdicos e divertidos. Foi muito bom perceber o quanto gostam de demonstrar o que sabem e estão abertas ao novo.

À Câmara Municipal de Vereadores que autorizou a pesquisa nos livros de atas permitindo a escrita da história educacional e do fechamento das escolas.

Aos profissionais que aceitaram o convite das entrevistas, contribuindo para elucidar as mudanças ocorridas no município e como as decisões foram tomadas. Essas entrevistas foram fundamentais para o processo.

Às famílias que concederam entrevistas, explicitando o cotidiano das crianças que passam longas horas no transporte escolar. Ouvir as suas histórias, compreender como lidam com a realidade imposta pela ausência de escolas nas comunidades e como incentivam suas crianças a não desistirem é profundamente tocante. Conhecer essas famílias, saber o rostinho de cada criança que vive a situação retratada nesta tese, me traz mais responsabilidade nessa luta contra o fechamento das escolas.

Aos professores e professoras da UFRJ, todas as trocas foram fundamentais no meu percurso acadêmico, contribuindo imensamente para a pesquisadora que estou me tornando.

Aos professores Rodrigo, Salomão, Dileno e à professora Sofia, por aceitarem o convite para a banca de defesa, permitindo a concretização deste sonho de concluir o doutorado.

À FAPERJ pelo financiamento do projeto, e à CAPES, pela bolsa concedida no final do doutorado. Ambas instituições desempenharam um papel fundamental no incentivo à pesquisa.

Minha sincera gratidão.

Se o mundo ficar pesado
Eu vou pedir emprestado
A palavra poesia

Se o mundo emburrecer
Eu vou rezar pra chover
Palavra sabedoria

Se o mundo andar pra trás
Vou escrever num cartaz
A palavra rebeldia

Se a gente desanimar
Eu vou colher no pomar
A palavra teimosia

Se acontecer afinal
De entrar em nosso quintal
A palavra tirania

Pegue o tambor e o ganzá
Vamos pra rua gritar
A palavra utopia

Samba da Utopia – Ceumar

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo realizar um estudo robusto sobre salas/classes multisseriadas em um pequeno município mineiro, Lima Duarte. Mais especificamente, a tese faz parte do projeto "Turmas multietárias e desenvolvimento cognitivo na Educação Infantil: efeitos e processos" desenvolvido pelo Laboratório de Pesquisa em Oportunidades Educacionais (Lapope) que conta com o financiamento da Faperj (Edital Cientista do Nosso Estado - 2022). As questões que regem o estudo são: Quais são os efeitos das turmas multisseriadas para o desenvolvimento cognitivo das crianças no início da escolarização obrigatória no campo? Que processos explicam os efeitos observados, considerando: a localização da escola, o tipo de organização (seriada ou multisseriada) e o uso do transporte escolar. Para respondê-las utilizamos três estratégias metodológicas. A primeira consiste em uma revisão sistemática que se propôs a investigar a primeira questão: qual o impacto de turmas multisseriadas em contextos rurais no desenvolvimento cognitivo das crianças no início do processo de escolarização. Contudo, a Revisão Sistemática nos mostrou que faltam estudos com desenhos robustos para a realização de inferências causais sobre a multisseriação. Além disso, não há consenso entre os seis artigos encontrados sobre os efeitos das turmas multisseriadas. A segunda estratégia, que envolveu pesquisa documental e entrevistas com algumas famílias das crianças participantes, assim como com ex-funcionários municipais e estaduais do município pesquisado, teve como objetivo compreender melhor o contexto do fechamento das escolas em Lima Duarte. Essa investigação demonstrou que a logística do transporte escolar não foi planejada juntamente com o fechamento compulsório das escolas do campo, tornando-se, até os dias atuais, um grande problema para a gestão pública e um tormento para as famílias cujas crianças dependem desse transporte. A terceira estratégia envolveu um estudo com desenho longitudinal e análises multivariadas para compreender os efeitos das turmas multisseriadas e do uso do transporte escolar — por crianças que vivem em territórios camponeses — no desenvolvimento cognitivo das crianças que frequentam a pré-escola e o 1º ano do ensino fundamental (5 e 6 anos) na rede pública deste município. Para a realização dessas análises, realizamos uma coleta no início e no final do ano letivo de 2022, avaliando o desenvolvimento cognitivo de uma amostra de aproximadamente 200 crianças por meio de uma adaptação do instrumento PIPS (Performance Indicators in Primary School). Além disso, as análises incluíram dados contextuais das famílias e das escolas, coletados a partir de questionários aplicados aos responsáveis, professores e diretores das escolas participantes. As análises sugerem que as crianças matriculadas em escolas do campo e/ou em salas multisseriadas apresentam desenvolvimento cognitivo similar ou superior ao grupo de crianças que estudam

em escolas da cidade. Os resultados encontrados não apóiam os argumentos de fechamento de escolas do campo baseado na ideia do desenvolvimento das crianças ser prejudicado neste contexto estudado.
Palavras-chave: Estudo Longitudinal; Educação do Campo; Educação Infantil; Enturmação; Classes Multisseriadas;

ABSTRACT

This research aimed to conduct a robust study of multi-grade classrooms in Lima Duarte, a small municipality in Minas Gerais. More specifically, the thesis is part of the project "Multi-grade Classes and Cognitive Development in Early Childhood Education: Effects and Processes," developed by the Educational Opportunities Research Laboratory (LAPOPE), which is funded by FAPERJ (Cientista do Nosso Estado - 2022). The questions guiding the study are: What are the effects of multi-grade classes on children's cognitive development at the beginning of compulsory schooling in rural areas? What processes explain the observed effects, considering: school location, type of organization (serial or multi-grade), and use of school transportation? To answer these questions, we used three methodological strategies. The first consists of a systematic review that aimed to investigate the first question: what is the impact of multi-grade classes in rural contexts on children's cognitive development at the beginning of schooling? However, the Systematic Review revealed a lack of studies with robust designs for making causal inferences about multi-grade classes. Furthermore, there is no consensus among the six articles found regarding the effects of multi-grade classes. The second strategy, which involved documentary research and interviews with some of the families of the participating children, as well as with former municipal and state employees of the municipality under study, aimed to better understand the context of school closures in Lima Duarte. This investigation demonstrated that school transportation logistics were not planned along with the compulsory closure of rural schools, becoming, to this day, a major problem for public administration and a torment for families whose children depend on this transportation. The third strategy involved a study with a longitudinal design and multivariate analyses to understand the effects of multi-grade classes and the use of school transportation—by children living in rural areas—on the cognitive development of children attending preschool and first grade (ages 5 and 6) in the public school system of this municipality. To conduct these analyses, we collected data at the beginning and end of the 2022 school year, assessing the cognitive development of a sample of approximately 200 children using an adaptation of the PIPS (Performance Indicators in Primary School) instrument. Furthermore, the analyses included contextual data from families and schools, collected through questionnaires administered to parents, teachers, and principals of the participating schools. The analyses suggest that children enrolled in rural schools and/or in multi-grade classrooms have similar or superior cognitive development to children enrolled in urban schools. The results do not support arguments for closing rural schools based on the idea that children's development is harmed in this context.

Keywords: Longitudinal Study; Rural Education; Early Childhood Education; Grouping; Multi-grade Classes

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Organograma com os resultados da Revisão Sistemática por etapa 50
Figura 2 Desenho do estudo 140

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Critérios de Inclusão e Exclusão 49
Quadro 2: Dados extraídos dos artigos selecionados nesta Revisão 51
Quadro 3 - Critérios para avaliação dos artigos 65
Quadro 4 - Pontuação dos Artigos 66
Quadro 5 - Escolas ativas e inativas do município de Lima Duarte 71
Quadro 6 - número de escolas e modalidades oferecidas em 2024 74
Quadro 7 - Estrutura física das escolas 96
Quadro 8 - Variáveis dependentes e variáveis explicativas 152
Quadro 9: Estatística descritivas das variáveis utilizadas nas análises (Pré-escolar) 153
Quadro 10: Estatística descritivas das variáveis utilizadas nas análises (1º ano) 153
Quadro 11: Tamanho do Efeito: Escola do Campo x Escola da Cidade 162
Quadro 12: Tamanho do Efeito: Multisseriadas Campo x Seriadas da Cidade 174
Quadro 13: Tamanho do Efeito: Seriadas Campo x Seriadas da Cidade 175
Quadro 14: Tamanho do Efeito: Transporte escolar X Sem transporte escolar 185

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Nível socioeconômico (NSE) das crianças residentes referentes à localização do local de estudo 156
Gráfico 2 - Boxplot Nível socioeconômico (NSE) de acordo com localização da escola 157
Gráfico 3 - Desenvolvimento em matemática e linguagem no pré-escolar (escola do campo e da cidade).....158
Gráfico 4 Desenvolvimento em matemática e linguagem no 1º ano (escola do campo e da cidade)...158
Gráfico 5 Nível socioeconômico (NSE) de acordo com o tipo de turma (Pré-escolar) 166
Gráfico 6 Boxplot NSE pré-escola: tipo de turma 166
Gráfico 7 - Desenvolvimento em matemática e linguagem na pré-escola de acordo com tipo de turma 167
Gráfico 8 NSE 1 ano de acordo com o tipo de turma.....168
Gráfico 9 Boxplot nível socioeconômico do 1º ano: tipo de turma.....168
Gráfico 10 Desenvolvimento em matemática e linguagem no 1 ano de acordo com tipo de turma 169
Gráfico 11 - NSE de acordo com o tempo em transporte escolar 178
Gráfico 12 Box plot Nível socioeconômico Pré-escolar: transporte.....178
Gráfico 13 Box plot Nível socioeconômico 1º ano: transporte.....179
Gráfico 14 - Desenvolvimento em matemática e linguagem pré-escolar de acordo com o tempo no transporte escolar 180
Gráfico 15 Desenvolvimento em matemática e linguagem 1 ano de acordo com o tempo no transporte escolar 181

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Série Histórica dados escolas rurais multisseriadas seguindo os marcos normativos da Educação Básica do Campo 40
Tabela 2: Turmas multietárias / multisseriadas....46
Tabela 3: Educação Infantil....46
Tabela 4: Número de trabalhos encontrados por base....47
Tabela 5 - Universo das crianças e amostra de acordo com o local de moradia e etapa escolar....141
Tabela 6 - Taxa de participação/ casos válidos Onda 1 e 2....142
Tabela 7 - Número de crianças participantes da pesquisa e taxa de resposta....155
Tabela 8 - Modelos de regressão linear estimando linguagem e matemática na entrada do 2º período da Educação infantil e localização da escola 159
Tabela 9 - Modelos de regressão linear estimando linguagem e matemática na entrada do 1 ano do Ensino Fundamental e localização da escola 161
Tabela 10 - N de crianças participantes da pesquisa e taxa de resposta por tipo de turma 165
Tabela 11 - Modelos de regressão linear estimando linguagem e matemática na entrada do 2º período da educação infantil (pré-escola) e tipo de turma (multisseriada / seriada) 171
Tabela 12 - Regressão linear estimando linguagem e matemática no 1 ano do Ensino Fundamental de acordo com tipo de turma (multisseriada e seriada)....173
Tabela 13 - N de crianças de acordo com etapa escolar e uso do transporte....177
Tabela 14 - Modelos de Regressão linear estimando linguagem e matemática no 2º pré-escolar da educação infantil e tempo no transporte escolar 182
Tabela 15 - Modelos de Regressão linear estimando linguagem e matemática na entrada do 1º ano do Ensino Fundamental e tempo no transporte escolar....183

Lista de siglas

ASER Anual Status of Education Reports

AYP Adequateyearlyprogress

CEB Conselho da Educação Básica

CFCH Centro de Ciências Humanas

CNE Conselho Nacional de Educação

ERIC Educational Resources Information Center

FAPERJ Fundo de Amparo a Pesquisa do Rio de Janeiro

FHC Fernando Henrique Cardoso

FONEC Fórum Nacional de Educação do Campo

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LAPOPE Laboratório de Pesquisa em oportunidades educacionais

LDB Lei de Diretrizes e Bases

MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NSE Nível Socioeconômico

PIPS Perfomance Indicators in Primary School

PRONERA ProgramaNacionaldeEducaçãonaReformaAgrária

SASS Schools and Sttafing Survey

TRAME Trabalho, Movimentos Sociais Populares e Educação

UFJF Universidade Federal de Juiz de Fora

UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro

WOS Web of Science

SUMÁRIO

1 Introdução 16
2 Educação Rural e Educação do Campo 23
2.1 Educação Rural versus Educação do Campo 23
2.2 Classes Multisseriadas: uma forma de consolidar a Política Educacional da Educação do Campo 30
2.3 Escolas do Campo X Fechamento, Nucleação e Transporte 39
3 Efeitos de turmas multisseriadas em contextos rurais: uma revisão sistemática 43
3.1 A revisão sistemática 43
3.2 A construção da Revisão sistemática 44
3.2.1 Questão a ser pesquisada 44
3.2.2 Fonte de dados 44
3.2.3 Seleção das palavras-chave 45
3.2.4 Quarta etapa – Busca e armazenamento dos resultados 47
3.2.5 Seleção dos artigos – leitura de títulos e resumos 48
3.2.6 Extração dos dados dos artigos selecionados 51
3.2.7 Descrição dos artigos 57
3.2.8 Avaliação dos artigos 63
3.2.9 Síntese e interpretação dos dados dos artigos 66
4 O Sistema municipal de Educação 71
4.1 Rede de Ensino 71
4.1.1 Histórico do Sistema de Educação de Lima Duarte 71
4.2 Caracterização das Comunidades Rurais do município 75
4.3 Percepção pós entrevistas 95
4.4 Estrutura Física das Escolas 95
4.5 Educação do Campo no município 96
5 O histórico do fechamento de escolas em Lima duarte 99
5.1 O fechamento das escolas do campo no município de Lima Duarte 99
5.1.1 1ª fase de fechamento das escolas 100
5.1.2 2ª fase de fechamento das escolas 108
6 Desenvolvimento cognitivo no início da escolarização em escolas urbanos e no campo 140
6.1 Desenho do estudo e instrumento de coleta de dados 140
6.2 Amostra do estudo 141
6.3 Instrumentos utilizados no estudo 142
6.4- Procedimentos de coleta de dados 143
6.5 Ocorrências durante a pesquisa em cada escola 146
6.6 Análise dos dados 150
6.6 Contextualização do início do ano letivo de 2022 154
6.7 1º bloco de análise – Escolas do Campo x Escolas da Cidade 155
6.8 2º Bloco de análise – tipos de turmas (multisseriadas no campo, seriadas no campo,

multisseriadas na cidade e seriadas na cidade)....164
6.9 3º Bloco de análise – Transporte escolar....176
6.11 Conclusão....186
7 Considerações finais....188
Referências Bibliográficas....198
ANEXO....205
Entrevista Com Professora Que Passou Pelo Processo De Municipalização Em 1998....205
Entrevista com responsável pelo transporte escolar – 10/10/24....212
Entrevista com a Secretária de educação na época da municipalização....221
Roteiro da entrevista com responsáveis das crianças que utilizam transporte e participam da pesquisa....223
Entrevistas realizadas com responsáveis das crianças....225
Atas digitalizadas....228

1 INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objeto de estudo as salas /classes multisseriadas na Educação do Campo. O diferencial deste estudo em relação a pesquisas anteriores desenvolvidas sobre o tema no contexto brasileiro foi a busca de evidências sobre os efeitos desse tipo de agrupamento na aprendizagem de crianças no início da escolarização. Ao longo do trabalho nos deparamos com situações conflitantes de termos utilizados nos diversos campos da presente pesquisa (na Educação do Campo e a na Educação Infantil) e pelo uso de estratégias metodológicas quantitativas com dados gerados a partir de uma avaliação externa com instrumento padrão de avaliação com crianças de 5 e 6 anos, no início da trajetória escolar obrigatória no Brasil, final da educação infantil e início do Ensino Fundamental.

No título da tese já ocorre a primeira desavença de termos, como chamar os espaços de aprendizagem: salas, classes, turmas? Na Educação Infantil, temos as salas como espaços de referências para as crianças e um dos locais onde também ocorre a aprendizagem. Não há a menção de salas de aulas neste período do desenvolvimento da criança. Contudo, na Educação do Campo se utiliza o termo Escolas ou turmas multisseriadas e no Thesaurus das bases de dados o termo indexado é o de Classes multisseriadas. Classes não é um termo utilizado no campo de pesquisa da Educação infantil. Dessa forma, percebe-se que a escolha do título não foi uma tarefa simples, pois precisava englobar as diferentes dimensões abordadas nesta pesquisa: sua atuação na Educação do Campo, na Educação Infantil e, ainda, o uso de thesaurus para a definição dos termos. Definimos o título "As Salas/Classes Multisseriadas na Educação do Campo: Desafios, possibilidades e oportunidades educacionais" por estarmos englobando a educação infantil e o ensino fundamental.

Este estudo dá continuidade à pesquisa iniciada no ano de dois mil e quinze, a partir da minha participação em um grupo de pesquisa TRAME/UFJF (Trabalho, Movimentos Sociais Populares e Educação) em Lima Duarte. Na época, a apresentação do Plano Decenal Municipal de Educação desse município, para a sua comunidade escolar, propunha a nucleação de uma escola do campo e a municipalização dos anos finais do ensino fundamental de uma escola estadual. Esta situação foi a mola propulsora para as ações de militância das quais me envolvi contra o fechamento de escolas em Lima Duarte e que desencadeou hipóteses e ensejos que me conduziram à pesquisa acadêmica.

Esta previsão alvoroçou os professores da rede estadual e municipal contra esta ação, e por isso questionamentos foram levados à Câmara Municipal e assim conseguiu-se debater novamente o plano, fazer modificações e apontar garantias para o campo, retirando a nucleação

da escola do campo, a municipalização dos anos finais do fundamental e reforçando a necessidade da creche em um território rural[1]. Os argumentos apresentados na audiência pública foram que a nucleação[2]: i) causaria o aumento do êxodo/expulsão rural e violência urbana, ii) exporia a segurança física e psíquica das crianças, iii) levaria à desvalorização da identidade cultural do campo, ou seja, a perda do sentimento de pertencimento de um grupo social, de patrimônios culturais imateriais. Mais detalhes sobre o imbróglio que se formou a partir desta apresentação será relatada no capítulo 4, no qual contextualizo o histórico de fechamento das escolas do município de Lima Duarte a partir do ano de 1997 até os dias atuais.

Na minha prática docente como professora da Escola do Campo desde 2006, sendo também moradora do município pesquisado e acompanhando o que identifiquei, no capítulo 4 deste trabalho, como a segunda fase do processo de fechamento das escolas em Lima Duarte, percebo a presença de discursos contrários à organização multisseriada, sem qualquer evidência ou embasamento científico, sustentados apenas por falas do senso comum que carregam um forte preconceito, discriminação e desvalorização da cultura camponesa. Trago hipóteses diferentes das do senso comum sobre classes multisseriadas: (i) a multisseriação não acarreta danos ao desenvolvimento cognitivo das crianças no município de Lima Duarte (ii) crianças do campo que precisam tomar transporte escolar para áreas urbanas apresentam menor desenvolvimento cognitivo que as crianças do campo que permanecem em escolas nas áreas rurais. Esta minha impressão se dá pelo fato de no ensino médio ter alunos(as) oriundos da organização seriada e multisseriada e perceber variação do desempenho (um bom ou mau desempenho) em ambos os grupos, sabendo que outros fatores podem estar envolvidos na motivação ou não do sucesso escolar, mas não o fato da organização de turmas que estudaram. Outro fator que me chamava a atenção enquanto professora é como o transporte escolar poderia estar prejudicando o desenvolvimento cognitivo dos alunos que o utilizavam, pois durante todos esses anos percebi que muitas vezes não conseguiam estar assíduos todo o ano letivo, já que nas épocas das chuvas é comum ficarem sem estradas nos territórios rurais para a cidade, o fato também do transporte estragar e não ter veículos para substituir, ou mesmo demorar a licitar carros para todas as linhas. São essas percepções que me motivaram a buscar respostas, pois o fechamento das escolas, a culpa sobre a organização multisseriada é algo que para mim não faz

[1] Distrito rural com economia baseada no turismo e com demanda das mulheres por uma creche.

[2] Nucleação das escolas do campo: uma escola com baixo número de matrículas é paralisada e os alunos dessa comunidade são encaminhados para outra escola com mais matrículas. Intensificando o uso do transporte escolar para trânsito dos alunos(as) e o fechamento de escolas do campo. (RODRIGUES, A.C.S; MARQUES, D.F; RODRIGUES, A.M; DIAS, G.L**. Nucleação de Escolas no Campo: conflitos entre formação e desenraizamento**. Educação e Realidade. N42, 2017. https://doi.org/10.1590/2175-623657687

sentido, pois abrange altos custos culturais, sociais e econômicos.

No entanto, o que chama atenção, tendo a Educação do Campo como objeto de estudo é que a situação educacional nas comunidades rurais de nosso país continua a enfrentar inúmeros desafios e infortúnios, apesar do avanço das legislações para assegurar esta modalidade educacional, assim: a expulsão das famílias camponesas de seus territórios[3] originários e desvalorização de suas territorialidades; a falta de investimento por parte dos órgãos públicos que preferem nuclear escolas, esvaziando-as aos poucos, o que acarreta o seu posterior fechamento (KREMER, 2007). Deste modo, reforça aqui a importância da discussão e do fortalecimento de políticas públicas e pesquisas para acompanhar essa realidade invisibilizada, com foco nas classes multisseriadas.

Esta pesquisa surge com a necessidade de acompanhar, com dados qualitativos e quantitativos, o desenvolvimento cognitivo das crianças rurais no início da trajetória escolar, ao investigar os efeitos do deslocamento de crianças pequenas do campo para a cidade na aprendizagem, o local de estudo (escola do campo e da cidade) e a organização de turmas (seriadas e multisseriadas).

Este estudo, se diferencia dos demais do campo de pesquisa da Educação do Campo por trabalhar com um instrumento de medida padronizado *Perfomance Indicators in Primary School* (PIPS) que mensura o desenvolvimento cognitivo em linguagem e matemática no início da trajetória escolar obrigatória no Brasil. Esta forma de pesquisa, que busca evidências causais no desenvolvimento das crianças camponeses, com a metodologia aqui apresentada não tem sido interesse dos estudos de Educação do Campo, e nem do governo federal quando exclui as classes multisseriadas das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), não oferecendo os dados necessários para pesquisas como essa. Além disso, contamos com poucos estudos no Brasil que tenham medidas de desenvolvimento cognitivo e/ ou aprendizagem de crianças no início da escolarização obrigatória (mesmo para contextos urbanos e turmas seriadas). Contudo, na realidade estudada, se fez imprescindível a construção, também, de dados quantitativos, além dos qualitativos, para debater a percepção do senso comum que as multisséries têm prejudicado o desenvolvimento dos alunos. Nós, partimos da hipótese de que há outros fatores, que vão além da organização de turmas, que podem exercer impactos negativos no desenvolvimento das crianças, entre eles: o transporte escolar, o nível

3Território não é apenas um espaço que delimita a soberania de um Estado, mas contém identidades dinâmicas e mutáveis. A sociedade se territorializa, o território é sua essência material, contudo consideremos também o imaterial presente neste espaço sem abrir mão da matéria. Sabendo que nos apropriamos do que faz sentido para nós, que há significado, e, portanto, se faz simbólico. PORTO GONÇALVES (2002).

socioeconômico e o distanciamento da criança do seu meio cultural e social camponês, quando é deslocada para a cidade com o fechamento das escolas do campo.

Assim, as seguintes questões norteiam a presente pesquisa: Quais o efeito das turmas multisseriadas para o desenvolvimento cognitivo das crianças no início da escolarização obrigatória no campo? Que processos explicam os efeitos observados, considerando: a localização da escola, o tipo de organização (seriada ou multisseriada) e o uso do transporte escolar por mais de quarenta minutos diários. A tese parte das seguintes hipóteses: (i) crianças do campo que precisam tomar transporte escolar para áreas urbanas apresentam menor desenvolvimento que as crianças do campo que permanecem em escolas nas áreas rurais; (ii) a multisseriação não acarreta danos ao desenvolvimento cognitivo das crianças no município de Lima Duarte. Percorremos a trajetória apresentada nos capítulos, nos quais em cada um deles apresento a estratégia metodológica.

Além deste capítulo introdutório esta tese está dividida em mais seis capítulos.

O Capítulo 2, apresenta um histórico das conquistas das legislações pelo povo camponês que buscam assegurar as especificidades da Educação do Campo. A partir da pesquisa nacional nos bancos de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), as análises descrevem o fechamento de escolas do campo e de escolas com turmas multisseriadas que ocorre em todo o país de forma intensa. Este fato ocorre de forma contraditória, a medida que a legislação garante legalmente direitos à educação do campo como marco dessa luta. Temos o ano de 1998, com a Conferência Nacional "Por uma Educação Básica do Campo", defendendo uma autonomia de organização dos tempos e espaços, uma pedagogia diferenciada de acordo com a cultura camponesa, transporte escolar, fundos específicos para esta modalidade de ensino, entre outros, o fechamento de escolas do campo se intensifica. Chamo a atenção para as classes multisseriadas, organização presente não só nos campos brasileiros, mas também nos territórios camponeses do mundo todo, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento.

O Capítulo 3, apresenta os resultados de uma Revisão sistemática, estratégia metodológica escolhida por permitir, de uma forma organizada e não enviesada, a busca e análise de artigos nas bases de dados escolhidas: *Web of Science* (WOS), Psycoinfo, *Educational Resources Information Center* (ERIC) e Scopus. Esta busca ocorreu com os termos escolhidos após inúmeras pesquisas em tesauros e programação de combinações nos campos de buscas das bases. A demanda por esta revisão ocorreu a partir da não identificação no contexto brasileiro de pesquisas que mediam o efeito ou impacto da organização multisseriada no desenvolvimento das crianças. Como questão a ser respondida nesta etapa, colocamos: "Qual

o efeito das turmas multisseriadas/multietárias no desenvolvimento cognitivo / acadêmico de crianças, que vivem em comunidades rurais, na Educação Infantil e na educação primária (equivalente aos anos iniciais do Ensino Fundamental no Brasil) no contexto mundial?" Nesta busca ampla nos deparamos com apenas 6 artigos que se propunham a mensurar os efeitos de classes multisseriadas em comparação com classes seriadas, no desenvolvimento cognitivo e/ou aprendizagem das crianças. Ou seja, também nos deparamos com a falta de pesquisas sobre efeitos de classes multisseriadas rurais no contexto internacional. Dentre os estudos encontrados, observamos pesquisas com desenhos de estudo com baixa validade interna, ou seja, com baixa qualidade no que diz respeito a inferências causais.

O Capítulo 4, apresentei o município de Lima Duarte, com o objetivo de contextualizar o território onde a pesquisa ocorre, a estrutura física das escolas do município e os territórios rurais que o constituem com suas particularidades. Todas os territórios rurais do município possuem pontos de estradas que ficam intransitáveis nas épocas de chuva, como foi apontado nas reuniões da Câmara e nas entrevistas com as famílias no capítulo 4. Sendo assim, as crianças do transporte escolar em algum ou alguns momentos do ano letivo ficam sem poder estar presente às aulas. O município de Lima Duarte já contou com 55 escolas e atualmente possui 22 escolas (incluindo escolas municipais, estaduais e particulares). Não há diferença dos recursos profissionais entre as escolas municipais. Assim, divido o município em 4 territórios rurais, e os caracterizo de acordo com suas particularidades. A realidade desses territórios é bem diferente umas das outras. Sendo que, o território 1, é uma região distante do município com grande parte de suas terras tomadas pela monocultura de eucalipto e com fazendas e sítios de agricultores familiares. No território 2, tem turismo rural bem consolidado com um parque estadual e reservas particulares de preservação ambiental, tem a presença de dois grandes empresários que neste momento contribuem para a conservação natural e cultural desta região, além de centenas de pequenos empreendedores. O território 3, é uma região onde se intensifica nos investimentos em turismo rural com a implementação de um novo parque estadual. Já o território 4, são de comunidades que ficam à margem da BR 267 e possui grande ligação com a cidade de grande porte, Juiz de Fora. Neste capítulo, também apresento as entrevistas com familiares de crianças que participam desta pesquisa. E o objetivo é fazer que os dados estatísticos se tornem mais claros, compondo com a metodologia qualitativa, um olhar que ajuda a explicar os processos e interpretar os resultados reportados no capítulo 6.

O Capítulo 5, traz registros da pesquisa documental realizado nos livros de leis municipais entre os períodos de 1997 a 2023, assim como dos livros de atas da câmara municipal a partir do ano de 2001 até 2022, do município de Lima Duarte, no qual ocorreu o levantamento de dados para a continuidade da pesquisa desta tese e nos auxiliarem no entendimento do fechamento das escolas locais. As discussões dos discursos que foram

registrados na câmara municipal apresentados neste capítulo sobre custos com transporte escolar, desenvolvimento cognitivo das crianças em salas multisseriadas e no transporte escolar, a saída da criança para longe da sua família e da sua comunidade e os riscos inerentes a viagem em estradas com manutenção inadequada. Todos os argumentos, independentes de serem favoráveis ou contrários às salas multisseriadas, não tinham respaldo em evidências sobre como essas interseccionalidades influenciavam a vida das crianças. Essa angústia, que percebemos nos embates políticos registrados neste capítulo, e o fato de estar presente em muitas dessas discussões, fez nascer a demanda de ir buscar auxílio de como poderíamos responder com dados todas essas argumentações apresentadas, o que me levou ao Laboratório de Pesquisas de Oportunidades Educacionais (LAPOPE) buscando a orientação da professora doutora Mariane Campelo Koslinski, e enredar essa pesquisa.

O Capítulo 6, apresenta o estudo longitudinal, realizado no ano de 2022, com aplicação de uma adaptação do Teste Pips nas crianças de 5 e 6 anos das escolas municipais de Lima Duarte. O objetivo foi trazer embasamento a partir de dados quantitativos, análises descritivas do nível socioeconômico e desenvolvimento cognitivo em linguagem e matemática, assim como, regressões lineares com análises multivariadas com diferentes controles que objetivou investigar as questões apresentadas no nosso objetivo principal: Quais o efeito das turmas multisseriadas para o desenvolvimento cognitivo das crianças no início da escolarização obrigatória no campo? Que processos explicam os efeitos observados, considerando: a localização da escola, o tipo de organização (seriada ou multisseriada) e o uso do transporte escolar por mais de quarenta minutos diários. As argumentações para este cenário, não deixarão de ser políticas, mas a partir deste trabalho pautarmos em dados a argumentação para as decisões sobre a educação municipal, abrindo caminho para a necessidade de mais pesquisas antes de fechar escolas e colocar crianças no transporte escolar.

Na Conclusão, apresento as considerações finais, a partir de toda a pesquisa realizada e resultados encontrados com as estratégias metodológicas escolhidas.

A saber, como professora, milito constantemente junto as comunidades rurais para a manutenção das suas escolas, auxilio no processo de construir um projeto político pedagógico que dialogue com as legislações da educação do campo, participei do Conselho Municipal de Educação, do Conselho do FUNDEB e estou constantemente na Câmara municipal e Ministério Público lutando para que a Educação do Campo se consolide no município. Contudo, as estratégias metodológicas escolhidas para construir essa pesquisa foram fundamentais para que eu, como pesquisadora conseguisse me afastar do objeto de pesquisa, minimizando os vieses da minha experiência docente e de militância, para conseguir concluir a pesquisa abraçando os

resultados encontrados, com o compromisso de anunciar e dialogar sobre as lacunas desse campo de evidências empíricas quando se trata de classes/ salas multisseriadas.

Estas estratégias foram: a busca de dados no Inep para fazer o histórico de fechamento das escolas do campo, uma revisão sistemática na qual eu busco encontrar pesquisas com inferências causais sobre o desenvolvimento de criança em salas/classes multisseriadas no campo, pesquisa documental para conhecer os discursos apresentados desde 1997 na Câmara municipal, entrevistas com ex-funcionários e famílias das crianças pesquisadas, teste padronizado com crianças de 5 e 6 anos no município de Lima Duarte.

Enfim, espero que a leitura te convide a pensar sobre a Educação do Campo, as classes multisseriadas e a necessidade de construirmos mecanismos mais eficientes na luta em defesa da Educação Pública de Qualidade para todos e todas, independente dos territórios que habita, respeitando a diversidade brasileira em toda a riqueza cultural, social e econômica que é característica desta nação.

2 EDUCAÇÃO RURAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO

O primeiro capítulo apresenta um breve histórico das diferenças das propostas da Educação Rural e da Educação do Campo no Brasil e das origens da multisseriação. A sua definição legal e acadêmica, as percepções positivas e negativas sobre essa organização de turmas e a falta de evidências nacionais dos efeitos e impactos do desenvolvimento cognitivo das crianças que são atendidas nessas classes multisseriadas. A partir dessa apresentação, vamos analisar alguns dos marcos legais da educação do campo e sua dissonância com o fechamento de escolas que culmina com a política de nucleação de escolas e transporte escolar.

2.1 Educação Rural versus Educação do Campo

A Educação Rural se fez presente no Brasil desde a sua constituição enquanto colônia de Portugal. E essa política educacional foi se modificando de acordo com o tempo histórico, social e econômico, uma busca nas constituições federais demonstram essa diferença. No início, uma preocupação em oferecer uma educação básica para uma elite, para que posteriormente completassem seus estudos na Europa e a presença da educação formal, ocorreu com os jesuítas e perdurou no Brasil até meados do século XVIII, uma educação voltada para a elite econômica e social. O trecho a seguir nos conta sobre a sociedade brasileira colonial.

> A economia agroexportadora, baseada na monocultura e no latifúndio, não requeria qualificação e nem diversificação da força de trabalho, composta, em quase sua totalidade, por escravos. Assim como a força de trabalho, a estrutura social era pouco diversificada: escravos, latifundiários, donos de engenho, administradores portugueses (representantes da coroa) e o clero. Mas havia também os brancos que não eram senhores, os negros livres que não eram escravos, os índios, os mestiços que desenvolviam uma série de atividades: técnicos que trabalhavam nos latifúndios como escrivães, capatazes, contadores, pequenos comerciantes, vendedores ambulantes, mascates e os pequenos agricultores. A própria organização da produção assegurava a reprodução da estrutura social, tornando a escola dispensável. Cabia aos jesuítas essa função, mediante a formação dos dirigentes da administração colonial, dos teólogos e dos educadores selecionados dentre os próprios padres da companhia. Assim, a Igreja Católica tornava-se hegemônica na sociedade civil e influenciava fortemente a sociedade política por meio da educação. (CARVALHO, 2021, p.43)

A independência do Brasil de Portugal e a promulgação da Constituição de 1824 culminou com a construção de uma organização nacional da educação, contudo sem muitos detalhes de como isto aconteceria. Na constituição de 1891, pouco avançou na discussão da

educação, deixando claro que não era responsabilidade exclusiva do Estado prover a educação.[4] Era o período de substituição do regime escravocrata para a mão de obra assalariada, o café era o produto valorizado da época e percebia-se um movimento de urbanização e também de necessidade de preparar o trabalhador rural para este novo país que buscava se modernizar. Uma sociedade que se configurava entendendo a demanda de uma maior escolarização. (CARVALHO, 2021; PEREIRA; CASTRO, 2021). Neste momento, sem a necessidade de se preocupar com urbanização ou êxodo rural.

Posteriormente, no período entre guerras e da grande crise econômica de 1929 houve uma necessidade maior de estender os estudos primários e secundários para a formação de uma mão-de-obra profissional técnica tanto nos centros urbanos quanto nos rurais. Com esta nova demanda, a Constituição de 1934, começa a elucidar políticas mais específicas para a educação, citando a necessidade de um Plano Nacional de Educação, de um Conselho de Educação e instituindo um Fundo de educação e um mínimo que cada ente federativo deveria investir. A intenção de fixar o homem no campo foi expressa no parágrafo 4º do artigo 121 da mesma legislação.

> Art. 121 § 4º O trabalho agrícola será objeto de regulamentação especial, em que se atenderá quanto possível, ao disposto neste artigo. Procurar-se-á fixar o homem no campo, cuidar da sua educação rural, e assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento das terras públicas. (BRASIL, 1934)

Percebemos a intenção da constituição de estender a educação formal para trabalhadores urbanos e rurais, pensando-a como uma política pública para atender as necessidades impostas pelo período histórico diferente do que até então se evidenciava, e na busca de equilibrar a economia após a grande crise e conter o êxodo rural. Inserindo o trabalhador rural no objetivo de desenvolver e modernizar o país, combatendo o analfabetismo e a ignorância.

> A doutrina ruralista ou o Ruralismo Pedagógico, influenciado pelos ideais escola novistas, intentava uma contraposição à educação que gerava o desenraizamento do camponês. Gestado para conter o êxodo rural, o Ruralismo Pedagógico implantou uma "doutrina pedagógica" cujo objetivo era difundir técnicas especializadas do trabalho com a terra, visando, ao que se considerava, o desenvolvimento do campesinato, a potencialização econômica do seu trabalho e a extinção de métodos de cultivo vistos

[4]BRASIL. Constituição de 1824. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição24.htm
BRASIL. Constituição de 1891. https://planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao91.htm

> como primitivos, considerados arcaicos e empecilhos para o progresso da agricultura. (CARVALHO, 2021, p.50)

Em 1950, temos a Campanha Nacional da Educação Rural e a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais financiada pelos Estados Unidos, que foram estabelecidas Missões Rurais, com o intuito de tirar o campo do atraso educacional e desenvolver técnicas agrícolas para melhor a produção e aproveitamento de suas terras e trabalho. Foram as primeiras ações sistematizadas a nível nacional para a educação rural no Brasil. Carvalho (2021), chama a atenção para o momento de disputas ideológicas neste mesmo período a nível mundial e nacional.

> Nessa perspectiva, é importante lembrar que a materialização das políticas para a Educação Rural, até então, visava, na realidade, enfraquecer a efervescência política que vinha caracterizando o campo brasileiro na década de 1950 e início dos anos de 1960, marcados por um intenso debate a favor da reforma agrária em meio ao aprofundamento da precarização do trabalho no campo, manutenção do poder oligárquico rural, acrescido da disputa ideológica contida na Guerra Fria, a qual fazia dos países latino-americanos reféns do imperialismo norte-americano. (CARVALHO, 2021, P.59)

A LDB/1961 trata apenas no artigo 105 que o poder público instituirá e amparará serviços e entidades que mantenham escolas na zona rural, capaz de favorecer a adaptação do homem ao meio e estímulo de vocação e atividade profissional.

A Lei 5692//1971 trouxe reformas para LDB/1961, entre elas permite que na zona rural o período do ano letivo e das férias seja diferente da zona urbana, respeitando a época de colheita e de safra. E coloca a obrigatoriedade aos proprietários e empresas rurais a manutenção de escolas em seus territórios para empregados e filhos deles ou caso não consiga propiciar para que frequentem a escola mais próxima.

Desde os primórdios do país até o fim da ditadura militar, houve o que chamamos de educação rural, que ocorreu às margens da participação popular camponesa e atendendo aos interesses hegemônicos das épocas e atualmente na disputa com o agronegócio.[5]

Contudo, após o fim da ditadura, os movimentos sociais, sindicatos e partidos políticos, se organizaram novamente com pautas importantes para o campo e a cidade. E a partir de então, há uma grande reivindicação e mobilização para a constituição da Educação do Campo que se

[5] Maior detalhes sobre essa conjuntura histórica, política e econômica está disponível na tese: Santos, Janio Ribeiro Dos. **Disputa de projetos no campo brasileiro:** a política de fechamento de escolas no campo piauiense como parte da ofensiva burguesa para o avanço do capital (1996-2022). 2024. 422 f. Tese (Doutorado em 2024) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2024. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=113709> Acesso em: 4 de setembro de 2024.

contrapõe a tudo o que até então estava sendo oferecido para o povo camponês. Pela primeira vez são os movimentos sociais que organizados cobram do Estado uma política educacional não apenas no campo e para o campo, mas do Campo.

Roseli Salete Caldart (2002), explana sobre estes termos relacionados a educação no/para e do campo. A educação no campo está localizada no campo e aplica práticas pedagógicas orientadas para outros contextos sem repensá-las com a localidade, a educação para o campo aplica práticas pedagógicas direcionadas por questões rurais e agrárias, no entanto, essas práticas não são construídas com a comunidade escolar, mas apenas pelo corpo docente e especialistas da educação. O termo Educação do Campo, são práticas pedagógicas alicerçadas na realidade local, reverenciando as questões globais e, sobretudo, buscam refletir e repensar a hegemonia capitalista vigente criando ações para a sua transformação. Valorizando o modo de vida camponês, legitimando a luta pela Terra, fortalecendo a identidade cultural rural e expansão da cidadania.

O marco desta caminhada legal foi em 1998, na Conferência Nacional "Por uma Educação Básica do Campo" (Arroyo *et al*,2004), realizada em Luziânia, Goiás, quando foram estabelecidas as demandas por diretrizes, resoluções e fundos para a construção de uma educação diferenciada para os povos dos campos brasileiros, bem diversos, e pela primeira vez na história do país de acordo com suas demandas de tempos, organizações e práticas diferenciadas. Neste momento histórico para a educação camponesa, a partir dos movimentos sociais, sobretudo do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), elaborou-se o compromisso da construção de uma política educacional nacional a partir do modo de vida camponês. Há uma conquista atual de novas legislações que conseguem criar uma maior visibilidade das escolas do campo e valorizam sua existência ao zelar para que continuem a existir ao promover a universalização da educação escolar com qualidade social, incentivar a investigação e articulação de experiências e estudos direcionados à práxis no e do campo, prática-reflexão-prática, construindo saberes com os povos camponeses.

Para melhor entendimento explano alguns marcos normativos da Educação Básica do Campo: Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002); a aplicação da Pedagogia de Alternância (2006); a Resolução nº 02 CEB/CNE (2008) que estabelece normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas para a Educação do Campo, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA - Decreto Nº 7.352/2010) e a lei 12.960/2014 que dificulta o fechamento das escolas do campo.

Nosso primeiro marco normativo, a diretriz operacional nacional define em seu artigo 2º, parágrafo único:

> A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

A Resolução nº 02 CEB/CNE (2008), estabelece as normas para a Educação do Campo se consolidar, entre elas: esclarece que a Educação Básica do Campo é desde a Educação Infantil até o Ensino Médio e profissional técnico, atendendo às populações do campo em suas mais variadas formas de produção da vida, com o intuito claro de promover o sucesso na vida escolar de forma qualitativa e inerente aos saberes já produzidos nas comunidades. O artigo terceiro e quarto desta Resolução são essenciais, trago na integra, pois diz respeito ao tema tratado nesta tese:

> Art. 3º A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças. § 1º Os cincos anos iniciais do Ensino Fundamental, excepcionalmente, poderão ser oferecidos em escolas nucleadas, com deslocamento intracampo dos alunos, cabendo aos sistemas estaduais e municipais estabelecer o tempo máximo dos alunos em deslocamento a partir de suas realidades. § 2º Em nenhuma hipótese serão agrupadas em uma mesma turma crianças de Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental. Art. 4º Quando os anos iniciais do Ensino Fundamental não puderem ser oferecidos nas próprias comunidades das crianças, a nucleação rural levará em conta a participação das comunidades interessadas na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé pelos alunos na menor distância a ser percorrida. Parágrafo único. Quando se fizer necessária a adoção do transporte escolar, devem ser considerados o menor tempo possível no percurso residência-escola e a garantia de transporte das crianças do campo para o campo.

No artigo 10, em seu primeiro e segundo parágrafos, também da resolução nº 02 CEB/CNE (2008) para assegurar a qualidade estrutural das escolas com classes multisseriadas deixa claro:

> § 1º É indispensável que o planejamento de que trata o caput seja feito em comum com as comunidades e em regime de colaboração, Estado/Município ou Município/Município consorciados. § 2º As escolas multisseriadas, para atingirem o padrão de qualidade definido em nível nacional, necessitam de professores com formação pedagógica, inicial e continuada, instalações físicas e equipamentos adequados, materiais didáticos apropriados e supervisão pedagógica permanente.

São ações que resguarda a identidade camponesa e a valorização da cultura camponesa

em um momento de formação da personalidade da criança, nessa construção do indivíduo, das suas raízes rurais e familiares. Valorizando de onde ela vem e quem ela é. Esta mesma resolução assegura a flexibilidade de novas formas de organização espacial e temporal diferente dos tempos escolares urbanos que permite à reexistência das escolas rurais nos campos, são as classes multisseriadas, explicadas na próxima sessão deste capítulo, assim como aponta a formação específica para professores dessa modalidade de ensino, a Educação do Campo.

O decreto que dispõe sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA/2010), destina-se a qualificar e ampliar a educação básica e superior para os povos dos campos, trazendo em seu artigo 2º os princípios da Educação do Campo:

> I- respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
> II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;
> III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
> IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
> V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

,

É preciso, que o profissional conheça a realidade camponesa e de acordo com as realidades específicas de cada território, providenciar adequar o calendário escolar, havendo um controle social da qualidade escolar pela comunidade e movimentos sociais ligados à terra, ou seja, não há uma única forma de se organizar a Escola do Campo.

Em seu artigo 3º, fica claro que cabe à União promover e manter políticas públicas para o combate ao analfabetismo, a Educação de Jovens e Adultos atrelada à formação profissional, garantir energia elétrica, água potável e saneamento básico nas escolas do campo e contribuir para a inclusão digital dos povos camponeses. Situação que se tornou de extrema urgência com a adoção do Ensino Remoto priorizando as tecnologias digitais durante o isolamento social, causado pela pandemia do novo coronavírus, Covid-19, durante os anos dois mil e vinte e dois mil e vinte e um. Contudo, nada foi feito como política pública neste sentido de ter a inclusão digital como uma expansão da cidadania. Configurando mais uma vez, uns mais cidadãos do que outros e invisibilizando as desigualdades e diferenças campo e cidade.

E no artigo 4º, neste mesmo decreto, cabe a União prestar apoio técnico e financeiro aos entes federativos para promover uma educação do campo de qualidade, implantando as seguintes ações:

> I - oferta da educação infantil como primeira etapa da educação básica em creches e pré-escolas do campo, promovendo o desenvolvimento integral de crianças de zero a cinco anos de idade;
> II - oferta da educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, com qualificação social e profissional, articulada à promoção do desenvolvimento sustentável do campo;
> III - acesso à educação profissional e tecnológica, integrada, concomitante ou sucessiva ao ensino médio, com perfis adequados às características socioeconômicas das regiões onde será ofertada;
> IV - acesso à educação superior, com prioridade para a formação de professores do campo;
> V – construção, reforma adequação e ampliação de escolas do campo, de acordo com critérios de sustentabilidade e acessibilidade, respeitando as diversidades regionais, as características das distintas faixas etárias e as necessidades do processo educativo;
> VI - formação inicial e continuada específica de professores que atendam às necessidades de funcionamento da escola do campo;
> VII - formação específica de gestores e profissionais da educação que atendam às necessidades de funcionamento da escola do campo;
> VIII - produção de recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários que atendam às especificidades formativas das populações do campo; e
> IX - oferta de transporte escolar, respeitando as especificidades geográficas, culturais e sociais, bem como os limites de idade e etapas escolares.
> § 1o A União alocará recursos para as ações destinadas à promoção da educação nas áreas de reforma agrária, observada a disponibilidade orçamentária.
> § 2o Ato do Ministro de Estado da Educação disciplinará as condições, critérios e procedimentos para apoio técnico e financeiro às ações de que trata este artigo.

O mesmo decreto, também dispõe sobre a educação superior para os povos dos campos, a pedagogia da alternância, as turmas multisseriadas, o transporte escolar, a abertura para calendário diferenciado da educação regular e outras ações voltadas especificamente para o Programa Nacional da Reforma Agrária e seus beneficiados.

Durante os anos de 2018 a 2022, como prescrito no artigo dezoito, ao deixar a cargo do poder executivo a dotação orçamentária e financeira do programa, ele ficou esvaziado de recursos. Neste ano de 2023, as ações para a Educação do Campo estão sendo retomadas pelo governo federal em diálogo com os movimentos sociais ligados à terra através do FONEC (Fórum Nacional da Educação do Campo).

A lei 12960/2014, exige que haja consulta e manifestação do Conselho de Educação e da comunidade para que uma escola do campo seja fechada, altera o artigo 26 da LDB 9394/1996, a saber:

> Parágrafo único - O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

Ela veio a ser promulgada após a política do Transporte Escolar instituída com o objetivo de promover maior segurança e qualidade para quando houvesse necessidade de transportar alunos para escolas e acabou sendo uma impulsionadora da nucleação de escolas do campo.

Apesar de todos os avanços na legislação e diretrizes para as práticas e organização pedagógicas específicas para a Educação do Campo, a situação educacional das comunidades rurais de nosso país continua a enfrentar inúmeros desafios e infortúnios: a expulsão das famílias camponesas de seus territórios originários e desvalorização de suas territorialidades; a falta de investimento por parte dos órgãos públicos que preferem nuclear escolas, esvaziando-as aos poucos, o que acarreta o seu posterior fechamento (KREMER,2007). Demostrando ser essa prática uma política do Estado contra os interesses das famílias camponesas e colocando o campo como território de disputa por grupos antagônicos, grandes proprietários de terra versus agricultores familiares (CARVALHO, 2021).

Com este breve histórico, percebemos que havia e há projetos divergentes para os campos brasileiros: (i) o projeto de valorização do campo através da agricultura familiar e (ii) oprojeto de expulsão dos povos dos seus territórios através do agronegócio (CALDART, 2012). E nesta lógica de pensamento, há o contraste da Educação Rural para a Educação do Campo.

2.2 Classes Multisseriadas: uma forma de consolidar a Política Educacional da Educação do Campo

O que são classes multisseriadas?

Dentro do campo de pesquisa da Educação do Campo, falar o termo multisséries já está subentendido que são crianças de idades diferentes e com níveis de desenvolvimentos diferentes sob a regência de um mesmo professor(a) e em um mesmo espaço (sala de aula). Em nenhuma legislação da Educação do Campo há a definição do conceito de classes multisseriadas ou multisséries, elas são citadas como uma forma de organização presente nestes territórios e a busca de formação específica para a regência nesta organização é imprescindível.

Cardoso (2013), escreve sua tese de doutorado explanando o surgimento do termo multissérie no Brasil, na década de 1970. Antes disso, havia a denominação de Escolas isoladas para classes com crianças de idades e níveis de aprendizagem diferentes. Essas escolas funcionavam em situação precárias de espaço, mobília e condições de sanitarismo. Esse termo escola isolada surge em contraposição aos grupos escolares organizados em séries e tidos à época, como a melhor concepção de educação e para onde iam os maiores investimentos. Cardoso (2013), traz essa História bem referenciada em sua pesquisa.[6]

> Diferentemente dos grupos escolares, as escolas isoladas mantiveram a organização das escolas de primeiras letras: em uma sala única, sem separação, se reuniam alunos de diferentes idades e níveis de adiantamento, ou seja, alunos pertencentes à primeira, segunda, terceira e, raramente, quarta séries, sob a regência de um só professor. Essas escolas se converteram em escolas multisseriadas. (CARDOSO, 2013, p.49)

O termo multissérie, surge em contraposição ao conceito de série que passou a ser a organização preponderante nos grupos escolares. A seriação é uma graduação, segundo classificações de idade e conhecimento, se defende o trabalho em turmas homogêneas, nos quais subtende-se que as crianças estão mais ou menos no mesmo nível de desenvolvimento cognitivo. Um professor para cada série, antes era da 1ª a 4ª série, ou disciplina, quando era da 5ª a 8ª série. E desde a lei 11.274/2006, a nomenclatura modifica-se de série para ano e com a inclusão de mais um ano de estudos no Ensino Fundamental, que passa a ser de nove anos e não mais oito anos.

A multissérie é o termo que passa a ser utilizado quando muitas séries estão sob a docência de um mesmo profissional. Ou seja, se já tiver duas séries juntas ou mais, a denominação passa a ser multissérie. E surgem a partir das necessidades geográficas, políticas, jurídicas e educacionais para se atender a legislação.

No Dicionário interativo da Educação Brasileira encontramos a definição do conceito de multisseriação por Menezes e Santos:

> Forma de organização do ensino promovida pelas classes multisseriadas. Neste tipo de organização, o professor trabalha, na mesma sala de aula, com alunos de várias séries simultaneamente. A multisseriação existe principalmente nas escolas do meio rural, visando diminuir a evasão escolar,

[6]Cardoso, M. A. **A organização do trabalho didático nas escolas isoladas paulistas:** 1893 a 1932. 2013. Tese (doutorado em Educação. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_c994a540828225484689bdc1be4055d6. Acesso em: 04 de set 2024.

> ou em projetos específicos, baseados na metodologia da aceleração e no telecurso, buscando atrair crianças e adolescentes em situação de rua, analfabetas ou defasadas em seus estudos, para que possam aprender e serem convencidos a continuar na vida escolar. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) orientam para que nas classes multisseriadas reúna-se grupos que não sejam estruturados por série e sim por objetivos, em que a diferenciação se dê pela exigência adequada ao desempenho de cada um. (MENEZES E SANTOS, 2001, p.3)

Dentro da academia há vários termos relacionados à organização de salas de aulas heterogêneas por idade, ou seja, crianças com idades e desenvolvimentos diferentes em uma mesma sala de aula. Ronksley-Pavia *et al* (2019), reúne em uma revisão sistemática as definições de multi-idade referindo-se a qualquer tipo de turma mista geralmente criada por escolha pedagógica, multisseriadas turmas que contém em um mesmo espaço, crianças de diferentes idades com níveis de desenvolvimentos diferentes sobre a responsabilidade de um professor, criadas por necessidade e não por escolha pedagógica.

Legalmente é uma organização autorizada pela Lei de Diretrizes e Bases 9394/1996 em seu artigo 23 indica que:

> Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

O PRONERA, promoveu muitas mudanças na formação educacional dos povos dos campos, buscando formas de assegurá-la de acordo com os interesses camponeses.

> Art. 7º No desenvolvimento e manutenção da política de educação do campo em seus sistemas de ensino, sempre que o cumprimento do direito à educação escolar assim exigir, os entes federados assegurarão:
> I - organização e funcionamento de turmas formadas por alunos de diferentes idades e graus de conhecimento de uma mesma etapa de ensino, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental;
> II - oferta de educação básica, sobretudo no ensino médio e nas etapas dos anos finais do ensino fundamental, e de educação superior, de acordo com os princípios da metodologia da pedagogia da alternância; e
> III - organização do calendário escolar de acordo com as fases do ciclo produtivo e as condições climáticas de cada região.

Quanto as diferenças, estudos apontam que as turmas multisseriadas são organizadas geralmente em ambientes rurais, por necessidade, fundem-se turmas com crianças em idades e

níveis de desenvolvimento cognitivos diferentes. Este tipo de agrupamento ocorre por escassez de recursos ou número de crianças para formar uma série, e elas ficam sob a responsabilidade de um professor que busca cumprir o currículo das séries sob sua responsabilidade (HAGE, 2014). O Projeto Político Pedagógico (PPP) destas escolas multisseriadas é, geralmente, de um sistema organizado para escolas seriadas, esta organização heterogênea é vista muitas vezes como um problema pedagógico: o professor(a) faz vários planejamentos, preenche diários como se as turmas fossem seriadas, divide o espaço da sala em "séries" de acordo com a idade dos alunos, isso ocorre por não haver uma formação específica desses professores para atuarem nessas turmas heterogêneas e pela burocracia que o sistema educacional que fazem parte exigem (LITTLE, 2006; HAGE, 2014; BARRAL,2018).

Pela legislação brasileira não era para escolas multisseriadas seguirem uma PPP de escola seriada, tratando-se da educação em zona rural contamos com o artigo 28 (LDB 9394/96) em destaque para seu inciso I:

> Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região,especialmente:
> I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos das escolas do campo, com possibilidade de uso, dentre outras, da pedagogia da alternância;

No Brasil, a partir da Articulação do Movimento por uma Educação do Campo houve a implementação em 1997 a 2007 pelo MEC do Programa Escola Ativa, com objetivo de oferecer materiais didáticos e formação para as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental em organização multisseriada, inspirados no programa Escuela Nueva da Colômbia, com apoio do Banco Mundial. O movimento da Educação do Campo, critica esta ação, pois ela não respeita as premissas de uma educação que prioriza o modo de vida camponês e a valorização do campo, não dialogando com os sujeitos do campo e as especificidades dos territórios e territorialidades brasileiras. O Programa é tido como uma política neoliberal que afronta as demandas camponesas em defesa de seus territórios (RIBEIRO, 2021; GONÇALVES *et al*, 2010).

Posteriormente, depois de muitas críticas dos pesquisadores e militantes da Educação do Campo, o Escola Ativa foi substituído em 2013[7] pelo Escola da Terra. Pelo Dossiê Escola da Terra (PIMENTA, 2022), há o registo da importância do programa para formação de

[7] BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 579, de 02 de julho de 2013. Institui a Escola da Terra. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 11-12, 03 jul. 2013.

professores com os princípios da Educação do Campo valorizando a Pedagogia da Alternância, as classes multisseriadas e a consideração do território no processo de aprendizagem. O Programa Escola da Terra, construído junto aos sujeitos do campo, assume como princípio pedagógico as diretrizes da Educação do Campo, contribuindo com a formação dos professores(as) em classes/salas/escolas multisseriadas, a pensar seus conteúdos a partir dos territórios que atuam. A formação é realizada através da pedagogia da alternância, fazendo com que os profissionais se formem a partir de seus lugares, contanto com o apoio pedagógico de tutores municipais e coordenadores regionais, fazendo parte dessa coordenação a Universidade Pública e os Movimentos sociais ligados aos campos.

Uma revisão sistemática sobre as vantagens e desvantagens da organização multisseriada foi realizada por Ronksley-Pavia et.al (2019) no contexto de pequenas escolas, em países estrangeiros, onde as turmas multietárias ocorrem por escolha pedagógica e necessidade. Como resultado para as escolas com organização multisseriadas por escolha pedagógica, com formação de professores e práticas pedagógicas para esta forma de organização heterogênea por idade, considerando potência para o bom desenvolvimento e cujas famílias escolhem matricular suas crianças nestes estabelecimentos. Assim, os trabalhos encontrados demonstram como é possível explorar maneiras para o desenvolvimento de bons trabalhos em turmas heterogêneas, por idade, desde que considere essa diversidade no currículo e no desenvolvimento de práticas pedagógicas. Santos & Souza (2018), trazem em seu artigo referências internacionais de como as turmas multisseriadas foram tratadas como alternativas pedagógicas nas décadas de 1960 e 1970 ao modelo seriado nos EUA, Suécia e Inglaterra. Um movimento de renovação pedagógica centrada no aluno e em uma pedagogia aberta, com a intenção de ampliar a socialização de crianças de diversas idades como é a vida fora da escola. Atualmente, em alguns países, as turmas multisseriadas são obrigatórias para alguns ciclos e matérias, em alguns estados dos EUA, Canadá e Austrália. Na Finlância e Holanda a multissérie não é encarada como problema, mas como uma solução pedagógica viável não só para zonas rurais, mas também para zonas urbanas.

No Brasil, este formato de organização, que potencializa a heterogeneidade se faz presente principalmente em redes privadas, que oferecem uma formação integral favorecendo a construção da autonomia e da criatividade, tendo como foco para o aprendizado do sujeito e não o currículo. Algumas poucas experiências foram desenvolvidas em redes públicas na Educação Infantil, como por exemplo, em Campinas (PRADO, 2006), Niterói (MATA, 2010) e Santa Maria (WERLE & AHMAD 2011). Entretanto, foi a organização seriada que se tornou hegemônica nas redes públicas e privadas das áreas urbanas, enquanto as turmas

multisseriadas constituem uma realidade predominante nas escolas públicas localizadas em comunidades rurais.

Entre os métodos que valorizam a formação em grupos heterogêneos de idade e aprendizado estão o método Montessori[8], a pedagogia Waldorf[9], entre outras. Não é nosso interesse aqui discorrer sobre cada uma delas, mas apenas frisar que há escolas que tem a heterogeneidade como potência e que muitas vezes atendem nichos de crianças de grupos de maior nível socioeconômico, que escolhem ter seus filhos(as) nessas escolas, muitas vezes pagando altas mensalidades por essas pedagogias diferenciadas (PERRENOUD, 2000). Destaco que estas são escolas que agrupam de forma mista suas crianças por escolha e não por necessidade. Essas metodologias de ensino, se caracterizam por flexibilizarem o currículo de acordo com a criança, buscam a construção da autonomia e da criatividade e ter o professor(a) como mediador do processo de ensino e aprendizagem, como também é proposto pela Educação do Campo. (ARROYO, 2004, 2007, 2012).

A ideia de homogeneidade de turmas é contestada por pesquisas científicas que demonstram como essas são limitadoras do desenvolvimento, sobretudo para alunos(as) em vulnerabilidade, são estudos em sua maioria com estudantes do ensino fundamental e médio. E foram realizados com alunos que frequentem mesmas séries, ou seja, não estudaram em organizações multisseriadas (SOARES, 2005; ALVES; SOARES, 2007).

Ou seja, as classes multisseriadas são realidade no Brasil desde sempre, e o que dizem as pesquisas sobre as percepções dos profissionais atuantes nesta organização dentro da Educação do Campo no Brasil?

Na minha pesquisa de mestrado, no ano de 2016, me deparei com as primeiras percepções em conversas com profissionais de escolas do campo e professoras de turmas multisseriadas e verifiquei que essa organização é percebida pelos professores como um problema. (BARRAL, 2018). Nos inúmeros encontros realizados com as professoras, registadas em meus diários de campo esta organização de turmas vem a ser uma grande angústia das professoras, uma vez que sentem grande preocupação com a formação dos alunos, com medo de estarem prejudicando-os,e também,trabalham mais, pois fazem um a dois planejamentos. Uma professora, por exemplo, estava com três turmas, primeiro e segundo período da Educação

[8]PIRES. B.H.D. Práticas pedagócias montessorianas: potencialidades e desafios. Dissertação de Mestrado em Educação. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6948. Acesso em 03 de janeiro de 2022.

[9]BACHEGA, C. A. Pedagogia Waldorf, um olhar diferente à educação. **ANAIS DO SCIENCULT**, *[S. l.]*, v. 1, n. 1, 2016. Disponível em:https://anaisonline.uems.br/index.php/sciencult/article/view/3444. Acesso em: 5 jan. 2022.

Infantil e o primeiro ano do fundamental, o que é proibido pela Resolução CNE2/2008 (BARRAL, 2018). Essas dificuldades de organização pedagógica e excesso de trabalho também foram apontadas em pesquisas realizadas no contexto de outros países (VEENMANN 1995 E 1996; EICHAKER 2008).

Outros resultados observados durante minha pesquisa de mestrado, foi que a lógica da organização seriada muitas vezes se faz presente nas turmas multisseriadas, pela própria falta de formação voltada para essa organização diferenciada. Muitas vezes trabalham com turmas multisseriadas tentando transformá-las em grupos seriados dentro da mesma sala de aula, dividindo as crianças de acordo com suas idades e séries que deveriam estar frequentando. As professoras expressavam a falta de capacitação e a não valorização financeira para exercerem desta forma sua função docente, o que contribuía para o descontentamento e insegurança, com uma sensação de estar prejudicando as crianças ou não atuar da forma correta. (BARRAL, 2018).

> No caso da condução do processo pedagógico, os professores se sentem angustiados quando assumem a visão de multissérie e tem a elaborar tantos planos e estratégias de ensino e avaliação diferenciados quanto forem, as séries reunidas na turma; ação esta fortalecida pelas Secretarias de Educação quando definem encaminhamentos pedagógicos e administrativos padronizados (HAGE, 2006)

Estas dificuldades também foram citadas por inúmeros profissionais de salas multisseriadas em estudos realizados fora do contexto brasileiro, como por exemplo, no Peru,em Nepal, Sri Lank, Caicos entre outros lugares como está apontado no documento Education for All and Multigrade Teaching:

> Existe um corpo grande de trabalho empírico, coletado por meio de entrevistas realizadas em diversos contextos, o que mostra que, na prática, os professores acham mais difícil e demorado o planejamento e preparação para turmas multisseriadas do que para turmas seriadas.(...) Isso ocorre porque a estrutura graduada dos currículos escolares faz com que os professores multisseriados tenham o dobro, tripo ou quádruplo trabalho para planejar do que suas contrapartes nas turmas seriadas. (...) as demandas extras de planejamento tendem a desmoralizar o professor multisseriado. Isso pode levar à desmotivação e ter um efeito negativo na aprendizagem dos alunos (LITTLE, 2006, p.8).

Desafios também apontados por professores entrevistados na pesquisa de (LICHAND at al, 2023), entre eles: Muitas séries em uma mesma sala de aula com crianças de diferentes

idades, número excessivo de alunos na mesma sala, falta de interação com outros professores que vivenciam a mesma situação, formação deficiente para lidar com a heterogeneidade, infraestrutura precária da escola, acúmulo de funções e falta de material apropriado para trabalho em multisséries.

Essas percepções negativas dos professores aliadas à obrigação dos municípios, a partir da política educacional brasileira na década de noventa com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96 e a lei 9424/96 que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da Valorização do Magistério (FUNDEF), e da Emenda Constitucional nº 14/96 que trouxe novas responsabilidades aos sistemas municipais de educação, sendo responsabilidade dos municípios atuarem prioritariamente na Educação Infantil e Fundamental facilitou e facilita o processo de nucleação de escolas, leia-se, fechamento de escolas localizadas no campo como veremos na tabela na próxima sessão. (BAUMANN, 2012).

Dentro de tantas demandas apontadas pela Educação do Campo, o novo Fundeb prevê maiores recursos para municípios mais pobres onde estão a maioria das turmas multisseriadas, através da nova complementação pela União da VAAT (Valor Aluno Ano total). Contudo, a maior parcela do recurso fica a cargo da gestão municipal e apenas aumenta o investimento e não garante que serão investidos de forma equitativa em turmas seriadas e multisseriadas.

Os dados que serão apresentados, na próxima sessão deste capítulo, demonstram que há maior interesse em fechar escolas, beneficiando da política do transporte escolar e do senso comum de que as classes multisseriadas são prejudiciais à aprendizagem, do que investir nesta modalidade de organização. Até porque o SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) exclui estas turmas dos sistemas de avaliação, as colocando na invisibilidade e não permitindo aos gestores municipais ganharem maior recurso do Novo Fundeb relacionado aos bons resultados do IDEB (índice de desenvolvimento da educação básica). Esta exclusão faz com que não existam estudos sobre os efeitos destas turmas no desenvolvimento das crianças no Brasil. (BRASIL, 2021, p.4). Isto explica o porquê dos gestores não verem vantagem em investir nessas escolas que não trarão o reconhecimento político através do (IDEB) e este fator também acaba promovendo a nucleação. (LICHAND *et al*, 2023).

A falta de dados de turmas multisseriadas contribui para inviabilização de pesquisas e consequentemente resulta na dificuldade de defender que os recursos cheguem até essas escolas multisseriadas. E estamos falando de escolas nas comunidades rurais, relegadas historicamente ao abandono (SAVIANI, 2008). Ou seja, para fazer um estudo sobre os efeitos destas turmas, invizibilizadas pelo SAEB, na aprendizagem dos alunos, se faz necessária a coleta de dados

primários, o que limita o tamanho do universo pesquisado comparado às avaliações externas públicas, e, também, é necessário que essa metodologia de pesquisa interesse aos pesquisadores da Educação do Campo, que algumas vezes se colocam contra a avaliação do desempenho que é uma importante ferramenta para orientar políticas públicas.

Em contraposição, a minha pesquisa de mestrado registrou e analisou os resultados de trabalhos positivos nas multisséries, com a intenção de aprimorar a construção e a implementação de subsídios educacionais para turmas multisseriadas através das práticas pedagógicas das professoras de uma escola municipal do mesmo município que recolhemos dados atualmente. Sendo assim, analisamos a organização da sala de aula, a escolha dos conteúdos e práticas pedagógicas a fim de transgredir o paradigma urbano da seriação (HAGE, 2014, 2018). Nas reflexões, encontramos possibilidades de avaliar os resultados alcançados e pensarmos novas práticas, sem abandonar os pressupostos da Educação do Campo: o processo de ensino e aprendizagem que respeite e contribua com o local no qual a escola está inserida.

Entretanto, não são todas as escolas e profissionais que possuem a abertura e a experiência para trabalhar com a heterogeneidade da multisseriação, os estudos de implementação de políticas públicas demonstram que os implementadores, os burocratas em nível de rua que na educação são os professores(as), têm práticas diversas de acordo com suas ideologias, formação e lugar no mundo (LOTTA, 2019). Portanto, é fundamental cursos de formação para os profissionais saberem atuar de forma propositiva utilizando a heterogeneidade das idades e conhecimentos das crianças de forma pedagógica.

No Brasil, houve políticas de formação continuada para professores que atuavam em classes multisseriadas: o Escola Ativa e o Escola da Terra. Que apesar das dificuldades enfrentadas foram percebidas modificações no trabalho pedagógico dos participantes

> Interpretamos ainda que a atuação dos professores se entrelaça entre o ensino tradicional e as experiências do pensar diferente, o que passa a ser norteado pelas novas concepções de educação do papel da escola do campo, de currículo, de formação, entre outras. Isso estimula a elaboração e a reivindicação por um currículo que busque a transformação das práticas educativas, para facilitar a organização e sistematização do trabalho pedagógico nas escolas multisseriadas. (SILVA, 2018)

Do mestrado e demais leituras, veio a proposta da hipótese para o presente trabalho de tese: a multisseriação não acarreta danos ao desenvolvimento cognitivo das crianças no município onde foi realizada a pesquisa. Devido a falta de dados de avaliação para essas turmas multisseriadas se faz necessária a coleta de dados primários, o tempo de pesquisa e o

financiamento limita este trabalho para o contexto que estamos pesquisando, não sendo possível os resultados aqui encontrados para serem transpostos para outras realidades. É necessário engendrarmos mais pesquisas como essa no Brasil.

Neste trabalho, utilizarei o termo multissérie por estarmos tratando especificamente de uma pesquisa com foco na Educação do Campo.

2.3 Escolas do Campo X Fechamento, Nucleação e Transporte

Nesta última sessão iremos analisar o fechamento de escolas do campo no Brasil (2022)[10] segundo dados disponibilizados pelo INEP e as Sinopses Estatísticas. No ano de 2021, 74,9% das escolas do campo apresentavam classes multisseriadas, contando com 73.167 docentes, 213.170 crianças no Ensino Fundamental Inicial divididas em 14.333 turmas e 696.393 alunos nos Ensino Fundamental Final , divididos em 46.838 turmas multisseriadas. Considerando toda a população brasileira que está no ensino fundamental, sabe-se que é uma pequena porcentagem, contudo, são mais de 900 mil estudantes nesta situação, como mencionado acima. No entanto, , tem sido feita uma escolha política de invisibilizar esta realidade e desconsiderar o direito desses estudantes.

Contudo, quando vamos analisar os dados disponíveis no censo escolar não é possível saber o que realmente está sendo identificado como multissérie: são turmas de crianças na educação infantil e fundamental, de jovens e adultos ou de aceleração de aprendizagem? Este é um dado que pode levantar algumas dúvidas. Por exemplo, este grande número de alunos em turmas multisseriadas nos anos finais do ensino fundamental: são turmas de aceleração de estudos, nas quais há uma defasagem idade/série, que é uma organização diferente do que estamos discutindo nesta tese; ou são o tipo de turmas multisseriadas propostas pela Educação do Campo e como forma de reexistência das escolas do campo, nosso interesse de estudo? Não está claro no censo escolar o que identificam como turmas multisseriadas, mais uma vez como mencionado na escolha do título, encontramos o problema com o termo multissérie.

Quando paramos para analisar os poucos números que temos acesso sobre esse universo da multisseriação nos campos brasileiros, vamos nos deparando com inconsistências de dados e apontando lacunas que precisam ser preenchidas para avançarmos numa proposição pedagógica efetiva conforme é direcionado nas legislações da Educação do Campo que

[10] BRASIL.INEP. Banco de dados enviados via ICSEI, solicitados pela própria pesquisadora.

apresentamos anteriormente.

A partir dessa dúvida sobre os dados disponibilizados pelo INEP, é importante deixar claro o tipo de classes multisseriadas que estamos avaliando nessa pesquisa, são turmas de educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental organizadas de forma multisseriada de acordo com legislações e normativas da Educação do Campo. Não são turmas de aceleração de aprendizagem que buscam resolver a defasagem idade/série.

A tabela 1 mostra uma série histórica do número de escolas de educação básica, enfatizando o número de escolas rurias, rurais com turmas multisseriadas e urbanas. Os anos que constam na tabela foram escolhidos de acordo com as legislações e resoluções relacionados Educação do Campo que foram apresentadas acima. Apesar das conquistas em termos legais, os dados indicam que o fechamento das escolas rurais e sobretudo daquelas com classes multisseriadas continuou a ocorrer. Em 1998, as escolas rurais com turmas multisseriadas eram 84% na área Rural e em 2021 passaram a representar somente 74% das escolas dentro deste universo. Apesar da resistência, muitas comunidades perdem suas escolas.

Tabela 1 – Série Histórica dados escolas rurais multisseriadas seguindo os marcos normativos da Educação Básica do Campo

	Total de escolas (Brasil)	**Escolas Rurais em atividade**	**Escolas rurais com turmas multisseriadas**	**Escolas Urbanas em atividade**
1998	267.532	125.259	105.351	89.861
2002	256.986	107.432	94.638	106.756
2008	205.699	86.868	69.337	118.831
2010	200.876	79.723	67.048	121.153
2014	242.929	67.618	56.229	122.935
2021	221.140	53.612	40.098	126.445

Fonte: INEP. Disponibilizado em 2022. Elaboração da autora

Salienta-se na observação dos dados na tabela 1 a partir de 1998, ano que iniciou a Articulação pelo Educação do Campo junto aos Movimentos Sociais, ano após ano as escolas rurais estão sendo fechadas, mesmo com toda a articulação da Educação do Campo. No mesmo periodo, observamos um aumento expressivo do número de escolas urbanas. Até o ano de 2021, foram fechadas 57% das escolas rurais em atividade. De acordo com Santos (2023) a intensificação das políticas neoliberais a partir do governo FHC, a política do transporte escolar e nucleação de escolas, o projeto do agronegócio para o campo com a estrangeirização das terras e internacionalização da agricultura explicariam tal tendência.

Escolas com turmas multisseriadas sofreram uma redução de 62% no período de 1998 a 2021. Além das justificativas já apresentadas, ainda temos a justificativa econômica do setor contábil para diminuir a folha de pagamento pessoal para respeitar a lei de responsabilidade fiscal e/ou conceder aumentos salariais para a classe dos profissionais da educação (BEATRIZ *et al*, 2024).

Apesar da maior parte das escolas do campo apresentarem classes multisseriadas, essa não é a organização que um gestor pretende incrementar. Pelo contrário, há um movimento em direção a acabar com essas turmas, por carregarem consigo a história da educação rural com a precariedade das escolas isoladas já explanada anteriormente e que ainda prevalecem no senso comum.

Barral *et al* (2024) a partir dos dados da tabela apresentados, trazem uma análise do fechamento das escolas do campo, a partir dos avanços da legislação da Educação do Campo, salientando que não basta apenas a legalização do processo, mas há uma luta permanente para que essa se efetive nos espaços reais das escolas do campo. O fechamento das escolas do campo tem dificultado o acesso e a frequência rotineira de crianças e adolescentes à escolas, ter a taxa de matrículas é diferente de garantir a assiduidade.

> Não temos acesso ao índice de frequência das crianças, apenas o número de matrículas. No cotidiano, nós que estamos no campo vivenciamos as dificuldades de acessar a escola diariamente quando é necessário percorrer longas horas dentro do transporte escolar. Sendo assim, sabemos que a infrequência, muitas vezes, é recorrente entre essa população, e este dado seria fundamental para visualização da porcentagem de crianças do campo que realmente estão frequentando escolas. (BARRAL *et al*, 2024)

No campo quase não há oferta de creches para crianças de 0 a 3 anos. Em 2022, de acordo com a ferramenta[11] do INEP de monitoramento do Plano Nacional de Educação, apenas 20,7% das crianças de 0 a 3 anos da zona rural estavam tendo acesso à creche, versus 40,3% das crianças dessa faixa etária das zonas urbanas. Na zona rural, como a legislação nacional determina, as crianças passam a ter a oferta obrigatória da Educação infantil a partir de 4 anos. Contudo, quando dependem do transporte escolar muitas vezes são matriculadas nas escolas, mas possuem grande infrequência pela dificuldade de acessar a escola quando esta se localiza a quilômetros de suas residências. Ou seja, o terceiro artigo da Resolução nº 02 CEB/CNE (2008), apresentado na primeira sessão deste capítulo é desconsiderado nestas situações, que orienta as crianças da educação infantil e anos iniciais do fundamental a serem atendidas em

[11]www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/painel-de-monitoramento-do-pne.

suas comunidades.

Pesquisas demonstram que a falta de educação infantil de qualidade afeta o desempenho escolar, sobretudo nos anos iniciais do ensino fundamental (CAMPOS *et.al,* 2011):

> Não ter acesso à escola nos primeiros anos de escolarização é comprometer as bases cognitivas necessárias para os aprendizados posteriores do ensino fundamental. Para enfrentar esta problemática e alcançar a universalização da educação básica brasileira, especialmente no contexto do campo, são necessárias estratégias pedagógicas diferenciadas. (BARRAL *et al*, 2024)

Nesta tese, dois dos argumentos elencados serão aprofundados: a interferência ou não no desenvolvimento cognitivo das crianças rurais a partir da organização de turmas multisseriadas e do transporte escolar. Com o objetivo de buscar respostas para essa realidade camponesa em que crianças estudam em turmas multisseriadas no campo próximas as suas residências ou se deslocam para estudar em turmas seriadas urbanas, longe de suas residências.

Contudo, essa pesquisa é fundamental para iniciarmos buscar as respostas para tantas lacunas apresentadas para avançarmos nessas visibilizações dos dados das escolas dos campos, das turmas multisseriadas, da frequência escolar dos alunos do campo e não apenas ter acesso às taxas de matrículas.

Concluímos que apesar do avanço das legislações, normativas e diretrizes conquistados pelos movimentos da Educação do Campo as escolas continuaram e continuam a ser fechadas sobretudo as com classes multisseriadas. Outras situações desafiadoras para a educação do campo surgiram com a nucleação de escolas: a intensificação do transporte escolar e inúmeros outros problemas de logística, frequência e desenvolvimento cognitivo relacionados a este fator como veremos no capítulo 4, 5 e 6.

3 EFEITOS DE TURMAS MULTISSERIADAS EM CONTEXTOS RURAIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

O capítulo 3, apresenta a revisão sistemática que buscou analisar artigos que tentam estimar os efeitos de turmas multetárias/multisseriadas no desenvolvimento cogntivo/aprendizagem e sociomocional de crianças na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental no campo. O trabalho faz parte de um estudo mais amplo entitulado "Turmas multietárias e o desenvolvimento cognitivo na Educação Infantil e no início do Ensino fundamental: efeitos e processos" realizada por pesquisadores do LAPOPE[12] com o apoio da FAPERJ e CNPq. O capítulo descreve tanto os objetivos e estratégias metodológicas do projeto mais amplo, quanto o recorte específico realizado para alcançar os propósitos da presente tese. Apresenta uma breve explicação sobre a escolha da revisão sistemática como estratégia metodológica, e as várias etapas percorridas: a escolha das bases de pesquisa, dos termos de buscas, dos critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos encontrados, da avaliação destes e análise dos resultados por eles apresentados.

3.1 A revisão sistemática

A revisão sistemática que integra esta tese teve início em outubro de 2022 e terminou em janeiro de 2024.

A revisão sistemática, como estratégia metodológica, tem como objetivo ampliar a busca por pesquisas encontrando o maior número de resultados que auxiliem a responder uma dada questão de pesquisa colocada. As pesquisas encontradas são organizadas de forma sistematizada e organizada para a análise dos dados encontrados (KOLLER *et al*, 2014). De acordo com Costa e Zoltowsk (2014), são oito etapas a serem seguidas como objetivo de fazer uma busca ampla por artigos e assim diminuir o risco de viés ao supervalorizar trabalhos que condizem com a hipótese apresentada na pesquisa e menosprezando trabalhos que apresentem perspectivas contrárias às sugeridas pelo pesquisador. Em outros tipos de revisão pode haver uma tendência a ler trabalhos que apenas corroborem com as hipóteses propostas pela pesquisa.

A demanda por essa revisão sistemática ocorreu a partir das leituras sobre multisséries no contexto brasileiro e perceber que não havia pesquisas que mediam o efeito ou impacto deste

[12] Anita Toshie Nakamura Caldeira, Ana Carolina Christóvão, Beatriz Souza Barral, Danielle de Souza Aguiar, Emília Carolina Bispo dos Santos Augusto, Érica Resende, Isabel Pó Gandra, Maria Eduarda Marins Cardoso Silva dos Santos, Mariana Dantas de Almeida, Mariane Campelo Koslinski.

tipo de organização de turmas no desenvolvimento das crianças, objetivo principal desta pesquisa.

A partir dessa revisão sistemática do projeto do Lapope, realizamos recortes específicos de acordo com o interesse de cada pesquisadora. O projeto mais amplo, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) buscou observar os efeitos de turmas multietárias/multisseriadas no desenvolvimento cognitivo e socioemocional de crianças na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental, em contextos urbanos e rurais. Nesta pesquisa apresento os resultados do recorte feito para esta tese: o efeito das turmas multietárias/multisseriadas no desenvolvimento cognitivo e socioemocional das crianças em contextos rurais.

3.2 A construção da Revisão sistemática

3.2.1 Questão a ser pesquisada

A 1ª etapa, delimitamos a questão a ser pesquisada: Qual o efeito das turmas multisseriadas/multietárias no desenvolvimento cognitivo/acadêmico de crianças, que vivem em zonas rurais, na Educação infantil e na educação primária (equivalente aos anos iniciais do ensino fundamental no Brasil) no contexto mundial?

3.2.2 Fonte de dados

Na 2ª etapa, realizamos a escolha das fontes de dados e contou com a participação de quatro pesquisadoras do LAPOPE e o apoio da bibliotecária da CFCH/UFRJ, Érica Resende, que nos orientou sobre a escolha das bases de dados, com concentração de publicações na área educacional e que podiam ser acessadas eletronicamente.

Critérios para escolhas das bases: publicações frequentes na área educacional, ter publicações de desenvolvimento infantil e estarem disponíveis pelo Portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC).

As quatro bases selecionadas, a partir dos critérios acima apresentados foram: ERIC, Scopus, APA PsycINFO e Web of Science:

- **ERIC** (Educational Resources Information Center) base de dados da área da educação com vasta publicação, patrocinada pelo Departamento de Educação dos

EUA, com atualização mensal. Possibilidades de refinar as buscas, possui um tesauro para encontrar os termos que melhor corresponde à pesquisa.

- **Scopus** - É um banco de dados de busca refinada de documentos científicos de todo o mundo, fornece uma visão abrangente da produção mundial de pesquisa nas áreas de ciência, tecnologia, medicina, ciências sociais, artes e humanidades.
- **Web of Science –** base de dados multidisciplinar que inclui as áreas de ciências, ciências sociais, artes e humanidades da empresa Clarivate e congrega artigos de conceituadas revistas científicas publicadas no mundo com periódicos, livros, relatórios e anais de conferências.
- **APA PsycINFO** base de dados mais abrangente da psicologia, psiquiatria, educação e ciências sociais e áreas afins, dentre elas a educação Editada pela American Psychological Association (APA).

3.2.3 Seleção das palavras-chave

Na 3ª etapa, selecionamos as palavras-chave para a realização da busca**.** O primeiro desafio para esta revisão foi montar um sistema de buscas. Identificamos os termas referentes a escolas e organização de turmas multisseriadas e multietárias e termos referentes à educação e desenvolvimento infantil.

Tabela 2: Turmas multietárias / multisseriadas

Português	Inglês
Agrupamento de idades mistas	Mixed Age Grouping
Agrupamento heterogêneo Fonte ERIC https://eric.ed.gov/?qt=Multigrade&ti=Heterogeneous+Grouping	Heterogeneous grouping
Agrupamento/grupamento/entrumação	Grouping
Aulas multisseriadas https://eric.ed.gov/?qt=Multigrade&ti=Multigraded+Classes	Multigraded classes
Desagregação em sala de aula	Classroom Desegregation
Ensino multisseriado	Multigrade teaching
Escolas de professor único	single-teacher schools
Escolas multisseriadas	Multigrade schools (escolas), Multigrade schooling (escolaridade)
multi-idade/multi-etária	multi-age
Multisseriação	Multiseriation
Multissérie	Multiseries
Relações multietárias	multi-age relationships
Sala de aula multisseriada	Multigraded classroom
Salas de aula multi-idade	multi-age classrooms
Turmas multietárias	multi-age classes

Fonte: Elaboração da autora

Tabela 3: Educação Infantil

Português	Inglês
Educação infantil	Early childhood education
Pré-escola	Preschool
Primeira infância	early childhood
Jardim de infância	Kindergarten
Educação elementar	elementary education
Educação primária	46??? elementary education
Desenvolvimento infantil	Child development

Fonte: Elaboração da autora

Após a identificação dos termos, buscamos estratégias de combinações com estes para identificar os trabalhos que nos ajudariam a responder a questão do estudo proposta. Foram dezenas de tentativas e os retornos das bases eram um número excessivo de trabalhos de 5000 a mais de 150000, ou poucos trabalhos que não atendiam nossa questão. A falta de indexação dos termos e os vários termos encontrados dificultou ~~ess~~a construção de uma estratégia de busca dentro das bases com as diferentes áreas de nosso interesse para a pesquisa: etapa de ensino, organização das turmas e desenvolvimento infantil.

Após muitas tentativas, percebemos que os doze termos utilizados para as organizações heterogêneas por idade nos traria um número possível de leitura de trabalhos e que

identificaríamos a etapa de ensino e o desenvolvimento infantil a partir da leitura dos títulos, resumos e trabalhos completos.

Concluímos essa etapa com as seguintes palavras-chaves selecionadas: "Multi-age classes" OR "multi-age classrooms" OR "Multigraded classes" OR "single-teacher schools" OR "multigraded classroom" OR “multiseriation” OR "multiseries" OR "mixed ages" OR "mixed age grouping" OR" multigrade teaching" OR "multigraded schooling" OR" multigrade grouping". Essa escolha se deu a partir das inúmeras tentativas de buscas e programações dentro das bases, esses termos apresentaram resultados possíveis de serem consultados para a revisão sistemática.

3.2.4 Quarta etapa – Busca e armazenamento dos resultados

Em cada uma das bases selecionadas procuramos as palavras-chaves da forma descrita acima. As bases, através do sistema de busca, identificam em quais trabalhos um ou mais termos são citados no título ou nas palavras-chaves dos artigos publicados.

Na base Scopus foram encontrados 1472. Desta base, por abranger muitas áreas de pesquisa, excluímos os artigos das áreas que não nos interessavam: medicina, enfermagem, veterinária, agricultura, ciências da terra, biologia e microbiologia, engenharia, ciências da computação, física, astronomia, energia, odontologia. Extraimos desta base 322 trabalhos para serem analisados.

Das outras bases não houve exclusão de artigos por áreas, ou seja, todos os artigos que retornaram na busca foram analisados.

Tabela 4: Número de trabalhos encontrados por base

ERIC	1077
Scopus	322
Web of Science	566
PsycINFO	61
Total	2026

Fonte: Elaboração da autora

Deste total de 2026 trabalhos encontrados, 151 apareceram de forma duplicada, ou seja, mesmo trabalho divulgado em mais de uma base de busca. Excluímos os artigos duplicados e obtivemos, inicialmente, 1847 trabalhos a partir das palavras-chave utilizadas.

Exportam–os os artigos para o software gratuito de gerenciamento de referências ENDNOTE o que permitiu um trabalho colaborativo entre a equipe de até então quatro

pesquisadoras.

3.2.5 Seleção dos artigos – leitura de títulos e resumos

Na 5ª etapa, a equipe realizou a seleção de artigos pela leitura de títulos e resumos, de acordo com critérios de inclusão e exclusão pré-estabelecidos.

Nesta etapa contamos com quatro pesquisadoras[13], uma doutoranda Beatriz Barral, uma mestranda Anita Caldeira e duas bolsistas de iniciação científica (Mariana Almeida e Danielle Aguiar). Dividimos a equipe em duplas, a doutoranda com uma bolsista de iniciação científica e a mestranda com a outra bolsista de iniciação científica. Cada dupla ficou responsável por ler os resumos de uma mesma base. Apesar de ser um trabalho cooperativo, esta leitura dos artigos ocorre de forma individual e, ao final, comparamos os resultados da seleção realizada por cada pesquisadora envolvidas, para verificar se encontraríamos mesmos resultados, seguindo os critérios de inclusão e exclusão apresentados no quadro 1.

As seleções dos artigos foram feitas em duas etapas. Na primeira etapa, as pesquisadoras envolvidas realizaram a leitura dos títulos e palavras-chave para eliminar os trabalhos que não se encontravam dentro do nosso tema de pesquisa, isto é, turmas organizadas de forma heterogênea por idade. Ou seja, alguns títulos já indicavam que aquele trabalho não havia sido realizado em escolas ou que não se tratava da área de educação. Após esta leitura foram excluídos 1018 trabalhos que não tratavam de turmas multisseriadas ou multietárias ou por não serem pesquisas realizadas em escolas. Restaram 829 trabalhos para serem lidos os resumos e selecionarmos os que tratam de desenvolvimento infantil (cognitivo e/ou socioemocional).

Na segunda etapa de seleção, utilizamos os seguintes critérios de inclusão e exclusão para selecionar estudos que utilizam metodologia quantitativa e desenhos de estudo com intenção de estabelecer relações causais entre turmas multietárias/multisseriadas e o desenvolvimento cognitivo das crianças ou dos alunos no início da trajetória escolar.

Para este trabalho eu incluí uma terceira etapa de exclusão – considerando o interesse específico desta tese – incluí apenas os trabalhos que foram realizados no contexto rural, excluindo os estudos realizados em áreas urbanas.

[13]Anita Toshie Nakamura Caldeira, Beatriz Souza Barral, Danielle de Souza Aguiar e Mariana Dantas de Almeida.

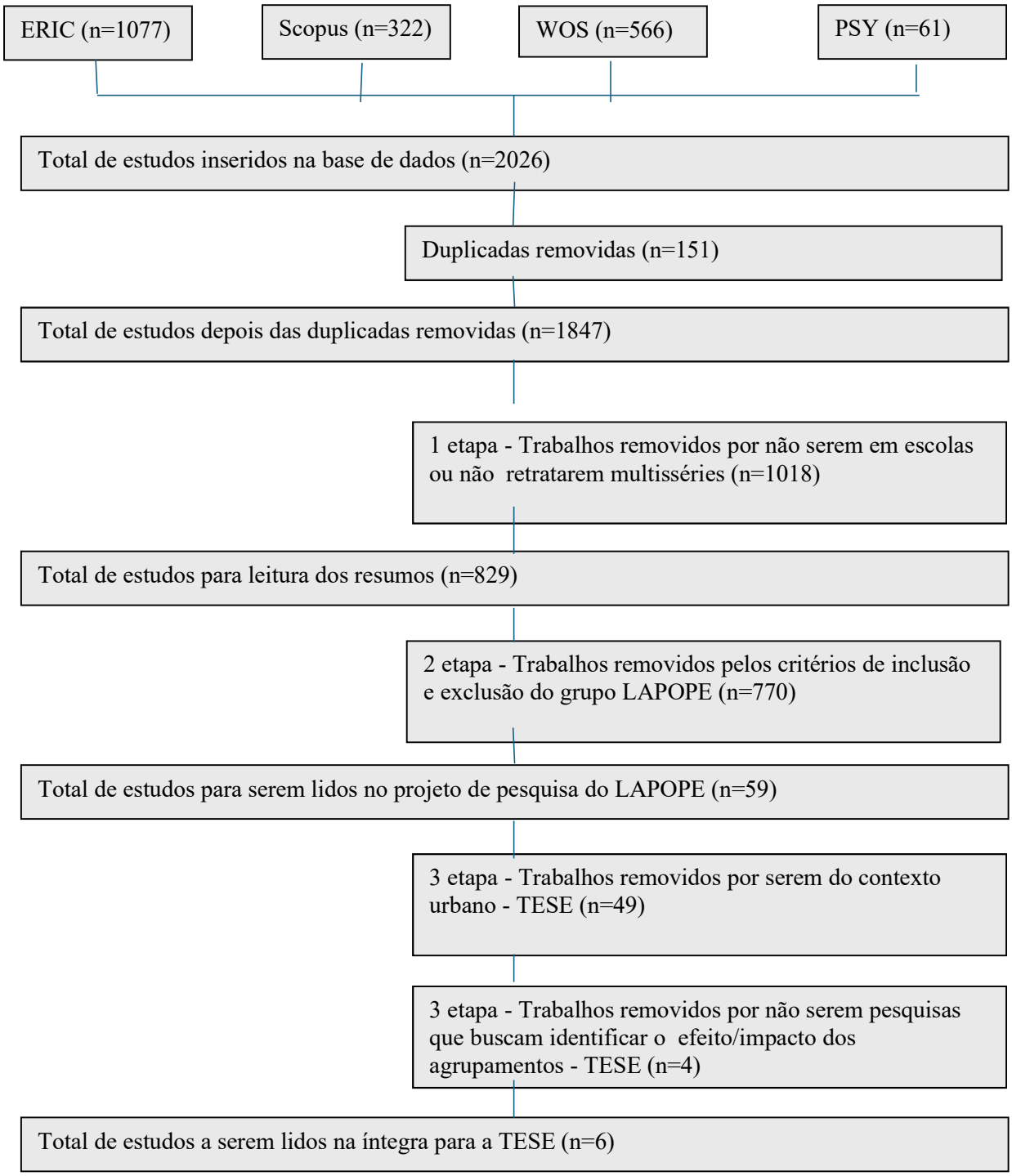
Quadro 1: Critérios de Inclusão e Exclusão

Critérios de Inclusão	**Critérios de exclusão**
- turmas multietárias ou multisseriadas - medir alguma dimensão do desenvolvimento da criança (cognitivo, emocional, social) - metodologia quantitativa - estudo longitudinal e transversal - comparação entre turmas multietárias e multisseriadas com turmas seriadas. - educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental - escolas de contexto rural.	- revisões, pesquisas qualitativas e estudos de percepção. - pesquisas nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio. - relatórios, livros e guias - não ocorrem em instituições de educação formal. - não seja um estudo empírico. - não faça uma análise quantitativa. - escolas de contexto urbano.

Elaboração grupo LAPOPE

Os resultados da aplicação dos critérios de inclusão e exclusão são apresentados no organograma a seguir:

Figura 1 Organograma com os resultados da Revisão Sistemática por etapa



Elaboração própria

3.2.6 Extração dos dados dos artigos selecionados

Na 6ª etapa, realizamos a extração dos dados dos artigos selecionados a partir da aplicação dos critérios de inclusão e exclusão. Até esta etapa os resumos foram lidos no software Endnote. Os seis artigos foram encontrados para serem lidos na íntegra localizados pelas bases de dados ou pela bibliotecária do CFCH/UFRJ Érica Resende.

Conforme orientam Costa e Zoltowsk (2014) os seis artigos encontrados foram lidos por duas pesquisadoras de forma individual para posteriormente compararem os resultados encontrados das pesquisas estudadas. Isto é, importante para verificarem o consenso das pesquisas selecionadas e evitar vieses na seleção, garantindo assim a qualidade na extração de dados. Nesta etapa, contei com o apoio da pesquisadora Ana Carolina Christóvão que faz parte do projeto maior de qual essa tese é um recorte.

Estas informações foram armazenadas com a ajuda do programa excel com as seguintes informações: artigo, autores, ano do artigo, recorte espacial/geográfico, objetivo do estudo, termo utilizado pelo estudo, faixa etária, hipótese medida de desenvolvimento utlizada na análise, amostra e perda amostral, instrumento de medida, modelo utilizado e resultados.

A tabela a seguir mostra um compilado das informações colhidas nos trabalhos lidos para esta tese.

Quadro 2: Dados extraídos dos artigos selecionados nesta Revisão

Autor (ano)	Termo utilizado	Amostra	Instrumento de Medida	Modelos Utilizados	Resultados
UREÑA, D. A. C.; OSUNA, J. M. B.; REQUENA, B. E. S. (2022)	multigrado ; multisseriada	4292 estudantes (2920 salas seriadas (68%) e 1372 (32%) salas multisseriadas) Não houve perda amostral. Pesquisa feita na República Dominicana em escolas rurais no Distrito de cabrera com crianças 1 ao 6 ano do Ensino Fundamental (6 a 12 anos). As salas multisseriadas podem conter crianças nessa faixa de idade. E os resultados serão comparados com as crianças dessa faixa etária em classes seriadas do mesmo distrito.	Linguagem e Matemática instrumentos utilizados no documento Descripción Técnica de las Pruebas Estandarizadas	estudo correlacional, com dados transversais, em que dois desenhos foram usados com as análises 1)Fatorial para análise de variância (ANOVA) 2) Análise de Regressão Linear Múltipla, duas variáveis independentes: ciclo primário, multissérie, nº de alunos por sala a e nº de alunos por sala de aula. Variável dependente: nota dos alunos em linguagem e matemática	- Na 1ª, 2 e 3ª séries primárias as diferenças entre os dois grupos (seriados e multisseriados) foram mínimas. - na 4ª, 5ª e 6ª série os resultados de aprendizagem foram maiores para o grupo de crianças nas multisséries. -Em linguagem os resultados são similares e em matemática os resultados são melhores para as classes multisseriadas. - Parece que o número de alunos em sala de aula pode influenciar o aprendizado, mas não foi encontrado um padrão para esta análise. - Professores formados para trabalhar as diferenças na sala de aula podem potencializar o aprendizado nas turmas multisseriadas sobretudo em matemática, aproveitando do aprendizado entre pares. Buscando construir uma espiral progressiva de complexidade.

POPPINK, S.; MA, X.; SHEN, J. (2019)	Multiage grouping; Agrupamento multietário;	Os tamanhos das amostras foram 1.670 escolas urbanas, 3.220 escolas suburbanas e 2.570 escolas rurais). O tamanho total da amostra foi de 7.460 escolas públicas. A amostra é Considerada representativa para o EUA, podendo generalizar os resultados .	Schools and Staffing Survey (SASS) de 2007-08 para a análise. Qualidade do dado ruim, no desenrolar da pesquisa percebeu-se dados faltantes, erros e não haver um instrumento padronizado de medida para comparação equitativa, a avaliação baseada na percepção de professores.	Estudo transversal, análise de regressão logística. Pegou-se variáveis do AYP para comparar escolas urbanas, suburbanas e rurais. Criou uma dummy se a escola precisaria ou não de melhoria obrigatória. Análise de dados ao nível da escola.	As escolas rurais sem agrupamentos multietários tinham 1,672 vezes (1 ÷ 0,598) mais probabilidade de permanecer fora da categoria de melhoria obrigatória do que as escolas rurais com agrupamentos multietários. O agrupamento multietário mostra um efeito negativo para as escolas suburbanas e rurais para que fiquem fora da categoria de escolas que necessitam de melhorias obrigatórias a partir da avaliação na qual foram submetidas.
RAHIM, Bushra (2018)	Multigrade schools; Escolas multisseriadas	361 escolas primárias públicas, não mencionam o número de crianças do estudo. Na província de Khyber Pakhtunkhwa (KP), Paquistão. Educação infantil até ao 5º ano.	Education Management information system (EMIS) - para fatores de nível escolar (estrutura da escola, formação de professores, número de alunos em sala de aula) Annual Status of education reports (ASER) - para resultado de aprendizagem dos alunos	Regressão linear múltipla: para avaliar a relação influência dos recursos escolares nos resultados de aprendizagem dos alunos. Análise de correlação bivariada e multivariada: Para medir a força de uma associação entre variáveis dependentes (leitura em urdu, leitura em	A análise multivariadaindica que em uma escola multisseriada, a porcentagem de crianças que conseguem realizar subtração de dois dígitos diminui em quase seis por cento pontos. Uma das principais conclusões que emergem destas análises é que crianças que frequentam escolas que dispõem de professores suficientes (pelo menos um professor por série) têm melhores habilidades numéricas e de alfabetização em comparação com as crianças que frequentam escolas onde há menos professores.

				inglês e matemática básica) e independentes (localização da escola, formação dos professores, se o professor leciona em série ou multissérie, frequencia e tamanho da escola) identificando quais fatores escolares influenciam nos resultados escolares.	

Quail Amanda; Smyth Emer (2014)	multigrade classes; classes multisseriadas	8578 crianças de nove anos, ensino fundamental, em setembro de 2007 e maio de 2008, 857 escolas. Escolhidas de forma aleatória. Escolas com menos de 40 crianças de nove anos, todas entraram na pesquisa, com mais de 40 crianças , foram escolhidas aleatoriamente 40 crianças de cada escola. 59% taxa de resposta das famílias consultadas. Estudo realizado na Irlanda e esta amostra é representativa do país.	Growing Up in Ireland data, testes Drumcondra de Leitura e Matemática, ver Centro de Pesquisa Educacional (ERC), 2007a, 2007b) e um pequeno questionário de autoconceito (Piers Harris 2; ver Piers & Herzberg, 2002). Com medida de desenvolvimento cognitivo e socioemocional.	estudo com dados transversais e análises correlacionais. Estima o efeito da composição etária das classes multisseriadas e permite comparar a diferença entre as classes multisseriadas e seriadas, considerando gênero, formação de professores, características da escola e características das crianças e suas famílias. Modelo multinível	O ensino multisseriado traz pouco impacto negativo, a experiência dos professores traz maior impacto no desenvolvimento das crianças do que a organização das turmas. Algo novo nesta pesquisa foi a comparação de gênero, para as meninas os resultados caíram quando em ambientes multisseriados com crianças mais velhas, e em turmas com crianças mais jovens a autoimagem caiu para as meninas quando comparadas com as meninas que estudavam em série única. Para os meninos, a única diferença foi o pior comportamento quando ensinados com crianças mais jovens.
PSACHAROPOULOS, G.; *et al*. (1993)	Multigrade; Multisseriadas	168 Escuelas novas e 60 escolas tradicionais com 3033 alunos. Teste de matemática e espanhol para 1702 alunos 3 serie (687 tradicionais e 1015 escuela nueva) e 1331 alunos da 5 série (582 tradicional e 749	Foi elaborado instrumentos de medidas para matemática, espanhol e autoestima.	Desenho quase experimental que comparou escuelas nuevas, escolhidas aleatoriamente, com escolas tradicionais., localizadas no mesmo distrito com dados transversais. Análise	As Escuelas nuevas apresentaram um impacto positivo no desenvolvimento dos alunos comparado com as escolas tradicionais. Alunos da Escuela Nueva obtiveram médias mais altas que os alunos da escola tradicional. Apenas a média de matemática dos alunos da quinta série da escola tradicional foram maiores que da Escuela Nueva. Na análise multivariada percebeu-se que o nível

		escuela nueva) Estudo realizado na Colômbia		multivariada.	socioeconômico influencia nos resultados, a formação dos professores influencia positivamente nos resultados, ou seja, quanto maior a formação, melhores são os resultados. O professor morar perto da escola influencia positivamente no resultado, pois interage com a comunidade e com os alunos também fora do ambiente escolar.
Harvey, S.B (1974)	Multigrade	152 crianças em turmas tradicionais como grupo controle e 31 crianças em turmas multisseriadas como grupo experimental.	Metropolitan Readiness Tests; Stanford Early School Achievement Test; The Self-Concept and Motivation Inventory: Early Elementary Form; Social-Emotional Behavior Inventory	O estudo é experimental com comparação das médias obtidas nos intrumentos entre as turmas multisseriadas e tradicionais. Realizado com todas as crianças das turmas.	Crianças do pré em grupos multisseriados pontuaram de forma ligeiramente superior em autoconceito, desenvolvimento socioemocional e desenvolvimento da prontidão do que crianças em salas tradicionais. As crianças do pré nos grupos tradicionais tem pontuação ligeiramente superior no avaliação geral em relação às crianças das turmas multisseriadas. Os resultados gerais do estudo concluem que os tipos de organização da sala estudados (série única ou multissérie) têm pouco ou nenhum efeito no autoconceito, prontidão, desenvolvimento ou realização emocional. Todas as diferenças encontradas não foram significativas.

Fonte: Elaboração da autora

3.2.7 Descrição dos artigos

O estudo mais antigo encontrado em nossa revisão sistemática foi realizado no condado de Grayson, zona rural do estado da Virgínia nos EUA, sendo a agricultura a principal fonte econômica desta localidade. A tese de doutorado de Harvey (1974) tinha como objetivo determinar se havia relação entre o tipo de organização da sala de aula, multisseriada ou seriada, e o desenvolvimento socioemocional e prontidão escolar das crianças. O estudo ocorreu durante dois anos letivos, contudo não é longitudinal porque utilizou quatro instrumentos de medidas diferentes e não houve segunda medida a partir de nenhum dos instrumentos aplicados. O trabalho indica que se trata de um estudo experimental, contudo não há informações se as crianças e professores foram designadas de forma aleatória para as turmas. O estudo foi realizado com todas as crianças do distrito, e comparou as médias obtidas nos instrumentos entre as turmas seriadas e multisseriadas. Contou com cento e cinquenta e duas crianças em turmas tradicionais no grupo controle e trinta e uma crianças em turmas multisseriadas no grupo experimental. A perda amostral foram de doze crianças das turmas tradicionais e onze crianças das turmas multisseriadas, crianças essas que mudaram da localidade onde o estudo acontecia. Ele utilizou quatro instrumentos testados e validados. Três desses instrumentos foram aplicados diretamente com as crianças: Metropolitan Readiness Tests para medir habilidades ligadas a prontidão para leitura e matemática que irão ser úteis para a escolarização formal das crianças; Stanford Early School Achievement Test que mede habilidade cognitivas em 4 partes (ambiente, matemática, letras, sons e compreensão auditiva); The Self-Concept and Motivation Inventory: Early Elementary Form que consiste em uma medida diagnóstica da autoestima acadêmica projetada para uso com pré-leitores. E um instrumento foi respondido pelos professores: o Social-Emotional Behavior Inventory baseado em um questionário desenvolvido pelo Head Start para medir comportamento das crianças. Como resultado ele encontrou que as crianças do pré-escolar, em grupos multisseriados, pontuaram de forma ligeiramente superior em autoconceito, desenvolvimento socioemocional e desenvolvimento da prontidão do que crianças em salas tradicionais. As crianças do pré-escolar, nos grupos tradicionais, têm pontuação ligeiramente superior nas avaliações em relação às crianças das turmas multisseriadas. Os resultados gerais do estudo concluem que os tipos de organização da sala estudados (seriada ou multissérie) têm pouco ou nenhum efeito no autoconceito, prontidão, desenvolvimento ou realização emocional.

O estudo realizado nos EUA (POPPINK et.al, 2019), tinha como objetivo examinar os

construtos de tempo, agrupamentos de estudantes e pessoal profissional em escolas e determinar se estes fatores escolares estão associados ao fato de as escolas terem ou não alcançado o Adequate Yearly Progress (AYP), traduzido aqui como o progresso anual adequado, e se a escola precisaria passar por melhorias obrigatórias (situação das escolas que não alcançam o AYP por dois anos consecutivos). A escola responde em um formulário governamental: sim, se a escola alcançou a média prevista pelo governo; ou não, caso não tenha alcançado esta medida. Este indicador era calculado a partir de um banco de dados nacional School ~~s~~and Sttafing Survey (SASS). A partir destes questionários os autores utilizaram variáveis dependentes dicotômicas, agregadas no nível da escola, indicando: (i) quais escolas tinham alcançado ou não naquele ano letivo o AYP; (ii) escolas que precisariam (ou não) passar por melhorias obrigatórias.

Os pesquisadores reportaram a existência de dados faltantes, informações erradas ou incompletas, contudo não informaram a proporção desses dados *missing*. O estudo utilizou variáveis de controle, também agregadas no nível da escola, provenientes do SASS tais como a porcentagem de alunos que almoçavam de forma gratuita e a porcentagem que pertenciam a minorias para a medida étnico-racial e porcentagem que pertenciam a minorias (como proxy do nível socioeconômico das escolas). O estudo contou com uma amostra representativa para o país e utilizaram pesos relativos para terem representatividade nacional. As escolas foram escolhidas de forma aleatória dentro do próprio SASS, e as com mais professores tinham maior probabilidade de serem escolhidas. Após a escolha das escolas, os professores dessas também foram escolhidos de forma aleatória. Participaram do estudo: 1.670 escolas urbanas, 3.220 escolas suburbanas e 2.570 escolas rurais, totalizando 7460 escolas. Não houve um instrumento de medida padronizado para avaliação dos alunos, os resultados foram retirados do banco de dados nacional cujas avaliações eram aplicadas pelos professores nas escolas, ou seja, são avaliações de percepções dos professores. A análise de regressão múltipla e logística foi realizada no nível da escola para desempenho escolar, não houve análise no nível do estudante. Os modelos foram estimados separadamente para os seguintes extratos das escolas: rurais, urbanas ou suburbanas. O estudo contemplou quinze variáveis preditoras, sendo a variável "agrupamento multietário" a de maior interesse para esta tese. O resultado que nos interessa aponta que as escolas rurais sem agrupamentos multietários tinham 1,672 vezes (1 ÷ 0,598) mais probabilidade de permanecer fora da categoria de melhoria obrigatória do que as escolas rurais com agrupamentos multietários.

Na América Latina, temos o estudo quase experimental de Psacharopoulos *et al* (1993) realizado na Colômbia com o objetivo de avaliar a implementação da Escuela Nueva

(multisseries) e comparar o desenvolvimento dos alunos desse projeto com o desenvolvimento dos alunos em escolas tradicionais. O interessante deste trabalho, o que o diferencia dos demais, é que ele avaliou o impacto do programa Escuela Nueva elaborado para o meio rural, para classes multisseriadas, com formação específica para esta organização assim como recursos didáticos. Além disso, o programa tenta integrar o aluno, as escolas e a comunidade incentivando professores, alunos e pais a participarem das atividades escolares e a se envolverem nas decisões da gestão escolar. Para comparar o desenvolvimento dos alunos da Escuela Nueva com os da escola tradicional, foi utilizado os dados levantados pelo Ministério da Educação da Colômbia, em 1987, que através de uma avaliação padronizada mediu o desenvolvimento em matemática, espanhol, autoestima, criatividade e comportamento cívico de alunos da 3ª e 5ª séries. O estudo contou com uma amostra de 168 Escuelas nuevas e 60 escolas tradicionais, escolhidas de forma aleatória nos mesmos distritos onde havia Escuelas Nuevas a fim de realizar as comparações. Dessas escolas, participaram 3033 alunos, sendo 1702 alunos da 3ª série e 1331 alunos da 5ª série. Também foram aplicados questionários para levantar informações sobre os alunos, professores e escolas.

Percebeu-se que pela idade das crianças, 10 e 12 anos, mais velhas do que era esperado, havia uma grande experiência de repetência ou ingresso tardio no sistema educacional, situações bem presentes nas zonas rurais deste país. Um em cada três alunos trabalhavam, independente do tipo de escolas que estudavam.

Em relação às características das escolas, a Escuelas Nuevas tinham mais supervisão, melhor proporção professor-aluno, ou seja, menos alunos por professor e mais escolas sem eletricidade. As escolas tradicionais contavam com professores mais experientes e com melhores salários, contudo muitos sem formação universitária. Em ambos tipos de escolas a grande maioria dos professores fizeram a Trilha pedagógica na formação secundária e na superior. Quanto aos resultados dos testes cognitivos e de comportamento, os alunos das Escuela Nuevas pontuaram mais que os alunos das escolas tradicionais, exceto em matemática na 5ª série. Foi feita uma análise multivariada controlando múltiplos fatores que também estão associados ao desempenho dos alunos, tais como características dos alunos, das famílias, das escolas e dos professores. Mesmo com as análises que consideravam estes controles, o estudo observou que a Escula Nueva estava positivamente associada ao desempenho, exceto em matemática da 5ª série que foi negativo. Contudo, nenhuma das diferenças, sejam positivas ou negativas, são estatisticamente significativas. Em resumo, os resultados indicam que a Escuelas Nuevas teve, na maioria das análises consideradas, um resultado positivo sobre os resultados dos alunos, controlando as características familiares e os insumos escolares e outros indicadores

de natureza qualitativa. Os resultados indicam uma associação positiva entre a Escuela Nueva (classes multisseriadas) no desempenho dos alunos comparado às escolas tradicionais (seriadas), mesmo que os resultados não sejam estatisticamente significativos.

Na America Central, o estudo de Urenã e Osuna (2022) focalizou escolas rurais da República Dominicana, com o objetivo de comparar os resultados alcançados em salas multisseriadas com salas seriadas, do nível primário em dois distritos: Cabrera e o Nagua Regional. O estudo contou com medidas de proeficiência na língua espanhola e matemática, informações sobre o tamanho das salas de aula e se estavam no primeiro ou segundo ciclo do fundamental. O instrumento de medida utilizado para a comparação dos resultados foi Descripción técnica de las pruebas estandarizadas de los aprendizajes, aqui traduzidas como Desccrição técnica das provas padronizadas das aprendizagens (INAFOCAM y PUCMM, 2015). Participaram 4292 estudantes (2920 em salas seriadas e 1372 em salas multisseriadas) 32% em multissérie e 68% em séries (este é o número total de estudantes dos dois distritos pesquisados). Contudo, o número de alunos com notas nas avaliações padronizadas flutuou de acordo com a série que estavam, do total de 4292 estudantes, o estudo contou com medidas de 2127, uma perda amostral de 51%.

Trata-se de um estudo de análises correlacionais e dados transversais, sendo que dois tipos de análise foram realizadas. O primeiro foi uma análise fatorial, de variância (ANOVA). As variáveis independentes foram categóricas: Ciclo primário (primeiro-segundo), multisseriado (Sim-Não) e número de alunos por sala de aula (menos de 9, de 9 a 20, mais de 20). No segundo desenho, para Análise de Regressão Linear Múltipla, as duas variáveis independentes foram numéricas: série (da 1º a 6º) e número de alunos por sala de aula. A terceira variável independente (forma de agrupamento: série/multisseriada) era uma variável dicotômica indicando se a turma era ou não multisseriada. Em ambos os desenhos, as variáveis dependentes foram as notas da média geral em espanhol. Assim, na conclusão da pesquisa, Ureña e Osuna (2022), observaram que os efeitos das turmas multisserie na aprendizagem dos alunos pode variar entre as séries. No primeiro ciclo do Básico (1.º, 2.º e 3.º anos), não houve diferença nos resultados do aprendizado entre os alunos dos grupos multisseriado e dos seriados. Contudo, no segundo ciclo (4.º, 5.º e 6.º anos) os resultados de aprendizagem foram, significativamente, maiores para os alunos que estavam em turmas multisseriadas. Também, verificou-se que os resultados podem variar entre os sujeitos. Em língua espanhola, os resultados para os grupos seriados e multisseriados foram semelhantes. Não obstante, em matemática, os alunos do segundo ciclo em turmas multisseriadas obtiveram médias superiores. Os dados obtidos indicam que os grupos multisseriados, em contextos semelhantes aos grupos

seriados e com professores com formação básica para trabalhar neste contexto específico, podem contribuir para melhorar os resultados da aprendizagem dos alunos do segundo ciclo do Básico em geral e, especialmente, na área de matemática. Os autores indicam os mecanismos que possivelmente explicam os resultados encontrados: esses grupos multisseriados se beneficiam da aprendizagem entre pares. É possível que os alunos do segundo ciclo do Básico, e especialmente na área de matemática, tenham maior probabilidade de se beneficiar dos processos que ocorrem em turmas multisseriadas, nas quais avançam e revisam constantemente os conteúdo sempre que o professor os apresentam para a nova turma que chega em diversos níveis de dificuldades e habilidades.

No Paquistão, o trabalho de Rahim (2018) tinha como objetivo de investigar quais fatores estão relacionados ao baixo desenvolvimento das crianças na província de Khyber Pakhtunkhwa. Esta região é uma das mais infligidas por guerras e as escolas, foco do estudo, atendem crianças com nível socioeconômico muito baixo. A pesquisa procurou medir como os recursos físicos (ter banheiro, eletricidade, paredes, telhados, enfim descrevem uma infraestrutura básica), a experiência e formação do professor e as características da escola (tamanho, proporção aluno-professor, classe multisseriada ou seriada e localização) influenciam ~~n~~o desenvolvimento das crianças. É uma localidade que enfrenta uma situação bem específica de conflito, há escolas somente para meninos ou para meninas, mas no decorrer da pesquisa foi observado pelo pesquisador que havia escolas para meninos que também recebiam meninas ou por não haver na região escola para as meninas, ou pela família considerar a escola para meninos mais segura.

Para responder à questão proposta por Rahim (2018) “quais fatores escolares estão relacionados à aprendizagem” foram analisadas 361 escolas. O estudo não menciona o número de crianças participantes e nem a perda amostral. As análises foram realizadas no nível da escola. Duas fontes de dados foram utilizadas para responder essa questão: Education Management Information System (EMIS, 2012), aqui traduzido como Sistema de Informação de Administração Educacional, para medir a qualidade da escola e a Anual Status of Education Reports (ASER, 2012), aqui traduzido como Relatórios Anuais de Status da Educação, para medir a aprendizagem dos alunos por escola, através de um instrumento de medida padronizado. Uma análise de regressão linear múltipla foi conduzida para avaliar a relação da influência dos recursos escolares nos resultados de aprendizagem dos alunos, utilizando um modelo de função de produção educacional que procura demonstrar se o resultado dos alunos é influenciado por fatores no nível da escola. Com este intuito mensurou a porcentagem de crianças que eram capazes de ler uma história em urdu, ler uma frase em inglês e fazer subtração

com dois dígitos, através dos dados disponíveis no ASER no nível da escola. As análises realizadas tinham controle de variáveis relacionadas à infraestrutura física da escola, a formação dos professores e a localização e tamanho da escola. Foi realizada uma análise de correlação bivariada para medir a força de uma associação entre variáveis dependentes e independentes, importantes para perceber como a aprendizagem e os resultados variam de acordo com os vários níveis de recursos escolares. E para analisar as porcentagens de proficiência dos resultados apresentados pelas escolas, foi realizado uma análise multivariada que entre outras informações que não nos interessa nessa tese, indicou que em uma escola multisseriada, a porcentagem de crianças que conseguem realizar subtração de dois dígitos diminui em quase seis pontos percentuais quando comparadas com a porcentagem de crianças em classes seriadas. Os pesquisadores alertam que é possível que a maior parte do impacto seja explicada por outras variáveis não incluídas neste estudo, por exemplo, o nível socioeconômico das crianças, o currículo escolar, a metodologia do ensino, a gestão de sala de aula e o grau de autonomia delegada às escolas.

Na Irlanda, país que possui 1/3 das escolas com classes multisseriadas, o estudo de Quail e Emer (2014) teve como objetivo analisar os efeitos da composição etária das turmas de crianças com nove anos que estudavam em turmas organizadas de forma multisseriadas e seriadas em um estudo transversal. Dentre as escolas da Irlanda, foram escolhidas de forma aleatória 857 escolas. Dessas escolas sorteadas, todas as crianças que estudavam em escolas que contavam com menos de 40 crianças de nove anos entraram na amostra e das instituições com mais de 40 crianças foram escolhidas aleatoriamente 40 crianças de cada escola, somando o total 8578 crianças. O estudo parte de uma amostra com representatividade nacional e teve uma perda amostral de 20% das escolas e de 41% das crianças sorteadas. Para garantir a representatividade nacional fizeram uma reponderação estatística.

O estudo utilizou um instrumento padrozinado de testes de leitura e matemática, o Drumcondra Reading and Maths tests do Educational Research Center (ERC), aqui traduzido como Teses de Leitura e Matemática do Drumcondra, e testes comportamentais com um questionário (PIERS HARRIS & HERZBERG, 2002). Os autores realizaram análises com modelos multinível, com controle de variáveis tais como NSE das escolas e crianças, experiência dos professores e os diversos tipos de agrupamentos dentro da organização multietária, considerando se as salas eram compostas de crianças com nove anos: (i) e mais velhas; (ii) e mais novas e (iii) mais velhas e mais novas que essa idade. Os autores tomaram essa decisão, uma vez que encontraram turmas com três séries agrupadas com o mesmo profissional e dentro de uma mesma sala de aula ao mesmo tempo.

Para as análises considerou-se as classes multisseriadas pela composição da turma, as características das crianças e das famílias, as características da escola e as características dos professores. Também levaram em conta o gênero das crianças e as diferenças no desenvolvimento de meninos e meninas, a partir das outras variáveis considerando a formação de professores, características da escola e características das crianças e suas famílias. Ter considerado o gênero na comparação dos resultados nas turmas multisseriadas foi a grande inovação deste estudo. As classes multisseriadas ocasionaram poucos impactos nos resultados acadêmicos, tendo variação nos resultados de acordo com as características das crianças e suas famílias, foram encontrados resultados ora positivos e ora negativos, contudo nenhum resultado com significância estatística.

Contudo, o efeito das diferentes estruturas multisseriadas diferiu de acordo com o gênero. As meninas se desenvolveram menos em turmas multisseriadas com a presença de crianças mais velhas, as análises indicaram uma autoimagem negativa para as meninas de nove anos quando agrupadas em turmas com crianças mais jovens. De acordo com os autores, uma possível explicação para os resultados encontrados é que as meninas parecem fazer mais comparações sociais do que os meninos. O único efeito estatisticamente significativo observado para os meninos foi um pior ajuste comportamental quando agrupados com crianças mais jovens. As conclusões apontam, para o desafio adicional para o professor, considerar o gênero em salas de aulas multisseriadas como formas inovadoras para envolver e gerenciar a interação e a disciplina em sala de aula, a fim de evitar os efeitos negativos apontados.

3.2.8 Avaliação dos artigos

Na 7ª etapa, realizamos a avaliação dos artigos para a etapa da interpretação dos dados. Os pesquisadores envolvidos na revisão sistemática adaptaram a proposta, de Gorard et.al (2017) para construir uma escala de avaliação a ser utilizada nos artigos encontrados para análise do projeto mais amplo. Utilizei esta escala para analisar os seis trabalhos utilizados no recorte feito para esta tese.

A adaptação foi feita, pois se seguíssemos a proposta utilizada por Gorard et. al (2017) todos os artigos seriam eliminados, por não apresenterem desenhos robustos o suficiente para a inferência causal. No entanto, os autores orientam para a sensibilidade de perceber as diferenças das áreas pesquisadas e às vezes criar outros parâmetros de avaliação de acordo com as demandas apresentadas. Seguindo essa orientação, continuamos a avaliar a partir dos

critérios propostos pelos autores (desenho do estudo, amostra, perda amostral, qualidade dos dados e ameaças ao estudo). Nossa intenção foi criar nuances que nos permitissem perceber as diferenças dos estudos encontrados e verificar quais possuem maior ou menor robustez, a partir da avaliação definida pelo grupo de pesquisadores envolvidos no projeto mais amplo, com a intenção de analisar a qualidade da evidência e a força da relação causal (validade interna).

Para cada um dos critérios avaliados foi dada uma nota que varia de 1 a 4. Posteriormente somou-se a nota de todos os critérios e dividiu-se pelo número de critérios (5), chegando a nota média de cada trabalho. Variável de 1 até 5.

Quadro 3 - Critérios para avaliação dos artigos

DESENHO	
4	Quase-experimento ou longitudinal
3	Transversal no nível da criança com variáveis de controle (origem da criança)
2	Dado agregado no nível da escola ou transversal no nível do aluno sem controles
1	Sem grupo de controle
AMOSTRA	
4	Mais de 50 casos (turmas ou escolas)
3	De 21 a 50 casos (turmas ou escolas)
2	Ao menos 20 casos (turmas ou escolas)
1	Não reporta o número de casos
PERDA AMOSTRAL	
4	Até 25% de perda e/ou análise de viés/algum tratamento
3	Mais de 25% de perda e análise de viés/algum tratamento
2	Mais de 25% de perda e sem tratamento
1	Não reporta a perda amostral
QUALIDADE DOS DADOS	
4	Dados padronizados, pré-estabelecidos
3	Dados não padronizados (avaliação indireta/percepção dos professores)
2	Avaliação dos próprios professores (não padronizada e variável)
1	Não fala sobre de onde veio os dados
OUTRAS AMEAÇAS	
4	Reportou que não teve ameaça ou a ameaça não afetou o estudo
3	Teve e foi uma ameaça pequena
2	Teve e foi uma ameaça grande
1	Não reportou nenhuma ameaça

Elaborado grupo LAPOPE

Quadro 4 - Pontuação dos Artigos

Artigos	Desenho do estudo	Amostra	Perda amostral	Qualidade dos dados	Outras ameaças	Total	Média	Avaliação da multissérie comparadas a séries
UREÑA; OSUNA, 2022	3	4	2	4	3	16	3,2	Positivo
POPPINK et.al, 2019	2	4	1	2	2	11	2,2	Negativa
RAHIM, 2018	2	4	1	4	2	13	2,6	Negativa
QUAIL,A; EMER S, 2014	3	4	3	4	3	17	3,4	Sem diferenças para desenvolvimento cognitivo. Para meninas menor desenvolvimento cognitivo e autoconceito
PSACHAROPOULOS, G.; *et al*., 1993	3	4	1	4	3	14	2,8	Positivo
HARVEY, 1974	3	1	2	4	1	11	2,2	Pouco ou nenhum efeito

Fonte: Elaboração da autora

3.2.9 Síntese e interpretação dos dados dos artigos

Na 8ªetapa, realizei a síntese e interpretação dos dados coletados nos artigos e a qualidade das evidências, salientando algumas tendências e padrões encontrados.

Primeira tendência observada foi a pequena quantidade de estudos, mesmo considerando a literatura internacional, com foco no efeito ou impacto das turmas multisseriadas no desenvolvimento cognitivo/desempenho acadêmico e socioemocional das crianças/dos alunos. No Brasil não encontremos esse tipo de pesquisa em turmas multisseriadas da Educação do Campo, em parte pela exclusão deste tipo de turma do SAEB. Mas mesmo ao considerar estudos realizados em outros países, e publicados em inglês e espanhol, percebe-se certa invisibilização da situação dessa organização heterogênea por idade, que se faz presentes nas zonas rurais de diversos países. Depois de realizada toda a seleção nos restaram apenas seis trabalhos que respondem à questão proposta no início da revisão sistemática.

Quais termos foram utilizados pelos estudos referentes as turmas multisseriadas/multietárias no desenvolvimento cognitivo/acadêmico de crianças na Educação infantil e na educação primária (equivalente aos anos iniciais do ensino fundamental no Brasil) no contexto mundial rural?

A variedade de termos para designar este campo de pesquisa aparece nestes seis trabalhos. Foram encontrados os termos para o agrupamento multietário: Multigrade classes, multiage grouping, multi grading, multigrado, multigrade schools, multigrade, aqui traduzidos

como classes multisseriadas, grupos multietários, multisséries e escolas multisseriadas.

Entre os seis trabalhos incluídos nesta revisão sistemática nenhum apresentou desenho longitudinal, que seria mais adequado para identificar o efeito deste tipo de turma no desenvolvimento cognitivo/acadêmico ou socioemocional das crianças/dos alunos, uma vez que permite melhor controle de viés de autosseleção (GOLSTEIN, 1997; FRANCO; BROOKE E ALVES, 2005). Os estudos, muitas vezes não conseguem contornar este problema. Percebe-se que nos trabalhos os desenhos de estudo foram realizados a partir dos dados disponibilizados pelos governos dos países e ONGs.

Ao analisar as amostras dos estudos percebemos que poucos informam a perda amostral, , também falta descrever as ameaças identificadas para a pesquisa, sendo essa informação pertinente para avaliarmos a robustez do estudo.

De acordo com os parâmetros indicados no quadro 02, o estudo nos EUA de Poppink et.al (2019) é o que apresenta desenho com menor robustez. A pesquisa utiliza uma medida AYP para comparar as escolas. Esta medida não traz consigo controle de características dos alunos, suas famílias, professores e escolas que permitam ao pesquisador fazer controles para mensurar as inferências causais no desenvolvimento da criança. A comparação é feita no nível da escola e não no nível da criança. O estudo relata que teve problemas com dados faltantes e informações incorretas, contudo não diz o tamanho do problema e não faz nenhuma análise para indicar se há viés na perda de dados. As análises indicam uma associação negativa entre frequentar classes multisseriadas e a média do progresso da escola. No entanto, as análises não apresentam controles relacionados à composição das turmas (por exemplo, nível socioeconômico das crianças), ou ganho médio da turma (ponto de partida e ponto de chegada do desenvolvimento cognitivo das crianças). Não é possível, por exemplo, descartar hipóteses alternativas de que se trata de escolas em áreas mais vulneráveis (viés de seleção), o que indica uma fragilidade para mensurar o efeito do agrupamento multietário no desenvolvimento cognitivo das crianças e, portanto, na validade interna do estudo.

Os próprios pesquisadores analisam de forma crítica os resultados encontrados. Por exemplo, dentre os resultados encontrados no estudo há a indicação que a presença de especialistas de leitura e matemática para aulas de reforço, seja algo negativo para o desenvolvimento das crianças, o que obviamente não faz sentido, pois se espera que em turmas menores, com especialistas lecionando, os resultados sejam melhores. Este resultado leva os pesquisadores a reconhecer que o desenho do estudo não tem os controles necessários para observar os efeitos das características escolares sobre o desempenho dos alunos. É mais provável, que esses especialistas estejam presentes em escolas com alunos vulneráveis e, por

isso, quando comparam os resultados indiquem que escolas com a presença destes profissionais tenham piores resultados. De qualquer forma, os resultados encontrados indicam a necessidade de novas pesquisas para investigar de forma mais clara os fatores escolares que interferem no desenvolvimento das crianças.

O outro trabalho realizado nos EUA (HARVEY, 1974) também apresenta desenho de estudo com baixa robustez para a realização de inferência causal, não é longitudinal. Utiliza quatro instrumentos padronizados. O estudo não traz o número de turmas e escolas que participaram da pesquisa, assim as comparações são realizadas no nível da criança, mas apresentadas como resultados das turmas. O estudo relata uma perda amostral de mais de 25% das crianças e não indica se houve viés na perda. No que diz respeito aos resultados encontrados, o estudo indica que as crianças do pré-escolar, em grupos multisseriados, pontuaram de forma ligeiramente superior em autoconceito, desenvolvimento socioemocional e desenvolvimento da prontidão do que crianças em salas tradicionais. A criança do pré-escolar, nos grupos tradicionais, tem pontuação ligeiramente superior no desempenho total em relação às crianças das turmas multisseriadas. Mas, no final, a conclusão é que o tipo de organização das salas de aula tem pouco ou nenhum efeito sobre o desenvolvimento das crianças quando se compara a turma multisseriada com a seriada, uma vez que os resultados não são estatisticamente significativos.

O estudo realizado no Paquistão por Rahim (2018) apresenta baixa robustez, explicada pelo contexto vulnerável e violento descrito no artigo o que não permitiu uma coleta de dados consistente, para as análises foram realizadas a leitura de dados disponibilizados pelo governo e ONG, com muitos dados faltantes. As comparações são realizadas no nível da escola, e o estudo não descreve quantas crianças participaram do estudo, informa apenas o número de escolas. Ele apresenta resultados negativos para turmas multisseriadas quando comparadas às turmas seriadas. Contudo, informa que nessas turmas os professores possuem menor qualificação, o que pode influenciar no resultado e não a organização em si.

O estudo na América Latina de Psacharopoulos *et al* (1993) apresentou um bom desenho quase-experimental, uma boa amostra e boa qualidade dos dados. Encontrou resultados positivos ao comparar as Escuela Nueva (classes multisseriadas) com as escolas tradicionais (seriadas). No entanto, não reportou a perda amostral e as ameaças ao estudo. A falta dessas informações no estudo colocam dúvidas sobre a validade interna e externa do mesmo.

Na América Central, República Dominicana o estudo de Ureña; Osuna (2022), traz o relato da perda amostral, do estudo. Contudo, não sabemos se essa perda pode trazer viés para a pesquisa, ou seja, um grupo específico de crianças pode ter apresentado uma perda maior do

que outro grupo. Apresenta resultados positivos para algumas fases do ensino multisseriado comparado ao seriado, e nenhuma diferença em outras fases.

Na Irlanda, temos o estudo de Quail *et al* (2014), o estudo com maior robustez dos seis trabalhos lidos para esta revisão. Apresentou um estudo transversal, uma amostra grande e representativa para o país, boa qualidade dos instrumentos de coleta de dados, informa a perda amostral e as ameaças. Além disso, as análises incluem inúmeros controles e ocorrerem no nível da criança. O estudo encontrou ora resultados positivos e ora negativos para o desempenho acadêmico na organização multisseriada. Para meninas o estudo demonstrou um resultado negativo quando estão em turmas multisseriadas, tanto no desenvolvimento cognitivo quanto no autoconceito. Para meninos o resultado foi negativo no comportamento quando estavam em turmas com crianças mais jovens. Este trabalho tem resultados que podem ser considerados em outros contextos em busca de maior validação para os resultados alcançados.

Percebe-se nesta revisão, assim como nas demais encontradas Veenman (1995; 1996), Ronksley-Pavia *et al* (2019), que não há consenso nas pesquisas que tiveram como ensejo verificar se as classes multisseriadas interferem positiva ou negativamente no desenvolvimento das crianças.

Dos seis trabalhos lidos na integra para o final desta revisão sistemática avaliados dentro dos critérios estabelecidos pelo grupo Lapope o melhor avaliado (QUAIL; EMER, 2014) aponta que a organização multisseriada não produz resultados significativamente diferentes da organização seriada. Contudo, sinaliza que quando se considera o gênero, as meninas se desenvolvem menos que os meninos na organização multisseriada e deixa esse alerta para os profissionais dessa organização de estarem atentos a essa diferença. Essa mesma diferença de gênero também foi encontrada na pesquisa de Psacharopoulos *et al*. (1993), então é algo que os pesquisadores da área devem considerar em suas análises. Os trabalhos (UREÑA; OSUNA, 2022; PSACHAROPOULOS; *et al*., 1993), avaliam a organização multisseriada de forma positiva para o desenvolvimento das crianças e sinalizam que, nas turmas pesquisadas, os professores(as) tinham recebido capacitação para esta organização. E os trabalhos com menor avaliação pelos critérios do grupo de pesquisa Poppink *et.al* (2019) e Rahim (2018), avaliam a multissérie de forma negativa quando comparados a organização seriada, sendo que o trabalho de Rahim (2018) ressalta que essas turmas também contavam com professores menos qualificados. O trabalho de Poppink et.al (2019) também alerta para a falta de controles dos dados da pesquisa como já descrito neste trabalho.

Esta revisão sistemática foi importante para elucidar o quanto estamos em um campo de pesquisa com muitas lacunas para serem respondidas, não só a nível nacional, mas também

internacional. As multisséries continuam sendo uma organização de turmas que resiste e que necessita de atenção pedagógica especial e mais trabalhos que venham a apontar os caminhos para este atendimento se efetive de forma satisfatória para profissionais, alunos e gestores. Ela nos sinalizou que as lacunas observadas no contexto brasileiro, sinalizadas ao longo da tese, também ocorrem no cenário internacional: poucos trabalhos, com desenhos de estudo com baixa validade interna, ou seja, com baixa qualidade no que diz respeito a inferências causais.

4 O SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Neste capítulo apresento os territórios rurais do município de Lima Duarte, caracterizando seus territórios com o auxílio de pesquisas realizadas na região, entrevistas com as famílias de cada região descrita e pela minha proximidade física e cultural com todos os territórios visitados. Farei o registro de suas escolas com os dados passados pelos gestores(as) de cada uma delas e a realidade enfrentada pelas crianças camponesas para terem acesso ao direito à educação contadas por suas famílias. Também há um pequeno relato de como a luta pela construção de uma Educação do Campo se efetiva no sistema municipal educacional.

A lista de escolas ativas e inativas foi possível por consulta ao site Qedu. As famílias escolhidas para as entrevistas foram as com crianças atendidas pelo transporte escolar nas diversas escolas participantes da pesquisa, com o critério das crianças que moravam mais distantes da escola. Foram entrevistadas nove famílias.

4.1 Rede de Ensino

4.1.1 Histórico do Sistema de Educação de Lima Duarte

Em consulta ao banco de dados do qedu[14], o município de Lima Duarte já contou com cinquenta e cinco instituições de ensino. Vou listá-las por ter percebido na construção desta história que muitas informações são obtidas pelas entrevistas concedidas e atas das reuniões da Câmara apresentadas no capítulo 5.

Quadro 5 - Escolas ativas e inativas do município de Lima Duarte

Modalidade	Rede	nome	Ativa/inativa
Educação infantil	Pública Municipal	Centro de Educação Infantil professora Suely Guimarães Motta	Ativa
		P.E.M. Tiago Delgado	
		P.E.M Conceição de Ibitipoca	
		P.E.M. Olga Silva de Oliveira	
		E.M. Trenzinho da Alegria	

[14]https://qedu.org.br/municipio/3138609-lima-duarte

		P.E.M. Elzira da Conceição Moreira	
		P.E.M.Joaquim de Aquino Guedes	
		P.E.M. Luíza de Paula	
		P.E.M. José Dondici	Inativa
		P.E.M. Pedro Paz	
		Creche comunitária Altina Tavares	
Educação Infantil e primeiro ano	Pública municipal	E.M. Lígia Duque Catão	Ativa
Anos Iniciais	Pública Municipal	E.M. Coronel José de Salles	Ativa
		E.M. Altivo Pedro Gomes	
		E.M. Francisco Augusto de Oliveira	
		E.M. Alzira de Paula Delgado	
		E.M. Bias Fortes	
		E.M. Padre Carlos	
		E.M. Pedro Paz	
		E.M. de Boa Vista	Inativa
		E.M. de Cachoeira	
		E.M. de Capoeirão	
		E. M. Fazenda da Serra	
		E.M. de Ginete	
		E.M. de Mandembo	
		E.M. de Mogol	
		E.M. de Monte Verde	
		E.M. de Nagib Ueb	
		E.M de Palmital	
		E.M de Pinheiros	
		E.M. de Pirapetinga	
		E.M. de Rancharia	
		E.M. de Retiro do Meio	
		E.M. de Ribeirão de São Pedro	
		E.M. de Rio Grande do Souza	
		E.M. de Tapera	
		E.M. Jacinto de Paula Motta	
		E.M. Joaquim Pedro Alves	

		E.M. José Dondici	
		E.M. José Medeiros Filho	
		E.M. Ponte Nova	
		E.M. Rita da Cunha Moreira	
		ER de João Carlos	
		E.R. de Serrinha	
Anos finais ensino fundamental integral e médio técnico	Pública Estadual	E.E. Tiago Delgado	Ativa
Anos finais ensino fundamental e médio técnico integral		E.E. Adalgisa de Paula Duque	
Anos finais ensino fundamental integral e médio		E.E. Joaquim Delgado de Paiva	
Educação de jovens e adultos	Pública municipal	CESU de São Domingos da Bocaína	Inativo
Educação de Jovens e Adultos	Pública estadual	CESEC de Lima Duarte	Ativo
Educação Infantil e Fundamental	particular	Escola Balão Azul	Inativa
Educação infantil ao Ensino Médio	Particular	Instituto Piaget de Ensino	Ativa
Educação Infantil ao Ensino Fundamental		Colégio Conexão	
Educação Infantil e Fundamental		School Live	
Educação técnica		Centro técnico profissional de Lima Duarte	

Fonte: Qedu
Elaboração própria

O sistema municipal de educação no ano de dois mil e vinte e dois, ano da aplicação do instrumento padronizado de avalização com as crianças que será apresentado no próximo capítulo, contava com nove escolas de ensino fundamental, incluindo quatro localizadas em territórios camponeses. Além de quatro centros de educação infantil (CEI) na cidade e três desses centros também ofereciam os dois anos do pré-escolar. Apenas uma escola urbana oferecia do primeiro pré-escolar até o quinto ano do ensino fundamental e para separar a educação infantil do ensino fundamental desta escola está sendo construída um Centro de Educação Infantil para atender as crianças dessa região.

Quadro 6 - número de escolas e modalidades oferecidas em 2024

	Total de escolas	Educação infantil	Educação fundamental 1	Educação fundamental 2	Ensino Médio
Escolas particulares	3	3	3	2	1
Escolas municipais	15	10	9	2	0
Escolas estaduais	4	0	1	4	4

Fonte: Elaboração da autora

Quanto ao trabalho pedagógico oferecido nas instituições municipais, não há diferença nos recursos profissionais presentes nas escolas urbanas e rurais: no pré-escolar e no fundamental inicial as turmas têm duas professoras, a regente principal trabalha 4 dias e tem um dia de planejamento. Tem a segunda regente da turma (R2) que lecionam: artes, geografia e ciências. Há professor de educação física, uma coordenadora pedagógica que atende a duas escolas, ou seja, na semana a coordenadora permanece dois dias em cada escola que trabalha. A partir do primeiro ano do ensino fundamental há também o professor(a) de inglês.

Todas as escolas possuem pelo menos uma funcionária responsável pela limpeza e merenda. Esse número varia com a quantidade de crianças e turnos que a escola trabalha.

Quanto a gestão escolar, das quatro escolas rurais, em dois mil e vinte e dois, três possuíam diretora escolar e a quarta escola, pelo reduzido número de alunos, possuía uma coordenadora que dividia essa função entre dar aulas e gerir a escola, para isso ganhava uma gratificação. Em dois mil e vinte e quatro, essa escola também conta com um diretor escolar que atua em sala de aula apenas quando há falta de alguma docente. Essas escolas também contam com secretária escolar. As três escolas urbanas possuem diretora e secretária escolar.

Em dois mil e vinte e quatro, temos quinze instituições em atividade conforme quadro apresentado anteriormente. No IBGE, em dois mil e vinte e três, constava no município vinte e sete instituições ofertando educação infantil até o fundamental. Essa discrepância dos dados informados no censo escolar ocorre porque neles estão contidas as escolas paralisadas, mas que não são consideradas fechadas, apesar de estarem sem atividade. Nas informações do IBGE[15] não há discriminação do que é rede municipal, estadual e particular.

É importante salientar que quando passamos a analisar os dados de fechamento das escolas em um universo micro, como apenas um município, percebemos in loco como são

[15] cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lima-duarte/pesquisa/13/78117?ano=2023&indicador=77893

confusas as informações sobre nossas escolas e sua realidade concreta. Este tipo de incongruência leva a dúvida se o número de escolas fechadas pode ser ainda maior do que estamos considerando nos dados oficiais demonstrados no primeiro capítulo dessa tese.

Foi necessário fazer o histórico do fechamento das escolas nos sites do QEDU, IBGE e relato de moradores, professores e gestores no município. A documentação oficial que consegui acessar foram as atas da câmara municipal e leis municipais aprovadas a partir de mil novecentos e noventa e sete. Na secretaria municipal de educação não há funcionários efetivos e não foram encontradas atas do período, de 1997 até 2015. No Conselho Municipal de Educação os livros de atas são a partir do ano de dois mil e quinze. Não há notícias sobre os livros anteriores, os antigos conselheiros disseram que foram repassados para a Secretaria de Educação, mas não conseguimos encontrar nada arquivado quando iniciei a pesquisa no município em dois mil e quinze. Pode ser que estejam nos arquivos da prefeitura que não estão organizados de forma devida. No capítulo cinco será analisado todas as atas deste período compondo as discussões realizadas na Câmara Municipal de vereadores sobre o tema da educação.

4.2 Caracterização das Comunidades Rurais do município

Para fins didáticos da pesquisa e com o intuito de analisarmos os dados coletados vou dividir o município em quatro territórios rurais para facilitar a descrição do mesmo. Esses irão abranger mais de uma comunidade rural. Procurei trabalhos de pesquisa para ajudar a caracterizar as zonas, eu como pesquisadora e moradora do município conheço todas muito bem, pois já tive a oportunidade de trabalhar em todas as regiões descritas e entrevistei pelo menos uma mãe de cada zona com filho/a no transporte escolar.

Território Rural 1

O território rural 1, corresponde às seguintes comunidades: Capoeira Grande, Souza do Rio Grande, Capitães, São Domingos da Bocaína, Palmital, Várzea do Brumado, Capoeirão.

Há uma parte do município que foi tomada pela monocultura do eucalipto, com uma grande carvoaria multinacional e outras pequenas de moradores locais, este movimento se iniciou em dois mil e quatro. Nesta região muitas comunidades rurais deixaram de existir para se tornarem florestas de eucaliptos o que traz desafios de sustentabilidade e a gestão dos recursos naturais. A maioria dos moradores dessas comunidades trabalham como: lavrador,

produtores de leite, serrador, caseiro, pintor, carpinteiro, faxineira e servidor público. Os maiores problemas apontados são a falta de transporte público, de emprego e estradas intransitáveis nos períodos de chuva. Como esta região está bem próxima de outro município, Bom Jardim de Minas, a maior parte de atividades ligadas ao comércio e a saúde de algumas comunidades dessa área como, Capoeira Grande e Souza são realizadas no município vizinho.

Na pesquisa de Silva (2018)[16] diz que os moradores dessas regiões gostariam de ver o turismo rural se desenvolver e reconhecem que a presença da carvoaria, dos caminhões bitrens que atravessam constantemente as vias públicas, o uso extremo de agrotóxicos utilizados na monocultura do eucalipto, que contaminam suas águas, não fazem com que a região, como outras do município, possam aproveitar dessa atividade econômica, que não expulsa as pessoas de seus territórios e sim atraem outras. Com mais pessoas nas comunidades os serviços públicos também melhoram como é percebido nas outras áreas rurais do município que se sustentam pelo turismo rural. Conforme citação do estudo a seguir:

> Em conversa com moradores/as, o grande anseio da comunidade é o investimento no turismo local, devido à paisagem que conta com cachoeiras e trilhas. Entretanto, os/as mesmos/as reconhecem que o plantio de eucalipto, bem como toda a dinâmica envolvida com a produção, interfere diretamente na atividade turística, por meio da contaminação dos recursos hídricos por agrotóxicos, da alteração nas condições das estradas, devido ao fluxo de caminhões de grande porte, além da mudança na paisagem, com as plantações de eucalipto (SILVA, 2018, p70)

Esta é a região que atuo como professora a dezenove anos, ela tem uma estrutura de atendimento pública bem devassada porque também está bem distante da cidade e conta com uma população residente escassa. O atendimento de profissionais da saúde e a manutenção da estrada são bem precários, o sentimento de abandono do poder público é presente nos moradores fazendo com que muitos mudem para outros lugares, onde há melhor estrutura. Persistem nesta região os produtores que possuem terras no local e dela tiram o sustento familiar, trabalhadores rurais das fazendas localizadas nessas regiões, pessoas aposentadas e pensionistas, em sua maior parte nascidas na localidade.

A Escola Municipal Francisco Augusto de Oliveira fica distante da cidade cerca de vinte e cinco quilômetros, é a única escola deste território. Sendo dez quilômetros de estrada asfaltada e quinze quilômetros de estrada de terra. Atende crianças de comunidades rurais ao entorno da

[16] Para saber mais: SILVA, Michele A. Sentidos sobre a monocultura do eucalipto no município de Lima Duarte (MG): Educabilidades possíveis a partir da Educação Ambiental e da Educação do Campo. Dissertação de mestrado. UFJF: 2018. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6962

escola, em dois mil e vinte dois eram sete comunidades atendidas que distam até quinze quilômetros da escola. Atende crianças do pré-escolar 1, 4 anos, até o 9º ano do Ensino Fundamental (14/15 anos). No mesmo prédio e no mesmo turno da escola municipal funciona o Ensino Médio ligado à Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque, que vem sendo ameaçado de ter suas turmas extintas pelo reduzido número de alunos atendidos. No ano da pesquisa a escola atendia no turno vespertino, atualmente passou a atender pela manhã.

Em dois mil e vinte e dois, houve uma tentativa do estado de fechar as turmas do ensino médio dessa escola, a comunidade e os profissionais que nela trabalham lutaram para manter essas turmas em funcionamento com abaixo-assinados, audiência pública na Câmara de Vereadores, apoio da secretaria municipal de educação e contatos com o setor de educação do campo do estado, eu acompanhei todo este processo como professora da escola junto com os demais profissionais e comunidade escolar. As turmas permanecem em funcionamento, a negação do poder executivo municipal de assumir o transporte desses alunos foi fundamental para essa conquista, pois este acarretaria em torno de um milhão de reais a mais para esta pasta e os estudantes ficariam o dia todo fora de casa, saindo de madrugada e voltando ao anoitecer, pois a escola mais próxima funciona em tempo integral. As turmas do pré-escolar aos anos iniciais do Ensino Fundamental são atendidas com organização multisseriada, sendo uma turma com as crianças de 4 e 5 anos, uma turma referente ao 1,2 e 3 anos, outra turma referente ao 4 e 5 anos. A organização multisseriada varia de acordo com o número de crianças referentes a cada ano de estudo, ou seja, em outros anos a multisseriação pode ocorrer de forma diferente. Todas as crianças de 5 e 6 anos dessa escola participam da pesquisa, totalizando oito crianças, sendo cinco do pré-escolar, multisseriado, e três do primeiro ano do Ensino Fundamental multisseriado. Esta escola atende alunos filhos de trabalhadores rurais e agricultores familiares. A escola está cada vez mais vazia pela mudança dos moradores para a cidade ou para o território rural 2, onde há uma outra conjuntura econômica voltada para o turismo, como será apresentado posteriormente.

Entrevistei a mãe de uma aluna de uma comunidade atendida pela escola. A família sempre morou nesta localidade junto com seus parentes. E gostam muito do lugar onde vivem. O pai da criança trabalha em uma das carvoarias da região. A mãe conta que na comunidade quase todos trabalham na carvoaria e não há produção de leite ou agricultura. Na sua casa possuem pomar e horta: com verduras e ervas medicinais. No ano da aplicação do teste a aula era tarde, a aluna saia de casa às dez e quarenta da manhã e a aula começava as doze horas. Por volta de treze horas era servido o almoço. Depois por volta das quinze horas era servido lanche da tarde, a mãe nunca precisou mandar lanche para a filha. O ônibus escolar estava em péssimo

estado e a mãe ficava apreensiva com esse transporte, aconteceu na ocasião do ônibus perder o freio já perto da comunidade. A mãe conta: “mais o motorista percebeu e conseguiu parar o ônibus a tempo e nada de ruim aconteceu. Neste dia o motorista acabou de entregar as crianças a pé.”. A mãe diz que tinha medo da porta abrir com o ônibus em movimento. “A porta do ônibus também estava sempre com problema era preciso bater para realmente fechar”. Na época da chuva tudo é muito mais tenso, diz a mãe. A criança retornava para casa entre dezessete e trinta e dezoito horas. Era a primeira a entrar no ônibus e a última a descer, porque o motorista era um morador da comunidade. Em 2024, a escola passou para o turno da manhã. A filha acorda às cinco horas e sai as cinco e cinquenta, toma leite e come quitanda, quitutes feitos em casa pela mãe.

Neste ano a van é nova, tem cinto de segurança e a mãe está tranquila com trajeto da casa para a escola e vice-versa. O horário de retorno para casa é entre treze horas e treze e vinte, varia de acordo com o horário de saída do ensino médio, que às vezes tem o sexto horário. Enquanto esperam a aula do ensino médio acabar, a professora leva as crianças à biblioteca da escola para lerem. O transporte escolar é da prefeitura, não é terceirizado. A criança sempre foi sozinha para a escola e caso a mãe precise, o motorista a leva para resolver alguma situação na escola ou nos dias de festa. A mãe considera importante ter o transporte escolar, isso não existia na sua época de estudante e era preciso andar muito para chegar à escola. A mãe estudou até o quinto ano e só quando já era adulta e começou o ensino médio em São Domingos que conseguiu concluir a educação básica. Quem a incentivou foi sua filha mais velha que na época estava no sexto ano. O transporte é pontual e assíduo, “só falha quando estraga”, diz a mãe. “Em dois mil e vinte e dois, chegou a parar alguns dias, pois o ônibus estragou, foi desta vez que perdeu o freio, demorou uns três dias para arrumar.”

Tanto o motorista de dois mil e vinte e dois quanto o atual são pessoas da comunidade e tem toda a confiança da família. Dirigem bem, são prudentes e gentis com as crianças. A mãe prefere que a criança estude pela manhã, pois assim retorna mais cedo e tem mais tempo dentro de casa. A menina diz que fica com sono, mas prefere estudar de manhã, pois fica a tarde toda em casa e dá para realizar muita coisa. A mãe conta que quando a filha estudava à tarde “quebrava” o dia, saía no meio da manhã e só retornava no final da tarde.

Território Rural 2

O território rural 2, corresponde às seguintes comunidades: Conceição de Ibitipoca, Rancharia, Serrinha, Andorinhas, São José dos Lopes, Laranjeiras e Mogol.

Conceição de Ibitipoca é uma região voltada para o turismo rural com um parque

estadual bastante visitado e uma vila que recebe turistas diariamente de todo o mundo. Todas as famílias trabalham em torno do movimento turístico: alugando casas, nas pousadas, nos comércios, como guias, empreendedores, construtores, entre outras funções. Tem muitos moradores que não nasceram no local. Além de muitas casas para alugar, pousadas e hotéis, tem como um diferencial uma estadia de alto padrão que recebe celebridades nacionais e internacionais nas regiões de Andorinhas e Mogol.

Na comunidade de Conceição de Ibitipoca, temos uma escola pública da rede municipal, Escola Municipal Padre Carlos (ER2) que atende as crianças de quatro anos aos anos finais do ensino fundamental. Está distante da zona urbana cerca de vinte e três km, atende três comunidades rurais ao entorno da escola, que distam cerca de oito a dez quilômetros de estrada de terra da escola. No mesmo prédio da escola municipal funciona o Ensino Médio ligado à Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque que atende seus alunos no turno noturno. A multisseriação ocorre na educação infantil, pré-escolar 1 e 2. As turmas do Ensino Fundamental são organizadas de forma seriada. Todas as crianças de 5 e 6 anos dessa escola participam da pesquisa, totalizando vinte crianças. Sendo dez do pré-escolar 2 organizado de forma multisseriada com o pré-escolar 1. E o primeiro ano com dez crianças organizado de forma seriada. É uma escola localizada em área de turismo e a escola atende profissionais ligados a essa atividade econômica.

Conversei com a responsável pela criança que na época da aplicação do teste era quem morava mais distante da escola, e para ela participar da pesquisa, foi preciso eu pedir autorização a família na sua residência, pois era difícil eles irem à escola. Surpreendi-me na hora da entrevista, porque em dois mil e vinte e quatro a família havia se mudado para uma região ainda mais distante do que a anterior, com acesso de estrada muito ruim, sem dúvidas na época da chuva será preciso um carro tratorado, ou seja, com tração nas quatro rodas, para romper a estrada. A mãe me contou que o motivo da mudança foi buscar ter mais privacidade com sua família, pois antes onde moravam todos os vizinhos eram parentes e às vezes tinham algumas pequenas discussões por causa de quintal. Essa mãe tem duas filhas na idade escolar, apenas uma está sendo acompanhada pela pesquisa. No ano de dois mil e vinte e dois, quando foi aplicado o teste, a criança acordava às seis horas da manhã e saía as seis e quarenta de casa. Era a última criança a ser pega pelo transporte. A aula terminava as onze e quarenta e a criança chegava em casa em torno de meio-dia e quarenta porque o motorista fazia outro itinerário, entregava todas as outras crianças para depois entregar as suas filhas, já que era vizinho delas e otimizava o tempo da viagem para já ficar em casa.

A mãe não soube me informar se o transporte é terceirizado ou da própria prefeitura.

Em dois mil e vinte e quatro, a família está morando na reserva da Candonga, então as crianças acordam a cinco e meia da manhã e o transporte as pegam às seis e dez. São as primeiras a entrarem na van escolar e as últimas a descerem. Elas saem da escola às onze e quarenta e chegam em casa às treze horas. O motorista pega as crianças na frente de casa, mesmo tendo que abrir uma porteira e descer o morro de cerca de cinquenta metros, ele faz isso, pois é muito frio e muita cerração onde moram, a mãe nem sabe se o motorista ganha a mais por isso, mas atendeu de bom grado ao seu pedido, demonstrando empatia com as crianças. A filha sempre foi sozinha no transporte, só as primeiras vezes tinham um pouquinho de medo, mas atualmente adora e considera um passeio. A mãe gosta que elas comam em casa antes de sair, pois a aula só inicia às sete e meia. Sabe que a escola dá o café para todos os alunos. A mãe tem o cuidado de sempre colocar mais blusa na mochila, pois na volta pode estar fazendo frio ou o tempo pode mudar, já que moram numa região de Serra. O carro é uma kombi ou uma van e parecem estar em bom estado, tem cinto de segurança e transporta crianças até onze anos. A escola é quem define os turnos que as crianças vão estudar, o pré-escolar é a tarde junto com os anos finais do ensino fundamental. Pela manhã são os anos iniciais do ensino fundamental. As famílias nunca foram consultadas para saber qual seria o melhor turno para elas. A mãe e o pai ajudam as crianças nas tarefas escolares, as crianças adoram brincar de escolinha. Há apenas um motorista no transporte escolar que não conta com outro funcionário para auxiliar. Em dois mil e vinte e dois, a motorista era uma mulher vizinha da família e a mãe confiava bastante nesta profissional. Houve um episódio das crianças ficarem em pé brincando dentro do carro e a motorista alertou a mãe, essa conversou com as crianças e isso não ocorreu novamente. Em dois mil e vinte e quatro, o motorista é um homem conhecido da família da própria comunidade e, também confiam no motorista. Nunca houve caso das crianças se machucarem ou algum acidente com transporte escolar. A mãe nem gosta de pensar nessa possibilidade. Se for preciso, o transporte leva a mãe para alguma situação na escola, seja reunião ou festa.

De acordo com a mãe entrevistada, o transporte é bom e o motorista é de fácil comunicação. Tanto em 2022 quanto em 2024 às estradas estão bem ruins, “a prefeitura não dá conta de preservar as estradas principais imagina as da roça” a mãe fala. Em dois mil e vinte e quatro, a mãe chegou a fazer um vídeo de um ponto que a kombi ficava meio pendurada na estrada para passar e ela estava muito apreensiva e pediu providências à prefeitura. Ela conta que o motorista é assíduo sempre que a estrada permite, agora se percebem risco para as crianças eles não vão. O risco que existe é o barro excessivo e ficar agarrado na estrada. Então, de acordo com a mãe, a situação da estrada é algo que às vezes impede as crianças de chegar até a escola na época da chuva. A mãe não acredita que o transporte interfira na vida escolar das filhas. Ela

está satisfeita com o desenvolvimento de ambas, conta que aproveita as dificuldades do transporte para educá-las a enfrentar as dificuldades da vida. As crianças gostam de ir para a escola e só não vão mesmo por alguma doença ou por causa da estrada. A mãe conta que às vezes dá pena de acordá-las cedo no frio, sair no escuro, mas sabe que é preciso e sempre faz isso com carinho e brincando para animar as filhas. Pois se ela deixar um dia elas faltarem, nos outros vão querer faltar também. A mãe está gostando bastante da nova moradia e da paz que encontraram ali, mesmo sendo mais longe da escola.

Nesta zona também há uma reserva particular de conservação ambiental bem extensa, Ibitiprojeto, que oferece muitos empregos na região: na parte de hotelaria, construção, ambiental e cultural. Em uma das comunidades, desta área, tem uma escola particular montessoriana, School Life, em Mogol. Nela estudam três crianças da comunidade, e as demais são filhos dos funcionários do empreendimento que se mudaram para lá e trocam seus serviços pela mensalidade escolar e também os filhos do proprietário da escola. É uma escola bilíngue, cuja mensalidade é fora dos padrões locais.

Uma criança acompanhada pela pesquisa em dois mil e vinte e dois, cuja família entrevistei, estudava em turma seriada urbana e passava muito tempo no transporte escolar enfrentando estradas mal conservadas. Agora estuda nessa escola, ao lado de sua casa. Sua mãe é cantineira na escola e ela não paga mensalidade. Estive com seus responsáveis durante a festa junina da escola promovida pelo empreendimento. A festa foi na Prainha da comunidade, com uma banda de forró pé de serra, comidas típicas, tudo gratuito. A festa era da escola e um momento de confraternização de todos os funcionários. Todos pareciam muito felizes e satisfeitos.

O lugar é muito agradável e com ótima estrutura para festas, lá ocorrem vários shows do Ibitiprojeto, que atrai muitos turistas. Ambos os responsáveis trabalham para o Ibitiprojeto, a mãe me contou que além de cantineira na escola, é camareira da rede de hotelaria de alto padrão. O pai tem sua própria marcenaria e guia turistas que ficam hospedados. Ambos sempre viveram nesta comunidade e fazem parte das poucas famílias que não venderam suas terras para o empresário. No início do empreendimento a relação deles era bem ruim, o empresário tentou convencê-los de toda a forma a vender as casas, mas eles se mantiveram firmes e não venderam. Dizem que as pessoas que venderam se arrependem. Hoje em dia eles têm a certeza de que fizeram o melhor, pois trabalham com carteira assinada, tem os direitos trabalhistas respeitados e continuam morando no lugar onde nasceram. Dizem: “Quem vendeu gostaria de voltar e agora não conseguem mais”. A criança em dois mil e vinte e dois estudava a dezoito quilômetros de casa, enfrentava diariamente um trajeto com estradas de terra malconservadas. Saía de casa às

cinco e meia e retornava entre treze e quarenta a quatorze horas, o tempo variava de acordo com a condição da estrada. Em dois mil e vinte e quatro ela estuda ao lado de casa e está tendo acesso a uma educação montessoriana, bilíngue, com organização multietária. A família está muito satisfeita com a mudança, ficam mais tranquilos com a filha perto de casa. O empresário do ramo da mineração montou a Reserva natural que é uma área de compensação ambiental e fez nela uma hotelaria de alto padrão. Atualmente mora na comunidade com sua família, daí a necessidade de manterem a escola.

Em São José dos Lopes, outra comunidade deste território, praticamente todas as famílias trabalham em serviços diretos e indiretos para a hotelaria de alto padrão. Há pelo menos dez anos é oferecido serviços educacionais para a comunidade como aulas de reforço, inglês, teatro e audiovisual ligados a ONGs, atualmente é a Clube Up que está atuante nesta localidade, já tiveram outras, estive no local conversando com pessoas da comunidade na busca dessas informações. Assim, como sou professora dos adolescentes que estudam na cidade advindos dessa localidade, sempre me contam as novidades. Esta ONG chegou em dois mil e vinte e quatro, junto com um novo empresário do ramo da mineração, com uma proposta inovadora para promover a convivência inclusiva para portadores de espectro autista e síndrome de Down, o projeto é criar um sistema de hotelaria para essas pessoas trabalharem e também uma vila de convivência para essa população. O objetivo é que sejam incluídos na sociedade como pessoas produtivas e sejam respeitados em suas especificidades, esta ação está em implementação.

São José dos Lopes está a cerca de quinze quilômetros da comunidade onde foi montada a escola particular School Life. A E.M. José Dondice, que funcionava nesta comunidade, foi fechada no ano de dois mil e dezenove, mesmo sem a consulta prévia à comunidade e a recomendação do Conselho Municipal de Educação de mantê-la aberta, como previsto em lei, há registros até nos jornais locais deste imbróglio[17], e cópia do ofício do CME (Conselho Municipal de Educação) em anexo. O prefeito da época mesmo tendo ciência da legislação resolveu fechar a escola e responder junto ao Ministério Público (MP) a Ação Civil da comunidade. Nesta época, eu estava como secretária do Conselho Municipal de Educação no período de dois mil e dezoito a dois mil e vinte. O fechamento da escola gerou grande revolta na comunidade, muitas manifestações de repúdio públicas, audiência na Câmara, ação civil pública no Ministério Público e o desgaste político do prefeito à época, que foi derrotado no pleito eleitoral em dois mil e vinte e quatro. Nas redes sociais um dos motivos da negação dele ser um bom gestor foi ter sido responsável por fechamento desta e de outras escolas no

[17]https://tribunademinas.com.br/noticias/regiao/12-03-2019/maes-reclamam-de-fechamento-de-escola-em-distrito-de-lima-duarte.html

município como será mostrado no capítulo posterior.

O MP foi favorável a reabertura da escola, contudo em dois mil e vinte foi decretado o isolamento social causado pela pandemia do Covid-19, onde todas as escolas estavam fechadas fisicamente e atendendo de forma remota seus alunos. As escolas no município ficaram fechadas de março desse ano até fevereiro de dois mil e vinte e dois. Em dois mil e vinte e dois, na reabertura física das escolas, o município já estava sob nova gestão no poder municipal. Houve a tentativa da reabertura da escola, inclusive essa foi uma meta de campanha da prefeita eleita, contudo esbarrou-se em inúmeras exigências do MEC, de acordo com informações passadas a mim pela secretária de educação e pela diretora pedagógica em uma conversa sobre o andamento dessa ação. O prédio precisaria ser adaptado a nova legislação para funcionamento de escolas e muitas famílias haviam se mudado para a zona urbana com o fechamento, nesta pesquisa eu identifiquei cinco famílias quando fui aplicar o teste Pips. Tudo isso acabou contribuindo para que a escola não retornasse à atividade. Verificamos in loco que o fechamento de escola, apesar da legislação, é muito fácil de acontecer pois o prefeito não obedeceu a legislação mesmo tendo ciência dela. Para a reabertura da escola, já teria de seguir as novas recomendações do MEC de infraestrutura, o que acaba dificultando o processo ao exigir reformas, o que gera licitação, recursos, tempo. Assim, para reabrir uma escola as exigências são muitas o que torna quase impossível reaver uma ação de fechamento.

As crianças dessa escola fechada foram transferidas para escolas da cidade. As crianças de cinco e seis anos foram acompanhadas por essa pesquisa, sendo duas crianças no pré-escolar 2 e seis crianças no primeiro ano do Ensino Fundamental dessa comunidade. E quatro famílias mudaram para a zona urbana depois da pesquisa já iniciada para evitarem que seus filhos enfrentassem as dificuldades do transporte escolar, as responsáveis pelas crianças me informaram o motivo da mudança quando fui pedir autorização para as mesmas participarem da pesquisa.Não tenho o número total de famílias que mudaram para a zona urbana depois do fechamento da escola antes da aplicação do teste para a pesquisa.

São duas as escolas da cidade que atendem essas comunidades: E.M Pedro Paz e a E.M. Lígia Duque Catão.

Conversei com duas mães dessa região onde a escola foi fechada. A conversa com a primeira foi na época da aplicação do teste. Ele foi realizado com a criança em sua residência pois a família não estava deixando-a frequentar a escola por causa do transporte escolar. A escola mandava atividades para criança fazer em casa, era acompanhado pelo pai e pela mãe no auxílio com as tarefas. Esta família se envolveu bastante com a ação contra o fechamento da

escola. As causas de não confiarem em mandar a criança no transporte era por este estar superlotado, com crianças de quatro a dezoito anos, não confiarem no motorista que estava na época, era uma linha terceirizada, além das condições da estrada e de considerarem um desgaste físico e emocional muito grande para uma criança, ficar longe de casa por volta de 7 horas. Esta família no segundo semestre de dois mil e vinte e dois mudou para a zona urbana para que sua filha frequentasse presencialmente a escola e não precisasse enfrentar o transporte escolar. A mãe trabalha na hotelaria de alto luxo e o pai trabalhava em sua propriedade com agricultura familiar, neste momento ele fica responsável por cuidar da filha, já que a mãe trabalha com carteira assinada. Ele faz bicos na cidade.

A outra família entrevistada é a da criança que passa maior tempo no transporte escolar e percorre a maior distância comparando com as demais crianças acompanhadas pela pesquisa. A mãe trabalha em uma pousada da região e o pai trabalha em uma fazenda. De acordo com a entrevistada, a família não tem condições e nem vontade de mudar para a cidade pelo trabalho da família estar na região e propriedade onde moram, nas Andorinhas, cerca de vinte quilômetros da escola onde a criança estuda. Para amenizar o cansaço físico da criança, ela fica dois dias na casa dos pais e três dias na casa da avó, em São José dos Lopes. Os dias que a criança fica com a avó ou a mãe variam de acordo com as folgas da mãe. Quando a criança está na casa dos pais ela acorda cinco horas e sai de casa entre cinco e vinte e cinco e meia da manhã. Ela tem que pegar dois transportes, o primeiro é a kombi que a deixa no meio do caminho para esperar o ônibus que está vindo da comunidade de São José dos Lopes. O grande problema é que o horário que a kombi a deixa, não coincide com o horário que o ônibus chega. Sendo assim, a criança fica esperando neste ponto por cerca de meia hora. Em dois mil e vinte e dois, aconteceu da criança que estava com cinco anos de idade, ficar sozinha na estrada e isto foi um grande susto para a família, pois ficaram inseguros. A mãe reclamou na Secretaria e a solução encontrada foi que caso a kombi chegue no ponto e não haja outras crianças esperando o ônibus, a criança irá acompanhar o motorista em toda a linha de Laranjeiras. Esta solução deixou a mãe mais segura, pois assim ela sabe que a filha não ficará sozinha na estrada. A filha retorna para casa entre meio-dia e quarenta e treze horas. Quando a criança fica na casa da avó ela acorda 5 e meia e retorna entre treze horas e treze e trinta. Esta diferença dos horários do retorno é porque não é o mesmo transporte que vai para as Andorinhas e vai para os Lopes. O transporte que vai para os Lopes, antes entrega às crianças da zona urbana, para depois levar as crianças aos Lopes, por isso chega mais tarde. Ou seja, as crianças da zona rural após as aulas ficam na escola esperando sua hora de poder voltar para casa. O transporte que vai para as Andorinhas, assim que termina a aula já leva as crianças. Como a criança fica muito tempo fora de casa a mãe

coloca um lanche na sua mochila.

Em dois mil e vinte e dois, a criança chegava à escola às seis e quarenta da manhã, neste horário havia apenas a merendeira que recebia as crianças e já começava a fazer a merenda, não havia atividades para as crianças esperarem o início da aula as sete e dez. A mãe relata que chegou a acontecer casos de crianças se machucarem sem supervisão neste período. Também já aconteceu de o transporte chegar antes da merendeira e ficarem sozinha esperando a escola abrir. Nesta escola municipal, Lígia Duque Catão, estudavam apenas crianças de quatro a seis anos. A Secretaria municipal de educação combinou com as famílias que as crianças receberiam um lanche antes da aula começar, mas a mãe diz que isto nunca aconteceu. Em dois mil e vinte e quatro, a criança estuda na escola municipal Bias Fortes, que atende do segundo ao quinto ano do ensino fundamental. Lá ela recebe lanche antes da aula começar, a mãe não sabe dizer se são apenas para as crianças do transporte ou se para todas as crianças da escola. A mãe conta que quando a criança começou a escola presencial, ela acompanhou por 3 dias para ajudar na adaptação. O transporte utilizado pela filha leva crianças de 4 a 18 anos, da educação infantil até o ensino médio. Há apenas o motorista dentro do transporte e a mãe sabe de uma situação que crianças mais velhas chegaram a machucar uma criança menor, mas ela não sabe detalhes. “Ouviu a história por alto.”

A mãe diz que o sonho era a filha estudar na escola que ela e o marido estudaram em São José dos Lopes, eles nunca haviam se preocupado com essa questão da falta de escola. Com o fechamento dessa escola e a ida da filha para a zona urbana eles ficaram muito preocupados, a Secretaria municipal de educação da época chegou a prometer transportes separados para os pequenos, contudo isto aconteceu apenas por dois meses. Prometeu também funcionário para acompanhar o motorista, isto nunca aconteceu. Como o lado positivo do transporte escolar a mãe diz sobre a importância de ele existir para que a filha possa estudar. Sem ele a família teria que mudar para a zona urbana e neste momento isto não é viável, pois ambos trabalham na zona rural. E manter um aluguel na cidade é fora da realidade desta família. Ela conta que depois que a escola fechou as famílias que tiveram condições de mudar para a zona urbana, se mudaram. Então o transporte é a forma da filha poder estudar e a mãe reconhece a importância dessa política. Em sua opinião precisa melhorar a organização do transporte e o cuidado com os menores. Poderia ter carros separados para as crianças, assim que a aula terminar, elas retornarem para suas casas. Ela sabe que a implantação do tempo integral interferiu na logística do transporte, mas ela não acha certo as crianças menores serem prejudicadas. Pois elas ficam entre uma hora e uma hora e meia esperando o transporte depois que a aula termina, sem nenhuma atividade para elas e, também sem alimentação. Então, a aula termina onze e meia e

essas crianças vão chegar em casa entre treze e trinta a quatorze horas. Sua filha, que pega dois transportes para ir para a escola ainda espera meia hora entre um e outro fora a espera depois da aula. A mãe fala:

> É muito tempo de espera. É muito importante planejar este horário de deslocamento, pois tudo isso a deixa muito cansada. Ela chega da escola exausta, com muita fome, quando vai para a casa dos pais ela almoça e dorme. Quando vai para os Lopes, ela almoça e vai direto para a aula de reforço que é das quinze às dezesseis horas. A filha já chega da aula de reforço, come e desmonta até o outro dia. (Entrevista com mãe da zona rural 2.)

Já houve situações que a filha passou mal por estar com fome. Os carros são novos, estão em bom estado, mas não é cobrado o uso do cinto de segurança. O motorista é pontual, mas já falhou, pois às vezes o carro quebra e não tem carro para substituir. Em dois mil e vinte e quatro, isto já aconteceu duas vezes, em dois mil e vinte e dois a mãe não lembra quantas vezes aconteceu. O transporte dos Lopes até a zona urbana é feito por carro da prefeitura, o transporte das andorinhas até o ponto é feito por carro terceirizado. A mãe sabe que o carro do terceirizado não tem outro para substituir, o da prefeitura ela não sabe, pois ela só tem contato com o motorista que faz a linha das Andorinhas para o ponto da estrada. Esse motorista que a mãe tem contato, é gentil, educado e tem confiança da família. O motorista do ônibus da prefeitura ela não conhece, mas sabe que em dois mil e vinte e quatro já trocou duas vezes de motorista e sempre troca. Ela não sabe o porquê das trocas, mas a filha já se queixou do motorista correr muito e a mãe disse que inclusive já ligou para a Secretaria para falar sobre isso.

No retorno à escola presencial em dois mil e vinte e dois, após o isolamento social causado pelo COVID-19, a mãe também não mandou a filha para a escola presencial, só depois de ter sido vacinada contra o COVID-19, pois a escola não apresentava segurança sanitária e nem o transporte, de acordo com a mãe. Ela conta que foi ameaçada pela direção escolar e por um vereador da região de que seria levada ao conselho tutelar caso não mandasse a filha para a escola. Ela achou desnecessário a forma que foi tratada, se sentiu violentada, mas manteve-se firme só mandou a filha depois da vacina. Mas, disse que o conselho tutelar nunca apareceu na sua casa, foram ameaças desnecessárias. Conta que a comunidade se mobilizou muito para a escola não ser fechada, fizeram abaixo assinados, reuniões na cidade, mas tudo caiu no esquecimento. Disse que não foi consultada para saber sobre o que pensava da escola, ela não concorda com o fechamento, pois sabia das dificuldades que a filha e outras crianças

enfrentariam com o transporte. O pouco de escolaridade que a escola pudesse oferecer já ajudaria bem as crianças. A mãe conta que já houve situações em que a escola só oferecia educação infantil, o primeiro e o segundo ano do ensino fundamental. As crianças mais velhas tinham sido levadas para a zona urbana. Mesmo se fosse assim a mãe diz que preferia, pois a filha já estaria maior para ir para a cidade e isso já ajudaria na adaptação e no aprendizado.

A mãe disse que a Secretaria de educação da época argumentou para fechar a escola que eram os gastos com deslocamento dos professores e que não havia crianças suficientes para estudar. Contudo a própria comunidade contou quantas crianças estudaram na escola do ano no fechamento e ela lembra que deu de trinta e oito a trinta e nove crianças. Ela sabe que este número seria suficiente para a manutenção da escola aberta. A mãe não acha que esse argumento da prefeitura é válido, pois agora ela gasta com deslocamento das crianças então esse gasto se mantém, não houve economia. A mãe acredita que a filha estaria aprendendo mais na escola da comunidade, pois ela estaria mais disposta. A criança já pediu para mudar para a cidade e ela acha muito ruim ficar esperando na estrada, sobretudo na época do frio, a criança tem muita resistência a ir para a escola. A mãe conta: "Neste momento tem de congelar o coração mesmo assim mandar a filha para a escola. Pois se deixar falhar um dia, ela vai falhar sempre. Então ela vai fazendo cócegas vai brincando com a menina até ela acordar para ir para a escola."

A mãe diz que sempre faz trocas com algo que é importante para a criança e se ela for para a escola quando voltar vai poder fazer o que quiser. A filha só falta mesmo quando está doente e graças a Deus, é raro disso acontecer.

A outra mãe entrevistada se mudou com os filhos para a cidade para as crianças não enfrentarem o transporte escolar da comunidade dos Lopes até a zona urbana. Esta mãe relata que caso a escola reabra ela retorna para a comunidade. Em dois mil e vinte e dois, a criança também estudava no Ligia Duque Catão, mesma escola da entrevistada anteriormente. É uma criança que tem dificuldades na fala e faz acompanhamento com fonoaudióloga. Ela tem imunidade baixa e gripa demais, chegou a ficar internada com pneumonia, teve covid e a mãe acha que ele sempre gripa por isso. Ela disse que inicialmente tentou permanecer na comunidade e tentar adaptar a criança ao transporte escolar.

Ela acordava cinco e meia e pegava o ônibus as seis e dez. A criança já chegava na escola cansada e acabava dormindo, voltava para casa exausta. A aula terminava às onze e quarenta e ele chegava em casa por volta de meio dia e quarenta a meio-dia e cinquenta. Vendo o sacrifício do filho ela decidiu mudar para a cidade. A mãe relata que o ônibus é uma bagunça, não há respeito dos mais velhos com os alunos mais novos, também não respeitam o motorista.

Ela sabe que é assim até hoje, pois os seus sobrinhos moram na comunidade dos Lopes e dizem que nada mudou. A mãe vinha com o filho sempre preocupado de ele machucar dentro do ônibus, até que chegou um momento que foi impedido pela Secretaria de educação de vir. Então ela mudou, porque o filho chegou a passar mal com glicose baixa, e com o problema de fala que possui acaba sendo uma criança muito retraída. A Secretaria deixa apenas as mães de crianças com laudo acompanhar seus filhos do transporte escolar, não é o caso da sua criança, que apesar do problema da fala não possui nenhum laudo. Então, ela não viu outra solução a não ser mudar para a zona urbana.

Ela conta que atualmente tem um sobrinho que está apanhando dentro do ônibus. Ela diz*:* "a escola ter fechado foi muito ruim, tenho certeza de que meu filho estaria bem na escola da comunidade, não estaria sofrendo bullying e ela não estaria pagando aluguel." Conta que seu filho sofre bullying por causa da fala. Quanto a diferença de dois mil e vinte e dois para dois mil e vinte e quatro é que atualmente a estrada é calçada, com a mudança o motorista corre, então ela considera que continua ruim. Não vê ponto positivo no transporte porque crianças pequenas têm que acordar muito cedo. "A escola deveria estar aberta, qual criança não iria gostar de estudar perto de sua casa"*,* a mãe questiona. A mãe acredita que o transporte influência no desenvolvimento e no caso do seu filho que já tem dificuldades é agravado por ele chegar na escola muito cansado e acabar dormindo na sala de aula e ficar enjoado com a viagem. A escola dava um lanche para as crianças antes da aula, um copo de leite e bolacha de água e sal. Quando estava na zona rural seu filho chegava vinte minutos antes da aula começar e não havia responsável para tomar conta dessas crianças nem atividades para fazer. Após a aula as crianças tinham que esperar por cerca de quinze minutos para retornarem para suas casas, sem lanches e sem atividades. Ela conta que aconteceu de crianças brigarem dentro do ônibus, namorarem lá atrás, passarem a mão, crianças maiores nas crianças pequenas.

Quando ela morava nos Lopes, ela plantava e agora na cidade não tem como plantar e ainda tem que pagar aluguel. O marido que só tinha um emprego agora tem que trabalhar em dois para aumentar a renda, eles acabam nem ficando juntos. Conta que estudar na escola da cidade é gastar mais, porque muitas crianças levam merenda de casa e as outras ficam vendo e querem levar também. Ela continua com contato direto com a comunidade de São José dos Lopes, pois sua mãe mora lá e outros parentes também, ela mantém a sua casa na comunidade e o filho adora ir para lá brincar sem preconceito, a mãe diz que o filho tem sofrido bullying na escola da cidade e que ela já tomou as providências para os fatos que observou junto a secretaria de educação. O que o filho gosta da cidade é poder brincar na internet e estar perto da sua madrinha. A mãe frisa que ela gosta mesmo é da roça e só está na cidade por causa do estudo

do filho. Ela conta que a comunidade fez tudo o que podia para manter a escola aberta e não conseguiu, a escola foi fechada sem nenhuma explicação. “A escola era ótima, muita gente que estudou lá hoje em dia é médico, advogado, enfermeiro, uma escola cheia de alunos nota 10. Maior erro foi fechar a escola dos Lopes.” A mãe diz que a professora da cidade é muito boa, mas a dos Lopes era também. Na comunidade, pela escola ser menor ele não estaria sofrendo bullying. A mãe conta que está passando por inúmeros problemas na vida escolar do seu filho, o menino reclama muito da escola e senti ser tratado com diferença das outras crianças. A mãe conta que já foi à Secretaria de educação relatar sobre essa situação de bullying que o filho vem enfrentando na escola, mas ainda não havia sido resolvido na época da entrevista.

A EU1 (escola urbana 1), E.M. Lígia Duque Catão, atende crianças do pré-escolar até o primeiro ano do Ensino Fundamental, ou seja, crianças de 4 a 6 anos e 11 meses. É uma escola que atende as crianças urbanas dos bairros centrais da cidade e recebe crianças rurais através de transporte escolar. As comunidades rurais atendidas por essa escola estão até vinte quilômetros distantes da zona urbana e são atendidas no turno da manhã em turmas seriadas. Participaram desse estudo todas as crianças rurais de 5 e 6 anos atendidas pela escola e uma amostra aleatória das crianças urbanas dessa mesma faixa etária. Foram no total quarenta e cinco crianças, quinze crianças do pré-escolar (5 anos) e trinta crianças do 1º ano (6 anos). Dessas duas crianças rurais e treze crianças urbanas do pré-escolar e cinco crianças rurais e vinte e cinco urbanas do primeiro ano.

A EU2 (Escola Urbana 2), E.M. Pedro Paz, atende crianças do primeiro ao quinto ano do Ensino Fundamental. É uma escola que atende crianças de bairros do município e recebe crianças rurais através de transporte escolar. As comunidades rurais distam até vinte e três quilômetros distantes da zona urbana e são atendidas no turno da manhã em turmas seriadas. Participaram desse estudo a única criança rural de seis anos atendida por essa escola e uma amostra aleatória das crianças urbanas dessa mesma idade. Foram no total oito crianças, sendo uma rural e sete urbanas. Essa é a criança que mora em Mogol e no ano de dois mil e vinte e quatro estava estudando na escola particular de sua comunidade, a School Life.

Território Rural 3

O território rural 3 corresponde às seguintes comunidades: Monte Verde, Serra Negra e Perobas.

Atualmente é um território que começa a ter um investimento focado no turismo rural, foi criado um parque estadual Serra Negra nesta área que confronta com mais 3 municípios, Santa Bárbara do Monte Verde, Olaria e Rio Preto. Em dois mil e vinte e quatro estão

formulando o plano de manejo do mesmo. Há grande especulação imobiliária por causa da criação do parque.

Em dois mil e vinte e quatro, não há escola neste território rural, as crianças são atendidas na cidade, da educação infantil ao ensino médio. No ano de dois mil e dezesseis, foi realizado um movimento comunitário para reabertura da educação infantil na comunidade de Monte Verde para atender essas comunidades do entorno, a comunidade iria fazer a reforma do prédio onde havia funcionado a escola anteriormente e ofereceria a merenda escolar como contrapartida para essa reabertura. Caberia a prefeitura oferecer o transporte escolar e recursos humanos. Na própria comunidade havia profissionais capacitados para as funções conforme foi constatado na reunião da comunidade com mães formadas em magistério e pedagogia. Contudo, não houve interesse da secretaria municipal de educação nesta ação. As duas famílias com condições de se mudarem foram para a cidade para os filhos estudarem e não enfrentarem o transporte escolar. Em estudo anterior eu obtive informações sobre essa situação participando das reuniões junto à Comunidade do Monte Verde e audiência pública na Câmara:

> Na audiência na Câmara Municipal de Educação ocorrida no dia quatro de dezembro de dois mil e dezessete esta discussão veio a público. O prefeito se comprometeu mais uma vez a não fechar escolas nas zonas rurais, mas que também não reabriria nenhuma escola, como está sendo demanda pela comunidade do Monte Verde. Neste momento ele falou que não pode aumentar a folha de pagamento da Educação que está no limite do orçamento. (BARRAL, 2018, p.50)

Esta região está a uns vinte quilômetros de estrada de terra da cidade, com estradas intransitáveis na época da chuva como é presenciado todos os anos, através de registros nas redes sociais e reuniões da Câmara, como já vimos anteriormente. As crianças que estão no transporte escolar ficam mais de duas horas diárias no transporte, as crianças de educação infantil e fundamental mesmo após o término da aula ainda esperam cinquenta minutos pelo transporte na escola, pois a aula do Ensino médio termina mais tarde e é o mesmo transporte da educação infantil ao ensino médio.

A EU3 (Escola Urbana 3), E.M. Alzira de Paula Duque, atende crianças do pré-escolar até o primeiro ano do Ensino Fundamental. É uma escola que atende as crianças urbanas do bairro onde está localizada, do Poço da Pedra e das comunidades rurais: Monte Verde, Perobas, Serra Negra e moradores das propriedades da BR 267 dessa região, ambos através do transporte escolar. As comunidades rurais atendidas por essa escola distam de doze até vinte e três quilômetros da zona urbana e são atendidas no turno da manhã em turmas seriadas. Participaram

desse estudo todas as crianças rurais de 5 e 6 anos atendidas pela escola e uma amostra aleatória das crianças urbanas dessa mesma faixa etária. No total quarenta e nove crianças, dezenove crianças no pré-escolar e trinta crianças no 1º ano. Dessas, quatro crianças rurais e quinze crianças urbanas estão matriculadas no pré-escolar e cinco crianças rurais e vinte e cinco crianças urbanas estão matriculadas no 1º ano do ensino fundamental.

Entrevistei a responsável por um aluno de zona rural que estava faltando bastante na época da aplicação do teste para conhecer melhor a realidade dessa família. Descobri que em dois mil e vinte e dois, na época da aplicação do teste, que eles moravam na zona rural Perobas, mas mudaram para a zona urbana, bairro Poço da Pedra. Em dois mil e vinte e dois, a criança acordava às cinco da manhã, se arrumava e tomava o café na própria casa e o transporte escolar passava às seis e vinte. Ela retornava para casa às treze horas. Era uma van que fazia o itinerário de cerca de doze quilômetros da casa para a escola, que era feita em torno de cinquenta e cinco minutos. Então a criança saía de casa às seis e vinte e chegava na escola às sete e quinze. A aula nessa escola iniciava as sete e dez, então havia um pequeno atraso todos os dias. O turno da manhã terminava às onze e meia. Para voltar para a casa a criança esperava o transporte até meio dia e vinte e cinco, nesse intervalo era oferecido um achocolatado com biscoito e brincavam com a diretora da escola.

Essa criança tinha mais dois irmãos que estudavam nos anos finais do ensino fundamental na Escola Estadual Joaquim Delgado de Paiva, próxima à escola municipal do irmão. Todos iam juntos no mesmo transporte, que os pegavam na frente de casa. A van estava em ótimo estado: com ar-condicionado, cinto de segurança e muito limpa. O motorista era muito cuidadoso, agradável, educado, gostava das crianças e tinha o cuidado de separar as crianças pequenas na frente com o cinto de segurança e mais perto do motorista e as maiores iam atrás. A faixa etária atendida nesta linha é de quatro anos até os dezoito anos, da educação infantil ao ensino médio. A mãe relatou que raramente chegou a andar de carona no transporte escolar, mas quando aconteceu ela se incomodou porque havia crianças pequenas na van ouvindo assuntos de adolescentes, besteiras de cunho sexual, palavrões e o motorista ficava sem saber se prestava atenção na estrada ou se chamava atenção das crianças dentro do veículo, a mãe diz: “os adolescentes faziam muita besteira”.

Apenas uma vez houve um problema com a passagem onde moravam, ficaram sem estrada por causa de uma forte chuva, mas fora isso o motorista foi sempre assíduo e pontual. A mãe e os filhos que também estavam presentes na hora da entrevista não acreditam que o transporte interfira na vida escolar deles. A mãe conta que mudaram para a zona urbana, pois acreditava que iriam conseguir melhorar a situação financeira, ela recebe bolsa família e achou

que conseguiria um trabalho na zona urbana, contudo não teve êxito. Também contou que o bairro onde estão morando sempre há confusão e brigam na rua, muitas famílias que vieram de outros municípios e que "mexe com coisas erradas", a família se preocupa com os filhos vendo essa realidade. Eles mantiveram o sítio na comunidade de Perobas, ela me contou que até tem um alvará para participar da feira da agricultura familiar, mas nunca foi pois tem a dificuldade do transporte. A mãe é analfabeta e não tem condições de ajudar os filhos nas tarefas escolares. O pai que sabe ler é o que faz as tarefas com o filho quando chega ao final do dia de trabalho.

Atualmente o pai trabalha com carteira assinada. A mãe conta que estão pensando em voltar para a zona rural, pois lá a vida é mais tranquila e eles tinham a horta para ajudar na alimentação da casa. Eles mantêm a roça com criação de galinha e cabrito e todos os dias vãos lá para cuidar da criação. A filha adolescente de quatorze anos não quer voltar a morar na roça porque lá não tem as amigas para conversar e o namorado. Ela me conta que quer parar de estudar e a criança me disse que também não gosta da escola. Perguntei se o transporte era o motivo que dificultava a ida para a escola e eles disseram que não. A mãe me fala que conversa com os filhos da dificuldade de não ter estudado e por isso não consegue trabalho, pois não tem diploma, mas mesmo vendo a sua realidade os filhos não querem estudar. Os pais têm grande preocupação com a filha adolescente naquele meio urbano e com os dois filhos pequenos crescendo num bairro violento. A família não se adaptou bem à vida urbana, a mãe constata.

Território Rural 4

O território rural 4 corresponde às seguintes comunidades: Manejo, Cerâmica, Taboado, Vila São Geraldo, Vitoriana, Orvalho, Pirapetinga e Ribeirão de São Pedro.

Este território é formado por comunidades a beira da BR 267, e algumas outras em estrada de terra. Temos produtores rurais, agricultores familiares, restaurantes com vivências no campo de famílias que estão se abrindo para o turismo, servidores públicos, laticínios, uma pista automotiva onde ocorrem corridas nacionais e internacionais de carros esportivos, motos e a fórmula truck. Também há muitos moradores que apenas dormem nas comunidades e trabalham na cidade de grande porte vizinha ao município pesquisado, Juiz de Fora.

Há duas escolas municipais e uma escola estadual. A ER3 (Escola Rural 3), E.M. Tiago Delgado, fica distante da zona urbana cerca de oito quilômetros de estrada asfaltada, atende cinco comunidades rurais ao entorno da escola. São comunidades próximas à escola, as crianças estão até oito quilômetros de distância. Em estradas de terra ou asfalto. A escola atende crianças do pré-escolar um, 4 anos, até o quinto ano do ensino fundamental. Na época da pesquisa coabitavam o prédio da Escola Estadual Tiago Delgado, que atende do sexto ano do ensino

fundamental até o ensino médio. Em dois mil e vinte e quatro, finalizou a obra da nova escola construída na comunidade. As turmas do pré-escolar são multisseriadas e a turma do primeiro ano é seriada. Todas as crianças de cinco e seis anos dessa escola participam da pesquisa, totalizando vinte e duas crianças. Sendo oito crianças no pré-escolar e quatorze no primeiro ano do ensino fundamental. É uma escola que atende crianças de trabalhadores rurais e agricultores familiares, assim como trabalhadores de serviços urbanos que se deslocam para a cidade de Juiz de Fora.

Entrevistei uma mãe desta escola cuja criança participa de nossa pesquisa, elas moram cerca de dois quilômetros de distância da escola, na Vila São Geraldo. No ano da pesquisa a criança estudava a tarde. Como a mãe precisava estar na comunidade do Manejo pela manhã por causa do trabalho, o transporte não as levava por estar fora do horário da aula da criança e, também ser apenas para as crianças. A solução era elas irem de bicicleta, cada uma na sua bicicleta. A mãe deixava a filha na casa de uma babá que a levava posteriormente para a escola. A mãe saía do trabalho às dezesseis horas e a filha retornava da escola às dezessete horas no transporte escolar, as dezessete e dez já estava em casa. A mãe relata que foi um ano muito difícil porque a criança tinha quatro anos, no retorno ela precisava voltar com tudo nas costas (bicicleta da menina, a bolsa diária da criança e sua própria bicicleta) Ela diz “era pesado, quando eu lembro nem sei como conseguia”. Do transporte escolar a mãe relata que o motorista, que é o mesmo a mais de vinte anos, é assíduo, pontual e confiável, as crianças o respeitam muito, está sempre disposto a trabalhar, mesmo nos sábados letivos e atividades extras da escola. O ponto de ônibus da comunidade é seguro e perto da sua residência. A ida para a escola é tranquila, contudo, no retorno o ônibus vem superlotado, com crianças de quatro anos até os dezessete anos, pois transporta da educação infantil ao ensino médio que passou a ser integral. Ela diz: “as crianças menores andam sentadas, os adolescentes andam em pé e são cuidadosos com os menores. São muitos alunos dentro do ônibus.” Este é o único ponto negativo que a mãe aponta do transporte escolar. A mãe sabe que a direção e professoras do município ajudam a acomodar as crianças no ônibus. O motorista é o único funcionário da prefeitura no ônibus, é responsável por dirigir e manter a ordem, e de acordo com a entrevistada, isto é bem complicado em alguns momentos. A mãe considera o itinerário que sua filha faz dentro do ônibus seguro e o motorista é muito cuidadoso, respeita todas as leis de trânsito para sair da BR267 e entrar na comunidade, que fica em uma reta desta estrada, com boa visibilidade. O ônibus está em bom estado, tem cinto de segurança, mas a mãe não sabe informar se é utilizado. No final dessa entrevista a mãe me alerta que a realidade que sua filha enfrenta no transporte escolar dessa escola é bem melhor que de outras crianças, que seria interessante eu conversar com outras

mães que têm crianças que moram nas fazendas das comunidades do entorno, ela sabe que tem estradas muito malconservadas e crianças que acordam bem cedo. Procurei a direção dessa escola, contudo todas as crianças que participam dessa pesquisa não estão sendo sujeitas e estas intempéries do transporte escolar pois moram em comunidades próximas à escola, as crianças que estavam sujeitas a esta situação estavam fora da faixa etária que esta pesquisa acompanha

A ER4 (Escola Rural 4), E.M. Coronel José de Sales, fica distante da cidade cerca de treze quilômetros de estrada asfaltada. Atende duas comunidades rurais que dista cerca de cinco a dez quilômetros da escola de estrada de terra: Pirapetinga e Ribeirão de São Pedro. Atende crianças do pré-escolar 1 até o quinto ano do ensino fundamental. As turmas são organizadas de forma multisseriada. Uma turma é o pré-escolar 4 e 5 anos, uma turma com crianças do 1º e 2º anos, uma turma do 3º ano e uma turma do 4º e 5º ano. A organização multisseriada varia de acordo com o número de crianças referentes a cada ano de estudo, ou seja, em outros anos a multisseriação pode ocorrer de forma diferente. Todas as crianças de 5 e 6 anos dessa escola participam da pesquisa, totalizando onze crianças. Sendo sete crianças no pré-escolar 1 e quatro crianças no primeiro ano do ensino fundamental. É uma escola que atende crianças de trabalhadores rurais e agricultores familiares, assim como trabalhadores de serviços urbanos que se deslocam para Juiz de Fora, conforme dito pela direção escolar

Entrevistei o responsável pela única criança que participa da pesquisa e usa o transporte escolar, essa entrevista foi muito importante porque descobri através dela que esta criança que está no transporte escolar na verdade pega uma carona nele, pois passa em frente à sua casa vindo de uma zona rural. Essa criança é moradora da própria comunidade e sai de casa sete horas para estar na escola às sete horas e dez minutos. Esse transporte carrega criança da educação infantil a partir de quatro anos até o quinto ano, a faixa etária é em torno de quatro a dez anos. O pai conta que o carro é ótimo, está em bom estado e tem cinto de segurança. O motorista é responsável, confiável, assíduo e pontual. Só havia problemas com transporte quando a rua onde moram não era calçada, pois o veículo não conseguia subir o morro e para crianças saírem era muito barro até chegar ao veículo. Mas com calçamento não houve mais falha na frequência do filho à escola. A aula termina às onze horas e quarenta e cinco minutos e meio-dia a criança já está em casa. O pai não vê nenhum ponto negativo no transporte, ele trabalha em Juiz de Fora como pedreiro, estava em casa de licença saúde por ter machucado a sua perna. A criança estava junto com o pai e é bastante comunicativa, percebe-se que é feliz com a escola e de ter a carona no transporte escolar.

As escolas, ER3 e ER4, estão localizadas na mesma área do município, estão distantes entre si cinco quilômetros de asfalto. A resolução de organização das turmas em multisseriadas

ou seriadas varia de acordo com o número de crianças matriculadas no ano letivo vigente, então pode sofrer alteração de ano em ano.

Já houve duas tentativas de fechar uma das duas escolas municipais e permanecer apenas com uma delas para atender a região. Em ambas, os moradores se organizaram e se colocaram contra o fechamento das escolas, lutando pelo direito de as comunidades terem suas respectivas escolas próximas as suas residências, conforme contado na primeira sessão deste capítulo. As famílias têm medo das crianças no transporte escolar na BR267 com apenas o motorista responsável pela direção e cuidado das crianças, a falta de uso do cinto de segurança e o transporte de crianças de quatro a dezoito anos no mesmo carro. Nesta estrada que separam as duas comunidades há acidentes diariamente e muitas vezes com morte.

4.3 Percepção pós entrevistas

Após as entrevistas com as famílias dessas zonas rurais percebi que a análise dos dados relacionados ao desenvolvimento das crianças desta área terá que considerar que o tempo de transporte escolar delas é bem inferior ao tempo de transporte escolar das demais crianças de outras zonas rurais. Esta informação foi muito relevante para eu entender os dados que serão mostrados no capítulo da análise dos resultados.

4.4 Estrutura Física das Escolas

Para melhor compreensão e descrição das escolas, apresento a estrutura física das escolas e centros de Educação Infantil que participaram dessa pesquisa.

Além dessas escolas, descritas anteriormente, três Centros de educação infantil (EI) entraram na pesquisa, dois deles estão em dois bairros periféricos organizados de forma multisseriada e o outro CEI entra como grupo de controle, localizado no centro urbano e organizado de forma seriada.

Quadro 7 - Estrutura física das escolas

	Direção e secretaria	Sala professores	biblioteca	Pátio coberto	Área gramada	Parquinho	Internet	Sala leitura
EU1	X	X					X	
EU2	X	X	X	X				X
EU3	X	X	X	X			X	X
EU4	X		X	X				X
EI1	X	X	X	X	X	X		X
EI2							X	
ER1	X	X	X	X		X	X	X
ER2	X			X			X	
ER3	X	X	X	X	X		X	
ER4	X			X			X	

Fonte: elaboração própria: informações observadas em campo, diálogo com diretores e plataforma Qedu[18]
Legenda: EU: Escola Urbana; ER: Escola Rural; EI: Centro de educação infantil.

A estrutura física das escolas e creches variam bastante, desde espaços bem planejados para a educação, até mesmo espaços improvisados para atender as demandas apresentadas, como verificado na EI2.

Esta noção da estrutura física de cada uma das instituições que fazem parte desta pesquisa é importante para saber que ainda temos escolas sem internet, sem sala de leitura e até mesmo sem biblioteca, sem parquinho ou área gramada para a hora do recreio. O Centro de Educação Infantil II é o que apresenta pior estrutura física tendo apenas internet, dos itens listados. Quatro instituições não possuem sala dos professores e biblioteca, apenas duas instituições contam com parquinho e área gramada. São fatores que podem influenciar no desenvolvimento infantil e na prática pedagógica dos profissionais.

4.5 Educação do Campo no município

Nesta terceira parte, apresento um breve histórico de como o termo Educação do Campo chega ao município de Lima Duarte e o ocorre a partir deste conhecimento no sistema municipal de educação.

Foi em dois mil e quinze, a primeira vez que ouvi esse termo Educação do Campo durante a formação do Pacto do Ensino Médio no qual fui formadora. Assim que tomei ciência deste movimento que se organizava de forma nacional entrei em contato com o professor

[18] qedu.org.br/município/

pesquisador desta temática para apresentar o município no qual trabalhava e que tinha características econômicas, culturais, sociais para desenvolvermos a Educação do Campo. Entrei para o grupo de pesquisa TRAME/UFJF (Trabalho, Movimentos Sociais Populares e Educação do Campo da Universidade Federal de Juiz de Fora) e aprovamos um projeto de extensão "A Educação do Campo e as Experiências Educativas em Lima Duarte" para formação de professores neste tema e buscarmos construir práticas pedagógicas de acordo com o proposto nas legislações, normativas e diretrizes da Educação do Campo.

A partir desta audiência pública de dois mil e quinze apresentada na segunda fase do fechamento de escolas nesta tese, o grupo de pesquisa TRAME/UFJF esteve presente em conversas com as comunidades escolares dos distritos limaduartinos em todas as zonas rurais aqui descritas e está presente até os dias atuais. O objetivo foi e é acompanhar as demandas das comunidades relacionadas as suas escolas e auxiliarem na defesa dessas para que permaneçam abertas e com práticas pedagógicas relacionadas à Educação do Campo. Foram alcançados resultados positivos, com escolas do campo permanecendo abertas e as comunidades se apropriando da Lei 12.960/2014 que não permite que uma escola do campo seja fechada sem a consulta prévia à comunidade.

O município foi sede de dois encontros de educação do campo, dos três organizados pela Superintendência Regional de Ensino de Juiz de Fora que após a promulgação das Diretrizes mineiras da educação do campo se envolveu também com esta temática. Esse olhar diferenciado para a Educação do Campo nesta região a nível estadual ficou abandonado desde a gestão do Partido Novo com o governador Romeu Zema em dois mil e dezenove e que perdura até o momento.

Durante o mestrado, em 2016, fiz uma pesquisa documental na secretaria de educação municipal e nas Propostas Político Pedagógicas das escolas com turmas multisseriadas e, constatei que estas estão invisibilizadas nos documentos e legislações municipais. E apesar de muitas conversas buscando a conscientização para as especificidades destas turmas muito pouco foi realizado de forma efetiva para construir mudanças pedagógicas e burocráticas para elas. Em dois mil e dezessete, na avaliação do Plano Decenal Municipal de Educação conseguimos inserir a palavra multissérie e a necessidade de formação para os profissionais que atuam com esta organização escolar. E o município foi contemplado com a formação Escola da Terra no ano de dois mil e dezoito.

Em dois mil e vinte e dois, a Secretaria de Educação permite a pesquisa aqui apresentada para acompanharmos o desenvolvimento cognitivo das crianças em turmas multisseriadas e seriadas de cinco e seis anos.

Em dois mil e vinte e três, há uma reunião na secretaria de educação para o desenvolvimento de ações municipais específicas para a Educação do Campo. A secretária da educação participou de um Encontro de Educação do Campo no Assentamento Dênis Gonçalves e conheceu também a possibilidade da pedagogia da alternância, da mudança da grade curricular e de buscar a denominação "escola do campo" com reconhecimento oficial do INEP/MEC.

Duas escolas do município receberam a denominação de Escola do Campo, a E.M Francisco Augusto de Oliveira e a E.M. Coronel José de Salles, conseguiram esta denominação através da Proposta Político Pedagógica e das práticas pedagógicas que desenvolvem junto às comunidades atendidas pelas escolas. A partir desta conquista elas acessam verbas específicas do PDDE campo.

Outra mudança foi colocar a Educação do Campo como pasta dentro do orçamento da educação, para o ano de dois mil e vinte e cinco esta pasta consta com vinte mil reais.

A efetivação da Educação do Campo municipal ocorre lentamente e ainda não há uma política municipal de Educação do Campo.

Neste capítulo busquei apresentar e contextualizar o município de Lima Duarte com as particularidades de suas zonas rurais e escolas para que as análises da pesquisa apresentadas no capítulo seis se tornem mais significativas e clara para os leitores.

5 O HISTÓRICO DO FECHAMENTO DE ESCOLAS EM LIMA DUARTE

Neste capítulo apresento o município de Lima Duarte, que foi loco da coleta de dados primária. A partir de dados do IBGE[19], um município mineiro, na mesoregião da Zona da Mata e microrregião de Juiz de Fora. Ocupa uma área territorial de 848.564 km2, sua população em dois mil e vinte e quatro, era de 17.712 habitantes e o salário médio mensal de 1,5 salários mínimos. Em relação ao IDEB, no ano de 2023, foi de 5,6 para os anos iniciais do Ensino Fundamental. O município é conhecido por suas belezas naturais e por sua produção de leite e seus derivados. A base da economia da cidade é a pecuária, a agricultura e o turismo. É um município com grande extensão em meio rural e cada uma das suas regiões têm uma característica.

O capítulo contém uma parte fundamental para entender o contexto desta pesquisa e as implicações das escolhas políticas realizadas no decorrer dos tempos e suas consequências para a educação municipal e o território camponês. O histórico do fechamento de escolas a partir de mil novecentos e noventa e sete foi feito a partir da leitura de todos os livros de atas da Câmara Municipal, livro de leis municipais e entrevistas com pessoas que foram participando e observando essa construção do sistema municipal de educação.

5.1 O fechamento das escolas do campo no município de Lima Duarte

Fiz o levantamento de dados para compor essa história com entrevistas e pesquisa documental na Câmara Municipal de Lima Duarte, desde o ano de mil novecentos e noventa e sete.

Foram entrevistadas três pessoas que trabalhavam na época da primeira fase do fechamento das escolas na secretaria municipal de educação. As escolhi de forma intencional, pois sabia que haviam feito parte desta História e estavam dispostas a colaborar contando suas versões dos fatos. Duas delas foram professoras de escolas que foram municipalizadas e a terceira pessoa foi o responsável por trabalhar no transporte escolar por muitos anos no município, ora na gestão, ora como motorista.

Para a pesquisa documental pedi autorização através de um ofício para a Câmara municipal, aprovada com êxito. A secretária da Câmara municipal de vereadores conseguiu encontrar a documentação referente a leis municipais a partir de mil novecentos e noventa e

[19] cidades.ibge.gov.br//brasilmglimaduartepanorama

sete. Foram encontrados os livros de atas a partir de dois mil e três. Atualmente a Câmara está funcionando em um prédio alugado, pois o prédio oficial está sendo reformado após ter sofrido um incêndio, sendo que neste acidente alguns documentos se perderam. Em novembro de dois mil e vinte e quatro o prédio da Câmara ficou pronto e iriam iniciar a mudança de retorno. Os documentos disponibilizados foram lidos por mim na busca dos registros que durante estes anos tratavam do sistema municipal de educação, fechamento das escolas e implementação do transporte escolar. Todos os registros encontrados que tratavam desta temática foram digitalizados com o scanner do meu celular privado, já que estes documentos, atualmente, estão disponíveis apenas por via física.

Para facilitar a organização da História do fechamento das escolas no município pesquisado, vou dividi-la em 2 fases:

1) Processo de municipalização ocorrido nacionalmente após a aprovação da LDB 9394/96 e a instauração do FUNDEF.

2) Fechamento das escolas após as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (2002);

5.1.1 1ª fase de fechamento das escolas

O processo de municipalização das escolas de ensino fundamental foi estimulado pela lei 9.424/96 que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF)[20], implantado nacionalmente a partir de mil novecentos e noventa e oito, governo do Fernando Henrique Cardoso (FHC). O objetivo do fundo era a manutenção e o desenvolvimento do ensino fundamental público e a valorização do seu magistério. Cada estado e governo municipal deveriam decidir a distribuição dos recursos que aconteceria na proporção do número de alunos matriculados anualmente da primeira à oitava série do ensino fundamental, ainda não havia sido promulgado o Ensino Fundamental de nove anos e havia a possibilidade de celebrar convênios de transferência de alunos de uma rede para outra.

Em pesquisa no site oficial do governo mineiro encontrei a lei estadual 12.768/1998[21] que regulamentou a descentralização do ensino: garantindo o repasse de recursos mínimos estipulados pelo governo federal através do FUNDEF; ao estado foi permitido fazer a cessão de bens móveis e imóveis para escola municipalizada, ceder servidor ocupante do cargo efetivo,

[20] planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9424.htm
[21] almg.gov.br/legislação-mineira/LEI/12768/1998/

integrante do quadro permanente ou do magistério lotado na escola a ser municipalizada, sem prejuízos dos direitos e das vantagens do cargo.

Em Lima Duarte, em quatro de março de mil novecentos e noventa e sete, ou seja, antes da promulgação da lei estadual, foram aprovadas as leis 990 e 991/97. A primeira lei autorizou a criação de cinco Pré-escolares[22] municipais e a segunda lei autorizou a municipalização de três escolas estaduais e de quatro pré-escolares que já funcionavam em escolas estaduais. Foi também aprovada em primeiro de dezembro de mil novecentos e noventa e sete, a lei 1024/1997 com a municipalização de seis escolas. Nessa estava garantido que os bens móveis e imóveis pertencentes ao estado também seriam municipalizados, nessas seis escolas previstas na lei municipal. Assim como havia a garantia que os servidores efetivos dessas escolas estaduais continuariam a trabalhar nelas sem nenhum ônus para o município e o município seria reembolsado pelo estado no valor que ficasse defasado do custo aluno/ano, ou seja, o estado cobriria os custos necessários para a manutenção da municipalização. Em troca à municipalização das escolas de pré-escolar e ensino fundamental, caberia ao estado garantir vagas no ensino médio para toda a demanda apresentada pelo município.

Contudo, apenas dez dias depois, em onze de dezembro de noventa e sete, a lei 1024 foi revogada pela lei 1028/97. Esta nova lei aumentou o número de escolas municipalizadas para nove e manteve-se a municipalização dos bens móveis e imóveis. O artigo dos servidores mudou a redação já denominando-os como servidores efetivos excedentes, garantindo a eles que não seriam transferidos para outro município, mas não mais garantindo a lotação na escola que trabalhavam. A obrigação de o estado reembolsar o município pelo valor defasado do custo/aluno também foi retirada, ficando o estado obrigado a repassar a verba da merenda escolar das escolas municipalizadas.

Consegui, então, uma entrevista no dia dezessete de outubro de dois mil e vinte e quatro com a secretária de educação da época. Ela não permitiu a gravação dessa conversa. Perguntei sobre o porquê da mudança do acordo desses dez dias de dezembro, ela lembrou que houve muita pressão do governo estadual e da consultoria Planejar para o processo de municipalização. Esta consultoria permanece prestando serviços contábeis para a prefeitura até os dias atuais. Ela conta que houve uma tentativa de não municipalizar algumas escolas, contudo o número de alunos que passariam a ser responsabilidade do governo municipal não era suficiente para que o estado assumisse a responsabilidade do ensino médio, sendo assim tiveram que municipalizar mais escolas para atingir o mínimo de alunos necessários para que o

[22] Etapa da educação infantil que antecede a Educação Fundamental.

estado assumisse a responsabilidade de atender a toda a demanda municipal do ensino médio.

Ela conta que o maior argumento utilizado para convencimento da necessidade da municipalização era a implantação da universalização do ensino médio no município que seria de responsabilidade do estado. Disse que primeiro houve a nucleação[23] de algumas escolas estaduais, e apenas depois ocorreu a municipalização das que haviam ficados sem nuclear. Comentei, nesta conversa, que havia encontrado uma lei estadual de noventa e oito referente aos processos de municipalização do estado de Minas Gerais e que em Lima Duarte a municipalização ocorreu antes dessa lei. Ela afirmou que não sabia que o município havia iniciado o processo antecipadamente. Contou que o prefeito na época assumiu a prefeitura com muitas dívidas pendentes do mandato passado. Havia escolas com dois alunos, então realmente não tinha como manter todas as escolas abertas e que a partir do momento que as escolas foram sendo nucleadas, o transporte escolar foi sendo oferecido com carros da própria prefeitura. Disse que a Secretaria de Educação sempre teve carros disponíveis, e que estes eram utilizados por toda a prefeitura para atender várias secretarias. Então acontecia, de às vezes. não ter carro pronto para ir buscar as crianças para a escola, porque ele estava sendo utilizado em outra demanda.

Posteriormente ao fechamento das escolas, houve concurso para motorista e a preparação destes para melhor organização do transporte escolar. Também havia um forte diálogo com a Secretaria de obras para a manutenção das estradas. Os carros eram comprados através de projetos apresentados à prefeitura. Ela conta que no processo de municipalização houve muitas conversas com as comunidades e muita insegurança por parte das professoras e demais profissionais da educação. Ela também foi uma professora estadual atingida pelo processo de municipalização, ficou como excedente no estado até conseguir se aposentar. Ela diz não ter ficado até o final do mandato como secretária municipal de educação por não ter gostado de exercer esta função, além de perder as vantagens por estar em adjunção na prefeitura como funcionária do estado. O seu salário sempre foi pago pelo estado e no momento que estava exercendo a função de secretária o tempo de biênio e quinquênio não contava para o Estado, então ela perdia benefícios. Depois que saiu da função de secretária da educação foi trabalhar junto à Planejar auxiliando no processo de municipalização de outros municípios que a consultoria prestava serviço e foi então que percebeu que o dono era amigo próximo do então governador Itamar Franco.

Entrevistei a professora no dia dez de outubro de dois mil e vinte e quatro, entrevista

[23] Nuclear escolas é concentrar em uma escola alunos oriundos de outras escolas, prática comum nos campos do Brasil que intensificou nesta época de municipalização da educação infantil e fundamental

gravada em áudio e disponível no anexo dessa tese. A professora foi convidada pela pesquisadora por essa já a conhecer e ela ter passado pelo processo de municipalização no município pesquisado e se dispôs a contar o que lembrava e o que tinha registrado deste período. Atualmente ela é aposentada do cargo de professora estadual e trabalha como secretária escolar em uma escola estadual.

Já no início da conversa ela diz que o processo de municipalização em Lima Duarte ocorreu em 1998 no governo estadual de Eduardo Azeredo.

> Foi uma municipalização quase que imposta porque o governo ele colocou as contrapartidas que se o município assumisse as escolas receberia recursos e isso ou aquilo. E se o município não assumisse, seria inviável o município continuar com aquelas escolas de 5 alunos e o município tinha muitas escolas, muitas mesmas. Tinha escola em todos os lugares. (professora entrevistada)

Foi assim que começou a nucleação de escolas localizadas em territórios rurais que na época tinham 4 e 5 alunos. Esses alunos eram levados para as escolas mais próximas, ~~e~~ que contavam com mais alunos.

> E a teoria também era se esses alunos viessem para escolas maiores, convivessem com outras pessoas, de outras localidades eles também iam se desenvolver mais. Até aí, eu acho que foi interessante, mas aí veio a questão do transporte escolar. Aluno saindo 5 horas da manhã de casa, o mesmo carro passar em vários lugares. Não existia transporte escolar passou a existir a partir da municipalização. (professora entrevistada)

O transporte desde então, se tornou um grande problema para o município, que é muito extenso e com muitas estradas de terra. O que foi confirmado a posteriori com a consulta nos documentos oficiais da Câmara Municipal de Vereadores. A entrevistada conta que os motoristas saíam muito cedo com as crianças para conseguirem passar em todas as propriedades e chegar na escola a tempo. Foram disponibilizados poucos carros que faziam mais de uma linha.

A primeira promessa que foi quebrada pelo estado no processo de municipalização foi deixar de ceder os servidores estaduais efetivos para o município, isso aconteceu apenas por três anos. Em 2001, já no governo do Itamar Franco a cessão não foi mais permitida e muitos servidores efetivos se viram prejudicados tendo de mudar de localidade para continuarem

trabalhando, pois, as escolas estaduais estavam no centro urbano. Apenas uma comunidade rural, Manejo, permaneceu com a Escola Estadual Tiago Delgado, a descrita no capítulo anterior como território rural 4. Esses profissionais se tornaram excedentes nas escolas.

> Ninguém queria a municipalização. É como se você fosse despejado da sua casa. Se estivesse na casa, que era o cargo no estado e tivesse que morar na rua. Era mais ou menos isso. Ninguém queria. Mas a gente não teve força na época pra combater isso. Eu acho que nessa parte houve uma falha de planejamento da municipalização. Houve essa falha. Poderia ter deixado duas escolas maiores com anos iniciais do ensino fundamental porque ia absorver todos esses professores que ficaram excedentes. Não houve consulta por parte da secretaria municipal de educação, nós tentamos com vereadores, com a Câmara conversamos, questionamos muito. Isso é a parte ruim da municipalização. (entrevista com professora, 2024).

Segundo a entrevistada, essa foi a parte ruim para o funcionalismo estadual da época que foi atingido pela municipalização de suas escolas. A professora também conta dos transtornos para as famílias rurais das comunidades que tiveram suas escolas nucleadas

> O êxodo rural aumentou muito nessa época, as pessoas tiveram que mudar para onde tinha escola, saiu muita gente da zona rural pra cidade em consequência disso com certeza, com certeza. Foi muito difícil, já te falei que os motoristas saiam 4 horas da manhã de casa, até passar em todos os sítios fazendas, pra chegar 7 horas na escola era muito difícil. Os alunos saíam de casa por volta das 05h da manhã e chegavam de volta às 14h da tarde, olha o cansaço o desgaste para no outro dia começar tudo de novo. Muito difícil. (entrevista com professora, 2024).

A professora conclui em suas falas que a municipalização foi uma promessa que não cumpriu seus objetivos e onerou o município com o transporte escolar e lembra que a secretária da época nem ficou até o final do mandato devido a tantos problemas. Quando estive conversando com a secretária ela conta que não ficou até o final do mandato mesmo, mas não colocou o transporte como o motivo de ter saído. Falou também do sentimento de a terem culpabilizado pelo processo de municipalização o que foi confirmado pela entrevista concedida a mim pela professora:

> Mas teve muitos transtornos muitos mesmos. Quando foi chegando ao final do mandato, a prefeitura já tinha muita dificuldade de administrar esses recursos, principalmente do transporte escolar eu me lembro os comentários da época. A Secretária municipal de educação mesmo chegou a sair. As

> pessoas culpavam muito ela pela municipalização, mas assim, a promessa realmente era muito boa. (Entrevista com professora. 2024)

Não encontrei os documentos oficiais da Câmara municipal de vereadores nada sobre a implantação do transporte escolar nos anos de mil novecentos e noventa e sete e noventa e oito. No ano de mil novecentos e noventa e nove foi sancionada a lei 1067/99, sobre a exploração do transporte escolar no município, cujo objetivo era assegurar o transporte de estudantes em condições de segurança. Permitindo que o serviço fosse prestado por profissionais autônomos, empresas individuais e coletivas ou pelos próprios estabelecimentos de ensino. Cabendo à Secretaria municipal de educação fiscalizar o transporte, verificar o certificado do registro do veículo, comprovante de propriedade e o pagamento do seguro obrigatório, laudo da vistoria especial do Detran e a certidão negativa de débito fiscal com a prefeitura do município. Foram dados noventa dias para os veículos utilizados no transporte escolar se adequarem às condições exigidas pela lei. O número de colegiais transportados corresponderá a capacidade de ocupação do veículo, sendo resguardado com acompanhante responsável encarregado de zelar pela segurança dos alunos transportados. Contudo, para ser motorista de transporte escolar exige-se além da habilitação profissional, mínimo de dois anos de habilitação, bons antecedentes, atestado médico de boa saúde e apresentar certidões negativas das varas criminais. Foi instituído multa para o transporte de alunos em pé no veículo.

A conversa com o responsável por implementar o transporte foi dia dez de outubro de dois mil e vinte e quatro. Ele trabalhou na prefeitura desde mil novecentos e oitenta e quatro e conheceu todas as escolas da zona rural. Conta que toda a merenda escolar provinha da escola agrícola do município. Nesta época as crianças iam a pé para a escola, eram muitas famílias residentes nos territórios rurais e que foram migrando para a cidade depois que as escolas foram sendo fechadas e as crianças começaram a serem transportadas no transporte escolar. Ele não consegue se lembrar o ano exato deste movimento. Ele se lembra de o prefeito ter trocado ações da Telemig, empresa de telefone fixo, para adquirir duas Kombis. E que os primeiros transportes foram na região do que aqui denominei Território Rural 4. Depois ganhou uma kombi do estado e essa foi para o Território Rural 1. Não encontrei nenhum registro oficial sobre essas decisões.

Sobre a implantação do transporte escolar, o coordenador da época diz:

> Eu acho que foi mais ou menos assim, foi sendo implantada na época meio a marra. Mas teve que ter conversas com os diretores das escolas que iam receber aqueles alunos da zona rural sobre os horários. O horário da manhã de

> preferência para o transporte seria melhor. Porque muitas das vezes a época de chuva, na parte da tarde, a zona rural fica muito ruim as estradas pro transporte, por causa das chuvas de verão. (entrevista concedida pelo coordenador do transporte na época, 2024)

Esse entrevistado lembrou todas as localidades que tiveram escolas, eram vinte e oito antes do processo de nucleação e municipalização. Pelo que lembrou, contei inicialmente quinze escolas nucleadas em outras maiores. Ou seja, o estado passou de vinte e oito para treze escolas. Para haver posteriormente em noventa e sete a municipalização de nove escolas. Assim o estado permaneceu com quatro escolas no município. E dessas nove escolas que se tornaram responsabilidade do município, duas foram nucleadas, logo após a implementação da municipalização.

Quando questionado sobre o tipo de frota adotada por uma prefeitura, já que esteve à frente durante muitos anos na coordenação do transporte, o que ele consideraria melhor: frota própria, terceirizada ou mista? Ele responde

> Trabalhar com que é meu, a terceirização hoje ela serve para desvio de verba. Se você tem a sua frota, de seu motorista, você vai encostar o veículo da sua frota, deixar o seu motorista parado para terceirizar? E se eu tiver terceirizando, eu vou ter lucro suficiente para pagar o motorista, a despesa do carro, a manutenção e tem que sobrar né? Porque se não sobrar, eu não vou terceirizar. Então eu vou ter um lucro suficiente pra pagar tudo e ainda sobrar. (entrevista concedida pelo coordenador do transporte na época, 2024)

Para o coordenador a terceirização compensa para o poder público quando a linha tem trajetos muito ruins, que exigem muito do carro e esse acaba estragando facilmente. Neste ponto é melhor terceirizar, ele diz:

> Na época do Arzenclever, tinha uma linha que chegou a quebrar três kombis em um dia, na Serrinha. Simplesmente falei com o Arzenclever, terceiriza. As linhas mais problemáticas terceirizam. Terceirizou, acabou o problema. Porque se quebrou, quebrou do cara, não quebrou a sua frota. (Coordenador do transporte, 2024)

Eu concluo após esta fala, que quando o coordenador fez a defesa da terceirização em linhas com estradas muito ruins, não tinha a preocupação dos alunos ficarem sem condições de chegar à escola caso um carro quebre ou o território fique sem estradas. Sua função era de gerir

da melhor forma o transporte escolar com foco na manutenção da frota de veículos e minimizar o custo para essa ação.

Após as entrevistas e na leitura das leis municipais e atas na Câmara Municipal de Vereadores parece que não houve uma preparação do município na sua logística de implantação do transporte escolar. Desde então, até os dias atuais todos os anos as estradas ficam intransitáveis nos períodos de chuva e as crianças impossibilitadas de chegarem às escolas de acordo com as atas lidas nas reuniões da câmara, e que eu como professora presencio todos estes anos que trabalho no município, desde dois mil e seis. Assim como o número de carros não são suficientes para fazer todas as linhas do município, um mesmo carro é utilizado em mais de uma linha, faz percursos longos para cumprir o itinerário necessário de todas as famílias e levam alunos além de sua lotação. Como dito pelas famílias entrevistadas, nas atas das reuniões da Câmara e registrado na minha dissertação (BARRAL, 2018) de mestrado quando a secretária de educação da época traz esta realidade das linhas do transporte do município e da falta de carros para fazê-las de forma adequada cumprindo os horários de entrada e saída da escola e uma boa logística das linhas percorridas pelos veículos sem sacrifício das crianças. Após a lei de mil novecentos e noventa e nove apresentada acima, não houve outra lei que regulamentou o transporte escolar.

Desta primeira fase não foram encontrados os livros de atas das reuniões da câmara, tenho a impressão de que teríamos mais informações do que havia sido discutido na casa legislativa sobre as municipalizações, nucleações de escolas e implementação do transporte escolar. Não sabemos o que foi discutido sobre este assunto pelos vereadores e cidadãos na época. Encontrei apenas leis que autorizavam dotação orçamentária para a manutenção do transporte escolar em dois mil e um. Este período coincide com o que a professora entrevistada conta sobre o fim do mandato já estar sendo muito difícil para a secretaria de educação administrar o transporte e os gastos com ele. Foi uma dotação de trinta e cinco mil reais. No ano de dois mil e um encontrei nas atas da câmara municipal problemas relacionados a falta de merenda escolar e problemas com as verbas do FUNDEF com erros em sua execução, não foi especificado quais foram esses erros. Há a discussão para leiloar os prédios escolares desativados para pagamentos dos salários atrasados da prefeitura, mas parece que isso não ocorreu neste momento. Como a ex-secretária de educação entrevistada contou, a prefeitura estava com muitas dívidas na época.

Parece que a lei municipal 1028/97, com a retirada da obrigação dos funcionários efetivos ficarem lotados nas próprias escolas municipalizadas das quais faziam parte, já foi um precedente para facilitar o fechamento de muitas escolas que ocorreu a posteriori. Ambos os

entrevistados que trabalharam nessa época na prefeitura apontam que o transporte escolar é uma ação problemática para ser gerida e causa problemas como: o êxodo rural, infrequência escolar e desgaste para a gestão. Estas foram realidades das quais encontrei registros nas atas. Houve nos embates, denúncias e ações judiciais que foram enfrentadas na segunda fase de fechamento das escolas como veremos a seguir.

5.1.2 2ª fase de fechamento das escolas

Defino a segunda fase de fechamento das escolas em Lima Duarte a partir de dois mil e dois quando já havia a promulgação das Diretrizes nacionais da Educação do Campo e quando não há mais a pressão do estado para municipalizar, ficando a cargo do governo municipal tomar essas medidas a seu critério e em confronto com as comunidades e suas escolas como ocorre até os dias atuais.

Neste período foram fechadas as escolas da Várzea do Brumado, Capoeirão, Perobas, Nominato Duque e Lopes. E ainda houve a tentativa de fechar a escola de Orvalho, Manejo e o ensino médio em São Domingos de responsabilidade do Estado. É um período que já herda os problemas com o transporte escolar advindo da primeira fase de fechamento das escolas.

Em dois mil e dois, uma ata menciona problemas na área da educação, cita os nomes das comunidades de São José dos Lopes e de Laranjeiras, identificadas na próxima sessão como Território Rural 2, que naquele momento não tinha uma posição definida sobre a situação dos seus alunos e onde iriam estudar, se na comunidade ou na cidade. As aulas da zona urbana já haviam começado, mas nessa região ainda não. Contudo, afirmou que iriam garantir os duzentos dias letivos exigidos pela legislação, pois nada impediria de haver dois calendários. Não houve nenhum outro comentário sobre este assunto no restante do ano. Neste mesmo ano, na reunião de abril, uma vereadora parabeniza a comunidade Várzea do Brumado pelo mutirão que realizaram com o objetivo de arrumar a escola daquela localidade, sem nenhuma assistência do poder público. Em outras escolas rurais também vamos ver esse movimento da comunidade cuidar da escola, parece ser uma instituição muito valorizada pelas comunidades rurais.

Como professora já presenciei, algumas vezes, situações em que o ano letivo nas escolas se iniciam sem o início do transporte escolar, depois a carga horária desses alunos das comunidades rurais é cumprida com trabalhos escolares para serem realizados em suas casas. Em dois mil e vinte, fortes chuvas fizeram com que todos os transportes escolares fossem suspensos por cerca de quinze dias pelas situações das estradas do município. Lembro-me que

as orientações eram registrar presença para todos os alunos do campo e propor atividades escolares para garantir frequência e aprendizagem desses. Em dois mil e vinte e cinco, também houve uma situação em que os alunos das comunidades rurais não puderam ficar todo o período da aula do turno integral por falta de transporte escolar. O combinado com as famílias foi que eles não faltassem aulas do período da manhã, quando haveria o transporte, para não terem problema com a infrequência que seria lançada no turno da tarde, quando não estava sendo oferecido transporte. E houve outras situações de falta de transportes das quais não tenho registro de datas. Estes são relatos da minha atuação como professora neste município que elucida com exemplos práticos os registros que lemos nas atas da Câmara sobre a falta de estradas que leva à infrequência dos alunos durante todo o ano letivo.

Na leitura do livro de atas de dois mil e cinco constatei inúmeros problemas relacionados ao transporte escolar e a manutenção das estradas rurais do município. É um ano onde se inicia um novo mandato com novo prefeito, que a partir deste momento construiu sua fama de "Fechador de Escolas" como relatado na ata do dia de 21 de novembro de 2005 quando um vereador menciona o fato de uma escola fechada, estar situada na cidade:

> (...) Corre pela cidade vários abaixo-assinados e pedidos de professores pedindo a reabertura da Escola Nominato Duque, inclusive comentou sobre um ofício enviado pela diretora da escola pedindo sua reabertura, mencionou que esse prefeito ficará para a história por ter fechado uma escola do nível do Nominato, relatando sua incompreensão com o assunto e afirmando sua luta pela abertura da escola (vereador Antônio Alves, 21 nov. 2005)

Conforme nos foi contado pela professora entrevistada, relatado na ata do dia 28 de fevereiro de 2005 o horário de saída dos motoristas do transporte escolar:

> Indicação nº 17 2005 do vereador Antônio Alves de Paula, indicando que o prefeito municipal volte a fornecer lanche no setor de obras no pátio, devido ao horário de chegada, 4h30, o secretário perguntou o porquê deste horário, o vereador Antônio Alves explicou que os motoristas devem chegar neste horário para o transporte escolar (livro de atas 2005, 28 fev 2005)

Os motoristas necessitam começar a trabalhar as quatro e meia da manhã para conseguirem buscarem todas as crianças e as levarem para as escolas, não há um carro para cada linha, então há crianças saindo às cinco horas de casa para iniciarem seus estudos às sete

e vinte da manhã. Também é citado casos de crianças de comunidades rurais que estão sem estudar por falta de transporte escolar, no que nesta tese chamei de Território rural 3 nesta mesma ata, "O vereador Claudio Pereira solicitou à Secretaria Municipal de Educação que regularize a situação das crianças do Ensino Fundamental, que estão sem estudar, principalmente em Serra Negra e Monte Verde, devido à falta de transporte e outros fatores." (livro de atas 2005, 28 fev 2005).

Mesmo com essa situação relatada, na ata de vinte e oito de março de dois mil e cinco, uma vereadora justifica que vota contra a compra de dois ônibus escolares porque há muitos veículos da prefeitura estragados no pátio e é preciso priorizar a manutenção destes carros. Nesta mesma reunião, o vereador diz que o prefeito está usando os gastos com manutenção de veículos para justificar a falta de simples operações a serem realizadas pela prefeitura. Quanto a má conservação das estradas, foi afirmado não ter como realizar reforma, pois a Patrol encontra-se estragada e este conserto demorou a ser concluído. É relatado que os problemas atuais são devido ao estado que foram deixadas as máquinas do município pelo mandato anterior. Também foi citada, na ata de onze de abril de dois mil e cinco, as dificuldades financeiras da prefeitura e suas dívidas com o pagamento dos salários dos funcionários. Neste mesmo ano, foram perdidos pela Secretaria de Educação duas kombis escolares por estarem sem seguro e se envolveram em acidentes, conforme foi mencionado na ata. Não relataram o que foram os acidentes, mencionados nas atas de dezesseis de maio e vinte e sete de junho de dois mil e cinco.

Em vinte e seis de setembro de dois mil e cinco, encontro o primeiro registro de fechamento de uma escola urbana, a E.M Nominato Duque, e a fala do prefeito à época, Geraldo Gomes justificando a ação:

> (...) Relatou que a escola estava em situação precária e que discutindo com o ex-prefeito viu que a referida escola tinha sala com poucos alunos, não compensando manter aquelas salas funcionando, e como a Escola Bias Forte acolheu bem os alunos transferidos não ultrapassando o número máximo de alunos permitidos em sala de aula, além do transporte dado pela prefeitura e uma boa qualidade do ensino, o prefeito achou viável que os alunos continuassem na Escola Bias Fortes, pois estaria economizando (Geraldo Gomes, 26 set 2005).

Assim foi definido que a prefeitura daria um transporte e uma boa qualidade de ensino, não sendo necessário manter as duas escolas abertas. Chama-me atenção esta decisão diante de tantas atas que discutem o transporte escolar e a falta de veículos para dar conta da demanda já

existente. Professores entregam abaixo assinados pedindo a reabertura da escola fechada, mas ela não ocorreu.

Em cinco de dezembro de dois mil e cinco a ata da reunião menciona um abaixo-assinado recebido da comunidade da Várzea do Brumado solicitando o não fechamento da escola da comunidade. O vereador, líder do prefeito na Câmara, responde com referência ao documento entregue que foi pessoalmente ao gabinete do prefeito que lhe garantiu não fechar a escola sem antes ouvir as opiniões dos pais, e se esses concordassem que seus filhos passariam a estudar na escola de São Domingos. Outro vereador comenta sobre o fechamento de uma escola mesmo sem aprovação da comunidade e pede que outras escolas não sejam fechadas.

O ano de dois mil e seis já se inicia com a pauta de fechamento de escolas e ~~a~~dos baixos salários dos motoristas, que na época ganhavam menos de um salário-mínimo. Em treze de fevereiro deste ano o vereador da oposição relata ao prefeito, em sua fala, que o prefeito não gosta de pobre, pois fechou uma escola e superlotou outras duas, causando um transtorno enorme. Ainda falou do fechamento de três escolas rurais: Capoeirão, Mogol e Ribeirão de São Pedro. Mencionando o risco que as crianças enfrentam viajando em estradas que não estão boas, pede um pouco mais de sensibilidade ao prefeito. Outro vereador fala das condições de tráfego em uma das estradas onde a escola foi fechada que estão colocando em risco as pessoas que por ali trafegam. Também se colocou contrário ao fechamento das escolas defendendo que elas devam ser reabertas. Pede a regularização do transporte escolar, pois há crianças que ainda não foram à escola e a secretária de educação informou que não tem carro para buscá-las, pois estão quebrados.

O vereador que representa o prefeito na Câmara também se colocou contrário ao fechamento das escolas, mas afirmou que o prefeito disse que as escolas foram fechadas com conversas com as comunidades para a promoção de um melhor ensino, centralizando-os em uma escola. Outro vereador pede a secretária de educação que faça um estudo minucioso sobre o fechamento das escolas e o transporte de crianças na faixa de cinco a sete anos, que ficam cansadas com a viagem. Em sua percepção estas crianças terão rendimento baixo e correm riscos com a viagem e as condições das estradas. Este vereador acredita que fique mais barato pagar uma professora e uma serviçal para ficar nas comunidades do que fazer o transporte destas crianças, além do melhor rendimento que as crianças terão. Parece não haver consenso nem mesmo sobre se há economia em fechar escolas e aumentar o transporte escolar, as decisões são tomadas em suposições e não a partir de dados concretos.

A discussão sobre o fechamento das escolas rurais volta em vinte de fevereiro de dois mil e seis, foi falado sobre o aumento do salário dos motoristas, esses passariam a ganhar um

salário-mínimo. Novamente se comenta sobre o fechamento das três escolas rurais e da tentativa dos vereadores de sensibilizar o prefeito para reabertura delas: “A escola traz vida para a comunidade e que fazendo as contas financeiras ficaria mais barato pagar um serviçal e uma professora do que transportar as crianças”. Outro vereador reforça o pedido da reabertura das escolas que só seria um ganho para a educação, uma criança que sai de uma comunidade às cinco horas para estudar no município fica com sono e fome e, consequentemente, o seu rendimento será baixo. O vereador que representa o prefeito na Câmara, diz que a busca de um ensino melhor tem que se haver sacrifícios e compara o transporte das crianças com os jovens e adultos que se locomovem para Juiz de Fora para estudar. Este vereador acredita que a intenção da Secretaria de educação é buscar o ensino de melhor qualidade e trabalhar a sociabilidade, comentou sobre a questão das salas multisseriadas que são a realidade dessas escolas rurais. O vereador da oposição rebate esta fala dizendo que o ensino em uma sala com doze alunos é melhor que numa sala de trinta alunos, e ainda fala sobre o aspecto social e a confraternização dessas crianças com sua comunidade. O vereador da comunidade cuja escola foi fechada, afirmou que o prefeito fez uma reunião com as famílias e relatou que a maioria não concordou com o fechamento da escola mesmo o prefeito alegando um ensino de melhor qualidade na outra escola. Este vereador comenta sobre a questão do transporte escolar, das estradas que não estão em condições de transportar os alunos devido ao período de chuvas e que há alunos que neste período não conseguem frequentar a escola. A maioria dos vereadores é contrária ao fechamento das escolas e o prefeito também deveria levar isso em consideração, dizem os vereadores, pois eles estão ali representando o povo. Outro vereador, também de zona rural, comentou que quando há um fechamento de escola alguns pais se locomovem para a cidade para que os filhos não fiquem no transporte escolar, deixam o campo e assim a escola faz muita falta tanto para quem tem filho quanto para quem não tem, porque a comunidade se esvazia. Ficou decidido que a Câmara iria convidar a secretária de educação para esclarecer sobre a decisão do fechamento das escolas. Esta não compareceu à reunião marcada.

Um vereador traz outra denúncia de uma mãe do território rural 2 de que o ônibus escolar estava transportando cerca de oitenta crianças. Ele alerta sobre o risco desta superlotação. O representante do prefeito pede mais detalhes desta informação para verificar se a informação era verídica. Outro vereador informa que o ônibus que está superlotado é o do horário da manhã, pois inicialmente a linha era feita por um ônibus terceirizado que foi substituído pelo micro-ônibus adquirido pela prefeitura. Ele diz que já viu esse ônibus superlotado chegando na cidade. Outro vereador fala da situação de duas escolas rurais que estão com turmas pré-escolares da Educação Infantil funcionando em lugar inadequado, também chama atenção para a falta de

merenda e gás nas escolas, mas não quis informar quais escolas tinham passado por falta de merenda escolar. Nesta reunião também foi falado sobre os salários atrasados da prefeitura.

A Secretaria de Educação respondeu à denúncia da reunião anterior sobre o ônibus transportar mais de oitenta crianças, diz que isso não aconteceu e que o ônibus que gerava um custo de cinco mil reais foi substituído por um ônibus próprio que, apesar de ser menor, tem capacidade de transportar cinquenta e duas crianças sentadas. Disse que por três dias o ônibus levou mais do que o permitido na sua lotação, e assim que a Secretaria foi notificada pela comunidade se tomou uma providência. Sobre a falta de merenda nas escolas a Secretaria disse que não houve essa notícia, pois são os diretores que administram a merenda na escola. O vereador que representa o prefeito disse ter visitado algumas escolas e que em nenhuma foi constatada falta de merenda, nem em quantidade e nem qualidade, que as denúncias realizadas sobre a merenda escolar não procedem. Ele argumenta que houve uma falta de gás por falta de licitação, mas houve o remanejamento das merendas. Disse que a Secretaria está tomando providências para regularizar a situação das salas do pré-escolar da Educação Infantil nas escolas rurais. Os vereadores afirmam que são a partir das denúncias que trazem nas reuniões que o poder executivo vai resolvendo as situações, como a do transporte escolar. Um vereador pede um relatório de quantos alunos estão estudando nas turmas das escolas urbanas, um relatório sobre o fechamento das escolas e sobre os veículos escolares que estão andando superlotados em estradas em péssimas condições. O vereador da comunidade rural diz que mesmo adquirindo veículos para o transporte, ainda não foram o suficiente pelo grande número de alunos que estão sendo transportados pelo fechamento das escolas. Ele diz que desde o dia da municipalização das escolas, iniciou-se o problema com o transporte escolar. Nesta reunião também se falou da obra que está sendo realizada na escola de São Domingos, onde a intenção é colocar todos os alunos no mesmo turno, da educação infantil ao ensino médio, e tirar os motoristas e alunos dos horários da madrugada.

O vereador que representa o prefeito sugeriu a quem fosse contrário ao fechamento das escolas era para perguntar aos alunos se eles gostariam de voltar a estudar em suas comunidades, pois todos possuem o desenvolvimento satisfatório e estão tendo a oportunidade de viver em um ambiente com mais pessoas e mais recursos. Este vereador relata que houve uma reunião particular da Secretária de educação com alguns vereadores, e que esta os convenceu que não houve nenhum prejuízo pedagógico. Muito pelo contrário, houve uma melhora porque acabaram com as salas multisseriadas, colocando essa organização como inferior as salas seriadas, ou seja, agora as crianças aprendem mais coisas todas na mesma série. O vereador argumenta que esta ação de fechar a escola visa à qualidade do ensino. Em minha

dissertação abordo esses mesmos tipos de colocação que também apareceram nas reuniões com professores e gestores sobre a organização seriada, onde alunos são tratados como se tivessem o mesmo desenvolvimento cognitivo:

> Antes de ir a campo percebo a grande preocupação das professoras das multisséries de fazerem com que seus alunos desenvolvam e estejam no nível das crianças da seriação. Cumprir com o currículo proposto para cada turma que é atendida. Esta preocupação de cumprir com o conteúdo também se fazem presente na professora da seriada, por isto, às vezes o "abandono" das crianças que não venceram o proposto na série anterior. Este abandono, apesar de se dar na figurado/professor/a, é um abandono das políticas públicas e da falta de estrutura física e pedagógica das escolas.
> Eu, como professora do ensino médio, percebo a peneira da escola regular. Os alunos vão sendo abandonados em suas dificuldades, que se tornam cada vez maiores. Renegado o seu direito de se desenvolver como ser humano intelectual, social e cultural. (BARRAL, 2018, p.49)

No ano de dois mil e seis há relatos nas atas das reuniões da Câmara de várias escolas fechadas, treze de fevereiro foi à primeira reunião ordinária do ano e um vereador relata o fechamento de várias escolas:

> Com relação ao fechamento das escolas voltou a afirmar que o prefeito parece que não gosta de pobres, pois fechou a Escola Nominato Duque e superlotou a Escola Bias Fortes e Altivo Pedro Gomes, causando um transtorno enorme. Relatou o fechamento das escolas do Capoeirão, do Mogol e de Ribeirão de São Pedro, dizendo que escolas não se fecham, mencionou o risco que essas crianças enfrentam viajando em estradas que não estão boas, dizendo que o prefeito deve ter um pouco mais de sensibilidade e que ele não acerta na Secretaria de Educação relatando que já está na terceira secretária de educação. (vereador Antônio Alves, 13 fev 2006)

No mesmo ano de dois mil e seis, a segunda reunião ordinária da Câmara, traz apontamentos de vários vereadores sobre o fechamento das escolas, este intenso debate na Câmara espelha as cobranças das comunidades e da cidade querendo saber mais sobre essa decisão, trago algumas partes dos registros que se inicia com o vereador Antônio Alves:

> O vereador voltou a comentar sobre o fechamento das escolas, relatando que foi procurado por duas senhoras do Capoeirão que disseram que já havia falado com o vereador José Evilásio, o vereador explicou que nem ele e nem

> o vereador José Evilásio poderiam fazer nada, apenas disse que tentariam sensibilizar o prefeito para que ele reabrisse as escolas do Capoeirão, Mogol e Ribeirão de São Pedro. Dizendo que a senhora se emocionou, pois a escola traz vida para as comunidades pequenas, esclareceu que esteve fazendo as contas, e que pagar um serviçal e uma professora fica mais barato que o transporte, além da viagem que essas crianças são submetidas em kombis e estradas más conservadas, no momento devido das chuvas. (ata, 20 fev 2006)

Outro vereador, Geraldo Fonseca, se manifesta sobre o assunto do fechamento das escolas na mesma reunião do dia 20 de fevereiro:

> O vereador Geraldo Fonseca com a palavra fez um complemento à fala do vereador Antônio, pediu que a Secretária de educação conversasse com o prefeito sobre a reabertura das escolas, dizendo que a educação não tem custos e que o ganho é dar educação, e que eles se colocassem no lugar das mães, relatando que um menino na faixa de cinco ou seis anos de idade que sai do Mogol as cinco horas e vem estudar em Lima Duarte fica sujeito a fome, sono e consequentemente seu rendimento será baixo. (Vereador Geraldo Fonseca, 20 fev 2006)

O Vereador Hélio Dias também se manifesta sobre o fechamento das escolas, assim foram registrados sua fala:

> Com a palavra o vereador Hélio Dias comentou sobre o fechamento das escolas debatidos pelos vereadores Antônio Alves e Geraldo Fonseca salientando que o assunto deva ser mais debatido, esclareceu que o termo fechar escolas é muito pesado e que algumas pessoas podem entender que é uma atitude contra a educação, comentou que muitas vezes em busca de um ensino melhor tem que haver um sacrifício, comparando às pessoas que se deslocam até Juiz de Fora para estudar. Sugeriu que ele, mais os dois vereadores fossem em comissão conversar com a Secretária de educação para trazer para o povo uma resposta concreta sobre o fechamento das escolas, dizendo que ele não tem a resposta, mas acredita que a intenção foi buscar um ensino de melhor qualidade e trabalhar a sociabilidade, comentou sobre a questão das salas multisseriadas não sabendo se é o caso de alguma delas. Comentou sobre a senhora que procurou o vereador Antônio e disse que respeita-a, mas que será difícil encontrar uma solução que agrade a todos, acha que deva-se ouvir os pais com relação a avaliação do rendimento dos seus filhos com a nova proposta. (vereador Hélio Dias, 20 fev 2006)

O vereador Antônio Alves se manifesta novamente, desta vez retrucando a fala sobre as salas multisseriadas, ele diz:

> O vereador Antônio pediu uma parte e disse que mesmo não sendo um especialista em educação acha que o ensino em uma sala com doze alunos, como é o caso de Capoeirão seja melhor que numa sala de 30 alunos em São Domingos, relatou ainda sobre o aspecto social e a confraternização com a comunidade. (Antônio Alves, 20 fev 2006).

A conversa continua com mais manifestações, o vereador José Evilásio se pronuncia:

> O vereador José Evilásio com a palavra como representante do Capoeirão, disse que o prefeito fez a reunião com os pais, e que eles relatarem que a maioria não concordou com o fechamento da escola, e que a alegação do prefeito é um ensino de melhor qualidade. O vereador comentou sobre a questão do transporte escolar pois as estradas não estão em condições de transportar os alunos devido ao período de chuvas dizendo que nos últimos dias de chuva o ônibus teve que passar por Rosa Gomes e 2 alunos não foram para a escola, e salientou a preocupação dos pais e acha que é vontade de todos os vereadores a reabertura das escolas. De que a Câmara está trabalhando em conjunto com o prefeito e que ele deve ouvir a Câmara e reabrir as escolas pelo menos no momento. (Vereador José Evilásio, 20 fev 2006).

Depois de todas essas manifestações ficou decidido que o presidente da câmara, Secretária de educação e os representantes das comunidades iriam se manifestarem publicamente.

Em sete de agosto de dois mil e seis, vários professores municipais vão à Câmara para falarem de educação e reajuste salarial. O pedido é de quarenta por cento de aumento e para justificá-lo, falam das vantagens de biênio e quinquênio, que foram perdidas pela categoria, citam o trabalho em salas multisseriadas, onde trabalham por duas e ganham por uma. Citam o Fundef que indica que pelo menos sessenta por cento deveria ser gasto na remuneração dos profissionais do magistério. Relatam que souberam da sobra do Fundef no ano de dois mil e cinco no valor de setenta e cinco mil reais e questionam por que não houve um reajuste salarial? O prefeito também estava presente nesta mesma reunião e respondeu:

> Com a palavra o prefeito Geraldo Gomes de Souza salientou a honra de estar na Câmara junto com os professores que são a mola mestre do município, afirmou que a educação é prioridade e coisa séria, mencionou que foi professor e deu aula voluntariamente nos anos que chegou a Lima Duarte, disse que não se esqueceu da classe e que eles terão surpresas a respeito do seu governo. Trouxe e frisou estar na sua mão uma prestação de contas do FUNDEF, e disse a todos sem querer desprezar ninguém que tem trabalhado com transparência e com honestidade para que o dinheiro não só do Fundef,

> mas como todo dinheiro da prefeitura que sobra de frutos para o município, disse que está lutando para que a economia do município atinja o ponto ideal e garantiu que um ano e meio de governo só de economia e recursos livres economizou mais de um milhão e meio e que nunca existiu neste município uma economia destas. Disse que as pessoas não estão acostumadas com transparência e que nunca prefeito nenhum de Lima Duarte mostrou as contas, mostrou os saldos e recursos, e voltou a falar que todos podem tirar Xerox do movimento do FUNDEF, e disse que este dinheiro que sobrou não foi distribuído aos professores, pois tudo deve ser feito dentro da lei, e que ele por livre e espontânea vontade não pode distribuir o dinheiro, disse que sua assessoria contábil que estava na prefeitura não tinha lhe dado o respaldo que devia, e garantiu a todos que desvio não houve, transparência existe e a prefeitura está lá disposição de todos para saber o que está acontecendo com o dinheiro do povo. Falou que pegou a escola Nominato Duque podre, cheia de piolho, pegando fogo e que hoje está lá uma reforma exemplar para qualquer um ver, e pediu aos que tenha amor a Lima Duarte, que vão até o local ver a reforma. Disse que em Orvalho pegou aluno assistindo aula no meio do terreiro, e ressaltou que a reivindicação da diretora foi atendida e hoje as 2 salas de aula estão prontas. Comentou sobre a reforma e a ampliação da escola de São Domingos ressaltando que está fazendo uma reforma que vai ficar na história de Lima Duarte, pois é uma escola feita com tecnologia, qual amor e muita responsabilidade e é uma escola feita sem desviar dinheiro e recursos. Falou sobre a construção de 2 salas de aula no Bias Fortes para dar mais conforto para as crianças, e disse que vai procurar cumprir a lei, garantindo que só assim a classe terá um salário mais decente. Disse que infelizmente existem salas de aula com 5 ou 6 alunos, dizendo que tal situação deve ser revista. E disse que se depender dele a classe não terá só 40, mas 100% de aumento comentou sobre um estudo que está sendo feito e que talvez amanhã já se tenha a resposta, frisando que deve ser feito um plano de cargos e salários para aumentar os salários, esclareceu que não pode dar um reajuste só para os professores, mas para todos os funcionários da prefeitura que estão em situação pior que a dos professores e reconhece que a reivindicação é justa e pediu que eles aguardem o que ele vai dar para a classe o que realmente merece e que o município pode dar, pois não adianta querer aumentar demais e fugir da lei de responsabilidade fiscal, onde no máximo54% pode ser gasto com funcionário e que às vezes não depende somente dele, mas também das leis, vai estudar a reivindicação com carinho e que o mais rápido possível vai fazer o plano de cargos e salários irá dar realmente o que pode ser dado aos funcionários, passou a prestação de contas para mãos do presidente e colocou à disposição de todos e frisou que a prefeitura está aberta para qualquer cidadão e que é obrigação da prefeitura informar todo o recurso. (...) Salientou que os professores de São Domingos e Ibitipoca hoje tem condução para ir trabalhar, pois antes dependiam de caronas, e salientou que está sendo feito o máximo que pode ser feito para a classe, lamentando que às vezes não pode fazer tudo o que na proporção que puder fará com certeza. (Prefeito Geraldo Gomes, 07 ago de 2006)

Na pesquisa aos livros de atas, nas reuniões subsequentes a essas falas, os registros demonstram que o imbróglio não se resolveu e foi trazendo evidências consideradas para este trabalho que as salas multisseriadas foram ensejo para se fechar e nuclear escola. A ata de vinte e um de agosto de dois mil e seis, ajuda a sustentar essa elucidação com a fala da professora

Dalmatéa e o vereador Hélio Dias:

> Convidou a senhora Dalmatéa de Oliveira Delgado Baumgratz que se inscreveu para fazer uso da tribuna e abordou o tema “educação - valorização do magistério e no criação de escolas” (...) Disse que em reunião com o prefeito foi dito a comissão de professores com referência à nucleação de escolas, que a intenção é melhorar os salários, fazendo-se necessário a nucleação, comentou sobre as dificuldades que o município passou na época da municipalização, mencionando o nome da esposa do vereador Hélio que na época era secretária de educação, mencionou que foram perdidas escolas e começou a se transportar alunos e que foi difícil convencer as famílias a aceitarem e que algumas se mudaram para a cidade em muitos casos, devido à dificuldade de locomoção mesmo tendo o transporte. Colocaram-se à disposição dos vereadores se precisarem da ajuda delas que tem muito conhecimento de zona rural para se chegar a uma conclusão que fechar escola não resolve a questão de salários do professor, só atrapalha, pois as crianças são transportadas pedido a reversão do processo de nucleação. (professora Dalmatéa, 21 ago de 2006)

Em resposta a esta fala da professora o vereador Hélio se manifesta:

> O vereador Hélio com a palavra comentou sobre a municipalização citando inclusive o nome de sua esposa, explicou que a municipalização ocorreu em todo o estado de Minas Gerais e houve um desgaste muito grande, inclusive o de sua esposa, devido à extensão territorial do município e que realmente havia uma falta de qualidade de ensino e o que foi o principal motivo da municipalização, que gerou as nucleações, comentou sobre as salas multisseriadas que não resolviam os problemas e reconheceu que não tem em comum uma professora dar aula para alunos em graus diferentes, e que os gastos com a municipalização eram maiores devido ao transporte e visava apenas a qualidade de ensino, Disse que apesar dos problemas hoje a municipalização tem alguns benefícios como a socialização das crianças. (Vereador Hélio dias, 21 agos 2006)

A leitura das atas com as falas aqui registradas sugere que desde o início as reformas das escolas foram realizadas já planejando a nucleação das escolas rurais e acabar com salas multisseriadas. Como o registro da Escola Nominato Duque que foi reformada, mas permaneceu fechada. E houve a reforma da Escola Bias Fortes, escola no centro do município, que recebeu alunos oriundos da escola fechada. Têm os registros acima que o fechamento desta escola superlotou a Escola Bias Fortes e a Escola Altiva Pedro Gomes, localizada em um bairro periférico da cidade. E a reforma da Escola de São Domingos e posteriormente houve o

fechamento das escolas do Capoeirão e da Várzea do Brumado, levando os alunos dessas escolas para a escola reformada.

É interessante que as falas aqui apresentadas não são embasadas em nenhum dado comparativo do desenvolvimento das crianças, apenas nas percepções ou crenças de algumas profissionais e de vereadores que não são da área da educação. O transporte escolar que traz tantos problemas para a gestão municipal: infrequência escolar, desgastes políticos com as comunidades rurais, o êxodo rural, conforme percebemos nos registros aqui relatados.

O vereador Hélio Dias salienta como benefício às crianças elas saírem de suas comunidades rurais para melhor se socializarem nas escolas maiores e urbanas. Anteriormente ele já havia colocado em outra reunião que é necessário sacrifícios para se ter uma educação de qualidade, neste dia vinte de fevereiro de dois mil e seis, ele está comparando crianças da Educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, com jovens e adultos que viajam para fazer curso superior no município de Juiz de Fora. Esta é uma postura que carrega consigo a visão urbanocêntrica que delega ao campo e as suas territorialidades um lugar de atraso e subalternidade como tanto é denunciado na Educação do Campo.[24]

O fechamento das escolas também são condições colocadas para se dar o reajuste devido aos profissionais, contudo percebe-se que, mesmo com o fechamento realizado, os profissionais tiveram que continuar reivindicando o aumento, ou seja, a economia esperada não foi realizada e os gastos com o transporte sempre são mencionados nas atas lidas e alguns registros aqui relatados.

Neste ano os professores se filiam ao sindicato SINSERPUMA para conseguirem respaldo legal para seus movimentos. Pedem a reabertura das escolas, pois elas não são o caminho para o aumento dos salários e apenas para sacrifícios de crianças dentro do transporte escolar. O vereador representante do prefeito comenta sobre a municipalização.

Em quatro de dezembro de dois mil e seis, é a primeira vez que há indicação de um vereador para que os prédios escolares das escolas rurais que não irão mais funcionar e estão se deteriorando sejam devolvidas para os donos dos terrenos, pois a maioria das escolas não tem escritura no nome da prefeitura. Destaca que só o prédio pertence a prefeitura e não os terrenos. Neste momento isto não é realizado.

Na primeira reunião do ano de dois mil e sete, em doze de fevereiro, conforme as

[24]Urbano cêntrico consiste em colocar a cultura urbana no centro e marginalizar a cultura camponesa. Urbano é o lugar do progresso e do desenvolvimento, da Felicidade e da prosperidade. Enquanto o campo é um lugar do atraso, da pobreza e da ignorância. Sobre ver: MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano história da modernidade anômalo. São Paulo: Hucitec, 2000.

comunidades temiam, há novo processo de fechamento de escolas e a nomeação de diretores para escolas ao invés do processo de eleição, como era até então. Há o registro nesta ata o requerimento nº 02/2007 do vereador Antônio Alves, que requer ao prefeito municipal que envie informações para esta casa solicitando os motivos que levou a indicar os diretores das escolas municipais impedindo que se façam eleições para o cargo, conforme lei.

Há muitas manifestações contrárias, e essa medida considerada autoritária, por parte do prefeito, como registrado na fala dos vereadores a seguir a partir de uma carta mandada por uma professora Sandra que eles mencionam em suas falas, sendo que essa carta não estava disponível na documentação consultada e por isso não sabemos o que dizia na íntegra, apenas o que os vereadores relataram na reunião

> (...) Falando sobre educação disse que se fosse prefeito jamais nomearia uma diretora para uma escola, pois o governo é povo, como está na Constituição e o povo tem que participar, destacando que a eleição é legítima e tem que acontecer e que se não der certo o prefeito tirou a sua responsabilidade, podendo exonerar a diretora que não der certo e convocar novas eleições, frisando que a comunidade escolar tem que participar e consolida as palavras da senhora Sandra. Disse que tem tido uma série de reclamações dos pais de família com referência às eleições para diretor, pois é a oportunidade que tem de eleger os diretores que querem para seus filhos e que tal oportunidade foi decepada e cortada.(vereador Jacintho de Almeida Paula, 12 fev de 2007).

O vereador Antônio Alves, também se manifesta na mesma reunião e acrescenta em sua fala mais um anúncio de escola fechada conforme foi registrado:

> O vereador Antônio Alves fazendo uso da palavra (...) Manifestou sua solidariedade com relação à professora Sandra e a carta que escreveu para esta casa, destacando que ela está certa e acho um absurdo a medida que o prefeito tomou com relação as diretoras, falou também sobre o fechamento de algumas escolas, citando a escola de Perobas e não sabe por que até hoje o prefeito fechou tal escola sendo que nela estudam vários alunos de Monte Verde, Serra e do bairro Poço da Pedra, o que dificultou muito a vida dos alunos e seus pais. Com relação ao fato de indicar diretor, trata-se de um ato comparado com a ditadura e acha inaceitável que ele não cumpra uma lei municipal aprovada por unanimidade nesta casa. (vereador Antônio Alves, 12 fev 2007)

A reunião do dia vinte e seis de março, teve a presença do prefeito, da vice-prefeita, da chefe de gabinete, da secretária de educação, uma funcionária e outros secretários de outras áreas. O prefeito inicia sua fala relatando todas as dívidas públicas que seu mandato assumiu e

do seu esforço para saná-las. Sobre a situação dos diretores escolares, disse não ter tido tempo hábil para fazer uma seleção para diretores, e era preciso ter pessoas competentes para se dirigir uma escola. E não concorda que o povo eleja qualquer um para dirigir uma escola, que fará um novo projeto a ser enviado para a Câmara para voltarem com a eleição de diretores. Admite que existam estradas ruins, mas garantiu que nenhuma delas deixou de funcionar. Sobre aquisição de veículos, disse que em dois mil e cinco foram comprados dois ônibus para educação e no ano de dois mil e sete comprou três Kombis para dar mais conforto aos alunos e atender à comunidade de São Domingos, cujos alunos estavam saindo cinco horas da manhã e regressando à meia-noite e hoje eles saem às dez horas e chegam às seis. Isso era o caso de dois motoristas que começavam a trabalhar as cinco e atendiam a três turnos da escola. Que são também chamados de alunos, porque aproveitaram o tempo de espera para se formarem no ensino médio. Quanto a nucleação de escolas o objetivo é promover a qualidade do ensino. Alguns vereadores voltam a falar sob a má situação das estradas e, consequentemente, da dificuldade de transportar os alunos para suas escolas.

Na reunião de dois de maio de dois mil e sete, a secretaria de educação envia um ofício para câmara comunicando o quarto lugar que o município obteve na microrregião de Juiz de Fora com o índice do IDEB de 4,7. O presidente da Câmara comenta que esta colocação ainda não é boa, mas que quando se compara o município com o restante do país é um bom nível. Outro vereador fala sobre a necessidade de construir mais salas de aula em uma das escolas que recebem crianças da zona rural, das escolas que foram fechadas, pois as salas estão cheias e tem algumas funcionando em lugares não adequados. Parece-me que esse ofício enviado pela secretaria com o índice do IDEB foi para demonstrar que estavam no caminho certo para educação do município, contudo este foi o primeiro ano do índice, então não havia como compará-lo com o passado.

Em vinte e oito de maio de dois mil e sete, há uma indicação de um vereador para que se retorne com as crianças na terceira e quarta série para a E. M. José Dondice, região onde o ônibus está com superlotação. Uma vereadora disse que foi retirado o ônibus que transporta as crianças de um bairro da periferia para a zona urbana, o que não é justo, pois há uma grande distância a ser percorrida para a escola mais próxima. Cobrou sobre o fechamento da escola de Perobas, uma escola rural onde elas estudavam anteriormente. O vereador que representa o prefeito diz que os alunos sem transporte são os do ginásio e do ensino médio, que a prefeitura está cumprindo a lei. É interessante este argumento, porque o transporte escolar é para todos os estudantes e não apenas para os dos anos iniciais do ensino fundamental.

O vereador comenta que, o movimento realizado pelos pais da comunidade Várzea do

Brumado de não mandarem seus filhos para a escola, acabou sensibilizando ~~a~~o executivo e a segunda e terceira série voltaram a funcionar na comunidade. Diz que uma das melhores escolas do município é a de São José dos Lopes e não entende o porquê de trazer os alunos da terceira e quarta série para a zona urbana. Por esta colocação, percebemos um movimento da secretaria de educação de ir aos poucos deslocando os alunos mais velhos das escolas rurais para outras para tentar menos manifestações contrárias.

No dia vinte e cinco de junho de dois mil e sete, quatro vereadores fazem uma moção de repúdio ao fechamento das escolas municipais rurais. Essa moção, denuncia crianças de quatro anos a viajar em estradas precárias e não concordam com a forma autoritária que as escolas estão sendo fechadas, afirmam que irão levar o caso a promotora de justiça. O vereador representante do prefeito na Câmara afirma que a reforma da escola de São Domingos tem a intenção de agregar melhores condições de ensino para os professores e melhores condições de aprendizagem para os alunos criticando o ensino multisseriado. A ideia de levar as crianças para São Domingos é para que saiam mais tarde e retornem mais cedo para as suas residências. Diz discordar que o fechamento da escola vá causar êxodo rural, acredita que possa haver o efeito contrário quando as famílias perceberem que os filhos estão frequentando uma boa escola. Ressalta a importância da qualidade do ensino com a mudança que o prefeito está querendo fazer, dizendo que as crianças conviveram em um meio social mais amplo, com profissionais em melhores condições e menciona a importância do estudo na vida do cidadão. E para estudar é preciso sacrifício pensando no futuro. Em outra reunião, ainda sobre este tema, disse que a prefeitura está mantendo uma kombi para transportar crianças pequenas e outro veículo para transportar as crianças maiores, que estão sendo tomadas providências para diminuir o tempo no transporte escolar. Menciona que não está havendo o fechamento de uma escola e sim a transferência dos alunos para um local onde terão melhores condições de aprendizagem, lastimando que as famílias não estejam dando essa oportunidade para as suas crianças. Diz que o prefeito fez uma grande obra na escola de São Domingos com a finalidade de receber todas as crianças do entorno, para que chegue no horário mais adequado e saiam mais cedo. Diz que ninguém irá lhe convencer que crianças em turmas multisseriadas vão aprender mais do que em uma turma maior onde todos estejam aprendendo a mesma coisa, com as mesmas oportunidades. Não vê motivos para que na cidade continue existindo turmas multisseriadas. Pede as famílias para fazer a experiência e enviarem as suas crianças para verem os resultados. Traz ainda como exemplo, a municipalização que ocorreu anos atrás, quando houve a nucleação de escolas e as crianças tiveram oportunidade de socializar com indivíduos de sua idade, alegando que tão importante quanto aprender é a conviver com outras pessoas,

havendo melhora significativa na qualidade do ensino.

O vereador da oposição, afirma que apesar do espaço físico da escola reformada ser melhor do que o da escola da comunidade, na Várzea havia apenas vinte e dois alunos para duas professoras, são crianças de quatro e cinco anos, que estavam perto de suas famílias. Na nova escola estão numa sala com no mínimo 30 alunos, viajando cerca de 70 km de estrada de Terra. Outro vereador que também fez a moção de repúdio disse que as famílias das crianças pequenas ficam muito preocupadas com os filhos há seis horas fora de suas residências, sobretudo na época da chuva. Acredita que a escola de São Domingos seja de alta qualidade contudo, a preocupação dos pais e das crianças tem de ser levada em consideração. O fechamento da escola foi realizado por meio de ato administrativo. O vereador da comunidade, onde a escola foi fechada, diz que não houve conversa com a comunidade e menciona a revolta da população da Várzea do Brumado sobre o fechamento da escola. As famílias têm muitas preocupações com as crianças viajando, acham que o prefeito deva voltar atrás e que os vereadores lutem para que a escola não feche. Assim, relataram que no período das chuvas o transporte escolar fica comprometido, os pais estão revoltados e não estão permitindo que suas crianças utilizem o transporte escolar para outra localidade, que está a cinquenta minutos de estradas de terras das suas casas. A promessa era que se voltaria com a terceira e quarta série para a escola da Várzea e não fecharia a escola e, também afirmou que os professores da escola são ótimos. Dos oito vereadores apenas um foi contrário a moção de repúdio apresentada, o que representa o prefeito. Um vereador comenta o desprezo da secretária de educação pela atuação da câmara respondendo ao questionamento sobre o fechamento de escolas baseando-se em uma resolução estadual de contratação de quadro de magistério, o que demonstra a falta de seriedade e transparência da secretaria com a Câmara. A promotora de justiça ao receber a moção fica comprometida a chamar o prefeito e a secretária de educação para dar explicações sobre os atos do executivo.

Na ata de 03 de setembro de dois mil e sete, está registrado como fala do vereador Antônio Alves:

> Sobre o fechamento da escola da Várzea do Brumado disse não ser possível passado mais de 1 mês que o prefeito e a secretária municipal de educação não se sensibilizaram com essa situação das crianças terem que ir para São Domingos, disse que ontem esteve na comunidade e verificou que a estrada por onde o prefeito quer que o transporte passe já foi arrumada e que agora está uma beleza, mas acredita que no período de chuvas os veículos não consigam transitar. Pediu que ao prefeito que se colocasse no lugar dos pais e

> mães que estão com os alunos sem estudar até hoje, dizendo que para um governante reconhecer que está errado e voltar atrás é uma grandeza e não uma humilhação, pedindo que a escola volte a funcionar do jeito que estava. (vereador Antônio Alves, 03 set 2007)

No dia vinte e dois de outubro, está lavrado em ata que com a primeira chuva a estrada ficou intransitável. Neste mesmo dia, uma vereadora relata como a obra da Escola de São Domingos foi bem-feita, fazendo uma escola rural muito bem estruturada com uma quadra de esportes. Elogiou as professoras e o trabalho delas de decoração para tornar ali um lugar muito agradável para se estudar. A fala é rebatida por outro vereador que diz ser uma pena que toda a obra realizada foi a custas de fechamento das escolas. E completa que há notícias no município que outras escolas serão fechadas.

Na ata de oito de novembro de dois mil e sete, é lido o ofício número 185/2007, enviado pela promotora de justiça arquivando o inquérito civil nº02/2007, contra o fechamento da Escola da Várzea do Brumado por ter atestado que a estrada estava boa. Um vereador, disse que no momento a estrada realmente estava em condições, porém quando chove é impossível locomover-se.

É interessante ler que um vereador defende que escolas multisseriadas são negativas para o desenvolvimento das crianças e que o ensino do município melhorou a partir das municipalizações que ocorreram na primeira fase do fechamento de escolas. Sua fala não é embasada em nenhum dado, nem em resultados que comparam turmas multisseriadas e nem considera os aumentos das verbas educacionais provenientes do FUNDEF da época que menciona. Também não discorre os problemas que começaram a ser enfrentados com o transporte escolar que trouxe gastos com manutenção e compra de veículos, seguros, motoristas, segurança das crianças e o aumento da demanda da conservação das estradas.

Mesmo com o ofício da promotora de justiça alegando as boas condições da estrada, as famílias continuaram não mandando seus filhos para escola, com risco de perda do ano letivo como registrado nas atas de vinte e seis de novembro.

A reportagem do jornal da região entrevistou o prefeito e mostrou apenas o seu ponto de vista sobre o fato como apontado pelo vereador Antônio Alves, em vinte e seis de novembro de dois mil e sete:

> (...) Retificou que é o contrário do que disse senhor prefeito entrevista veiculada no programa MGTV, semana passada, não se trata de 16, mais22 alunos e não era uma professora, mas duas, as quais lecionavam quando do

> fechamento da escola. Lamentou que a reportagem não tenha mostrado o estado da estrada que liga Várzea a São Domingos, passando pelo Palmital, que quando chove fica intransitável. Pediu novamente em nome do povo da Várzea do Brumado e do povo de Lima Duarte que o prefeito se sensibilizasse com o ocorrido, já que os pais já decidiram não mandarem as crianças para estudarem em São Domingos. (vereador Antônio Alves, 26 nov 2007)

O representante do prefeito na câmara, disse, na mesma reunião, que ainda aguarda o parecer da justiça sobre a escola. Na mesma reunião o vereador Jacintho Almeida de Paula apela aos companheiros:

> Apelou para os demais vereadores estivessem presentes na reunião para ouvir as reivindicações de cada motorista e afirmou ser a profissão de motorista e de muita responsabilidade, principalmente daqueles que trabalham no transporte escolar, cuidando da vida de muitas crianças. Exemplificou dizendo que uma das reclamações dos motoristas é que, além de dirigir, precisam também prestar atenção para que as crianças não coloquem braços e cabeças para fora da janela do veículo, o que causa dificuldades. Pediu a secretária de educação que resolvesse este problema, afirmando que cada carro deveria ter um coordenador, posto que a função do motorista é dirigir e que muitas vezes as crianças não o respeitam. (vereador Jacintho Almeida de Paula, 26 nov de 2007)

Na primeira reunião do ano de 2008, dezoito de fevereiro, vereador da oposição pede que se faça uma comissão de vereadores para estar na escola de São Domingos para verificar o horário que as crianças chegam e a situação do transporte escolar. Segundo ele, as crianças pequenas estão junto com as crianças maiores e a kombi está fazendo transporte de cerca de dezoito alunos quando deveria transportar no máximo quatorze ou quinze. Na reunião de março deste ano, é registrado que foi dado um aumento para o magistério, mas ainda há uma defasagem para o que a categoria almejava.

Neste ano, as creches passaram a ser responsabilidade do município e da educação, até então eram responsabilidade da Secretaria de Assistência Social, houve a promulgação da lei municipal 1480/2008, 23 de dezembro de 2008. E assim a prefeitura ganhou um crédito junto ao governo federal de novecentos e vinte mil reais para construção investir na educação infantil.

Em dezoito de maio de dois mil e nove, um vereador questiona o porquê dos moradores de uma localidade de Ibitipoca não estarem sendo atendidos pelo transporte escolar. Há uma moção de aplauso para a diretora de uma escola municipal de Ibitipoca por ter organizado mutirão para reforma da mesma. O vereador da oposição diz que é claro que a educação não é

prioridade para o governo municipal, cujo lema é “fechar escolas”. Percebemos que as escolas das comunidades rurais são muito bem cuidadas por eles, em mutirões. As comunidades fazem tudo para conservarem suas escolas, pois percebem o sucateamento do poder público com elas e o risco de fechá-las a qualquer momento.

Em fevereiro de dois mil e dez, mais uma vez consta em ata a precariedade das estradas do município e a impossibilidade de o transporte escolar estar buscando todas as crianças, na reunião do conselho de desenvolvimento rural sustentável foi falado sobre como todas as estradas estão péssimas, toda época de chuva é a mesma história até os dias atuais.

No final de 2010, foi sancionada a lei municipal número 1591/2010 sobre o transporte escolar municipal. O transporte está garantido para os alunos matriculados na rede pública de ensino da educação infantil ao fundamental, atendendo alunos da zona rural e de bairros, as ofertas de vagas não atendem a demanda. Os alunos podem ser transportados com veículos próprios ou terceirizados e os itinerários serão criados de acordo com a realidade dos alunos beneficiados. O transporte tem obrigatoriedade de fazer o percurso das estradas gerais e vicinais não sendo obrigados a ingressar nas estradas particulares. Há uma autorização para moradores das comunidades usarem o transporte escolar, mediante autorização da Secretaria municipal de educação, se houver vaga para isso.

Em março de dois mil e dez, o vereador Antônio Alves disse que durante a semana ele e o vereador Davi Pimenta foram procurados por um pai do Território rural 4, contou de uma reunião na E.M Coronel José de Salles quando a secretária de educação disse que irá tirar uma sala do pré-escolar da Educação Infantil dessa escola para outra do mesmo território, distante dez quilômetros de estrada asfaltada, muito movimentada, e que enfrenta acidentes diários. O presidente da câmara esclarece:

> (...) O assunto abordado é o seguinte, os alunos de 4 e 5 anos da professora Miriam do Manejo está com vinte e oito alunos, em Orvalho tem uma sala de 9 alunos, estando a sala do Manejo além do normal e a de Orvalho com poucos alunos, então os alunos de Orvalho serão levados para o Manejo para que haja uma nova divisão dos alunos em duas turmas. (...) Diz que essa turma está funcionando onde era o posto de saúde, e vão até a escola para merendar, o que funciona na escola Tiago Delgado que pertence ao município é o primeiro ano. (...) O presidente diz que os pais não querem deixar ir, depois a culpa de salas superlotadas cair cima do prefeito que não faz nada (Presidente da Câmara, Geraldo Fonseca Neto, 22 mar 2010)

.

A solução apresentada pela Secretaria de Educação é levar os alunos da escola com menos matrículas para escola com maior número de matrículas, mesmo que essa turma esteja

funcionando no antigo posto de saúde, como disse o presidente da Câmara. Assim, haverá uma divisão dos alunos em duas turmas e que nenhuma das escolas precisem de turmas multisseriadas.

Eu lembro-me dessa época, pois trabalhava como secretária escolar na Escola estadual localizada no Manejo, que recebia as crianças para merenda. As crianças caminhavam até a escola estadual para almoçarem, cerca de duzentos metros, na chuva ou no sol, em ruas de terra. Os vereadores que estiveram na comunidade, onde o pré-escolar da Educação Infantil e turmas de 4 e 5 anos, argumentaram que o local está sendo ameaçado de fechar, disseram que as famílias não estão de acordo com a mudança. O presidente diz que esta é a solução para não ter turmas superlotadas que é a reclamação da outra comunidade, pois uma turma de pré não pode ter vinte e oito alunos. Isso registra um conflito das famílias das comunidades vizinhas criado pela secretaria de educação, que coloca como condição para separar as turmas que se deve fechar uma turma em uma comunidade, sendo que uma reclama que a sala está superlotada de crianças e a outra não quer os filhos no transporte.

Esta realidade também está presente na escola da Vila Cruzeiro que estão com salas com mais de vinte e cinco crianças, o máximo permitido por lei. O vereador da oposição conta que esta é a mesma atitude que foi tomada na escola da Várzea antes de fechar. Primeiramente, tirou algumas turmas da escola e depois de seis meses mandou fechá-la por comunicado. Há sete crianças ameaçadas de serem transferidas de escola, duas delas têm deficiência cardíaca e as famílias se preocupam de ocorrer alguma crise e estarem longe dos familiares. Os pais reconhecem que a turma tem poucos alunos, mas solicitam a Secretaria para rever esta situação. Um vereador diz que seria mais viável financeiramente pagar uma professora do que deslocar as crianças para a comunidade do Manejo.

O vereador que representa a comunidade de Ibitipoca, também disse ter sido procurado por mães da região pelas salas estarem muito cheias. Os vereadores sabem que o deslocamento das crianças para outras comunidades sempre é delicado, mas no caso de Orvalho a estrada é asfaltada e o ônibus não anda superlotado. No entanto, na mesma reunião outro vereador traz relatos de transporte escolar transportando além do permitido por lei. Referente ao fechamento de escolas, os vereadores conversam sobre a lei de responsabilidade fiscal, há um percentual que pode ser gasto com o pagamento de pessoal, e esse percentual deve ser considerado para dar aumento salarial aos professores, sendo assim necessário fechar escolas, pois como irá contratar uma outra professora para dividir as turmas de uma escola e mantê-la com uma turma de sete alunos, isso não seria possível pela lei de responsabilidade fiscal. Interessante nesta reunião saber que o prefeito ameaçou a rádio comunitária, que no momento estava funcionando

de forma clandestina, se transmitisse a reunião da Câmara ele iria fechá-la. Desta forma, a rádio parou de transmitir a reunião e os vereadores estavam sentindo-se no anonimato, pois a rádio era uma forma de prestar contas dos seus serviços à comunidade do município.

Em oito de fevereiro de dois mil e dez, a secretária de educação manda o ofício que é lido, é interessante porque foi prometido transporte quando fecharam a escola urbana:

> O projeto pró infância- construção da creche municipal no bairro Nossa Senhora das Graças com o qual o município foi contemplado nos dar a oportunidade de oferecer o melhor para as crianças na faixa etária de 0 a 5 anos. O transporte escolar rural é ofertado numa parceria dos governos estadual, federal e municipal, não se encontrando nenhuma obrigatoriedade na oferta por parte do município em ofertar transporte urbano. (Secretária de Educação, 8 fev. 2010)

É interessante perceber que a explicação da secretária busca atenuar o fato de as turmas de pré-escolar das comunidades rurais estarem superlotadas ou ter crianças de quatro e cinco anos sendo transportadas sem a devida segurança nos transportes, pois no centro urbano será oferecido um pré-escolar de excelência. E a superlotação do transporte urbano é justificada como se este fosse um favor do poder público municipal, pois por lei não há essa obrigatoriedade. Os bairros onde há transporte urbano é porque não há escola e estão muito distantes da escola mais próxima. Inclusive há bairros onde tem que se atravessar uma rodovia muito movimentada, com registro de inúmeros acidentes e sem passarela de pedestres. Mais uma vez há relatos sobre alunos do campo que deixaram de ir às aulas por conta do transporte e das condições das estradas na época de chuva.

Em dois mil e onze, novos relatos são feitos sobre a condição das estradas, do "maqueamento" da estrada da Várzea para justificar o fechamento da escola para o Ministério público, mas que na realidade atual a estrada está em péssimo estado, sendo que os alunos ficam até quatro dias sem frequentar a escola na época da chuva e que foi terceirizada uma kombi com capacidade para nove pessoas na qual estão sendo transportadas dezesseis crianças. A comunidade não entende o porquê, ainda não houve a reabertura da escola, já que foi decretada judicialmente que a prefeitura reabrisse. A comunidade convida aos vereadores para presenciarem a saída do veículo escolar com excesso de passageiros e faz este apelo para que alguma atitude seja tomada.

Em dois de maio de dois mil e onze, na reunião ordinária da Câmara é falado sobre o acordo judicial que requer a reabertura da escola da Várzea do Brumado. Nesta mesma reunião há menção de uma apresentação do material do sistema Anglo de ensino em uma escola

municipal. O material terceirizado foi contratado pela prefeitura para ser utilizado em suas escolas no lugar dos livros oferecidos pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). No dia vinte e sete de junho, a professora Dalmatéa de Oliveria Delgado utiliza a palavra na câmara representando os seus colegas. Fala do baixo salário e da responsabilidade da profissão do magistério, diz:

> Os professores municipais têm formação superior e que apesar da falta de aumento salarial ser justificada pelo executivo com a lei de responsabilidade fiscal, eles sabem que o repasse para educação já é carimbado pelo FUNDEB. Quanto ao material contratado é de ótima qualidade, contudo é um recurso que poderia ter sido usado de forma diferente e melhor, mas que os professores como sempre nunca são consultados, as ordens vêm de cima para baixo, impostos goela abaixo. Mediante esta situação, os funcionários exigem que se cumpra a lei do piso salarial e um terço da carga horária para planejamento. (professora, 27 jun 2011)

Em outubro de dois mil e onze, um vereador comenta que a decisão judicial pela reabertura da escola foi lida pela funcionária do Programa Saúde da Família daquela comunidade e que esta havia sido demitida. A justificativa do secretário de saúde foi que apesar de ser uma boa funcionária a demissão teria sido uma determinação do prefeito. O vereador registrou sua indignação, pois a mulher tem quatro filhos e dois deles seriam estudantes da escola reaberta. Declarou que hoje a escola conta com seis alunos, pois o prefeito não oferece o transporte para as crianças da vizinhança irem estudar. E a administração já ameaça a fechar novamente a escola para o próximo ano, pois esta consta apenas com esse mínimo de alunos. Caso transporte escolar voltasse a funcionar como antes do fechamento da escola, a mesma teria vinte e dois alunos que são crianças pequenas e estão sendo submetidas a uma viagem diária para uma comunidade muito mais distante. Novamente nesta reunião é feita a relação da falta de pagamento do piso salarial para os profissionais da prefeitura e ainda manter escolas com turmas pequenas e não concordar com alunos em turmas multisseriadas.

Em 2013, o novo prefeito assume e a Câmara e, também renova alguns vereadores, há várias indicações para a manutenção de várias estradas rurais em todo o município que estão intransitáveis, havendo muitas crianças em várias regiões sem frequentar a escola devido ao transporte escolar não estar conseguindo chegar até as suas residências. Em março, há nova reivindicação para pagar o piso salarial dos professores e cumprimento de 1/3 da jornada de trabalho para planejamento. Na reunião de junho deste ano, um vereador se compromete a fiscalizar os veículos do município e percebe o grande empenho dos funcionários em manter os

veículos funcionando principalmente os destinados à educação.

> Assegura que realmente a situação dos veículos da cidade é muito preocupante. Disse que tirou fotos do pátio dos veículos para reforçar a indignação. Existem veículos parados e outros circulando em péssimas condições. Diz que a prefeitura precisa dar maior atenção a isso. Diz que 50% dos veículos parados são destinados à educação. O estado da oficina de veículos também não é agradável. (...) É coerente que haja uma oficina decente para atender a enorme frota de veículos que a cidade possui hoje. (vereador Amilton Donizete da Cruz, 10 jun 2013)

Este mesmo vereador diz que foi distribuído informativo da administração passada alegando que os veículos haviam passado por manutenção, mas ele viu que isso não foi verdade, foi entregue uma verdadeira "bomba" para atual administração, se referindo ao grande número de alunos em transporte escolar devido o fechamento das escolas, veículos estragados e os que estão na ativa em péssimas condições, além das estradas intransitáveis.

No início de dois mil e quatorze, mais uma vez o sindicato dos professores compareceu à câmara pedindo o pagamento do piso e 1/3 fora de sala de aula. O secretário de educação dentro da sua fala, diz:

> Continuo dizendo que está tendo uma distribuição melhor dos alunos na rede pública do município, segundo ele têm salas com 24, 25 28 e 29 alunos dentro do município, mas na zona rural são salas com 6 e 4 alunos. Um secretário lembrou a professora que hoje está à frente do sindicato, que ela já esteve à frente da Secretaria de educação, sendo algumas de suas medidas o fechamento do Nominato Duque, da escola de Perobas e de Rancharia. Disse que pode cumprir tudo desde que ele feche as escolas. (Secretário de Educação Amarildo Delgado, 17 fev 2014)

Em abril do mesmo ano, há o retorno do sindicato à Câmara, pois ainda não havia aumento salarial e não estavam sendo gastos os sessenta por cento dos recursos do Fundeb para pagamento dos profissionais. O um terço da jornada fora da sala de aula também não estava sendo cumprido como havia ganho na justiça. Por isso, havia nesta data indicação de paralisação dos professores.

Em vinte e nove de setembro de dois mil e quatorze, um vereador pede a fala e disse que tem ouvido reclamações de pais e funcionários da E. M. José Dondice e E.M Coronel José de Salles devido as salas multisseriadas. Disse que tanto prefeito quanto o secretário da

educação são professores e sabem que não há aprendizagem em salas que funcionam juntas. Disse também, ter ouvido comentários que a pré-escolar de uma escola municipal irá “acabar”. Outro vereador se solidariza com esta fala sobre o mal das turmas multisseriadas. Ainda disse que, conversou com as crianças e ouviu o relato das suas dificuldades, é preciso promover uma educação de qualidade. Outros vereadores falam da reclamação das salas multisseriadas na E.M. Altivo Pedro Gomes, afirmou que perde a qualidade do ensino e sobrecarrega o professor e que essa situação deve ser revista. O presidente, que é professor, falou da dificuldade de preparar aulas, corrigir provas e ainda manter a disciplina. Há dois vereadores que são professores nessa Câmara e se colocam contra as turmas multisseriadas. Um deles diz que participou da reunião do conselho municipal de educação e afirma que a legislação permite a organização em turma multisseriada. Afirma que a maioria dos conselheiros da educação são apoiadores do prefeito e por isso aprovam esse tipo de organização.

Na reunião de outubro, o vereador, que também é professor, disse ter ido visitar as escolas com turmas multisseriadas em três comunidades: Território Rural 2, Território rural 4 e na periferia. Falou que no Território rural 4 a situação da sala multisseriada foi resolvida. Na periferia tem uma sala multisseriada onde funciona o primeiro e o segundo ano. Segundo o vereador o problema mais grave é nos Lopes onde o pré-escolar de 4 e 5 anos, estão funcionando junto com o primeiro ano dos anos iniciais. Assim, os alunos do primeiro ano não terão boa aprendizagem. O segundo e o terceiro ano também estão juntos, e o quarto e o quinto ano também se encontra no mesmo espaço. Segundo este vereador, o nível de aprendizagem nestas condições é pequeno. Todavia, todas essas falas são sem nenhum embasamento de dados quantitativos e comparativos, apenas nas percepções dos vereadores.

O ano de dois mil e quinze se inicia com reivindicações para pagamento do piso salarial do magistério. Em quinze de junho deste ano, ocorre a primeira reunião da Câmara onde a discussão sobre o plano decenal municipal de educação aparece, já com uma urgência de ser votado e aprovado. Neste mandato, o presidente da Câmara é um vereador que até então fazia oposição ao outro prefeito, dessa vez ele está de acordo de votar o plano decenal com urgência, pois não há tempo hábil para marcar audiência e discussão do mesmo, uma vez que o prazo para o plano ser entregue para o ministério da educação é vinte e quatro de junho. Afirma que irá marcar reunião com os elaboradores do plano para esclarecer as dúvidas dos vereadores e professores. O vereador, também professor, disse que não vê benefícios na municipalização proposta pelo plano e é preciso discutir este tópico com a classe, o que quase todos os vereadores concordam. Neste dia, eu mesmo fui à Câmara representar os professores, nos colocamos contra a municipalização, indicando a dificuldade de o poder executivo gerir o que

já tem sobre sua competência. Defendi que a categoria era a favor da necessidade de discutir amplamente o plano. Coloquei que faltou ao plano um título para educação do campo, sendo a zona rural tratada junto com a educação da zona urbana. Também nos colocamos contrários à nucleação da Escola Municipal Coronel José de Salles, que significaria o aumento do uso do transporte das crianças que já estava complicado. A maior reivindicação dos professores seria a retirada da municipalização dos anos finais do ensino fundamental e a nucleação de escolas. Nesta reunião também foi argumentado sobre a má conservação das estradas em todo o município.

Ainda em junho, novamente os professores retornam à Câmara para discutirem sobre a necessidade da audiência pública para rever o plano municipal de educação. Outra professora faz uso da palavra e relata que já passou por várias mudanças em sua atuação como docente e sempre com a prerrogativa que as mudanças seriam para melhor. No município já havia tido o processo de municipalização imposta e tudo o que foi prometido na época pelo estado não foi suplantado. Falou sobre os alunos e alunas que foram arrancados das suas comunidades e expostas ao transporte inseguro. Disse que os professores haviam entrado em contato com um professor especialista em educação do campo da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e este se colocou à disposição do município para ajudar na construção da Educação do Campo. Informa que no dia vinte e sete de maio, havia sido assinado pela secretária estadual de educação um documento com as diretrizes estaduais para a Educação do Campo. A professora pede audiência pública para educação e diz não a municipalização e a nucleação rural. Os vereadores se colocam a favor da audiência pública para participação ampla dos professores e da comunidade escolar no planejamento do Plano Decenal Municipal. Um professor que está como diretor da escola para ser municipalizada no plano, diz que fez parte da comissão de planejamento e pontos que foram apresentados não estavam presentes nas reuniões que ele participou. Nesta reunião, ficou acordado a importância de ter uma audiência pública definida para o dia vinte e nove de junho.

No dia da audiência pública a fala se iniciou com a secretária de educação da época. Ela disse estar chateada com a manifestação dos professores, pois afirmou ter feito reunião com representantes de todos os segmentos e não vê que o plano tenha sido construído de forma autoritária e o plano não deveria ser resumido em municipalização e nucleação. A assessora da consultoria contratada pela Secretaria, diz que sua preocupação é o estado perder verbas por não estar cumprindo os prazos estabelecidos pelo MEC. A representante do MEC, presente na reunião, diz que não precisa ter este tipo de preocupação, o município não irá perder verbas. Ela afirmou que a municipalização é letra morta desde mil novecentos e noventa e oito, falou

sobre o regime de colaboração entre as esferas governamentais, cabe ao município garantir a educação básica e ao estado garantir o ensino médio, ela também mencionou a preocupação da secretária do estado de educação com o transporte escolar. Frisou que a nucleação às vezes é necessária, diz que é uma situação a ser discutida com os pais e fazer estudos sobre o transporte. A diretora pedagógica confirma as palavras ditas pela secretária de educação referente as reuniões com os representantes das classes e diz que em reunião com a UNDIME foi falado que a apresentação do plano poderia ser por meio de fórum como fizeram. Pede desculpas aos representantes do sindicato por ter se esquecido de convidá-los para a construção do plano, mas afirma que como professora ela foi convidada. Ela destaca a participação da elaboração dos planos de diretores das escolas estaduais e inspetor escolar. A inspetora fala logo depois e diz que não fez parte das comissões, mas acredita que elas trabalharam e que tudo que é discutido vale como aprendizado. O plano foi elaborado com o intuito de acertar, mas é importante discutir, uma vez que é um plano para dez anos. Afirma que será preciso fazer uma revisão, inclusive de redação. Que o aluno deve ser o centro das atenções, o aluno é público não é municipal e nem estadual. A professora representante do sindicato, após cumprimentar a todos, diz que os professores ficaram chateados por não participarem de um plano tão importante, diz que nem como professora foi convidada para participar da elaboração do plano e gostaria muito de ter participado. Esta professora falou de salas com trinta e um e vinte e oito alunos e questionou se está havendo monitoramento. Ela afirma que trabalha com sala multisseriada e não é contra a nucleação. Informou que na história do município já houve uma municipalização às pressas. Pergunta quais metas do antigo plano foram atingidas.

O próximo a se manifestar foi o professor da UFJF, convidado, ele diz acompanhar as atividades da escola de São Domingos com a questão do campo e essa representa a Educação do Campo e a legislação. Nota que as escolas do campo funcionam bem, mas que as comunidades têm dificuldades para se manterem no campo. Comenta sobre as dificuldades que o êxodo rural causa também para as pessoas da cidade, se coloca favorável a escola da alternância para que os alunos permaneçam nas comunidades, afirma que o MEC oferece muitos recursos para essas escolas do campo, mas os municípios enviam poucos projetos. Comentou que a questão da nucleação vem junto com o transporte escolar, que ele pensa em crianças que gastam de 2 a 3 horas indo para a escola, elas já chegam derrotadas pelo transporte. Afirma que o conteúdo pode ser maravilhoso, mas as crianças não conseguem acompanhar e não produzem bons resultados. Tudo deve ser analisado e caso haja necessidade de nucleação tem que ser preferencialmente para a comunidade mais próxima e deve-se pensar junto com a comunidade a forma de deslocamento. Coloca-se à disposição para discutir a Educação do

Campo no município.

Um senhor representante do Território rural 2 afirma que a municipalização apenas tira a responsabilidade do estado e joga no município, ele pergunta aos vereadores se eles iriam achar bom seus filhos se levantarem às quatro da manhã para estudar em Lima Duarte, para ele a luta é para não fechar escolas. Ele conhece alunos que saem de casa às cinco da manhã e só retornam a uma hora da tarde, e pergunta, *"como este aluno vai render na escola"*. Também comenta sobre a nucleação dizendo que o aluno da zona rural não acompanha, os pais acabam perdendo o controle dos seus filhos e comentou ter ouvido da secretária de estado da educação a pretensão de reativar escolas rurais. Elogia os trabalhos das professoras da sua comunidade, cita pessoas de renome do município que estudaram no campo, inclusive o atual prefeito.

Outra professora fala que não concorda de ter havido ampla divulgação da construção do plano, pois também não ficou sabendo deste. Falou que a apresentação do plano foi divulgada, mas isso é diferente de uma audiência pública. Comenta que além da nucleação e da municipalização, também encontrou no plano questões muito gerais sobre a implantação do tempo integral. Ela questionou se a escola coronel José de Salles foi consultada sobre o transporte, se realmente foi feito um diagnóstico dessa situação.

Eu participei desta audiência pública, a minha fala diz que algumas estratégias não ficaram claras como, por exemplo, a construção de uma escola de ensino fundamental enquanto se propõe a fechar outra. Falei sobre as diretrizes para a educação do campo do Estado, que acabam de ser assinadas pela secretária de educação estadual e que o convite para o professor da UFJF foi feito para mostrar que há outras possibilidades além de fechar escola, esta deve ser a última ação. Menciono o histórico de municipalização onde várias escolas foram fechadas, que atualmente a obrigatoriedade do ensino é a partir de quatro anos, diferente da época das primeiras municipalizações que era a partir de sete anos. Assim, defendi que era necessário reabrir as escolas do campo. Falo sobre o fato das especialistas contratadas para ajudarem na elaboração do plano já terem ido embora. Indico que como professora e cidadã só tive acesso ao plano no dia doze de junho e que toda a mobilização que ocorreu após esta data foi positiva para o município. Falo sobre minha preocupação com as comunidades rurais e afirmo que não há diferença nos estudos nas turmas multisseriadas. Saliento que não há título para Educação do Campo e isso seria importante. Menciono que o transporte escolar enfrenta problemas na sua gestão, uma vez que o zoneamento não é respeitado. Falo sobre a condição de formação do motorista e o fato de colocar crianças de quatro anos junto com adolescentes de quinze anos. Argumento que tirar crianças de suas comunidades está indo contra o estatuto da criança e do adolescente (ECA) e que, para os profissionais é melhor ser da rede estadual do que ser da rede

municipal. Argumento também que o caderno do MEC enviado para contribuir na elaboração do plano define que a educação infantil é prioridade do município e o ensino fundamental deve ser dividido entre município e estado, que os anos iniciais de Lima Duarte já foram municipalizados e o custo dos anos finais é ainda maior do que a dos anos iniciais, tudo isso tem que ser pensado. Ainda solicitei a inclusão de temas de educação sexual, prevenção do uso e abuso de álcool e drogas, parceria com a UFJF para a Educação do Campo, aumentar as metas para a EJA e transporte para os alunos dessa modalidade.

A secretária responde que oferecer o transporte para EJA é complicado, pois os alunos não têm horário fixo, quanto a nucleação disse ter assumido a Secretaria em março, que a seu ver o percurso entre as comunidades cuja escola se propõe a nucleação é pequeno. Acredita ser difícil a reabertura de escolas por causa do número de alunos, ela sabe das dificuldades de se sair às 4h da manhã. Eu pergunto se as turmas que são multisseriadas tiveram seus resultados comparados com os resultados das turmas seriadas para poder embasar o fechamento dessas escolas. Indico que, como professora, percebo que os alunos do campo quando vêm para a cidade acabam se tornando "invisíveis". Sugeri que na nucleação se olhe de forma diferenciada para educação infantil. E que a municipalização não foi positiva para o município. Baseio-me no capítulo 4 do ECA.

A ex-vereadora e ex-vice-prefeita também fala sobre sua preocupação com as comunidades rurais, que não se pode vender os prédios escolares por saberem que há um movimento do estado de valorizar a Educação do Campo, menciona a infrequência do prefeito nesta audiência. Outra professora diz que presenciou a municipalização na época como aluna e foi muito difícil ter que andar e levantar às quatro da manhã e diz sobre o abandono das comunidades rurais depois que as escolas se fecham. Um vereador comenta que não quer que as escolas se fechem e se coloca contra a venda dos prédios escolares, pois defende que as escolas reabram. A secretária de educação diz a respeito do fechamento da escola municipal Coronel José de Salles, comentou que a escola de Perobas foi fechada com mais alunos do que essa, e havia sido reformada, tinha horta, ou seja, quis dizer que era uma escola melhor estruturada do que a que se propõe fechar e mesmo assim isso aconteceu no passado. Ela conta que também ficou indignada com essa ação, mas disse não ter havido polêmica no fechamento das escolas quando era outro mandato. E diz que muitos funcionários e professores se veem como prioridade, e não enxergam a questão do aluno. Na leitura das atas percebo que a secretária está errada, que o fechamento das escolas sempre foi polêmico e motivo de amplas discussões na câmara.

Em dezembro de 2015 foi aprovada a lei 1812/ 2015, autorizando o chefe do poder

executivo municipal a alienar, aos proprietários de imóveis limítrofes, independente de licitação, suas áreas de terreno. Foram alienados: o prédio da antiga escola municipal de Ponte Nova, o prédio da antiga escola de Boa Vista, o prédio da antiga escola municipal Ribeirão de São Pedro, prédio da antiga escola do Serrote, prédio da escola municipal do Salto, prédio da antiga escola de Monte Verde, prédio da antiga escola Andorinhas e o prédio da escola dos Capitães.

Em vinte e quatro de outubro de dois mil e dezesseis, em uma reunião os vereadores reivindicam soluções para o transporte escolar que atende a área da Várzea do Brumado, pois tem ocorrido inúmeros problemas mecânicos com o veículo e como consequência os alunos são deixados na estrada sem horário para chegar à escola ou retornar para as suas casas.

Em dois mil e vinte e um, na reunião de oito de março a nova secretária de educação vai até a Câmara para responder dúvidas da organização da educação durante a pandemia. Ela comenta sobre a contratação dos profissionais, ensino híbrido, internet nas comunidades. O vereador fala sobre o fechamento da escola dos Lopes de quando uma criança vem estudar na cidade é a tendência que a família também venha. Comentou sobre as dificuldades do trajeto. Que as escolas rurais deveriam reabrir para melhorar a locomoção destas crianças. A secretária responde que foi aluna de escola rural e que todas as crianças devem ter as mesmas oportunidades. Falou aos vereadores, para a prefeita e ela enquanto secretária unirem forças para fortalecer o meio rural. Afirmou ser contra o fechamento de escolas. Comentou sobre o bom espaço da escola de São Domingos e o pouco número de alunos, falou de levar educação de jovens e adultos para as comunidades. Outro vereador também fala da importância de reabrir a escola dos Lopes. E comentou sobre o fechamento da escola de Perobas que foi uma grande perda e espera que a prefeita dê uma serventia para o local. A secretária diz que querem muito organizar um concurso, mas que para este ano existe uma lei federal que o impede de acontecer. Vereadores demandam a construção de creches em zonas rurais, e um deles sugere que as escolas passem por reformas durante o período pandêmico. É preciso ampliar a escola de Ibitipoca. A secretária diz que no Território rural 4 se necessita da construção de uma escola uma vez que utilizam os espaços da rede estadual de ensino, que está implementando o tempo integral. É preciso ter internet de qualidade nas escolas. Um vereador fala sobre a situação da creche do bairro Cruzeiro e do bairro Poço da Pedra que possuem um número elevado de crianças.

Nesta segunda fase do fechamento das escolas, a partir das análises das atas do período de 2002 a 2021, podemos perceber algumas tendências: houve um prefeito que se destacou por escolher fechar escolas e investir em construções, reformas e no transporte escolar. Essas

decisões o desgastaram politicamente no município. Ficou conhecido como “fechador de escolas”, tentou o pleito eleitoral em dois mil e vinte e quatro e foi rejeitado nas urnas, nas redes sociais, moradores e conhecedores das histórias das comunidades rurais resgatavam as histórias do fechamento das escolas.

Outra questão percebida foram as dívidas públicas sendo repassadas mandato a mandato, ele teve como princípio para cortar gastos o fechamento das escolas, contudo as obras e reformas realizadas, os gastos com o transporte escolar e a manutenção das estradas não foram colocados nessa conta, o contrato de material didático terceirizado e as exigências de aumento salarial e de manutenção ocorreram durante todo o período dessa segunda fase.

É possível perceber uma negligência com os veículos e máquinas públicos ocorrida quando um prefeito não conseguia se reeleger, com registros em atas de veículos abandonados, sem seguros e sem manutenção. Em nenhum momento houve o compromisso de manutenção das estradas e de manutenção de um transporte escolar adequado, este é um problema enfrentado até os dias atuais como foi registrado em todas as atas lidas. Não encontrei documentos que mostrem a discussão de uma implementação logística e responsável do transporte escolar.

Anteriormente, na dissertação de mestrado, trouxe a percepção da realidade local de Lima Duarte com a história nacional como mostrado no primeiro capítulo desta tese:

> O que aconteceu em Lima Duarte confere com a realidade rural do país. Com o processo de municipalização na década de 1990, os municípios assumiram uma responsabilidade sem poder arcar qualitativamente com o serviço educacional. O governo federal e estadual auxilia com recursos para o transporte escolar, por isto a nucleação das escolas rurais veio às era solução destes gestores. Para convencer os profissionais e familiares o discurso era que com menos prédios escolares e menos funcionários haveria um investimento na qualidade do serviço oferecido. Há grande revolta no município, pois a valorização do profissional da educação até hoje não ocorreu. E outro fato que chama a atenção são alunos das zonas rurais que a partir da idade de quatro anos enfrentam longos trechos de ônibus, estes não são adequados para o transporte com segurança, sem contar o desgaste físico, emocional e intelectual dessas crianças. Então, a argumentação passada pelos órgãos públicos não convence mais os profissionais e os familiares. (BARRAL, 2018, p.48)

Percebemos que o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE/1994) e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar PNATE (Programa Nacional do Transporte Escolar/2004) foram concebidos para melhorar o acesso dos alunos a suas

escolas, contudo acabaram também impulsionando o fechamento das escolas, inclusive de uma forma desordenada e irresponsável. Percebemos claramente que ao se pensar fechar uma escola, não se pensava de forma conjunta com a estrutura do transporte, a lotação dos veículos disponíveis e a necessidade constante de manutenção das estradas do município, que continuam sendo de terra desde o processo de municipalização iniciado em mil novecentos e noventa e sete. Até os dias atuais, nas épocas de chuva é uma constante que alunos e professores nem sempre conseguem chegar ao seu destino.

Em dois mil e vinte e quatro, estão terminando o calçamento da estrada que liga o Território rural 2 à cidade. Esta é uma ação bastante dispendiosa e só foi possível através de convênio do município com o governo estadual. Inclusive a estrada calçada é responsabilidade do estado e não do município. As estradas municipais continuam sendo de terra, e há uma luta constante das comunidades rurais para serem calçados pelo menos os pontos mais críticos, pois a população dessas localidades, todos os anos, ficam sem estrada. O que atrapalha não só os alunos a cumprirem sua frequência nos duzentos dias letivos, mas também a escoação da produção de leite dos produtores rurais e o direito de ir e vir para qualquer outra situação dessas comunidades.

A manutenção de estradas e o problema com o transporte escolar foi pauta de reuniões na Câmara municipal de Vereadores em todos os anos cujas atas tive acesso após o período da municipalização. Com falta de estradas para o transporte escolar e alunos impedidos de frequentarem à escola ocorrem todos os anos nos períodos de chuva. E em alguns anos com transporte com excesso de passageiros, conforme demonstrado na releitura das atas aqui trazidas e citadas.

Pergunto-me, quem está preocupado se as crianças estão chegando ou não na escola? Qual é a escolha política que foi sendo adotada no município priorizando o fechamento das escolas dos territórios rurais em detrimento às escolas urbanas?

Pela leitura das atas das reuniões da Câmara municipal, citadas acima, foi possível perceber o quanto foi problemática a implantação, organização e manutenção do transporte escolar. Assim como o desgaste político advindo do fechamento das escolas nas comunidades, que já percebiam todos os transtornos advindos com a perda da escola próxima à sua casa: os riscos com transporte e a infrequência das crianças que precisavam utilizá-lo, além do sacrifício em relação ao tempo de acordar para chegar à escola, retornar da mesma e o tempo do deslocamento, a perda da identidade rural e do pertencimento à comunidade, assim como o abandono do poder público pelas comunidades que perdem suas escolas. Por outro lado, aos defensores do fechamento das escolas do campo é citado como benefícios um ensino de melhor

qualidade nas escolas urbanas e turmas seriadas, assim como a ampliação da sociabilidade das crianças no meio urbano.

6 DESENVOLVIMENTO COGNITIVO NO INÍCIO DA ESCOLARIZAÇÃO EM ESCOLAS URBANOS E NO CAMPO

Neste capítulo apresento a metodologia do estudo longitudinal, cujo objetivo foi acompanhar o desenvolvimento das crianças que frequentam escolas do campo e as que frequentam escolas urbanas. Apresento o desenho do estudo, a amostra e os instrumentos utilizados de coleta de dados para auxiliar a responder as questões aqui propostas: qual a associação entre a frequência a turmas multisseriadas no campo no desenvolvimento das crianças no início da escolarização obrigatória? Que processos explicam os efeitos observados? Qual a associação entre o uso do transporte escolar, e longos deslocamentos até a escola, no desenvolvimento cognitivo das crianças?

Para isso este capítulo será dividido em blocos com o intuito descrever a estratégia metodológica e as análises realizadas segundo os grupos comparados em cada conjunto de análises: (i) escolas do campo X escolas da cidade, (ii) turmas multisseriadas X turmas seriadas, (iii) crianças em transporte escolar X que não necessitam de transporte.

6.1 Desenho do estudo e instrumento de coleta de dados

As análises que apresentamos neste capítulo têm como fonte dados primários coletados em um estudo com desenho longitudinal, com duas ondas de coleta de dados do desenvolvimento cognitivo das crianças, no início e no final do ano letivo de 2022.

A figura abaixo ilustra o desenho do estudo.

Figura 2 Desenho do estudo

Pré-escola (5 anos)	
O1	O2
Abril/maio (2022)	Nov/Dez (2022)
1º ano do EF (6 anos)	
Abril/maio de 2022	out/nov de 2022

Fonte: Elaboração própria

Realizamos o estudo com duas coortes de crianças. A primeira coorte é composta por crianças de 5 anos que frequentavam a pré-escola em turmas multisseriadas ou seriadas, em áreas urbanase rurais. Já a segunda, compreendeu crianças com 6 anos que frequentava turmas

multisseriadas ou seriadas no campo ou turmas seriadas na cidade em turmas do ensino fundamental. As crianças estavam matriculadas na rede pública municipal.

6.2 Amostra do estudo

A amostra do estudo inclui todas as crianças de 5 e 6 anos que residiam nos territórios rurais do município e que frequentavam escolas da rede em 2022. Também contou com uma amostra de crianças desta mesma faixa etária que residiam na cidade. A amostra de crianças urbanas foi sorteada (seleção aleatória) com auxílio do Excel, sorteamos 8 crianças de cada turma urbana. A coleta inclui 10 escolas/unidades de educação infantil e 22 turmas (12 de pré-escola e 10 de 1º ano).

Tabela 5 - Universo das crianças e amostra de acordo com o local de moradia e etapa escolar

Local moradia criança	**Série**	**Universo**	**Amostra**
Cidade	Pré-escola	124	57
	1º ano	141	64
Campo	Pré-escola	36	36
	1º ano	43	43
	Total	344	200

Fonte: Elaboração da autora

A amostra inclui 200 crianças. Na primeira onda de aplicação do teste, que ocorreu durante os meses de abril e maio de dois mil e vinte e dois, obtivemos o retorno de 191 testes e, portanto, uma taxa de resposta de 95,5%. Na segunda onda aplicamos 196 testes durante os meses de outubro e novembro do mesmo ano, o que representa uma taxa de resposta de 98,0%. Houve um problema técnico na transferência dos dados ao servidor, o que implicou em uma perda de 9 testes da primeira onda com crianças residentes nos territórios rurais.[25]

A tabela 6 indica o número de crianças da amostra de acordo com o local de moradia (cidade ou campo), etapa frequentada e participação nas ondas 1 e 2.

[25] Na primeira onda uma queda de energia no município acabou prejudicando a emissão de dados, o tablet descarregou e sem conexão perdeu os dados salvos da aplicação de testes do dia.

Tabela 6 - Taxa de participação/ casos válidos Onda 1 e 2

Local moradia criança	Série	Amostra	Taxa Participação – ONDA 1		Taxa Participação – ONDA 2	
			N	%	N	%
Cidade	**Pré-escola**	57	57	100	54	94,7
	1º ano	64	64	100	63	98,4
Campo	**Pré-escola**	36	31	86,1	36	100,0
	1º ano	43	39	90,7	43	100,0
Total		**200**	**191**	**95,5**	**196**	**98,0**

Fonte: Elaboração da autora

Apesar de contarmos com um número pequeno de crianças, obtivemos uma taxa de resposta elevada. Isto se deve a proximidade da pesquisadora com as escolas pesquisadas, e por ter feito visitas domiciliares para as crianças faltosas, que mesmo matriculadas não estavam frequentando a escola. Este processo será descrito em detalhes mais adiante.

6.3 Instrumentos utilizados no estudo

Pips (*Performance Indicators in Primary School)*

Na coleta de dados, utilizamos uma adaptação do International Performance Indicators for Primary Schools (iPIPS)[26]. O iPIPS é um instrumento de avaliação do desenvolvimento infantil, para o início da escolarização obrigatória, criado e utilizado por mais de 20 anos no Reino Unido, adaptado para o Brasil pelo Laboratório de Pesquisas em Oportunidades Educacionais (LaPOpE). Sua pretensão é criar uma medidade base (*baseline*) no momento inicial do processo de escolarização. O instrumento tem sido utilizado em diversos estudos realizados pelo Laboratório para a coleta de dados nos municípios do Rio de Janeiro/RJ e de Sobral/CE (KOSLINSKI; BARTHOLO, 2019; BARTHOLO *et al*., 2020a, 2020b, FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL. 2022, 2023).

Sua aplicação dura de 15 a 20 minutos e é feito com cada criança individualmente.Para aplicação do teste, o pesquisador utiliza um caderno de aplicação (com figuras coloridas) e um tablet com um software do teste. O teste é adaptativo, isto é, o pesquisador apresenta vários itens para as crianças em ordem progressiva de dificuldade e se a criança errar certa quantidade de

[26] A adaptação se chama "Indicadores de Desenvolvimento da Criança no início da Escola", foco do acordo internacional assinado entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (Profa. Mariane Campelo Koslinski) e a Universidade de Durham (Prof. Peter Tymms).

itens a dimensão do teste é interrompida e a criança segue para a próxima dimensão. Esta criança que participará novamente da aplicação do PIPS em mais um momento, terá o teste iniciado de onde parou no primeiro teste. Desta maneira, o teste permanece curto e adequado para esta faixa etária de crianças que estão no início de suas trajetórias escolares. O PIPS é composto pelas seguintes dimensões: a) Escrita; b)Vocabulário; c) Ideias sobre leitura – avalia conceitos sobre diferentes impressos; c) Consciência fonológica; d) Identificação de letras; e) Reconhecimento de palavras e leitura; f) Ideias sobre matemática; g) Contagem; h) Adição e subtração sem símbolos; i)Identificação de formas; j) Identificação de números k) Adição e subtração com símbolos.

A coleta de dados também contou com um questionário contextual aplicado aos responsáveis de cada criança participante do estudo. O questionário continha informações sobre nível de escolaridade da mãe e do pai, posse de bens de consumo, participação no programa bolsa família (itens utilizados para a elaboração do indicador de nível socioeconômico das famílias), ambiente de aprendizagem em casa (atividades pedagógicas que foram realizadas com as crianças por suas famílias), itens sobre uso e percepção sobre o transporte escolar e frequência no ano letivo. O questionário na íntegra está no anexo A deste projeto.

Questionário de professores e de diretores

O estudo também contou com a coleta de dados contextuais das escolas a partir dos questionários de professores e diretores. O questionário de professores continha itens sobre: o nível de escolaridade e experiência do docente, perfil da liderança, clima escolar, autoeficácia docente, condições de trabalho e sobre ações de busca ativa de crianças faltosas. Ele está no anexo B desta tese.

Já o questionário do diretor, coletou dados sobre o perfil do diretor escolar. Continha itens sobre: nível de escolaridade e experiência docente da direção na educação infantil, tempo que está na gestão, quadro de funcionários das escolas, liderança, clima escolar, condições de trabalho e busca ativa de crianças faltosas. Ele está no anexo C desta tese.

6.4- Procedimentos de coleta de dados

Inicialmente foi feito um contato com a direção de cada escola para verificar a melhor maneira de entregar a autorização aos pais para a participação das crianças no estudo, de acordo com a realidade de cada escola e da comunidade em que estava inserida. Apenas uma escola fez reunião com os responsáveis para apresentação da pesquisa na qual foi distribuída a

autorização para as crianças participarem. Nas demais escolas a autorização foi enviada através das próprias crianças no material escolar e o aviso da pesquisa foi passado em grupos de WhatsApp. A aplicação do instrumento de avaliação direta com as crianças foi realizada nas escolas. No entanto, como em abril de 2022 ainda não havia a obrigatoriedade de frequência à escola por causa da pandemia do Covid 19, houve alguns casos de famílias que foram visitadas pela pesquisadora porque as crianças não estavam indo à escola. Da mesma forma, crianças com qualquer sintoma gripal, a recomendação da secretaria era para que ficassem em suas residências.

Ao todo dezesseis famílias das crianças da amostra foram visitadas em suas residências, sendo doze de territórios rurais e usuárias de transporte escolar. O motivo relatado pelas mães foi a dificuldade de acordar a criança muito cedo por causa do frio, sintomas gripais, crise alérgica, medo da criança ir sozinha no transporte escolar e dificuldade da criança em se adaptar na escola. Destas dezesseis visitas, doze foram realizadas com o objetivo de solicitar autorização das famílias para a criança participar da pesquisa, pois esse documento não havia sido devolvido assinado. As outras quatro visitas foram realizadas com o objetivo de aplicar o teste cognitivo nas residências das crianças. Estes quatro testes ocorreram na comunidade rural. Destas quatro, duas realmente não havia frequentando a escola até abril de 2022. Uma a família não autorizava a ida da criança à escola por não confiar no motorista do transporte escolar, pela criança de apenas 5 anos estar em um carro,sem monitor responsável, com outros estudantes adolescentes, já tendo tido notícias de abuso sexual no transporte escolar. A outra criança não frequentou a escola por ela mesma ficar com medo de ir sem a responsável e pelo tempo longo de espera para retornar para casa. A mãe se sentia inerte para forçar a criança a ir a força para a escola. As outras duas estavamfaltosas por apresentarem sintomas gripais e não poderem frequentar por orientações do cuidado com o Covid 19. Na segunda onda isto não foi mais necessário, todas as crianças já haviam retornado para a escola.

As autorizações das crianças faltosas foram recolhidas pela doutoranda e um aplicador morador de uma das comunidades rurais. Como o município é muito extenso, dividimos as áreas e visitamos essas famílias para apresentar a pesquisa. Considerando um número restrito de crianças residentes em territórios rurais, essas crianças eram fundamentais para a nossa amostra, sendo assim preciso evitar a perda amostral. A apresentação da pesquisa também foi feita na residência das famílias que não possuíam celular e não haviam retornado com a autorização. Todas as crianças rurais foram autorizadas a participar da pesquisa pelos responsáveis. Das crianças urbanas selecionadas de forma aleatória, apenas uma a família não autorizou. De acordo com os responsáveis, o motivo para a recusa foi porque a criança estava

com dificuldades na fala e passando por treinamento fonoaudiólogo e psicológico. Assim essa criança foi substituída seguindo a ordem do sorteio realizado no início do estudo.

Algumas dificuldades na aplicação da primeira onda ocorreram em uma turma de uma escola rural onde todos os responsáveis negaram a participação das crianças.Conversei com a direção da escola que me informou que uma mãe de uma criança da turma e que também era professora da escola havia feito uma "fofoca" que essa autorização era para a criança ficar o dia todo na escola. Parece que havia uma antipatia dessa profissional com a pesquisadora. Fui em todas as casas das crianças dessas turmas, conversei com os responsáveis, mostrei o teste e indiquei, caso ainda houvesse dúvidas, que eles poderiam acompanhar a aplicação do mesmo. Após este contato pessoal todas as famílias, inclusive a professora que havia criado a insegurança entre os responsáveis,que também foi visitada, concordaram com a participação dos seus filhos e filhas no estudo.

Para a aplicação dos testes foi necessário montar uma equipe de sete aplicadores na primeira onda e seis aplicadores na segunda onda. Foi feito um treinamento com eles de forma presencial, duração de oito horas, tanto na primeira quanto na segunda onda, que contou com a participação da orientadora desta pesquisa de doutorado, Mariane Koslinski. Durante o treinamento, apresentamos o objetivo da pesquisa, o protocolo de aplicação e o material necessário: tablet com o teste, caderno de aplicação do Pips, bloco de notas, lápis de escrever, apontador e álcool em gel. Os aplicadores foram selecionados a convite da doutoranda, todos cursando ou formados na área de humanas. Foi concedido recursos para deslocamento, alimentação e horas de aplicação do teste.

O protocolo orientava que a criança também deveria querer participar da pesquisa, não bastando apenas a autorização dos responsáveis. Assim, foi gravado áudio de todas as crianças quando perguntadas se queriam participar, todas as crianças demonstraram interesse pelo teste e consideravam-no uma brincadeira e forma divertida de mostrar o que sabiam. O aplicador não falava com a criança quando ela errava, todos os *feedbacks* eram positivos. De acordo com o relato dos pesquisadores envolvidos, a aplicação do teste ocorreu de forma individualizada e lúdica, sem o desgaste da criança, como previsto no protocolo do estudo.

A coleta de dados da primeira onda, que mensura o ponto de partida de cada criança, foi realizado no início do ano letivo de dois mil e vinte e dois (abril/maio), lembrando que foi o primeiro ano de retorno no município estudado após o isolamento social e fechamento das escolas decorrente da pandemia do Covid-19. Sendo assim, tanto no segundo ano do pré-escolar, quanto no primeiro ano do Ensino Fundamental as crianças estavam voltando para a

escola e, em muitos casos, estavam tendo o primeiro contato com a escola no formato presencial.

Com esses resultados da primeira e da segunda onda foi possível comparar grupos de crianças do meio rural, mas com situações de oportunidades educacionais diversas, no que diz respeito ao contexto das famílias, os fatores socioeconômicos, ambiente de aprendizagem em casa, os contextos escolares e suas condições de acesso às escolas e as situações peculiares que se fazem presentes nas famílias que residem nas comunidades rurais como o transporte escolar e as turmas multisseriadas. Esses diferentes contextos foram captados e mensurados a partir dos questionários contextuais do estudo respondidos pelos responsáveis, professores e diretores das escolas.

Durante a coleta de dados das crianças rurais, o contato com as famílias, ao buscar saber o motivo das crianças não estarem frequentando a escola e ouvir as dificuldades enfrentadas com o transporte escolar foi preciso o cuidado de esclarecer que era uma ação para a pesquisa e não da Secretaria Municipal de Educação. As mães, em um primeiro momento, achavam que a escola ou secretaria estavam indo conversar com a criança, ou com elas mesmas para ouvir suas queixas e acalmá-las quanto a preocupação de deixarem seus filhos(as) irem estudar em um lugar longe da casa. Contudo, deixei claro que eu poderia informar a secretaria da situação apresentada, mas não tinha essa função de resolver, mas apenas dar voz e visibilidade ao que as famílias rurais enfrentam no município para ter acesso as escolas.

6.5 Ocorrências durante a pesquisa em cada escola

No decorrer da apresentação da pesquisa para as famílias, da autorização das crianças para participarem do estudo e aplicação do Pips tivemos algumas ocorrências que trazem dados qualitativos que nos auxiliam a entender o contexto sociocultural estudado.

Na EU1, tivemos uma perda amostral de quatro crianças rurais que na aplicação da O1 (Onda 1) do Pips moravam em uma comunidade rural, cuja escola foi fechada em dois mil e vinte e um, e se mudaram para a cidade. Contudo essas crianças estavam computadas na pesquisa, apenas não estão mais no grupo de crianças rurais, já que se mudaram no primeiro semestre do ano letivo. Em todos os casos de mudança o motivo relatado pelas famílias foi poupar a criança do desgaste físico e emocional que o transporte acarreta em suas vidas. O transporte dessa escola utiliza uma estrada de terra, que atualmente está calçada, e é bastante movimentada e estreita. As famílias têm grande preocupação com acidentes, a falta de monitoramento do uso do cinto de segurança, pois há apenas o motorista no transporte, e o fato das crianças da educação infantil serem transportadas juntos com alunos do ensino médio. Em

um mesmo transporte há alunos de 4 a 18 anos ou mais.

Após essa ação do fechamento da escola que atendia as crianças de 4 a 10 anos, da educação infantil ao quinto ano do Ensino Fundamental, além das quatro crianças que mudaram para a cidade, três passaram a ter de pegar dois transportes escolares e seis passaram a pegar um transporte escolar. Há muitos fatores envolvidos em um fechamento de escola que afeta as crianças de diferentes formas.

Uma dessas crianças que a família mudou para a cidade para que ela não enfrentasse os desafios e dificuldades do transporte escolar, teve 118 faltas, pois só começou a frequentar a escola no segundo semestre. Este dado foi retirado do diário de classe do ano da pesquisa, dois mil e vinte e dois. Quando estive em contato com essa família em sua residência para apresentar a pesquisa e recolher a autorização para a criança participar eles afirmaram se preocupar muito com a segurança das crianças sendo levadas sem monitor e com alunos de todas as idades. Pois o transporte é o mesmo desde a educação infantil até o ensino médio. Nesta visita a mãe me relatou

> Bia, você deixaria sua menina de 5 anos ir no transporte sozinha com um motorista que está cumprindo pena por um crime de violência? ~~o~~O transporte não tem monitor e as crianças vão com os adolescentes de até 18 anos, a gente sabe que acontece assédio dentro do transporte, eu não deixo, podem me ameaçar a levar para o conselho tutelar, mas eu não vou deixar. Se for preciso deixo minha casa aqui na roça, minha horta, meu jardim, tudo que a gente ama e muda pra cidade, mas minha filha não vai andar nesse transporte, a gente não tem paz. (mãe entrevistada X, território rural 2 – depoimento recolhido na coleta da autorização.da pesquisa)

Esta família depois de muito lutar pela reabertura da escola da comunidade, sem êxito, mudou para a cidade. A mãe continua a trabalhar na comunidade onde moravam, o pai fica na cidade cuidando da criança e fazendo bicos. Tiveram de deixar a casa na roça, onde produziam vários alimentos e foram morar em um pequeno apartamento em um bairro na cidade do município.

O motivo da mudança das quatro crianças que moravam na área onde a escola foi fechada para a cidade foi o transporte. Estive em contato direto com essas responsáveis pelo whatsApp e todas afirmaram que a mudança ocorreu pelo fechamento da escola, conversas mantidas durante a aplicação da primeira onda do teste Pips quando tentava localizar onde as crianças estavam estudando e quando iriam à escola. Nessas conversas ficou claro que as famílias que tinham o mínimo de condições para mudar para a cidade, fez este movimento, às

vezes ficando na cidade durante a semana e voltando para a comunidade nos finais de semana, outras vezes, definitivamente na zona urbana.

Uma veio trabalhar na cidade e se deslocava até a comunidade onde trabalhava com artesanato de cerâmica, outra alugou uma casa e veio com o filho e o marido arrumou outro emprego para conseguir arcar com as despesas extras, outra continuou a trabalhar na comunidade e o marido ficou responsável pelo cuidado com as crianças fazendo bicos na cidade, outra mudou com os filhos para a cidade porque era pensionista. Ainda houve duas famílias que a própria escola me informou que estavam na cidade e essas não sei qual era a fonte de renda familiar.

E as demais crianças que continuaram na comunidade foram das famílias que não tinham condições de mudar para a cidade, seja por motivos financeiros ou pelo próprio trabalho da família nas suas propriedades rurais. Todas elas apresentaram grande preocupação com seus filhos e filhas no transporte escolar. Relataram a dificuldade nos dias mais frios de acordar as crianças, a preocupação com as relações dentro do ônibus escolar, com crianças da educação infantil até o ensino médio, as condições da estrada ora com lama, ora com muita poeira, o cansaço físico que as crianças apresentam quando chegam em casa e a diminuição do convívio familiar e com a cultura da família. Outra situação relatada são os custos quando as crianças estudam na cidade, há exigência com calçados, roupas novas, uma forma de ser e agir diferente do que são no campo, as crianças não querem ser motivo de piadas na escola urbana. Essas informações foram recolhidas in loco ou em conversas pelo whatsApp.

Na EU2, no ano de dois mil e vinte e dois, recebia apenas uma aluna de 6 anos da área rural. Nesta época a criança enfrentava um longo período de estrada de terra muito mau conservada para estudar, contudo a comunidade onde ela mora atualmente recebeu uma escola privada e esta aluna saiu desta situação. Tive essa informação quando contactei a família para entrevistá-lo na fase das entrevistas, mas durante o ano de dois mil e vinte e dois ela cursou o ano todo utilizando o transporte escolar o que fez com que permanecesse no banco de dados alocada na mesma escola durante a Onda 1 e 2.

Na EU3, que também recebe alunos de comunidades rurais, as famílias cujas autorizações não foram devolvidas pelas crianças foram visitadas para que os pesquisadores explicassem o objetivo da pesquisa, mantendo assim a taxa de participação da amostra das crianças rurais e também aleatoriedade das crianças urbanas sorteadas para participar da pesquisa, mesmo que houvesse famílias mais fáceis de serem contactadas. Todas as famílias autorizaram a participação das crianças. Dessa escola foi realizado um teste Pips na residência na Onda 1, a criança não estava frequentando a escola por ter medo de ir no transporte sozinha

e também de ficar na escola. A mãe chegou a ir no início do ano letivo para ver se a criança se adaptava, o que não ocorreu e a mãe disse à pesquisadora que não podia deixar os afazeres no sítio para acompanhar a criança todos os dias na escola. Essa foi uma família que quando eu cheguei para fazer o Pips acreditou de início que era a Secretaria Municipal de Educação que estava vindo verificar a dificuldade da criança em frequentar a escola e tentar uma solução para o fato. A mãe, contou a pesquisadora, que entendia a importância de a criança estar na escola, mas que também entendia o lado do filho. Pois o fato do transporte escolar da escola municipal ser junto com o da escola estadual, fazia com que as crianças ficassem esperando após o término da aula por uma hora para que a aula da Escola estadual terminasse, pois, o transporte é o mesmo desde a educação infantil de 4 anos até o final do ensino médio, entre 17 e 18 anos. Sendo assim a criança saia de casa, por volta das 6h30 e retornava umas 13h30.

Na EU3 há três crianças, participantes desse estudo, que enfrentam longo período dentro do transporte escolar em estradas de terra mal conservadas, passando por poeiras, buracos e lamas, de acordo com a época do ano. Este relato foi feito por essa mãe quando fui apresentar a pesquisa para ela, pedir sua autorização para o filho participar e aplicar o teste na criança em sua residência.

A EU4 localizada na periferia, EI1, EI2 não recebem alunos advindos de territórios camponeses. A EI1 não tem salas multisseriadas está na área central do município e na EI2 as salas são multisseriadas, está em um bairro periférico e vulnerável da cidade. Conforme foi relatado no capítulo 3 desta tese.

O município pesquisado tem uma extensão territorial rural bem grande como já mencionado, 845.000 km^2 de campo e 2.500 km^2 na cidade. Das crianças que estudam nas escolas da cidade temos: sete crianças estudam a mais de 15 km de suas casas, sete crianças percorrem de 10 a 15 km para estudarem e três crianças de 5 a 10 km. A quilometragem foi calculada pela própria pesquisadora fazendo o trajeto da residência até a escola.

Mesmo nas escolas rurais do município também temos a situação do transporte escolar, uma realidade onde as crianças são transportadas da comunidade rural onde moram para outra comunidade rural com escola. Em alguns casos também percorrem longas distâncias em trajetos mal conservados. São oito crianças que percorrem mais de 10 km, quatro são transportadas de 5 a 10 km, essas em estrada de terra. Quinze são transportadas de 0 a 5 km em estrada de asfalto, o que faz a viagem ser rápida. Uma criança mudou do campo para a cidade porque a mãe foi transferida para trabalhar lá.

Percebemos a situação diversificada de cada escola e a quilometragem que as crianças rurais que utilizam o transporte escolar percorrem para estudarem. As que percorrem as maiores

quilometragens chegam a ficar nove horas fora de casa, isso se não ocorrer nenhum imprevisto na viagem. Essas distâncias e tempos foram relatados pelos responsáveis quando entrevistados para esta tese. As distâncias também são conhecidas pela pesquisadora que conhece todos os trajetos rurais do município.

As ER 1 e 2 as crianças enfrentam a quilometragem em estradas de terra.

A ER 3 e 4 as crianças são transportadas por estrada asfaltada.

É interessante observar que o transporte escolar também faz parte do cotidiano das escolas rurais, onde crianças são transportadas de comunidades rurais que não tem escola para outra comunidade rural com escola.

Há intenção é conseguirmos monitorar essas diferenças contextuais no transporte enfrentado por essas crianças, o tipo de organização de turma que frequenta e o seu desenvolvimento cognitivo em linguagem e matemática.

6.6 Análise dos dados

A análise dos dados coletados foi feita com o auxílio dos programas: Winsteps, SPSS e Excel.

Os dados sobre o desenvolvimento cognitivo das crianças, coletados com a adaptação do iPIPS, foram utilizados para gerar medidas separadas de linguagem e de matemática, utilizando o modelo de *Rasc*h, com o auxílio do software Winsteps (BOONE, 2016). Também utilizamos o mesmo software e modelo de Rasch para elaboramos medidas de nível socioeconômico das famílias das crianças,utilizando os itens presentes nos questionários dos responsáveis.[27]

Para as análises, nos interessava realizar a comparação do desenvolvimento cognitivo das crianças pertencentes aos distintos grupos:

No Pré escolar:

(i) Crianças que estudam no campo X crianças que estudam na cidade;

(ii) Crianças que estudam em turmas multisseriadas no campo X crianças que estudam em turmas seriadas na cidade;

(iii) crianças da cidade que frequentam classes seriadas e multisseriadas na cidade;

(iv) crianças do campo que utilizam o transporte escolar X crianças do campo e da cidade que não utilizam transporte escolar;

[27] Os itens utilizados para medir NSE foram: escolaridade da mãe, recebe bolsa família, tem computador, internet, tv de tela plana, carro, máquina de lavar roupa.

1º ano

(i) crianças que estudam no campo X crianças que estudam na cidade;

(ii) crianças que estudam em turmas multisseriadas no campo X crianças que estudam em turmas seriadas na cidade;

(iii) crianças da cidade que frequentam classes seriadas no campo X crianças que estudam em classes seriadas na cidade;

(iv) crianças do campo que utilizam o transporte escolar X crianças do campo e da cidade que não utilizam transporte escolar;

Essas comparações serão nossas diretrizes para na busca de explorar as diferenças existentes entre esses grupos de crianças e seus diversificados contextos e sua associação com a aprendizagem no início da trajetória escola. Levando em conta que as escolas não escolhem ou recebem seus alunos de forma aleatória, pois no município pesquisado são os territórios de moradia que irão definir qual instituição escolar as crianças irão frequentar, a utilização de dados longitudinais permite um maior controle do viés de seleção (GOLDSTEIN, 1997). No mundo real não temos controle sobre como os professores ensinam e como as turmas são compostas, isto será definido por suas origens sociais e territoriais. Sabemos das limitações apontadas por Goldstein (1997) que esses resultados correspondem a um corte de um grupo restrito de alunos e profissionais em determinado tempo e não podem ser generalizados para outros grupos. Apesar dessas limitações esses dados podem ser úteis para formulação de decisões da gestão do município e lançar diretrizes de contextos a ser melhor investigados. “A tarefa que enfrenta a pesquisa de eficácia escolar é tentar estabelecer quais fatores são relevantes no sentido de que diferem entre escolas e, também que podem estar causalmente associados aos resultados que estão sendo medidos.” (GOLDSTEIN, 1997, p.9)

Para tanto, realizamos, inicialmente, análises descritivas dos ganhos em linguagem e matemática das crianças dos diferentes grupos acima descritos e, em seguida, análises multivariadas (regressão linear), incluindo variáveis de controles relacionados às características sociodemográficas das crianças (sexo, nível socioeconômico) e seu ponto de partida (desenvolvimento cognitivo no início do ano letivo). Desta forma, foi possível observar as desigualdades de aprendizagem que já existiam desde o início da escolarização obrigatória. Utilizamos o software SPSS para realizar tanto as análises descritivas/ bivariadas quanto à estimação de modelos de regressão linear.

As regressões lineares nos permitiram observar a associação entre a aprendizagem das crianças e os diferentes tipos de oferta/ oportunidades de acesso à pré-escola/ ensino

fundamental como, por exemplo: frequência a turmas multisseriadas X turma seriada, uso ou não do transporte escolar, tempo no transporte escolar ou local de moradia e de estudo das crianças.

Ao tentar isolar as caracerísticas dos alunos, a estratégia análitica utilizada permite fazer um controle do viés de seleção, e compreender o desenvolvimento cognitivo de crianças que ficam no campo (em turmas multisseriadas ou não), que vivem no campo e são deslocadas para áreas urbanas e que vivem e estudam em áreas urbanas.

Este capítulo parte das seguintes hipóteses: (i)a multisseriação não está associada a um desenvolvimento cognitivo menos acelerado das crianças no município pesquisado; (ii) crianças do campo que precisam tomar transporte escolar para áreas urbanas apresentam menor desenvolvimento que as crianças do campo que permanecem em escolas nas áreas rurais.

O quadro abaixo descreve as variáveis utilizadas nos modelos multivariados. Nem todas são utilizadas em todos os modelos, irei identificá-las de acordo com as entradas de análises.

Quadro 8 - Variáveis dependentes e variáveis explicativas

Variável	Tipo	Nível de mensuração	Fonte	Descrição
Variável Dependente				
Linguagem O2	Contínua	Criança	Pips	Medida de proeficiência em linguagem na Onda 2
Matemática O2	Contínua	Criança	Pips	Medida de proeficiência em matemática inicial na Onda 2
Variáveis explicativas				
Local de moradia e tipo de turma:				
R_multi	Dicotômica	Turma	Questionário Diretor	Indica se a criança está em turma multisseriada rural (1=sim, 0=não)
U_multi	Dicotômica	Turma	Questionário Diretor	Indica se a criança está em turma multisseriada urbana (1=sim, 0=não)
U_ser	Dicotômica	Turma	Questionário Diretor	Indica se a criança está em turma seriada urbana (1=sim, 0=não)
R_ser	Dicotômica	Turma	Diretor da escola	Indica se a criança é rural e está em turma seriada rural(1=sim, 0=não)
Local de moradia e estudo:				
Rur_rur	Dicotômica	Criança	Diretor da escola	Indica se a criança mora estuda no campo (1=sim, 0=não)
Rur_urb	Dicotômica	Criança	Diretor da escola	Indica se a criança mora no campo estuda na cidade. (1=sim, 0=não)
Urb_urb	Dicotômica	Criança	Diretor da escola	indica se a criança mora estuda na cidade. (1=sim, 0=não)

Transporte Escolar	dicotômica	Criança	Diretor da escola	Indica se a criança camponesa utiliza transporte escolar (1=sim; 0=não)
Tempo no Transporte escolar	dicotômica	Criança	Diretor da escola	Indica se a criança passa mais de 1 hora diária dentro do transporte escolar (1=sim; 0=não)
Linguagem O1	contínua	Criança	Pips	Medida de proficiência em linguagem na Onda 1
Matemática O1	contínua	Criança	Pips	Medida de proficiência em matemática na Onda 1
NSE	contínua	Criança	Questionário pais	Indica NSE da criança
Sexo	Dicotômica	Criança	Questionário pais	Indica sexo biológico da criança (1 = menino 0 - menina)

Fonte: Elaboração da autora

Quadro 9: Estatística descritivas das variáveis utilizadas nas análises (Pré-escolar)

Variáveis	Média	Desvio Padrão
Linguagem (onda 1)	0,83	0,90
Linguagem (onda 2)	1,38	0,86
Matemática (onda 1)	-1,29	1,40
Matemática (onda 2)	-0,29	1,47
Sexo	0,51	-
Nível socioeconômico	0,37	1,41
Localização da escola	0,29	-
Multissérie do campo	0,29	-
Multissérie cidade	0,15	-
Tempo transporte escolar	0,15	-
Criança que mora e estuda cidade	0,64	-

Fonte: Elaboração da autora

Quadro 10: Estatística descritivas das variáveis utilizadas nas análises (1º ano)

Variáveis	Média	Desvio Padrão
Linguagem (onda 1)	1,54	1,00
Linguagem (onda 2)	2,43	1,19
Matemática (onda 1)	-0,14	1,98
Matemática (onda 2)	1,44	2,11
Sexo	0,52	-
Nível socioeconômico	0,47	1,43
Localização da escola	0,27	-
Multissérie do campo	0,06	-
Seriada do Campo	0,32	-
Tempo transporte escolar	0,17	-
Criança que mora e estuda cidade	0,62	-

Fonte: Elaboração da autora

6.6 Contextualização do início do ano letivo de 2022

Iniciamos a coleta de dados com os testes cognitivos dessa pesquisa no momento de retorno das crianças para a escola presencial após o isolamento do COVID-19. Para as crianças de 5 anos era a primeira vez que estavam frequentando a escola de forma presencial, o início da sua vida escolar obrigatória se iniciou de forma remota, com as escolas mandando atividades para serem realizadas em casa junto à sua família. As crianças de 6 anos chegaram a ter um momento presencial na escola quando estavam com 4 anos que foi logo suspenso pelas medidas de isolamento social adotadas frente a pandemia do Covid-19. No município pesquisado, o fechamento das escolas para atividades presenciais teve duração equivalente a quase dois anos letivos, iniciou-se em março de dois mil e vinte e as escolas foram liberadas a reabrir no início do ano letivo de dois mil e vinte e dois.

Durante o período do ensino remoto, as crianças receberam atividades para serem feitas em casa junto às suas famílias, apostilas chamadas de PET (Plano de Estudo Tutorado). Para as crianças que não utilizavam transporte escolar, esse material deveria ser retirado na escola pela família, com data e hora marcada pela direção, todo o cuidado para não haver aglomeração. Para as crianças do transporte escolar, este material foi entregue em suas casas. Além desse material impresso, foram criados grupos no whatsApp e as professoras ficavam disponíveis durante o horário da aula para tirar dúvidas das famílias. Algumas mandavam áudio orientando e vídeos explicativos das atividades, material pesquisado em redes sociais, tentando contribuir para o bom andamento das tarefas junto às famílias.

Contudo, o ensino remoto não ocorreu de forma equitativa para todas as crianças, pois as condições das famílias eram bem diversas. Algumas não tinham acesso a internet, ou tinham, mas não conseguiam acompanhar as atividades e outras não tinham ninguém na família com condições de auxiliá-la com as tarefas entre outras situações. É importante esta contextualização deste momento de aplicação da Onda 1 porque estes testes demonstram também a condição que cada criança chega a escola no segundo período da Educação infantil (5 anos) e no primeiro ano do ensino fundamental (6 anos).

Nos resultados encontrados na Onda 1 percebemos as diferenças encontradas no início da trajetória escolar que também representa a situação pós isolamento social causado pelo COVID-19. A Onda 2 indica o desenvolvimento cognitivo da criança no final do seu primeiro ano escolar presencial pós-isolamento. A análise longitudinal permite observar como as crianças se desenvolveram durante este primeiro ano escolar e quais as diferenças se mantiveram de acordo com os controles que apresentaremos em cada bloco de análise: local da

escola, tipo de turma e tempo diário no transporte escolar.

6.7 1º bloco de análise – Escolas do Campo x Escolas da Cidade

Neste bloco, vamos comparar dois grupos mais amplos: escolas do campo e as escolas da cidade, separando as análises por etapa escolar. Relembrando que são 4 Escolas do Campo com educação infantil e fundamental, 2 Centros de Educação Infantil na cidade, 3 escolas com educação infantil e ensino fundamental e uma escola com ensino fundamental, essas últimas também na cidade.

De acordo com a literatura, que aborda a precarização das escolas do campo (LICHAND *et al* 2023; HAGE 2006, 2018; FERNANDES 2008; LITTLE 2005), esperaríamos encontrar um desenvolvimento cognitivo menor das crianças que frequentam escolas e CEIs no campo devido a precarização da estrutura física dessas instituições, a falta de formação dos professores das escolas do campo e a menor experiência docente, serem frequentadas por famílias com nível socioeconômico mais baixo, por apresentarem turmas multisseriadas, currículos deslocados da realidade campesina e falta de apoio para práticas pedagógicas em turmas multisseriadas.

A tabela 7 abaixo apresenta o N de crianças da nossa amostra em cada grupo considerado para este bloco de análise.

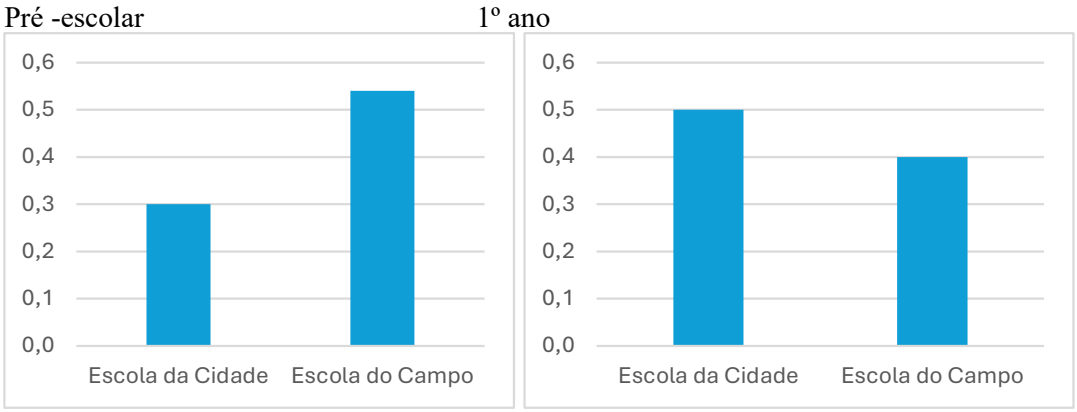
Tabela 7 - Número de crianças participantes da pesquisa e taxa de resposta

Escola	N da amostra	N crianças avaliadas nas duas ondas	Taxa de resposta
		Pré-escola	
Campo	30	25	83,30%
Cidade	63	59	93,70%
Total	93	84	90,30%
		1 ano Ensino Fundamental	
Campo	31	28	90,30%
Cidade	76	73	96,05%
Total	107	101	94,38%

Fonte: Elaboração da autora

Primeiro vamos apresentar o gráfico com a média do nível socioeconômico das crianças e o boxplot, para observar a dispersão desta medida. Para o cálculo deste indicador consideramos o grau de escolaridade da mãe e do pai, se tinha carro, TV de tela fina, livros, quarto próprio, internet, TV a cabo, máquina de lavar roupa, computador e se recebia bolsa família.

Gráfico 1– Nível socioeconômico (NSE) das crianças residentes referentes à localização do local de estudo

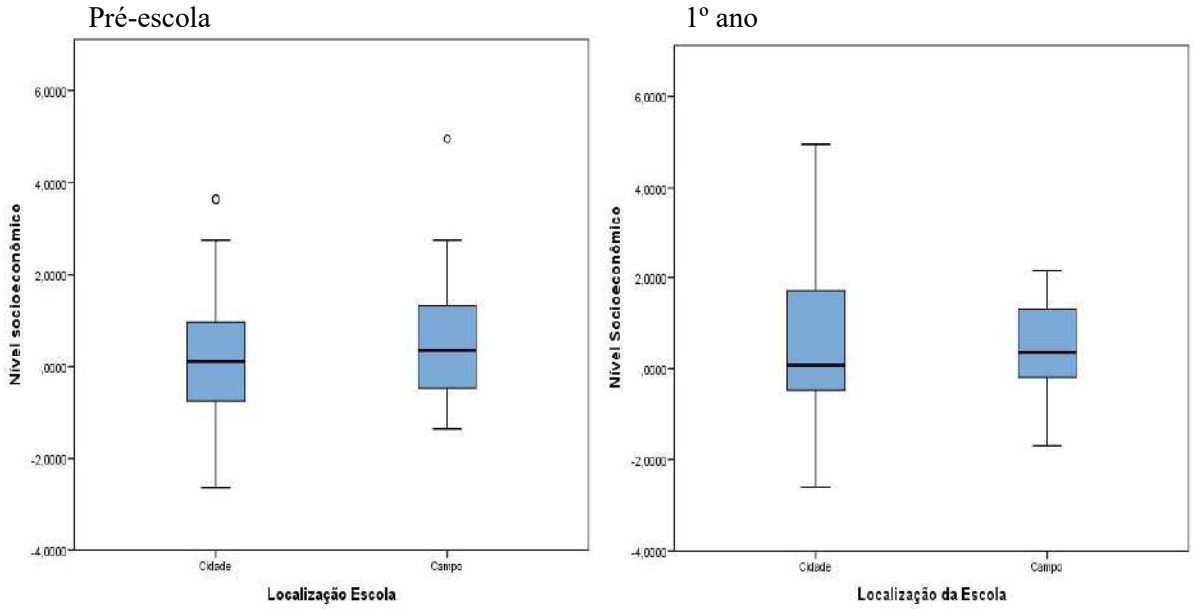


Fonte: Elaboração da autora

No gráfico 1, observamos médias diferentes do nível socioeconômico das crianças que estudam em áreas urbanas e das crianças que estudam no campo de acordo com a etapa escolar. Na Educação Infantil o grupo de crianças das Escolas do Campo apresentam maior NSE. E no 1º ano da Educação Fundamental a média do NSE é maior no grupo das crianças das escolas da cidade. No entanto, estas diferenças são pequenas.

No gráfico 2, para melhor visualizarmos a distribuição desse indicador apresento o *box plot* do grupo de crianças por local de estudo. Por este gráfico fica mais claro que o Nível socioeconômico (NSE) do grupo de crianças rurais é mais achatado no pré-escolar e no primeiro ano do ensino fundamental. Ou seja, este grupo é mais homogêneo no que diz respeito a sua origem social. Já o NSE do grupo de crianças da cidade, é mais disperso o que demonstra que é um grupo mais heterogêneo em sua origem social, sobretudo no primeiro ano.

Gráfico 2 - Boxplot Nível socioeconômico (NSE) de acordo com localização da escola

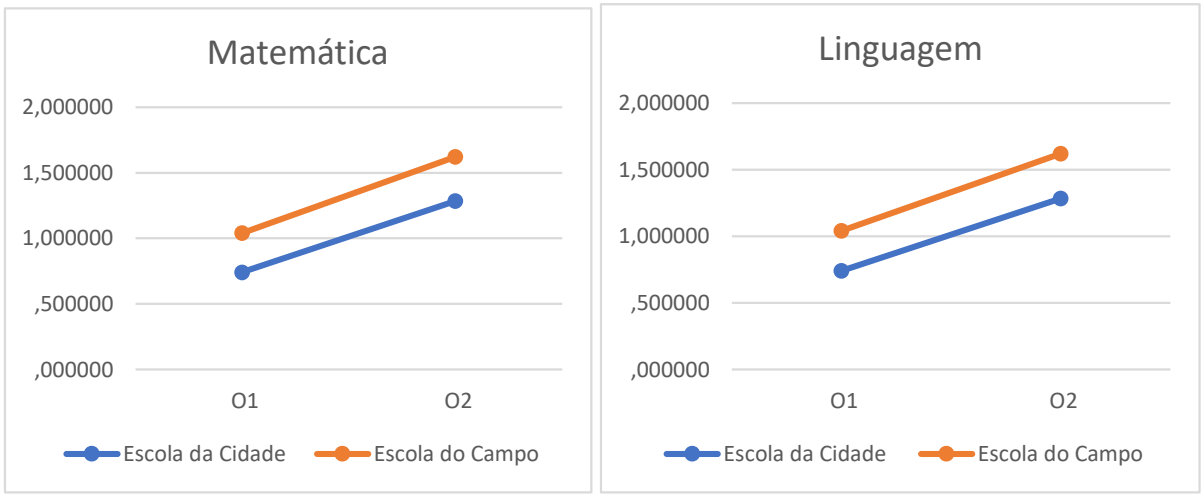


Fonte: Elaboração da autora

Os gráficos abaixo apresentam dados descritivos com as médias do desenvolvimento das crianças em linguagem e matemática na primeira onda (O1) e na segunda onda (O2), início e final do ano letivo, em cada etapa escolar de acordo com as escolas em que estudam;, campo ou cidade.

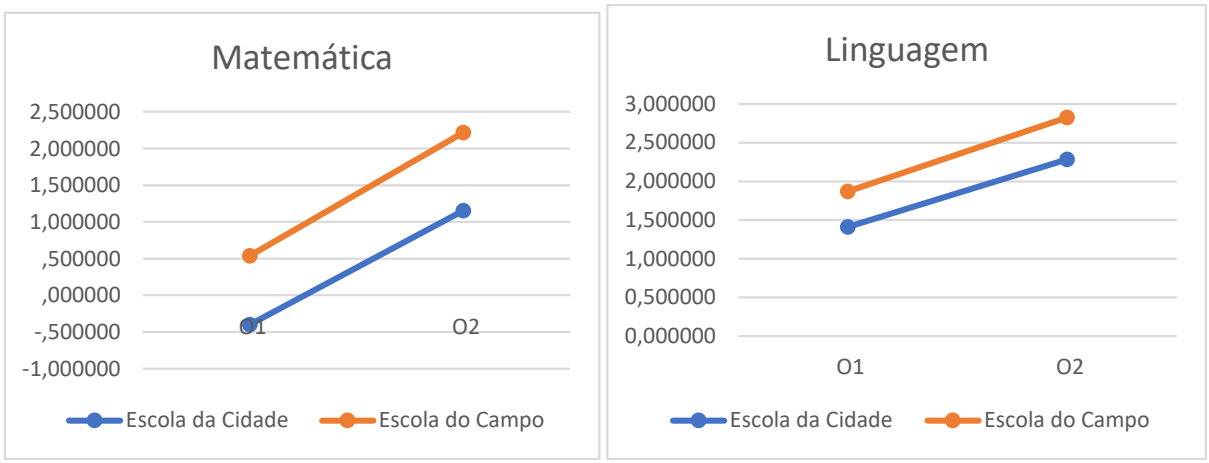
No gráfico 3, comparamos o desenvolvimento das crianças de 5 anos do nosso estudo que frequentam a pré-escola do campo com aquelas que frequentam a pré-escola em áreas urbanas. E os gráficos 4 apresentam o aprendizado das crianças de 6 anos, em escolas no campo e na cidade:

Gráfico 3 - Desenvolvimento em matemática e linguagem no pré-escolar (escola do campo e da cidade)



Fonte: Elaboração da autora

Gráfico 4 Desenvolvimento em matemática e linguagem no 1º ano (escola do campo e da cidade)



Fonte: Elaboração da autora

Os gráficos indicam que, na média, o ponto de partida, ou desenvolvimento cognitivo das crianças no início do ano, em escolas do campo era mais elevado que aquele apresentado pelas crianças das escolas da cidade. Esta tendência é observada tanto em matemática quanto em linguagem para as crianças matriculadas em ambas as etapas escolares analisadas (educação infantil e ensino fundamental). Além disso, as retas das crianças que frequentam as escolas do campo parecem ligeiramente mais inclinadas em ambas as etapas e áreas de conhecimento, indicando uma aprendizagem levemente mais acelerada neste contexto.

Em seguida, utilizamos modelos de regressão linear para estimar o desenvolvimento das crianças em linguagem e matemática no primeiro ano escolar presencial após o isolamento do

Covid-19 (medidas da Onda 2). Utilizamos variáveis de controle que foram progressivamente inseridas em três modelos: (i) no primeiro modelo inserimos a variável referente ao local de estudo; (ii) no segundo modelo acrescentamos o variável sexo e NSE; (iii) no terceiro modelo acrescentamos a variável de controle sobre o desenvolvimento das crianças no início do ano letivo (O1) ora de linguagem, ora de matemática. Novamente, separamos as análises realizadas para crianças de 5 anos (pré-escola) e as crianças de 6 anos (ensino fundamental).

A tabela 8, apresenta os coeficientes das regressões e seus respectivos erros padrões nos parênteses.

Tabela 8 - Modelos de regressão linear estimando linguagem e matemática na entrada do 2º período da Educação infantil e localização da escola

Variáveis explicativas	**Linguagem 1**	**Linguagem 2**	**Linguagem 3**	**Matemática 1**	**Matemática 2**	**Matemática 3**
	Modelo 1	modelo 2	modelo 3	modelo 1	modelo 2	modelo 3
Constante	1,284***	1,403***	0,686***	-0,385*	-0,223*	0,860***
	(0,110)	(0,128)	(0,095)	(0,190)	(0,237)	(0,147)
Escola do campo	0,337+	0,308+	0,105	0,325	0,277	0,059
	(0,202)	(-178)	(-0,105)	(0,35)	(-0,329)	(-0,175)
Menino	_	-0,419*	-0,025		-0,572+	-0,098
	_	(-163)	(-0,1)		(-0,301)	(-0,163)
NSE	_	0,267***	0,031		0,379***	0,065
	_	(-0,058)	(-0,039)		(-0,107)	(-0,61)
Linguagem O1	_	_	0,796***			_
	_	_	(-0,064)			_
Matemática O1	_	_	_			0,889***
	_	_	_			(-0,062)
R2	0,032	0,289	0,761	0,01	0,18	0,772
N crianças	84	82	82	84	82	82

Nota: Nível de significância: *** p<0,001; ** p<0,01; *p<0,05; +p<0,1
Variável dependente O2
Os modelos apresentam na primeira linha os coeficientes não padronizados e na segunda linha, entre parênteses, o erro padrão
Fonte: Elaboração da autora

Em linguagem, observamos que os coeficientes são positivos para a variável do grupo de crianças que estudam no campo nos três modelos testados, o que indica um diferencial positivo comparando com o grupo das crianças que moram ou estudam na cidade. No modelo 1 e no modelo 2 os coeficientes são marginalmente estatisticamente significativos (p<0,1).

Já a variável sexo indica que os meninos, na média, apresentam um desenvolvimento

inferior ao das meninas tanto em linguagem quanto em matemática, sendo que no modelo 2 em ambas as áreas os coeficientes são estatisticamente significativos (para linguagem $p<0,05$ e matemática $p<0,1$).

Como esperado, o NSE está associado ao desenvolvimento das crianças tanto em linguagem quanto em matemática. Os coeficientes para o NSE no modelo 2 são estatisticamente significativos ($p<0,001$). Ou seja, quanto maior o nível socioeconômico, maior o desenvolvimento cognitivo das crianças no final da pré-escola.

Para observar o aprendizado das crianças durante o ano letivo, no modelo 3 inserimos a variável de controle da Onda 1 (nível de desenvolvimento cognitivo inicial) em~~,~~ linguagem e matemática. Além de permitir observar a aprendizagem no ano letivo, esta variável de controle~~,~~ carrega várias características das crianças que mensuramos (NSE, por exemplo) e permite controlar viés de seleção por outras variáveis que não controlamos nos modelos anteriores. Como esperado, o coeficiente da variável da O1 é alto e estatisticamente significantes ($p<$ 0,001), isto é, apresenta uma relação forte com o desenvolvimento cognitivo da criança no final do ano nas duas áreas de conhecimento testadas: linguagem (0,796) e matemática (0,889). Neste modelo o coeficiente das outras variáveis testadas tem sua relação reduzida de forma considerável. Nos modelos 3 que estimam o desenvolvimento das crianças em linguagem e em matemática tanto o coeficiente da variável sexo quanto da variável NSE dimunuem. Isto indica que estas diferenças já estavam presentes no início do ano letivo. Também há o aumento do R square para 0,76 em linguagem e 0,77 em matemática, indicando que o modelo está mais ajustado, explicando uma maior proporção da variância do desenvolvimento cognitivo das crianças no final do ano letivo.

A tabela 9, nos permite observar as regressões no grupo de crianças do 1º ano do Ensino fundamental de acordo com o local da escola que estudam.

Tabela 9 - Modelos de regressão linear estimando linguagem e matemática na entrada do 1 ano do Ensino Fundamental e localização da escola

Variáveis explicativas	Linguagem 1	Linguagem 2	Linguagem 3	Matemática 1	Matemática 2	Matemática 3
	Modelo 1	modelo 2	modelo 3	modelo 1	modelo 2	modelo 3
Constante	2,285***	2,153***	0,943***	1,154***	0,432	1,344***
	(0,137)	(0,184)	(0,136)	(0,241)	(0,308)	(0,198)
Escola do campo	0,540*	0,625*	0,132	1,064*	1,161**	0,300
	(0,261)	(0,252)	(0,148)	(0,459)	(0,422)	(0,262)
Menino		-0,065	-0,131		0,822**	0,164
		(0,227)	(0,129)		(0,191)	(0,234)
NSE		0,311***	0,032		0,672***	0,181*
		(0,079)	(0,050)		(0,446)	(0,089)
Linguagem O1			0,979***			
			(0,071)			
Matemática O1						0,834***
						(0,065)
R2	0,041	0,190	0,739	0,051	0,283	0,774
N crianças	102	96	96	102	96	96

Nota: Nível de significância: *** p<0,001; ** p<0,01; *p<0,05; +p<0,1
Variável dependente O2
Os modelos apresentam na primeira linha os coeficientes não padronizados e na segunda linha, entre parênteses, o erro padrão
Fonte: Elaboração da autora

Nas turmas do primeiro ano do ensino fundamental, observamos que os coeficientes para escola do campo são positivos em linguagem e em matemática nos três modelos testados, indicando um possível diferencial positivo comparando o grupo de crianças que estudam no campo com as crianças que estudam na cidade. Os coeficientes desta variável são estatísticamente significativos nos modelos 1 e 2 de ambas as áreas de conhecimento (p<0,05) e no modelo 2 de matemática p<0,01.

De forma similar aos modelos estimados para crianças matriculadas na pré-escola, observamos que os meninos têm uma aprendizagem inferior ao das meninas em linguagem, contudo, os coeficientes para a variável sexo não apresentam significância estatística. No entanto, em matemática o desenvolvimento dos meninos é superior ao das meninas com significância estatística no modelo 2 (p<0,01). No modelo 2, observamos que o NSE está associado ao desenvolvimento das crianças tanto em linguagem quanto em matemática e os coeficientes apresentam significância estatística em ambos os modelos. (p<0,001).

Para melhor observar o aprendizado dos alunos, no modelo 3 inserimos a variável de

controle da Onda 1 em linguagem e em matemática. Aqui também como já era esperado, o coeficiente da variável da Onda 1 é alto, tem uma relação forte com o desenvolvimento da criança nas duas áreas de conhecimento testadas: linguagem (0,979) e matemática (0,834) com significância estatística (p<0,001). Neste modelo, o coeficiente das outras variáveis testadas tem sua relação reduzida de forma considerável. Em linguagem o coeficiente para sexo cai para -0,131 e do NSE cai para 0,032 e em matemática, o coeficiente para sexo cai para 0,164 e NSE para 0,181. Isto indica que as diferenças de meninos e meninas e do NSE está associada não só a aprendizagem ao longo do ano, mas a diferenças pré-existentes no início do ano. Também há o aumento do R square para 0,739 em linguagem e 0,744 em matemática, indicando que é o modelo melhor capaz de explicar a variância no desenvolvimento cognitivo das crianças no final do ano letivo. Nestes modelos mais controlados, tanto para matemática quanto para linguagem, os coeficientes da variável escola do campo também caem, permanecendo positivos mas não mais estatisticamente significativos.

Para compreender melhor os resultados encontrados apresentamos abaixo uma estimativa do tamanho do efeito de estudar em escolas do campo.

Quadro 11: Tamanho do Efeito: Escola do Campo x Escola da Cidade

	Linguaguem			**Matemática**		
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Pré-escola	0,39+	0,36+	0,12	0,22	0,19	0,04
Diferença medida em meses	5 meses	5 meses	2 meses	3 meses	3 meses	1 mês
1o ano	0,45*	0,52*	0,11	0,50*	0,55**	0,14
Diferença medida em meses	6 meses	6 meses	2 meses	6 meses	6 meses	2 meses

Fonte: Elaboração da autora

O tamanho do efeito (HATTIE, 2009; HIGGINS, KOKOTSAKY, COE, 2014)~~)~~ permite uma interpretação pedagógica da aprendizagem das crianças, demonstrando a diferença dos grupos ao invés de apenas olhar para a significância estatística. Estamos utilizando o tamanho de efeito de Cohen que expressa o efeito da variável de interesse em desvio padrão, após padronizarmos os coeficientes de linguagem e matemática. O LAPOPE tem recorrentemente utilizado a proposição de Higgins, Kokotsaky e Coe (2014) para fazer uma conversão aproximada do tamanho do efeito em e a apresentando em meses de aprendizagem em um ano letivo: 1) 0,02 a 0,18 são considerados pequenos (até dois meses de aprendizagem); 2) de 0,19 até 0,44 moderados(de três a cinco meses de aprendizagem); 3) *effect sizes* de 0,45 a 0,69 são

altos (de seis a 8 meses de aprendizagem); e 4) *effect sizes* maiores que 0,70 são muito altos (nove meses ou mais de aprendizagem).

Sendo assim, esta é uma forma de interpretar os dados que vai além da significância estatística, mas nos permite visualizar o tamanho do efeito no aprendizado das crianças em meses. Além disso, esta interpretação nos parece uma estratégia interessante, nesta pesquisa considerando o número pequeno de crianças nos grupos analisados neste estudo.

O primeiro fato que chama a atenção em todos os modelos estimados é que todos os coeficientes referentes a estudar em escolas do campo são positivos. Os modelos 1 e 2, na ausência do controle da Onda 1, estão estimando o que as crianças sabem no final do ano letivo. Em todos os modelos estatísticos percebemos que as crianças que estudam no campo no município de Lima Duarte terminam a pré-escolar e o 1 ano do ensino fundaemental sabendo mais que as crianças que estudam em escolas da cidade.

No pré-escolar, este impacto é moderado para linguagem e matemática, equivalente de 3 a 4 meses de aprendizagem, para matemática e linguagem, respectivamente. No modelo 3, como a inserção do controle da Onda 1, está se referindo ao ritmo de aprendizagem durante o período escolar. O grupo de crianças do campo aprenderam de 1 a 2 meses a mais que o grupo de crianças da cidade.

No primeiro ano, o grupo de crianças do campo sabiam aproximadamente 6 meses a mais que o grupo de crianças da cidade em linguagem e matemática no final do ano letivo (modelos estatísticos 1 e 2). No modelo 3, conforme esperado, quando inserimos a Onda 1 (ponto de partida do aprendizado de cada criança), a diferença cai para 2 meses de aprendizagem para o grupo de crianças que estuda no campo, se comparadas com o grupo de crianças que estuda na cidade. Isto é, as crianças do campo, aprendem em ritmo mais acelerado.

Nossas primeiras análises corroboram com a hipótese desta tese, indicando que em todos os modelos estatísticos das duas etapas acompanhadas, o coeficiente da escola do campo é positivo para linguagem e matemática, sendo possíveis medir essas diferenças em tempo de aprendizagem. Levando em conta que o número de crianças nos modelos estimados é pequeno, consideramos que estes resultados consistentemente positivos fortalecem a hipótese uma tendência em favor das crianças que estudam no campo.

Estes resultados ainda descritivos, se contrapõem a estudos que apresentam cenários de maior precariedade de escolas no campo do Brasil (Lichand *et al*, 2023) e argumentos utilizados por gestores desta rede de ensino municipal para justificar o fechamento das escolas do campo como foi mostrado no histórico educacional deste município.

6.8 2º Bloco de análise – tipos de turmas (multisseriadas no campo, seriadas no campo, multisseriadas na cidade e seriadas na cidade)

Neste bloco vamos comparar os grupos de crianças de acordo com os tipos de turmas em que estão sendo atendidas. As análises são novamente feitas de forma separadas para cada etapa escolar (educação infantil e ensino fundamental).

Na pré-escola, comparamos três grupos: turmas multisseriadas no campo, turmas multisseriadas na cidade e turmas seriadas na cidade. No campo não tivemos turmas seriadas no 2º ano do pré-escolar em 2022.

No primeiro ano do ensino fundamental (EF), comparamos os seguintes grupos: turmas multisseriadas no campo, turmas seriadas no campo e turmas seriadas na cidade. Na cidade não tivemos turmas em organização multisserias no 1º ano do EF no ano de 2022.

Segundo a literatura, turmas multisseriadas possibilitam de um lado o direito à educação sobretudo em áreas rurais e remotas, e do outro tem sua qualidade questionada como vimos nos trabalhos da revisão sistemática. As evidências indicam ora efeitos positivos, ora negativos e alguns estudos observaram que agrupamentos multisseriados não têm impacto no desenvolvimento das crianças. Percebemos também pela revisão sistemática que faltam estudos de avaliações de desempenho nessas turmas que possam embasar o direcionamento de políticas para esta organização de ensino (LAZARETTI, 2021). Já detalhamos os inúmeros conflitos existentes diante das classes multisseriadas. Neste bloco iremos analisar no município pesquisado como foi o desenvolvimento cognitivo em matemática e linguagem no ano de 2022 das crianças do pré-escolar e do primeiro ano do ensino fundamental nestes diferentes tipos de agrupamento. Pretendemos assim contribuir para o debate sobre a educação no campo no âmbito nacional.

A tabela 10 abaixo, apresenta o número de crianças da nossa amostra em cada grupo. Percebemos que para esta análise, dispomos de grupos com menos de 20 crianças, o que não é o ideal para a estimação de modelos de regressão linear. Contudo, decidimos trazê-las aqui porque acreditamos que mesmo sendo um número pequeno de crianças, ainda assim, não contamos com quaisquer outras evidências no Brasil sobre a relação entre turmas multisseriadas e aprendizagem das crianças, sejam elas longitudinais ou transversais. .

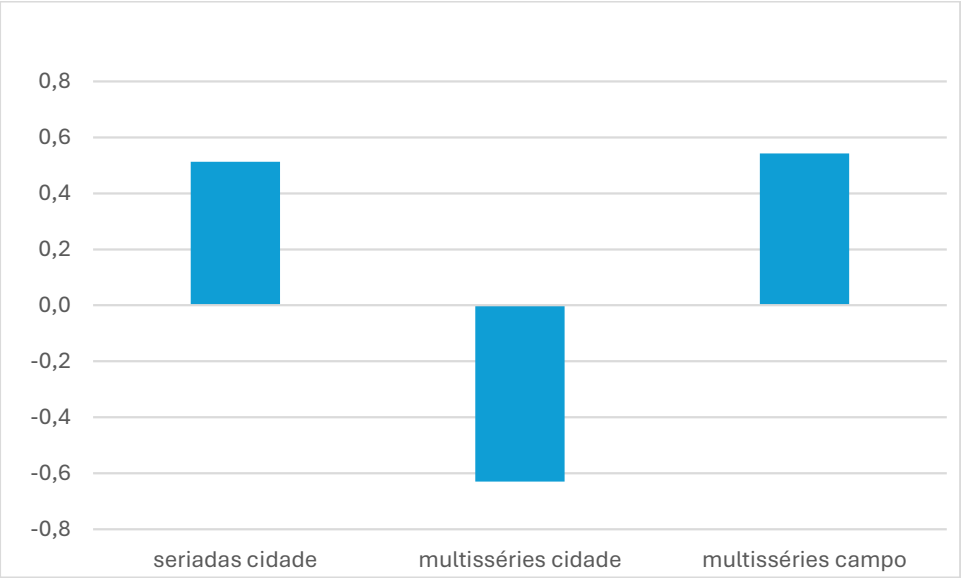
Tabela 10 - N de crianças participantes da pesquisa e taxa de resposta por tipo de turma

Tipo de turma	N da amostra	nº de crianças avaliadas nas duas ondas	taxa de resposta
		Pré-escolar	
Multissérie Campo	30	25	83,33
Multissérie Cidade	13	12	92,31
Seriada cidade	50	46	92,00
Total	93	83	89,25
		1º ano	
Multissérie campo	7	6	85,71
Seriada campo	36	33	91,67
Seriada cidade	64	62	96,88
Total	107	101	94,39

Fonte: Elaboração da autora

A seguir visualizamos os gráficos do perfil socioeconômico deste grupo de crianças, agora de acordo com o tipo de turmas que estão matriculados. No pré-escolar, o gráfico mostra que o NSE do grupo de crianças que estudam em turmas multisseriadas localizadas nas periferias é mais baixo do que o NSE das crianças que estudam no campo em turmas multisseriadas e das crianças que estudam nas turmas seriadas da cidade. Iremos apresentar o indicador do NSE em sua média e no boxplot.

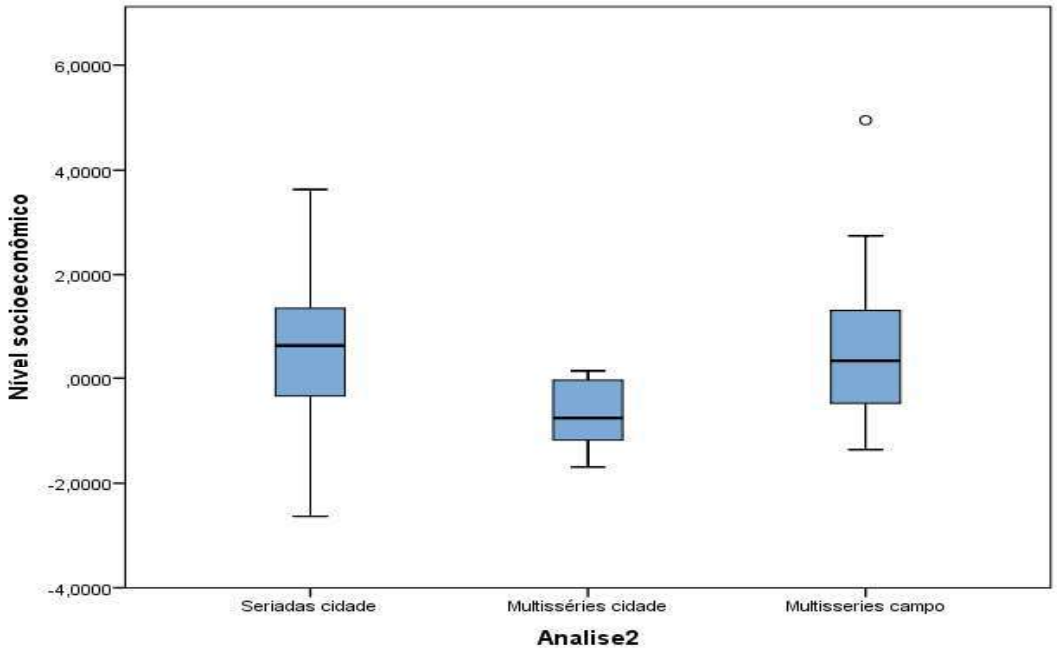
Gráfico 5 Nível socioeconômico (NSE) de acordo com o tipo de turma (Pré-escolar)



Fonte: Elaboração da autora

O Boxplot a seguir, nos permite visualizar melhor a distribuição do indicador do NSE nos grupos analisados em relação aos demais.

Gráfico 6 Boxplot NSE pré-escola: tipo de turma



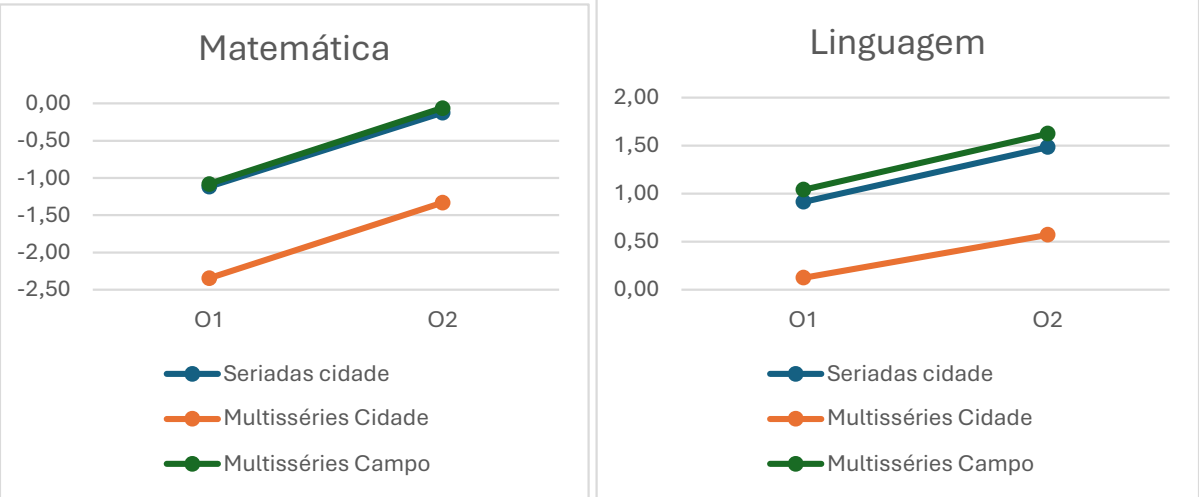
Fonte: Elaboração da autora

Observando os boxplot, percebemos que o grupo de crianças das turmas seriadas

urbanas apresenta grande dipsersão no indicador de NSE. Este grupo compreende crianças com NSE bem baixo, assim como crianças com o NSE mais alto comparado aos outros grupos. Contudo, a mediana deste grupo é bem próxima a do grupo de crianças das turmas multisseriadas do campo. Nos grupos das turmas multisseriadas da cidade e do campo, o indicador do NSE apresenta uma amplitude menor do nível mais baixo para o maior nível. No grupo de crianças das turmas multisseriadas do campo, temos um outlier que apresenta um indicador de NSE bem mais alto que as demais crianças do grupo. Neste tipo de gráfico, é visível como o indicador do NSE do grupo de crianças das turmas multisseriadas da cidade são as mais vulneráveis economicamente e é o grupo mais homogêneo.

Os gráficos 7, apresentam dados descritivos com as médias do desenvolvimento das crianças em linguagem e matemática nas O1 e O2, em cada etapa escolar. Vamos comparar o desenvolvimento das crianças de acordo com o tipo de turma que frequentam e localização da escola.

Gráfico 7 - Desenvolvimento em matemática e linguagem na pré-escola de acordo com tipo de turma



Fonte: Elaboração da autora

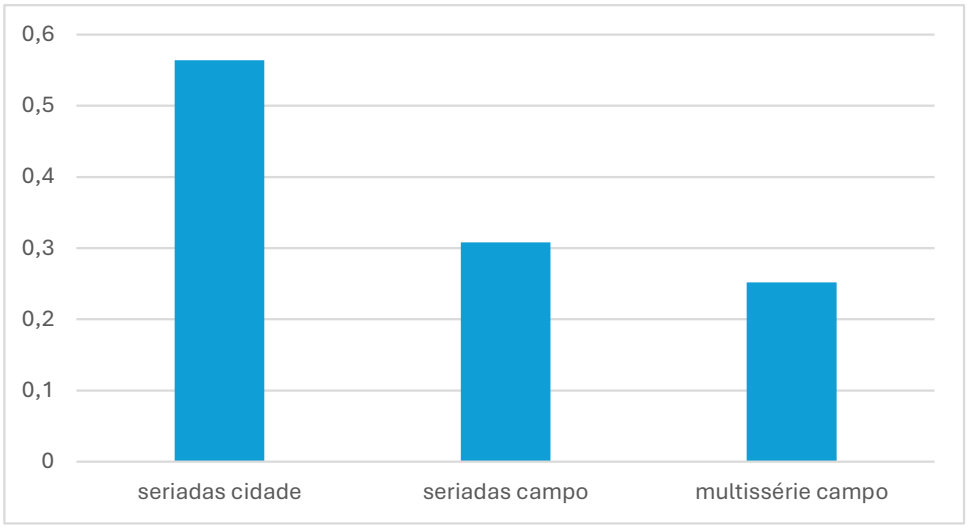
Os gráficos indicam que os pontos de partida mais baixo do desenvolvimento cognitivo das crianças em linguagem e matemática no início do ano são do grupo de crianças que residem nas periferias da cidade que possuem o NSE mais baixo e são atendidas em salas multisseriadas. O Ponto de partida do grupo de crianças nas turmas seriadas urbanas é ligeiramente mais baixo nas duas áreas de conhecimento testadas, se comparados com a média das crianças em turmas multisseriadas no campo. No entanto, as retas nos dois gráficos, de linguagem e de matemática, parecem ser parelelas, o que indica as crianças dos três grupos estão aprendendo em um ritmo

similar.

Em seguida, observamos os grupos de crianças matriculadas no 1º ano do ensino fundamental.

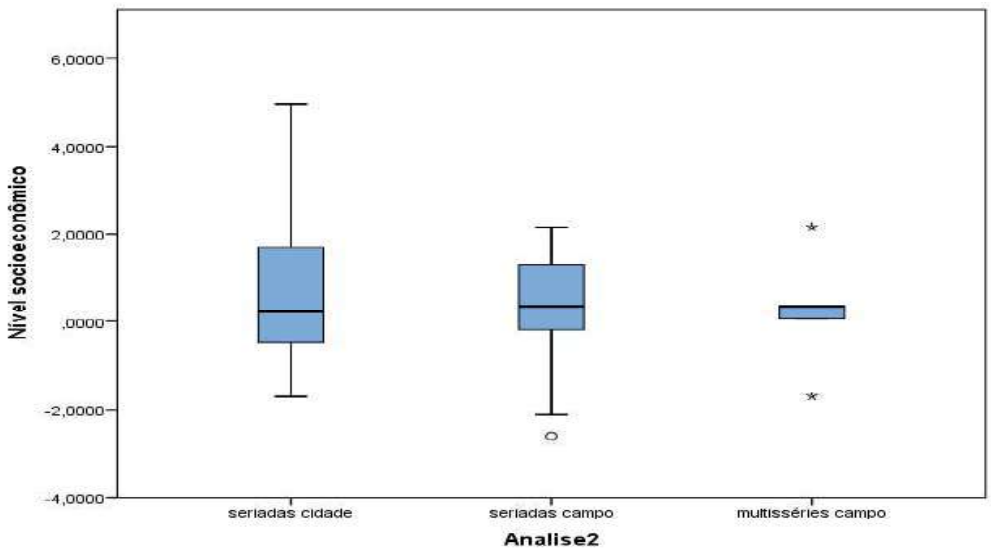
No 1º ano, a média do indicador do NSE mais alto é do grupo das crianças que estudam na cidade em turmas seriadas. A média do NSE do grupo de crianças que estudam no campo em turmas multisseriadas– é um pouco mais baixo do que as turmas seriadas do campo. No entanto, estas distâncias não são tão grandes.

Gráfico 8 NSE 1 ano de acordo com o tipo de turma



Fonte: Elaboração da autora

Gráfico 9 Boxplot nível socioeconômico do 1º ano: tipo de turma

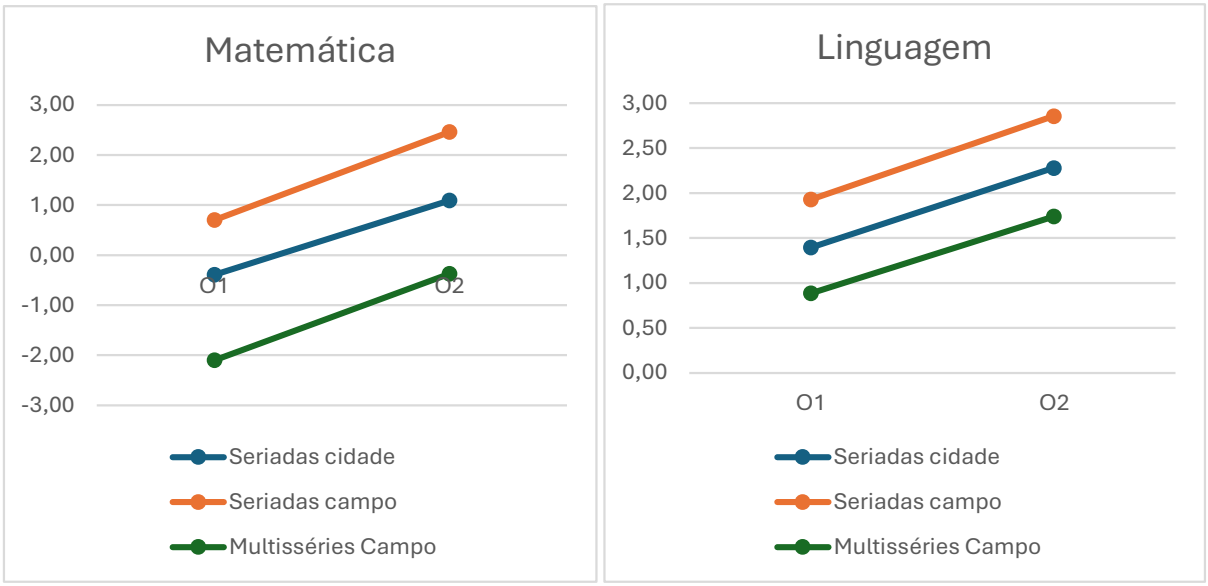


Fonte: Elaboração da autora

O boxplot, nos permite visualizar melhor a distribuição do NSE nos diferentes grupos de acordo com os tipos de turmas. Apesar do gráfico de média do NSE apresentar medidas parecidas para o grupo de crianças atendidas em turmas rurais multisseriadas e rurais seriadas, no boxplot percebemos que o grupo de crianças das turmas rurais multisseriadas são as que possuem menor variação do NSE sendo que possuem outlier com o NSE bem mais alto e bem mais baixo que as demais crianças do grupo. O NSE do grupo de crianças rurais atendidas em turmas seriadas no campo apresenta uma variação neste primeiro grupo, mas menor do que o das crianças da cidade matriculadas em turmas seriadas.

Os gráficos 10, ilustram o desenvolvimento cognitivo em matemática e linguagem das turmas do 1 ano.

Gráfico 10 Desenvolvimento em matemática e linguagem no 1 ano de acordo com tipo de turma



Fonte: Elaboração da autora

Analisando o grupo de crianças no 1 ano já percebemos diferenças relativas à etapa do pré-escolar. O grupo de crianças com o ponto de partida mais baixo é das turmas do campo multisseriadas, que é o grupo que também apresenta menor nível socioeconômico. As crianças da cidade atendidas em turmas seriadas, apresentam a segunda pior média no desenvolvimento cognitivo em matemática e em linguagem. O grupo de crianças do campo atendidas em turmas seriadas do campo apresentaram o maior ponto de partida e maior ponto de chegada no desenvolvimento em matemática e linguagem no final do ano letivo de dois mil e vinte e dois. No que diz respeito a aprendizagem, notamos uma reta levemente mais incluinada para o grupo

de crianças de turmas seriadas no campo, sugerindo uma aprendizagem em ritmo mais acelerado.

As tabelas de regressão linear nos ajudam a melhor entender as tendências apresentadas nos gráficos. Utilizamos modelos de regressão linear para estimar o desenvolvimento das crianças em linguagem e matemática no primeiro ano escolar presencial após o isolamento do Covid-19 (medidas da Onda 2). Utilizamos variáveis de controle que foram progressivamente inseridas em três modelos: (i) no primeiro modelo inserimos a variável ao tipo de turmas para compararmos a organização multisseriada e seriada (ii) no segundo modelo acrescentamos o variável sexo e NSE; (iii) no terceiro modelo acrescentamos a variável de controle sobre o desenvolvimento das crianças no início do ano letivo (Onda 1) ora de linguagem, ora de matemática. A tabela 11 apresenta os coeficientes das regressões e seus respectivos erros padrão.

Tabela 11 - Modelos de regressão linear estimando linguagem e matemática na entrada do 2º período da educação infantil (pré-escola) e tipo de turma (multisseriada / seriada)

Variáveis explicativas	Linguagem 1	Linguagem 2	Linguagem 3	Matemática 1	Matemática 2	Matemática 3
	Modelo 1	modelo 2	modelo 3	modelo 1	modelo 2	modelo 3
Constante	1,481***	1,567***	0,802***	-0,124	-0,016	0,875***
	0,116	0,129	0,101	0,207	0,249	0,151
Multisséries Campo	0,140	0,162	0,045	0,063	0,093	0,038
	0,196	0,172	0,104	0,351	0,331	0,181
Multisséries cidade	-0,910***	-0,830***	-0,401*	-1,205**	-1,049*	-0,131
	0,248	0,242	0,149	0,445	0,465	0,263
Menino		-0,401**	-0,037		-0,550+	-0,100
		0,153	0,097		0,294	0,164
NSE		0,215***	0,019		0,314**	0,060
		0,056	0,038		0,109	0,062
Linguagem O1			0,754***			
			0,064			
Matemática O1						0,881***
						0,065
R2	0,169	0,382	0,782	0,092	0,230	0,773
N crianças	84	82	82	84	82	82

Nota: Nível de significância: *** p<0,001; ** p<0,01; *p<0,05; +p<0,1. Variável dependente O2. Os modelos apresentam na primeira linha os coeficientes e na segunda linha, entre parênteses, o erro padrão.

Para o tipo de turma a categoria de referência é a turma seriada na cidade.

Fonte: Elaboração da autora

Em todos os modelos testados na regressão, assim como as tendências observadas nas análises descritivas, as crianças atendidas em turmas multisseriadas no campo apresentam um desenvolvimento positivo em relação às turmas seriadas da cidade. No entanto, os coeficientes obtidos não apresentam significância estatística.

As crianças nas turmas multisseriadas urbanas, cujo indicador de NSE é o mais baixo comparado aos demais grupos, apresentam um desenvolvimento negativo comparado às turmas seriadas da cidade em todos os modelos testados. Em linguagem, o coeficiente referente a turmas multisseriadas na cidade é estatisticamente significativo nos três modelos estimados (nos modelos 1 e 2 p<0,0001 e no modelo 3 p<0,1). Em matemática os coeficientes desta variável apenas são estatisticamente significativos nos modelos 1 e 2 e perde significância estatístico no modelo 3. Assim, a regressão no modelo 3 para matemática sugere que ao

considerar o que as crianças já sabem no início do ano (Onda 1) a aprendizagem durante o ano não parece ser diferente entre os três grupos. Uma possível explicação para a diferença de aprendizagem encontrada no modelo de linguagem e não de matemática é a ênfase desta etapa em atividades que contribuem para o desenvolvimento das crianças em linguagem.

Além disso, neste segundo bloco de análises (modelo 3), novamente o coeficiente da variável da onda 1 é alto, tem uma relação forte com o desenvolvimento da criança nas duas áreas de conhecimento testadas: linguagem (0,742) e matemática (0,881). Neste modelo o coeficiente das outras variáveis testadas também diminuem. Em linguagem o coeficiente para sexo cai para -0,03 e do NSE cai para 0,019. Em matemática o coeficiente do sexo cai para -0,109 e do NSE para 0,055. Esta tendência indica que as diferenças entre meninos e meninas e de crianças de diferentes NSE está mais associada às diferenças pré-existentes no início do ano do que a ritmos distintos de aprendizagem ao longo do ano letivo. Além disso, as diferenças iniciais ainda estão presentes no final do ano letivo. Observamos também um aumento do R quadrado para 0,77 em linguagem e 0,76 em matemática, indicando que o modelo 3 é o melhor capaz para explicar a variância no desenvolvimento cognitivo das crianças no final do ano letivo.

Percebemos que as crianças que frequentam turmas multisseriadas rurais apresentam um desenvolvimento cognitivo positivo em relação as crianças que frequentam turmas seriadas urbanas, mesmo que os coeficientes obtidos não sejam estatisticamente significativos. Já as crianças em turmas multisseriadas urbanas apresentam um desenvolvimento cognitivo negativo, ou seja, uma aprendizagem inferior àquelas matriculadas em escolas seriadas urbanas e multisseriadas do campo. Lembrando também que os grupos analisados de crianças nas multisséries no campo e na cidade são compostos por 25 e 12 crianças, respectivamente e, portanto, são grupos pequenos que tornam as estimativas dos coeficientes mais instáveis.

Agora veremos a tabela de regressão linear do grupo de crianças do 1º ano do Ensino fundamental. Para esta etapa escolar vamos ter grupos ainda menores, com apenas 6 crianças atendidas em turmas multisseriadas no campo. Mesmo com estas ressalvas, optamos por apresentar as análises com o ensejo de contribuir para a inserção desta forma de fazer pesquisa neste campo de estudo da multisseriação.

Tabela 12 - Regressão linear estimando linguagem e matemática no 1 ano do Ensino Fundamental de acordo com tipo de turma (multisseriada e seriada)

Variáveis explicativas	Linguagem 1	Linguagem 2	Linguagem 3	Matemática 1	Matemática 2	Matemática 3
	Modelo 1	modelo 2	modelo 3	modelo 1	modelo 2	modelo 3
Constante	2,278***	2,105***	0,939***	1,089***	0,278	1,208***
	0,146	0,195	0,143	0,250	0,312	0,212
Multisséries Campo	-0,540	-0,328	0,088	-1,464+	-1,132	0,130
	0,497	0,512	0,300	0,848	0,820	0,528
Seriadas Campo	0,576*	0,684**	0,072	1,371*	1,55***	0,524*
	0,250	0,240	0,147	0,426	0,384	0,257
Menino		-0,067	-0,128		0,808*	0,194
		0,225	0,131		0,359	0,232
NSE		0,326***	0,032		0,703***	0,212*
		0,079	0,051		0,126	0,090
Linguagem O1			0,985***			
			0,074			
Matemática O1						0,807***
						0,068
R2	0,071	0,217	0,738	0,137	0,368	0,752
N crianças	101	95	95	101	95	95

Nota: Nível de significância: *** p<0,001; ** p<0,01; *p<0,05; +p<0,1
Variável dependente O2
Os modelos apresentam na primeira linha os coeficientes e na segunda linha, entre parênteses, o erro padrão
A categoria de referencia para o tipo de turma á turma seriada na cidade.

Fonte: Elaboração da autora

No primeiro e no segundo modelos da regressão linear já percebemos o efeito deste grupo de apenas 7 crianças que estão sendo atendidas em turmas multisseriadas do campo, que também apresentam o NSE mais baixo. Os coeficientes estimados indicam que este grupo de crianças apresenta um desenvolvimento cognitivo negativo tanto em linguagem quanto em matemática, ou seja, no final do ano letivo, sabem menos que as crianças matriculadas em turmas seriadas na cidade. Quanto as turmas seriadas do campo, o primeiro modelo, tanto em linguagem quanto em matemática o coeficiente é positivo e estatisticamente significativo ($p<0,05$) No segundo modelo percebemos que o NSE também ajuda a compreender o nível de desenvolvimento das crianças no final do ano letivo. Interessante notar que as turmas seriadas do campo apresentam coeficientes positivos ainda maiores e estatisticamente significativos no modelo 2 ($p<0,001$), com a inserção da variável referente ao nível socioeconômico das crianças. Os meninos também apresentam coeficiente positivo (0,084) e estatisticamente significativos ($p<0,05$) no modelo 2, em matemática. Em linguagem o coeficiente dos meninos é negativo,

mas sem significância estatística.

No terceiro modelo, assim como anteriormente, os coeficientes da onda 1 é alto e estatisticamente significativo (p<0,0001) nas duas áreas de conhecimento testadas: linguagem (0,985) e matemática (0,807). Neste modelo o coeficiente das outras variáveis testadas tem sua relação reduzida de forma considerável. Este modelos nos ajudam compreender os efeitos dos diferentes tipos de turma na aprendizagem das crianças no ano letivo. Observamos que nestes modelos, os coeficientes referentes a turmas multisseriadas no campo passam a ser positivos, mesmo que não sejam estatisticamente significativos. Os coeficientes das turmas seriadas no campo são menores mas se mantém positivos. Para o modelo que estima matemática o coeficiente se mantém estatisticamente significativo, indicando uma maior aprendizagem das crianças destas turmas, se comparacas com as crianças em turmas seriadas na cidade.

Em linguagem o coeficiente para sexo cai para -0,128 e do NSE cai para 0,032 e em matemática o do sexo cai para 0,194 e do NSE para 0,212. Isto indica que as diferenças de meninos e meninas e do NSE está associada não só a aprendizagem ao longo do ano mas, principalmente, a diferenças pré-existentes no início do ano. Também há o aumento do R square para 0,738 em linguagem e 0,753 em matemática, indicando que é o melhor modelo para explicar a variância no desenvolvimento cognitivo das crianças no final do ano letivo.

Quadro 12: Tamanho do Efeito: Multisseriadas Campo x Seriadas da Cidade

	Linguaguem			**Matemática**		
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
Pré-escola	0,39+	0,36+	0,12	0,22	0,19	0,04
Diferença medida em meses	5 meses	5 meses	2 meses	3 meses	3 meses	1 mês
1o ano	-0,45	-0,27	0,07	-0,69+	-0,53	0,06
	- 6 meses	- 4 meses	1 mês	- 8 meses	- 7 meses	1 mês

Fonte: Elaboração da autora

O primeiro fato que chama a atenção é que no pré-escolar todos os coeficientes são positivos. Ou seja, as crianças em turmas multisseriadas do campo sabem mais ao final do ano letivo e parecem estar aprendendo mais rápido que as crianças nas turmas seriadas da cidade, em especial em linguagem. Estando as diferenças medidas em meses apresentadas no quadro.

No primeiro ano, nós temos coeficientes negativos nos dois primeiros modelos testados, indicando que no final do ano letivo as crianças nas turmas multisseriadas no campo sabem menos que as crianças em turmas seriadas da cidade (de 8 a 4 meses a menos) . Contudo no terceiro modelo, que como vimos anteriormente é o que melhor explica a aprendizagem das

crianças durante o ano letivo. Neste modelo, os coeficientes deixam de ser negativos e sugerem que as crianças na turma multisseriada estão aprendendo em um ritmo equivalente ou ligeiramente mais acelerado (aproximadamente 1 mês) se comparadas com as crianças das turmas seriadas da cidade. É importante lembrar que nesta análise estamos comparando um grupo de 7 crianças em turmas multisseriadas do campo com 64 crianças em turmas seriadas da cidade, ou seja, é uma comparação com muitas limitações.

Quando comparamos o grupo de turmas seriadas no campo e na cidade, encontramos resultados parecidos com os da seção anterior (que comparava escolas no campo e escolas da cidade).

Quadro 13: Tamanho do Efeito: Seriadas Campo x Seriadas da Cidade

	Linguaguem			**Matemática**		
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3
1o ano	0,48*	0,57**	0,06	0,65*	0,73***	0,25*
Diferença medida em meses	6 meses	7 meses	1 mês	8 meses	9 meses	3 meses

Fonte: Elaboração da autora

No primeiro ano, comparamos os grupos de 36 crianças das turmas seriadas do campo com o grupo de 64 crianças das turmas seriadas da cidade. Novamente, observamos coeficientes positivos em todos os modelos em vantagem para o grupo de crianças do campo.

Nos modelos 1 e 2 de linguagem e no modelo 1 de matemática, o tamanho do efeito é considerado alto. No modelo 2 de matemática quando o modelo apresenta controles relacionados ao sexo e ao NSE das crianças, o tamanho do efeito é considerado muito alto. No modelo 3, tanto em linguagem e matemática, quando consideramos o ponto de partida de cada grupo de crianças o tamanho do efeito cai para 1 mês em linguagem e 3 meses para matemática. Ainda assim, as análises indicam que não só o ponto de partida, mas como a aprendizagem das crianças em turmas seriadas no campo parece maiores que as crianças em turmas seriadas da cidade.

Este segundo bloco de análises, também corrobora com as hipóteses dessa pesquisa. As crianças em turmas multisseriadas na educação infantil têm um ponto chegada e um ritmo de aprendizagem mais acelerado que as crianças em turmas seriadas na cidade. As crianças em turmas multisseriadas na cidade são as que apresentam menor aprendizagem. No ensino fundamental, as turmas multisseriadas no campo apresentam um ponto de partida mais baixo, mas o ritmo de aprendizagem é equivalente ou ligeiramente superior ao das crianças em turmas

seriadas da cidade. Assim, as evidências encontradas, mesmo com suas limitações, não apoiam os argumentos para o fechamento de escolas no campo por apresentarem agrupamentos multisseriados.

6.9 3º Bloco de análise – Transporte escolar

No terceiro bloco, vamos comparar os grupos de crianças de acordo com o uso ou não do transporte escolar no desenvolvimento cognitivo em linguagem e matemática de acordo com a etapa escolar. Para esta análise estamos considerando as crianças que passam mais de 40 minutos diários sendo transportadas do seu local de moradia para a escola, sendo transportada para o campo ou para a cidade. É importante indicar que existem crianças do campo atendidas nas escolas do campo que estudam longe de suas casas e comunidades, além das crianças do campo transportadas para a cidade.

Esta demanda surgiu a partir das primeiras análises descritivas com as dúvidas que não conseguíamos responder apenas com os dados quantitativos. A ideia da criação da variável que considera o tempo diário do transporte escolar veio a partir das entrevistas com as famílias de cada escola de crianças que utilizam o transporte para entendermos a dinâmica do que acontecia na rotina da vida escolar de cada uma delas. A partir destas conversas, apresentadas no capítulo 3 desta tese, descobrimos que em duas escolas do campo, as crianças utilizavam o transporte, mas moravam próximas às escolas, não ficando nem 30 minutos por dia nele. Essas crianças aproveitam o transporte que já existe para transportar outras que moram mais distantes e pegam uma "carona", já que o mesmo passa próximo às suas residências.

Segundo a literatura, a política do transporte escolar é fundamental para que estudantes tenham acesso à escola e consigam terminar a educação básica. Queiroz (2025) em sua pesquisa registra a construção dessa política nacional (PNATE), os inúmeros desafios enfrentados na gestão dos recursos, da infraestrutura das estradas, a diversidade dos territórios brasileiros e alinhamento com os processos pedagógicos das escolas. Coloca o transporte como um fator crucial para a promoção da equidade e qualidade da educação. Na tese citada há relatos de gestores que sinalizam a diferença da média dos resultados nas avaliações de alunos que utilizam o transporte para os que não utilizam. Não encontramos outros trabalhos que relacionam a eficácia escolar e o uso do transporte escolar.

Verificamos como em Lima Duarte a associação entre o uso transporte e o desenvolvimento cognitivo em linguagem e matemática das crianças do 2º período do pré-escolar e do 1º ano do ensino fundamental. Também verificamos o indicador do NSE desses

grupos de crianças que utilizam e não utilizam transporte escolar. E mais uma vez nos deparamos com um a limitação de ter um número de crianças inferior aos 20, não sendo um número adequado para a estimação de modelos de regressão linear, como demonstramos na tabela 13.

Tabela 13 - N de crianças de acordo com etapa escolar e uso do transporte

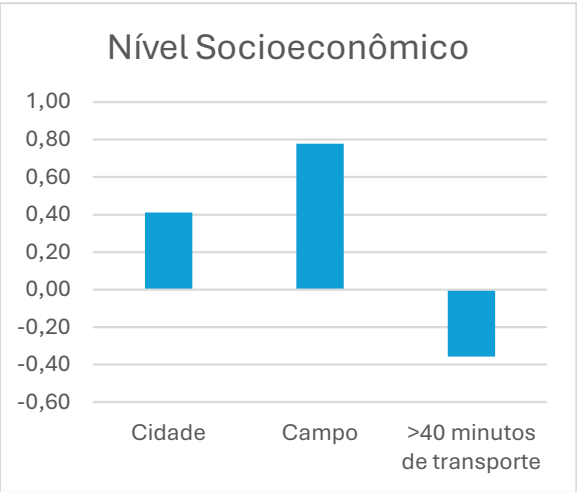
Grupo de Crianças	N da amostra	N crianças avaliadas nas duas ondas	Taxa de resposta
		Pré escola	
Do campo	23	18	78,00%
Da cidade	57	52	91,22%
> 40 min transporte	13	13	100,00%
Total	93	83	89,24%
		1 ano Fundamental	
Do campo	25	22	88,00%
Da cidade	64	62	96,87%
> 40 min transporte	18	17	94,00%
Total	107	101	94,39%

Fonte: Elaboração da autora

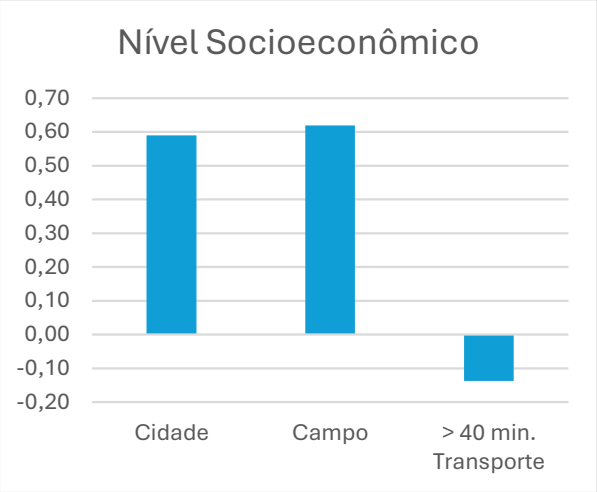
Primeiro analisamos a média do indicador do NSE das crianças que utilizam ou não o transporte por mais de 40 minutos diários. O grupo de crianças submetidos a mais de 40 minutos diários de transporte escolar são os que possuem menor NSE. Percebemos também uma diferença no NSE das crianças do campo que permanecem no campo para o grupo de crianças da cidade na etapa da Educação Infantil. O NSE do grupo da cidade é mais baixo que do grupo do campo. Na etapa escolar do ensino fundamental essa diferença não é tão destoante.

Gráfico 11 - NSE de acordo com o tempo em transporte escolar

Pré-escolar



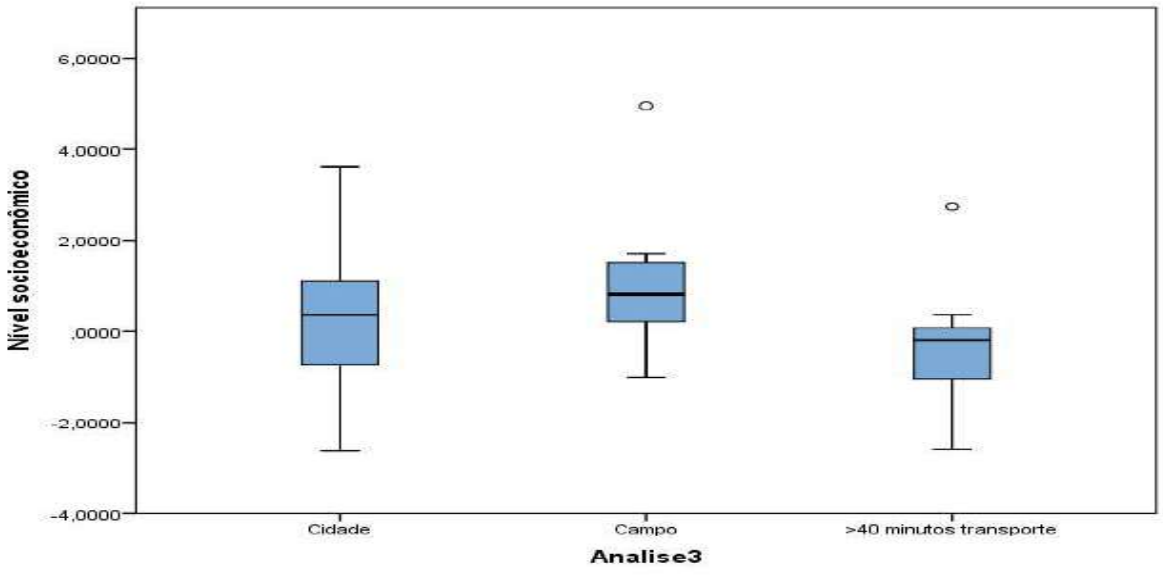
1 ano



Fonte: Elaboração da autora

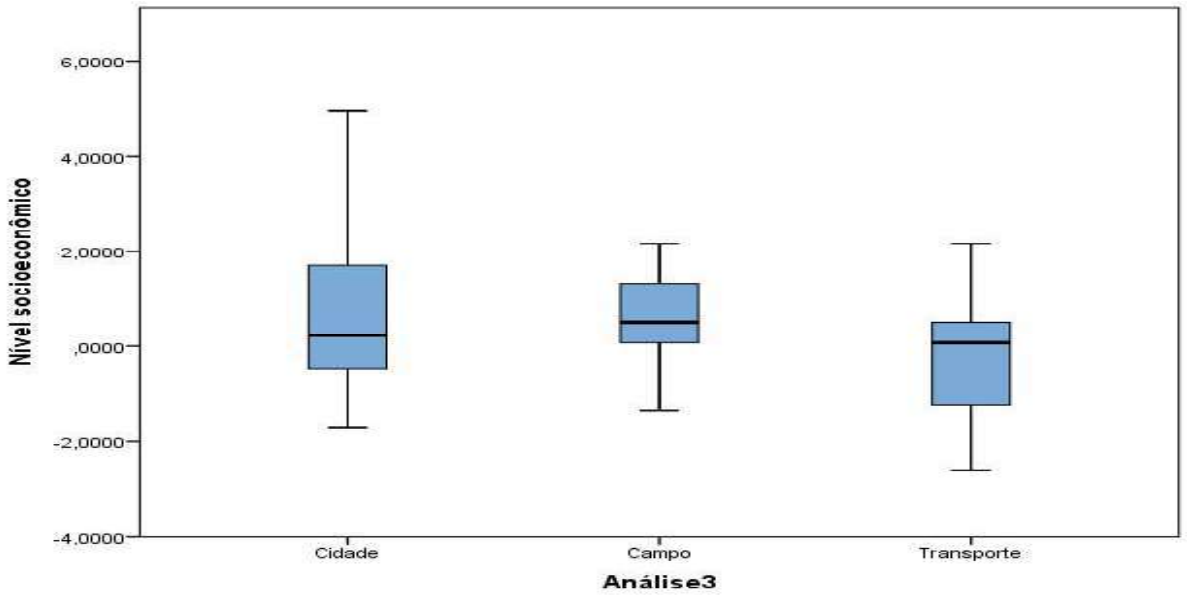
O boxplot, nos permite visualizar melhor a distribuição do NSE nos diferentes grupos de acordo com o uso do transporte escolar: o grupo de crianças da cidade e do campo que não utilizam o transporte ou o utilizam por menos de 40 minutos diários e o grupo de crianças do campo que utilizam mais de 40 minutos diários de transporte seja indo para uma escola do campo ou da cidade. Mais uma vez lembrando que o número de crianças que utilizam o transporte por mais de 40 minutos diários é pequeno, assim temos de ter ressalvas ao interpretar os resultados encontrados.

Gráfico 12 Box plot Nível socioeconômico Pré-escolar: transporte



Fonte: Elaboração da autora

Gráfico 13 Box plot Nível socioeconômico 1º ano: transporte

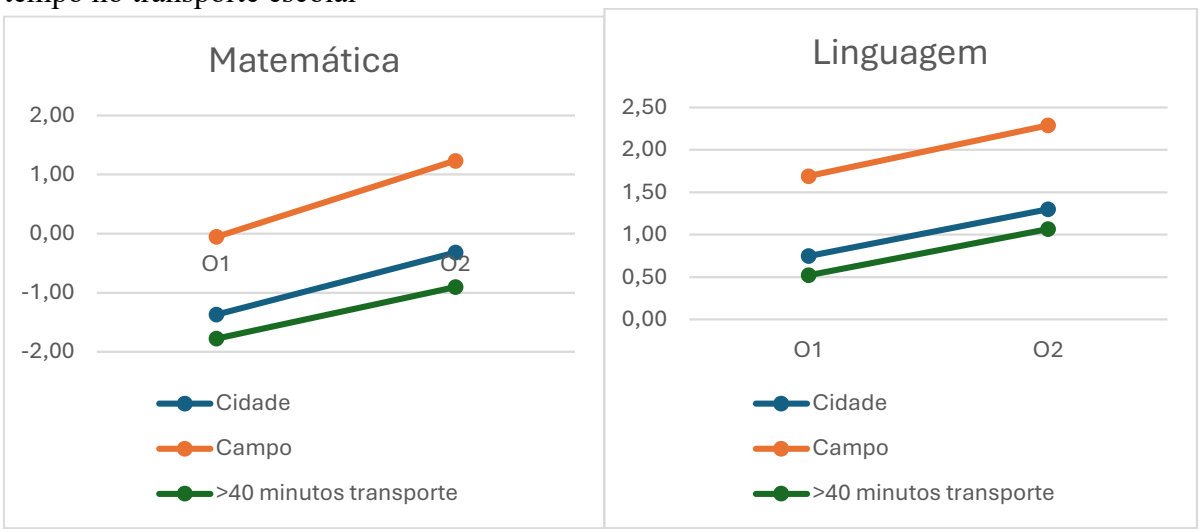


Fonte: Elaboração da autora

O box plot, nos permite visualizar a distribuição deste NSE. É interessante notar que na pré-escola a dispersão do NSE dos grupos que residem no campo (com e sem transporte escolar) é parecido. No entanto, para as crianças do ensino fundamental, a variação do NSE das crianças do campo que pegam trasnporte escolar por mais de 40 minutos diários é maior se comparada com as crianças do campo, que não pegam o transporte escolar.

Os próximos gráficos iremos verificar através de análises descritivas os pontos de partida (Onda 1) e chegada (Onda 2) no desenvolvimento cognitivo de linguagem e matemática, de acordo com as etapas escolares analisadas. Os pontos de partida são menores, no grupo de crianças que utilizam transporte escolar, considerando que o indicador do NSE também é menor neste grupo, padrão constante em todos os gráficos até aqui apresentados.

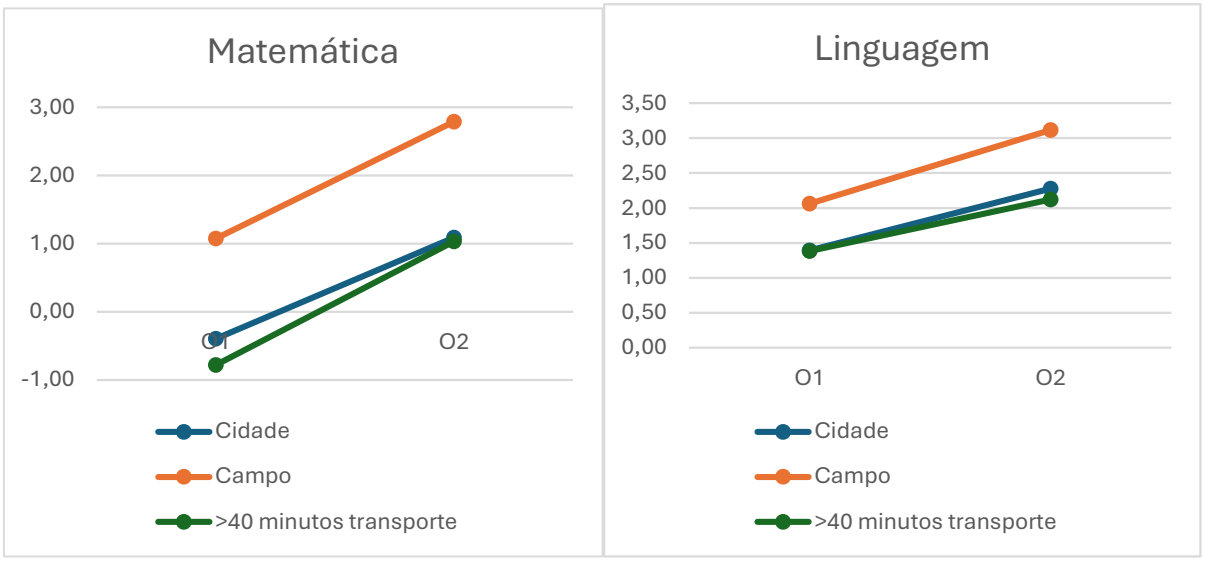
Gráfico 14 - Desenvolvimento em matemática e linguagem pré-escolar de acordo com o tempo no transporte escolar



Fonte: Elaboração da autora

Conforme esperado o desenvolvimento do grupo de 13 crianças que utilizam o transporte escolar por mais de 40 minutos diários é pior quando comparado com o grupo de 80 crianças que não o utilizam, seja elas residentes no campo ou na cidade. Confirmando o que encontramos nas outras análises o grupo de 18 crianças do campo, que não utilizam o transporte e estudam em turmas multisseriadas, é bem superior ao grupo de 52 crianças da cidade que não utilizam o transporte e estudam em turmas seriadas. Para além do ponto de partida e de chegada, o ritmo de aprendizagem em linguagem das crianças que residem no campo e não pegam o trasnporte escolar parece ser ligeiramente mais acelerado se comparado com as crianças do campo que pegam o trasnporte escolar por mais de 40 minutos.

Gráfico 15 Desenvolvimento em matemática e linguagem 1 ano de acordo com o tempo no transporte escolar



Fonte: Elaboração da autora

Nos dois gráficos, as crianças que estudam no campo e não pegam o transporte escolar apresentam ponto de partida e de chegada no desenvolvimento em matemática e linguagem superiores do que as crianças que residem no campo e pegam transporte por mais de 40 minutos. Além disso, o ritmo de aprendizagem das crianças do campo que não pegam o transporte escolar parece ligeiramente mais acelerado em linguagem.

A partir desta análise descritiva, mais uma vez utilizamos modelos de regressão linear para estimar o desenvolvimento das crianças em linguagem e matemática no primeiro ano escolar presencial após o isolamento do Covid-19 (medidas da Onda 2). Utilizamos variáveis de controle que foram progressivamente inseridas em quatro modelos: (i) no primeiro modelo inserimos a variável referente ao tempo de transporte escolar; (ii) no segundo modelo acrescentamos as variáveis sexo e NSE; (iii) no terceiro modelo acrescentamos a variável de controle sobre o desenvolvimento das crianças no início do ano letivo (O1) ora de linguagem, ora de matemática; (iv) no quarto modelos acrescentamos a variável de crianças residentes na cidade e que não utilizam transporte. O quadro 11 apresenta os coeficientes das regressões e seus respectivos intervalos de confiança.

Tabela 14 - Modelos de Regressão linear estimando linguagem e matemática no 2º pré-escolar da educação infantil e tempo no transporte escolar

Variáveis explicativas	Linguagem 1	Linguagem 2	Linguagem 3	Linguagem 4	Matemática 1	Matemática 2	Matemática 3	Matemática 4
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Constante	1,441***	1,498***	0,711***	0,845***	-0,179	-0,099	0,896***	0,870***
	0,101	0,126	0,096	0,148	0,172	0,229	0,140	0,204
>40 minutos transporte	-0,375	-0,091	-0,046	-0,160	-0,726+	-0,343	-0,147	-0,118
	0,257	0,234	0,135	0,165	0,439	0,426	0,226	0,277
Cidade (moradia/estudo)				-0,147				0,037
		-0,398*		0,123				0,205
Menino		0,166	-0,012	-0,029		-0,538+	-0,087	-0,084
		0,270***	0,101	0,101		0,302	0,163	0,165
NSE		0,060	0,029	0,030		0,367***	0,059	0,059
			0,040	0,040		0,110	0,062	0,062
Linguagem O1			0,805***	0,785***				
			0,064	0,066				
Matemática O1							0,889***	0,891***
							0,062	0,064
R2	0,025	0,263	0,758	0,763	0,032	0,180	0,773	0,773
N crianças	84	82	82	82	84	82	82	82

Nota:Nível de significância: *** p<0,001; ** p<0,01; *p<0,05; + p<0,1
Variável dependente O2
Os modelos apresentam na primeira linha os coeficientes e na segunda linha, entre parênteses, o erro padrão
Fonte: Elaboração da autora

A tabela de regressão do pré-escolar da Educação Infantil aponta que tanto em linguagem e matemática os coeficientes são negativos para a variável do grupo de crianças que utilizam transporte escolar por mais de 40 minutos diários nos quatro modelos testados, mesmo não sendo estatisticamente significante. Nos modelos 3 e 4 de linguagem e nos modelos 2, 3 e 4 de matemática, percebemos que os meninos também apresentaram coeficientes negativos em ambas as áreas quando comparado com as meninas. O modelo 3 da regressão deixa novamente explícito que os pontos de partidas das crianças, Onda 1, é o fator que mais tem influenciado o seu desenvolvimento cognitivo na escola sendo estatisticamente significativos. Também percebemos que o R^2 aumenta para 0,758 em linguagem e 0,773 em matemática, demonstrando como a entrada da Onda 1 explica consideravelmente as diferenças encontradas no desenvolvimento cognitivo em ambas as áreas.

Nos modelos 1 para linguagem e matemática, observamos os coeficientes mais negativos para o transporte escolar. Este modelo indica que estas crianças no final do ano sabem menos que as crianças do campo e da cidade que não pegam o transporte escolar. Com a inserção dos controles de nível socioeconômico, estes coneficientes diminuem. O modelo 3 inclui o controle da onda 1 e, portanto, passa a estimar a aprendizagem das crianças durante o

ano letivo. Observarmos que os coeficientes ficam ainda menores, mas permanecem negativos.

No modelo 4 inserimos a variável que indica as crianças que moram e estudam na cidade. Ao inserir esta variável, o coeficiente de transporte passa a comparar as crianças que vivem no campo e pegam o transporte por mais de 40 minutos com as demais crianças que vivem no campo. Observamos um aumento do coeficiente do transporte escolar em relação ao modelo 3, o que sugere que estas crianças estariam aprendendo de forma mais acelerada caso tivessem acesso a escolas mais próximas de suas residências.

Mais uma vez saliento, que o número de crianças (13) que utilizam o transporte escolar por mais de 40 minutos é pequeno e isso influencia na análise dos dados, exigindo que se faça mais pesquisas com o mesmo mote e com grupos maiores de crianças na mesma situação analisada.

Apresentamos em seguida, os resultados das regressões lineares das crianças que estão no 1º ano do ensino fundamental.

Tabela 15 - Modelos de Regressão linear estimando linguagem e matemática na entrada do 1º ano do Ensino Fundamental e tempo no transporte escolar

Variáveis explicativas	Linguagem 1	Linguagem 2	Linguagem 3	Linguagem 4	Matemática 1	Matemática 2	Matemática 3	Matemática 4
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Constante	2,495***	2,359***	0,999***	1,196***	1,529***	0,717*	1,357***	1,667***
	0,129	0,192	0,141	0,207	0,230	0,324	0,193	0,280
>40 minutos transporte	-0,375	-0,114	-0,168	-0,324+	-0,496	0,189	0,363	0,030
	0,317	0,322	0,178	0,214	0,562	0,545	0,315	0,382
Cidade (moradia/estudo)				-0,214				-0,445
				0,165				0,293
Menino		-0,079	-0,150	-0,156		0,838*	0,184	0,191
		0,236	0,131	0,130		0,399	0,236	0,234
NSE		0,303***	0,018	0,025		0,676***	0,186	0,203*
		0,084	0,050	0,050		0,141	0,089	0,089
Linguagem O1			0,996***	0,969***				
			0,069	0,071				
Matemática O1							0,856***	0,824***
							0,063	0,066
R2	0,014	0,137	0,739	0,744	0,008	0,225	0,744	0,750
N crianças	101	95	95	95	101	95	95	95

Nota: Nível de significância: *** p<0,001; ** p<0,01; *p<0,05; + p<0,1
Variável dependente O2
Os modelos apresentam na primeira linha os coeficientes e na segunda linha, entre parênteses, o erro padrão
Fonte: Elaboração da autora

A tabela de regressão aponta que em linguagem os coeficientes são negativos para a variável do grupo crianças que utilizam transporte escolar diário por mais de 40 minutos diários nos quatro modelos testados. Sendo o modelo 4, o que possui maior R square (0,744) há significância estatística (p<0,1). Em matemática apenas o modelo 1 apresentou coeficiente

negativo (-0,496), que no entanto não é estatisticamente significante. O coeficiente para sexo é negativo nos modelos que estimam o desenvolvimento em linguagem e positivo para os que estimam matemática. Os coeficientes do NSE das crianças é sempre positivo e estatiscamente significativo em três modelos estimados.

Tanto em linguagem quanto em matemática, quando adicionamos a variável referente a Onda 1, as demais variáveis têm o coeficiente diminuído, deixando novamente explícito que os pontos de partidas das crianças é o fator que mais tem influenciado o seu desenvolvimento cognitivo na escola. Também percebemos que o R^2 aumenta para 0,739 em linguagem e 0,744 em matemática, demonstrando como a entrada da Onda 1 explica consideravelmente as diferenças encontradas no desenvolvimento cognitivo em ambas as áreas.

Para linguagem, o modelo 1 apresenta um coeficiente negativo, mostrando que as crianças que tomam o transporte escolar sabem menos que as demais crianças no final do ano letivo. Este coeficiente cai quando inserimos o controle de NSE. Ao inserir a variável da onda 1, o modelo passa a estimar os efeitos do transporte na aprendizagem das crianças. O coeficiente continua negativo, mas não é estatisticamente significativo. No modelo 4 inserimos a variável que indica se a criança vive e estuda na cidade. Ao inserir este controle, a variável de transporte passa a comparar as crianças que vivem no campo e pegam o transporte escolar por mais de 40 minutos com a aquelas que vivem no campo e não pegam o transporte escolar. O coeficiente volta a ficar mais negativo e estatisticamente significativo ($p<0,10$). Este resultado, novamente, sugere que as crianças que pegam o transporte poderiam se beneficiar caso estudassem mais próximas de suas casas.

Em matemática, o coeficiente do trasnporte no modelo 1 é negativo e com o controle de nível socioeconomico (modelo 2) e da onda 1 (modelo 3) passa a ser positivo. No entanto, no modelo 4 o coeficiente do transporte é positivo mas muito baixo (0,0030), indicando que o ritmo de aprendizado das crianças do campo que pegam ou não o transporte é muito semelhante.

Quadro 14: Tamanho do Efeito: Transporte escolar X Sem transporte escolar

	Linguaguem				Matemática			
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Pré-Escolar	-0,44	-0,10	-0,05	-0,19	-0,49	-0,23	-0,10	-0,08
Diferença medida em meses	- 5 meses	- 2 meses	-1 mês	- 3 meses	- 6 meses	-3 meses	- 2 meses	- 1 mês
1o ano	-0,31	-0,09	-0,14	-0,27	-0,23	0,09	0,17	0,10
Diferença medida em meses	- 4 meses	- 1 mês	- 2 meses	- 4 meses	- 3 meses	1 mês	2 meses	2 meses

Fonte: Elaboração da autora

O quadro apresenta o tamanho do efeito do transporte no desenvolvimento das crianças estimados a partir dos modelos de regressão. Os resultados indicam que no pré-escolar em ambas as áreas estar no transporte por mais de 40 minutos diários parece prejudicial para a aprendizagem das crianças. Chamamos atenção, em especial para os resultados dos modelos 4: o ritmo de aprendizagem em linguagem das crianças que pegam o trasnporte é 3 meses a menos do que as crianças do campo que não pegam trasnporte. No primeiro ano, na área de linguagem, os coeficientes também indicam um ritmo de aprendizagem mais lento para as crianças que pegam o transporte, equievalente a 4 meses a menos de aprendizagem, se comparadas com as crianças do campo que não pegam transporte. A diferença para as crianças da pré-escola e para o primeiro ano em matemática é muito pequena: desvantagem de aproximadamente 1 mês de aprendizagem para as crianças da pré-escola e vantagem de aproximadamente 1 mês para as crianças do ensino fundamental.

Vale ressaltar que o número de crianças que utilizam o transporte escolar por mais de 40 minutos é pequeno e isso influencia na análise dos dados, exigindo que se faça mais pesquisas com o mesmo mote e com grupos maiores de crianças na mesma situação analisada. Ainda assim, apresentamos o modelo 4 análises controladas, que incluem sexo e NSE e, principalmente, o ponto de partida das crianças, o que nos traz mais confiança sobre os resultados encontrados.

A partir destas análises do estudo longitudinal apresentado podemos chegar a uma série de conclusões que podem ser úteis aos gestores municipais, aos conselheiros da educação e a ação da câmara municipal no sistema educacional do município.

6.11 Conclusão

Este capítulo partiu das seguintes hipóteses: (i) a multisseriação não acarreta danos ao desenvolvimento cognitivo das crianças no município de Lima Duarte (ii) crianças do campo que precisam tomar transporte escolar para áreas urbanas apresentam menor desenvolvimento que as crianças do campo que permanecem em escolas nas áreas rurais;.

As primeiras análises dos dados coletados, nos modelos com e sem controles, já indicaram que as crianças que frequentavam escolas do campo estavam apresentando um desenvolvimento equivalente ou superior se comparados com as crianças de escolas urbanas. Verificamos que o ponto de partida e chegada das crianças das escolas do campo estava mais alto que das crianças das escolas da cidade. O ritmo da aprendizagem das escolas do campo e da cidade são semelhantes, mas em todas as regressões que estimavam a aprendizagem (modelos 3 com controle do desenvolvimento cognitivo no início do ano letivo), os coeficientes para as escolas do campo foram positivos.

Na pré-escola, observamos que haviam turmas multisseriadas tanto no campo quanto na cidade. As turmas multisseriadas na cidade concentravam o grupo de alunos com menor Nível Socioeconomico e que apresentavam menor nível de desenvolvimento (início e final do ano letivo) e menor ritmo de aprendizagem. No entanto, as turmas multisseriadas no campo, pelo contrário, apresentavam maior nível de desenvolvimento e ritmo mais acelerado de aprendizagem se comparadas com as crianças na cidade.

Já para o primeiro ano, observamos tanto turmas seriadas como multisseriadas no campo. As crianças em turmas multisseriadas no campo eram as que tinham o menor nível socioeconômico e também o menor nível de desenvolvimento no início e no final do ano. No entanto, o ritmo de aprendizagem destas crianças era equivalente ou superior ao ritmo das crianças que estudavam nas cidades. Este resultado sugere que transferir estas crianças para a cidade provavelmente não seria acompanhado por melhores resultados. Além disso, as crianças de multisserie do campo do 1º ano era o menor grupo de crianças analisado e, por tanto, os resultados precisam ser tratados com cautela.

No terceiro bloco, nos mostra que as crianças com nível socioeconômico mais baixo são as que estão submetidas a maior tempo de transporte escolar. Estes resultados são coerentes com as entrevistas e as observações durante a aplicação do Pips, que indicaram que as famílias tinham condições para mudar para a cidade, o fizeram, quando a comunidade teve sua escola fechada. Além de apresentarem um nível de desenvolvimento mais baixo (no início e no final do ano) este grupo de crianças também apresentam um ritmo de aprendizagem mais lento em

linguagem e matemática na pré-escola e para linguagem no primeiro ano, o que sugere um efeito negativo do transporte escolar. Ou seja, as crianças do campo que estudam mais próximas de suas casas parecem ter maiores oportunidades de aprendizagem.

Enfim, é importante ressaltar que mesmo com as limitações referente ao tamanho da amostra do estudo, todas as crianças de 5 e 6 anos matriculadas na rede municipal de Lima Duarte em 2022 foram incluídas na amostra. Nenhuma das análises realizadas apóiam os argumentos de as escolas do campo ou multisseriadas são prejudiciais para a aprendizagem das crianças e que transportar as crianças para escolas maiores, sejam elas localizadas no campo ou na cidade, é benéfico para o aprendizado das crianças pequenas, no início de suas trajetórias escolares.

Desta forma, todas as análises contradizem as falas dos vereadores e gestores que defendem o fechamento das escolas com o argumento de que vir para a cidade fará bem para o desenvolvimento das crianças porque estarão em uma escola melhor estruturada e aumentará o seu ciclo de socialização e de aprendizagem. Tendo uma postura urbanocêntrica que coloca a cidade como o lugar para onde todos deveriam ir, ou o melhor lugar para todos desrespeitando e desvalorizando o modo de vida camponês que nossas evidências contradizem que não é isto que ocorre em nossas escolas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou mapear o fechamento das escolas do campo no Brasil com foco nas classes multisseriadas, compreender como este processo ocorreu em um município brasileiro (Lima Duarte) e buscou investigar os efeitos das turmas multisseriadas na aprendizagem de crianças no início de suas trajetórias escolares. Para alcançar estes objetivos realizamos: (i) uma linha histórica com o número de escolas urbanas, rurais e rurais com turmas multisseriadas a partir de dados do INEP; (ii) uma revisão sistemática de estudos que buscaram estimar o efeito de classes multisseriadas no dempenho acadêmico e desenvolvimento socioemocional de alunos no início da trajetóeria escolar; (iii) uma pesquisa local, fazendo o levantamento histórico do fechamento de escolas em um pequeno município mineiro e brasileiro com entrevistas e pesquisa documental; (iv) um estudo longitudinal que buscou mensurar o desenvolvimento cognitivo infantil na entrada da escola básica, 2º pré-escolar da Educação Infantil e 1º ano do Ensino Fundamental, nas áreas de linguagem e matemática buscando compreender as associações das escolas e turmas multisseriadas do campo e do transporte escolar no desenvolvimento/aprendizagem das crianças em linguagem e matemática no ano letivo de dois mil e vinte e dois.

Observamos ao longo da tese, a invisibilização da organização multisseriada, a falta de avaliação dessas turmas, a falta de estudos longitudinais que mensurem a eficácia escolar nesta organização, que acabam por reforçar a tendência observada no capítulo 1: apesar das legislações e normativas para as escolas do campo nos deparamos com o progressivo fechamento dessas. E o discurso que acompanha esta ação, mesmo sem nenhuma evidência científica, é o "mal" que as classes multisseriadas causam no desenvolvimento cognitivo das crianças. Esta tese registra a pesquisa sobre essa organização de turmas, seria a multissérie tão ruim assim para o desenvolvimento das crianças?

Apesar de todo o avanço legislativo da Educação do Campo, lutando para aprovar práticas pedagógicas dialógicas com seus tempos, territórios e territorialidades que beneficiem a manutenção das escolas do campo, no campo e para o campo. Na busca de construir uma Educação junto aos seus sujeitos de direito se diferenciando do que havia sido proposto até mil novecentos e noventa e oito, a Educação Rural. (CALDART, 2008) Apesar da luta diária em todos os cantões camponeses do Brasil, as escolas seguem sendo fechadas como vimos no início desta tese e presenciamos no município de Lima Duarte e como esse enredo se fez neste local.

Acompanha nas entrelinhas do fechamento de escolas do campo, uma outra proposta

para esses territórios onde não se cabem pessoas que cultivem seu respeito e completude com a terra. As políticas do agronegócio não é condizente com o proposto pela Educação do Campo (SANTOS, 2024; RIBEIRO, 2021). Por conseguinte, é necessário ter um discurso para que disperse a população camponesa do seu território e julgar, sem evidências científicas, um tipo de organização de turmas, neste caso, a multisseriação.

As evidências com as análises das atas e das entrevistas trouxeram um insight de que neste campo de discussão política sobre a educação, não estava em pauta uma preocupação legítima com as crianças e famílias atingidas pela decisão do fechamento de uma escola, mas outras nuances de interesses políticos que eclodiram no discurso que a multisseriação é um mal nos campos brasileiros que precisa se extinguir, ou que existe como um mal necessário. Já a estratégia empírica que trouxe análises dos dados longitudinais sobre o desenvolvimento das crianças, apesar das limitações referentes ao número de crianças em cada grupo, indicam que existem fatores que interferem e prejudicam o desenvolvimento das crianças. Mas não é o tipo de organização de turmas que está beneficiando ou prejudicando o processo de aprendizagem, e sim o longo período que parte das crianças que residem no campo passam no transporte. Foi interessante observar que são justamente as mais vulneráveis que são submetidas a esta situação.

A política de Transporte Escolar que originalmente foi constituída para assegurar o direito a educação de todos passou a ser utilizada como uma ferramenta que viabilizou o fechamento de escolas. O fato das turmas multisseriadas estarem fora da avaliação externa do SAEB as invisibiliza para as pesquisas e também não as tornam interessantes para os gestores municipais, pois não garantem melhores recursos junto ao Novo FUNDEB, via bons resultados no IDEB. Estas são situações identificadas dentro da própria política educacional que vem de forma indireta incentivado a nucleação das escolas do campo.

Para uma pesquisa como essa foi necessário buscar recursos para construirmos os dados primários para a coleta de dados, o que dificulta a sua reaplicação em outros territórios para sanar os limites de validades apresentados neste trabalho. A exclusão das avaliações do SAEB está invisibilizando 900 mil estudantes que estudam em classes multisseriadas, 213.170 no Ensino Fundamental inicial e 696.393 no Ensino Fundamental final. Outro problema, é a falta de clareza desses dados apresentados pelo censo escolar, sobre qual tipo de modalidade de ensino está se falando quando divulgam turmas multisseriadas? São crianças na multissérie no ensino fundamental como consideramos na Educação do Campo, é Educação de Jovens e Adultos ou são programas de aceleração de aprendizagem? Há muita inconsistência e lacunas na forma como os dados são divulgados pelo INEP e isto é mais um problema para os

pesquisadores que se debruçam sobre a temática da multisseriação na Educação do Campo.

Mesmo com todos os desafios apresentados sobre os dados de crianças em turmas multisseriadas, a falta do IDEB e outras pesquisas nesse formato qualitativo e quantitativo no cenário nacional e poucos achados no cenário internacional, nós, do LAPOPE, nos propusemos a levantar os dados primários, com o instrumento padrão de avaliação (PIPs) e conseguimos abranger crianças de 5 e 6 anos, no município mineiro de pequeno porte, Lima Duarte. Sabemos das limitações por serem poucas turmas e poucas crianças em cada grupo de análise. Contudo, esta pesquisa não pretende se esgotar por aqui, mas sim inspirar outras que venham a acontecer e que busquemos cada vez mais dados mais que nos ajudem compreender as diversidades educacionais brasileira. Só quando tivermos coragem de olhar e não apenas ver nosso histórico educacional, conseguiremos pensar e planejar políticas públicas a partir de evidências as inúmeras "educações" que precisamos abraçar nesse Brasil continental.

Para continuar a exploração do tema, foi escolhida a estratégia de realizar uma revisão sistemática apresentada no capítulo 2. Esta foi considerada a melhor forma de se fazer a revisão bibliográfica para a tese, pois a partir do meu histórico docente em escola do campo e minha militância contra o fechamento das escolas na região também havia a tendência do apego ao objeto de pesquisa. Consequentemente, era preciso uma estratégia para mitigar os possíveis vieses que podiam acompanhar minha trajetória e ter a coragem de buscar pesquisas sobre o tema que pudessem fortalecer ou falsear a hipótese motivadora da pesquisa. A questão a ser respondida pela revisão sistemática foi ampla: "Qual o efeito das turmas multisseriadas/multietárias no desenvolvimento cognitivo / acadêmico de crianças, que vivem comunidades rurais, na Educação Infantil e na educação primária (equivalente aos anos iniciais do Ensino Fundamental no Brasil) no contexto mundial?". A busca permitiu encontrar encontrar tanto artigos com efeitos positivos, como negativos sobre a influência das classes multisseriadas no desenvolvimento infantil. A resposta para a pergunta colocada é que não há consenso sobre a influência das classes multisseriadas no desenvolvimento das crianças, duas pesquisas apontam uma avaliação positiva, duas uma avaliação negativa e duas indicaram que este tipo de agrupamento não tinha efeito. A Revisão Sistemática, também nos mostrou a ausência de estudos longitudinais que objetivam medir o efeito na organização multisseriada no desenvolvimento das crianças também se faz presente no contexto internacional. Faltam estudos com desenhos robustos para a realização de inferências causais com essa temática não só no Brasil, mas também no contexto internacional.

A Revisão sistemática aponta situações a serem consideradas nas pesquisas com turmas multisséries: se há uma formação específica para os professores trabalharem a heterogeneidade do desenvolvimento cognitivo relacionado a própria maturidade etária de cada grupo sobre sua regência, essa

formação pode apontar para resultados positivos no agrupamento multisseriado; é importante considerar o número de crianças na turmas, o gênero social e o nível socioeconômico dessas; os recursos físicos e pedagógicos oferecidos às escolas com classes multisseriadas.

Relacionando a história do fechamento das escolas do município de Lima Duarte percebemos que, no período da municipalização das escolas estimulado pela lei do FUNDEF, muitas escolas foram fechadas. Foi um período de reestruturação da educação nacional; o FUNDEF foi implantado nacionalmente a partir de 1998, ano que também ocorreu a 1ª Conferência Nacional da Educação do Campo. A tabela 1 deixa claro que mil novecentos e noventa e oito a maioria das escolas em atividade eram rurais. Em dois mil e dois, quatro anos após a instituição do FUNDEF, houve intenso fechamento de escolas rurais e o aumento das escolas urbanas. No mesmo período que se construía a modalidade da Educação do Campo junto com os povos camponeses se contrapondo ao que até então era proposto pelo Estado como educação rural.

O que ocorreu no primeiro período do fechamento das escolas no município de Lima Duarte a partir da promulgação do FUNDEF é uma amostra local do que aconteceu nos campos brasileiros, um amplo fechamento de escolas. Nas entrevistas, em Lima Duarte, é dito que havia escolas com dois e cinco alunos e era preciso mesmo serem fechadas. No entanto, na história municipal, foi percebido que a logística do transporte escolar e as condições para que este ocorresse de forma devida, não foi instaurada com a mesma rapidez que o FUNDEF. Os municípios tiveram que assumir a responsabilidade do Ensino Fundamental podendo contar com o apoio do Estado para os custos com o transporte escolar, sendo assim, para muitos a solução foi nuclear as escolas.

> Embora a nucleação tenha ocorrido sob o argumento de elevação da qualidade do ensino com a concentração dos alunos e a separação em turmas seriadas, de acordo com as idades e níveis de escolarização, isso não se verificou. O que aconteceu foi uma redução no investimento na educação dos trabalhadores do campo e a substituição das escolas/classes multisseriadas pelo transporte escolar, de condição precária, trafegando em estradas mal conservadas. Daí conclui-se que esse processo teve como motivador central o financiamento da educação, desconsiderando as questões pedagógicas, sociais e culturais, sobretudo, reafirmando os interesses do capital na gestão da educação pública brasileira, sob a pecha das reformas neoliberais. (JANATA E ANHAIA, 2015, p.691)

Na leitura do histórico da educação do município, nos registros das discussões da Câmara dos Vereadores, das entrevistas com ex-funcionários que acompanharam o processo de fechamento e implementação do transporte e entrevistas com as famílias, observamos que se passaram mais de vinte e cinco anos do fechamento das primeiras escolas rurais e da

implementação do transporte escolar em Lima Duarte. Desde então, as dificuldades parecem permanecer as mesmas: a dificuldade da gestão da política do transporte escolar, a falta de carros para que atenda de forma adequada todas as linhas, problemas na manutenção dos veículos e na conservação da frota, problemas de relacionamentos com motoristas de algumas linhas, manutenção das estradas, infrequência das crianças causadas pelos transtornos do transporte escolar, problemas nos ajustes das rotas e entrada e saída da escola. Essas dificuldades na gestão do transporte escolar também são encontradas em outros municípios brasileiros (QUEIROZ, 2025).

Outro fator que chama a atenção na construção do histórico do fechamento das escolas do município de Lima Duarte, que aparecem nos discursos proferidos nas entrevistas realizadas com os funcionários da época e na leitura das atas das reuniões da Câmara, é que nessa decisão de fechamento de escolas também pesa o olhar da gestão municipal sobre o campo. Foi muito presente a ideia de que a socialização das crianças na cidade seria algo positivo para elas, trazendo uma ideia do progresso com a vinda para a cidade, colocando esta como o lugar que todos devem ir e o campo como lugar de atraso (KREMER, 2007).

É impressionante, que apesar de todos os relatos presentes na Câmara municipal de Lima Duarte praticamente em todos os meses e anos consultados há problemas relacionados ao transporte escolar das crianças dos territórios camponeses para a cidade e mesmo assim um único gestor continuou a optar por fechar escolas na segunda fase de fechamento do histórico apresentado, indo contra a vontade das comunidades onde essas escolas estavam sediadas, não dando ouvidos às discussões presentes nas audiências públicas promovidas pelo poder legislativo onde estavam presentes profissionais da rede municipal de educação, representantes das comunidades e especialistas convidados da educação. Impondo de forma autoritária sua visão política para o campo municipal, sem nenhuma evidência se apoiando em um discurso onde as classes multisseriadas eram julgadas como as responsáveis em prejudicar o desenvolvimento das crianças a elas submetidas.

Nos parece que há um conflito de interesses onde há a política de Educação do Campo que valoriza um trabalho diferenciado nas Escolas do Campo e uma gestão que utiliza da política do Transporte Escolar para fechar as escolas dos territórios camponeses. Essa ação nos leva a pensar sobre a diferença do gerenciamento sobre as verbas da pasta da Educação. O transporte escolar, sem dúvida é um serviço caro de se manter, pois exige conservação das estradas, compras constantes de veículos e manutenção destes. E também é um serviço difícil de ser fiscalizado tanto na sua atuação diária quanto nos gastos de manutenção. Diferente das verbas aplicadas na manutenção de uma escola, da merenda e pagamento de funcionários.

Na apresentação do Sistema Municipal de Educação foi possível perceber, que em Lima Duarte, os recursos pedagógicos oferecidos para uma escola da cidade é o mesmo para uma escola do campo. Há

diferenças na estrutura física das escolas, mas não dos profissionais que ali trabalham. Mais uma vez quando vemos os números de escolas fechadas em um universo micro de um município percebemos que os dados divulgados pelo INEP e IBGE são confusos e que podem ser ainda maior o número de escolas fechadas apresentadas no primeiro capítulo da tese. Para conseguir identificar as escolas fechadas em Lima Duarte precisei recorrer aos sites do QEDU, IBGE, INEP e aos relatos de moradores.

Na apresentação dos territórios rurais do município de Lima Duarte percebemos o quão diferentes são um dos outros nos seus aspectos econômicos. Não fizemos análises separando as escolas por territórios pois nossa intenção não é identificar de qual escola e de quais crianças estamos falando. Propomos blocos de análises e metodologias que ao comparar os grupos de crianças controlaríamos também pelo NSE que é uma importante variável que influencia no desenvolvimento em todas as etapas da educação. (ALVES & SOARES, 2007)

Os territórios possuem em comum o trânsito de crianças em carros escolares, saindo muito cedo de casa e enfrentando ora estradas empoeiradas, ora risco de atolarem, sem vigilância de um profissional para assegurar que fiquem de cinto de segurança, mantê-las sentadas durante toda a viagem e zelar pela boa convivência e comportamento adequado dentro do transporte, já que crianças de 4 a 18 anos são transportadas em um mesmo veículo. Crianças que enfrentam sono, fome, frio ou calor extremo e exaustão para poderem estudar, fatores que levam a uma maior infrequência escolar. Seria essa situação realmente assegurar o direito à educação de uma criança desde a educação infantil?

Outro fator de congruência dos territórios rurais de Lima Duarte, é terem suas comunidades esvaziadas quando perdem sua escola do campo. Essas famílias acabam sendo obrigadas a mudarem seu modo de vida para atenuar o sofrimento da criança dentro do transporte escolar. Só ficando mesmo nas comunidades rurais as famílias que não possuem condições de mudar para a cidade.

Ao conhecer mais profundamente o histórico local de um município sobre o processo de fechamento das escolas do campo, percebemos desde o início a proposição de um projeto para o esvaziamento do campo, nas atas das reuniões lidas, várias pessoas alertaram para o fator dessa expulsão das famílias das suas comunidades. Digo expulsão, pois foram obrigadas a se mudarem por falta da escola e no desejo de oferecer melhores condições para os estudos de suas crianças. Nessas reuniões não há registro do que aconteceria com os territórios camponeses do município. Há menções de que a comunidade morre sem a escola. Na descrição dos territórios do município de Lima Duarte percebemos que o Território rural 1 foi tomado pela monocultura do eucalipto e o turismo não consegue se desenvolver nessa região, sendo assim um território esvaziado de pessoas e de suas territorialidades, é o retrato do agronegócio em nível local. O Território rural 2, com a chegada de dois importantes empresários nacionais, tem um turismo rural consolidado e suas comunidades têm a presença de uma grande população flutuante de turistas e pessoas que se mudam para esses locais empreendendo negócios ligados ao turismo, uns permanecem outros vão

embora, nesse movimento constante. Esta é a área rural com o maior número de crianças. No Território rural 3, se projetou o desenvolvimento do turismo rural com o advento de um novo parque estadual nessa área. Ainda é um território vazio de pessoas com agricultores familiares e alguns empreendimentos voltados para o turismo, é a única área rural do município que não conta com nenhuma escola. O Território rural 4, por ser à beira da BR 267 tem bastante pessoas que moram nas comunidades e são muito ligadas a cidade de grande porte a 40 km de estrada asfaltada para trabalhos, costumam ser comunidades dormitórios, ou seja, as pessoas trabalham durante o dia na cidade e chegam para dormir. Mas também, conta com pequenas propriedades de agricultura familiar. Ou seja, percebemos uma falta de planejamento deixando os territórios a mercê do interesse de terceiros que possam ver neles alguma fonte de empreendimento; quando esse movimento é para o turismo há a conservação ambiental desses ambientes e quando é para o agronegócio há a expulsão das famílias e uma monocultura de paisagens que no município foi de eucalipto ou o território pode vir a ser a periferia de grandes cidades se descaracterizando de sua ruralidade.

Apesar das dificuldades relatadas, há um movimento no município que almeja construir uma Política Municipal de Educação do Campo e acreditamos que essa tese pode vir a fortalecer as ações iniciadas e dar continuidade às conversas na Secretaria Municipal de Educação e na Câmara Municipal de Lima Duarte com evidências aqui trazidas, buscando desconstruir o senso comum sobre os efeitos das turmas multisseriadas e pensar ações possíveis de formação de professores para a heterogeneidade, soluções para o transporte escolar para aliviar o sofrimento das crianças da educação infantil no início da sua trajetória escolar e quem sabe abrir salas de educação infantil nas comunidades.

Concomitante à revisão sistemática e a realização do histórico do fechamento de escolas no município, também realizávamos as coletas de dados primárias a partir de testes cognitivos de linguagem e matemática (PIPS) nas crianças de 5 e 6 anos, matriculadas no 2º pré-escolar da Educação Infantil e do Primeiro ano do Ensino Fundamental no ano de dois mil e vinte e dois, conforme a metodologia apresentada no capítulo 6.

Desde o início, nossas análises contrariam a ideia de que a escola do campo ofereceria um processo de aprendizagem mais lento para seus alunos quando comparadas às escolas da cidade. As análises apresentadas a partir dos resultados dos testes aplicados com as crianças, indicaram que as escolas do campo estavam apresentando um desenvolvimento similar ou superior ao das escolas da cidade. Observamos que o ponto de partida e o de chegada das escolas do campo era mais elevado que das escolas da cidade. O ritmo da aprendizagem de todas as escolas no campo e da cidade, se mostrou semelhante, com pequena vantagem para as escolas do campo.

Quando separamos os grupos de crianças rurais para as diversas realidades encontradas no seu acesso ao direito à educação, o número de cada grupo ficou ainda menor trazendo limitações para as análises estatísticas pretendidas. Todavia, considerando a falta de estudos

como estes e a dificuldade de conseguir financiar pesquisas em larga escola que necessitam de: coleta de dados primários, uma equipe de aplicação dos testes, um instrumento padrão de avaliação e construção do banco de dados, as análises do nosso estudo parece uma importante contribuição para começar a desbravar essas nuances em torno da organização multisseriada e do transporte escolar. E continuamos a nos surpreender com o desenvolvimento das crianças que contavam a possibilidade de continuar a estudar no campo, seja em turmas seriadas ou multisseriadas. O seu desenvolvimento não foi prejudicado quando comparado com o grupo de crianças das escolas da cidade, sendo similar ou superior ao desenvolvimento dessas.

Pela revisão sistemática não observamos um consenso se seriam positivas, negativas ou neutras. O que será que encontraríamos no município pesquisado? As análises sugeriram que as turmas multisseriadas no campo não parecem ter impacto na aprendizagem das crianças.

Por fim, o transporte escolar é uma importante política pública que permite a população camponesa transitar pelos mais vastos territórios camponeses brasileiros, seja na terra ou na água, para poderem usufruir do direito à educação. Percebemos que infelizmente o fato de poder optar em transportar crianças para fora de suas comunidades, mesmo quando isso não é indicado pelas legislações, fez com que muitos gestores aproveitassem dessa brecha para fecharem escolas e mesmo assim justificar que pelo transporte escolar todas as crianças estavam tendo a oportunidade de frequentar escolas. Mais uma vez nos deparamos com o que é considerado a pior situação para o desenvolvimento das crianças, estar em tempo excessivo em transporte escolar, sendo oferecido para as crianças com maior vulnerabilidade socioeconômica. Sendo assim juntam-se estes dois fatores complicadores, nível socioeconômico baixo e tempo excessivo no transporte escolar não nos surpreende que este é o grupo de crianças com pontos de partida e chegada mais baixo na etapa do pré-escolar.

Constatamos que são as crianças com nível socioeconômico mais baixo as que estão submetidas a maior tempo de transporte escolar, isto faz todo o sentido quando nas entrevistas, e, também na aplicação do Pips, foi percebido que as famílias com melhores condições materiais se mudavam para a cidade, quando a comunidade perdia a escola.

Os resultados encontrados nos levam a crer que é necessário gerir o transporte escolar como algo inerente a vida escolar do aluno, para que todos tenham realmente o direito à educação garantido. Pegar mais de um transporte para chegar à escola, o tempo de espera do transporte seja para ir ou voltar da escola, o tempo que irá ficar fora de casa, tudo isto tem que ser considerado de uma forma específica para que as crianças não sejam prejudicadas como percebemos nessa pesquisa. Crianças que saem muito cedo de casa e ficam a esperar mais de trinta minutos o próximo transporte, crianças cujas aulas terminam e elas esperam por uma hora

para poderem retornar para suas casas, crianças que chegam muito antes da aula começar. São situações complexas, mas que é preciso buscar soluções e as classes multisseriadas parecem contribuir para facilitar essas logísticas. Pois o receio dessa organização prejudicar o desenvolvimento cognitivo das crianças não se sustentou nessa pesquisa.

O presente estudo, desde a concepção para esta tese, pretendeu contribuir com a discussão deste campo de pesquisa das classes multisseriadas nas Escolas do Campo, apontando as lacunas existentes dentro do meio acadêmico com a falta de estudos longitudinais nestas classes visando verificar eficácia escolar, efeitos ou impactos deste tipo de organização no desenvolvimento das crianças, denunciar o fechamento de escolas baseadas em falas de senso comum sobre as multisséries e a invisibilização dentro do próprio sistema governamental que prefere esconder essa realidade ao optar por não avaliá-las deixando a mercê dos municípios. Pois, a gestão da maioria das escolas do campo do país está sob responsabilidade de municípios e muitas vezes de pequeno porte como o de Lima Duarte.

As análises, em sua maioria, não apoiam, ou mesmo contradizem, as falas dos vereadores que defendem o fechamento das escolas com o argumento de que vir para a cidade fará bem para o desenvolvimento das crianças porque estarão em uma escola mais bem estruturada e aumentará o seu ciclo de socialização. Tendo uma postura urbanocêntrica que coloca a cidade como o lugar para onde todos deveriam ir, ou o melhor lugar para todos desrespeitando e desvalorizando o modo de vida camponês.

Foi interessante notar que as crianças nas turmas multisseriadas urbanas não foi o objetivo principal desta tese, mas observamos a sua existência nas regiões mais vulneráveis do município e lá essas turmas não são motivos de discussão para se fecharem as escolas. Neste contexto urbano, onde a média do indicador do NSE foram as mais baixas, percebemos a precariedade dos recursos oferecidos pela escola e este contexto sociocultural econômico precário se fez perceber no desenvolvimento das crianças.

Todas essas evidências e considerações respondem às questões colocadas nesta pesquisa, e também às suposições levantadas nas reuniões da Câmara municipal por todos esses anos onde as classes multisseriadas foram colocadas como vilãs e priorizando o transporte escolar mesmo o município não sendo capaz de manter as estradas transitáveis por todo o ano, assim como também a manutenção e quantidade de ônibus escolares não são suficientes para atender de forma adequada a demanda, como ouvimos das famílias entrevistadas de algumas regiões. As decisões políticas baseadas em suposições sobre classes multisseriadas não só no município pesquisado, mas em todo o Brasil, como vimos na série do fechamento das escolas do campo, vem continuamente desrespeitando o direito a educação dos povos do campo e não são baseadas em evidências.

Espero que a avaliação das situações apresentadas contribua para a tomada de decisões na condução e decisões do sistema municipal de educação, reconhecendo que a escola é uma instituição social importante para a inclusão e mobilidade social. De tal maneira, a decisão de fechar ou não uma escola deve estar pautada no desenvolvimento integral da criança, considerando seus aspectos psíquicos, culturais, cognitivos e sociais. Uma decisão que afeta diretamente estes fatores, deve ser baseada em evidências e o desenvolvimento da criança ser realmente o mote prioritário de uma decisão que tem como consequência: o desrespeito ao modo de viver camponês e as legislações conquistadas pelo povo do campo, o não cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, e decisões baseadas em economias onde se fecha escolas e prioriza o transporte escolar mesmo tendo a ciência que o serviço não está sendo ofertado com segurança e continuidade durante todo o ano letivo.

Apesar de saber das limitações da validade externa das análises realizadas com a estratégia de coleta e análise de ados longitudinal pelo pequeno número das crianças envolvidas no estudo, acreditamos que é uma porta de entrada e divulgação para que essa pesquisa se torne mote para alavancar outras importantes discussões sobre a temática, sem esgotar as interpretações existentes diante da complexidade de tantos desafios envolvidos. Pelo contrário, com a intenção de continuar propondo e buscando financiamentos para que este tipo de pesquisa se replique em outras realidades divergentes e convergentes a essa estudada. É importante o financiamento de pesquisas e práticas como esta, baseada em evidências, no Brasil e fora dele, já que as turmas multisseriadas se fazem presentes nas comunidades rurais de países desenvolvidos e em desenvolvimento, para que decisões de gestão escolar, pedagógica e econômicas busquem o melhor para o desenvolvimento cognitivo, social e cultural dos povos camponeses.

Concluimos que, as classes/salas/escolas multisseriadas são desafiadoras porque apesar de não estarmos em um município que possui uma gestão pedagógica para este tipo de organização multisseriada. Ainda assim, ela não prejudica o desenvolvimento cognitivo das crianças no início da sua trajetória escolar. Se tornando assim uma possibilidade fundamental para a manutenção das escolas do campo no município de Lima Duarte e uma oportunidade educacional para um projeto do campo que respeite e considere o modo de vida camponês possibilitando a escola permanecer nas comunidades assim como as famílias das crianças que ali serão atendidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, M. T. G.; SOARES, J. F. **Efeito-escola e estratificação escola:** o impacto da composição de turmas por nível de habilidade dos alunos. *Educação em Revista*,p. 25- 59, 2007.

ARROYO, M. G.; MOLINA, M.C; CALDART, R. (org). **Por uma Educação do Campo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ARROYO, M. G. **Políticas de formação de educadores(as) do campo.** Cad. CEDES, Campinas, v. 27, n. 72, p. 157-176, ago. 2007.

_____, M. G. Tempos Humanos de Formação. In: Caldart, R.S; Pereira, I.B; Alentejano, P; Frigotto, G. (Orgs) **Dicionário da Educação do Campo**. P. 735-741, Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

BARRAL, B.S; ZANELLI, F. V.; SOUZA, D. D. L. O fechamento das escolas do campo e a dissonância com a legislação. **Revista Educação e Emancipação**, v.17, n.2, p.337-355, 15 Ago 2024. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/23057. Acesso em: 08 set 2024.

Barral, B.S. **Educação do Campo: as perspectivas das multisséries em Lima Duarte.** 2018 Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais. Disponível em: https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6965

BAUMANN, S.V. Da vida das escolas rurais isoladas a uma escola isolada da vida rural: aprendizagens do processo de nucleação em Santa Rosa de Lima. Dissertação de Mestrado, UFSC. 2012. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/103417

BRASIL. **Constituição de 1824**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm

BRASIL. **Constituição de 1891**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm

BRASIL. **Constituição de 1934.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm

BRASIL. Constituição de 1937. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm

BRASIL. **Constituição de 1946.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases de 1961**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases de 1971.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases de 1996**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm

BRASIL. **Decreto nº 7.352 de 04 de novembro de 2010.** Institui o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Ministério de Desenvolvimento Agrário. Brasília, DF. 2010.

CALDART, R.S. **Educação do Campo.** CALDART, R.S; PEREIRA,I.B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO,G. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do campo**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. Cap. 1, 2008

CALDEIRA, A. T. N**. Enturmação na educação infantil: uma exploração dos efeitos das turmas multietárias**. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE. Lima Duarte. **Ata da reunião realizada no dia 28 de fevereiro de 2005.**

_____. Lima Duarte. **Ata da reunião realizada no dia 26 de setembro de 2005.**

_____. Lima Duarte. **Ata da reunião realizada no dia 21 de novembro de 2005.**

_____. Lima Duarte. **Ata da reunião realizada no dia 7 de fevereiro de 2006.**

_____. Lima Duarte. **Ata da reunião realizada no dia 16 de fevereiro de 2006.**

_____. Lima Duarte. **Ata da reunião realizada no dia 20 de fevereiro de 2006.**

_____. Lima Duarte. **Ata da reunião realizada no dia 7 de agosto de 2006.**

_____. Lima Duarte. **Ata da reunião realizada no dia 21 de agosto de 2006.**

_____. Lima Duarte. **Ata da reunião realizada no dia 7 de março de 2007.**

_____. Lima Duarte. **Ata da reunião realizada no dia 3 de setembro de 2007.**

_____. Lima Duarte. **Ata da reunião realizada no dia 26 de novembro de 2007.**

_____. Lima Duarte. **Ata da reunião realizada no dia 22 de março de 2010.**

_____. Lima Duarte. **Ata da reunião realizada no dia 22 de junho de 2011.**

_____. Lima Duarte. **Ata da reunião realizada no dia 10 de junho de 2013.**

_____. Lima Duarte. **Ata da reunião realizada no dia 17 de fevereiro de 2014.**

CAMPOS, M.M. *et. al*. **A Contribuição da Educação Infantil de qualidade e seus impactos no início do Ensino Fundamental**. Educação e Pesquisa, v.37, n1, p. 15-33, 2011.

CARDOSO, M. A. **A organização do trabalho didático nas escolas isoladas paulistas:**1893 a 1932. Tese (doutorado em Educação. Universidade Estadual de Campinas, 2013. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_c994a540828225484689bdc1be4055d6. Acesso em: 04 de set 2024

CARVALHO, T. S. S. **A política de fechamento de escolas como corolário da questão agrária brasileira**. 279 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/15501/8/TEREZA_SIMONE_SANTOS_DE_CARVALHO.pdf. Acesso em: 02 jun. 2024.

CHEIN, F. **Introdução aos modelos de regressão linear: um passo inicial para compreensão da econometria como uma ferramenta de avaliação de políticas públicas**. Brasília. ENAP. 2019

EDUCATION ENDOWMENT FOUNDATION. **Setting or streaming**. Disponível em: <https://educationendowmentfoundation.org.uk/evidence-summaries/teaching-learningtoolkit/setting-or-streaming/>. Acesso em: 08 de novembro de 2021.

EICHACKER, D. J**. Reading achievement and perceptions regarding the multi- age classroom environment.**. 3893-3893 (69). ProQuest Information & Learning, US. 2008.

GONÇALVES, B. B.; ANTUNES-ROCHA M.I; RIBEIRO, V. **Programa Escola Ativa: um pacote educacional ou uma possibilidade para escola do campo?** In: ANTUNES-ROCHA, M.I; HAGE, S.M. Escola de Direito: reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GORARD, S.; SEE, H. B.; SIDDIQUI, N. **The trial of evidence-based education: the promises, opportunities and problems of trials in education**. England: Taylor & Francis, 2017.

HAGE, S. M. Realidade das Escolas Multisseriadas Frente as Consquistas na Legislação Educacional. In: **Anais da 29º Reunião anual da ANPED**: Educação, cultura e Conhecimento

na Contemporaneidade: desafios e compromisso manifestos. Caxambu: ANPED, 2006.

_____, S.M. **Por uma Escola do Campo de Qualidade Social: transgredindo o paradigma (multi)seriado de ensino**. Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 85, p. 97 - 113. 2011 Disponível em: http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2488/2445. Acesso em 20 de janeiro de 2018.

HAGE, S.A.M; LIMA, I.M.S; SOUZA, D.D.L. **Escola pública do campo:** perspectivas da (multi) seriação. Curitiba: CRV, 2018.

____,S..M. **A Multissérie em Pauta :para transgredir o Paradigma Seriadonas Escolas do Campo.** 2014**.** Disponível em: https://faced.ufba.br/sites/faced.ufba.br/files/multisserie_pauta_salomao_hage.pdf. Acesso em 03 de fevereiro de2018

HAGE, S. M; SILVA, H. do S. de A.; FREITAS, M. N. M. Escola pública do Campo no contexto das políticas educacionais: desafios às práticas formativas do programa escola da terra no brasil e na amazônia paraense. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador , v. 30, n. 61, p. 299-314, jan.2021 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-70432021000100299&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 jun. 2025. Epub 18-Out-2021. https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2020.v30.n61.p299-314.

HARVEY, S. B. **A comparison of kindergarten children in multigrade and traditional settings on self-concept, social-emotional development, readiness development, and achievement**. thesis (doctor of education) – Virginia Polytechnic Institute and State University, Virginia, 1974.

HIGGINS, S.; KOKOTSAKY, D.; COE, R. Technical appendices. **Teaching and learning toolkit**.[S. l.]: The Sutton Trust/Education Endowment Foundation, fev. 2014. Disponivel em: www.cplp.eu/en/download/1404046919/?at=1. Acesso em: 3 fev. 2019.

KREMER, A. **Debulhando a Pinha:** Educação, desenraizamento e processo educacional dos sujeitos do campo no município de Bom Retiro/SC. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em educação do UNIPLAC/SC, 2007.

Koslinski, M. C.; Bartholo, T. L. I**mpacto dos espaços de desenvolvimento infantil no primeiro ano na pré-escola.** *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 30, n. 73, p. 280-311, 2019.

LAZARETI, L. R. **"Em terra de cego, quem tem olho é rei"** : uma análise das escolas multisseriadas no Brasil. Seminário de economia aplicada, economia da educação. UFCE. 2021. https://feaac.ufc.br/wp-content/uploads/2021/02/texto-multisseriadas-versao-efeito-fixos-28-01.pdf

LICHAND, G.; Schweickardt, K.; de Campos, G; Simões, A. A. **Turmas multisseriadas no Ensino Básico brasileiro:** O que (não) sabemos e uma agenda para o novo Plano Nacional de Educação (April 10), 2023. Available at SSRN: https://ssrn.com/abstract=4372224

LITTLE, A. **Learning and teaching in multigrade settings:** paper prepared for the UNESCO 2005 EFA Monitoring Report.. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/INTINDIA/4371432-1194542398355/21543231/LearningandTeachinginMulti-Gradeclassrooms.pdf. Acesso em 01 mar 2022

LOTTA, G. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In: Lotta, G (Org.) **Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil**. P11-38. Brasília: Editora ENAP, 2019.

MATA, A. S. **Protagonismo docente na educação infantil: a aposta na multi- idade**.. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 2010.

MENEZES, E. T; SANTOS, T. H. Verbete multisseriação. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora. 2001. Disponível em <https://educabrasil.com.br/multisseriacao/>. Acesso em 17 jul. 2024.

PARENTE, C. da M. D. Escolas Multisseriadas : a experiência Internacional e reflexões para o caso brasileiro. **Ensaio**: aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 22, n.82, p. 57-88, jan/mar 2014.

PEREIRA, C,N; CASTRO, C.N. **Educação no meio rural: diferenciais entre o rural e o urbano.** IPEA, 2021.

PERRENOUD,P.**Pedagogia diferenciada: das intenções à ação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

POPPINK, S; MA, X; SHEN, J. **The effects of organizing teaching by time, student grouping, and professional staffing: a national study of student outcomes by urban, suburban and rural schools** . Journal of International Education and Leadership, 2019.

PRADO, P. D. **Contrariando a idade: condição infantil e relações etárias entre crianças pequenas da Educação Infantil.** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2006.

PSACHAROPOULOS, G., ROJAS, C. ; VELEZ, E. **Achievement evaluation of colombia's "escuela nueva": is multigrade the answer?** Comparative Education Review, 37(3), 263–276, 1993.

QUAIL, A; SMYTH, E. **Multigrade** ***teaching and age composition of the class: the influence on academic and social outcomes among students. teaching and teacher educatio****n*, 2014.

QUEIROZ, P.A.S. **Política de Transporte Escolar e Regime de Colaboração**: um estudo de caso em municípios cearenses. 2025. 353f. Tese (doutorado em 2025) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.

RAHIM, B. A. **An empirical study of rural public schools**,The Excellence Education Journal, vol.7, 2018.

RIBEIRO, M. Educação do Campo e Escola Ativa: contradições na política educacional no Brasil. **Educação em Revista**, Marília, SP, v. 12, n. 2, p. 23–40. 2021 DOI: 10.36311/2236-5192.2011.v12n2.2485. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/educacaoemrevista/article/view/2485.. Acesso em: 8 jun. 2025.

RONKSLEY-PAVIA, M. BARTON, G. PENDERGAST, D. **Multiage Education:** An exploration of advantages and disadvantages through a systematic review of the literature. Australian Journal of Teacher Education. Vol.44, n.5, 2019.

SANTOS, J. R. Dos. **Disputa de projetos no campo brasileiro:** a política de fechamento de escolas no campo piauiense como parte da ofensiva burguesa para o avanço do capital (1996-2022). 422 f. Tese (Doutorado em 2024) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=113709> Acesso em: 26 de setembro de 2024

SANTOS, F. J. Dos, SOUZA, E. C. de. Escolas de Turmas Multisseriadas: cenários e cartografia histórica. **Escola Pública do Campo: Perspectivas da (Multi)Seriação**. HAGE, S.A.M; LIMA, I.M.S; SOUZA, D.D.L. Escola pública do campo: perspectivas da (multi) seriação. Curitiba: CRV, 2018.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Editora Campinas: Autores Associados. 2008.

Soares, J. F. **O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus alunos**. In: SOUZA,A. M. (Org.). *Dimensões da avaliação educacional*. Petrópolis: Editora Vozes, p.174-204. 2005

SILVA, H. S. A. **Dificuldades e mudanças reveladas no cotidiano do trabalho docente**: uma análise da política de formação continuada do programa Escola Ativa. HAGE, S.A.M; LIMA, I.M.S; SOUZA, D.D.L. Escola pública do campo: perspectivas da (multi) seriação.. Curitiba: CRV, 2018

UREÑA, D.; OSUNA, J. M; REQUENA, B. **Efectos de la agrupación multigrado y el tamaño del aula en los resultados de aprendizaje de estudiantes de educación primaria. Evidencia de escuelas multigrado del sistema educativo de la república dominicana**. Estudios sobre Educación. 2022

VEENMAN, S. **Cognitive and noncognitive effects of multigrade and multi-age classes: a best-evidence synthesis**.Review of Educational Research, US, v. 65, p. 319- 381, 1995. ISSN: 1935-1046(electronic),0034-6543(print).

VEENMAM, S. **Effects of multigrade and multi-age classes reconsidered**. Review of Educational Research, US, v. 66, p. 323-340. 1996. ISSN 1935- 1046(Electronic),0034-6543(Print).

Werle, K.; Ahmad, L. S. **Agrupamentos multietários na educação Infantil: uma proposta pedagógica do Núcleo Infantil Ipê Amarelo.** In: X Congresso Nacional de Educação – Educere e I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividades de Educação –

SIRSSE, 2011, Curitiba. Anais... Congresso Nacional de Educação. Curitiba: Champagnat.

ANEXO

Entrevista Com Professora Que Passou Pelo Processo De Municipalização Em 1998

Data da entrevista: 10/10/24

A entrevista foi realizada com uma professora do estado aposentada que sentiu na pele o processo de municipalização das escolas estaduais a partir de 1998 no governo Eduardo Azeredo com a implantação do Fundef e posteriormente da política nacional do transporte escolar.

Professora: A primeira delas foi a incapacidade do estado de gerir tantas escolas, alegavam que se a administração estivesse mais próxima da escola, a escola seria melhor "né" porque o estado estava muito distante. então se eles, como prevê a constituição, transferissem a responsabilidade das escolas estaduais para o município a gestão seria mais eficiente.

E a partir daí, isso já era uma ação prevista na LDB começaram a se movimentar para transferir as escolas estaduais de ensino fundamental para o município.

Só que na época os municípios não estavam estruturados para receber essas escolas, na época era tudo muito precário, não é que as pessoas fossem menos, né que tivesse uma formação pior, mas questão era experiência tinha muitas professoras que trabalhavam com 5 alunos na zona rural, depois vir para a cidade trabalhar com turmas 30 alunos, foi bem difícil.

Isso começou no governo do Eduardo Azeredo, em 1996 né estava previsto LDB aí em 1997 os municípios já se movimentaram para transferir as escolas estaduais para a prefeitura e 98 isso se concretizou em vários municípios de MG, foi uma municipalização quase que imposta porque o governo ele colocou as contrapartidas que se o município assumisse as escolas, receberia recursos e isso ou aquilo. E se o município não assumisse seria inviável o município continuar com aquelas escolas de 5 alunos e o município tinha muitas escolas, muitas mesmas.

Tinha escola em todos os lugares.

O município vai poder te dar essa lista de escolas que foram extintas, municipalizou e com os recursos que foram repassados e município não conseguia manter todas as escolas, aí aconteceu a nucleação Boa vista e Rancharia foi Pra Ibitipoca, mogol foi pro Pedro Paz, ficou escola estadual na sede do distrito: Ibitipoca, Lopes, São Domingos manejo e orvalho. O município teve de reorganizar o sistema de ensino.

Fechou várias escolas pequenas que tinham 4 ou 5 alunos e a teoria também era se esses alunos viessem para escola maiores, convivessem com outras pessoas, de outras localidades eles também iam se desenvolver mais. até aí eu acho que foi, interessante, mas aí veio a questão do transporte escolar.

Aluno saindo 5 horas da manhã de casa, o mesmo carro passar em vários lugares. Não existia transporte escolar passou a existir a partir da municipalização.

Transporte é uma coisa que o município é muito grande é o transporte uma coisa assim muito pesada muito onerosa para o município, muito difícil. Meu marido, era motorista, saía de casa às 4 e 15 da manhã e era assim com todos os outros motoristas. Muitos problemas, não tinha auxiliar, o motorista tinha de tomar conta dos alunos e dirigir, Custo muito alto porque as estradas eram precárias e ainda são.

Pesquisadora - Você lembra se o transporte escolar era da prefeitura ou era do estado?

Professora - era da prefeitura, o estado repassa o recurso e o município administra.

Pesquisadora - Você lembra se a prefeitura terceirizou ou comprou os carros?

Professora - É recebeu a doação da Secretaria estadual de educação de alguns carros, kombi lembro. depois Chegou as Sprinter, um tempo depois. E também teve a terceirização dos transportes em alguns lugares onde a locomoção era mais difícil, geralmente transporte era terceirizado. Era licitado o valor por quilômetro. É e é assim até hoje.

O governo na época, estadual, fez muitas promessas que o município iria receber um valor muito bom por essa municipalização algo que ficaria na história dos municípios. Quem fez, não fez por mal, acharam que realmente ia dar certo que seria o melhor. E os prefeitos foram pressionados eles foram praticamente obrigados a municipalizar. Ou municipalizava ou municipalizava, porque tinha de ir o projeto para a Câmera, para ela aprovar. quem não fizesse assim através de projeto, seria municipalizada através de decreto estadual.

Eu acho que não precisava ter municipalizado tanto, por que outros municípios fizeram resistência e não municipalizaram tanto. Aqui Lima Duarte precisava de ter deixado pelo menos uma escola nos anos iniciais sem municipalizar. Para absorver os professores da rede estadual que ficaram excedentes com a municipalização. Esses professores ficaram excedentes aqui na escola estadual da Vila, e na escola do manejo. Que depois também foi municipalizada, mas de forma gradativa, de ano a ano.

As escolas da Vila e do manejo não foram municipalizadas porque elas também tinham os anos finais do ensino fundamental, e o município não queria essa etapa.

Quem ficou emprestado para o município 98 a 2000, o período em que professores estaduais ficaram em adjunção no município. E os serviços gerais ficaram à disposição do município. Em 2001 o Itamar, governador do estado, não quis mais ceder os servidores estaduais para o município, e essa foi uma das promessas quebradas no acordo da municipalização. O Azeredo prometeu que os servidores ficariam emprestados para o município até se aposentarem. Não era uma situação tranquila, porque havia coabitação numa

mesma escola de servidores estaduais e municipais, isso gerava algum conflito. Havia uma insegurança tanto por parte dos servidores municipais quanto dos servidores estaduais. Aí a partir de 2001, o governo do Itamar Franco decidiu não ceder mais, porque a despesa do estado era muito grande. O estado tinha professores habilitados em matemática, língua portuguesa, em outros conteúdos muitos já tinham concluído o nível superior, então o estado resolveu recolher todo mundo para aproveitar que desse para aproveitar nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Então vieram professores para a escola Joaquim delgado, para o CESEC, para o Adalgisa e para Tiago delgado. Quem tinha habilitação de nível superior foi aproveitado nessas escolas estaduais. Outros foram para a biblioteca quem não tinha nível superior e não podia ser aproveitado em outro conteúdo, ficou excedente. só que veio para escola Joaquim Delgado, Tiago Delgado. Superlotou as escolas de funcionários, nessa época ficaram 2 regentes de turma, cobrindo férias prêmio, licença de saúde, professores trabalhando na recuperação de alunos, com as aposentadorias A excedência foi diminuindo. E daí um tempo foi municipalizando os anos iniciais dessas 2 escolas, de forma gradativa. Passou o primeiro ano para o município, depois do segundo ano e assim por diante. Aí acabou de municipalizar os anos iniciais no município de Lima Duarte.

Pesquisadora - Não houve resistência à municipalização?

Professora - Teve, ninguém queria a municipalização. É como se você fosse despejado da sua casa. Se estivesse na casa, que era o cargo no estado e tivesse que morar na rua. Era mais ou menos isso. Ninguém queria. Mas a gente não teve força na época pra combater isso. Eu acho que nessa parte houve uma falha de planejamento da municipalização. Houve essa falha. Poderia ter deixado 2 escolas maiores com anos iniciais do ensino fundamental porque ia absorver todos esses professores que ficaram excedentes. E o professor que teve formação tinha habilitação pra dar determinado conteúdo era obrigado a pegar esse conteúdo. Essa foi a parte cruel da municipalização. Por que transtorno que trouxe para a vida das pessoas foi muito grande, e foi por um período longo, maioria das pessoas tiveram que trabalhar no ensino médio. Nunca haviam trabalhado no ensino médio, não haviam feito concurso para trabalhar no ensino médio, mas não tiveram escolha. Claro, se deram muito bem, mas algumas pessoas não se adaptaram bem.

Pesquisadora - Você disse que houve resistência, lembra se teve alguma consulta da Secretaria municipal de educação é com vocês que ficariam nessa situação?

Professora - não houve consulta, nós tentamos com vereadores, com a Câmera conversamos, questionamos muito. Isso é a parte ruim da municipalização. A partir de 1998 os municípios receberiam o recurso por aluno. O que que acontece antes vinha o recurso para o

município o município administrava da forma que quisesse. As escolas eram pequenas mas funcionavam.

Não vi dados, não me lembro de dados concretos sobre isso. É eu acho que essa mudança até reduziu o recurso da educação. Por que, para o município ficou inviável manter uma escola na Rancharia com meia dúzia de alunos e ficou inviável manter uma escola no retiro do meio, porque quando ia pagar um professor é uma servente, eram 2 pessoas só para essa quantidade de alunos não tinha como. Então quais as escolas que iam dar lucro para o município, ia compensar era o Bias Fortes e o Nominato Duque, eram escolas grandes e o valor que o município recebia era mais que é suficiente. E na escola pequena não era assim, tiveram que nuclear as escolas.

Pesquisadora - Isso tudo que você está falando foi a criação do Fundeb né, que na época não era nem Fundeb era Fundef né?

Professora - isso foi a criação do Fundeb, isso mesmo Fundef era só para o ensino fundamental na lei do Fundef você vai achar essas informações sobre municipalização. Depois é que veio o Fundeb, cuidando da educação básica é que faça parte da educação infantil ao ensino médio.

Mas teve muitos transtornos muitos mesmos. Quando foi chegando no final do mandato, a prefeitura já tinha muita dificuldade de administrar esses recursos, principalmente do transporte escolar eu me lembro os comentários da época. A Secretária municipal de educação mesmo, chegou a sair. As pessoas culpavam muito ela pela municipalização, mas assim, a promessa realmente era muito boa.

Pesquisadora - como é que nesse processo de fechamento dessas escolas pequenas, você percebeu se as comunidades se acabassem?

Professora – sim, sim, e êxodo rural aumentou muito nessa época,as pessoas tiveram que mudar para onde tinha escola, saiu muita gente da zona rural pra cidade em consequência disso com certeza com certeza. Foi muito difícil, já te falei que os motoristas saiam 4 horas da manhã de casa. Até passar em todos os sítios fazendas, pra chegar 7 horas na escola era muito difícil. Os alunos saíam de casa por volta das 5:00 da manhã e chegavam de volta às 2:00 da tarde, olha o cansaço o desgaste para no outro dia começar tudo de novo. Muito difícil.

É a princípio eles nuclearam ali na escola de perobas, era uma escola maravilhosa, eu fui muitas vezes em festa nessa escola, era uma escola muito boa de ensino fundamental, depois também foram perdendo muitos alunos e aí trouxeram os alunos pro Pedro Paz e fechou também a escola de peroba. (2 fase de fechamento das escolas)

Pesquisadora - Você está falando da escola de perobas e eu tenho a impressão, mas

aí já é uma impressão minha, acompanhando a história da educação no município, que tem duas fases de fechamento de escolas do município, teve essa primeira da municipalização, que fechou muitas escolas de uma vez só, uma outra fase que eu acho que foi mais pro prefeito Geraldo gomes.

Professora - Eu não sei qual era o perfeito da época, mas teve sim. Aí fechou os Lopes, a Várzea, Perobas. O Nominato foi tudo depois.

O Nominato, lá funcionava a escola municipal Nominato Duque, e aí ela fechou bem tempo depois, começou a diminuir os alunos do Nominato e dos Bias Fortes aí a prefeitura viu que poderia comportar num único prédio todos os alunos. Aí no nucleou, a escola Nominato do que foi para o Bias Fortes. Os alunos vieram todos para a escola Bias Fortes. Foi outra resistência, esses dados você consegue na prefeitura.

Pesquisadora - você acha que há uma preferência da administração por priorizar o transporte escolar e fechar a escola?

Professora - não eu acho que não porque não tinha alunos, lá nos Lopes tinha que fechar mesmo não tinha aluno.

Pesquisadora - não lá nos Lopes tinha aluno, tinham 35 alunos no total, era multisseriada.

Professora - aí é outro problema, a multisseriação, os professores não queriam trabalhar com turma multisseriada, lá nos Lopes tinham poucos alunos, ou trabalhava com turma multisseriada ou traria os alunos para a zona urbana. Que tinha exemplo três no terceiro ano, quatro no quarto ano, trazer os alunos para cá não super lotava às escolas. Mas os professores não queriam turmas multisseriadas, eu sei porque a minha cunhada trabalhava lá. E aí pro município pagar o valor estipulado para o piso, o município não tinha como arcar. É medida administrativa, antipatizante, mais que o município tem que tomar. Eu não acho que haja preferência não, são medidas que o município tem que tomar.

Pesquisador- a pergunta que eu ia fazer era preferência de aumentar o transporte?

Professora - não é preferência de aumentar o transporte não, é medida administrativa tem que fazer uma escolha e os professores não querem trabalhar com turmas multisseriadas.

Pesquisadora - eu tenho essa impressão, porque eu estive no conselho da educação e no conselho do Fundeb. Então, desde 2015 eu tenho participado dessas reuniões, depois que eu entrei no doutorado que eu me afastei porque não ia ser ético eu pesquisar e participar dos conselhos. Então eu continuo acompanhando a História mas não mais como conselheira. Então durante o tempo que eu estive no conselho percebi que as verbas que vem já para a educação merenda, PDDE já vem direto pra escola, o próprio FUNDEB

para pagar os funcionários essas verbas não têm como mexer com elas. São verbas direcionadas para aquilo e tem que ser gasta com aquilo. No transporte escolar, é uma bagunça até pra ser fiscalizado, porque quando o transporte é da prefeitura tem a manutenção dos veículos, há casos que o mesmo veículo quebrava uma mesma peça às vezes 3 vezes no mês, até poderia ser verdade mas ficava uma suspeita, havia a nota comprovando o gasto, então pra você fiscalizar isso é muito difícil porque pode ter quebrado¿ pode, mas ficava uma insegurança aí, e também a quilometragem variável. A impressão que eu fiquei que a verba do transporte você tem uma uma maleabilidade de lidar com essa verba muito grande. Porque é difícil de ser fiscalizada. então eu fico pensando ...

Professora corta a fala da pesquisadora- sim tenho serviço do mecânico, a reposição de peças. Eu acredito que deve ser o pior setor da prefeitura. Porque hoje o motorista pode ser pago com dinheiro do Fundeb, mas na época não podia. Então era complicado mesmo a prefeitura manter o transporte.

Pesquisadora- tudo isso aí que você falou ainda acontece, é o grande problema da educação no município é o transporte escolar. São notícias de assédio dentro do transporte, transportam crianças de 4 anos até 18 anos, não tem acompanhante não consegue se colocar essa pessoa.

Professora- é muito séria a questão do transporte.

Pesquisadora-o foco da minha tese é a multisseriação, você falou que quando fechou lá nos Lopes, uma professora ou mais de uma professora falou que não gostaria de trabalhar com multisseriação, preferia que fechasse?

Professora – não, não é que preferia que fechasse, mas elas não queriam também trabalhar com turmas multisseriada. Mas não tinha aluno pra ter uma turma de cada ano, não tinha. E aí pro município isso era inviável.

Pesquisadora - a proposta era o pré um pré 2 multisseriado , o primeiro segundo e o terceiro ano multisseriadas, e o quarto quinto ano multisseriadas.

Professora – sim, isso seria muito difícil por uma professora trabalhar. Mas já teve, o estado tinha turmas multisseriadas, eu trabalhei a minha vida inteira enquanto eu trabalhei nas escolas estaduais de primeiro ao quinto ano era a turma multisseriada.

Pesquisadora - aqui no município sempre teve turmas multisseriadas, desde que abriu a primeira escola municipal. Até hoje todas as escolas do campo têm turmas multisseriadas: São Domingos, Orvalho, Manejo e Ibitipoca. Nos Lopes também já era multisseriado.

Professora - eu trabalhei com turmas multisseriadas com 38 alunos, colocado o terceiro ano de lado e o quarto ano do outro, o quadro dividido ao meio, passava matéria pra um passava a matéria pro outro, olhar os cadernos de uns depois olhar os cadernos dos outros. Corrigir o português porque tinha que passar corrigindo pra ver se tinha copiado certo e funcionava sim.

Pesquisadora - você que já teve essa prática de trabalhar com turma multisseriada, a impressão que eu tenho é assim, quando eu fiz o meu estágio de pedagogia em turma multisseriada eu percebi, que as crianças mais novas fazem as atividades propostas pra ela, mas fica espiando as atividades dos mais velhos. E as crianças mais velhas têm uma oportunidade de rever o que ela já tinha visto e às vezes ficado com alguma dúvida, então reforça esse aprendizado.

Professora - sim está tudo aí, mas o professor tem que se desdobrar muito, não é fácil. No ano em que eu trabalhei a gente tinha que fazer o plano de aula para todos os dias então eram 2 planos de aula para 2 turmas, o trabalho era dobrado e a gente não recebia nada a mais por isso. Era tudo dobrado. Mas assim era a realidade da época e ninguém reclamava. Quantas escolas conviveram com isso, todas e não tinha essa preocupação. Pelo menos no terceiro e quarto ano era multisseriada. Às vezes o primeiro ano que precisava de uma atenção mais individual é que ficava separado. Já trabalhei com o segundo e quarto. Mas era tudo turma multisseriada mesmo, era a realidade.

Pesquisadora - Aqui em Lima Duarte, atualmente, tenho registrado na minha pesquisa que as escolas multisseriadas têm a mesma estrutura das escolas seriadas, aqui no município, não posso dizer que em todo o Brasil é assim. Tem professor de educação física, tem inglês, tem supervisora, tem estrutura física adequada, equipamento da escola é novo, tem 2 professoras por turma. Da mesma forma que se organiza a educação urbana também se organiza a educação rural. Na verdade eu vejo até benefícios porque nas escolas do campo tem menos crianças que nas escolas urbanas. Tem uma escola urbana que as turmas são lotadas e cada criança num nível, não existe isso que todas as crianças de uma mesma turma estão no mesmo nível.

Professora - Hoje na zona rural as turmas são pequenas, mas nem sempre foi assim, as turmas eram grandes e multisseriadas. Tinha que dar prova, passar no quadro o aluno copiar no caderno, aí professora lia falava pilha de cadernos para a prova para corrigir a prova já levar o caderno no outro dia. Levar empregar o cabelo porque a gente não podia levar entregar o caderno pro aluno sem corrigir a prova, porque aí o aluno IA copiar a outra prova. A prova anterior já tinha que estar corrigida com a nota para não correr o risco do aluno modificar a resposta trocar ideia com algum aluno. Era tudo muito cronometrado. Hoje é tudo mais fácil.

Entrevista com responsável pelo transporte escolar – 10/10/24

Pesquisadora - você trabalhou desde quando na Prefeitura?

Motorista – Comecei em 1984, ainda tinham todas as escolas da zona rural.

Pesquisadora - você lembra quanto eram?

Pirapitinga, orvalho, Ribeirão de São Pedro manejo, Caeté, Salto, Mogol, Ibitipoca, Lopes , Várzea do Brumado, serrote, Laranjeiras, capoeirão, Rancharia, São Domingos, Souza, retiro do meio, Boa Vista Serrinha , pouso triste, Monte Verde, Andorinha, Serra, Cachoeira, perobas.

Na época a prefeitura tinha escola agrícola, então toda a merenda escolar saía da escola agrícola.

Pesquisadora - E não tinha transporte nesta época as crianças iam a pé?

Motorista - não tinha era tudo a pé. Tinham muitas crianças mas é aquele negócio as pessoas foram migrando para a cidade.

Pesquisadora - você sabe os motivos que elas começaram a migrar, antes ou depois de fechar as escolas?

Motorista - Foi depois que fechou as escolas, quando começou transportes escolar. O ano exato eu não lembro não posso te falar.

O que foi pedido pra ter transporte escolar, eu sei que o Carlinhos(prefeito) trocou ações da telemig , vendeu as ações e conseguiu adquirir 2 kombis.

Os primeiros transportes escolar foi de pirapitinga e Ribeirão de São Pedro.

Pesquisadora - As 2 primeiras escolas a fechar foram Pirapitinga e Ribeirão de São Pedro?

Motorista – é, Ribeirão de São Pedro ainda permaneceu e o ginásio vinha todo para o manejo. Já pirapitinga tinha menos crianças. Aí veio o ampliando o transporte escolar, ganhou uma kombi também do estado. Essa já foi pro lado de São Domingos e veio ampliando.

Pesquisadora - À medida que a medida que a prefeitura foi conseguindo transporte foi fechando as escolas ou foi fechando tudo de uma vez?

Motorista - foram diminuindo as escolas de grupo, primário, elas foram diminuindo. Essas escolas de primário foram diminuindo, eu lembro as últimas que fecharam foram orvalho e Lopes .

Pesquisadora - orvalho está aberto.

Motorista – O pré né?

Pesquisadora – não, todas as turmas, do pré é até o quinto ano.

Motorista - Então voltou , por que no mandato do Arzenclever, de primeiro ao quinto

ano tinha vindo pro Manejo. Ficava lá só o pré.

Pesquisadora – Oh, nem lembrava disso, então voltou, agora lá é do pré ao quinto.

Motorista - deve ter aumentado o número de crianças.

Pesquisadora - é uma escola pequenininha , quem tentou fechar lá agora mais recente foi o Geraldo Gomes, depois de 2015, acho que 2016, o Geraldo Gomes tentou fechar lá mas a comunidade não deixou. Aí não fechou e o próprio Geraldo Gomes fez uma reforma e aumentou a escola, fez a Quadra. A Quadra ligada na escola.

Motorista - é o prédio da escola não era ruim.

Pesquisadora – o Diretor lá agora esse ano é o Dudu, faz um trabalho lá com as crianças de plantar mudas, A escola agora recebe uma verba diferente porque ela ela é escola do campo. lá e são domingos. E aí ganharam uma verba diferente, a mais do que as outras escolas, para permanecerem abertas. Mas a do Lopes fechou.

Pesquisadora – Voltando a História de como fechou as escolas , teve alguma conversa de como que a gente vai implantar esse transporte? Porque a Professora me contou que o município não teve escolha e teve que municipalizar.

Motorista - eu acho que foi mais ou menos assim, foi sendo implantado na época meio a marra. Mas teve que ter conversas com os diretores das escolas que iam receber aqueles alunos da zona rural sobre os horários. O horário da manhã de preferência para o transporte seria melhor.

Pesquisadora – Por que?

Motorista - porque muitas das vezes a época de chuva, a parte da tarde, a zona rural fica muito ruim as estradas pro transporte por causa das chuvas de verão .

Na época uma kombi ia pra Ribeirão e outra pra Pirapitinga, às vezes dava excesso de criança, eu tinha que no manejo e voltar em orvalho para pegar o restante das crianças. Alguns ficavam esperando em orvalho. Daí foi fomentando, conseguiu comprar um primeiro micro , aí foi melhorando, tirando aquelas kombis e mandando para outra área .

Pesquisadora - Você acha que em algum momento, vou te fazer a mesma pergunta que fiz para a professora, porque a gente fica com as nossas impressões né ? eu estive uma época no conselho de educação e no do Fundeb, sai até por causa do doutorado. agora mais recente, no mandato do Geraldo Gomes e depois do início da do primeiro mandato da Elenice. E sempre tem história do fechamento das escolas, para fechar por que a escola tá dando prejuízo, tem que diminuir a folha de pagamento. E eu tive uma impressão lá nas prestações de contas, é impressão mesmo não tem como provar, que a verba que vem pra educação: pra pagar os os professores para merenda, para material escolar para fazer formação , toda a verba da educação

é uma verba que se tem que ser gasto com isso tem que ser gasto com isso. você não consegue gastar com outra coisa.

Motorista – é.

Pesquisadora - a verba do transporte me pareceu ser uma verba mais livre. Você pode terceirizar, você pode ter o carro da própria prefeitura, aí tem a manutenção dos carros, aí o mesmo carro às vezes estraga a mesma peça assim , sei lá 3 vezes no mesmo mês e vc fica assim, será que é isso mesmo? você deve ter visto muitas coisas.

Motorista – eu já fiz todas as partes, já trabalhei no transporte como motorista, já trabalhei na manutenção, na distribuição dos transportes. No último mandato do Carlinhos eu era o encarregado do transporte escolar. É um troço que você tem que ter uma previsão né. agora falta um pouco também, o sistema de hoje, a licitação dificultou muito o trabalho. Porque aí vem aquele problema, o responsável pela licitação vira para você que é da manutenção e diz que não pode ter estoque. Como eu não posso ter estoque? o ônibus arrebentou uma correia lá em Ibitipoca, eu tenho que fazer licitação de uma correia, para eu eu tirar o ônibus de dentro da estrada?

Pesquisadora - E não pode ter estoque?

Motorista - por eles não. Na última vez que eu estive no transporte pelo mandato do Arzenclever, eu não fiquei o mandato todo, eu saí. Porque é muito difícil, apareceu o cara do MEC falou, a linha tal o carro não mas ele não pode fazer outra linha, pode fazer a linha determinada para aquele carro. Eu falei, mas espera aí, você saiu lá de Belo Horizonte para falar o que eu tenho que fazer. Agora eu vou jogar uma bombinha na sua mão, cê leva ela pra lá. Se um carro foi buscar os estudantes de manhã e quebrou e não ficou pronto pra retornar com as crianças eu vou levar as crianças como? Tem que ser no carro que fez outra linha, eu tenho que usar a criatividade. Eu tenho que intercalar os horários, pra eu parar o carro pra uma manutenção, enquanto eu parei um para manutenção o outro tem que estar rodando. Cobrindo o lugar dele. Quer dizer isso de um carro para cada linha nunca vai dar. A não ser que você vai duplicar a frota da prefeitura. Aí é diferente, aí eu posso colocar um carro pra cada linha. Porque do contrário não tem como.

Pesquisadora – Verdade. é aquela velha história, só quem tá ali no dia a dia vendo as coisas acontecer que sabe, lá de Belo Horizonte ele não vai saber.

Motorista - olá você vê hoje que às vezes na televisão aparece milhares de viatura parada ambulância muitas vezes o que que falta é uma chave de seta tem outra viatura que pode ter batido e não dá pra aproveitar nada, mas tem uma chave de seta que tá boa. mas eles não aceitam canibalismo, tirar uma peça de um carro pra aproveitar em outro.

Pesquisadora - o transporte é muito caro.

Motorista – muito mesmo.

Pesquisadora - e você, Motorista que visualiza tudo isso tudo bem, o que você me diz, parte da frota é terceirizada e também tem frota própria, seu olhar como administrador o que você considera melhor: a frota própria, a terceirizada ou a mista?

Motorista - trabalhar com o que é meu, a terceirização hoje ela serve pra desvio de verba. Se você tem a sua frota, o seu motorista, você vai encostar o veículo da sua frota deixar o seu motorista parado para terceirizar? e se eu tiver terceirizando, eu vou ter lucro suficiente pra pagar o motorista, a despesa do carro a manutenção, e tem que sobrar né? porque se não sobrar eu não vou. Então eu vou ter um lucro suficiente, pra pagar tudo e ainda sobrar.

Motorista - Então você tem que investir na frota própria, na manutenção e mão de obra. Hoje na prefeitura a mão de obra está super escassa.Mas por que está escassa? Não valoriza o profissional. A pessoa acabou de sair da autoescola, tirou a carteira, dá um emprego pra mim. Eu não colocaria um cara desses no veículo da educação de forma alguma, tem que passar por um teste. Você tem que ter muita responsabilidade, o patrimônio do povo que tá na mão de uma pessoa só que esse cara só que esse cara não é valorizado. O bom profissional ele não fica. O salário é muito baixo.

É importante melhorar o salário do motorista para ele cuidar melhor do equipamento, o equipamento é importante.

Então a frota própria você manter ela é melhor do que a frota terceirizada. A frota terceirizada é mais cara. Na época do Arzenclever, tinha uma linha aqui, e chegou a quebrar 3 kombis em um dia, na Serrinha. Simplesmente, falei com o Arzenclever, terceiriza. As linhas mais problemáticas, terceiriza. Terceirizou acabou o problema. Porque se quebrou, quebrou do cara, não quebrou a sua. Muitas das vezes um cara saía daqui pra trabalhar lá, não moravam lá. Tem que procurar um camarada que mora no lugar da linha. Na época que eu estava encarregada a gente arrumou um camarada em cada ponto final de linha para trabalhar, morando lá, por que você economiza combustível e tempo do veículo.

O cara já leva o estudante já fica lá, no outro dia ele já tá lá pra trazer o estudante. O cara vai trabalhar menos e o equipamento também vai trabalhar menos. A despesa de combustível não é pequena. Os horários do transporte escolar você tem que se adequar a localidade, aos horários pra dar certo. O transporte é melhor de manhã, porque você fica com mais recursos pra resolver os problemas dos carros que quebram. Seu carro quebrou de manhã, até de tarde ele fica pronto.

Pesquisadora - atualmente em Lima Duarte todo transporte é de manhã, eu me lembro

que quando eu mudei para cá os 24 anos atrás tinha transporte de manhã e de tarde. Você então acompanhou essa mudança de como foi tudo transferido para manhã?

Motorista – acompanhei. Você tinha que ter um acordo com o próprio diretor pra você levar a turma tava saindo de manhã e trazer os alunos do turno da tarde. Em Pirapitinga, não conseguíamos fazer isso. Tinha que trazer os da manhã, pra depois ir buscar os da tarde. Mas em Pirapitinga teve a vantagem que os alunos estudavam no Manejo e não aqui na zona urbana, reduzir no mínimo uns 40 km por dia .

Porque do Manejo aqui são 10, voltava 20, mas ida e volta, 40. O motorista já ficava lá, trazia a turma da tarde por volta de 11 e meia já liberava a turma da manhã já fazia entrega. Quando ele voltava já estava quase na hora de voltar com os alunos da tarde. Ele fazia pirapitingui Ribeirão de São Pedro, era um só. O ônibus só pra fazer tudo.

Pesquisadora - Você tá falando isso lá no Manejo né. e aqui na cidade vou por exemplo os Lopes tinha de manhã à tarde Monte Verde tinha de manhã à tarde.

Motorista - Ibitipoca também tinha de manhã à tarde, ibitipoca vinha pra zona urbana à noite para fazer o ensino médio. Era muita gente, era um ônibus cheio.

Pesquisadora - quando passou todo o transporte para o turno da manhã, o argumento foi esse que paga o transporte era melhor todos os alunos no turno da manhã?

Motorista - o transporte é melhor, ir pro próprio colégio bem é melho segurava as vagas da manhã, e as crianças da tarde eram as crianças da zona urbana. E pra família criança chega ainda ajuda a mãe pai a fazer alguma coisa em casa, na zona rural. E se você coloca aluno da zona rural à tarde, ele não vai fazer nada né de manhã e a tarde. Então até para os próprios pais isso foi bom.

E você é professora você sabe falar isso melhor do que eu, qual o melhor horário de estudar? de manhã, sua cabeça está mais descansada você guarda melhor , o aluno que escuta de manhã ele tem um aproveitamento melhor.

Pesquisadora - é muito interessante ouvir você me contar como foi tomada essa decisão e foi por causa da manutenção do transporte , esses problemas diários do carro estragar a conservação das estradas que a gente sabe que no nosso município é muito difícil, é um município muito grande.

Motorista - isso foi o que facilitou a manutenção do transporte foi isso aí, enquanto o aluno estava estudando, o carro tava na manutenção. E na zona rural, se ele trabalha de manhã ele está vago na parte da tarde para fazer a manutenção. E às vezes faltava uma peça, tinha tempo para buscar peça, então isso facilitou muito. Horário da tarde não dá pra fazer isso porque como que você desmonta o carro e monta.

Pesquisadora - outra coisa que está relacionado ao transporte que as famílias reclamam e os motoristas também e a Secretaria ainda não conseguiu resolver é do motorista que não é só um motorista, aquilo que a gente tava falando né ele é motorista, ele tem que tomar conta da segurança das crianças, isso é algo que preocupa muito as famílias.

Motorista - o cara fica com a cabeça a ponto de explodir. É um erro que eu acho muito grande, hoje temos muitas maneiras de amenizar as coisas. Você colocar câmeras no veículo é mais barato do que um coordenador, costumo você com um coordenador dentro do ônibus o motorista está dirigindo e o coordenador está ali no celular. Costuma as crianças está lá atrás rasgando o banco passando caneta, e ele tá ali do lado do motorista ajudando não sei o quê. Banco do coordenador devia de ser lá atrás, e tem coordenador que não tem domínio das crianças.

Te Contar uma história que aconteceu no mandato do Arzenclever. Ele ficou puto comigo. Só que eu sou aquele tipo de pessoa fazer o que é certo, que Manda. Um dia o motorista e saiu daqui pra levar os alunos do Mogol , chegou ali no Salto um aluno começou a rasgar o estofamento, a jogar pedaço de espuma e jogar no motorista. Motorista ligou pra mim falando está acontecendo, aí eu falei Pra Ele voltar. Você chegando na cidade você me dá um toque. Eu peguei o carro pequeno e levamos o ônibus para o conselho tutelar, era hora do almoço e não tinha ninguém para atender, fomos para a Secretaria de educação, secretário não estava lá. Vamos pra delegacia, eu cheguei antes e conversei com responsável, e por sorte era um amigo meu tava de plantão, o tá com todas as crianças no ônibus. Entramos numa sala, eu liguei pra advogada da prefeitura, o carro passou por uma vistoria, fizemos um BO (boletim de ocorrência), tá atrasando A Entrega das crianças, tá. Liguei pro pátio, chegou algum carro de alguma linha? me falaram que chegou o da Cachoeira, manda o motorista então aqui agora na delegacia. Esse motorista pôs as crianças dentro do outro carro, levo as crianças. Vamos fazer o BO, teve que renovar todos os equipamentos do veículo. Fizemos o orçamento, deu tanto. Vamos cobrar do os pais do aluno. O Arzenclever falou, você não pode fazer isso, eles são eleitores meu. Eu falei , eu não tenho eleitor, os pais do aluno vai pagar. Isso é uma ordem do chefe dos transportes e você não vai interferir. O advogado cobrou os pais do aluno nunca mais ninguém fez isso.

Pesquisadora- essa solução da Câmera é interessante, então você acha que ela ajudaria nessas situações dessas notícias que a gente recebe do transporte às vezes de assédio de segurança qualquer outra situação?

Motorista - que tinha um motorista que era ótimo motorista, mas tinha um defeito, deixava as pessoas sentarem e no motor do lado dele. Você encontra com o carro tem que frear

rápido, a pessoa vai lá no para-brisa. Motorista não tem que bater papo com aluno, tá trabalhando e tem que ter atenção. A pessoa tem que levar o negócio a Sério. Aí começa a especulação, olá o motorista tá conversando com uma menina, às vezes nem está acontecendo mas surge o boato. É onde a câmera, ajuda, pode ter uma Câmera na frente outra atrás. Tudo é manutenção se ela for feita de forma séria ela é barata. Você evita problema de criança fazendo bagunça, detonando o veículo, perturbando a cabeça do motorista, você tem uma Câmera se acontece algum acidente você consegue ver de quem é a culpa. Não até o profissional com a Câmera além de estar resguardado, a responsabilidade dele dobra. Ele não vai conseguir esconder o erro dele. Eu já trabalhei em empresa de ônibus com Câmera, era motorista e cobrador. Se eu desse uma bobeira e o cara rolasse a a catraca, eu quer ia pagar. Segurança é tudo, eu me aposentei como motorista, zero acidentes.

A segurança a gente tem que ter a prevenção dela, e qualquer função você tem que ter prevenção de acidentes.

Pesquisadora - é isso é muito importante tem ônibus que levam crianças de 4 a 18 anos.

Motorista - quando o Arzenclever assumiu o mandato depois do seu Geraldo, tinha um microônibus que tinha um buraco no meio, no final do corredor. Vai falar dá pra quebra um galho, eu falei nada disso.

Pesquisadora- sim eu ando em transporte escolar como professora, nossa eu já andei em cada ônibus , nossa de dar medo.

Motorista - é uma criança cai nesse buraco , o próprio ônibus atropela ela. Em veículo a porta não está fechando, então não vai levar criança. A criança não pensa que aquilo é perigoso, o veículo tem que estar com todo o equipamento.

Hoje eu vejo numa frota de uma prefeitura, é a coisa melhor que tem para quem mexe com desmanche você compra carro de prefeitura. Se compra carro novo com pouca quilometragem fique às vezes falta uma peça, mas ele não tem manutenção.

Eu passei muito por isso no mandato do Carlinhos, tinha só o ônibus rodando não tinha como comprar um outro. O arzenclever era secretário da educação precisava de um ônibus os alunos de pirapitinga nos 2 horários, não na realidade eram 3 horários, horários manhã à tarde e à noite. Tal a gente já intercalava os horários buscava os da manhã e levava , buscava os da tarde já levava para trazer os da manhã e levava os da tarde e já trazia o da noite. O que era de orvalho pra cá, Lima Duarte. E os de pirapitinga também que eles entregavam em orvalho. O carro começava às5 horas da manhã e para a parava 11 e meia da noite. Um carro só.

Só tinha um microônibus na prefeitura.

Pesquisadora - era aquele ônibus que o Gilmar dirigia? nossa, eu lembro disso , o

tempo vai passando.

Motorista - era a gente apelidou ele de Tigrão, eu tinha amizade com vendedor lá em Juiz de Fora, e a gente foi lá ver se ele tinha ônibus pra vender, e ele tinha um c punhado. Tinham 50 ônibus, peguei a chave do de um deles, funcionei ele deu uma volta , tava o Arzenclever e o Tonho da padaria. Mas só tinha 5000.

Mas depende de licitação, já tinha olhado o carro no Rio, vais comprar carro no Rio é complicado. quilometragem alta. Aí eu conversei com o cara e falei ó tem 5000, você quer quanto nesse carro? ele disse eu quero 35000. Eu te dou 5 de entrada e mais 6 prestações de 5. Eu liguei pro Carlinhos e disse para ele, ó esse dinheiro tem que estar reservado. Vou por vc com o João Celso, o João celso conseguiu , fechei com o cara e trouxe o carro. Quantos anos aquele carro trabalhou aqui?

Pesquisadora – Se bobear ele está trabalhando ainda.

Motorista – é o Onibus que menos deu problema.

Pesquisadora – era o Gilmar o motorista, muito cuidados.

Motorista – na época eu coloquei o Gilmar pra me ajudar na educação. Pq o Carlinhos me põs pra olhar tudo, pq se a educação deu certo, vc vai olhar o transporte de tudo. Aí eu reduzi meu horário na educação e pus o Gilmar. Teve o Gilberto, que depois não quis.

Pesquisadora – Vc pegou desde o início do transporte?

Motorista – foi , eu me aposentei em 2017 na prefeitura. Comecei em 84 em caminhão.

Na época do Geraldo Gomes ele me tirou do transporte, eu pedi uma folga, licença sem vencimento. Fiz um teste na Vimara, empresa privada, e fiquei trabalhando nela como motorista. Me colocaram na linha de Ibitipoca e trabalhei pra eles 12 anos.

Pesquisadora - você perce uma diferença na condução do transporte na época o Geraldo Gomes assumia ?não tinha esse cuidado com segurança?

Motorista - se o sr. Geraldo ganhou, ele é o patrão , eu vou trabalhar pra ele. Eu trabalhei com o Nei depois do mandato do Carlinhos, se eu sou profissional, eu não vou prejudicar ninguém, vou fazer o meu trabalho. Estão falando que você tá atrapalhando o transporte escolar. Esquema que eu tinha eles quiseram mudar tudo, pegaram o motorista de pirapitinga e colocaram lá em São domingos. O de São Domingos eu vou pra lá pra Ibitipoca, não dá certo. O cara tá acostumado conhece as crianças,conhece os pais, o que é o mais importante que a criança, são os pais. Aí bagunçou transporte tudo. Virou uma bagunça. Aí eu falei, vou sair da prefeitura vou pegar uma licença, vou provar que não sou que estou atrapalhando. Falei com a secretária de educação da época, tal carro é tal motorista é tal linha. Ela anotou tudo. A bagunça está em Escalar pessoa errada nas linhas erradas. Se eu tenho ônibus grande eu não posso com

ele numa estrada ruim. O colocarei numa estrada melhor no local onde ele vai servir mais aluno. Depois a senhora me fala se o problema está em mim ou na escala. Passei tudo para senhora. Segunda-feira ela me procurou, Motorista pus tudo igual você falou e funcionou que é uma beleza. Aí eu falei Pra Ela, a senhora pode falar pro senhor Geraldo que não Era Eu que estava querendo prejudicar a educação. Eu não tenho intenção de prejudicar ninguém. Mas eu vou entrar de licença e fui trabalhar na Vimara. Renovei a licença, depois pedi exoneração. Vou trabalhar na prefeitura ganhando um salário mínimo, o que adianta eu ser concursado e ver minha família passando necessidade. Não vai adiantar, continuei na empresa. Eu trabalhava pra caramba, mas eu consegui estudar minha ex esposa e meu filho. A passagem dos dois a empresa dava.

Entrevista com a Secretária de educação na época da municipalização

17/10/2024

Não Houve permissão para gravar a Conversa.

Na Câmara municipal dos vereadores foi possível acessar as leis municipais aprovadas a partir de 1997, os documentos antes deste ano foram queimados em um incêndio.

Em 97 já há leis de municipalização.

A ex-secretária que antes de 1997 já tinha ocorrido municipalização, mas não soube dizer de quais escolas.

Conta que houve muita pressão do governo estadual e da consultoria Planejar, ameaça é e se não fizesse a municipalização o município ficaria sem o ensino médio.

O que ela percebia é que a consultoria era muito favorável ao governo do estado, o dono da consultoria era muito amigo do Itamar, ela ficou sabendo isso pois quando saiu da Secretaria foi trabalhar nesta consultoria. Ela ficou 2 anos como secretária de educação, não ficou todo o mandato porque perdia muito financeiramente. Quem pagava o seu salário era o estado, ela ficava em adjunção na prefeitura, o seu tempo no estado ficava parado. Ela disse não ter gostado da função de secretária da educação.

Eu comentei com ela que a lei que eu encontrei sobre a municipalização no estado de Minas foi em 1998 e que o município de Lima Duarte já encontrei o processo de municipalização em 1997. Ela me disse que não sabia disso.

Ela conta que quando o prefeito assumiu a prefeitura estava uma situação muito caótica na parte financeira, com salário dos funcionários atrasados. Havia escolas com pouquíssimos alunos, ela se lembra por exemplo que na escola do Monte Verde havia 2 alunos. Então não tinha como manter todas essas escolas.

Abri o transporte para o professor, os alunos iam a pé para a escola. No processo dessa escola ela se lembra de ter conversando com os pais para que eles fossem são transferidos para a escola de perobas, quero uma escola muito boa com uma grande área e cujo projeto era de fazer dali uma escola agrícola. Antes do processo de municipalização houve a nucleação.

A partir do momento da nucleação começou a ser oferecido e transporte para os alunos, ela conta que na educação sempre teve carro, mas que esses carros eram utilizados para todos os serviços da prefeitura, não eram exclusivos do transporte escolar. Então acontecia por exemplo de chegar na segunda-feira e o carro não estar pronto para ir buscar as crianças.

Depois ela não se lembra o ano teve concurso para motorista houve a preparação desses motoristas para dirigirem o carro de transporte escolar com crianças, cursos de primeiros socorros, mecânica.

E o pedido junto à Secretaria de obras para sempre manter as estradas arrumadas pois haveria diariamente o transporte escolar.

Os primeiros carros comprados para o transporte escolar foram feitos através de projetos e rapidamente chegaram 3 kombis para a educação.

Kombi era o transporte escolar da época, cada motorista tinha o seu carro e ele era o responsável por esse carro pela limpeza pela manutenção.

Ela se lembra de pirapitinga ter sido levada para orvalho. E na época da municipalização já se tinham carros para educação.

No processo de municipalização ela diz que faziam muitas reuniões com a comunidade, conversava muito com as famílias para que entendessem que este processo seria o melhor para a educação dos seus filhos. Disse que não houve problemas por parte das famílias.

Mas havia muita insegurança por parte das professoras.

Ela conta que se sentiu muito julgada por ter orquestrado esse processo de musicalização mas que não havia outro jeito,

de início ela tentou não municipalizar a escola Bias Fortes, no centro da cidade, mas não conseguiram. O que era preciso mínimo de alunos para que o estado assumisse a implementação do ensino médio, sendo assim foi preciso municipalizar todas as escolas estaduais dos anos iniciais do município. Ela conta que por isso há 2 leis aprovadas com 10 dias de diferença, a primeira com a municipalização de algumas escolas e a segunda que revogou essa primeira municipalizando todas as escolas estaduais. O município não tinha como assumir o ensino médio.

Ela percebe que houve uma falta de organização do estado para receber os professores estaduais das escolas que haviam sido municipalizadas. Inclusive Ela Foi atingida pela municipalização, pois era professora estadual só estava como secretário naquele momento.

Sempre foi tratada como culpada e quando retornou para o seu cargo nas escolas não era bem recebida, nesse início foi bem difícil.

Conta também que houve reunião na Câmara para explicar sobre o processo de municipalização, que foi a Belo Horizonte para discutir mas não houve jeito.

Ela fala na verdade a vida das profissionais melhorou bastante depois da municipalização, porque elas iam dos caminhões de leite para trabalhar nas escolas rurais e que depois todas ficaram na cidade, então estavam reclamando mas a situação delas tinha melhorado.

Roteiro da entrevista com responsáveis das crianças que utilizam transporte e participam da pesquisa

Rotina

Onde morava no início de 2022 e no final de 2022, em qual comunidade?

Que horas a criança acordava, que horas saia para pegar o transporte? Comia algo antes de ir para a escola e/ou levava algo para comer?

Quantos transportes pegavam?

Qual era o veículo?

Que horas retornava?

Qual a distância da casa até a escola?

Em quanto tempo o transporte percorria essa distância, sabendo que o mesmo para para pegar outros alunos?

A criança precisava andar para chegar até o ponto do transporte?

Era preciso acompanhar a criança até o transporte?

Qual era a faixa etária transportada junto com a criança?

Além do motorista havia algum outro funcionário no transporte?

Era necessário ir responsável com a criança no transporte escolar? Poderia ir responsável caso este necessitasse?

Percepção da família sobre o transporte escolar

Qual era o estado do veículo que fazia o transporte escolar:

Veículo novo?

Veículo com tração nas 4 rodas?

seguro?

O transporte era pontual: sempre chegava na mesma hora?

Era assíduo, sempre havia transporte?

O motorista era preparado para a função: gentil, educado, sabia relacionar bem com as crianças e família?

Sensações sobre o transporte escolar

Houve algum tipo de preocupação no período que a criança estava fora de casa, indo para a escola?

Quais pensamentos te visitavam no período que a criança estava indo e voltando da escola?

Quais os pontos positivos do transporte escolar?

Quais os pontos negativos do transporte escolar?

O que precisa melhorar no transporte escolar?

Como vc acredita que o transporte interfira na vida escolar do seu filho?

Tratamento para a Criança que utiliza o transporte escolar

Sabe se há algum tratamento diferenciado na escola para as crianças que utilizam transporte, tipo uma merenda reforçada?

A criança fica esperando para começar a aula ou no final fica esperando o transporte escolar?

Há atividades extras para as crianças que chegam antes do início da aula? Ou que ficam aguardando depois do término da aula?

Algo mudou nestes anos que se passaram: 2023 e 2024 em relação a esta rotina do transporte?

Lembra de algum fato que tenha acontecido relacionado ao transporte

Para as famílias que mudaram

O que motivou a mudança para a zona urbana?

O filho chegou a ir alguma vez no transporte?

Se sim, como foi?

Se não , por qual motivo?

Quais são as atividades econômicas da família? com a mudança para a cidade elas se alteraram?

A família continua tendo contado com a comunidade que mudou?

Se sim, qual a frequência, quais atividades participa na comunidade?

Como foi a adaptação na nova moradia urbana?

Para as famílias onde a escola foi fechada

Como foi o processo de fechamento da escola?

A comunidade fez alguma movimentação?

Houve algum tipo de consulta por parte da secretaria de educação sobre o fechamento da escola?

Quais os motivos apresentados pela administração para o fechamento da escola?

- Você concordou com o fechamento? Por quê?

Em sua opinião, o/a seu/sua filho/a está aprendendo mais agora ou na escola antiga estava melhor? Por quê?

Entrevistas realizadas com responsáveis das crianças

02/07/24

Mãe da EM tiago Delgado

Entrevista com a responsável da escola municipal Tiago delgado

em 2022, a criança estava no primeiro ano e estudava a tarde

Como a mãe trabalha no posto de saúde da comunidade onde é a escola, a criança acordava as 6:00 na comunidade da Vila São Geraldo, onde mora, para a comunidade do Manejo. A Criança ia na sua própria bicicleta junto com a mãe, que ia na dela. Cerca de 2 km de distância. Em Manejo ela ficava com a babá até a hora da escola.

Utilizou o transporte escolar apenas para retornar da escola, pois a mãe saiu do trabalho às 16:00 e aluna saía da escola às 17:00.

A mãe relata que foi um ano difícil, porque na vinda ela voltava com a própria bolsa, a mochila e a bicicleta da criança. Era pesado, quando ela lembra, ela nem sabe como conseguia.

O transporte escolar era feito num ônibus qual o motorista Gilmar. É o mesmo ônibus no mesmo motorista no ano de 2024.

O ônibus sai da escola às 17:00 e às 17 e 10 a criança já está em casa.

A casa fica a 100 m de distância do ponto de ônibus.

O ponto de ônibus é na própria comunidade em um lugar seguro.

O motorista é assíduo e pontual.

no ônibus há crianças de 4 até 17 anos

o motorista é o único funcionário da prefeitura dentro do ônibus, às vezes pode ter algum professor andando de carona no ônibus.

A ida para a escola é tranquila, no retorno o ônibus tem superlotação.

As crianças menores andam sentadas, os adolescentes andam em pé. São muitos alunos dentro do ônibus.

Algo que aconteceu com a criança foi uma situação de criança mesmo, a menina abraçou um menininho que não gosta de abraço e este lhe deu um soco no olho, chegou a machucar. Mas a mãe acredita que foi algo inesperado, que mesmo se houvesse outro responsável além do motorista o fato iria ocorrer, pois a menina foi dar um abraço não sabendo que o menino não gostava de abraço.

O transporte é seguro em relação ao itinerário o motorista é muito cuidadoso e faz os contornos para entrar e sair da comunidade que fica à beira de uma BR movimentada.

O ônibus está em bom estado, tem cinto de segurança mas a mãe não sabe se é usado.

O motorista é sério e é respeitado pelos alunos a mãe gosta desta postura do motorista.

Ele está sempre disposto mesmo nos sábados letivos levo os alunos e também suas famílias quando a reunião ou festas na escola

Nesta escola, a educação infantil o primeiro e segundo ano é no turno da tarde. O terceiro ao quinto ano no turno da manhã.

a mãe sabe que a diretora e a professora zelam pelos alunos menores ajudando o motorista a organizar os lugares dentro do ônibus e nos próprios pontos as mães que buscam as crianças também auxiliam na descida. Os adolescentes também são cuidadosos com os menores.

Pontos positivos ônibus - está em bom estado, motorista competente, pontualidade e assiduidade.

Único ponto negativo é a superlotação dentro do ônibus na saída da escola à tarde.

A mãe sugeriu que eu entrevistasse alguma mãe cuja criança utilizasse a van escolar que percorre distâncias maiores do que a sua filha. Ela sabe que há crianças que chegam muito cedo na escola e depois chegam tarde em casa. Mas esta situação não estava presente em nenhuma criança acompanhada por esta pesquisa.

Data 02/07/24

Entrevista, mãe da EM Alzira de Paula Duque.

Em 2022 a família morava na comunidade de Perobas, atualmente mora em um bairro periférico na zona urbana, Poço da Pedra.

Em 2022 a criança acordava às 5:00 da manhã, se arrumava para a escola tomava café na própria casa e o transporte escolar passava às 6:20 horas. Ela chegava em casa novamente às 13:00

era uma van que fazia o itinerário de 4 km da casa até a escola. Que era feito em 55 minutos, ou seja a criança saia de casa 6:20 e chegava na escola às 7:15.

A aula era de 7 :10 às 11:30. As crianças ficavam esperando o transporte para casa até às 12 :25, enquanto isso tomava o achocolatado com biscoito, e brincavam com a diretora da escola.

O ponto de ônibus era na frente da casa

os 3 irmãos iam juntos para a escola

A van era em ótimo estado, com ar condicionado, som, cinto de segurança, limpa, o motorista muito cuidadoso, agradável, educado, gosta de crianças. Tinha cuidado de separar as crianças pequenas na frente com cinto de segurança, mais perto do motorista e os maiores iam atrás.

A faixa etária atendida pela van é de 4 anos até os 18 anos (educação infantil até o ensino

médio)

a mãe relatou que às vezes, raramente chegou a andar de carona no transporte escolar, e ouvia muitas besteiras dos adolescentes, isso à incomodava porque havia crianças pequenas na van ouvindo os assuntos dos adolescentes . Besteiras de cunho sexual, palavrões. O motorista ficava sem saber se prestava atenção na estrada ou se chamava a atenção das crianças dentro da van. Por que os adolescentes fazem besteira.

A única vez em 2022 que as crianças não conseguiram chegar à escola foi quando houve uma queimada e a terra invadiu a estrada, houve uma chuva e virou lama, a van ficou agarrada. Demoraram a conseguir desatolar e neste dia não foram à aula. Fora isso o motorista foi sempre assíduo e pontual.

A família acredita que o transporte não interfira na vida escolar dos filhos.

A mãe disse que a família mudou para a zona urbana pois acreditavam que iriam conseguir melhorar a situação financeira. A mãe recebe bolsa família dos filhos e achou que conseguiria um trabalho na zona urbana, o que não aconteceu. Fora que o bairro onde moram sempre há confusão de briga na Rua, e também famílias que vieram de fora que mexe com coisas erradas, eles se preocupam com os filhos vendo essa realidade.

A mãe, contou que é analfabeta, apenas assina o nome. A informei sobre o cesec, e a possibilidade de voltar a estudar para aumentar as chances de arrumar um emprego, e mesmo comercializar os produtos da horta e criação na feira. Ela me contou que tem o alvará da feira mas que nunca foram por falta de transporte.

O marido sabe ler e algumas vezes tem que esperar ele voltar do trabalho para ajudar na tarefa do filho.

Percebi que isto é uma situação de estresse na família.

Atualmente o pai trabalha com carteira assinada.

Estão pensando em voltar para a zona rural pois lá a vida é mais tranquila, eles tinham horta. Atualmente eles mantêm a roça com criação de galinha e cabrito, todos os dias vão até lá cuidar da criação. A filha adolescente de 14 anos não quer voltar a morar na roça porque lá não tem as amigas pra conversar e o namorado. A menina diz que ela quer parar de estudar, à criança disse também que não gosta da escola e quer parar de estudar. Perguntei se o transporte era motivo que dificultava a ida para a escola, eles disseram que não. A mãe disse que é analfabeta e não consegue ajuda-los nas tarefas de casa. Então às vezes fica nervosa com os filhos, disse para eles estudarem pois ela não consegue trabalho por não ter diploma. Mais que eles não querem estudar.

A família não se adaptou bem a vida urbana

percepções durante a entrevista

É uma família carente financeiramente, contudo são trabalhadores e honestos. Tem grande preocupação com a filha adolescente naquele meio urbano e com os 2 filhos pequenos crescendo no bairro violento. Os estudos não faz parte da cultura familiar, apesar de terem a compreensão de ser uma ferramenta fundamental para melhora de vida. Mas muito pouco é oferecido para crianças se sintam motivadas, todos possuem dificuldades na escola.

Quando eu disse a criança que era uma pena que ele não gostasse da escola porque tinha ido muito bem no teste, ele correu e pegou um caderno e o lápis e começou a rabiscar, me pareceu que ele ainda não aprendeu a ler e escrever pelos rabiscos. A mãe logo gritou guarda esse caderno lá que você não é disso.

A impressão que saio desta casa é que falta incentivos emocionais e diagnósticos das crianças e das suas dificuldades de aprendizagem, para verificar o que são dificuldades advindas do meio cultural que vivem ou se há fatores biológicos para essas dificuldades.

05/07/24

Entrevista com responsável pela criança de Orvalho.

Moram dentro da própria comunidade de Orvalho, então o percurso da criança dentro do transporte escolar é pequeno. A criança acorda às 5 :40 h., depois toma café e banho antes de ir para a escola. Sai às 7:00 de casa. Chega às 7 e 15 na escola.

o transporte o pega na frente de casa e não precisa de andar.

A casa fica a 2 km da escola, o transporte carrega crianças de 5 a 9 anos.

O carro é ótimo, está em bom estado, tem cinto de segurança.

O motorista é responsável e confiável, assíduo e pontual

só havia problemas com o transporte quando a rua onde moram não era calçada, deixo que tem o calçamento não ficaram mais sem transporte.

A aula termina às 1145 e meio-dia o Davi já está em casa.

não foi relatado nenhum ponto negativo do transporte

o pai enfatizou quanto a criança é esperta e cuidadosa. Sempre chama atenção do pai da mãe para terem cuidado com golpes no WhatsApp, abrir a porta para estranhos, pois já houve um assassinato próximo à casa deles relacionado a roubo.

Davi realmente é uma criança comunicativa.

/11/07/24

Entrevista com responsável da criança de Ibitipoca

Nesta família há 2 crianças , uma delas participa da pesquisa e estava com 8 anos e a

outra filha estava com 7 anos no 1 ano, não participou da aplicação dos testes por causa da idade.

Em 2022 moravam no Clemente, estudava pela manhã , acordava as 6 horas e saía as 6:40. Era a última a criança a ser pega pelo transporte. A aula termina 11:40 e chegava em casa em torno de meio-dia e quarenta, Na Serra é a última criança que desce da van já que a motorista morava perto da criança então primeiro fazia um outro itinerário para depois já ir direto entregar a criança e já ficar em casa. A mãe não sabe se é um transporte terceirizado ou da própria prefeitura.

Em 2022, a mãe não sabe dizer a quilometragem entre a escola e a casa, mas de carro como estrada boa gastava 20 minutos direto para a escola;

em 2024, moram na Reserva Candonga, estuda pela manhã, acorda às 5:30, o transporte pega na casa 6:10 h. É a primeira criança a pegar o transporte e a última descer. Em 2024 ela sai da escola 11:40 e chega às 13:00 em casa. Em 2024 também não sabe a quilometragem, mas de carros direto com a estrada boa gastam em torno de 30 minutos da casa até a escola.

tanto em 2022 quanto em 2024 é o mesmo transporte, e as crianças não precisam andar para pegar o transporte

em 2024 inicialmente o motorista disse que pegaria as crianças na porteira, aí elas precisariam subir morro de mais ou menos 50 m. O problema é que o horário é muito cedo, tem muita cerração e bastante frio. A mãe pediu a motorista para pegar as crianças na frente de casa e foi atendida. Ela reconhece que é um trabalho a mais pois o motorista tem que descer do carro, abrir a porteira, manobrar e depois fechar a porteira. Ela nem sabe se o motorista ganha mais por isso, mas atendeu de bom grado,

a criança sempre foi sozinha no transporte, as primeiras vezes tinha um pouquinho de medo mas tinha uma prima que ia junto e uma coleguinha, atualmente adora andar de transporte considera um passeio.

a mãe gosta que elas tomem um café em casa, inclusive insiste para que elas não saiam sem comer pois a aula inicia às 7:30. Mais na escola dá o café para todos os alunos.

a mãe tem o cuidado de sempre colocar mais blusa na mochila. Pois sempre pode estar fazendo frio ou o tempo pode mudar

o carro é uma kombi ou uma van parecem bom estado, tem cinto de segurança, transporta apenas crianças até 11 anos.

A escola é que define os turnos que as crianças vão estudar, o pré é a tarde junto com o sexto até o nono ano. Pela manhã é do primeiro ao quinto ano

as famílias nunca foram consultadas para saber qual turno seria melhor para elas

a mãe e o pai que ajudava as tarefas da criança durante a pandemia, eram seus professores, atualmente a criança lê ela ensina a irmã mais nova, elas adoram brincar de escolinha

sempre foi apenas um motorista no transporte, sem nenhum outro funcionário.

Em 2022 a motorista era uma moça que era vizinha da família, a mãe confiava bastante na profissional

em 2024 o motorista é o homem conhecido da família da própria comunidade e também confiam no motorista

o problema que já aconteceu com as crianças no transporte em 2022 elas fazerem de boba ficarem em pé brincando; a motorista alertou a mãe e conversou com as crianças e não ocorreu novamente. Nunca houve caso de crianças machucarem o transporte ou algum acidente

a mãe nem gosta de pensar nessa possibilidade

o transporte leva a mãe se precisar de alguma coisa na escola reunião festa

o transporte é bom, o motorista é gente boa, de fácil comunicação até sai da rota abre fecha porteira, coisa que nem precisava e a mãe reconhece que esta é uma decisão do motorista ficou empatia pelas crianças

tanto em 2022 quanto em 2024 as estradas ficam bem ruim, se a prefeitura não dá conta de preservar as estradas principais imagina as da roça¿ a mãe pergunta.

Em 2024 a mãe já fez um vídeo de um ponto que a kombi ficava meio pendurada na estrada para passar, ela ficou muito apreensiva e ela mesmo pediu providências à prefeitura.

Em 2022 a motorista sempre que dava para ir, ia. Tinha muita prudência em verificar a estrada e não saía com o carro e as crianças se percebesse risco, o risco era barra excessiva de poder ficar agarrado na estrada.

Então a situação da estrada é algo que às vezes impede as crianças de chegar até a escola na época da chuva

tanto em 2022 quanto em 2024 para pegar as crianças os motoristas chegam na mesma hora, o retorno é que tem variação porque às vezes alguma criança falta e não precisa passar em alguma propriedade

a mãe não acredita que o transporte interfira na vida escolar dos das filhas. Ela está satisfeita com o desenvolvimento da Milena. Ela aproveita a dificuldade do transporte para educar a filha a enfrentar as dificuldades da vida, não esconde a realidade e que é preciso enfrentava

as crianças gostam de ir pra escola só não vão mesmo por causa de alguma doença ou por causa da estrada

a mãe disse que às vezes dá pena de acordá-la cedo no frio sair do escuro e serração mas sabe que é preciso acordá-las e sempre faz isso com carinho brincando para animar as filhas. Pois se ela deixar um dia elas faltarem nos outros vão querer faltar também

a família mudou do lugar anterior pois o quintal era pequeno, moravam vários familiares juntos no mesmo território e isso costumava ser motivos de brigas conflitos. Agora onde moro não tem vizinhos, é o Paraíso uma tranquilidade. As outras casas que estão sendo construídas são de turistas

as crianças chegam dispostos da escola elas vêem em transporte como um passeio na van andam umas 10 crianças

a única vez que a criança ficou doente na escola já estava no final dá aula então ela voltou pra casa e a mãe cuidou, não era nada sério

quando a criança reclama de alguma coisa da escola a mãe conversa com a professora ou diretora pelo WhatsApp para observar a situação está sendo relatada pelas crianças e sempre resolvem as questões coisas de criança mesmo, diz a mãe

15/07/24

Entrevista com responsável da criança que estudava no Lígia Duque Catão em 2022, em v2024 ela estudava no Pedro Paz.

A família continua morando no Algodão em Andorinhas.

A criança fica 2 dias no Algodão E 3 dias em São José dos Lopes. Os dias que a criança fica com a avó ou com a mãe variam de acordo com as faltas da mãe, que trabalha em uma pousada. O pai trabalha na roça na fazenda onde moram, que não pertence a família. São trabalhadores rurais.

A criança acorda 5 e sai entre 5:20 e 5:30, quando está no Algodão. A kombi pega ela neste hora e a deixa no ponto da Elaine para esperar o ônibus. O problema é enfrentado é que não coincide o horário que a kombi chega e o ônibus. Ao intervalo de 30 minutos. Em 2022 aconteceu da criança com 5 anos ficar sozinha na estrada e isso foi um grande transtorno, pois a família e a criança ficaram inseguras. Depois da mãe reclamar na Secretaria, a solução encontrada foi: se a kombi chegar no ponto da Elaine e não haver outras crianças esperando o ônibus, a criança acompanhará o motorista em toda a linha de Laranjeiras, quando ele vai buscar outras crianças para deixá-las neste ponto. Esta solução deixou a mãe mais segura, pois ela sabe que a filha não ficará na estrada sozinha.

Retorna entre 12:40 e 13 horas.

Quando está nos Lopes ela acorda 5:30 e retorna entre 13 horas e 13:30 horas

esta diferença de horários do retorno é porque não é o mesmo transporte que vai para as

Andorinhas e para os Lopes.

O transporte dos Lopes primeiro entregam as crianças da zona urbana, para depois levar as crianças aos Lopes.

O transporte do Algodão é direto por isso elas chegam mais cedo

Como a criança fica muito tempo fora de casa, a mãe sempre coloca um lanche na sua mochila.

Quando está no Algodão a criança pega 2 transportes, uma kombi e o o ônibus.

Quando está nos Lopes apenas um transporte.

Os Lopes para a escola tem em torno de 12 km, do Algodão para a escola em torno de 20 km.

Em 2022 , a criança chegava na escola 6:40, neste horário havia apenas a merendeira que recebia as crianças mas já ia fazer a merenda, não havia atividades para as crianças esperarem o início da aula e aconteceu caso de crianças machucarem neste período. Assim como também aconteceu do transporte chegar antes da merendeira e as crianças pequenas, esta escola atende de quatro a 6 anos, ficarem sozinha esperando abrir a escola, esperando do lado de fora na rua.

A Secretaria municipal de educação, em 2022, combinou com as famílias que as crianças receberiam um lanche antes da aula começar, mas isto não aconteceu. Em 2024, na escola equilíbrio estuda atualmente que atende do segundo ao quinto ano, ela recebe lanche antes da aula começar, a mãe não sabe dizer se são apenas para as crianças do transporte ou para todas as crianças.

a criança precisa andar pouco para pegar o transporte, ela dá cerca de 30 passos.

Quando a filha retornou para a escola após o isolamento social em 2022 a mãe a acompanhou no transporte para ela se adaptar durante 3 dias.

O transporte leva a criança de 4 a 17 anos.

há apenas o motorista dentro do transporte responsável pela direção e pelas crianças.

Já aconteceram brigas dentro do transporte entre os mais velhos ele chegou a machucar uma criança menor. Mas a mãe não sabe detalhes , ouviu a história por alto.

Quando as aulas retornaram após o isolamento social, como fechamento da escola dos Lopes , onde a mãe e o pai sempre imaginar que a filha estudaria, pois estudaram nessa escola, nunca haviam se preocupado com essa questão. Contudo, o início da trajetória escolar da filha foi no transporte escolar. A mãe ficou muito preocupada, a Secretaria municipal de educação prometeu ter um transporte separado para as crianças menores dos adolescentes, assim também como o funcionário para acompanhar. Contudo isso não aconteceu

quando houve a briga dentro do ônibus e uma criança foi machucada, durante os 2 meses houve transporte separado, mas logo juntaram novamente alegando que não haviam carros suficientes para isso.

Como o lado positivo do transporte a mãe a diz sobre a importância dele existir para filha poder estudar. Pois sem ele a família teria que mudar para a zona urbana o que neste momento não é viável, pois a família trabalha na zona rural E manter um aluguel na cidade está fora da realidade da família. Ela diz que depois que a escola fechou as famílias que tiveram condições mudaram para a zona urbana, mas esta não é a realidade dela. Então transporte é a forma da filha poder estudar e a mãe reconhece a importância dessa política.

Na sua opinião precisa melhorar a organização do transporte e o cuidado com os menores. Poderia ter os carros separados para as crianças, e pegar as crianças assim que a aula termina. Ela sabe que a implantação do tempo integral interferiu na logística do transporte, mas ela não acha certo as crianças menores serem prejudicadas. Pois elas ficam de uma a 1 hora e meia esperando o transporte depois que a aula termina, sem nenhuma atividade pra essas crianças e também sem alimentação. Então a aula termina 11 e meia e essas crianças vão chegar em casa entre 13:30 e 14 horas. O caso da sua filha ela espera de manhã durante meia hora intervalo entre os 2 transportes que ela precisa pegar, e também espera depois da aula é um longo tempo te espero. É muito importante planejar este horário esse deslocamento tão longo tudo isso a deixa muito cansada. Ela chega da escola muito cansada e com muita fome, quando vai para o Algodão ela almoça e dorme.

Quando a filha vai para os Lopes, ela almoça e vai direto para aula de reforço que é de 15 às 16:00. A filha já chega da aula de reforço come e desmonta até outro dia.

Já houve situações que a filha passou mal por estar com fome

os carros são novos em bom estado mas não há cinto de segurança

é pontual mas já falhou, pois quando o carro quebra não tem carros para substituir. Em 2024 isso já aconteceu 2 vezes, em 2022 a mãe não lembra quantas vezes aconteceu

o transporte dos Lopes até a cidade é feito por carro próprio da prefeitura, o transporte do Algodão até a Elaine é feito com carro terceirizado. O terceirizado a mãe sabe que não tem outro pra substituir, o da prefeitura ela não sabe. Pois ela só tem contato com o motorista que faz a linha do Algodão para Elaine.

Esse motorista é gentil educado e tem a confiança da família, o motorista do ônibus ela não conhece mas sabe que em 2024 já trocou 2 vezes de motorista, e sempre troca. Ela não sabe por quê, a filha já se queixou que o motorista corre muito, a mãe disse que inclusive ia ligar para a Secretaria para falar sobre isso;

Pra nós foi um transtorno a escola ser fechada, eu estudei na escola e sempre achei que minha filha iria estudar lá também. Juntou a pandemia, voltou às aulas ela só mandou a filha depois de vacinar. Pois a escola não apresentava segurança sanitária, e nem o transporte. Ela Foi ameaçada pela escola e por um vereador da região de que seria levada no conselho tutelar caso não mandasse a filha para a escola. Ela achou desnecessária a forma que foi tratada, se sentiu violentada, mas manteve-se firme e a filha só foi depois de vacinada. Mas o conselho tutelar nunca apareceu na sua casa, foram ameaças desnecessárias

a comunidade se mobilizou para a escola não ser fechada, fizeram abaixo assinados, reuniões na cidade, mas tudo caiu no esquecimento.

Não houve consulta a comunidade para saber o que pensavam da escola.

A mãe não concordou com o fechamento da escola, pois sabia as dificuldades que a filha as outras crianças enfrentariam com o transporte. O pouco de escolarização que a escola pudesse oferecer, já ajudaria bem as crianças. A mãe conta que já houve situações que a escola só oferecia educação infantil e o primeiro e segundo ano do ensino fundamental, foram levando os mais velhos aos poucos para a zona urbana. Mesmo se fosse assim a mãe preferia, pois A filha já estaria maior para ir para a cidade e isso já ajudaria na adaptação e aprendizado.

A Secretaria municipal de educação argumentou para fechar a escola que eram gastos com deslocamentos dos professores, e que não haviam crianças para estudar. Contudo, a própria comunidade contou quantas crianças estudariam na escola no ano do fechamento e deu de 38 a 39 crianças. Ela sabe que este número seria suficiente para a manutenção da escola aberta.

E a mãe não acredita que esse argumento é válido, pois é a prefeitura agora gasta com deslocamento das crianças, então esse gasto se mantém. Para a mãe isso não foi argumento.

A mãe acredita que estaria aprendendo mais na escola rural, pois a filha estaria mais disposta.

A filha já pediu para mudar para a cidade, a criança acha muito ruim ficar esperando sobretudo no frio a criança sempre tem resistência a ir para a escola. A mãe fala que neste momento tem que congelar o coração e mesmo assim mandar a filha para a escola. Pois se deixar falhar um dia, ela vai falhar sempre. Tava lá vai fazendo a menina rir brincando para ela acordar ir pra escola. A mãe também sempre faz trocas com algo que é importante para a criança, de só se você for pra escola quando você voltar você vai poder fazer o que você quiser. A filha só falta quando está doente e graças a Deus é raro adoecer.

17/07/24

Entrevista com a responsável da criança que em 2022 estudava no Lígia Duque Catão, 1 ano.

Em 2024 está no 3 ano na escola Bias Fortes.

Essa criança tem problemas na fala, faz acompanhamento com fonoaudióloga.

A criança também tem a imunidade baixa e gripa muito. Em 2022, a criança chegou a ficar internado com pneumonia, também teve covid e a mãe acha que ele sempre gripa por isso.

Em 2022 a família morava nos Lopes, se mudaram para a zona urbana em abril de 2022, o motivo foi o fechamento da escola e as dificuldades enfrentadas dentro do transporte escolar.

A criança chegou a frequentar o transporte escolar, acordava a 5 e meia e pegava o ônibus às 6 e 10, pois o ônibus também ia passando em outros lugares e pegando as crianças.

A criança já chegava na escola cansada e acabava dormindo, e voltava para casa também muito cansado. A aula terminada às 11:40 e ele chegava em casa por volta de 12:40 a 12:50

A mãe decidiu mudar para a zona urbana para aliviar o sacrifício do filho.

Em casa a criança toma um café, e a mãe coloca lanche na sua mochila.

Era necessário pegar um transporte, um ônibus escolar que carrega crianças de 4 até 17 anos.

Mesmo ônibus que carregam as crianças da educação infantil até o ensino médio.

A mãe chegou a acompanhar a criança dentro do ônibus, disse que o ônibus é uma bagunça, não há respeito dos alunos mais velhos com os alunos mais novos, e também não respeitam o motorista. Ela sabe que é assim até hoje pois seus sobrinhos que continuam morando nos Lopes dizem que nada mudou.

A mãe vinha com o filho sempre preocupada dele machucar dentro do ônibus, mas foi impedida pela Secretaria de educação de vir. Então ela mudou, porque o filho chegou a passar mal pois sua glicose baixou e pelo problema de fala ele é uma criança retraída. Ela não mandou nem 2 meses dentro do ônibus e foi impedida de acompanha-lo

Ela disse que a Secretaria de educação só autorizava as mães com criança com laudo andar acompanhando os filhos, a mãe conta que a criança apesar da dificuldade na fala não possui nenhum laudo.

Contudo o motorista levava algumas mães e outras não, ela era uma mãe que ele não levava. O principal motivo da mudança para a zona urbana foi ela não poder acompanhar o filho no transporte ele não saber se defender .

O ônibus é uma bagunça e só tem um motorista, não tem ninguém para tomar conta e isto é assim até hoje, por que ela tem 3 sobrinhos nas Laranjeiras e tem um apanhando dentro do ônibus.

“A escola fechar foi uma merda, meu filho estaria bem nos Lopes, não estaria sofrendo bullying, eu não pagaria aluguel. “ A mãe diz que o motivo do bullying é por causa da fala.

O ônibus aparenta bom estado, não tem cinto de segurança para todos, ninguém usa o cinto de segurança, não tem ninguém para colocar não tem ninguém para cobrar.

O ônibus era assíduo, mas não tinha hora para sair, quando chegava levava quem estava no ponto, não esperava quem estava atrasada.

Só não havia ônibus quando chovia muito, porque em 2022 a estrada ainda era ruim, agora ele está calçada. O motorista corre muito, não tem responsabilidade com quem está carregando. Isto era assim continua assim.

O motorista era educado.

Não vê pontos positivos o transporte, crianças muito pequenas tem que acordar muito cedo. A escola deveria estar aberta. Qual criança não ia gostar está perto de casa, a mãe me pergunta.

também teria que pelo menos ter alguém no ônibus que vai e volta para cuidar.

a mãe acredita que transporte influenciam no desenvolvimento, depende da criança ,com dificuldade , fica cansada como éo caso do seu filho, ele já chegava cansado, dormia na sala e também enjoado da viagem.

Lanche que a escola dava para as crianças antes da aula era um copo de leite e 2 bolachas de sal, o filho dela não toma leite e nada era dado para ele para substituir

ele chegava na escola nos 20 minutos antes da aula começar, e ficava uma criança por conta da outra, não haviam responsáveis tomando conta e nem atividades para fazer

após a aula também esperavam cerca de 15 minutos. Não havia mais lanche nem atividade

dentro do ônibus aconteceu das crianças brigarem, tentarem namorar atrás do ônibus, passar mão, crianças muito novas. Criança pequena,criança maior e adolescente.

Quando morava nos Lopes ela plantava, agora não planta mais tem que pagar aluguel pagado. O marido trabalhava no laticínio teve que arrumar outro emprego para aumentar a renda nem ficam juntos. Além de estudar na escola da cidade também gasta mais, porque as crianças levam merenda então seu filho quer levar também. O filho dela assim como outras crianças não comem a merenda na escola.

Eles continuam em contato com a comunidade coisa família da mãe mora lá, então ela tem a sua casa nos Lopes, tem contato com a família e a criança adora ir para a comunidade por que brincam sem sofrer preconceito pelo seu jeito de falar.

mas a criança gostou de mudar para a cidade pois aqui ela tem internet, ele está perto da madrinha

mas a mãe gosta é da roça, veio pra cidade mesmo por causa do filho.

Quanto ao fechamento da escola ela conta que algumas mães que nem tinham filhos na escola assinaram a favor do fechamento, mas a comunidade lutou para abrir a escola fez tudo o que podia e não conseguiu

a Secretaria municipal de educação não deu explicação, pegou uma assinatura de umas 6 mães e fechou a escola.

A comunidade não foi avisada que teria reunião e ela nunca concordou com esse fechamento. A escola é ótima, muita gente que estudou lá hoje em dia é médico , advogado, enfermeiro, nem se ela não tivesse filho ela não concordaria porque é uma ótima escola, cheias de aluno nota 10. Maior erro foi fechar a escola dos Lopes, foi na época do Geraldo.

A criança estaria melhor na comunidade, seria mais fácil dele ter amizades.

O professor da cidade é muito bom, mas ela tem certeza nos Lopes seria melhor para a criança. Lá não estaria acontecendo bullying.

A mãe relatou inúmeros problemas que tem enfrentado no desenvolvimento e na vida escolar do filho. Ela já chegou na escola de surpresa e seu filho era o único que estava sentado sozinho no meio da sala, enquanto as demais crianças estavam em dupla. Ela fez isso porque o menino sempre reclamou de ser maltratado e ela percebeu que até pela professora havia diferença, falou que ficou muito nervosa e fez um escândalo ameaçaram até de chamar a polícia para ela mas não fizeram porque a escola sabia que estava errado.

Também disse que ligaram Pra Ela dizendo que a criança estava passando mal, ela chegou na escola e ele estava vomitando muito, ele estava sozinho e o diretor apenas olhando, ela disse que aquilo doeu muito nela. Ele nem para estar cuidando do seu filho segurando a cabecinha dele. Isso aconteceu após o Recreio e alguns colegas prenderem um filho dentro de um tubo de escorregador e baterem nele lá dentro. A criança precisou ficar internada, pois sentiu muitas dores no corpo e por um exame a médica percebeu que o estômago estava inchado. A mãe disse que foi apenas na Secretaria relatar a situação de bullying, mas que nada é feito, ela não fez boletim de ocorrência sobre o ocorrido.

26/07/24

Entrevista a responsável, moradora da comunidade de Capitães, escola de São Domingos da bocaína.

A família mora lá desde que Janaína nasceu, ela nasceu de parteira e continua morando desde sempre lá, vizinha de seus familiares. Gosta muito do lugar onde vive. Quem mora na comunidade trabalha nas firmas de carvão, o marido dela trabalha uma carvoaria, no forno, de uma fazenda particular. Nessa região a eucalyptus plantados várias áreas,imensa as áreas de

eucalipto uma monocultura a se perder de vista, comunidades deixaram de existir para dar espaço ao eucalipto. Há uma multinacional que utiliza grandes maquinários para fazer carvão, como também a carvoaria menor. Janaína contou que na comunidade as pessoas trabalham nessas carvoaria, não há produção de leite ou agricultura. Na sua casa ela tem pomar e horta. Com verduras e ervas medicinais.

Em 2022, a criança que estava entrando na escola após o isolamento causado pelo COVID-19, no primeiro ano do ensino fundamental. Nesta época a escola era no turno da tarde.

Aluna saia de casa às 10:40, tomava café da manhã em casa e andavam em 50 m para pegar o ônibus escolar, bem perto da sua casa.

Ela almoçava na escola por volta de 13 horas. E depois fazia lanche na escola também, a mãe não precisava mandar lanche.

O trajeto é feito em um ônibus escolar velho, em péssimo estado, a mãe ficava apreensiva com esse transporte. Aconteceu do ônibus perder o freio perto já da comunidade, mais o motorista percebeu e conseguiu parar o ônibus a tempo e nada de ruim aconteceu. Motorista acabou de entregar as crianças a pé. A porta também sempre estava com problema precisava bater para realmente fechar, a mãe tinha medo da porta abrir com o ônibus em movimento. Na época da chuva então é sempre mais tenso.

Retornava para casa entre 17: 30 e 18 horas.. Era a primeira a entrar no ônibus e a última a descer, o motorista era morador da comunidade.

Em 2024 a escola passou turno para a tarde, a escola é de 4 anos educação infantil até o nono ano sobre responsabilidade do município. O ensino médio é do estado.

Em 2024 a criança acordava às 5:00, saio de casa às 5:50, toma leite e come alguma quitanda. A van é nova com o cinto de segurança, a mãe fica tranquila com o trajeto da casa para a escola e vice-versa. A criança retorna pra casa entre 13 horas e 13:20. O horário varia de acordo com a saída do ensino médio, que às vezes tem sexto horário. Quando isso acontece, a professora leva as crianças para ler na biblioteca e aguardar a aula do ensino médio terminar.

Tanto em 2022 quanto em 2024 no transporte escolar é realizado por carro da prefeitura

A criança sempre foi sozinha para a escola, nunca precisou de alguém a acompanhá-la dentro do transporte, caso a mãe precise na escola o transporte leva.

A mãe acha importante ter o transporte escolar, na sua época isto não existia e ela precisava andar muito para estudar, estudava na escola e uma comunidade mais próxima que atual, estudava no Souza. Havia feito até o quinto ano. A mãe tirou o ensino médio já adulta, na escola atual da criança, quando sua filha mais velha chegou no sexto ano, a filha incentivou a mãe a retornar o estudo e assim ela o fez conseguindo tirar o ensino médio.

O transporte sempre foi pontual e assíduo. Só falha quando estraga. Em 2022 chegou a ficar alguns dias sem transporte pois o ônibus estragou, quando ele perdeu o freio foi ficou mais tempo, demorou uns 3 dias para arrumar.

Tanto motorista de 2022 quanto de 2024 são pessoas da comunidade e tem toda a confiança da família. Dirige bem a prudente com as crianças e gentil.

A mãe prefere que a criança estude pela manhã do que a tarde, 2 como a criança retorna cedo, tem muito tempo pra ficar em casa. A criança diz que costuma ficar com sono, mas prefere estudar de manhã pois fica a tarde toda em casa. E dá pra fazer muita coisa.

A mãe diz que quando a filha estudava a tarde quebrava um dia, saia no meio da manhã e já retornava no final da tarde.

Muitos alunos formam o nono ano ou não continuou os estudos, sobretudo os meninos, ou mudam para a zona urbana para concluírem o ensino médio.

Sendo assim são poucos alunos matriculados no ensino médio, o que muitas vezes causa a ameaça do fechamento dessa etapa de ensino. O que é visto como um grande problema para a continuidade dos estudos, sobretudo das meninas. Pois a próxima escola oferecer o ensino médio é bem distante das comunidades, e oferece o ensino médio apenas de forma integral, assim as alunas teriam que sair de madrugada de suas casas e retornar já anoiteceu. Verifica-se a possibilidade do ensino médio ser ofertado através da alternância.

18/07

Encontrei os responsáveis pela criança do Mogol na festa Junina realizada pelo ibitiprojeto para a escola “Life School” na comunidade e funcionários dos inúmeros empreendimentos que ocorrem na região relacionados ao Ibitiprojeto.

A festa aconteceu na Prainha, feita de forma artificial e onde ocorre shows do projeto, é um lugar muito agradável com Areia Branca, tinham várias espreguiçadeiras, um riozinho ao fundo e barulho de Cachoeira. Havia uma banda de forró contratada para a festa, comida e bebida a vontade para os participantes. Para as crianças tinha pescaria. Todos estavam felizes dançando descansando debaixo das árvores e das sombras comendo e conversando. Lugar muito agradável como boa comida e bebida.

Foi neste clima que tive oportunidade de conhecer pessoalmente os responsáveis da criança que morava mais distante da cidade em 2022.

Em 2022 Isabela estudava a 18 km de sua casa, trajeto realizado em estradas de Terra nem sempre conservada. A criança pegava um transporte, saía do Mogol as 05:30 e retornava entre 13:40 e 14 horas, dependendo das condições da estrada.

O transporte a pegava em frente a sua casa.

Em 2024, a criança estava estudando na escola particular da comunidade, ao lado de sua casa. A família estava muito satisfeita e não quiseram dar a entrevista como as demais famílias o fizeram, até porque a filha não estava mais nessa situação.

A Câmara Municipal de Lima Duarte votou e eu Prefeito sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Legislativo autorizado a municipalizar as seguintes escolas estaduais, de ensino fundamental:

E.E. Francisco Augusto de Oliveira
E.E. Coronel José de Sales
E.E. Pedro Paz
E.E. Dias Fortes
E.E. Nominato Duque
E.E. José Dondici

Art. 2º. Os bens móveis e imóveis, pertencentes ao Governo do Estado de Minas Gerais, existentes nas escolas a serem municipalizadas, serão imediatamente incorporados ao patrimônio do Município de Lima Duarte.

Art. 3º. Os servidores efetivos, lotados nas escolas a serem Municipalizadas, serão por adjunção ou qualquer outra forma de transferência, mantidos nas mesmas, sem

qualquer ônus para o Município, a não ser que manifestem desejo de transferência ou remoção.

Art. 4º - Para a municipalização do Ensino Fundamental, fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar com o Estado de Minas Gerais, acordos, convênios, contratos e quaisquer outros documentos necessários à sua efetivação, desde que previamente autorizados pelo Legislativo Municipal.

Parágrafo 1º - Fica o Município com o direito, perante planilha de custo, de ser reembolsado, assim que se provar a defasagem do valor recebido do custo/aluno/ano, imediatamente ao mês subsequente da planilha apresentada e devidamente comprovada.

Parágrafo 2º - O valor básico para entrar em planilha é o valor fixado na época do convênio.

Parágrafo 3º - Após concluída a Municipalização do Ensino Fundamental no Município de Lima Duarte, deverá o Estado de Minas Gerais, criar e manter turmas do ensino médio tantas quantas forem necessárias para atender a clientela do Município de Lima Duarte e Região.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Dada e passada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Lima Duarte, ao 1º dia do mês de dezembro de 1997.

Ney Carvalho de Paula
- Prefeito Municipal -

Maria Joaquina de Oliveira
- Secretária Municipal de Administração -

Lei nº 1028/97

Dispõe sobre a municipalização de escolas de ensino fundamental do Estado e dá outras providências

A Câmara de Lima Duarte aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a municipalizar as seguintes Escolas Estaduais de Ensino Fundamental:

E.E. Francisco Augusto de Oliveira
E.E. Coronel José de Sales
E.E. Pedro Paz
E.E. Dias Tarto
E.E. Nominato Duque
E.E. José Dondici
E.E. de Abad
E.E. Padre Carlos
E.E. Boa Vista

Art. 2º - Os bens móveis e imóveis, pertencentes ao Governo do Estado de Minas Gerais, existentes nas escolas a serem municipalizadas serão imediatamente incorporados ao patrimônio do Município de Lima Duarte.

Art. 3º - Os servidores efetivos ocupantes, lotados nas escolas a serem municipalizadas, só poderão

ser transferidos para escolas fora do Município se manifestarem desejo de remoção.

Art. 4º - Para a municipalização do Ensino Fundamental fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar com o Estado de Minas Gerais, acordos, convênios, contratos e quaisquer outros documentos necessários à sua execução, desde que previamente autorizados pelo Legislativo Municipal.

Art. 5º - Fica o governo do Estado de Minas Gerais, comprometido a criar no Ensino Médio, tantas vagas forem as necessárias para atender a clientela oriunda da 8ª Série das escolas do Município e região.

Art. 6º - Fica o Governo do Estado de Minas Gerais, comprometido a transferir para o Município, as verbas de Merenda escolar, das escolas Municipalizadas no ano de 1997.

Art. 7º - Fica revogada a lei de número 1024/97.

Art. 8º - Entra esta lei em vigor na data de sua publicação.

Dada e passada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Bom Quarte, aos 11 dias do mês de dezembro de 1997.

Wesley Carvalho de Paula
- Prefeito Municipal -

Maria Joaquina de Oliveira
- Secretária M. de Administração -

Câmara Municipal de Lima Duarte

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e cinco, reuniu-se este Legislativo na Sala de Sessões da Câmara Municipal, às 17 horas, para a realização da Primeira Reunião Ordinária do Segundo Período da Primeira Sessão Legislativa. Com as palavras de praxe, o Presidente Vereador Tadeu Tavares de Matos, percebendo haver número regimental, declarou abertos os trabalhos, determinando ao Secretário, Vereador Jacintho Almeida de Paula, que fizesse a chamada, onde se observou a presença de todos os edis. O Presidente determinou que fosse lida a ata, após lida fosse colocada em discussão. O vereador Antônio Alves se manifestou dizendo que não vê a necessidade da leitura da ata já que a cópia da mesma é enviada para todos vereadores. O Presidente respondeu que foi decidido pela maioria que a ata deveria ser lida em reunião, mas manifestou-se dizendo que o assunto poderia ser revisto. Encerrada a questão a ata foi aprovada e assinada por todos. O presidente fez questão de mencionar a presença da vice-prefeita Elenice Delgado. Em seguida o Presidente convidou a Srª Mariângela, professora da Universidade Federal de Juiz de Fora, responsável pelo Projeto Escola de Cidadania, para fazer uso da tribuna. De posse da palavra, a professora Mariângela fez uma explanação sobre o projeto Escola de Cidadania e Instituto Cidade, projetos sociais e de desenvolvimento sustentável em parceria com a Câmara Municipal há mais de três anos, com investimento de cinqüenta e cinco mil reais e com a aprovação de projetos e parcerias com a Caritas e Fundação Banco do Brasil. A professora destacou que está sendo retornado ao Município o montante de aproximadamente cinqüenta mil reais. Os projetos foram realizados e implantados em Manejo e Orvalho com escolas de artesanato e hortas medicinais e para finalizar falou sobre a importância para aquelas comunidades da aprovação do projeto, destacando que o mesmo ganhou dimensão nacional e tem levado o nome da cidade e da Câmara Municipal para os Congressos que tem participado. Em seguida o presidente agradeceu os esclarecimentos e marcou uma reunião entre os vereadores, as lideranças das comunidades envolvidas no projeto e os coordenadores do projeto para o dia três de março (quinta-feira) às dezessete horas na Câmara para maiores esclarecimentos. Logo após o Presidente determinou a leitura do expediente: Ofício nº 63/2005, do Gabinete do Prefeito, em resposta ao requerimento 01/2005, que já foram efetuados os pagamentos dos meses de novembro e dezembro de dois mil e quatro executados pela Secretaria Municipal de Saúde, e trata sobre empenhos diversos e pagamentos prioritários e em resposta ao requerimento 02/2005 que a Escola Municipal de Capoeirão não será fechada. Esclarece ainda o fechamento de algumas escolas e outras providências.Ofício nº58/2005, do Gabinete do Prefeito, em resposta ao Ofício 05/2005 esclarece que as indicações 01,02,05,06,07,08,09,10/2005 já foram encaminhadas aos setores competentes, as indicações de nº 03 e

04/2005 no momento não serão atendidas devido a atual situação da Prefeitura. Ofício nº 71/2005, do Gabinete do Prefeito, que indica o Vereador Hélio Dias Gomes como líder do prefeito na Câmara. Ofício 07/2005, do DEMAE, realização da primeira reunião do Conselho Administrativo onde ficou aprovado a anistia de juros e demais taxas, permanecendo somente a taxa de água e esgoto de débitos anteriores com a entidade e pedindo o empenho dos vereadores para o recebimento dos débitos atrasados junto à população. Ofício recebido do PMDB - Lima Duarte, indicando o vereador Antônio Alves de Paula como líder do partido na Câmara. Balanço Financeiro, recebido da APAE, informando o balanço financeiro do exercício de dois mil e quatro. Balanço Financeiro, recebido do Social Futebol Clube, informando o balanço financeiro do exercício de dois mil e quatro. O secretário mencionou a falta do nome dos responsáveis por extenso no balanço. Ofício recebido da Associação de Moradores de São José dos Lopes informando sobre a prestação de contas do ano de dois mil e quatro. Balanço Mensal, recebido da Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte, informando sobre o Balanço Financeiro de mês de janeiro de dois mil e cinco. Em seguida o Presidente pediu ao Secretário que fossem lidas as indicações, moções, requerimentos e projetos de resolução. Indicação nº11/2005, do Vereador Cláudio Pereira Neto, indicando ao Prefeito Municipal que faça manutenção na estrada do Caeté; Indicação nº12/2005, do Vereador Jacintho Almeida de Paula, indicando ao Prefeito Municipal que interceda junto a Cemig para continuação da rede elétrica na parte nova da rua Presidente Vargas, no Bairro Cruzeiro; Indicação nº13/2005, do Vereador Jacintho Almeida de Paula, indicando ao Prefeito Municipal que interceda junto a Cemig para a continuação da rede elétrica na Vila Belmira; Indicação nº14/2005, do vereador Jacintho Almeida de Paula, indicando ao Prefeito Municipal que determine a manutenção na estrada que Lima Duarte ao Monte verde; Indicação nº15/2005, do Vereador Antônio Alves de Paula, indicando à Telemar a instalação de um Telefone Público na localidade de Vila Vitoriana. Indicação nº16/2005, do Vereador Antônio Alves de Paula, indicando ao Prefeito Municipal que volte a ser fornecido lanche e transporte aos funcionários da Usina de Lixo; Indicação nº17/2005, do Vereador, Antônio Alves de Paula, indicando ao Prefeito Municipal que volte a ser fornecido lanche aos operários do setor de obras do pátio, devido ao horário de chegada, 04:30H. O Secretário questionou o porque deste horário, o Vereador Antônio Alves explicou que os motoristas devem chegar neste horário para o transporte Escolar. O Secretário prosseguiu a leitura das indicações: Indicação nº18/2005, do Vereador Antonio Alves de Paula, indicando ao Prefeito Municipal que determine a limpeza e capina da Vila Afonso Pena; Indicação nº19/2005 dos Vereadores Antônio Alves de Paula

e Cláudio Pereira Neto, indicando ao Prefeito Municipal que determine a limpeza e capina das ruas da Vila Belmira; Indicação nº20/2005 do Vereador Antônio Alves de Paula, indicando ao Prefeito Municipal que determine a desobstrução de Bueiros na Rua Manoel Otaviano Ferreira, em frente à casa da Srª Deronice; Indicação nº 21/2005, do Vereador Antônio Alves de Paula, indicando ao Prefeito Municipal que determine a capina e tampe os buracos dos Bairros Nossa Sra de Fátima, Barulho e Batatal; Indicação nº22/2005 do Vereador Jacintho Almeida de Paula, indicando ao prefeito Municipal a instalação de um telefone na Escola de Perobas; Indicação nº23/2005 dos vereadores Cláudio Pereira Neto e Jacintho Almeida de Paula, indicando ao Prefeito Municipal a instalação de quebra-molas e limitadores de velocidade em determinados pontos da cidade; Indicação nº24/2005 do Vereador Cláudio Pereira Neto, indicando ao Prefeito Municipal que determine a manutenção e conserte as pontes do Monte Verde; Indicação nº 25/2005, do vereador José Evilásio de Oliveira Fonseca, indicando ao Prefeito Municipal que determine a desobstrução de bueiras na Várzea do Brumado e salientou ainda que o encarregado de obras já esta ciente do fato; Indicação nº26/2005, do Vereador Cláudio Pereira Neto, indicando ao Diretor do Demae que verifique o problema de falta de água na Rua Ivo Jacques de Melo; Moção de Pesar nº01/2005, do Vereador Antônio Alves de Paula, caso aprovada, seja enviada aos familiares de Jose Eduardo Vargas; Requerimento nº03/2005, do Vereador Antônio Alves de Paula, requerendo ao Gerente do Banco do Brasil S/A, Edvaldo de Figueiredo esclarecimentos, sobre a retirada da cobertura do telefone do ponto de táxi; Requerimento nº04/2005, do Vereador Antônio Alves de Paula, requerendo ao Presidente da Câmara que seja formada uma comissão especial para tratar de assuntos referentes aos salários atrasados dos servidores municipais; Requerimento nº05/2005, do vereador Antônio Alves de Paula, requerendo a Ilma Sra, Secretária Municipal de Educação: Yêda Mautone Vieira de Assis, esclarecimentos sobre o afastamento da funcionária Ana Maria Fagundes da Silva, da Escola Municipal da Várzea do Brumado e quais os métodos usados para contratação na referida Escola. O presidente colocou as indicações, moções e requerimentos em votação sendo as mesmas aprovadas. O Vereador Antônio Alves manisfestou-se contra a indicação nº23/2005, dizendo que os quebra molas já estão em desuso. O presidente esclareceu que a indicação não dispõe somente da instalação de quebra molas, mas também de limitadores de velocidade. O Secretário manifestou-se dizendo que os quebra-molas têm sido usado em muitas cidades como alternativa de reduzir velocidade e disse que para realização deste projeto os órgãos regulamentadores e normativos de trânsito serão consultados. O Vereador Antônio Alves pediu que seu voto fosse respeitado, salientando que existem outras formas de reduzir

velocidade. O Vereador Geraldo Fonseca Neto esclareceu que os quebra-molas não são ilegais quando instalados obedecendo às normas técnicas. Com a palavra o Vereador Hélio Dias Gomes, esclareceu sobre as Indicações: nº16/2005: está sendo fornecido um lanche básico na Usina de Lixo, pois foi constatado um abuso por parte de alguns; e falou sobre abuso do telefone no pátio que levou o prefeito a tomar as medidas cabiveis, manisfestou-se a favor das indicações e disse que se empenhará na medida do possivel para que elas sejam atendidas. O Vereador Antônio Alves agradeceu ao empenho do Vereador Hélio Dias, inclusive pelo fato do mesmo ser membro da Comissão de Direitos Humanos. Continuando, o Vereador Hélio Dias comentou sobre as indicações que dispõem sobre a eletrificação urbana e mencionando que participou de uma reunião realizada no domingo retrasado, com representantes da Cemig e do Projeto Luz para Todos, que a custo zero irá eletrificar toda Zona Rural do Município, foi dada informação sobre o projeto CLAREAR, que dispõe sobre eletrificação urbana, sendo constatado que no momento não será possível celebrar este convênio com o projeto, devido a dívida da Prefeitura com a Cemig, tendo os moradores que aguardar até que a dívida se estabilize; continuando comentou sobre o requerimento do Vereador Antônio, dos salários atrasados, que o Prefeito Geraldo Gomes de Souza já está tomando as devidas providências, mesmo sem ter recursos suficientes, ele irá fazer um levantamento dos funcionários que estão sem receber, mesmo os que não trabalham mais na prefeitura e irá fazer um acordo que não prejudique nenhuma das partes. Pediu àqueles que têm crédito com a Prefeitura que os procure, pois a mesma irá designar um funcionário para tratar desses assuntos. O Vereador Antônio Alves com a palavra agradece e acredita no empenho do Prefeito e pede que, se aprovado seu requerimento, que seja formada a comissão, se manifestando para fazer parte da mesma. O Vereador Geraldo Fonseca Neto se manifestou favorável à instalação da comissão para ajudar a prestar esclarecimentos ao povo sobre esta dívida e de certa forma ajudar o atual prefeito. O Presidente declarou que todas as indicações, moções e requerimentos foram aprovados, e disse que o caso da comissão deve ser estudado, aguardando um pouco mais, devido ao empenho do atual Prefeito com o assunto. Caso não haja resultado, aí então se forme uma comissão, pois o salário é uma coisa sagrada e tem seu valor para o funcionário. Falou que, quando vereador em outra legislatura do então prefeito Ney Carvalho, se empenhou ao máximo na questão dos salários atrasados; cobrou do Vereador Antônio Alves a falta de empenho junto a administração passada para que fossem pagos os salários, e o porque não da formação dessa comissão, visto que o Prefeito nem sequer tentou negociar esta questão. O Vereador Hélio Dias lembrou que devido à falta de recursos, grande parte do pagamento do mês de Dezembro não foi efetuada,

velocidade. O Vereador Geraldo Fonseca Neto esclareceu que os quebra-molas não são ilegais quando instalados obedecendo às normas técnicas. Com a palavra o Vereador Hélio Dias Gomes, esclareceu sobre as Indicações: nº16/2005: está sendo fornecido um lanche básico na Usina de Lixo, pois foi constatado um abuso por parte de alguns; e falou sobre abuso do telefone no pátio que levou o prefeito a tomar as medidas cabíveis, manisfestou-se a favor das indicações e disse que se empenhará na medida do possível para que elas sejam atendidas. O Vereador Antônio Alves agradeceu ao empenho do Vereador Hélio Dias, inclusive pelo fato do mesmo ser membro da Comissão de Direitos Humanos. Continuando, o Vereador Hélio Dias comentou sobre as indicações que dispõem sobre a eletrificação urbana e mencionando que participou de uma reunião realizada no domingo retrasado, com representantes da Cemig e do Projeto Luz para Todos, que a custo zero irá eletrificar toda Zona Rural do Município, foi dada informação sobre o projeto CLAREAR, que dispõe sobre eletrificação urbana, sendo constatado que no momento não será possível celebrar este convênio com o projeto, devido a dívida da Prefeitura com a Cemig, tendo os moradores que aguardar até que a dívida se estabilize; continuando comentou sobre o requerimento do Vereador Antônio, dos salários atrasados, que o Prefeito Geraldo Gomes de Souza já está tomando as devidas providências, mesmo sem ter recursos suficientes, ele irá fazer um levantamento dos funcionários que estão sem receber, mesmo os que não trabalham mais na prefeitura e irá fazer um acordo que não prejudique nenhuma das partes. Pediu àqueles que têm crédito com a Prefeitura que os procure, pois a mesma irá designar um funcionário para tratar desses assuntos. O Vereador Antônio Alves com a palavra agradece e acredita no empenho do Prefeito e pede que, se aprovado seu requerimento, que seja formada a comissão, se manifestando para fazer parte da mesma. O Vereador Geraldo Fonseca Neto se manifestou favorável à instalação da comissão para ajudar a prestar esclarecimentos ao povo sobre esta dívida e de certa forma ajudar o atual prefeito. O Presidente declarou que todas as indicações, moções e requerimentos foram aprovados, e disse que o caso da comissão deve ser estudado, aguardando um pouco mais, devido ao empenho do atual Prefeito com o assunto. Caso não haja resultado, aí então se forme uma comissão, pois o salário é uma coisa sagrada e tem seu valor para o funcionário. Falou que, quando vereador em outra legislatura do então prefeito Ney Carvalho, se empenhou ao máximo na questão dos salários atrasados; cobrou do Vereador Antônio Alves a falta de empenho junto a administração passada para que fossem pagos os salários, e o porque não da formação dessa comissão, visto que o Prefeito nem sequer tentou negociar esta questão. O Vereador Hélio Dias lembrou que devido à falta de recursos, grande parte do pagamento do mês de Dezembro não foi efetuada,

Ausência

mas que alguns receberam, inclusive o 13º Salário. Janeiro e Fevereiro o Prefeito pretende manter em dia. O Vereador Antonio Alves se manifestou dizendo que ele sempre cobrou da administração passada os salários atrasados e deu algumas sugestões; pediu para que o Presidente consultasse nas atas das reuniões anteriores seus relatos, e ressaltou que independente do Prefeito seria indigno deixar de pagar os funcionários, pois a dívida é da Prefeitura. O Presidente determinou que o Secretário procedesse à leitura do projeto de Resolução nº01/2005 que dispõe sobre a criação de cargos de provimento e comissão, logo após foi lido o relato das Comissões favorável na integra; e então colocado em primeira votação. O Vereador Antônio Alves absteve seu voto ao projeto na primeira votação com base no artigo 2º onde menciona sobre a nomeação do motorista, solicitando emenda para estipular qual categoria pretendida na contratação. O Presidente declarou aprovado o Projeto em primeira votação, e não descartou a possível emenda e concedeu a palavra livre. O Vereador Hélio Dias esclarece assuntos referentes ao Demae sobre a suspensão das multas e taxas das contas acumuladas em atraso, e fala que em conversa com o atual Diretor Adjunto do Demae Luiz Henrique, foi constatado que o computador que emitia as contas, cobrava multa de "dez por cento", "oito por cento" a mais que o devido que é de "dois por cento". Logo após a descoberta foi tomada a decisão de cancelar as multas dos débitos anteriores devido ao erro da Diretoria passada e a partir de agora será praticada a multa de "dois por cento". O Vereador Cláudio Pereira solicitou a Secretaria Municipal de Educação que regularize a situação das crianças do ensino fundamental, que estão sem estudar, principalmente em Serra Negra e Monte Verde, devido à falta de transporte e outros fatores. O Secretário falou das diversas necessidades do município e suas dificuldades salientando que mesmo que algumas indicações não sejam atendidas no momento, que elas sirvam de lembretes e sejam encaminhadas aos respectivos setores que a competem e sejam atendidas na medida do possível, e pediu paciência a população, pois o momento é delicado e a Prefeitura tem muitas dívidas. Falou ainda do programa na rádio que irá ao ar na primeira terça-feira do mês das "vinte às vinte uma horas" com o objetivo de informar a população sobre os fatos do legislativo e executivo, o programa será aberto a perguntas mas elas deverão ser identificadas. O vereador Antônio Alves indicou o vereador José Evilásio como vice-líder do PMDB na Câmara, conforme Regimento Interno. Em seguida fez um breve comentário sobre seus requerimentos, se declarou oposição e irá fiscalizar o executivo como é de sua função. Lamentou e questionou os motivos da demissão da funcionária Maria Cristina, da Escola da Várzea e afirmou haver perseguições políticas por parte da atual administração e pediu aos vereadores que intercedam contra as perseguições que vêm ocorrendo. Criticou a equipe de governo do atual

Prefeito, mencionando um ex-prefeito que é atual Secretário e deixou o Município arrasado e deixou claro que estará sempre na defesa dos funcionários. A vereadora Maria Auxiliadora esclareceu primeiramente que o nome da funcionária citada pelo Vereador Antônio Alves da Escola da Várzea é Ana Maria dizendo ainda que se o Prefeito estivesse dando prioridade só aos que o apoiaram não teria mantido o contrato da Geovana, filha do Vereador Antônio Alves, considerada oposição, ela permaneceu porque é uma excelente funcionária e com esse e outros exemplos nota-se que não há perseguição. O vereador Antônio Alves pediu que não se misturasse o político Antônio Alves com a profissional Geovana. O Vereador José Evilásio fez uma solicitação a Secretária de Educação, que possa em determinadas situações especiais, liberar uma carona no transporte escolar das comunidades da Várzea do Brumado e Capoeirão, onde os recursos são poucos e o transporte é deficitário, e esclareceu que pelo fato de trabalhar nestas comunidades há muito tempo esta sempre lutando por eles; e ainda parabenizou a comissão organizadora do carnaval e a Polícia Militar, e lamentou o uso das "espuminhas" que nem todos aprovam, e falou da possibilidade de veta-las no próximo ano. O Vereador Hélio Dias, falou sobre os comentários do Vereador Antônio Alves, discordando dele quando ele fala sobre a equipe do atual Prefeito, que pode de início ter alguma dificuldade, mas é uma equipe competente e confiável e com o tempo vão estar acompanhando o ritmo da máquina administrativa, e ressaltou que administrar a coisa pública é bem diferente da particular. Com a palavra o Vereador Antônio Alves esclareceu que quando falou de equipe não se referiu a todos e sim a alguns que já foram testados. O presidente comentou sobre o pedido do grupo de Narcóticos Anônimos para colocação de placas em alguns pontos e esclareceu a eles que compete a Secretaria de Obras, continuando pediu que quando o Prefeito enviasse as respostas de indicações e requerimentos que além do número coloca-se o nome do vereador que a solicitou. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente encerrou a reunião desejando a todos uma boa noite. Para constar, determinou que essa ata fosse confeccionada, que depois de lida, se aprovada, deverá ser assinada. Vereadores presentes,

Jacinto Almeida de Paula, Antonio Alves de Paula, Claudio Pereira Neto, Maria Auxiliadora Sousa Carvalho, Geraldo Fonseca Neto, Hélio Alves Dias, Walter de Paula Neto, José Evilásio de Oliveira Ferreira.

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e cinco, reuniu-se este Legislativo na Sala de Sessões da Câmara Municipal, às dezoito horas, para a realização da Primeira Reunião Extraordinária do Nono Período da Primeira Sessão Legislativa. Com as palavras de praxe, o Presidente Vereador Tadeu Tavares de Matos, percebendo haver número regimental, declarou abertos os trabalhos, determinando ao Secretário, Vereador Jacintho Almeida de Paula, que fizesse a chamada, onde observou-se a presença de todos os edis. O Presidente colocou a ata da reunião ordinária do dia dezenove de setembro em discussão, e não havendo nenhum manifesto a mesma foi aprovada. Em seguida o Presidente determinou ao Secretário que procedesse a leitura do pequeno expediente: Ofício nº219/2005, do quarto Pelotão da Polícia Militar, convidando para reunião para discutir sobre a prevenção do uso de drogas e combate a violência, que será realizada no dia sete de outubro do corrente ano no Salão Paroquial às dez horas. Com relação ao convite enviado pela Polícia Militar, a Vereadora Maria Auxiliadora Souza Carvalho fez questão de reiterá-lo e salientou a importância da participação de todos nesta reunião. Ofício nº887/2005, da Telemar, em resposta ao ofício de nº69/2005 solicitando a mudança de lugar do telefone da Várzea do Brumado, informando que a mudança é complexa. Ofício nº839/2005, da Telemar, em resposta a indicação 79/2005, de autoria do Presidente, informando que o telefone requisitado para o Batatal será instalado. Em seguida o Presidente convidou o Prefeito Municipal Geraldo Gomes de Souza para compor a mesa e esclarecer alguns pontos da sua administração aos Vereadores e conseqüentemente a população, esclareceu que primeiramente o Prefeito fará uma colocação inicial sobre seu governo e logo após pela ordem de chamada cada Vereador faria três perguntas, desejou ao Prefeito uma boa noite e logo após transferiu a palavra para o Prefeito. Com a palavra o Prefeito desejou a todos uma boa noite e relatou o prazer em estar na Câmara para relatar um pouco de sua administração e reiterou que está a disposição dos Vereadores para prestar esclarecimentos. Relatou que o objetivos de sua campanha era fazer uma administração transparente, apresentando prestação de contas e economia e que este objetivo tem sido atingido. Mencionou o trabalho e a luta grande que tem gerado resultados, as críticas que as vezes até ajuda a corrigir erros. Salientou a luta para alcançar os objetivos que ainda não foram atingidos, esclarecendo que o repasse do governo Federal tem diminuído muito, mas que a Prefeitura está com as finanças equilibradas e está trabalhando para equilibra-las ainda mais. Disse que a última decisão que tomou foi com relação ao acerto de salário atrasados dos servidores, que têm seis meses a receber da Prefeitura, informando que no primeiro momento está sendo

feito um cadastramento dos credores para ser feita uma negociação, e logo após mandará para esta Casa um projeto de Lei pedindo autorização para efetuar tal pagamento, pois na sua visão de empresário acha que todas as pessoas que trabalham devem receber seu salário. Após tais esclarecimentos se colocou a disposição dos Vereadores para fazerem seus questionamentos. O Secretário procedeu então pela ordem da chamada a convocação dos Vereadores para fazerem suas perguntas esclarecendo que não se fizesse a mesma pergunta feita primeiramente por outro Vereador caso a mesma tenha respondido a pergunta que seria feita. Com o direito de fazer as perguntas o Vereador Antônio Alves de Paula, questionou o Prefeito sobre algumas medidas impopulares que o mesmo tomou no início de seu governo como a cobrança de IPTU e logo em seguida a cobrança da taxa de iluminação pública que tem gerado muitas reclamações por parte da população, relatou que o Projeto votado no ano passado é inconstitucional e relatou que já foi feito uma indicação pedindo o cancelamento de tal cobrança, achando que no momento o cancelamento não seria viável, perguntando ao Prefeito se existe algum projeto para rever tal situação. Em resposta o Prefeito esclareceu que o projeto de cobrança da contribuição de iluminação pública foi aprovado no ano passado pela Câmara, e que o mesmo foi enviado para a Câmara através de um entendimento pelo então Prefeito Arzenclever e a pessoa do atual Prefeito, relatou ainda que o Projeto não é inconstitucional. Explicou que o certo seria arrecadar através da taxa um valor de aproximadamente trinta mil reais, mais atualmente está sendo arrecadado através da cobrança um valor de apenas vinte e seis mil, tendo a Prefeitura que subsidiar aproximadamente cinco mil reais. Sobre a discussão do projeto se colocou a disposição para discutir com os Vereadores o que seria melhor, e reiterou que ficar sem a cobrança seria impossível. Sobre o IPTU, mencionou que em todos os carnês foi um bilhete que pedia as pessoas que não concordassem com o valor cobrado que procurassem a Prefeitura, para que a mesma fizesse uma revisão, e mencionou que somente doze pessoas procuraram a Prefeitura para fazer tal revisão. O Prefeito disse que estava pensando em fazer uma revisão mas o preço seria inviável para atual realidade da Prefeitura, pois a última oferta de uma empresa especializada foi de cinqüenta mil reais, ele relatou que está pensando em fazer uma revisão mais branda com o próprio pessoal da Prefeitura, relatando os casos de Ibitipoca onde as cobranças estão totalmente defasados, mencionou que encaminhará para a Câmara um projeto de Lei pedindo autorização para rever estas situações, para que a população procure a Prefeitura para pedir a revisão. A outra pergunta do Vereador Antônio Alves foi com relação ao fechamento da Escola Nominato Duque, relatando que em reunião com os pais o Prefeito disse

que fecharia a escola para reforma-la e até o momento nada aconteceu. O Prefeito esclareceu que foi eleito para gerir as finanças do Município com honestidade e dedicação, e relatou que a escola estava em situação precária e que discutindo com o eis Prefeito viu que a referida escola tinha sala com poucos alunos, não compensando manter aquelas salas funcionando, e como a Escola Bias Fortes acolheu bem os alunos transferidos não ultrapassando o número máximo de alunos permitidos em sala de aula, além do transporte dado pela Prefeitura e uma boa qualidade de ensino, o Prefeito achou viável que os alunos continuassem no Bias Fortes pois estaria economizando, mais salientou que se fosse e for necessário reformará a escola para que a mesma atenda ao seus fins, relatou ainda sua intenção em reformar a escola e transformá-la em Secretarias que estão pagando aluguel como uma medida para economizar. A outra questão abordada pelo Vereador Antônio Alves foi com relação aos funcionários do Município que ganham mau, e que estão sem aumento a mais de dez anos, relatando que somente os professores tiveram aumento no ano passado de vinte e dois ou vinte e três por cento, perguntando ao Prefeito se ele tem a intenção de conceder um aumento ou um abono salarial aos funcionários que estão com seus salários defasados e se o pagamento dos salários atrasados será no valor atual. Em resposta a última pergunta o Prefeito mencionou que está com a intenção de pagar com salário atual, salientou que o Município não tem condições de pagar uma correção, pois estas dívidas foram deixadas por administrações passadas, e que se ele fosse pagar estes valores corrigidos estaria penalizando a atual administração. Sobre o aumento de salário disse que o Fundo de Participação está para ter um aumento mencionando inclusive que colocará no orçamento tal previsão, e que se realmente este ocorrer a Prefeitura poderá estudar a possibilidade de conceder um reajuste mas que no momento não pode dar uma previsão, pois tudo será feito através de estudos para não comprometer as contas do Município. Em seguida o Vereador Cláudio Pereira Neto perguntou ao Prefeito sobre a possibilidade do recebimento de verba no valor de trezentos mil reais do Deputado Paulo Delgado na posse que ocorreu este ano na Câmara, onde foi entregue um envelope ao Prefeito, pois o povo está cobrando tal verba. O Prefeito esclareceu que o Deputado lhe entregou uma emenda parlamentar, que é uma previsão de recurso Federal para o Município no valor citado pelo Vereador. Disse que esteve em Brasília e o cobrou sobre tal recurso, e o Deputado esclareceu que o Governo não estava liberando recursos para ninguém mais que a partir de agora ele irá começar a libera-los. Esclarecendo que naquela oportunidade não lhe foi entregue cheque mais sim o referido documento, reiterou ainda que existe uma emenda destinada ao tratamento de água no valor de um milhão e cem relatando que esta é

uma verba disponível que está dependendo apenas de projeto e outros recursos. Mencionou que existe dinheiro disponível no valor de cento e vinte cinco mil para eletrificação rural em Ibitipoca. E dinheiro em caixa para cobertura da quadra do centro, construção de mais uma quadra, quadra de skate e construção de uma quadra menor no bairro Cruzeiro, explicou que até o momento não saiu nenhum destes recursos pois os projetos que estavam na CAIXA estavam com muitos erros, inclusive levou a Prefeitura a contratação de um engenheiro para lhe auxiliar em tal tarefa. Fez questão de frisar a diferença entre recurso disponível e dinheiro em caixa. Com sua vez de fazer as perguntas o Vereador Geraldo Fonseca Neto disse que a Câmara enviou um ofício ao Executivo pedindo ao Prefeito uma revisão nos valores do IPTU, mas acha necessário que seja feita uma reforma tributária que deixaria de penalizar os contribuintes e faria uma arrecadação melhor, pois se os valores cobrados são altos o contribuinte não paga, e que também se fizesse uma reforma administrativa. Pediu também ao Prefeito que esclarecesse sobre a verba destinada ao calçamento de Orvalho. Em resposta o Prefeito disse que a reforma tributária já está sendo executada e já está bem adiantada e sobre a reforma administrativa esclareceu que está pensando em fazer uma mini-reforma, relatando que a Prefeitura está em uma situação ruim pois atualmente ela tem cargos que não existem. Com relação ao calçamento de Orvalho relatou que a obra irá começar em breve pois já ouve a licitação, e também a empresa vencedora. O outro ponto abordado pelo Vereador Geraldo foi com relação a visita do Prefeito ao Presidente da República que teve como pauta o recapeamento da Br267. O Prefeito esclareceu que parece haver um problema interno entre o Governo Federal que alega que repassou ao Governo Estadual o dever de conservar as estradas Federais e uma verba no valor de aproximadamente setecentos e oitenta milhões de reais para conservar em torno de quatro mil quilômetros de estradas, mais o dinheiro foi gasto e as estradas não foram conservadas, e que ao seu ver a reforma delas dependerá muito da boa vontade do Governo Federal em reeditar uma medida provisória para consertar as estradas, e manifestou ainda que deu a entender que o Governo Federal quer que todos saibam que o dinheiro foi repassado para o Estado, que não o utilizou para tais fins. O Vereador fez um comentário a respeito do repasse que foi feito no Governo Fernando Henrique para o Governo Itamar, que usou o dinheiro para pagar o décimo terceiro salário dos servidores. A última pergunta do Vereador Geraldo foi com relação ao lema de campanha "Trabalho e Transparência", relatando que ficou decidido que no início do governo seria lançado um jornal para informar ao povo sobre os atos da Prefeitura e os balancetes, mencionando que até o momento não foi lançado tal jornal e mencionando sua importância. Pediu ao Prefeito que comentasse

sobre a construção do Posto de Saúde de Ibitipoca. O Prefeito esclareceu que o jornal está para sair a qualquer momento. Sobre o balancete informou que no final do ano soltará o balancete mais completo, explicando que a arrecadação do Município oscila muito. Sobre o Posto de Ibitipoca, relatou que foram pagas parcelas indevidas, como coisas que não foram realizadas e materiais que não foram instalados, mencionou que o certo seria fazer uma tomada de contas, mas pensou que se fosse tomar tal atitude a obra ficaria paralisada e corresse o risco da mesma não ficar pronta ao final de seu governo, relatando a complexibilidade da justiça. Relatou que procurou a empresa que venceu a licitação, negociou com eles a retomada da obra, e foi ao Secretário de Saúde Dr. Marcos Pestana e explicou-lhe a situação, onde o mesmo lhe concedeu mais vinte e cinco mil reais para o término da obra. Disse que ontem esteve visitando a obra e relatou que a mesma encontra-se adiantada e que a previsão do término é de no máximo sessenta dias. Com o uso da palavra o Vereador Hélio Dias Gomes pediu ao Prefeito que esclarecesse um pouco mais a população sobre a questão do IPTU perguntando se realmente as pessoas que tiverem casos de desproporção nas cobranças que procurem a Prefeitura para fazer uma revisão, em resposta o Prefeito esclareceu que realmente é isto. Explicou também que uma legislação Federal regulamenta o cálculo e a cobrança do IPTU, que é cobrado pela região, pelo valor venal e pela área do terreno. O Prefeito mencionou que este ano mandará para a Câmara um projeto de Lei isentando os contribuintes que estão em débito com a Prefeitura de juros e correção monetária, além de parcelar o pagamento, pois atualmente a Prefeitura possui uma dívida ativa muito grande se fazendo necessário que as pessoas quitem seus débitos para que a cidade possa crescer. Aproveitando o Prefeito pediu a população que colabore com a água, não desperdice ela lavando calçadas, pois o custo para tratá-la é muito alto, e o DEMAE está fechando com um prejuízo mensal entre mil e dois mil reais, apesar de estar com as contas equilibradas. Mas relatou que quando ocorre um imprevisto como uma bomba queimada o departamento fica apertado para cobrir tal gasto, alertando a comunidade sobre a possibilidade da COPASA ser a responsável pela água no Município, o que penalizaria muita gente caso o DEMAE não consiga sobreviver, pois a entidade é uma conquista dos Prefeitos anteriores e é do povo. Relatando outra alternativa caso a população não se conscientize para economizar água, sugerindo a colocação de hidrômetros que também penalizaria a população, mais se estudaria a possibilidade de não penalizar os mais carentes. A segunda pergunta do Vereador Hélio foi sobre se há uma data para que a Br.267 esteja em condições de tráfego normal, em resposta o Prefeito esclareceu que não foi citada uma data, e para ele a única maneira de se conseguir a

recuperação da estrada é através de manifestos junto com os Prefeitos e Vereadores das cidades vizinhas e que chamem a atenção de todos. O Presidente completou, já que o mesmo participou da conversa sobre o assunto dizendo que o Ministro dos Transportes disse que a questão é política, e pediu que eles fossem até ao Governo Estadual com cópias dos recibos de repasse e da MP82, relatando que foram repassados quinhentos milhões no Governo Itamar e duzentos e oitenta milhões no Governo Aécio Neves, disse também que já foi feito a licitação e já se sabe a firma vencedora, e que pela conversa que tiveram com o Ministro e o Presidente os mesmos mostraram que o governo do Estado deve ser cobrado e que todos devem saber que o dinheiro foi repassado. O Secretário com o direito de fazer suas perguntas indagou o Prefeito sobre as maiores dificuldades que ele vem encontrando na Prefeitura. O Prefeito relatou que encontrou os equipamentos e veículos da Prefeitura muito danificados e consertá-los equilibrado as receitas tem sido muito difícil, e devido a extensão do Município fica difícil atuar sem equipamentos. A outra pergunta foi com relação ao INSS e FGTS, relatando que algumas pessoas ao darem entrada na sua aposentadoria descobriram que não era recolhida sua contribuição. O Prefeito relatou que realmente a administração anterior recolhia somente uma parte do INSS, deixando outra sem recolher, manifestou sua preocupação com as dívidas da Prefeitura com o governo, pois este não está gostando de negociar as dívidas e se o Juiz decretar o execução das dívidas a Prefeitura entra em estado de calamidade. Declarou que atualmente ele paga o INSS de todos os funcionários. Outro ponto abordado pelo Vereador Jacintho foi com relação a iluminação rural e a urbana relatando a falta de iluminação em algumas ruas da cidade e o descontentamento da população, perguntando ao Prefeito se existe uma data para iniciar o programa de eletrificação. Sobre a iluminação urbana citou o projeto Iluminar relatando que já tem atendido algumas demandas no Município, mencionou que o funcionário responsável é o João Tiofinho como é conhecido, está cadastrando as pessoas que não são servidas pela iluminação pública relatando a lentidão da CEMIG para atender tais casos. Já o "Luz para Todos" não é responsabilidade da Prefeitura e sim do Governo Federal com o Governo do Estado e que conforme informações o programa terá seu início em outubro, pois já existe uma firma vencedora para prestar estes serviços, sendo a meta de concretizar até dois mil e seis a eletrificação rural em todo o Município. Dizendo que a Prefeitura está apenas cadastrando as famílias que não possuem luz. Encerradas suas perguntas o Vereador Jacintho passou a palavra ao Vereador José Evilásio de Oliveira Fonseca, que perguntou ao Prefeito sobre a possibilidade do fechamento das escolas do Capoeirão e Várzea do Brumado, pois as mães estão preocupadas com o

remanejamento destas crianças para São Domingos e o trânsito delas nestas estradas nos períodos de chuva. O Prefeito disse que por enquanto não vai fechar nada arbitrariamente apenas irá expor aos pais os benefícios que terão seus filhos, e relatou que a sua idéia é melhorar a qualidade do ensino. Como a escola de São Domingos é pequena a escola funciona nos três turnos e os carros rodam o dia inteiro, e com a aquisição de dois novos veículos, a escola funcionará em um só turno dando mais conforto aos alunos. A outra pergunta foi com relação aos jovens, a ociosidade destes e o aumento do uso de drogas no Município, perguntando se o Prefeito irá construir um estádio Municipal, em resposta o Prefeito mencionou que não tem intenção de construir um estádio pois a cidade possui bons campos. Mas relatou estar preocupado com a falta de lazer para as crianças, disse que até o final de seu governo atenderá a maior parte da cidade construindo parquinhos para as crianças. Sobre as drogas relatou que irá fazer um trabalho na educação dos jovens e orientação dos pais, disse que tem sido realizado um trabalho que não poder ser divulgado junto com a Polícia Militar no sentido de amenizar o problema das drogas. Citou como exemplo a instalação do sub-destacamento em Ibitipoca que moralizou o uso de drogas no Distrito. Para finalizar o Vereador José Evilásio comentou sobre o descaso dos Deputados com a Br267, mas acredita que no ano que vem por ser ano eleitoral a estrada estará recapeada pois eles terão que vir até aqui para pedir votos. O Prefeito também concordou com a colocação do Vereador José Evilásio. Com o uso da palavra a Vereadora Maria Auxiliadora mencionou a importância do Prefeito em estar nesta reunião respondendo os questionamentos dos Vereadores. Reafirmou o já dito pelo Presidente e pelo Prefeito com referência a Br267, e para ela o Governo Estadual tem a obrigação de arrumar as estradas, pois o dinheiro já foi repassado e foi desviado, apoiando manifestações para chamarem a atenção sobre o assunto. A Vereadora perguntou ao Prefeito sobre quais os critérios de avaliação usados para atender os pedidos de iluminação urbana, quem a faz e quem paga pelo serviço. O Prefeito explicou que a pessoa deve procurar o João Tiofinho na Prefeitura que entra em contato com a CEMIG para ela fazer o orçamento, após o orçamento a Prefeitura paga se caso for realizar o serviço e a empresa tem noventa dias para executar o serviço. O Prefeito ressaltou que os lugares aonde o serviço é mais complexo, citou como exemplo a Piúna, disse que deixará para o final, pois o último orçamento ficou em aproximadamente cinqüenta mil reais. A Vereadora sugeriu que fosse criada uma comissão para avaliar cada caso, ressaltando não ter nada contra o João Tiofinho. A outra questão abordada pela Vereadora foi com relação a promessa de campanha de dar o transporte para as pessoas que estudam em Juiz de Fora, relatando haver muita cobrança

das pessoas que estão perguntado se realmente a possibilidade do mesmo ser concedido a partir do ano que vem. O Prefeito relatou que pretende colocar no orçamento deste ano uma verba destinada a ajudar os alunos que realmente necessitam nos transportes, sendo necessário fazer uma avaliação, e explicou que este ano não houve ajuda pois não constava no orçamento. A Vereadora comentou que muitas pessoas têm à procurado para pedir a volta do psiquiatra Dr. Luiz Carlos, relatando a falta de vagas com a referida especialidade médica até o final do ano, e perguntando ao Prefeito o porque da não contratação do referido médico. O Prefeito explicou que não é que não possa contratá-lo, pois o mesmo tirou uma licença sem vencimentos e após o vencimento ele não procurou a Prefeitura para renová-la ou voltou a trabalhar perdendo assim o direito de ser nomeado. E relatou que se houver a necessidade de contratá-lo irá fazer. A outra pergunta foi com relação ao CEFET, sobre a sua real situação. O Prefeito esclareceu que existe uma possibilidade do CEFET se instalar e construir um prédio na cidade, relatando que existe uma verba no CEFET de Rio Pomba de dois milhões de reais, mencionando a intenção daquela entidade em transferir uma verba de oitocentos mil reais para construção da unidade local. Mencionou inclusive que o terreno doado pela outra administração não daria para construir o prédio, relatando estar tentando transferir a construção para um terreno próximo ao Ginásio. Relatou o empenho do Deputado Paulo Delgado que é Presidente da Comissão de Educação em conseguir este beneficio para a cidade pois o colégio trará cursos na área rural e turismo ecológico além de ser uma escola de nome no país. A Vereadora agradeceu os esclarecimentos e pediu que o Prefeito voltasse mais vezes a Câmara, e alertou a população para que economize a água. O Prefeito relatou que sempre que necessitar voltará, e que todas as pessoas que quiserem conversar com ele serão ouvidas, mencionou ainda que não guarda rancores de adversários políticos, pois ele é o Prefeito da população de Lima Duarte, está a disposição para fazer pela cidade o que for preciso. Assumindo erros quando tiver que assumi-los, pedindo a colaboração dos Vereadores e demonstrando o que está se passando na Prefeitura. Com a palavra o Presidente perguntou ao Prefeito sobre o projeto de Lei aprovado do parcelamento da CEMIG, e indagando se realmente a empresa não aceitou tal proposta e relatou sua preocupação com referência ao comprometimento do projeto Luz para Todos diante de tal impasse. Em esclarecimento o Prefeito mencionou sobre a visita que o Prefeito, os Vereadores Hélio, Jacintho e o Presidente fizeram a CEMIG para conversar sobre a negociação, e na ocasião ficou decidido que se a Prefeitura negocia-se sua dívida junto a CEMIG, a mesma trocaria lâmpadas que são mais econômicas, fazendo uma economia de três mil e novecentos reais o que

ajudaria o Município a quitar sua dívida. Relatou que a poucos dias recebeu da empresa um ofício que além de aumentar a parcela não concorda com o desconto gerado pela troca de lâmpadas. Achando o Prefeito necessário que se sente novamente com a CEMIG para descobrir o que está acontecendo diante de tal impasse sugerindo inclusive que se convide os representantes da empresa para virem até a Câmara para prestar esclarecimentos a população, reafirmando que a Lei aprovada estava dentro da negociação feita com a CEMIG. O Presidente confirmou que irá enviar um ofício convidando os representantes da CEMIG para esclarecer estes pontos e comentar sobre uma nova maneira de se cobrar a contribuição de iluminação pública achando necessária também a presença do Prefeito. Em seguida pediu ao Prefeito que comentasse sobre a verba que o Deputado Paulo Delgado destinaria para o calçamento dos bairros Batatal, Barulho e Três Porteiras. O Prefeito relatou que disse ao Deputado que se tal dinheiro não vir para cidade não teria como pedir votos para o Deputado, e que em resposta o Deputado deu esperança que irá conseguir o dinheiro. O presidente pediu ao Prefeito que complementasse algo sobre a questão de aumento de salários e que explicasse que não depende diretamente desta Casa para que seja concedido tal aumento. O Prefeito explicou que a folha de pagamento é limitada, não podendo ultrapassar sessenta por cento da arrecadação do Município, e que se não houver aumento de arrecadação não existe como dar aumento. E mencionou sobre a importância da reforma tributária. Outra questão abordada pelo Presidente foi com relação as pontes da rua Niterói e do Manejo, mencionando que o ouvinte Sr. Fausto do Manejo ligou querendo saber sobre o início das obras da ponte daquela localidade. O Presidente indagou o Prefeito sobre as estradas do Município que com a chagada das chuvas, a reforma das estradas terão que parar, mencionando que algumas estradas estão intransitáveis pedindo a ele que ensaibrasse parte das estradas que ainda não foram patroladas. Em resposta, o Prefeito disse que tem uma preocupação grande com as pontes, principalmente com a da rua Niterói que está bastante comprometida correndo riso de cair, como aconteceu em Manejo. Destacou que está empenhado no assunto desde abril, e talvez as obras iniciem na semana que vem na ponte da rua Niterói antes que chova mais e a mesma venha a desabar, relatando já possuir o dinheiro para a obra. Sobre a ponte de Manejo relatou que o estudo para reforma já foi feito, mas salientou que irá abrir uma estrada no Caeté como alternativa e garantiu que até o final do ano que vem as duas pontes estarão recuperadas. Com o direito de fazer as perguntas o Vereador Walter de Paula Neves perguntou ao Prefeito sobre as casas de pessoas carentes que estão correndo risco neste período de chuva. O Prefeito esclareceu que tem visitado estas, mas relatou que não tem nada

previsto no orçamento deste ano para ver tal situação e informou que está reservando cem mil reais no orçamento para o ano que vem para atender estas famílias. O Vereador pediu melhorias na entrada de Mogol com relação as águas pluviais e uma manilha na referida estrada. O Prefeito esclareceu que está atendendo na medida do possível, pedindo um pouco mais de paciência pois é inviável atender a todos ao mesmo tempo, relatando que dentro de quinze dias a situação do Mogol estará resolvida. O Vereador pediu explicações sobre os telefones rurais, os tratores e o transporte escolar fretado pelo Município. O Prefeito explicou que estes veículos são contratados através de licitação. Com referência ao telefone rural ele esclareceu que a administração passada colocou em vários distritos telefones celulares em nome de particulares e com o não pagamento das contas o nome dos titulares das contas passam a ter seu nome incluso no serviço de proteção ao crédito, e informou que o custo para se colocar estes telefones nas localidades está girando em torno de cinco mil reais, mais esclareceu que no futuro está pensando em colocar telefones nas localidades aonde ainda não existem. Com relação aos tratores informou que não tem tratores para atender a todo mundo e também sabe que na agricultura não se pode esperar, informando que está pensando em contratar tratores particulares, a Prefeitura pagaria a parte dela e o produtor a parte dele. O Vereador pediu que se providencie a construção de banheiros públicos nos distritos, em resposta o Prefeito esclareceu que estudará cada caso e informou a necessidade de se colocar no orçamento tal ato. O Vereador Walter de Paula pediu licença aos colegas e ao Prefeito para fazer umas perguntas ao Prefeito como empresário. Com a concessão o Vereador perguntou ao Prefeito sobre preço do leite e falou sobre o sacrifício do produtor rural. O Prefeito falando como empresário disse que quem dita o preço do leite é o mercado. Informou ainda que a Prefeitura irá pagar uma pessoa para tomar conta dos tanques independente do laticínio, desde que o tanque seja de três mil litros e que esteja vinculado a uma associação relatando a preocupação da Prefeitura em ajudar os produtores. O Vereador José Evilásio confirmou o empenho do Prefeito como empresário em ajudar o produtor. Com as considerações finais o Secretário pediu em nome do povo ao Prefeito que instale redutores de velocidade em virtude dos últimos acidentes que vêm acontecendo, pois a sinalização que já foi feita não está sendo respeitada, citou também o vandalismo na praça do Bairro Cruzeiro pedindo para que se tome uma providência. Em resposta aos redutores de velocidade, o Prefeito esclareceu que estudará junto a Polícia, já com relação ao vandalismo explicou que é dever da população denunciar tais atos. O Vereador Geraldo Fonseca pediu para mencionar novamente sobre a reunião da Polícia Militar sobre o PROERD, salientando a importância da

referida reunião. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente agradeceu a todos os presentes e a presença do Prefeito e encerrou a reunião desejando a todos uma boa noite. Para constar, determinou que essa ata fosse confeccionada, que depois de lida, se aprovada, deverá ser assinada.

Joelle Gouveia Alencar, Maria Auxiliadora Sousa Carvalho, Jacintho Almeida de Paula, José Elvilásio de Oliveira Fonseca, [illegible] Geraldo Fonseca Neto, Walter de Paula, Antonio Alves de Paula, Claudio Pereira de [illegible],

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e cinco, reuniu-se este Legislativo na Sala de Sessões da Câmara Municipal, às dezoito horas, para a realização da Primeira Reunião Ordinária do Décimo Primeiro Período da Primeira Sessão Legislativa. Com as palavras de praxe, o Presidente Vereador Tadeu Tavares de Matos, percebendo haver número regimental, declarou abertos os trabalhos, determinando ao Secretário, Vereador Jacintho Almeida de Paula, que fizesse a chamada, onde observou-se a presença de todos os edis. O Presidente colocou a ata da reunião ordinária do dia vinte e oito de outubro em discussão, e não havendo nenhum manifesto a mesma foi aprovada. Em seguida o Presidente determinou ao Secretário que procedesse a leitura do pequeno expediente: Oficio enviado pela CEMIG, em resposta a solicitação feita por esta Casa esclarecendo que o problema foi sanado no bairro Poço da Pedra. Convocação enviada pela Pastoral da Criança, pedindo solidariedade neste natal para com as famílias carentes. Oficio enviado pela Subsecretaria de Assuntos Municipais, convidando para o curso de capacitação do uso do solo urbano. Oficio nº192/2005, enviado pela Promotora de Justiça, convidando para reunião para tratar de assuntos referentes a criança e adolescente. Convite enviado pelos concluintes da quarta série, pré-escolar e presencial noturno da Escola Municipal Pedro Paz. Oficio enviado pela comunidade de Capitães contendo em anexo abaixo assinado solicitando remoção de telefone rural pré fixo na comunidade. Em seguida o Secretário procedeu a leitura dos projetos de Lei a serem publicados. Oficio nº406/2005, do Gabinete do Prefeito, encaminhado o projeto de lei nº20/2005, que dispõe sobre alteração parcial da Lei nº1100/2000 e dá outras providências. Oficio nº397/2005, do Gabinete do Prefeito, encaminhando o projeto de Lei nº17/2005 que dispõe sobre normas gerais para instalação no Município de Lima Duarte de estações de telecomunicações de transmissão de rádio, televisão, telefonia, telecomunicação em geral e outros equipamentos transmissores de radiação eletromagnética não-ionizante e dá outras providências. Oficio nº390, do Gabinete do Prefeito, encaminhando projeto de Lei nº18/2005, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Lima Duarte, para o exercício financeiro de dois mil e seis e dá outras providências. o Secretário informou que o projeto está a disposição dos Vereadores para apreciação e deu continuidade a publicação. Oficio nº403/2005, do Gabinete do Prefeito, encaminhando projeto de Lei nº19/2005 que dispõe sobre a consolidação da legislação tributária do Município de Lima Duarte - MG e dá outras providências. O Presidente esclareceu a necessidade da leitura integral do projeto acima citado, pedindo a compreensão dos ouvintes e Vereadores e relatou a importância do referido projeto. Em seguida o Secretário procedeu

a leitura das indicações e requerimentos para irem em votação. Indicação nº154/2005, do Vereador Antônio Alves, indicando ao Prefeito Municipal que providencie a instalação de um poste no final da rua Paraízo de Alcântara; Indicação nº155/2005, do Vereador Antônio Alves, indicando ao Prefeito Municipal, que providencie a colocação de coletores de lixo na comunidade de Manejo; Indicação nº156/2005, do Vereador Antônio Alves, indicando ao Prefeito Municipal que viabilize a construção de um rancho para animais em Manejo; Indicação nº157/2005, do Vereador Antônio Alves, indicando ao Prefeito Municipal para que seja calçado o bairro Santo Antônio (final da rua Clemente Armando Moreira até a ponte de curva, no Poço da Pedra); Indicação nº158/2005, do Vereador Antônio Alves, indicando ao Prefeito Municipal para que seja instalado pelo menos um abrigo de ônibus no bairro Poço da Pedra; Indicação nº159/2005, do Vereador Antônio Alves, indicando ao Prefeito Municipal para que seja instalado pelo menos dois abrigos de ônibus no bairro Batatal; Indicação nº160/2005, do Vereador Antônio Alves, indicando ao Prefeito Municipal, para que seja aberta uma estrada na escada no bairro Batatal que dá acesso a Br267 para passagem de veículos; Indicação nº161/2005, do Vereador Cláudio Pereira Neto, indicando ao Prefeito Municipal para que seja reformado o meio fio da rua Olaria, no bairro Cruzeiro; Indicação nº162/2005, do Secretário, indicando ao Prefeito Municipal que estude a possibilidade de se instalar um receptor de TV na Vila Afonso Pena ao lado da caixa d água; Indicação nº163/2005, do Secretário, indicando ao Secretário Municipal de Obras que providencie reparos na rua Maria Piau, na Vila Afonso Pena, que está alagando as residências quando chove. Indicação nº164/2005, do Secretário, indicando ao Secretário Municipal de Obras que providencie reparos na rua Vereador Joaquim Nogueira de Paiva, no bairro Cruzeiro, que está alagando as residências quando chove. Requerimento nº30/2005, do Vereador Cláudio Pereira, requerendo ao Diretor do DEMAE providências urgentes com relação a uma rede de esgoto que está correndo a céu aberto na rua Benvindo de Paula, em frente a estação de tratamento de água; Requerimento nº31/2005, do Secretário, requerendo ao Prefeito Municipal a possibilidade de instalação de um posto policial no bairro Cruzeiro. O Presidente publicou o resultado da votação geral sendo todas as indicações e requerimentos aprovados por oito votos favoráveis e nenhum contra. Em seguida o Secretário procedeu a leitura dos projetos de Lei que vão em votação: Projeto de Lei do Executivo nº13/2005 que dispõe sobre alterações a serem inseridas na Lei Municipal nº1198/2003 que regulamenta a Política Municipal de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal e Tutelar, Fundo Municipal da Criança e do Adolescente e dá outras providências,

sendo o relato das comissões favorável a sua aprovação na íntegra e sendo aprovado em plenário por unanimidade em segunda votação. Projeto de Lei do Executivo nº15/2005 dispõe sobre alteração na Lei Municipal nº1158/2001 (prorrogação do determinado na referida Lei), que passa a ter a seguinte redação: "Concede anistia, remissão de créditos e parcelamento referentes aos tributos municipais no período do ano de dois mil e cinco e anos anteriores, sendo o relato das comissões favorável a sua aprovação com emenda nos artigos segundo e terceiro e sendo aprovado em plenário por unanimidade em segunda votação. Projeto de Lei do Executivo nº16/2005 que dispõe sobre a concessão de descontos no IPTU do ano de dois mil e seis e seguintes a saber, sendo o relato das comissões favorável a sua aprovação com emenda nos artigos primeiro, segundo, terceiro e sendo aprovado em plenário por unanimidade em primeira votação. Projeto de Lei do Legislativo nº05/2005 que denomina de Francisco José Gonçalves praça situada no bairro Cruzeiro, sendo relato das comissões favorável a sua aprovação na íntegra e sendo aprovado em plenário por unanimidade em primeira votação. Em seguida o Presidente declarou a palavra livre. Com a palavra o Vereador Walter de Paula Neves pediu ao líder que leve ao conhecimento do Prefeito sobre reclamações que tem recebido com referência ao atendimento na policlínica, relatando um caso de uma senhora que levou seu filho para vacinar e não conseguiu, pois uma enfermeira que estava sentada informou que estava descansando e que não havia outra para atende-la, o Vereador Antônio Alves também relatou que tem recebido reclamações neste sentido, principalmente por portadores de deficiência física e pessoas acima de sessenta e cinco anos que não devem enfrentar fila, mas que estão enfrentando fila para marcarem consulta. O outro assunto que o Vereador Walter pediu que fosse levado ao conhecimento do Prefeito foi com relação a reclamação dos moradores da rua Antônio Tuíta, próximo ao trevo da Br267, reclamando sobre a falta de iluminação pública e informando que estão pagando a taxa de iluminação, posteriormente disse que os moradores já tentaram pedir diretamente a CEMIG mas não conseguiram. Pediu ao Presidente para que se fizesse um requerimento verbal para o DER para que o órgão tome uma providência com relação a estrada de Conceição de Ibitipoca que está em péssima situação, com muitos buracos e motoristas que correm demais e colocam em risco a vida das pessoas, relatou que ao trazer um Sr. para receber atendimento médico quase bateu com outro veículo que vinha na mão oposta. O Vereador Hélio, como líder do Prefeito em resposta aos questionamentos dos Vereadores Walter e Antônio, disse que não tem conhecimento do fato sobre a policlínica, disse que quando se der tal fato a primeira atitude a ser tomada é a de procurar o chefe do subordinado para esclarecer os fatos. Informou

19/mar/08 Paula Vasconcelos

ainda que para levar um fato desses ao Prefeito tem que ser um fato concreto com a apresentação de data, hora, lugar, ato que foi negado, risco que a pessoa corria e quem negou o atendimento e seu chefe, pedindo um pouco mais de capricho por parte dos companheiros quando forem fazer denúncias. Com referência a iluminação pública disse aos Vereadores Walter e Antônio que eles deveriam estar orientando as pessoas a como proceder nestes casos de reclamação, e mencionou que se os Vereadores estivessem na reunião que aconteceu na segunda passada com representantes da CEMIG, Prefeito e Vereadores teriam tirado suas dúvidas, relatando que o assunto foi esgotado na mesma, além de informa-los melhor e de poderem fazer suas reivindicações diretas para a CEMIG. Voltou a afirmar que se alguém tem algo a reclamar ou solicitar da CEMIG deve procurar o atendimento da empresa. Disse que aqueles que não são servidos pela iluminação pública e lhe está sendo cobrada a taxa, a CEMIG informou que poderá ser reposto a aqueles que pagaram e não possuíam iluminação. O Vereador ainda relatou que a empresa ficou de apresentar novas propostas para a cobrança da iluminação pública para reduzir os valores de alguns consumidores. Esclareceu que será mandado uma outra proposta para elaboração de um novo projeto para parcelamento com a dívida da CEMIG, pois os valores são corrigidos e por isso o projeto aprovado não vigorará. O Vereador Walter informou ao líder do Prefeito que o fato na policlínica aconteceu por volta das dez horas da manhã, e que não sabe qual funcionária ou funcionários cometem tal ato e disse que não pode ficar sentado vigiando as pessoas pois não tem tempo, apenas relatou que é durante a hora de trabalho e que muitas dessas pessoas não têm condições de reclamar pois são humildes. O Vereador Antônio Alves esclareceu que infelizmente não pode estar na reunião com a CEMIG relatando que pediu ao Vereador Cláudio para justificar sua ausência e que ele também não compareceu a reunião. E disse com relação a indicação que fez com referência a iluminação pública, garantiu que continuará fazendo, relatando que a nove meses está sendo cobrada esta taxa e que infelizmente é uma taxa que está sendo cobrada arbitrariamente, e achava que na referida reunião tivesse sido discutido a chance de mandar um novo projeto para rever os valores destas taxas e que até o momento nada foi feito. Mencionando que do primeiro mês de cobrança da taxa para o segundo ela teve um aumento de um real. O Vereador Hélio esclareceu que não houve má fé no projeto aprovado pela outra legislatura, e que o aumento coincidiu com o reajuste autorizado pela agência nacional de energia elétrica que incide sobre a taxa. Disse que não está defendendo a cobrança da taxa, mais sim mostrando a forma do cidadão requerer seus direitos, mencionou que os três últimos Prefeitos reconhecem que o Município não pode ficar sem tal

cobrança. E reafirmou que o Vereador deve orientar os consumidores a reclamar se algo estiver errado. Com o uso da palavra a Vereadora Maria Auxiliadora Souza Carvalho sugeriu que as pessoas que são mau atendidas e que não têm como reclamar poderiam usar o Centro de Atenção ao Cidadão - CAC, que teve o apoio do Vereador Hélio. Sobre a questão do atendimento na policlínica disse que não fica bem citar nomes de pessoas, mas que também não se deve generalizar pois lá como em outras repartições existem bons funcionários. Disse que existe uma Lei que não isenta os funcionários públicos que não atendem bem de demissão e estão sujeitos a avaliação. Relatando a importância da Prefeitura fazer um curso para reciclar e capacitar funcionários. Citou como exemplo uma professora que disse que não dá aula bem porque não ganha bem, relatando a falta de responsabilidade desta. Mencionou que os funcionários públicos também sofrem, pois muitas vezes são tratados mau e não tem reajuste, citando seu caso. O Presidente fez uma colocação com relação a fala da Vereadora quando ela diz que as pessoas devem procurar o CAC, ele acha que antes de trazer o problema para o CAC os Vereadores devem tomar conhecimento se aquilo realmente é verídico, para evitar que pessoas ajam de má fé,e explicou que a ligação é gratuita e pode ser feita até por telefones públicos. O Vereador Hélio com referência ao projeto que foi publicado nesta reunião sobre a regulamentação da instalação das torres de celular lembrou que a pouco tempo os moradores da Vila Belmira se mobilizaram para ver um problema do referido bairro e que durante o seminário que aconteceu nesta Casa se descobriu que a radiação pode afetar o resto da cidade, e sugeriu para que fosse encaminhado uma cópia do projeto de lei para comissão de moradores da Vila Belmira. Com a palavra o Vereador Antônio Alves reafirmou seu compromisso com o povo de Lima Duarte e deixou bem claro que não tem compromisso com o Prefeito, mas tem compromisso de votar o que for bom para o Município, e garantiu que o que for prejudicar o povo irá manifestar seu repúdio. Com referência ao reajuste de funcionários citou como exemplo o professor que estuda mais ou menos cinco anos e ganha em torno de quatrocentos reais, relatando que no ano passado não houve aumento e pelo orçamento que foi publicado nesta Casa hoje, acha que não vai haver aumento pois o mesmo ficou menor que do ano passado, com menos três milhões, citou também o caso de motoristas de ambulância que ganham trezentos e vinte reais, achando um absurdo que estes e demais profissionais ganhem este salário. Disse que a Prefeitura hoje tornou-se uma auto-escola, pois toda semana passa um motorista, relatando que só este ano acha que já passou pela Prefeitura mais de cinqüenta motoristas, pedindo ao Presidente e Líder do Prefeito que encaminhe um pedido de aumento para estes funcionários. Comentou sobre as suas indicações, relatando sobre o

asfalto no bairro Santo Antônio que é uma reivindicação antiga, relatando que em dois mil três na gestão do Prefeito Carlos Alberto Barros foi conseguido um convênio para o calçamento, mas com a posse do Presidente Lula foi bloqueado, salientando ser justa a reivindicação dos moradores pois quando chove é barro, e quando não chove é poeira e buraco. Sobre os coletores em Manejo disse que foram retirados todos e até hoje não foram repostos, pedindo novamente o empenho do líder. Com referência aos abrigos nos bairros Poço da Pedra e Batatal, o Vereador acha inaceitável que em pleno século vinte um não exista abrigos no bairro Poço da Pedra e Batatal, principalmente para estes bairros que são tão carentes e que a muito tempo estão pedindo para que se construa esses abrigos relatando que irá se empenhar nesses quatro anos. Comentou sobre a falta de água que está acontecendo com freqüência na Escola Altivo Pedro Gomes no bairro Batatal, achando um absurdo que uma escola com cento e oitenta alunos não tenha uma gota de água, elogiou a merenda pelo fato de ter qualidade e quantidade, e mencionou que uma escola sem água não tem condições de funcionar. Disse também que corre pela cidade vários abaixo assinados e pedidos de professores pedindo a reabertura da Escola Nominato Duque, inclusive comentou sobre um oficio enviado pela Diretora da Escola pedindo sua reabertura, mencionou que esse Prefeito ficará para história por ter fechado uma Escola do nível do Nominato, relatando sua incompreensão com o assunto e afirmando sua luta pela reabertura da Escola. Em resposta as indagações do Vereador Antônio o Presidente disse que a muito tempo o Batatal está almejando melhorias, relatou que como Vereador na época veio uma verba que dava para fazer tudo que a comunidade almejava, mas o que foi feito foi uma verdadeira porcaria, um desrespeito e descaso com a população do bairro. Afirmou que as promessas cobradas pelo Vereador Antônio ao deputado Paulo Delgado já está na conta da Prefeitura para que seja executada obras tanto em Ibitipoca como no Batatal. Disse que respeita as indicações do Vereador e que não defende o Prefeito, mais acha que quando ele está com boa vontade, relatando que esteve com ele para ver a abertura da escada para a Br267, assim como os abrigos de ônibus, relatando que isso será feito mas juntamente com a verba que foi liberada, e que as obras vão ser feitas com respeito a população do bairro, relatando que será feito calçamento até a entrada do bairro Três Porteiras para que seja feito um calçamento digno como o de Orvalho, mas acha que deva se lutar para calçar tudo e também outros locais, mencionando o ano de eleições como forma de conseguir verbas que será o ano que vem. Comentou sobre o início das obras em Orvalho e sobre as modificações pedidas pela população, acha que a empresa que está executando a obra em Orvalho deve ganhar a licitação para executar a obra

no Batatal pois ele ofereceu o menor preço. Mencionou que é dever de todos os Vereadores fiscalizar as obras, disse que uma moradora de Orvalho estava reclamando a falta de Vereadores para fiscalizar a obra. E reiterou para que não aconteça o mesmo que aconteceu com a estação de tratamento de esgoto, dizendo que se os Vereadores da época tivessem fiscalizado talvez não teriam deixado fazer o que aconteceu lá. Salientou que o Prefeito está aberto para ir com qualquer Vereador para ver os problemas independente de ser situação ou oposição, mencionado que o carro da Câmara está a disposição a qualquer hora para qualquer Vereador. Comentou sobre uma desapropriação de uma área no Batatal aonde será feito casas, uma quadra e um posto médico. Ele acha que não se deve ficar bajulando o Prefeito mas também não se deve hostilizar. Em resposta o Vereador Antônio disse que respeita a opinião do Presidente mas pediu que ele também respeite a sua, mencionou sobre a obra de calçamento do Batatal, e reconhece que foi feito um serviço mau feito e que se gastou muito dinheiro e que o Presidente era líder do Prefeito na época mencionando a falta de fiscalização. Com referência a obra de calçamento de Orvalho mencionou que esteve lá, o que está sendo feito lá é dinheiro jogado fora mencionando que o dinheiro não dá para calçar as três ruas, além de um meio-fio frágil, postes no meio da rua, dizendo que não está parado mas que está tendo dificuldades de usar o carro da Câmara, dizendo que lhe foi negado participar de cursos e encontro de Vereadores, pediu que os Vereadores vejam a obra em Orvalho e vejam se cento e um mil reais são suficientes para fazer tal obra. Posteriormente o Vereador Antônio disse que pelo regimento o Presidente não pode participar de debates pois ele é o mantenedor da ordem e também não pode fazer indicação tendo que passar a Presidência para a Vice Presidência, dizendo sobre o aplauso que foi manifestado na platéia afirmando que pelo regimento não pode haver este tipo de manifestação pedindo ao Presidente que chamasse a atenção da pessoa que descumpriu o regimento interno. Em resposta o Presidente disse que a pessoa não tem conhecimento do regimento interno e nem tem obrigação de saber e que não tem como chamar a atenção dele pois foi uma manifestação espontânea. Disse também que deve se modificar o regimento para que o Presidente não tenha que descer um degrau para se manifestar ou falar, pois ao seu ver por estar no momento de palavra livre acha que tem o direito como qualquer outro Vereador. O Vereador Hélio manifestou seu apoio ao Presidente, pois o Vereador Antônio quando fez a colocação da ligação do líder da época com o então Prefeito daquela época, demonstrando em sua fala que o atual Presidente teria sido conivente com tal fato, coisa que ele tem certeza que não ocorreu, dizendo que em momento algum qualquer cidadão se calaria diante desta colocação que ficou dúbia. O Vereador Hélio comentou sobre o

depósito de esgoto que se tornou a estação de tratamento de esgoto e sobre a estação de tratamento de água em São José dos Lopes que teve o gasto com equipamentos e inauguração e o imediato fechamento, comparado que as obras que o Prefeito Geraldo Gomes fizer poderão ser inauguradas e aproveitadas, relatando que o trato com o dinheiro público tem sido feito com grande responsabilidade pelo atual Prefeito. Dentro desta discussão o Vereador Antônio Alves pediu ao líder e ao Presidente que esqueça o passado, pois o atual Prefeito é Geraldo Gomes de Souza e as críticas e elogios devem ser feitas a ele, dizendo que o Presidente, o Secretário, e os Vereadores Hélio e José Evilásio são crias de Carlos Alberto Barros e afirmando que não é cria dele pois ele iniciou na política com suas próprias pernas. O Presidente disse que o Vereador Antônio estimula a levar as coisas para o passado, afirmou que foi cria de Carlos Alberto, mas que a partir do momento que ele tomou conhecimento que ele era uma pessoa que não era confiável e não fazia a coisa com transparência para o Município ele saiu, dizendo que pior foi o Vereador Antônio que foi eleito do outro lado, e mudou de lado indo apoiar Carlos Alberto, lamentando ter que dizer isso ao Vereador. O Vereador Antônio voltou a falar que o Presidente não deveria fazer parte dos debates pois ele deve manter a ordem, disse que apesar de Carlos Alberto ter problemas na justiça nada se provou e foi o Prefeito que mais fez pelo Município. Com relação a esta colocação o Vereadora Maria Auxiliadora discordou pois pelo fato do Vereador dizer que nada se provou, já que Carlos Alberto foi cassado, afirmando não ter nada contra a pessoa de Carlos Alberto. Ela também acha que não se deve esquecer o passado pois muitos erros refletem hoje. Disse que este tipo de oposição que o Vereador Antônio faz ao Prefeito é uma estratégia para o próximo governo, dizendo que é mentira quando ele diz que o carro não está a sua disposição, faz questão de não pedi-lo, que é convidado para reunião e faz questão de não ir, comentou que convidou o Vereador para fazer um curso em Viçosa e ele não quis, afirmando que o Tadeu tem sido um bom Presidente e os autorizou a fazer o curso. O Presidente disse que esteve em Orvalho com o Prefeito e o engenheiro, e que a comunidade reclamou foi questão de garagem que é um erro do loteamento e não da administração atual e que os meio-fios estão ficando bons, com referência aos postes explicou que enquanto não for negociada a dívida com a CEMIG os mesmos não podem ser retirados, mas após a negociação eles poderão ser retirados, e que para ele as pessoas que estão reclamando são pessoas de oposição. Com referência a colocação de que o Vereador Antônio mencionou que o Presidente era líder do Prefeito, o Presidente disse que deixou de ser porque Carlos Alberto jamais respeitou qualquer tipo de pessoa que não fosse submissa e capachos dele, dizendo que ele reclamou mas que sozinho não

tinha como fazer nada e que realmente o dinheiro dava para fazer uma coisa digna quanto no Batatal quanto no Poço da Pedra. Com relação ao curso que negou ao Vereador Antônio, disse que o mesmo não era importante e não lhe acrescentaria nada, e que lhe foi proposto participar de um curso e ele não quis, garantindo que o direito é igual para todos. Como foi citado pelo Vereador Antônio dizendo que o Vereador Hélio era cria de Carlos Alberto Barros, o Vereador Hélio disse que houve um período que teve uma convivência muito boa com ele mais hoje essa amizade não existe mais por razões pessoais e não políticas, relatando que tem ótimas lembranças de grandes apoios em administrações boas que ele fez, citando como exemplo a época que Hélio Garcia era governador e Tancredo Neves foi para presidência e deixou Minas enriquecida, foram seis anos no total e durante este período o dinheiro rolou adoidado no Estado. Mencionou que quando se tem dinheiro é fácil construir, mas quando chegou a época das vacas magras aparecendo as dificuldades financeiras dos Municípios, se viu que ele não administra bem, afirmando que ele administra aonde tem bastante dinheiro, e que jamais vai quere-lo da maneira que administra para administrar Lima Duarte, prefere acreditar no Geraldo Gomes. Fazendo o uso da palavra o Vereador Geraldo Fonseca comentou sobre a festa que aconteceria na Escola de Manejo que por motivos de falha no sistema elétrico não aconteceu, relatando que ficaram sem luz desde o momento que escureceu até as nove da noite, esclarecendo ainda que estavam fazendo contatos a todo momento com a CEMIG, disse que eles estiveram lá, arrumaram e logo após a fase caiu novamente pedindo desculpas em nome dos membros da escola e mencionando os prejuízos morais e financeiros, a Vereadora Maria Auxiliadora também se solidarizou com o acontecimento pois também estava lá. O Vereador parabenizou o Presidente do Caeté Futebol Clube na pessoa do Presidente Dida e também o Secretário de Esportes Cleber que já saiu do cargo, e que apesar de quererem boicota-lo no campeonato da primeira divisão, o da segunda ocorreu muito bem. Defendendo a classe a que pertence dos professores, disse que para ser professor tem que ter dom, pois pelo salário ninguém trabalharia citando o valor que o professor da rede estadual de ensino recebe, também disse que o professor para se formar para dar aula leva de dezesseis a dezoito anos. Com a palavra o Vereador Cláudio falou sobre higiene, relatando que açougueiros ou outras pessoas estão jogando na Br267, próximo ao Sítio do Sr. Liandyr ossos e barrigadas de animais fazendo com que apareça animais e mau cheiro na chegada da cidade, orientando eles a procurarem uma câmara fria instalada pela Prefeitura no bairro Beira Rio para recolher este tipo de material, orientou ainda as pessoas que verem este devem denunciar estes na Secretária de Turismo e Meio Ambiente pois eles poderão ser

multados e terem seu estabelecimento fiscalizado. O Vereador Antônio pediu uma parte para comentar sobre o requerimento do Vereador Cláudio, pedindo ao Sr. Manoel diretor do DEMAE que tome uma providência, solicitando ao líder do Prefeito e representante do DEMAE na Câmara que intervenham, o Vereador Cláudio também solicitou urgência. O Vereador José Evilásio com o uso da palavra voltou a pedir que tivesse um limite na fala dos Vereadores como prevê o regimento interno, pois uns falam demais alongando a reunião e as vezes outros deixam de falar por tal motivo. Relatou que o Sr. Farias lhe fez uma reclamação pois o Vereador Hélio havia dito que o transporte para maiores de sessenta e cinco anos era gratuito dentro do Município como prevê Lei Federal, mas o Sr. Farias foi a Ibitipoca e lhe foi cobrada passagem mesmo mostrando a identidade, mencionou que pelo fato de estar atendendo os idosos a Viação está deixando de atender as comunidades, relatando que o ônibus não foi ao Capoeirão hoje e deixou de atender cinco pessoas que ele teve que dar carona pois elas tinham compromisso, sendo que o ônibus vai só uma vez na semana na referida localidade, citou também o caso de São Domingos. Em resposta o Vereador Hélio disse que é proibida a cobrança para maiores sessenta e cinco anos, mas também admite que as pequenas empresas são penalizadas, afirmando ser necessária somente a apresentação de documento para identificação para fazer valer a Lei, e se mostrou disponível para levar estas reivindicações para a empresa e o Prefeito, convidando também o Vereador a participar quando se realizar tal reunião. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente agradeceu a todos os presentes, pediu desculpas a população pela exaltação dos ânimos e encerrou a reunião desejando a todos uma boa noite. Para constar, determinou que essa ata fosse confeccionada, que depois de lida, se aprovada, deverá ser assinada.

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e cinco, reuniu-se este Legislativo na Sala de Sessões da Câmara Municipal, às dezoito horas, para a realização da Primeira Reunião Ordinária do Décimo Segundo Período da Primeira Sessão Legislativa. Com as palavras de praxe, o Presidente Vereador Tadeu Tavares de Matos, percebendo haver número regimental, declarou abertos os trabalhos, determinando ao Secretário, Vereador Jacintho Almeida de Paula, que fizesse a chamada, onde observou-se a presença de todos os edis. O Presidente colocou a ata da reunião ordinária do dia vinte e oito de novembro em discussão, e não havendo nenhum manifesto a mesma foi aprovada. Em seguida o Presidente determinou ao Secretário que procedesse a leitura do pequeno expediente: Oficio nº325/2005 do Gabinete do Deputado Biel Rocha encaminhando cópia de emenda apresentada pelo Deputado ao orçamento estadual de dois mil e seis no valor de quarenta mil reais para São Domingos da Bocaina. Convite enviado pelo Pré-Escolar Alzira de Paula Delgado, convidando para entrega dos diplomas. Convite enviado pela Escola Municipal Padre Carlos, convidando para solenidades de entrega dos diplomas. Abaixo assinado enviado pela Comunidade da Várzea do Brumado solicitando o não fechamento da Escola Municipal Aprígio de Paula. Oficio nº57/2005 enviado pela Secretaria Municipal de Turismo Cultura e Meio Ambiente em resposta a indicação de nº146/2005 do Vereador Antônio Alves de Paula. Oficio nº56/2005 enviado pela Secretaria Municipal de Turismo Cultura e Meio Ambiente em resposta a indicação de nº142/2005 do Vereador Jacintho Almeida de Paula. Oficio nº58/2005 enviado pela Secretaria Municipal de Turismo Cultura e Meio Ambiente em resposta a indicação de nº155/2005 do Vereador Antônio Alves de Paula. Oficio nº412/2005 do Gabinete do Prefeito enviando metas do Plano Decenal Municipal de Educação, o Secretário e o Vereador Hélio Dias procederam a leitura integral das metas, o Presidente ainda esclareceu que o Vereador Hélio auxiliou o Secretário na leitura devido a extensão do plano. Logo após o Secretário deu continuidade procedendo a leitura dos projetos de lei do Executivo a serem publicados: Oficio nº421/2005 do Gabinete do Prefeito encaminhando projeto de lei nº22/2005 que dispõe sobre abertura de crédito especial ao orçamento vigente no valor de cinco mil reais para construção de segundo pavimento no posto de saúde em Conceição de Ibitipoca, em regime de urgência. Oficio nº419/2005 do Gabinete do Prefeito encaminhando projeto de lei nº21/2005 que dispõe sobre abertura de crédito especial ao orçamento vigente. Em seguida o Presidente pediu ao Secretário que procedesse a leitura das indicações para irem em votação. Indicação nº167/2005, do Vereador Antônio Alves, indicando ao Prefeito Municipal que providencie o recapeamento do asfalto da rua Sete de

Setembro; Indicação nº168/2005, do Vereador Antônio Alves, indicando ao Prefeito Municipal que providencie a conclusão do calçamento da rua Waldomiro Ferreira Delgado; Indicação nº169/2005, do Vereador Antônio Alves indicando ao responsável pelo setor de instalações de telefones públicos da Telemar que providencie a instalação de um telefone na rua Waldomiro Ferreira Delgado; Indicação nº170/2005 do Vereador Antônio Alves, indicando ao Diretor do DEMAE que se construa rede de esgoto na rua Jacintho Honório; Indicação nº171/2005 do Vereador Antônio Alves indicando ao Prefeito Municipal que realize uma operação tapa-buracos nas ruas da cidade; Indicação nº172/2005 do Vereador José Evilásio de Oliveira Fonseca indicando ao Secretário Municipal de Obras que passe a máquina no trecho que vai do Poço da Pedra até a entrada do Sítio do Sr. Paulo Modesto; Indicação nº173/2005 do Vereador José Evilásio indicando ao Secretário Municipal de Obras que arrume a estrada da localidade de Samambaia; Indicação nº174/2005 indicando ao Secretário Municipal de obras que realize uma capina na rua Maria Tome no bairro Santa Terezinha. O Presidente publicou o resultado da votação sendo todas as indicações aprovadas por oito votos favoráveis e nenhum contra. Em seguida o Secretário procedeu a leitura dos projetos de Lei que vão em votação: Projeto de Lei do Executivo nº20/2005 que altera dispositivo da Lei Municipal nº1100/2000 e dá outras providências, sendo o relato das comissões favorável a sua aprovação na íntegra, aprovado em plenário por unanimidade em segunda votação; Projeto de Lei do Legislativo nº06/2005 de autoria do Vereador Jacintho Almeida de Paula, que regulamenta os procedimentos para realização de concurso público no âmbito da administração pública municipal e dá outras providências, sendo o relato das comissões favorável a sua aprovação na íntegra, aprovado em plenário por unanimidade em primeira votação. Com relação ao referido projeto o Vereador Hélio Dias comentou que com a sua aprovação será necessário montar uma comissão quando tiver um concurso mencionando que seus membros devem ter idoneidade reconhecida e conhecerem do assunto dando mais credibilidade aos futuros concursos, o Presidente também reconheceu a importância do Projeto. O Secretário deu continuidade lendo o Projeto de Lei do Executivo nº18/2005 que estima a recita e fixa a despesa do Município de Lima Duarte para o exercício financeiro de dois mil e seis, sendo o relato das comissões favorável a sua aprovação com as seguintes emendas: 1 - ficando anulado da Secretaria da Câmara o valor de quarenta mil reais sendo tal valor remanejado para Secretaria de Administração e Secretaria de obras e Serviços Urbanos; 2 - passa a ser de dez por cento o limite autorizado para o Executivo proceder a abertura de créditos suplementares, aprovado em plenário por oito votos favoráveis e nenhum

contrário em primeira votação. O Vereador Antônio Alves fez alguns comentários com relação ao orçamento dizendo que não cabe ao legislativo votar contra ou diminuir o orçamento, que é elaborado pelo Executivo e é uma prerrogativa sua, mais salientou que a Câmara deve ter um pouco de independência relatando haver várias falias no orçamento, pois o atual orçamento é menor que o do ano de dois mil e cinco em três milhões dizendo que no seu entendimento era melhor ficar com o orçamento do ano passado, retificando que sua intenção não era criticar os relatores e o orçamento mas que no ano anterior o Executivo poderia remanejar quinze por cento e este ano ficou somente dez por cento, e com orçamento menor que do ano passado, mencionando que toda vez que o Executivo for assinar um convênio este terá que passar pela Câmara e indagando que hoje o Executivo possui maioria mas que amanhã não se sabe se terá maioria. Protestou também com relação a promessa de pagar os salários atrasados, aumento do funcionalismo público, verbas de subvenção para Sociedade São Vicente de Paulo e APAE principalmente, dizendo que estes ficarão comprometidos com este orçamento, posteriormente pediu ao relator que informasse o número da rubrica da subvenção da APAE já que não consegui localizar e torce para que a colocação do Vereador Geraldo Fonseca se concretize, que se pague os salários atrasados e se de a reposição salarial. Disse que passou quatro anos brigando para não se cortar o orçamento e que este ano aparece um orçamento pequeno que infelizmente não dará para cumprir as promessas que o Prefeito fez. Afirmou que a votação do orçamento está muito precipitada pois a Lei de Responsabilidade Fiscal diz que deve constar transparência principalmente pelo Executivo com audiências públicas e disse que as reuniões da Câmara Itinerante não servirão praticamente para nada na montagem do orçamento e que também o Legislativo não fez audiências públicas ficando um alerta para o ano que vem. O Presidente pediu ao Líder do Prefeito que explicasse ao Vereador Antônio Alves sobre o orçamento, já que ambos não puderam comparecer a reunião com o Prefeito, Contador e equipe de finanças da Prefeitura. Com a palavra o Líder relatou sobre a importância da reunião mencionando a participação dos presentes como o Contador da Prefeitura Sr. Dimas, o Prefeito Sr. Geraldo, os tesoureiros da Prefeitura e Câmara e alguns Vereadores, dizendo que o cantador da Prefeitura passou aos Vereadores que o orçamento deve ser compreendido como uma coisa real como prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal e firmas de consultoria, sendo a previsão de arrecadação o mais próximo possível da realidade, esclarecendo que a previsão de arrecadação dever ser respeitada para não criar uma contabilidade irreal com uma arrecadação menor que o previsto em orçamento. Com relação ao Prefeito precisar de fazer seus créditos

suplementares disse que ele deve estar tranqüilo pois a Câmara irá avalia-los. Afirmou que a partir de tal reunião várias dúvidas foram tiradas e que pode se ver que este orçamento é real, esclarecendo que se houver super-arrecadação ou não se arrecadar o valor previsto tem jeito de remaneja-los. Disse que alguns Prefeitos anteriores tinham o hábito de fazer uma previsão de arrecadação muito além da realidade dificultando o fechamento das contas. Informou que existe uma previsão dentro do orçamento para APAE, com referência as propostas das reuniões itinerantes esclareceu que foi incluído no orçamento, relatando que o Secretário fez um acompanhado com relação a estas propostas. Pediu ao Vereador que não se preocupe pois o Prefeito é sério e tem responsabilidade com o dinheiro público e espera devolver para cidade cem por cento dos impostos pagos. Acredita que a suposição levantada pelo Vereador Antônio Alves de que o Prefeito poderá perder a maioria com o tempo não irá acontecer. O Vereador Geraldo Fonseca disse que quanto a elaboração técnica do orçamento não tem muito que questionar, reafirmando que as propostas da Câmara Itinerante estão todas no orçamento, mas cobrou a reposição salarial do funcionário público do Município dizendo ser uma luta de todos os Vereadores independente do orçamento estar enxuto ou não, e que a mesma deve acontecer este ano. Para encerrar a discussão o Presidente tomou a palavra e informou ao Vereador Antônio Alves que fica difícil localizar a rubrica no momento e pediu para que o Vereador não duvide da palavra dos demais Vereadores e disse que se o Vereador tiver alguma dúvida vote contra o orçamento na segunda votação, o Vereador Antônio Alves disse que o momento é oportuno para o debate do orçamento. Antes de declarar a palavra livre o Presidente informou que cada Vereador terá dez minutos para falar e que anunciará o Vereador que quiser falar para identificar aos ouvintes o Vereador que estiver fazendo uso da palavra. Com a palavra o Secretário comentou sobre as metas do plano decenal de educação, que é um planejamento para os próximos dez anos de acordo com a realidade do Município, relatando que o mesmo pode ter algumas alterações nestes anos pois a educação pode estar sempre mudando, explicou que o referido plano foi discutido e votado em duas assembléias: uma na Escola Adalgisa e outra na Escola Bias Fortes para que todos os funcionários da educação participassem das metas, informou que os membros da comissão que fazem parte do Legislativo e acompanham este plano é formado pelo Vereador Geraldo Fonseca (Professor), pelo Presidente e pelo próprio Secretário. Esclareceu ainda que o projeto de lei não foi enviado para Câmara, disse que convocou junto com a Secretaria de Educação a área de educação para discutirem na Câmara amanhã e depois de amanhã a partir das dezoito horas as últimas discussões ou mudanças a se realizar no plano, e convidou

todos o Vereadores que puderem estar presentes. Com relação a educação superior fez uma colocação mencionando que parece que não existiu um entusiasmo e seriedade, relatando que na cidade já existe educação superior particular, mas que no futuro talvez possa ter um ensino superior gratuito para o povo, mencionando a importância do curso superior. Fazendo uso da palavra o Vereador Walter de Paula Neves fez questão de registrar a presença do ex-Vereador Afonso Celso e pediu ao Líder do Prefeito que levasse ao conhecimento do Prefeito as seguintes reivindicações já que não conseguiu encontrar com o Secretário de Obras e o Prefeito: a comunidade de São José dos Lopes está pedindo que se coloque latões para coleta de lixo na comunidade, alegando que os cachorros estão espalhando o lixo pelas ruas, pedindo também para tampar os buracos das ruas asfaltadas mencionado que irá ter uma festa na comunidade; reforçou o pedido do Vereador José Evilásio sobre uma ponte na Várzea do Brumado que está fazendo muita falta. A Vereadora Maria Auxiliadora com o uso da palavra reforçou o já dito pelo Vereador Hélio com relação ao orçamento, comentou sobre a aprovação da MP do Bem pela Câmara dos Deputados que reduzirá a arrecadação de impostos e refletirá nos Municípios, e garantiu que se deve levantar a bandeira com referência ao aumento de salário dos servidores municipais. Disse também que o Prefeito já pagou quase um milhão de reais de dívidas da administração passada, e que com as contas em dia o ano que vem estes um milhão poderão ser usados para dar aumento aos funcionários. Com referência ao abaixo assinado do pessoal da Várzea do Brumado disse que foi pessoalmente ao Gabinete do Prefeito que lhe garantiu que não vai fechar a escola sem antes ouvir as opiniões dos pais, e que se eles concordarem seus filhos passariam a estudar na Escola de São Domingos, relatando que espera que o Prefeito cumpra a sua palavra. Com a palavra o Vereador Antônio Alves disse que apesar de ser considerado o Vereador que atrapalha e atrasa as reuniões, garantiu que não vai se dobrar e continuará a fazer seu papel, pedindo que se leia mais o regimento interno e se veja as prerrogativas dos Vereadores. Disse que na próxima reunião estará entrando com um requerimento que espera ser aprovado, pedindo informações sobre o pagamento de dívidas da administração passada relatado pela Vereadora Maria Auxiliadora, em resposta a Vereadora disse que o Prefeito garantiu que passará esta relação antes do recesso para os Vereadores e para população. Prestou uma homenagem ao Sr. Francisco José Gonçalves, o popular Chiquinho Pires que conforme aprovação de projeto lei de sua autoria denominará praça no bairro Cruzeiro, o Vereador procedeu uma leitura que se encontra arquivada na Câmara. O Vereador Hélio Dias com a palavra comentou sobre a reunião do projeto "Luz para todos" do Governo Federal, e que engenheiro técnico de FURNAS Dr.

Mario Roberto, garantiu que até o final de dois mil e seis todas as propriedades de Lima Duarte terão energia elétrica, dizendo que a verba já está disponível e que empreiteira que vai trabalhar na cidade é muito boa. Comentou que as pessoas a serem beneficiadas pelo programa devem ficar atentas pois em primeira etapa a empresa irá mandar uma equipe para verificar e medir o local a ser contemplado pelo programa e que se eles chegarem na propriedade e não encontrarem ninguém eles vão para próxima, mas a pessoa não perde direito ao serviço apenas cai na ordem de atendimento, sendo necessária a presença de uma pessoa na propriedade para orientar os funcionários. Disse que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável ficou de divulgar quando as equipes começarem a trabalhar para que as pessoas estejam presentes nas propriedades. Com a palavra o Vereador José Evilásio comentou sobre o abaixo assinado da Escola da Várzea do Brumado relatando sua surpresa com o assunto e disse que apesar de não estar indo freqüentemente a localidade garantiu que qualquer reivindicação que eles tenham a fazer que o procure, que ele os representará até o final de seu mandato, relatando sua expressiva votação na localidade. Comentou sobre a importância do plano Decenal e pediu para que não se fechasse as escolas de comunidades carentes e distantes e reiterou o já dito pela Vereadora Maria auxiliadora em oportunidade que esteve com o Prefeito, que fez a mesma colocação que não fecharia a escola sem a aprovação da comunidade, citou também sobre o fechamento da Escola Nominato. Disse também ser a favor do aumento do funcionalismo público do Município. O Vereador Cláudio Pereira Neto com a palavra disse que tem recebido reclamações de idosos com mais de sessenta e cinco anos, relatando que alguns trocadores e motoristas estão cobrando passagens destes alegando que o Gerente da Vimara Sr. Bruno não lhes passou nada sobre a Lei Federal falada em reunião, afirmou que os motoristas e trocadores não têm culpa pois algumas pessoas estão tratando-os mau. Sobre o assunto o Presidente informou que encaminhará um oficio a empresa apesar de ser uma Lei Federal para que eles procurem respeita-la e pedirá para que o Prefeito converse com eles, e acha que assim que forem comunicados acataram a Lei pois são pessoas idôneas, o Presidente também reconhece que as linhas distantes possam dar prejuízo a empresa mas acha que a Lei deve ser cumprida. Comentou sobre alguns boatos que a empresa não estaria mandando ônibus em alguns dias aonde tem a maior incidência de idosos, afirmando que ela deve manter a linha e seus horários. Comentando sobre cumprimento de leis, falou sobre a adaptação de transportes coletivos em cidades maiores, que estão tendo que fazer para atender aos deficientes. O Vereador Hélio também reiterou o já dito pelo Presidente e achou muito válida a colocação do Vereador Cláudio, e acha

que se deve fiscalizar o cumprimento da Lei. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente agradeceu a todos os presentes destacando a presença do ex-Vereador Afonso Celso e encerrou a reunião desejando a todos uma boa noite. Para constar, determinou que essa ata fosse confeccionada, que depois de lida, se aprovada, deverá ser assinada. Edson Moreira dos Reis, Antonio Alves de Paula, Gisela Fonseca Neto, Fabio Dias Gomes de Oliveira Fonseca, Maria Auxiliadora Soares Carvalho, Jacintho Almeida de Paula,

Câmara Municipal de Lima Duarte

Aos treze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, reuniu-se este Legislativo na Sala de Sessões da Câmara Municipal, às dezoito horas, para a realização da Primeira Reunião Ordinária do Segundo Período da Segunda Sessão Legislativa. Com as palavras de praxe, o Presidente Vereador Tadeu Tavares de Matos, percebendo haver número regimental, declarou abertos os trabalhos, determinando ao Secretário, Vereador Jacintho Almeida de Paula, que fizesse a chamada, onde observou-se a presença de todos os edis. O Presidente colocou a ata da reunião ordinária do dia vinte e três de dezembro do ano de dois mil e cinco em discussão, e não havendo nenhum manifesto a mesma foi aprovada. Em seguida pediu ao Secretário que procedesse a leitura do pequeno expediente: Oficio nº01/2006 da Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente em resposta ao oficio nº120/2005 desta Casa. Oficio Circular nº01/2006 do Cartório Eleitoral de Lima Duarte enviando cópia do edital dos eleitores que deixaram de votar nos três últimas eleições e convocando tais para regularização. Oficio nº203/2006 da Telemar em resposta ao oficio nº98/2005 do Presidente solicitando instalação de telefone público na Vila Cruzeiro. Edital de convocação da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) convidando para audiência pública sobre os estudos de impacto ambiental do empreendimento hidroelétrico PHC Cachoeira do Brumado a realizar-se dia nove de março do corrente ano às dezoito horas no plenário desta Casa. Oficio nº193/2006 da CAIXA informando sobre contrato celebrado para aquisição de uma patrulha mecanizada no valor de quarenta e oito mil e setecentos reais. Oficio nº183/2006 da CAIXA informando sobre contrato celebrado para execução de Praça Municipal no valor de trinta mil reais. Oficio nº31 da CAIXA, comunicando sobre créditos de recursos no valor de trezentos mil reais referente ao Programa Turismo no Brasil. Oficio nº30 da CAIXA, comunicando sobre crédito de recursos no valor de novecentos mil reais referente ao Programa Turismo no Brasil. Oficio nº91/2006 da CAIXA informando sobre contrato celebrado com a finalidade de implantação ou melhoria de obras de infra-estrutura urbana em Municípios com até cem mil habitantes - ações de infra-estrutura urbana no valor de duzentos e noventa e dois mil e quinhentos reais. Oficio nº94/2006 da CAIXA informando sobre contrato celebrado com a finalidade de implantação ou melhoria de obras de infra-estrutura urbana em Municípios com até cem mil habitantes - ações de infra-estrutura urbana no valor de sessenta e oito mil duzentos e cinqüenta reais. Oficio nº29 da CAIXA, comunicando sobre créditos de recursos no valor de cento e vinte cinco mil reais referente ao Programa PRODESA. Oficio nº182/2006 da CAIXA informando sobre contrato celebrado com a finalidade de construção de um centro de informações turísticas no valor de cento e

cinqüenta mil reais. Ofício nº93/2006 da CAIXA, informando sobre contrato celebrado com a finalidade de execução de melhoria de acesso ao Parque de Ibitipoca no valor de trezentos mil reais. Ofício nº92/2006 da CAIXA, informando sobre contrato celebrado com a finalidade de execução de melhoria de acesso no Parque Ibitipoca no valor de novecentos mil reais. Relatório Financeiro enviado pelo Minas Esporte Clube referente ao ano de dois mil e cinco, o Secretário parabenizou o Clube por fazer cumprir a lei. Convite enviado pela família de Jacyra e Orlando, convidando para Bodas de Prata. Balanço mensal da Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte, referente aos meses de outubro e novembro do ano de dois mil e cinco. Ofício nº32/2005 do Gabinete do Prefeito, encaminhando os seguintes projetos de lei a serem publicados: nº05/2006 que abre crédito especial ao orçamento vigente e dá outras providências no valor de setenta e cinco mil reais; nº06/2006 que abre crédito especial ao orçamento vigente e dá outras providências no valor de trezentos e sessenta mil reais; nº07/2006 que abre crédito suplementar ao orçamento vigente e dá outras providências. O Secretário deu continuidade refazendo a publicação dos seguintes projetos de lei do executivo, pois houve alteração em seu conteúdo inicial: Projeto de Lei nº25/2005 que altera o plano de carreiras do servidor público do Município de Lima Duarte, Lei nº1032/97 e contém outras providências; Projeto de Lei nº26/2005 que cria cargos em comissão e contém outras providências. Continuou publicando o projeto de Lei do Legislativo nº01/2006 que concede utilidade pública municipal a Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE) de Lima Duarte e dá outras providências. O Vereador Antônio Alves com relação aos projetos de lei que criam cargos, comentou sobre algumas dúvidas comparando cargos e salários, dando ênfase ao salário dos motoristas que ganham menos que um mecânico e um lanterneiro, citou também que o operador da patrol recebe novecentos reais, e o da W18 e retro-escavadeira não têm o mesmo salário, pedindo mais discussão deste projeto antes do parecer final das comissões, relatou suas dúvidas quanto ao Presidente da Comissão de Licitação e Assessor Administrativo e seus respectivos salários. O Presidente também relatou haver uma desigualdade e garantiu que será encaminhado as comissões, disse que em conversa com o contador desta Casa, viu-se que o Prefeito não pode conceder aumento para uns, e sim para todos, conforme prevê a Lei, pois acha que todos merecem aumento, dizendo que levará tal fato ao conhecimento do Prefeito. Logo após o Presidente pediu ao Secretário que procedesse a leitura das indicações, requerimentos e solicitação de ofício para irem em votação e pediu que se aprovada o Vereador não justifique ela em outra oportunidade visto que a justificação já consta na própria indicação: Indicação nº01/2006 do Vereador Cláudio Pereira Neto

indicando ao Prefeito Municipal que realize limpeza e capina no cemitério do Monte Verde; Indicação nº02/2006 do Vereador Cláudio indicando ao Secretário Municipal de Obras que retire entulhos na rua Pe. Pedro Nogueira; Indicação nº03/2006 do Secretário indicando ao Secretário Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente que providencie o conserto da torre de televisão do Município; Indicação nº04/2006 do Secretário indicando ao Secretário Municipal de Obras que providencie a reforma da estrada entre o Município de Lima Duarte e Santa Rita de Ibitipoca; Indicação nº05/2006 do Vereador Antônio Alves de Paula, indicando ao Prefeito Municipal que seja colocado um coletor de lixo em frente a Praça Vereador Joaquim Moreira dos Santos no bairro Esplanado; Indicação nº06/2006 do Vereador Antônio Alves indicando ao Prefeito Municipal a colocação de postes com iluminação do trevo do bairro Afonso Pena até a entrada da antiga Escola Agrícola; Indicação nº07/2006 do Vereador Antônio Alves indicando ao Prefeito Municipal para que seja colocada iluminação pública na Avenida Antônio Tuita, no bairro Piúna; Indicação nº08/2006 do Vereador Antônio Alves indicando ao Prefeito Municipal que providencie a instalação de iluminação na Praça Vereador Joaquim Moreira dos Santos no bairro Esplanado; Indicação nº09/2006 do Vereador Antônio Alves, indicando ao Prefeito Municipal que determine a retirada de entulho no bairro Batatal em frente à escada que dá acesso a Br267; Indicação nº10/2006 do Vereador Cláudio indicando ao Prefeito Municipal que providencie o término do calçamento da rua Waldomiro Ferreira Delgado; Indicação nº11/2006 do Secretário, indicando a Secretária Municipal de Educação que providencie a solicitação de um guarda nos horários em que terminam as aulas na Escola Municipal Pedro Paz, com relação a esta indicação o Vereador Hélio Dias Gomes acha que deve se tomar tal providência com urgência relatando seu testemunho e manifestando-se a favor de tal, o Secretário também comentou que a indicação é um meio de ajudar o Prefeito e Secretários; Indicação nº12/2006 do Secretário indicando ao Prefeito Municipal que providencie a instalação de redutores de velocidade nas ruas: José de Sales, Manoel Otaviano Ferreira, Benvindo de Paula, Pe. Pedro Nogueira, José Virgílio e demais que se fizerem necessárias; Indicação nº13/2006 dos Vereadores Geraldo Fonseca Neto e Maria Auxiliadora Souza Carvalho, indicando ao Diretor do DEMAE que providencie a limpeza e drenagem das valas existentes próximo ao campo de futebol em Orvalho; Indicação nº14/2006 do Vereador Geraldo Fonseca, indicando ao Prefeito Municipal que providencie o calçamento e troca de um poste de madeira que está no meio da rua Waldomiro Ferreira; Indicação nº15/2006 do Vereador Cláudio, indicando ao Secretário Municipal de Obras que providencie a retirada de

entulho e reforma de meio-fio na rua Olaria, no bairro Cruzeiro; Indicação nº16/2006 do Vereador Cláudio indicando ao Secretário Municipal de Obras que providencie a capina da rua Domingos Joana D'Avila, no bairro Cruzeiro; Indicação nº17/2006 do Secretário, indicando ao Secretário Municipal de Obras que providencie a limpeza dos lotes da rua que desce para Escola Estadual Joaquim Delgado. Requerimento nº01/2006 do Vereador Antônio Alves, requerendo ao Prefeito Municipal o total do valor arrecadado com a taxa de iluminação pública até o momento; Requerimento nº02/2006, do Vereador Antônio Alves, requerendo ao Presidente da Câmara quanto ao fato do Prefeito e Diretor do DEMAE não responderem a requerimentos e indicações do Vereador. Solicitação de Oficio do Vereador Antônio Alves, solicitando que seja enviado um oficio para Promotora de Justiça Dra Natália Salomão de Pinho comentando sobre uma casa que se encontra abandonada na rua Antônio Duque Filho esquina com Travessa João XXIII servindo como local de prostituição e uso de drogas, mencionando que o Prefeito já está ciente de tal situação. Em seguida o Secretário procedeu a leitura da resolução nº02/2000 esclarecendo que só farão parte da pauta das reuniões as preposições que forem protocoladas com setenta e duas horas de antecedência das reuniões, o Presidente reiterou tal pedido para que aja uma pauta definitiva para reunião, e se cumpra o regimento interno. O Presidente publicou o resultado da votação, sendo todas as indicações, requerimentos e solicitação de oficio aprovados por oito votos favoráveis e nenhum contra, em seguida declarou a palavra livre. Com a palavra o Vereador Hélio sugeriu a mesa que se fizesse em uma folha única e fosse repassado um resumo dos convênios constantes nas correspondências da CAIXA para todos os Vereadores, que segundo cálculos os valores dos convênios chegam aproximadamente a três milhões e a contrapartida da Prefeitura em torno de cento e cinqüenta mil. O outro assunto abordado pelo Vereador foi com relação a tele-sala, esclarecendo que ela não irá fechar, apenas está tentando baratear os custos da mesma. Com relação a pista de skate esclareceu que já foram feitas três licitações para se executar a obra, e a mais barata ficou em torno de quarenta e oito mil reais, sendo que a verba destinada pelo Deputado Estadual Biel é de vinte cinco mil reais, mencionando que a Prefeitura não tem como dar uma contrapartida para tal construção e explicou que as pistas devem ser construídas para oferecer segurança e qualidade e não simplesmente construir uma rampa, citando que algumas cidades tiveram problemas e garantiu que está se buscando uma solução para tal problema. O Vereador Antônio Alves com a palavra parabenizou o Secretário Carlos, porque é o único que responde requerimentos e indicações, e disse que o Prefeito trata ele principalmente com o maior descaso possível comentando

sobre o requerimento que pede tais providências. Comentou sobre o crédito de recurso de cento e vinte e cinco mil, que inclusive foi objeto de discussão nesta Casa aonde alguns falavam que não existia tal recurso, mas reafirmou que estava certo e que tal dinheiro já se encontra na conta da Prefeitura, alertando a população de Conceição de Ibitipoca para se realizar a eletrificação rural. Com relação ao descaso do Prefeito disse que ele foi eleito pelos ricos e parece que só governa para os ricos, esquecendo-se dos pobres, disse que os Vereadores foram eleitos pelo povo e que eles devem defende-los pois eles pagam seus salários. Disse quea taxa de iluminação pública está sendo paga a quase um ano, estimando que a arrecadação deve estar em torno de trezentos mil reais e até hoje não houve investimento na área de iluminação, relatando haver muitas ruas, bairros e distritos sem iluminação sendo que está sendo paga a taxa. Comentou sobre a orientação passada de ligar para CEMIG para resolver problemas de pessoas que pagam a taxa e não possuem iluminação na sua rua, dizendo que está um verdadeiro jogo de empurra a empresa diz que deve procurar a Prefeitura e a Prefeitura joga para CEMIG. Com relação ao fechamento de Escolas, voltou a afirmar que parece que o Prefeito não gosta de pobre pois fechou a Escola Nominato Duque e superlotou as Escolas Bias Fortes e Altivo Pedro Gomes causando um transtorno enorme, relatou o fechamento da Escola do Capoeirão, Mogol e Ribeirão de São Pedro, dizendo que escolas não se fecham, mencionou o risco que estas crianças enfrentam viajando em estradas que não estão boas quando uma escola é fechada, dizendo que o Prefeito deve ter um pouco mais de sensibilidade, e que ele não acerta na Secretaria de Educação relatando que já está na terceira Secretária de Educação. Esclarecendo que o povo está pagando por isso, funcionários da educação ganhando mau, e que pelo orçamento que foi votado não vê perspectivas de aumento para este ano. Com relação ao DEMAE esclareceu que está faltando água na cidade e não se pode cobrar água como está sendo cobrado, e disse que o Prefeito pode comprar hidrômetros visto que teve aumento de arrecadação e a cobrança ficaria mais justa, comparando o preço cobrado de uma residência ser igual a de um comércio ou clínica na faixa de doze reais e variação de familiares em uma residência pagar o mesmo preço, afirmando que a Prefeitura tem dinheiro para instalar os hidrômetros e não fez porque não quis. Comentou sobre os salários atrasados relatando que muitas pessoas que têm seis ou oito meses para receber estão o procurando e que até o momento o Prefeito não tomou nenhuma providência pedindo empenho dos Vereadores neste caso. Fazendo uso da palavra o Vereador Walter de Paula Neves pediu ao líder que leve ao conhecimento do Prefeito sobre as estradas de Mogol que estão em péssimas condições de tráfego e relatou o risco que as pessoas estão

correndo nestas estradas, salientando que não conseguiu falar com o Secretário de Obras e o Prefeito. Também manifestou seu apoio ao Vereador Antônio com relação ao fechamento das Escolas se mostrando contrário achando que as mesmas devam ser reabertas. Comentou sobre uma comunicação enviada pelo Deputado Neider Moreira que destina uma verba de cento e sessenta mil reais para Secretaria Municipal de Saúde. Pediu também a regularização do transporte escolar mencionando que tem crianças que as aulas já iniciaram e até hoje não foram à escola, dizendo que em conversa com a Secretária de Educação a mesma informou que não tem carros para busca-las, pois estão quebrados, o Vereador salientou que as providências já deveriam ter sido tomadas. O Vereador Cláudio procedeu a leitura de uma carta da rua Waldomiro Ferreira Delgado assinada pelo Sr. Dalmes Cornevil e comunidade, comentando sobre a arrecadação de tributos e os altos valores cobrados e a falta de investimentos em saúde e educação; precária distribuição de água, solicitando a ampliação do reservatório de água; continuação do calçamento; melhoria na iluminação; mudança de postes; melhoria no acesso para veículos; instalação de telefone público, pedindo que o Legislativo intervenha junto ao Executivo, comentando que todas as promessas são iguais, o primeiro ano é o de colocar a Casa em ordem, mencionando que um ano já passou e que agora é ora de fazer, acreditando no empenho da atual administração. O Vereador Cláudio explicou que na carta cita que "os valores de tributos cobrados aqui são os mais altos do mundo", salientando que isto deve ser apurado, frisando que o texto é de responsabilidade da comunidade, o Vereador também acha que se deva começar a fazer, pois o primeiro ano já passou. O Vereador Antônio Alves pediu uma parte comentando que fez uma indicação ao Diretor do DEMAE sobre a questão da água na rua e não obteve resposta, salientando que os valores cobrados são injustos não os mais caros, pois sempre está faltando água naquela rua. Novamente com a palavra o Vereador Cláudio perguntou ao Líder do Prefeito Vereador Hélio ou ao Presidente se os Vereadores podem alterar o valor da taxa de iluminação pública como foi comentado o ano passado, cobrando o empenho para tal. Posteriormente o Vereador Cláudio fez um apelo ao pessoal que recolhe entulho que não subam em cima das calçadas com as máquinas pois danificam o meio-fio e calçada. O Vereador Hélio explicou que os trezentos mil reais de arrecadação citados pelo Vereador Antônio não significam investimento em iluminação pública, mais sim o pagamento de uma conta, como nós pagamos a iluminação residencial. Citou que a CEMIG investiu na cidade de várias formas, tendo várias ruas recebido poste, iluminação, comentou que o convênio entre a Prefeitura e a CEMIG está possibilitando a instalação de iluminação, não em um ritmo que a

cidade precisa mas está vindo, pois durante muito tempo não se colocou nenhum poste. Mencionado seu testemunho, de que o Prefeito está tentando conseguir novos contratos junto a empresa e que até o final do mandato do Prefeito mais pessoas serão beneficiadas com a iluminação. Com relação a taxa de iluminação pública esclareceu que durante o ano passado houve várias manifestações da população, várias conversas e debates sobre o assunto com representantes da CEMIG para amenizar a situação, pois o valor arrecadado não poderia diminuir, sendo arrecadado em torno de vinte e oito mil e sendo pago em torno de trinta e dois e trinta e três mil, tendo a Prefeitura que complementar tal pagamento. Disse que foram feitas várias planilhas, mas quando beneficiava uns prejudicava outros, e afirmou segunda palavras do Prefeito que não tem como mexer na tabela e diminuir a iluminação pública para população, e que se fosse fazer isto o projeto deveria ter sido votado em dezembro para vigorar a partir de abril deste ano, e deixou claro que os Vereadores não podem mexer nestes valores e que a Prefeitura não tem condições de aumentar sua contrapartida para diminuir os valores para os cidadãos, comunicando que permanecerá a mesma tabela. O Vereador voltou a falar que quando estiver sendo cobrada a taxa e na rua da pessoa não possuir iluminação a mesma deve ligar para CEMIG, como também para pedir troca de lâmpadas e outros serviços como os Diretores da CEMIG relataram em reunião com Vereadores nesta Casa, sugeriu que o Vereador Antônio trouxesse a pessoa que solicitou o serviço para realizar a ligação da Câmara para averiguar se o atendimento está passando as informações corretas, pois se não estiver irá questionar o atendimento. O Presidente também se mostrou favorável e propôs que se estiver acontecendo tal impasse irá convidar os representantes da CEMIG para virem a esta Casa prestar esclarecimentos publicamente, e para que os Vereadores possam questiona-los e mostrar que os Vereadores estão empenhados, dentro das possibilidades. Com a palavra o Vereador José Evilásio de Oliveira Fonseca voltou a comentar sobre a falta de um atendente da CEMIG na cidade já que a empresa tem grande arrecadação. Com referência as escolas manifestou-se contrário ao fechamento das escolas, mas que em conversa do Prefeito foi dito que as escolas foram fechadas com conversa com as comunidades e para um melhor ensino, centralizando-os em uma escola. Fez uma crítica com relação aos Secretários que muitas vezes deixam de atender pedidos que são direcionados para ajudar a administração, cobrando que tais pedidos sejam atendidos. O Vereador Geraldo Fonseca pediu a Secretária de Educação que faça um estudo minucioso sobre o fechamento das escolas e o transportes de crianças na faixa de cinco a sete anos que ficarão cansadas com a viagem e terão rendimento baixo além do risco que elas correm com a viagem e as

condições das estradas, dizendo não ser contra nem a favor do fechamento de escolas, segundo o Vereador talvez fique mais barato pagar uma professora e uma serviçal para ficar no Capoeirão do que fazer o transporte destas além do melhor rendimento que as crianças terão. Com relação a contribuição de iluminação pública reafirmou o já dito pelo Vereador Hélio, comentou sobre a possibilidade de entrar na promotoria pedindo a inconstitucionalidade da taxa, mas se ela fosse derrubada quem pagaria seria a Prefeitura, comentou sobre uma reportagem que saiu na Tribuna que fala que o problema da taxa de iluminação pública não é só em Lima Duarte informando que ela pode ser derrubada em abril. Explicou que com o pagamento a CEMIG trocou lâmpadas que são mais econômicas nas não barateiam a taxa e lâmpadas queimadas, e que os postes que estão sendo colocados são com recursos da Prefeitura. Com menção ao assunto o Vereador Antônio leu parte de uma reportagem do Diário regional que diz que a CEMIG poderá devolver um bilhão aos Municípios, o Presidente disse que outro jornal publicou dois bilhões relatando o abuso da empresa e o desencontro de informações, comentou sobre a falta de um atendimento da empresa na cidade e relatou a indignação da população e políticos com a empresa. A Vereadora Maria Auxiliadora fazendo uso da palavra comentando sobre a carta que o Vereador Cláudio leu, disse que todos deveriam ir ver a situação da rua e relatou os vários problemas da rua, mencionando que a parte dos Vereadores já foi feita mas nem tudo é atendido, acredita no Prefeito mas pede mais empenho para resolver os problemas, mas garantiu que os Vereadores irão continuar a fazer sua parte. Com a palavra o Secretário disse que o ano será de muito trabalho, dando ênfase ao código tributário que é o coração da administração, pedindo empenho de todos os Vereadores. Comentou também sobre o projeto das torres esclarecendo que foi levado ao Professor José Paulo que fez algumas modificações no projeto. Disse que irá fazer um projeto de emendas na Lei Orgânica que deve ser aprovado por maioria absoluta para vigorar, comparando que já foram feitas cinqüenta e quatro emendas na Constituição e nenhuma da Lei Orgânica, citou também o Código de Posturas. Para encerrar o Presidente convocou todos para a próxima reunião no dia vinte, na próxima segunda-feira, pedindo que seja convocado o Vereador Walter que teve que se ausentar. Comentou sobre as indicações, sobre o pedido da instalação de hidrômetros, dizendo que já foi liberado dinheiro para colocar hidrômetros dizendo que já está tudo praticamente liberado, com relação aos entulhos acha que deve ser feita uma limpeza geral e comentou sobre o Código de Posturas pedindo aos funcionários que façam um trabalho sem estragar as calçadas, dizendo que já conversou com o Secretário de Obras para estipular uma norma para proceder a limpeza,

com menção aos problemas da rua Waldomiro Delgado esclareceu que o Secretário de Obras já visitou o local e foi proposto que a Prefeitura daria o material e se faria um mutirão na comunidade. Com relação aos repasses de convênios disse que o total foi de três milhões cento e quatorze mil e quinhentos reais e uma contrapartida de cento e trinta e três mil novecentos e vinte e seis reais e vinte centavos pedindo que seja enviado para cada Vereador, disse que tudo isso só está sendo possível devido a credibilidade da atual administração com os governos Estadual e Federal e credibilidade também da Câmara. Esclareceu que o convênio de cento e vinte e cinco mil citado pelo Vereador Antônio não estava em caixa, pois existia uma pendência que foi regularizada na atual administração e possibilitou a liberação do mesmo. E que os Vereadores devem fiscalizar a execução das obras, comentou sobre um almoço que teve a participação de vários políticos. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente agradeceu a todos os presentes e encerrou a reunião desejando a todos uma boa noite. Para constar, determinou que essa ata fosse confeccionada, que depois de lida, se aprovada, deverá ser assinada. Itadeu Tavares Amaro, Claudio Pereira Neto, José Euclídio de Oliveira Fonseca - Fabio Alves Lima, Geraldo Fonseca Neto, Antonio Alves de Paula, Walter de Paula Jacintho, Almeida de Paula, Maria Geralda Sousa Paraiko.

Câmara Municipal de Lima Duarte

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e seis, reuniu-se este Legislativo na Sala de Sessões da Câmara Municipal, às dezoito horas, para a realização da Segunda Reunião Ordinária do Segundo Período da Segunda Sessão Legislativa. Com as palavras de praxe, o Presidente Vereador Tadeu Tavares de Matos, percebendo haver número regimental, declarou abertos os trabalhos, determinando ao Secretário, Vereador Jacintho Almeida de Paula, que fizesse a chamada, onde observou-se a ausência da Vereadora Maria Auxiliadora Souza Carvalho. O Presidente colocou a ata da reunião ordinária do dia treze de fevereiro em discussão, e não havendo nenhum manifesto a mesma foi aprovada. Em seguida pediu ao Secretário que procedesse a leitura do pequeno expediente: Ofício Circular nº03/2006 da Secretaria Municipal de Assistência Social comunicando sobre a reativação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e solicitando que o legislativo indique dois Vereadores para fazerem parte do mesmo e convidando para reunião. Ofício nº27/2006 do Gabinete do Prefeito, solicitando que os Projetos de Lei nº25 e 26/2005 sejam recolhidos para nova análise. Ofício nº07/2006 da Secretaria da Câmara a ser encaminhado para o Prefeito solicitando informações sobre os custos que o Município está tendo com relação aos processos movidos contra o ex-prefeito Carlos Alberto Barros. Ofício nº41/2006 do Gabinete do Prefeito, em resposta as indicações de nº130,131,132,133,144,145,147,148,154,155,156,157,158,159,160,161,162, 167,168,170,171,175,176,177,178,179/2005 e requerimentos nº28 e 31/2005 dos Vereadores: Antônio Alves de Paula e Jacintho Almeida de Paula. Ofício nº42/2006 do Gabinete do Prefeito, em resposta as indicações de nº01,05,06,07,08,09,10,12,14/2006 e requerimento nº01/2006 dos Vereadores Cláudio Pereira Neto, Antônio Alves e Geraldo Fonseca Neto. Balanço mensal enviado pela Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte, referente aos mês de dezembro do ano de dois mil e cinco. Deu continuidade lendo os ofícios encaminhando projetos de lei a serem publicados. Ofício enviado pelo Gabinete do Prefeito, encaminhando Projeto de Lei nº04/2006 que concede isenção fiscal de tributos municipais à Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte. Ofício enviado pelo Gabinete do Prefeito, encaminhando Projeto de Lei nº02/2006 que concede utilidade pública a Associação de Produtores Rurais Amigos de Pirapetinga, o Secretário não procedeu a leitura do referido projeto para sua publicação e disse que no momento da palavra livre iria explicar o motivo. Ofício enviado pelo Gabinete do Prefeito, encaminhando Projeto de Lei nº01/2006 que dispõe sobre recurso destinado à entidade Sociedade São Vicente de Paulo no valor de vinte e dois mil reais. Em seguida o Presidente pediu ao Secretário que procedesse a leitura das indicações, requerimento e projetos

de lei do Legislativo e Executivo para irem em votação: Indicação nº17/2006 do Secretário indicando ao Supervisor de Negócios de Telefonia do Interior da Telemar que providencie o remanejamento de um telefone público que se encontra dentro de uma residência, transferindo-o para um local público; Indicação nº18/2006 do Vereador Antônio Alves indicando ao Supervisor de Negócios de Telefonia do Interior da Telemar que instale um telefone público na Estrada Bom Retiro; Indicação nº19/2006 do Vereador Antônio Alves indicando ao Prefeito Municipal que providencie a instalação de postes com iluminação na rua Antônio Duque Filho - Fundos e no final da referida rua, no perímetro urbano da Br267. Requerimento nº03/2006 do Secretário, requerendo ao Presidente da Câmara dispensa de interstício para votação dos projetos de lei do Executivo nº05/2006 que abre crédito especial ao orçamento vigente no valor de setenta e cinco mil reais; nº06/2006 que abre crédito especial ao orçamento vigente no valor de trezentos e sessenta mil reais; nº07/2006 que abre crédito especial ao orçamento vigente no valor de um milhão, cento e trinta cinco mil reais e o projeto de lei do Legislativo nº01/2006 que concede utilidade pública municipal a Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE) de Lima Duarte. O Presidente publicou o resultado da votação, sendo todas as indicações e requerimento aprovados por sete votos favoráveis e nenhum contra. O Secretário deu continuidade lendo os projetos de Lei a serem votados: Projeto de Lei do Legislativo nº01/2006 que concede utilidade pública municipal a Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE) de Lima Duarte, sendo o relato das comissões favorável a sua aprovação na íntegra e aprovado em plenário por unanimidade em única votação; Projeto de Lei do Executivo nº05/2006 que abre crédito especial ao orçamento vigente no valor de setenta e cinco mil reais, sendo o relato das comissões favorável a sua aprovação na íntegra e aprovado em plenário por unanimidade em única votação; Projeto de Lei do Executivo nº06/2006 que abre crédito especial ao orçamento vigente no valor de trezentos e sessenta mil reais, sendo o relato das comissões favorável a sua aprovação na íntegra e aprovado em plenário por unanimidade em única votação; Projeto de Lei do Executivo nº07/2006 que abre crédito especial ao orçamento vigente no valor de um milhão, cento e trinta cinco mil reais, sendo o relato das comissões favorável a sua aprovação com emendas nos artigos primeiro e segundo e aprovado em plenário por unanimidade em única votação. Logo após o Presidente declarou a palavra livre. Com a palavra o Secretário esclareceu que não publicou o projeto de lei que pede reconhecimento de utilidade pública à Associação de Produtores de Pirapetinga pois a mesma não atende as exigências constantes na Lei nº976 que dispõe sobre as normas para obtenção de utilidade pública, pois a mesma ainda não tem o

tempo para obtenção que é de dois anos e não enviou documentação necessária, o Secretário procedeu a leitura da referida Lei para esclarecimentos e comentou sobre a importância do título e da responsabilidade da concessão do mesmo e que está seguindo apenas a Lei. O Secretário fez um apelo ao Prefeito com relação a falta de material para obtenção de documentos como carteira de trabalho e identidade, mencionando que muitas pessoas vêm de longe para tirar documentos e não encontram os formulários, comentado sobre um caso de uma Sra. do Monte Verde que precisa tirar seus documentos urgente para requerer sua aposentadoria. Pediu ao Secretário de Obras para que seja reformada algumas ruas da Vila Afonso Pena, pois as ruas estão muito danificadas e quase sem condições de chegar veículos relatando que esteve no local. Fazendo uso da palavra o Vereador Antônio Alves comentou sobre os projetos n° 25 e 26/2005 que foram retirados da pauta, salientando que não entendeu o motivo da retirada dos referidos projetos, mencionando que agora se faria justiça e se concederia aumento aos motoristas, e que ao seu ver a Câmara poderia ter colocado em votação os projetos pois ela é autônoma e independente, e pediu que na próxima reunião se faça uma avaliação concreta e se vote tais projetos, informando que com o aumento do salário em maio os motoristas estarão ganhando um salário. O Vereador voltou a comentar sobre o fechamento das Escolas, relatando que foi procurado por duas senhoras do Capoeirão que disseram que já haviam falado com o Vereador José Evilásio, o Vereador explicou que nem o Vereador José Evilásio e nem ele poderiam fazer nada, apenas disse que tentariam sensibilizar o Prefeito para que ele reabrisse as Escolas do Capoeirão, Ribeirão de São Pedro e Mogol, dizendo que a Sra. se emocionou pois a Escola traz vida para as Comunidades pequenas, esclareceu que esteve fazendo as contas, e que pagar uma serviçal e uma professora fica mais barato que o transporte, além da viagem que estas crianças são submetidas em kombis e estradas mau conservadas, no momento devido as chuvas. O outro assunto abordado foi com relação a torre de TV, esclarecendo que quem não possui antena parabólica fica sem televisão e que tem um ano que a torre não funciona, pedindo a sensibilização do Prefeito para que ele arrume a torre em virtude das pessoas menos favorecidas. Para encerrar desejou aos limaduartinos um ótimo carnaval e pediu que a pelada que acontecia no passado não volte a acontecer. O Vereador Geraldo Fonseca com a palavra fez um complemento das palavras do Vereador Antônio, e pediu a Secretária de Educação que conversasse com o Prefeito sobre a reabertura das Escolas, dizendo que educação não tem custos e que o ganho é dar educação, e que eles se colocasse na posição nas mães, relatando que um menino na faixa de

cinco ou seis anos de idade que sai de Mogol as cinco horas e vem estudar em Lima Duarte fica sujeito a sono, fome e conseqüentemente seu rendimento será baixo. Comentou sobre um ofício recebido do PFL, comunicando sobre a convenção municipal que haveria este ano, informando que foi prorrogado por mais um ano mantendo-se o diretório municipal conforme resolução do partido. Com a palavra o Vereador Hélio Dias, comentou sobre o fechamento das Escolas debatidos pelos Vereadores Antônio e Geraldo salientando que o assunto deva ser mais debatido, esclareceu que o termo fechar escolas é muito pesado e algumas pessoas podem entender que é uma atitude contra a educação, comentou que muitas vezes em busca de um ensino melhor tem que se haver um sacrifício, comparando as pessoas que se deslocam até Juiz de Fora para estudar. Sugeriu que ele, mais os dois Vereadores fossem em comissão conversar com a Secretária de Educação para trazer a população uma resposta concreta sobre o fechamento das escolas, dizendo que ele não tem a resposta mas acredita que a intenção foi buscar um ensino de melhor qualidade e trabalhar a sociabilidade, comentou sobre a questão das salas multi-seriadas não sabendo se é o caso de alguma delas. Comentou sobre a Sra. que procurou o Vereador Antônio e disse que respeita-a, mas que será difícil encontrar uma solução que agrade a todos, acha que deva se ouvir os pais com relação a avaliação de rendimento de seus filhos com a nova proposta. O Vereador Antônio pediu uma parte e disse que mesmo não sendo especialista em educação acha que o ensino em uma sala com doze alunos, como é o caso de Capoeirão seja melhor que numa sala de trinta alunos em São Domingos, relatou ainda sobre o aspecto social e a confraternização com a comunidade. O Vereador José Evilásio com a palavra como representante do Capoeirão, disse que o Prefeito fez a reunião com os pais, e que eles relataram que a maioria não concordou com o fechamento da escola, e que a alegação do Prefeito é um ensino de melhor qualidade. O Vereador comentou sobre a questão do transporte escolar pois as estradas não estão em condições de transportar os alunos devido ao período de chuvas dizendo que nos últimos dias de chuva o ônibus teve que passar por Rosa Gomes e dois alunos não foram para escola, e salientou a preocupação dos pais e acha que é da vontade de todos os Vereadores a reabertura das escolas. Disse que a Câmara está trabalhando em conjunto com o Prefeito e que ele deve ouvir a Câmara e reabrir as escolas pelo menos no momento, o Vereador Antônio sugeriu que se convidasse a Secretária de Educação para falar publicamente sobre o assunto e convidasse os representantes das comunidades. O Presidente achou uma idéia boa, e fará o convite a Secretária para que ela possa esclarecer a população sobre tal assunto, e relatou ser contra o fechamento, mas que as vezes as pessoas que estão

pedindo isto não tem nem filhos na escola, estão afim de complicar a educação e a administração. Com a palavra o Vereador Walter de Paula comentou que quando há um fechamento de escola alguns pais vem para cidade em busca de escola e deixam o campo e que a escola faz muita falta para população rural, tanto para que tem filho quanto para quem não tem. O Presidente com relação a casa abandonada na rua Antônio Duque Filho comentada pelo Vereador Antônio, disse que entrou em contato com os proprietários da casa pois o imóvel é propriedade particular, e o Prefeito afirmou que se a família autorizar desmancharia a casa para resolver o problema, mencionando a preocupação dos vizinhos. O Presidente comentou sobre a indicação feita pelo Secretário com relação ao telefone em Capitães esclarecendo que já foi feita uma indicação no mesmo sentido e não foi respondida. Cobrou dos Vereadores Antônio e Hélio sobre o caso que eles ficaram de verificar sobre a taxa de iluminação pública, cogitando inclusive sobre uma possível vinda de representantes da CEMIG para prestar esclarecimentos sobre o assunto. O Vereador Antônio comentou que na última sexta-feira esteve na cidade atendentes do programa "CEMIG na Praça", e que a pessoa que o atendeu explicou que a partir do momento em que não tem iluminação em determinada rua, a Prefeitura é que tem que tomar providência e colocar iluminação. O Vereador Hélio disse que a discussão é sobre aonde não possui iluminação pública ser cobrada a taxa, já que o Diretor da CEMIG em reunião da Câmara disse que aonde não possui iluminação pública não pode ser cobrada a taxa, sugerindo que o Vereador Antônio traga uma conta para se fazer a averiguação com a resposta dada pelo atendente da empresa e que se constatar o que está sendo dito pelo Vereador Antônio se convide um representante da CEMIG para esclarecimentos, o Vereador Antônio disse que a CEMIG não tira a cobrança da conta e acha necessário a presença de um Diretor da CEMIG para tais esclarecimentos. O Presidente comunicou que tão logo os Vereadores tirem a prova que comuniquem para que se necessário seja convidado Diretor da CEMIG, sugerindo que os Vereadores tirem cópias das contas que estão sendo cobradas indevidamente a taxa para questionar e servir de prova para o Diretor da empresa. Comentou sobre o caso da antena de TV, pediu um empenho maior do setor responsável para consertar as referidas antenas por causa das pessoas mais humildes e que não possuem antena parabólica e pediu que sempre se faça uma revisão na mesma para evitar transtornos. Com referência ao Projeto de Lei que pede utilidade pública comentou sobre a urgência levantada pela Chefe de Gabinete pedindo a compreensão e desculpa aos membros da Associação pois está se cumprindo uma Lei já existente. Com relação ao carnaval desejou uma diversão sadia sem maiores danos as pessoas e ao patrimônio para ser uma

festa agradável aos visitantes e moradores. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente agradeceu a todos os presentes e encerrou a reunião desejando a todos uma boa noite. Para constar, determinou que essa ata fosse confeccionada, que depois de lida, se aprovada, deverá ser assinada.

João Flores de Souza Carvalho, Walter de Paula Neto, Mario Anastácio Antonio Alves de Paula, Geraldo Fonseca Neto, Fabio Alan Lima, José Antonio de Oliveira Ferrolle, Claudio Pereira Neto, Jacinto Almeida de Paula

Aos sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e seis, reuniu-se este Legislativo na Sala de Sessões da Câmara Municipal, às dezoito horas, para a realização da Primeira Reunião Ordinária do Oitavo Período da Segunda Sessão Legislativa. Com as palavras de praxe, o Presidente Vereador Tadeu Tavares de Matos, percebendo haver número regimental, declarou abertos os trabalhos, determinando ao Secretário em exercício, Vereador Geraldo Fonseca Neto, que fizesse a chamada, onde observou-se a ausência justificada da Vereadora Maria Auxiliadora Sousa Carvalho. Antes de dar início aos trabalhos convidou o pessoal da educação que fizeram inscrição para fazer uso da Tribuna, que tem como tema, "educação e reajuste salarial", sendo os seguintes oradores Arlete Maria de Fátima Oliveira, Eduardo Clemente de Paula e Maria Sheila de Aguiar Silva, o Presidente reiterou que eles teriam dez minutos para fazer sua exposição. Com a palavra à senhorita Arlete agradeceu a oportunidade dada pela Casa por receber os profissionais da educação a qual ela está representando, para pedir reajuste salarial, além do aumento da valorização profissional, pedindo que os Vereadores apóiem a classe junto ao Executivo, citando que eles só têm direito ao salário e não desfrutam de benefícios como plano de saúde, e vantagens como o biênio e o qüinqüênio que foram tirados nesta Casa. Salientou que estão iniciando uma nova luta em prol dos funcionários da educação, e pediu um reajuste de quarenta por cento, relatando ser muito digno para os professores que entram numa sala de aula a passam tudo aquilo que aprendem no dia a dia, comentou sobre trabalho com sala multi seriada, citando como exemplo o seu caso, trabalhando por duas e ganha por uma. Comentou sobre a sobra do FUNDEF, relatando a indignação da classe e pedindo desculpas. Explicou que o FUNDEF deveria ser aplicado no mínimo de sessenta por cento na remuneração dos profissionais do magistério, professores no início da docência, técnicos das áreas de administração ou direção escolar, supervisora, e outras áreas em efetivo exercício no ensino fundamental público e o restante máximo de quarenta por cento em outras ações de manutenção e desenvolvimento deste nível de ensino. Relatou que ficou sabendo que houve uma sobra do ano passado no valor de setenta e cinco mil, cento e sessenta e oito reais e vinte e oito centavos, questionando se houve sobra porque não aconteceu o reajuste salarial. Disse que o Conselho do FUNDEF, apurou que já está sobrando dinheiro dos meses de janeiro, fevereiro e março, e que desde abril tomou a frente para negociar com o Prefeito Geraldo Gomes para obtenção do reajuste salarial, juntamente com a atual Secretária de Educação Sra. Giselia e que até o momento não obteve resposta, pois todo dia pergunta, e como resposta eles informam que a PLANEJAR, empresa que presta consultoria contábil não tem uma resposta. Comentou sobre uma matéria que leu no

jornal nesta semana, e que as estatísticas com professores são as piores, pois não são valorizados e bem remunerados e que hoje muitos estão migrando para outras profissões, e que em dois mil e quinze o Brasil terá trinta e cinco por cento de profissionais da educação devido a falta de valorização e não serem bem remunerados. Falou sobre a data base no plano de carreira, na lei um mil duzentos e onze, e que a data base é primeiro de maio, salientando que a mesma não está sendo respeitada nesta gestão e nem na anterior, dizendo que não sabe porque ela existe. Esclareceu que o movimento começa hoje e não sabe quando vão parar, e espera que os apelos sejam ouvidos e não precise haver paralisação, que causa muitos danos a carga horária do aluno, além de ter que pagar depois, salientando que eles não querem ficar atoa em casa, pelo contrário eles vieram aqui hoje com intuito de fazer algo diferente, e que se tem dinheiro ele deve ser usado, e relatou se uma criança precisa de um professor eles precisam ganhar um salário digno e conseqüentemente se refletirá numa educação de qualidade que tanto se exige. Disse que foi nomeada a um ano e não viu a Secretária de Educação nas Escolas, e portanto não se pode falar que o professor trabalha mau, disse que na sua Escola não viu o Prefeito, portanto não se pode falar mau por conversas que chegam ao ouvido, falar que um profissional é igual a todos é impossível, citou como exemplo a Prefeitura, nesta Casa e em qualquer lugar sempre vai haver um que trabalhe mais do que o outro. Falou sobre a carga horária de quatro horas e vinte e quatro minutos, mencionando que não trabalha somente nesta carga horária, relatou que sai de casa as quinze para cinco da manhã e chega em casa as duas da tarde, e que em casa faz o plano de aula, como é feito de primeira a quarta série, e por trabalhar com multi seriada faz vários planos de aula gastando mais tempo, e questionando o que ganha com isso, falando sobre a hipótese de adoecer e não ter um plano de saúde, e que até hoje na Prefeitura ninguém ousou falar sobre ele. Falou sobre a preocupação com os alunos, e comentou sobre um colega seu que chegou passando mal e não tinha ninguém para substituí-lo, mencionando a falta de eventuais para estes tipos de substituição, frisou que tais problemas não são só desta gestão, não querendo defender e nem culpar ninguém, achando que deve haver abertura para um caminho, e que isso tem que mudar, pois se existe problemas tem que procurar mudar, comentou sobre uma eventual falta do professor como no caso exposto quem vai para sala de aula, é a Secretária da Escola quando tem ou o Diretor que tem que estar lá apto para atender outras pessoas. Para finalizar disse que estão dispostos a negociar já que foi dado a abertura para isso, sobre plano de saúde disse que tem só o SUS, e quando trabalhou no Estado tinha o IPSENG que era melhor, pedindo que o Vereadores pensassem um pouco mais na classe, frisando que em gestões passadas foi retirado direitos

adquiridos como biênio e qüinqüênio, e que não poderiam ter aceitado isso naquela época. Com a palavra o senhor Eduardo se dirigiu aos Vereadores da gestão passada, salientando a presença do ex-Vereador Afonso na platéia e também os atuais Vereadores Antônio Alves e Walter de Paula, disse que esteve aqui pelo mesmo motivo, na mesma luta e que demorou quase dois anos para aprovação do plano de carreira, mencionando a luta com Vereadores da época e Secretário e que a situação continuou a mesma, parabenizou os professores pela presença, mostrando a força e união da classe, e que já se chegou ao ponto que a situação não é mais sustentável, além de dar para comunidade de Lima Duarte uma explicação, dizendo que entregando o folheto que os professores articularam em uma reunião um senhor lhe disse que tinha acabado de ler um jornal da Prefeitura dizendo que veio tanto dinheiro do FUNDEF e porque os professores ainda estão querendo aumento, em resposta o Sr. Eduardo disse que o dinheiro veio, mas que não veio para os professores e reiterou que queria fazer das suas palavras a palavra da Arlete. Novamente com a palavra a senhorita Arlete agradeceu e pediu que isto possa mudar e que daqui a dois ou três anos ela e suas colegas não tenham que voltar nesta Casa novamente, lembrou que atual vice é uma educadora, e pediu seu empenho, dizendo que ela por trabalhar na zona rural ganha quatrocentos e oitenta reais, dez por cento a mais do que aqueles que trabalham na zona urbana, disse que em Municípios vizinhos como Pedro Teixeira e Bom Jardim de Mimas, eles não perguntam aos Vereadores quando sobra dinheiro do FUNDEF, eles depositam na conta do professor, pois o dinheiro do FUNDEF são dos profissionais. O Presidente disse que esta Casa estará sempre de portas abertas para recebe-los no caso de alguma reivindicação que queiram fazer, e aproveitou a oportunidade para explicar sobre o projeto que veio para esta Casa pedindo abono para os professores, e que os Vereadores acharam por bem consultar o Tribunal de Contas para que não fosse cometido erros, disse que a consulta foi encaminhada e até hoje não mandaram uma resposta oficial e o que se sabe verbalmente, citando o Sr. Jacintho que esteve juntamente com o assessor jurídico desta Casa no Tribunal, e foi falado pelo Diretor Financeiro que não poderia ser pago este abono de forma alguma, e que o pessoal do Tribunal esteve no Município e reiterou que o abono não pode mais ser pago aos professores contratados do ano passado, aproveitando a oportunidade convidou o Prefeito e a Vice para fazerem uso da palavra e para que fizessem uma colocação para os professores, e garantiu que a Câmara não fez nada para prejudica-los, pelo contrário apenas não queriam assumir uma coisa que não tinham certeza se podiam fazer ou não. Com a palavra o Prefeito Geraldo Gomes de Souza salientou a honra de estar na Câmara junto com os professores que são a mola mestre

do Município, afirmou que a educação é prioridade e coisa séria, mencionou que foi professor e deu aula voluntariamente nos anos que chegou a Lima Duarte, disse que não se esqueceu da classe e que eles terão surpresas a respeito do seu governo. Trouxe e frisou estar na sua mão uma prestação de contas do FUNDEF, e disse a todos sem querer desprezar ninguém que tem trabalhado com transparência e com honestidade para que o dinheiro não só do FUNDEF, mas como todo dinheiro da Prefeitura que sobra dê frutos para o Município, disse que está lutando para que a economia do Município atinja o ponto ideal e garantiu que com um ano e meio de governo só de economia e recursos livres economizou mais de um milhão e meio e que nunca existiu neste Município uma economia destas. Disse que as pessoas não estão acostumadas com transparência e que nunca Prefeito nenhum de Lima Duarte mostrou as contas, mostrou os saldos e recursos, e voltou a falar que todos podem tirar xerox do movimento do FUNDEF, e disse que este dinheiro que sobrou não foi distribuído aos professores, pois tudo deve ser feito dentro da lei, e que ele por livre e espontânea vontade não pode distribuir o dinheiro, disse que sua assessoria contábil que estava na Prefeitura não tinha lhe dado o respaldo que devia, e garantiu a todos que desvio não houve, transparência existe e a Prefeitura está lá a disposição de todos para saber o que está acontecendo com o dinheiro do povo. Falou que pegou a Escola Nominato Duque podre, cheia de piolho, pegando fogo e que hoje está lá uma reforma exemplar para qualquer um ver, e pediu que aos que têm amor a Lima Duarte, que vão até o local ver a reforma. Disse que em Orvalho pegou aluno assistindo aula no meio do terreiro, e ressaltou que a reivindicação da Diretora foi atendida e hoje as duas salas de aula estão prontas. Comentou sobre a reforma e ampliação da Escola de São Domingos ressaltando que está fazendo uma reforma que vai ficar na história de Lima Duarte, pois é uma Escola feita com tecnologia, com amor e muita responsabilidade e que é uma escola feita sem desviar dinheiro e recursos. Falou sobre a construção de duas salas de aula no Bias Fortes para dar mais conforto para as crianças, e disse que vai procurar cumprir a lei, garantindo que só assim a classe terá uma salário mais descente. Disse que infelizmente existem salas de aula com cinco ou seis alunos, dizendo que tal situação deve ser revista. E disse que se depender dele a classe não terá só quarenta mais cem por cento de aumento, comentou sobre um estudo que está sendo feito e que talvez amanhã já se tenha a resposta, frisando que deve ser feito um plano de cargo e salários para aumentar os salários, esclareceu que não pode dar um reajuste só para os professores, mas para todos os funcionários da Prefeitura que estão em situação pior do que a dos professores e reconhece que a reivindicação é justa e pediu que eles aguardem e que ele vai dar para classe o que realmente

merecem e que o Município pode dar, pois não adianta querer aumentar de mais e fugir da lei de responsabilidade fiscal, onde no máximo cinqüenta e quatro por cento pode ser gasto com funcionário e que às vezes não depende somente dele, mas também das leis, vai estudar a reivindicação com carinho e que o mais rápido possível vai fazer o plano de cargos e salários e irá dar realmente o que pode ser dado aos funcionários, passou a prestação de contas para mãos do Presidente e colocou a disposição de todos e frisou que a Prefeitura está aberta para qualquer cidadão e que é obrigação da Prefeitura informar sobre todo recurso, e que qualquer Secretário pode prestar tais informações, e que se não quiserem informar o próprio Prefeito informará. Salientou que os professores de São Domingos e Ibitipoca hoje tem condução para ir trabalhar, pois antes dependiam de caronas, e salientou que está sendo feito o máximo que pode ser feito para a classe, lamentando que às vezes não pode fazer tudo e que na proporção que puder fará com certeza. Disse que sua presença é importante não para se defender, mas para dar uma resposta, esclarecendo ser sua função, pois na verdade o Prefeito é empregado do povo e procura fazer o melhor possível para o povo. O Vereador Antônio Alves pediu para fazer o uso da palavra, disse ser muito justa a reivindicação dos professores e parabenizou-os pela sua vinda hoje nesta Casa, para reivindicar reajuste de salário. Comentando sobre o plano de cargos e salários falado pelo Prefeito, disse que já existe o plano pedindo simplesmente que ele seja seguido, esclareceu que existe a data-base que é o mês de maio e que infelizmente já estamos indo para o segundo ano consecutivo, chegando quase no final do ano e até hoje não houve o reajuste. Com relação a fala do Prefeito que falou que todos os funcionários merecem reajuste, achou muito bom ele reconhecer, mas disse que o motorista da educação hoje ganha um salário mínimo além de outros cargos como técnico em enfermagem ganhando um salário mínimo, manifestando seu repúdio contra isso e contra o dinheiro do FUNDEF, dizendo que foi uma incompetência sem limites do Executivo e que ao longo do ano ele deveria ter visto que estava sobrando este dinheiro, dizendo que muitos professores estão culpando os Vereadores e que os Vereadores não têm culpa disto e que o Prefeito tem que melhorar sua assessoria. O Vereador Jacintho Almeida de Paula que na atual sessão está como Vice-Presidente devido ao ausência da Vereadora Maria Auxiliadora, comentou sobre a lei um mil duzentos e onze, e disse que lamentavelmente todos os artigos, incisos e parágrafos que valorizavam os funcionários da educação foram vetados, salientando que o Prefeito tem que olhar isto com carinho e mandar um projeto para Câmara, disse que os vetos tinham que voltar para Câmara para aprovação ou derrubada dos mesmos e isto não aconteceu, o Vereador Jacintho frisou que as outras áreas também precisam ser

valorizadas, e tem certeza que o Prefeito já está providenciando isto, pois o Município que não fizer o Plano de Carreira do Funcionalismo Público, principalmente da educação não terão suas contas aprovadas pelo Tribunal, frisando que foi as instruções que o Diretor do Tribunal passou para ele e para o assessor jurídico desta Casa Dr. Marco Antônio. Comentou sobre as exigências da legislação e que para trabalhar na Prefeitura de contrato tem que ser concursado e que agora o Prefeito tem uma firma que tem condições de lhe dar uma assessoria técnica especializada, comentou sobre estar ocupando a Vice-Presidência para esclarecer que a Lei Orgânica permite tal substituição. Comentou sobre a situação da grade escolar e disse que na década de noventa foi aprovada e sancionada uma lei de sua autoria com referência a aula de trânsito nas Escolas, e que vem lutando para que a lei entre em vigor, mas o Secretário alega situação de grade e pediu aos professores que conversem com os alunos sobre a questão do trânsito, salientando a importância desta aula nas escolas para que as crianças se preparem para o futuro. O Secretário em exercício fazendo uso da palavra enfatizou o que o Vereador Jacintho falou sobre a lei do plano de carreira do professor e que a Câmara fez algumas emendas que não foram respeitadas pelo Executivo que sancionou o projeto como ele enviou para o Legislativo, e falou que a poder maior é do Legislativo, dizendo que não existe a lei do Plano de Carreira dos professores, pois ela não foi terminada e que foi feito um descaso do projeto de lei e que ela não foi sancionada e não existe. Com relação ao reajuste e a valorização acha mais do que justa e que os Vereadores já estavam antes batalhando por este reajuste e também pelo repasse do FUNDEF que foi um erro do Executivo, deixar passar de um ano para o outro, e que se tal erro não tivesse acontecido o dinheiro poderia ter sido usado da maneira que quisesse no final de dezembro e que erros sempre acontecem e que agora está se tentando resolver isto da melhor maneira possível e que não se pode fazer de qualquer jeito para não ter problema, e para que não haja uma penalização posterior foi feita uma consulta ao Tribunal, e conforme já foi dito o Tribunal não deu uma resposta por escrito, só verbalmente, mencionando que a Arlete também está ajudando nisto, consultando o Tribunal, e disse que sofre na pele a situação dos professores, por também ser professor e que o Aécio também não remunera bem e que sua política é enganosa, relatando sobre o aumento para professores frisando que seu contra-cheque não aumentou nenhum centavo, dizendo não estar justificando a situação no Município e que os professores precisam deste aumento e seria justo e ideal os quarenta por cento de preferência em agosto. Fazendo uso da palavra o Vereador José Evilásio Oliveira Fonseca parabenizou os professores pelo movimento que é justo, e relatou que no última mandato em que foi Vereador o Prefeito na

época nunca esteve na Câmara para responder qualquer tipo de reivindicação, parabenizando a presença do Sr. Geraldo que estava viajando e antecipou o seu retorno para estar aqui, e que se fosse outro Prefeito não estaria aqui e mandaria o Secretário de Educação, e que o problema do FUNDEF ao seu ver foi falha da Secretária de Educação, e tem certeza que o Prefeito irá analisar tal situação com carinho e espera que o aumento seja de cem por cento como foi dito pelo mesmo. O Vereador Antônio com relação a fala do Secretário em exercício disse que a lei de cargos e salários existe e até que se aprove outra a atual deve ser cumprida, e que o plano no segundo ano consecutivo não foi respeitado, inclusive a data base. Comentou sobre a construção da mega escola em São Domingos e disse que lá não haverá nunca alunos para estudar com na estrutura que está sendo construída, ao invés de investir nesta obra ele deveria conceder aumento aos funcionários e investimento para os próprios professores. O Presidente explicou com relação a Escola de São Domingos que ela funcionará em um turno só, por isso haverá mais salas, achando melhor devido ao transporte dos alunos. O Presidente agradeceu a presença de todos e pediu desculpas pela Câmara não ter condições de acomodar todos sentados, e que espera que o reajuste seja concedido, conforme foi discutido nesta Casa e que se quiserem voltar a Câmara, ela estará de portas abertas. O Vereador Jacintho citou como exemplo que se amanhã o Prefeito mandar um projeto dando quarenta por cento de aumento a Câmara não pode aumentar para quarenta e um por cento, e garantiu que o que chegar aqui será aprovado na íntegra, e frisou que o Município, o Estado e o país só crescem se priorizaram a educação. Com relação a verba do FUNDEF o Vereador esclareceu que a verba é jogada para este ano e não para o ano passado. A Senhorita Arlete convocou os professores para uma reunião no Bias Fortes amanhã às dezoito horas como havia sido planejado para tratar outros assuntos pendentes, e sugeriu que sejam eleitas três pessoas para conversarem com o Prefeito. Em seguida o Presidente colocou a ata da reunião Ordinária do dia vinte e seis de junho em discussão e não havendo nenhum manifesto a mesma foi aprovada. Logo após solicitou ao Secretário que procedesse a leitura do pequeno expediente: Ofício nº247/2006 do Gabinete do Prefeito, em atenção ao requerimento 21/2006 informando que o responsável pela criação de suínos foi notificado a retirar os suínos existentes no chiqueiro. Ofício nº23/2006 da Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente, em atenção ao ofício 047/2006 que solicita instalação de um coletor de lixo na rua que dá acesso ao campo do Vila, conforme indicação do Vereador Cláudio. Ofício 22/2006 da Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente, em atenção ao ofício nº39/2006 que solicita instalação de coletores de lixo na comunidade Vila dos Pepinos, feita por indicação do

Vereador Jacintho Almeida. Convite de casamento enviado por Ana Alice e Anderson aos funcionários da Câmara. Oficio nº23/2006 do DEMAE em resposta ao requerimento do Vereador Antônio Alves sobre falta de água e outros assuntos. Oficio nº24/2006 do DEMAE encaminhando atual quadro de funcionários solicitado pelo Vereador Antônio e também encaminhando quadro dos últimos seis anos. Oficio enviado pelo Congresso Nacional, informando sobre como obter detalhes de recursos Federais enviados para o Município no ano de dois mil e seis. Oficio nº78/2006 da Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque informando que a aluna Adeilza Carla da Silva Oliveira foi classificada em primeiro lugar no Concurso "ECA quinze anos" a nível Estadual. Oficio enviado pela CEMIG em referência a solicitação de pedidos de reparos na rede elétrica aos domingos e com aviso prévio. Oficio enviado pela Telemar em resposta a indicação nº54/2006 solicitando instalação de telefone público na comunidade de Capitães e informando que tal solicitação no momento não viável. Oficio nº1482 enviado pelo Diretor da Superintendência de Obras Públicas encaminhando cópia do convênio nº277/06 no valor de cinqüenta e cinco mil reais, bem como publicação no Diário Oficial do Estado e extrato de convênio que tem por objetivo obras de melhoramento em vias públicas. Oficio nº2016/06 enviado pelo Diretor da Superintendência de Obras Públicas encaminhando cópia do convênio nº1039/06 no valor de setenta e cinco mil, e sessenta e cinco reais e quatorze centavos, bem como publicação no Diário Oficial do Estado e extrato de convênio que tem por objetivo obras de construção de ponte. Oficio nº38/2006 da Secretaria Municipal de Saúde em resposta ao oficio nº38/2006, informando que em no máximo cinqüenta dias o posto de saúde de Laranjeiras atenderá a comunidade. O Secretário deu continuidade procedendo a leitura dos oficios encaminhado projetos de lei do Executivo a serem publicados: Oficio nº277/2006 do Gabinete do Prefeito encaminhando projeto de lei nº36/2006 que dispõe sobre o uso do Parque de Exposição Municipal "Helso Neves" em caráter de urgência. Oficio nº277/2006 do Gabinete do Prefeito encaminhando os seguintes projetos de lei: PLE nº37/2006 que dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências no valor de quatrocentos e oitenta e cinco mil reais; PLE nº38/2006 que dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências no valor de sessenta e nove mil reais; PLE nº39 que dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências no valor de setenta e cinco mil reais. Oficio nº215/2006 do Gabinete do Prefeito encaminhado projeto de lei nº33/2006 que dispõe sobre o cálculo e lançamento do IPTU incidente sobre as glebas no perímetro urbano de Lima Duarte - MG. Oficio nº244/2006 do Gabinete do Prefeito encaminhando projeto de lei nº34/2006 que define o limite das obrigações de pequeno valor

a que alude o §3º do art. 100 da Constituição Federal, alterado pelas emendas constitucionais nº30, de 13 de setembro de 2000, e nº37, de 12 de junho de 2002, e estabelece outras providências. Ofício nº245/2006 do Gabinete do Prefeito encaminhando projeto de lei nº35/2006 que altera a Lei Orgânica Municipal no que menciona. Em seguida o Presidente pediu ao Secretário que procedesse a leitura da indicação e requerimento para irem em votação: Indicação nº66/2006, de autoria do Vereador Walter de Paula Neves indicando ao Diretor da VIMARA que estude a possibilidade do ônibus que faz a linha de São Domingos vire no Souza pelo menos duas vezes por semana. Requerimento nº25/2006 de autoria dos Vereadores: Antônio Alves, Cláudio, Jacintho, Geraldo, José Evilásio e Hélio requerendo ao Presidente desta Casa que conceda autorização e dispensa de interstício para publicação e votação do Projeto de Lei do Executivo n.º 36/2006 - Dispõe sobre o uso do Parque de Exposição Municipal "Helso Neves", para realização da 30ª Exposição Agropecuária de Lima Duarte - MG, 2006. O Presidente publicou o resultado da votação, sendo a indicação e requerimento aprovados por sete votos favoráveis e nenhum contra. Em seguida determinou que fosse colocado em votação o projeto de lei do Executivo n.º 36/2006 - que dispõe sobre o uso do Parque de Exposição Municipal "Helso Neves", para realização da 30ª Exposição Agropecuária de Lima Duarte - MG, 2006, com relato das comissões favorável a sua aprovação com emenda no artigo primeiro, inciso dois, aprovado em plenário em única votação por sete votos favoráveis e nenhum contra. Antes de declarar a palavra livre convocou os Vereadores presentes para próxima reunião ordinária no dia quatorze deste mês. Levou a plenário a decisão das comissões que estão julgando as contas do ex- Prefeito Carlos Alberto Barros do ano de dois mil e um, de pedir um prazo maior para julgar tais, alegando que o prazo de cento e vinte dias não é suficiente para fazer o julgamento, e para que o ex-Prefeito tenha um prazo para defesa caso haja alguma irregularidade, o Vereador Antônio perguntou se o prazo já havia vencido, e o Presidente lhe informou que o prazo ainda não venceu, como ninguém se manifestou contra o pedido será encaminhado para o Tribunal. Em seguida declarou a palavra livre. Fazendo uso da palavra o Vereador Hélio Dias voltou a comentar sobre um problema delicado que não se resolveu, que é o problema dos porcos, esclarecendo que transita na Casa um projeto de lei que foi em discussão pela comissão que ainda não tem uma posição e não foi trazido a plenário e que ouvindo o Flávio veterinário e ele pediu para conversar com os Vereadores para explicar os motivos da execução do referido projeto, frisando que ele não tem a intenção de mudar a opinião de ninguém, mas que seria interessante ouvi-lo, relatou que foi em casas que enfrentam o problema com os chiqueiros e a situação é complexa,

e ficou decidido que os Vereadores se reuniriam com o Sr. Flávio no próximo dia quatorze às dezessete horas. O Vereador Antônio deixou registrado que virá a reunião em respeito as partes, mas disse que é contra o projeto do jeito que ele foi colocado, alegando ser uma modificação sem sentido e que seu voto não vai ser mudado. Com referência a um requerimento relatando a existência de um chiqueiro na Vila Cruzeiro que foi respondido pelo Prefeito, o prazo de retirada dos suinos do referido chiqueiro foi de quinze dias, mas infelizmente até hoje não foi tomada nenhuma providência e o problema continua, e não sabe qual caminho irá tomar a partir de agora, pois do jeito que está não pode continuar, mencionando ser um absurdo que em pleno século vinte e um haja um matadouro de porcos no centro da Vila Cruzeiro, trazendo incômodos. Se referido a resposta dada pelo Diretor do DEMAE, o Vereador Antônio citou a palavra usada no inicio do oficio "perplexidade" com a referência a denúncia que fez com a falta de água na cidade, mencionando que ele é que está perplexo, se dirigindo ao Lider do Prefeito que agora é o representante desta Casa no DEMAE, disse com toda sinceridade que isto é um dever do Vereador estar vigilante os quatro anos, alegando que o Diretor da autarquia duvidou de sua palavra, respondendo que não está faltando água e não é comum a falta no Municipio, o Vereador voltou a dizer que até em locais que nunca faltou água está faltando como: na Vila Belmiro, Vila Afonso Pena e no alto da Igreja tem faltado água constantemente e não sabe porque ele está duvidando da palavra de um Vereador que está sempre com o povo e está sempre recebendo reclamações neste sentido, pediu ao Lider e representante da Câmara na autarquia que fizesse chegar no Diretor que ele tivesse um pouco mais de compreensão com as pessoas que vão até ele reclamar, alegando que além de dar o aumento exorbitante ele tem tratado mau alguns contribuintes, pedindo a interferência do Lider neste sentido. Em reposta o Líder disse que o Vereador sabe que o assunto já foi exaustivamente falado e repetido, e que todo mundo sabe que existe um excesso de consumo tornando-se dificil distribuir a água adequadamente e que o consumo na cidade é o suficiente para abastecer a cidade de Barbacena, e reiterou que enquanto não se colocar o hidrômetro não vai haver como resolver isto de forma definida e correta, com relação a reclamação do Vereador quando o Diretor usou a palavra perplexidade, alegou que como o Vereador teve tal sentimento, o Diretor também não gostou da forma de ser tratado como foi citado que a autarquia seria um "cabide de emprego", por duas vezes, relatando a dedicação e o trabalho que o Sr. Manoel vem fazendo com transparência e clareza, mencionando ser uma mesa aberta com convite para todos os Vereadores irem ao DEMAE verificar o que quiserem e saber o que está acontecendo, causando um

sentimento de perplexidade no Diretor quando ele fala tudo isso sem procurar as informações. Citou a lei um mil duzentos e doze que prevê um quadro de cinqüenta servidores para o DEMAE, e pelas contas que fez a autarquia tem em torno de vinte e três funcionários e comparou ser um número ligeiramente menor que o da administração passada, e que a atual folha de pagamento é menor que a administração passada, apesar do aumento de salários no período e que o atual grupo é adequado para atender a demanda e o tamanho do Município de Lima Duarte, e que a questão do cabide não está sendo bem colocada, pois lá não tem ninguém atoa e que o atual quadro de funcionários está funcionando dentro do previsto em lei, diferentes de alguns quadros que haviam na gestão passada quando talvez enquadrasse aí o nome "cabide", citando cargos que não estavam dentro da lei, comentou também sobre algumas irregularidades como pagamento de salário que devem constar no relatório e o pagamento do GETON, justificando a perplexidade do Sr. Manoel que está gerenciando uma empresa que já vem com dificuldades de muito tempo e está aberta, e que hoje esteve conversando com o Vereador Geraldo que numa visão de engenheiro também fez um questionamento parecido com o do Vereador Antônio, mas que ficou proposto que eles iriam conversar com o Sr. Manoel, e frisou que a procura da solução é bem melhor do que ficar somente apontando os defeitos. Com referência a alguma reclamação que algum cidadão tenha contra o Sr. Manoel na forma de atendimento, disse que ele não conhece nenhum caso, e se houve algum caso deve ter havido alguma causa, relatando conhecer bem o Diretor, além de ser muito ponderado e educado, achando que se deve escutar os dois lados da moeda, e não crê que ele esteja fazendo isto como rotina com as pessoas que vão conversar com ele. O Vereador Antônio se referiu a fala do Vereador Hélio com referência ao pagamento do GETON feito na administração passada, explicou que a autarquia tem um Conselho, um regimento interno e que é permitido pagar GETON, frisando que ele era um dos Conselheiros do DEMAE e que realmente recebeu GETON, e que dou durante os dois anos que recebeu para Santa Casa de Misericórdia, e salientou que trará na próxima reunião os recibos para mostrar a todos os Vereadores. Com referência ao GETON o Vereador Hélio disse que houve uma ilegalidade ou erro administrativo, dizendo que o Vereador Jacintho fez uma consulta e verificou-se que não é permitido o Vereador receber GETON, o Vereador Antônio explicou que o Vereador é proibido receber, mas o conselheiro é permitido, e que a partir do momento que ele é conselheiro pode sim receber, pelo regimento interno do DEMAE. Com referência ao cabide de emprego o Vereador Antônio disse que por volta da terceira reunião o Líder disse que seria necessário uma reforma administrativa na Prefeitura e até

hoje não foi feita, e que infelizmente o cabide de emprego não é só no DEMAE, mas também na administração, alegando que o Líder sabe e não se faz necessário ficar repetindo, disse que o Prefeito se gabou por estar sobrando mais de um milhão de reais em caixa e que este dinheiro nunca aparece, cobrando a transparência da administração, e falou que não adianta dizer que tem dinheiro e não remunera bem os funcionários, questionando para que ele vai guardar este dinheiro, voltando a afirmar que o termo certo é cabide de emprego e que não retira nenhuma palavra que disse. Em resposta o Vereador Hélio deixou a vontade o termo que o Vereador quiser, mas pediu que ele entendesse que as pessoas que ouvem isso se sentem ofendidas, com relação a parte administrativa falou que se o Prefeito está conseguindo fazer o caixa que está fazendo e se ele está conseguindo administrar da forma que vemos, "a olhos vistos, claros e cristalinos", a melhoria nas obras, na vida do cidadão em Lima Duarte, lamentando a forma que o Vereador está julgado sem ao menos se interar, e como Vereador ele tem acesso a todas as informações e nuca lhe foi negada uma, mencionando o relatório do FUNDEF apresentado pelo Prefeito, e pediu ao Vereador que se tiver uma solução nova que juntos a levem ao Prefeito. O Vereador Antônio disse não ter solução, mas perguntou o que será feito com a sobra do FUNDEF no valor de setenta e cinco mil reais, e fez mais uma pergunta pedindo se o resposta não puder ser dada nesta reunião seja dada na próxima, sobre o que foi feito com os cinqüenta mil bloquetes que foram feitos durante o período de um ano e meio de administração e que não serviu para calçamento no Recanto, dizendo que parece que existe uma irregularidade na construção destes bloquetes. O Líder disse que no momento não teria como dar a resposta do jeito que o Vereador queria, mas disse que iria procurar se informar com o Secretário de Obras. O Presidente pediu uma aparte para falar sobre o assunto do FUNDEF, e que o Vereador Jacintho lhe disse que quando foram ao Tribunal de Contas, o Diretor Financeiro deixou claro que o dinheiro está em conta e pode ser investido para que seja pago este ano, e poderão ser pagos para os professores que estão em efetivo este ano, e voltou a informar que o Prefeito está fazendo um estudo para ver quanto pode ser dado de aumento. Com referência aos bloquetes o Presidente informou que os bloquetes que foram feitos no pátio, foram com recursos próprios da Prefeitura e os calçamentos do Recanto, Batatal e Manejo e Orvalho são verbas específicas, e que aqueles bloquetes que estão no pátio segundo o Secretário de Obras e o Prefeito são para o melhoramento e calçamento de ruas na cidade, aonde não existe verba específica. O Vereador Hélio voltou a falar com relação ao FUNDEF que o Prefeito reconheceu que houve um erro administrativo só não deu o nome de quem cometeu o erro, mas que os

Vereadores sabem quem cometeu-o, no caso o Sr. Dimas que prestava assessoria anterior, frisou que a situação deve ser definitiva nada de ficar dando abono para agradar, não que seja errado, alegando que o abono seria bem vindo, mas a situação definitiva é melhor e é o que o Prefeito está tentando fazer e que dentro de um ano e meio na bagunça que estava a Prefeitura ele não conseguiu acertar ainda, afirmou que o Prefeito tem conduta e conhecimento, além de estar melhorando sua equipe, alertando que se verá uma surpresa, pois vai chegar ao ponto de se obter um equilíbrio da questão de funcionários e salários, frisando que não vai ser com milagre e com facilidade. O Vereador Antônio com referência as palavras do Vereador Hélio disse que torce que isto aconteça, mas o que foi falado pelo Presidente não lhe convenceu, pois a sua pergunta é se os bloquetes estão em condição de uso, pois o que lhe consta é que os bloquetes não estão casando e foram feitos com uma massa mole, em resposta o Presidente afirmou que os bloquetes estão em condição de uso e que os mesmos ainda não foram usados em local algum e que todos estão no pátio para qualquer um que queira conferir, cerca de sessenta mil. O Vereador Antônio disse que então alguém estaria mentindo, pois a firma que pegou a obra no Recanto lhe falou que não tem condições de calçar com os referidos bloquetes. O Vereador Hélio sugeriu que o assunto fosse trazido com toda clareza e pediu que fossem conversar com o Secretário de Obras e fizesse uma averiguação nos bloquetes, e que na sua impressão os referidos bloquetes devem ter melhor qualidade que o asfalto feito no Batatal, e que se existe algum problema neles, alguém tem que descobrir. O Presidente reiterou que tal fato citado pelo Vereador Antônio se trata de uma mentira, pois quando se trata de um convênio a firma vencedora da licitação tem que ter seu próprio material, e que alguém está querendo fazer intriga e que isto deve ser verificado, pois os assuntos são trazidos para plenário causando uma dúvida grande. O Vereador Hélio pediu que o Vereador Antônio confirmasse o que ele disse, o Vereador Antônio confirmou que está havendo problema de medida e os bloquetes que estão sendo usados estão sendo comprados, por isso os bloquetes não foram usados na referida obra, devido a um problema de confecção dos mesmos. O Vereador José Evilásio com a palavra disse que talvez esteja havendo uma confusão com as pedras que estão sendo usadas para calçar Ibitipoca que houve um problema com diferença das pedras. O Vereador Antônio disse não saber de pedra, só sabe que foi iniciado um calçamento em Ibitipoca, o Presidente informou que o Vereador José Evilásio já foi em Ibitipoca e está procurando fiscalizar, alertando que até quem não é Vereador está fiscalizando, citando a presença do Sr. Waltemberg durante a visita dos Vereadores as obras, e dizendo que lá existem algumas pedras que estão vindo acima do tamanho normal, e que

eles estão separando as referidas pedras e disse que pediu ao Darllan que ligue para firma que fornece as pedras para evitar este problema que está ocorrendo, pois existe gasto da Prefeitura para transportar e da firmar que trás as pedras até o Campo do Santa Terezinha, e que compete aos Vereadores fiscalizar, salientando que o Vereador Antônio esteve no Recanto e reiterou que o carro está a disposição de qualquer Vereador para visitar a obra em Ibitipoca ou qualquer outra. Dando continuidade a palavra o Vereador José Evilásio recebeu uma reclamação do pessoal do morro do Urubu com relação a falta de água e que a três dias não tem uma gota d'água no local e não tem caído nada, o Vereador informou a cidadã que realmente em determinado período está faltando água inclusive em sua casa, afirmou que não esteve no local para averiguar, ele a orientou a procurar o órgão competente. Fez uma reivindicação com relação a lei das bicicletas na calçada e questionou se está incluído o passeio próximo ao Fórum, onde os ciclistas estão transitando em alta velocidade, pedindo a atuação da polícia que não está acontecendo, e que os acidentes podem acontecer e causar inclusive risco de morte. O Presidente informou que durante a votação foi discutido verbalmente que ali por se tratar de uma praça poderia trafegar bicicletas, mas como a lei não cita poderia ser distribuídos panfletos indicando a proibição do tráfego de bicicletas, relatando que ele jamais anda de bicicleta na calçada, mais no referido local ele anda de bicicleta nos respaldo que tinha sido discutido na votação, citou o caso da senhora que nos finais de semana aluga bicicleta as pessoas ficam passeando pelo local e acha que tal situação tem que ser revista. O Vereador Hélio acha que tal lei deve ser revista, e comentou que um trecho passou despercebido na Comissão, quando o condutor da bicicleta está montado ou desmontado obedecendo a Constituição que é a lei maior e outra correção seria a questão de praças, e o problema principal seria as bicicletas estarem no passeio ainda. O Vereador José Evilásio disse que não tem visto a polícia atuar nos passeios, apenas no calçadão de vez em quando e até hoje não viu nenhuma bicicleta apreendida por causa de passeio, achando que a falha é da polícia. O Presidente informou que o Tenente da polícia alegou que faltava talão, mas que o Prefeito disse que não precisaria, os autuados deveriam comparecer a tesouraria e eles pagariam a multa e mediante o documento ele retiraria a bicicleta, segundo ele para não haver pedido de propina, pois nem todos policias são confiáveis. Fazendo uso da palavra o Vereador Jacintho disse que os Vereadores estão perdendo tempo em fazer leis municipais, pois nenhuma é cumprida e respeitada, alegando ser um descaso com o Poder Legislativo Municipal, comentou ainda que antes da aprovação da lei via-se apenas garotos de bicicleta nos passeios, e hoje vê-se homens barbados andando a toda velocidade, relatou casos de falta de

disciplina de alguns ciclistas, alertando sobre a lei que regulamenta aulas de trânsito no Município, pois o Vereador acredita que se a educação começar na base, depois não vai adiantar, pedindo que a lei das bicicletas fosse respeitada e cumprida, comentou sobre o requerimento que fez a Prefeitura pedindo a confecção dos talões para emissão de multas. O Vereador abordou o assunto com referência ao redutor de velocidade, dizendo que desde a sua primeira legislatura vem lutando para instalação deste, comentou que nos mês de julho rodou aproximadamente quatro mil quilômetros e frisou que toda cidade que passou, mencionando cidades grandes, pequenas e industriais quase só se vê quebra-mola um atrás do outro, comentou sobre um atropelamento que houve no último dia trinta na porta do Albergue, comentando sobre a aglomeração do local devido concentrar a policlínica municipal, falando que a Barreira e o Bairro Cruzeiro são pistas de corrida, pedindo a instalação dos redutores de velocidade, e que enquanto não se instalar tais acontecerá muitos acidentes. Sobre as bicicletas disse que a poucos dias abordou um rapaz que conduzia sua bicicleta e quando foi questionado pelo Vereador reprimiu o questionamento, frisando que lugar de bicicletas é na rua, e que é preciso prevenir e mencionou a necessidade de se trazer o Tenente na Câmara para discutir tal assunto e indagou porque Lima Duarte não pode ter quebra-mola ou redutores de velocidade. O Presidente informou que infelizmente a polícia não pode tomar tal providência sem autorização do Executivo, com referência a instalação de quebra-molas, e que se o Prefeito não quiser instalar os redutores que coloque radares, se sua intenção for arrecadar, além de valorizar a vida, mas frisando que o custo é mais alto, informando que tal sistema além da multa penaliza o condutor com perda de pontos na carteira, podendo levar a perca da carteira, comentou que no Batatal os motoristas estão andando a toda velocidade devido as melhores condições de tráfego, realizadas para receber calçamento, citando um atropelamento que aconteceu no bairro e não foi identificado o autor. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente agradeceu a todos os presentes e encerrou a reunião desejando a todos uma boa noite. Para constar, determinou que essa ata fosse confeccionada, que depois de lida, se aprovada, deverá ser assinada. Vereadores de Moraes, Jacinto Almeida de Paula, Walter de Paula Antonio Alves de Paula Netto dos Santos Jose Euclerio de Oliveira Ferreira, Claudio Pereira Neto, Geraldo Fonseca Neto.

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e seis, reuniu-se este Legislativo na Sala de Sessões da Câmara Municipal, às dezoito horas, para a realização da Terceira Reunião Ordinária do Oitavo Período da Segunda Sessão Legislativa. Com as palavras de praxe, o Presidente Vereador Tadeu Tavares de Matos, percebendo haver número regimental, declarou abertos os trabalhos, determinando ao Secretário, Vereador Jacintho Almeida de Paula, que fizesse a chamada, onde observou-se a presença de todos os edis. Antes de dar início aos trabalhos convidou a senhora Dalmatéa de Oliveira Delgado Baumgratz que se inscreveu para fazer uso da tribuna conforme inscrição que abordou o tema "Educação - Valorização do Magistério e Nucleação de Escolas. Com a palavra a Sra. Dalmatéa cumprimentou a todos os presentes dentre Vereadores, a comissão de professores e os pais, agradeceu em nome da classe pela gentileza da Câmara em recebe-las mais uma vez. Disse que parecem ser andarilhos, pois estão vagando sem apoio, dizendo que são pessoas que trabalham com que há de mais nobre, "o ser humano", mencionando que o ensino e a aprendizagem são fundamentais, dizendo que se não fosse a educação nenhum dos Vereadores ou professores estariam ocupando seus lugares, comparando algumas profissões que os Vereadores Geraldo Fonseca e Hélio Dias são formados, disse que em alguns Municípios do país o professor é super valorizado, pois eles trabalham com pessoas pequenas e especiais e que cada um é diferente do outro, dizendo não haver como comparar um com o outro. Pediu o apoio de cada um dos Vereadores na caminhada em busca de valorização, dizendo não ser importante só o salário, disse que ganham hoje independente de estudar ou ter graduação trabalhando do pré a quarta serie quatrocentos e oitenta reais, esclarecendo que não trabalham são só as quatro horas e vinte e quatro minutos, relatando que levam trabalhos para casa, além do comprometimento com as famílias dos estudantes, citando casos adversos como doenças. Comentou sobre a lei do plano de cargos e salários dos professores que fala que a data-base é primeiro de maio, e que a mesma está em vigor além ser a única que se tem, e que a mesma não supri as necessidades e não dá um salário digno a classe. Relatou que em nosso Município mais ou menos noventa por cento dos professores de pré a quarta serie têm curso superior, salientando que não são professores com nível de segundo grau, dizendo que do número de noventa por cento existe uma grande maioria que cursa pós graduação na própria cidade ou em Barbacena, dizendo que não há nenhuma valorização dos professores pelo fato de estarem estudando, citando as despesas que os profissionais têm para investirem neles próprios, citando o caso da resolução número 02/2005 que trata da inclusão e que os professores precisam saber como trabalhar com estas crianças especiais e que não recebem nenhum

material. Pediu que a classe pensante do Município reflita, se faz-se necessário que haja qualidade no ensino ou não, dizendo que em alguns casos não tem. Disse que em reunião com o Prefeito foi dito a comissão de professores com referência a nucleação de escolas, que a intenção é melhorar os salários, fazendo-se necessário a nucleação, comentou sobre as dificuldades que o Município passou na época da municipalização, mencionando o nome da esposa do Vereador Hélio que na época era Secretária de Educação, mencionou que foram perdidas escolas e começou a se transportar alunos e que foi dificil convencer a famílias a aceitarem e que algumas se mudaram para cidade em muitos casos, devido a dificuldade de locomoção mesmo tendo transporte. Se colocaram a disposição dos Vereadores se precisarem da ajuda delas que têm muito conhecimento de zona rural para se chegar a uma conclusão que fechar escola não resolve a questão de salários do professor, só atrapalha, pois as crianças são transportadas pedindo a reversão do processo de nucleação. Falou sobre os trabalhos de manifestação da classe, esclarecendo que foi publicada uma matéria no Tribuna da semana passada que dizia que a partir de amanhã os professores estariam paralisando, disse que os professores são conscientes do que fazem e chegaram a conclusão ao conversar com os pais que não paralisariam, dizendo que vão amadurecer o movimento junto a comunidade e que estão se filiando a um Sindicato, pois ainda não têm respaldo legal para se fazer paralisações ou operação tartaruga. Falou que está próxima a exposição e que na festa irão encontrar com os políticos, frisando que já entraram em contato com o Paulo Delgado que é companheiro de profissão e Líder na Câmara dos Deputados, pedindo a ele apoio, pois da forma que está não pode continuar. Para encerrar agradeceu aos Vereadores por ouvi-las e se colocou a disposição para estudar o que for preciso, destacou que estão preocupadas com a qualidade de ensino e disse que Minas Gerais é o único Estado que se preocupa com a qualidade do ensino, relatando a coragem, dignidade e determinação da classe, relatou que a classe está sendo ameaçada e torturada pela Secretaria de Educação, um a um, dizendo que uma educadora não vai chegar ao denominador comum torturando. Disse que querem apenas seus direitos e que estes devem ser preservados e que não querem prejuízo nenhum aos alunos, ao Município e a Câmara, não querem rivalidades e nem mentiras. O Presidente em nome da Câmara, disse que os professores podem ficar tranqüilos, e que a qualquer momento que o Prefeito mandar o projeto sabre a questão do aumento de salário para Câmara ele será aprovado na íntegra, disse que a muito tempo vem conversando com o Prefeito sobre o reajuste salarial, não só dos professores como dos demais funcionários da Prefeitura, e espera que o reajuste possa acontecer o mais rápido possível. Fazendo uso

da palavra o Vereador Antônio Alves de Paula parabenizou as professoras, disse que independente de alguns Vereadores abaixarem a cabeça ou fazerem cara feia quando fala, falou que estará sempre do lado dos professores e funcionários do Município doa a quem doer. Registrou sua indignação com relação a Secretária de Educação que está sendo omissa e não veio a esta Casa para receber e dialogar com as professoras e tentar chegar a um acordo quanto ao reajuste salarial, e também criticou veementemente a Vice-Prefeita que é uma pessoa da área da educação que prometeu em cima de vários palanques e na campanha que não faria nada sem consultar o povo e que agora se omite e esconde dos professores principalmente. Com relação aos setenta e cinco mil reais que sobraram do FUNDEF pediu que esta Casa tomasse uma providência, relatando que até hoje não sabe o que foi feito de tal dinheiro e acha que alguma coisa deva ser feita, pois uma das principais funções do Vereador é fiscalizar para saber o que foi feito ou será feito com tal dinheiro, e que ele só pode ser gasto com o pessoal da educação, pediu que fosse feito um pedido formal e que o Presidente informasse o que será feito daqui por diante, pois senão o Vereador tomará as providências. O Vereador Hélio com a palavra comentou sobre a municipalização citando inclusive o nome de sua esposa, explicou que a municipalização ocorreu em todo o Estado de Minas Gerais e houve um desgaste muito grande, inclusive o de sua esposa, devido a extensão territorial do Município e que realmente havia uma falta de qualidade de ensino e o que foi o principal motivo da municipalização, que gerou as nucleações, comentou sobre as salas multi-seriadas que não resolviam os problemas e reconheceu que não tem como uma professora dar aula para alunos em graus diferentes, e que os gastos com a municipalização eram maiores devido ao transporte e visava apenas a qualidade do ensino, disse que apesar dos problemas hoje a municipalização tem alguns benefícios como a socialização das crianças. Com referência aos salários concorda plenamente com as professoras, e que é um problema de governos antigos o assunto salário no Brasil, e que o mesmo tem sido discutido com indiferença, pois aumenta-se o serviço e não se aumenta o salário, e acha que está se vivendo um momento muito importante com referência a "bronca" dos salários e que chegou o momento que deve ser declarada uma guerra no bom sentido e acha que o Prefeito tem que fazer uma revisão bem feita da condição dos salários dos professores e demais funcionários, e pelas leis os salários eram para estarem sendo atualizados anualmente para diminuir as perdas, e que infelizmente ao invés de estarem acumulando ganhos estão acumulando perdas e isto está errado e tem que ser modificado e acha que as professoras estão no caminho certo e que o Prefeito tem a obrigação de ouvi-las e também atender as reivindicações. Disse que vai

chegar ao ponto de ter uma solução. Pediu as professoras que não se chegasse a uma paralisação e que seja usado o diálogo o máximo e tem certeza que a Câmara estará disposta para trabalhar junto com o Prefeito para se fazer as contas e os ajustes para se chegar aos valores para uma solução definitiva. Respondendo a pergunta do Vereador Antônio sobre a sobra do FUNDEF disse que o Prefeito reconheceu publicamente que houve um erro cometido por uma assessoria que estava recebendo e que os setenta e cinco mil reais sobraram, pois não foram investidos aonde devia, e que passado o período de fazer o pagamento já foram feitas várias consultas ao Tribunal de Contas sobre como reverter tal dinheiro, informou que o dinheiro não voltou e está em conta a disposição da Prefeitura e será reutilizado na educação do Município. Disse que em uma das consultas que foram feitas ao Tribunal e dois conselheiros que estiveram na Prefeitura, disseram que o dinheiro não poderia ser dado em forma de abono, supondo que em outros anos foi dado abono desta forma e que isto não poderia e não seria aprovado pelo Tribunal de Contas, mencionando que o Tribunal ainda não deu uma solução sobre quem recebe e como recebe a sobra do FUNDEF e que não existe uma resposta definida, falou que o Prefeito ainda não tem uma solução e que não é falta de pressionar, disse que a única certeza é que não poderia haver pagamento de abono, pedindo a confirmação do Secretário que esteve em Belo Horizonte junto com o assessor jurídico desta Casa e que tal informação foi relatada por um funcionário do setor financeiro de prestação de contas do Tribunal. O Secretário informou que alguns Municípios que reverteram a sobra do FUNDEF em abono tiveram suas contas rejeitadas, o funcionário citou a lei nº9.424, e que a mesma deve ser muito bem observada e ser seriamente cumprida, e que a sobra deve ser revertida este ano para conceder aumento aos professores ou dentro da própria educação, pois abono não existe na Constituição e muito menos na lei do FUNDEF, e com referência a verba informou que na última reunião em que o Prefeito esteve nesta Casa foi mostrado um extrato da conta em que se encontra depositado tal dinheiro com quase setenta e sete mil reais. O Vereador Hélio disse que não é contra o abono, mais não acha que o abono seja a solução, e que a solução definitiva é aumento de salários para que os funcionários tenham a certeza e possa programar sua vida, coisa que o abono não pode dar, ou seja por curtos períodos. O Vereador Antônio disse que segundo informações que ele tinha o dinheiro do FUNDEF, só poderia ser dado através de abono, e informou que no dia posterior a vinda do Prefeito na Câmara, ele recebeu uma comissão de professores e falou que não pagou o abono, pois a Câmara não aprovou se não ele já teria concedido o aumento, dizendo estar havendo um mau entendido. O Vereador Hélio informou que a Câmara realmente

não aprovou, pois não se sebe realmente o que pode ser feito com tal dinheiro. O Presidente falou que não se pode transferir um erro do Prefeito para os Vereadores, e que o Câmara está aguardando a decisão do Tribunal por escrito, e acha que a situação deva ser resolvida em definitivo e que os Vereadores não querem prejudicar ninguém. A senhora Arlete que estava na platéia se manifestou dizendo que não existe distinção entre os alunos do meio rural e da zona urbana, e que os Vereadores estão fazendo pouco, pedindo a intercessão dos mesmos junto ao Prefeito, posteriormente explicou que quando falou que os Vereadores estão fazendo pouco foi no intuito que se os Vereadores se unirem e intervirem junto ao Prefeito a coisa funcionaria e sua intenção não era desrespeitar os Vereadores e que se alguma colega disse que aqui tem nove bobos ela não pode responder por ela. Afirmou que não vão paralisar em consideração aos pais e as crianças e não por causa do Executivo ou do Legislativo. Fazendo uso da palavra o Secretário com relação as palavras da Sra. Arlete, pediu a ela que viesse a Secretaria da Câmara e pegasse as atas de todas as reuniões e que verá que é um dos principais assuntos, disse que não fica só no papel e que os Vereadores vão até o Prefeito, esclarecendo que isto é constante e explicou que a Câmara não tem o poder de dar os salários nas mãos apenas aprovar, falou que o cargo de Vereador é sem sentido, pois ele não tem o poder nas mãos, o poder de execução é do Executivo, e frisou que Prefeito não atende pedido de Vereador, pois ele tem medo da coroa sair da cabeça dele e ir para a cabeça do Vereador e que se o Prefeito atendesse o pedido dos Vereadores a administração seria melhor. Comentou sobre o salário de trezentos e cinqüenta reais do motorista de transporte escolar e os desafios e responsabilidades do mesmo e disse que seria bom se o Legislativo pudesse aumentar o índice de reajuste caso o Prefeito mandasse o projeto e que a luta é dos nove Vereadores. Com relação ao comentário da lei de planos de cargos e salários disse que juridicamente a lei não funciona, pois alguns artigos foram vetados, principalmente as que davam direitos a classe, o Secretário disse que segundo informações do Tribunal os Municípios que não tiverem um plano de cargos e salários não terão suas contas aprovadas. O Secretário falou que a poucos dias uma professora falou que aqui tem nove bobos e analfabetos, mencionando a dor de cada um, e que se na Casa tivesse nove analfabetos a Casa fecharia, frisando que ele não tem anel no dedo apenas conhecimento e experiência. O Presidente disse que a Câmara está voltada para ajudar todo o funcionalismo, e que não podemos ouvir o que cada uma fala e acha que a discussão não pode ser levada pelo lado político, e os Vereadores como representantes devem cobrar para que o aumento aconteça, fato que é preciso, e frisou que pelo menos dessa vez abertura os professores estão tendo, tanto do Legislativo como do

Executivo. O Vereador Antônio manifestou-se dizendo que ele e o Vereador Walter aprovaram a lei do plano de cargos e salários e fica triste quando dizem que a mesma não está valendo, e disse ao Secretário que até que se faça outra lei a atual está valendo e ela tem que ser respeitada. Fazendo uso da palavra a Vereadora Maria Auxiliadora Sousa Carvalho disse que desde o princípio os Vereadores tem pedido aumento de salário para todos os funcionários, relatando que na última conversa que teve com o Sr. Geraldo ele disse que até o final de julho teria uma posição sobre o aumento dos salários e que até hoje não deu resposta nenhuma. Mencionou que algumas mães lhe procuraram preocupadas com a nucleação em São Domingos e disse que foi até o gabinete perguntar se ele mandaria as crianças da Várzea do Brumado estudarem em São Domingos e obteve como resposta que só faria isso com apoio dos pais e disse que está observando que, o que o Prefeito fala ele não cumpre, relatou que em campanha o Prefeito disse que consultaria o povo e os Vereadores, dizendo que a Vereadora ele nunca consultou e que a reivindicação dos professores é justa. Disse que dúvida que o Prefeito no lugar das professoras fazendo o que elas fazem se sujeitaria a ganhar tal salário e que este pensamento é de todos os Vereadores de ajudar, e acha que não adianta conversar mais, pois o que ele promete não cumpre. O Secretário informou que na próxima edição do Jornal da Câmara irá sair o prazo pedido pelo Prefeito para dar aumento aos funcionários. Com a palavra o Vereador José Evilásio comentou sobre as dificuldades das professoras, lembrando que sua esposa é professora e que não são contra o aumento e que a Câmara não tem autonomia para dar o aumento, dizendo que as vezes muitas pessoas de fora tem mais oportunidade de pedir algo do que os Vereadores, citando casos em que pessoas dc fora conseguem um serviço de trator e os Vereadores não, parabenizou os professores e disse que eles podem contar com o Vereador. O Vereador Cláudio Pereira Neto com a palavra disse que estão dizendo que a Câmara é que não autoriza dar o aumento de salário, afirmando ser mentira e engano, pois o projeto deve partir do Executivo e que o Legislativo aprovará tal aumento, e que conhece a vida das professoras e colocou-se a disposição, sugerindo que se faça uma reunião envolvendo professores, os Vereadores e o Prefeito. O Vereador Hélio disse que acha que está se vivendo um momento muito bom para se ter uma solução boa, e deva ser resolvido de uma forma definitiva a questão salarial e acha que isto já deveria ter acontecido a mais tempo pois a lei já existe a muitos anos, e acha que agora deve-se começar a lutar para que as leis passem a funcionar, esclarecendo não ser preciso valer novas, parabenizou o movimento e deixou o apoio em nome da Câmara, e frisou que o assunto é repassado constantemente. Fazendo uso da palavra o Vereador Geraldo Fonseca

esclareceu que o prazo que o Prefeito tinha passado para Câmara para enviar o projeto era trinta de junho e que o prazo está sendo aguardado até hoje, disse que a Câmara tem um jeito de forçar mais um pouco para que o projeto venha para Casa para ser aprovado o mais rápido possível, fez uma crítica a fala do Vereador Antônio quando ele disse que Vereadores estariam fazendo cara feia e baixando a cabeça, dizendo que não está vendo nenhum Vereador tomar tal atitude com relação ao assunto e todos estão solidários aos professores. O Presidente agradeceu a presença dos professores. Em seguida o Presidente colocou a ata da reunião Ordinária do dia quatorze de agosto em discussão e não havendo nenhum manifesto a mesma foi aprovada. Logo após solicitou ao Secretário que procedesse a leitura do pequeno expediente: Cartão desejando feliz aniversário ao Vereador José Evilásio, enviado pelos Vereadores e funcionários, o Vereador José Evilásio agradeceu a manifestação. Oficio nº56/2006 do Provedor da Santa Casa de Lima Duarte, agradecendo a esta Casa o oferecimento do transporte para capacitação de funcionários em Belo Horizonte, bem como ao motorista desta Casa. Oficio nº46/2006 da Secretário Municipal de Saúde em atenção a indicação que pede reforma em postos de saúde na zona rural, informando que para este ano não poderá ser realizada tais reformas para os locais solicitados obedecendo o plano municipal de saúde estabelecido para este ano. O Secretário deu continuidade procedendo a leitura dos oficios encaminhado projeto de lei do Executivo (PLE) a serem publicados: Oficio nº288/2006 do Gabinete do Prefeito encaminhado projeto de lei nº40/2006 autoriza o parcelamento dos débitos relativos a contribuição para o programa de formação do patrimônio do servidor público - PASEP e dá outras providências, o Secretário esclareceu que alguns funcionários estão enfrentando problemas ao se aposentarem com tal dívida, procedeu a leitura da relação das dívidas. Oficio nº290/2006 do Gabinete do Prefeito encaminhando projeto de lei nº43/2006 que dispõe sobre a criação do cargo de provimento em comissão do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Lima Duarte e dá outras providências, sendo o referido cargo de assessor jurídico. Oficio nº289 do Gabinete do Prefeito encaminhado projeto de lei nº42/2006 que altera a lei municipal nº1244/2005 no que menciona. Em seguida o Presidente pediu ao Secretário que procedesse a leitura das indicações, requerimento e PLE para irem em votação: Indicação nº69/2006 do Vereador Antônio Alves indicando ao Prefeito Municipal que realize operação tapa-buracos na Avenida Centenário próximo ao bairro Esplanado; Indicação nº70/2006 do Vereador Antônio Alves indicando ao Prefeito Municipal instalar coletores de lixo em frente a Praça do Esplanado bem como a reforma da referida praça. Requerimento nº27/2006 do Vereador Antônio Alves de Paula requerendo ao Prefeito Municipal

informações sobre a abertura de uma rua na praça da rua Joaquim Otaviano. O Presidente publicou o resultado da votação sendo todas as indicações e requerimento aprovados por oito votos favoráveis e nenhum contra. O Vereador Hélio pediu a palavra sobre o requerimento, e disse que poderia aguardar resposta da Prefeitura, mas adiantou que existe um projeto aprovado e vai ser construído uma praça que será uma rotatória e no meio da praça existirá um local que será o Centro de Atenção ao Turista, visando também melhorar o trânsito e para que se tenha uma praça mais adequada e reurbanizada no local, pedindo que se aguarde a resposta e que talvez possa ser enviado o projeto para que todos tomem conhecimento. O secretário deu procedimento lendo os PLE a serem votados em segunda discussão: PLE n.°34/2006 que define o limite das obrigações de pequeno valor a que alude o §3° do art. 100 da Constituição Federal, alterado pelas emendas constitucionais n°30, de 13 de setembro de 2000, e n°37, de 12 de junho de 2002, e estabelece outras providências, com relato das comissões favorável a sua aprovação na íntegra; PLE n°37/2006 que dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências no valor de quatrocentos e oitenta e cinco mil reais, com relato das comissões favorável a sua aprovação na íntegra; PLE n°38/2006 que dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências no valor de sessenta e nove mil reais, com relato das comissões favorável a sua aprovação na íntegra; PLE n°39 que dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências no valor de setenta e cinco mil reais, com relato das comissões favorável a sua aprovação na íntegra. O Presidente publicou o resultado da votação sendo todos os PLE aprovados por oito votos favoráveis e nenhum contra. O Presidente determinou que fosse colocado em votação o projeto de resolução n°01/2006. O Secretário ressaltou que cada Vereador tem uma cópia do projeto de resolução, do relato e atas dos trabalhos da comissão. Procedeu a leitura do relato referente a prestação de contas relativas ao ano de dois mil e um, destacando que o Tribunal de Contas sugeriu a aprovação das contas com algumas ressalvas e mencionando algumas irregularidades encontradas pela Comissão analisando documentos do exercício, e dando um parecer a favor da rejeição das contas do exercício de dois mil e um e que as mesmas sejam remetidas ao Ministério Público, tendo como relator o Vereador Jacintho Almeida de Paula, relator da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. Deu continuidade procedendo a leitura da ata de encerramento dos trabalhos da comissão. Em seguida procedeu a leitura do projeto de resolução n°01/2006 que dispõe sobre as contas da Prefeitura Municipal de Lima Duarte/MG exercício de dois mil e um pedindo a reprovação das contas do exercício de dois mil e um. O Presidente informou que a votação é única e será nominal, solicitando ao

Secretário que proceda a chamada dos Vereadores que deverão se manifestar favorável ou contra o relato, ou usar o termo sim (favorável ao relato) ou não (contra o relato), dando início a chamada: Cláudio Pereira Neto manifestou-se contra o relato e a favor das contas; José Evilásio Oliveira Fonseca se absteve; Hélio Dias Gomes votou sim pelo relato; Walter de Paula Neves votou não; Antônio Alves de Paula votou contra o relato e a favor da aprovação das contas do ano de dois mil e um, justificando seu voto, relatando uma incoerência grande do relator quando ele aprova as contas do ano de dois mil em que o ex-Prefeito deu um calote, com o famoso decreto vinte e nove que deixou de pagar vários pais de família que na época passaram fome, deixou de pagar vários fornecedores com dívidas pendentes até hoje, e no seu entendimento o relatório é tendencioso, maldoso relatando ser um julgamento político, dizendo que se querem acabar com a política de vingança e perseguição tem que haver um basta com isso e não ficar mexendo no passado. O Secretário continuou a chamada: Geraldo Fonseca Neto votou a favor do relato complementando algumas palavras do Vereador Antônio, falando sobre o calote e sobre a reprovação das contas do ano dois mil, dizendo que se aprovarem as contas de dois mil e um os Vereadores estariam sendo coniventes com a safadeza que continuou do mesmo jeito, falando sobre as falcatruas, citando como exemplo o projeto do PASEP (parcelamento) que foi publicado hoje, que deixou de ser pago desde dois mil e um, frisando que não tem como aprovar tais contas e destacando que isto não é picuinha política, frisou as palavras do Vereador Antônio que diz que a função do Vereador é fiscalizar e é o que a comissão está fazendo, falando que é uma falcatrua e as constas devem ser reprovadas. O Secretário deu continuidade a votação: Maria Auxiliadora Sousa Carvalho votou contra as contas, votando com a consciência limpa e acha que o que está errado independente de amizade deve ser corrigido em nome da moralização na política. Na sua vez de votar o Vereador Jacintho Almeida de Paula votou contra a prestação de contas e a favor do relato, pois as ilegalidades são muitas, e frisou que os Vereadores têm que ter a consciência do que estão aprovando ou reprovando, principalmente o que é do povo, e tem sua consciência tranqüila pois votou contra erros. Deu continuidade procedendo a chamada do Vereador Tadeu Tavares de Matos que votou sim, justificando que em outras vezes contas do ex-Prefeito que está tendo suas contas julgadas foram rejeitadas por esta Casa por dez votos a zero, dizendo que se fosse um parente seu que tivesse cometido erros ele como representante do povo rejeitaria as contas dele, explicou que para reprovação das contas seria necessário dois terços da Câmara, e informou que na próxima edição do jornal sairá informações sobre a referida votação, dizendo não se tratar de perseguição e fará isso apenas para que o povo

tome conhecimento de seus representantes e suas atitudes, relatando ser um direito de cada um votar em quem quiser e tal atitude não se trata de maldade, maldade é deixar todos os políticos no poder sem punição, citando que as contas de dois mil foram rejeitadas, pois existiam irregularidades, explicando que se existe irregularidade as contas deveriam ser rejeitadas para apurar tais. O Vereador Antônio perguntou ao Presidente se ele teria direito a voto, em resposta o Presidente disse que teve respaldo jurídico do assessor jurídico desta Casa Dr. Marco Antônio e relatou que consultaram o Tribuna de Contas e que se não tiver direito ao voto pediu que cassem seu direito de voto. O Vereador Antônio perguntou o artigo do regimento interno que o Presidente se baseou para votar, o Presidente informou que não teve curiosidade de procurar no regimento e baseou-se no respaldo jurídico, pois teve um dia atarefado. O Vereador Antônio disse que a pergunta foi feita porque na votação das contas de dois mil o Presidente não votou. O secretário publicou o resultado da votação: cinco votos rejeitaram a prestação, três a favor e uma abstenção. O Vereador Hélio pediu a palavra para falar da sua tristeza ao ver o quadro que viu hoje na referida votação, dizendo que foi votado as contas do Prefeito Ney Carvalho com a recomendação do Tribunal de Contas pela sua aprovação, disse que ele junto com o Secretário foram até a Promotora que deu toda razão ao Prefeito e que na época foi um ato usado por uma série de Prefeituras com a intenção de proteger os Prefeitos, mas tudo dentro de uma legalidade e não existia nada que pudesse ir contra o Prefeito na época, respeitando a opinião de alguns Vereadores que falaram do dinheiro que ele deixou de pagar a algumas pessoas e que suas contas foram rejeitadas. Com relação as contas de dois mil e um disse que após uma análise de uma avalanche de documentos que a Câmara passada fez através de uma averiguação na Prefeitura, falando que foi necessário um ato da justiça para averiguação dos documentos na época, pois o Prefeito não deixava os Vereadores terem acesso aos documentos que estavam na Prefeitura. Explicou que uma junta de Vereadores e um contador na época, analisaram cerca de dez por cento dos documentos e foram apontados uma seqüência de irregularidades. Conhecendo isto a atual comissão se concentrou no ano de dois mil e um. O Vereador Hélio convidou os Vereadores que aprovaram as contas e o Vereador José Evilásio que se absteve a irem amanhã na rua Padre Anchieta, nº320, no bairro São Mateus para verem se encontrarão a empresa EL KHOURY E COSTA COMERCIAL LTDA que recebeu nas vésperas do natal de dois mil e um, o valor de vinte e dois mil, cento e quarenta e quatro reais e cinqüenta centavos, que não estão devidamente contabilizados na Prefeitura, falando sobre uma história de professores e funcionários pedindo aumento e dívidas da Prefeitura, pedindo

esclarecimentos sobre onde está tal valor que sumiu dos cofres da Prefeitura, explicou que tal firma nasceu com um nome, trinta dias depois tinha um segundo nome e que forneceu notas fiscais depois de ter seu segundo nome alterado na junta comercial, e que até o presente momento se trata de um ato ilícito, a menos que amanhã se prove que a firma existia e para onde foi o dinheiro, dizendo que estaria satisfeito e que infelizmente está sendo aprovado um desvio de verba mais que sabido e conhecido em documentação até o presente momento e que se nessa Câmara vierem as contas de dois mil e dois terá mais coisas. Se dirigindo ao Vereador Antônio como líder do ex-Prefeito, disse que isto não é perseguição política, falou que em Brasília existem Deputados a beira de perder o mandato por causa de vinte mil reais na operação chamada "Sangue Suga", comparando tal fato com a situação em Lima Duarte e disse que não vai perdoar ninguém e acha um absurdo a aprovação das contas diante do quadro que a comissão apresentou e disse que vai esperar para ver o que o povo vai achar, e que depois que descer as escadas da Câmara não tem mais nada para esconder de ninguém. Como foi citado o Vereador Antônio disse ao Vereador Hélio que não é líder de Prefeito nenhum e que no momento encontra-se rompido politicamente com o ex-Prefeito, e disse que quando o Vereador fala em corrupção lembrou que o Vereador Hélio participou do parecer das contas de dois mil falando que um Prefeito deu um calote de setecentos mil reais, deixou muitos funcionários passando fome, dizendo que tem um irmão que é comerciante e existe vários funcionários da Prefeitura que naquela época deixaram de paga-lo e também ao Vice-Prefeito na época Geraldo Fonseca que hoje é Vereador, perguntando se tal ato de não pagar também não é corrupção, em resposta o Vereador Hélio disse que as contas não foram aprovadas e indagou o porque da aprovação das contas de dois mil e um falando ser dois pesos e duas medidas, em resposta o Vereador Antônio respondeu que a função do Vereador é legislar, fiscalizar e julgar, mas dando direito ao acusado de se defender, e que a contabilidade na época era feita pela PLANEJAR que é uma empresa idônea e que não está defendendo o ex-Prefeito. O Vereador Antônio localizou o artigo no regimento que fala em que condições o Presidente pode votar, sendo o artigo trinta e seis e comentando a sua estranheza com o voto do Presidente. Em resposta o Vereador Hélio disse que estava hoje a tarde com o assessor jurídico quando a referida questão foi levantada relatando que ele conversou com várias pessoas no Tribunal de Contas, e embasado que o voto tem que ser por maioria absoluta, o que seria dois terços da Casa num total de seis votos, dizendo que não existe maioria absoluta com nove e na hora do voto só votar oito e esta matemática foi entendida pelo Tribunal de Contas e que é uma situação mal resolvida dentro do regimento interno, relatando que em

algumas Câmaras quando se trata de maioria o Presidente também vota, palavras do Tribunal. O Vereador Antônio disse que para tirar uma dúvida do regimento o Tribunal é consultado e opta pelo parecer da entidade e para o julgamento das contas o parecer do Tribunal não serve para os Vereadores, disse que está com a consciência tranqüila e quer que o Vereador e os demais respeitem o voto de todos os Vereadores. Em resposta o Vereador Hélio disse que respeita a opinião do Vereador mas lastima profundamente que esta seja a opinião dele. O Presidente com relação a questão do regimento, esclareceu que quando a Câmara tinha onze a matemática era outra, dizendo que o regimento deve ser modificado o mais rápido possível, alegando que seu voto não influenciou pois o parecer da comissão foi rejeitado, e não admite que o Vereador fale em perseguição, pois as contas de dois mil do ex-Prefeito Ney Carvalho de Paula também foram rejeitadas, destacando que as contas de dois mil foram encontradas algumas irregularidades e que a Câmara está contribuindo com a corrupção, dizendo que se não houver punição o país continuará como está e não haverá moralização e que o povo deve julgar os Vereadores, pois eles é que elegem os Vereadores. O Vereador Antônio disse que o fato do Presidente ter votado, dá ao acusado o direito dele entrar com recurso, destacando que até que se faça outro regimento interno e seja votado, tem que se respeitar o atual, em resposta o Presidente falou que o acusado não tem moral, pois muitas vezes desacatou inclusive a Lei Orgânica. O Vereador Hélio pediu uma aparte e informou o que já era sabido, que foi dado pleno direito de defesa ao ex-Prefeito, dizendo que muito antes do julgamento o Sr. Carlos Alberto Barros recebeu correspondência informando sobre o julgamento das contas inclusive com o parecer da comissão. O Presidente complementou que o ex-Prefeito foi comunicado, e que ele poderia pedir até um prazo para se defender, relatando que ele não procurou a Câmara para fazer sua defesa, falando que pediu o Tribunal um prazo maior pois o tempo seria pouco, destacando que o pedido foi levado a plenário e aprovado por todos. O Vereador Antônio falou que tem respeito pelo Presidente e manifestou seu apoio ao mesmo na sua candidatura, mas disse que não concorda que se passe por cima do regimento e que ele revesse sua posição. Fazendo uso da palavra o Vereador Cláudio disse que votou ciente do que está votando, relatando não ter "rabo preso" com o ex-Prefeito, com o Prefeito e ninguém e que enfrentará os questionamento do povo de "peito aberto" e explicará suas decisões e tem sua consciência tranqüila, pois busca o sustento da família com seu próprio empenho. O Vereador Geraldo Fonseca relatou que a incoerência existe das duas partes, destacando que no outro relato teve gente que votou contra e neste votou a favor e neste votou a favor e no outro votou contra falando que teria que haver uma explicação nos dois sentidos,

reiterando que nos dois relatos do Tribunal de Contas o mesmo recomendava as aprovações, tanto a do Sr. Ney quanto a do Sr. Carlos Alberto, falando que a do Sr. Ney os indícios eram a olhos vistos e o Tribunal não foi comunicado que o ex-Prefeito tirou os débitos que existiam, relatando não achar tal atitude certa, mencionando que na prestação de contas do Sr. Carlos Alberto que tem indícios provados as contas foram aprovadas. Disse que dormir tranqüilo até "Fernandinho Beira-Mar" consegue, e qualquer voto a pessoa vai dormir com a consciência tranqüila. Com a palavra o Vereador Walter de Paula justificou seu voto dizendo estar com a consciência tranqüila e disse que sabe o que está fazendo e perguntou o Vereador Hélio qual foi o voto dele na prestação de contas do ex-Prefeito Ney, em resposta o Vereador Hélio afirmou que votou favorável ao relato e favorável a prestação de contas e que se alguém durante o processo de julgamento tivesse mostrado um fato que lhe convencesse que estaria errado teria votado contra, o Vereador Walter disse que votou de acordo com a parecer do Tribunal. O Vereador Antônio pediu uma aparte e disse que o ex-Prefeito Carlos Alberto teve despesas com terceiros, por causa do decreto 029/2000 deixado por seu antecessor, destacando que foi um decreto criminoso, pois deixou de pagar muitos pais de família. O Presidente questionou o fato de não existir nota fiscal e o fato da firma não existir destacando que o ex-Prefeito teve o direito de se justificar e não veio e que se tivesse vindo poderia ter sido suspendida a votação para o acusado se defender. O Vereador Antônio disse que quem deveria explicar seria o ex- Prefeito, com referência a empresa. O Presidente agradeceu o apoio dado pelo Vereador Antônio em sua candidatura a Presidente e desatacou que ninguém faz a sua cabeça, e que se o Sr. Carlos Alberto viesse a esta Casa e explicasse, e lhe convencesse o Presidente lhe pediria desculpas e que não tem a intenção de questionar o voto de ninguém. Antes de declarar a palavra livre convocou os Vereadores presentes para próxima reunião ordinária no dia vinte e oito deste mês, informando que será encaminhado oficio somente para o Prefeito comunicando sobre a reunião. O Vereador Geraldo Fonseca fazendo uso da palavra procedeu a leitura de uma abaixo assinado solicitando ao Secretário de Saúde, Prefeito Municipal e pessoas influentes a volta do Dr. Luiz Carlos Machado - Psiquiatra para atender em locais públicos, pois seus antigos pacientes não estão se adaptando a outros médicos, o Vereador explicou que o referido Dr. foi perseguido e sofreu assédio moral na administração passada e foi obrigado a abandonar o serviço, por perseguição política e que se trata de um excelente médico, disse que conversou com o Prefeito algum tempo pedindo o retorno do Dr. Luiz Carlos e em resposta foi dito que não teria como, pois foi abandono de serviço, destacando que o Prefeito tem

ouvido pouco a Câmara, o Vereador disse que haveria ao seu ver outras maneiras de trazer o Dr. e sugeriu inclusive a Santa Casa, visto que ele não pode voltar legalmente para a Prefeitura, destacando a falta que ele faz para os pacientes, pedindo que fosse feito um oficio ao Prefeito implorando que o Dr. Luiz Carlos fosse contratado e que voltasse a atender as pessoas que não têm poder aquisitivo para se consultarem na Clínica, aonde o referido médico trabalha atualmente, pedindo a assinatura de todos os Vereadores no referido abaixo assinado. O Vereador José Evilásio disse ser a favor, pois hoje teve uma reclamação de uma Senhora humilde da Várzea do Brumado que lhe reclamou que um médico fez uma injeção de bezentacil no seu filho sem fazer teste, dizendo que a criança ficou muito mau, falando que está se tentando ajudar a Santa Casa, mas que os pacientes precisam ser atendidos por profissionais e que vai procurar saber o nome do médico que atendeu a criança para apurar os fatos. O Vereador Walter manifestou-se favorável ao abaixo assinado pedindo a volta do Dr. Luiz Carlos, relatando ser um médico bom e que fez um tratamento bom em sua irmã. O Secretário informou que o Dr. Luiz Carlos controlou todo o povo do Albergue, e com sua saída os tratamentos ficaram prejudicados, mencionando que ele foi chamado para consultar os internos, sugerindo que fosse feito um requerimento assinado por todos da Câmara solicitando ao Prefeito a volta do médico. Para encerrar o Presidente pediu desculpas, e falou que o plenário é um local de discussões e que ninguém leve para o lado pessoal e que agora os Vereadores estarão sujeitos ao julgamento do povo e que sua intenção não é denegrir a imagem de nenhum Vereador, comentando novamente sobre a publicação de uma matéria com referência as contas no Jornal da Câmara. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente agradeceu a todos os presentes e encerrou a reunião desejando a todos uma boa noite. Para constar, determinou que essa ata fosse confeccionada, que depois de lida, se aprovada, deverá ser assinada.

Nadeje Soares Ramos, Jacintho Almeida de Paula Jorge Evilásio de Oliveira Fonseca, Antonio Alves de Paula Walter de Paula Oliveira, Claudio Pereira Neto, Geraldo Fonseca Neto, Maria Auxiliadora Sousa Carvalho.

Câmara Municipal de Lima Duarte

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e sete, reuniu-se este Legislativo na Sala de Sessões da Câmara Municipal, às dezoito horas, para a realização da Primeira Reunião Ordinária do Segundo Período da Terceira Sessão Legislativa. Com as palavras de praxe, o Presidente Vereador Geraldo Fonseca Neto, percebendo haver número regimental, declarou abertos os trabalhos, determinando a Secretária, Vereadora Maria Auxiliadora Sousa Carvalho, que fizesse a chamada, onde observou-se a presença de todos os edis. O Presidente cumprimentou os limaduartinos ouvintes da rádio Lima Duarte FM, comunicando que tal sessão está sendo transmitida a partir da presente data, destacou que espera bastante audiência. Em seguida o Presidente colocou a ata da reunião Ordinária do dia vinte e nove de dezembro do ano de dois mil e seis em discussão, e não havendo nenhum manifesto declarou-a aprovada. O Presidente solicitou a Secretária que procedesse a leitura do expediente recebido. Ofício Circular 01/2007 do Gabinete do Prefeito informando sobre recebimento de recurso no valor de trinta mil reais, referente contrato nº0185165-83 do Programa Turismo no Brasil/CAIXA. Ofício nº002/2007 da Agência Manoel Honório da CAIXA, informando sobre bloqueio de recurso financeiro no valor de trinta mil reais, referente contrato nº0185165-83 do Programa Turismo no Brasil. Ofício nº0221/2007 Agência Padre Café da CAIXA, informando sobre bloqueio de recursos financeiros no valor de cento e vinte mil reais, referente contrato nº0185165-83. Ofício nº14/2007 do Gabinete do Prefeito, respondendo as indicações nº: 81, 82, 87, 88, 90, 91, 93, 98, 95, 96 e 97/2006 e o requerimento nº42/2006 informando que a dívida da Prefeitura com a CEMIG referente ao período 02/2003 a 11/2004 é de quinhentos e trinta e oito mil, quatrocentos e trinta e nove reais e quatro centavos e a dívida do DEMAE com a CEMIG no período de 08/2002 a 11/2004 é de quatrocentos e onze mil, trezentos e noventa reais e quarenta e nove centavos. Ofício nº09/2007 do Gabinete da Juíza Mônica Barbosa dos Santos da Comarca de Lima Duarte, informando sobre realização de Correção Geral Ordinária referente ao ano de dois mil e seis, com abertura no dia vinte e dois de fevereiro, às treze horas, no salão nobre deste Juízo, a Secretária procedeu a leitura de edital de Correição em anexo. O Presidente comentou sobre a importância de tal reunião, destacando ser uma oportunidade única para a sociedade civil participar e reforçou o convite, disse que tal reunião serve para apresentar reclamações, denúncias ou sugestões a respeito da execução dos serviços judiciários em geral. A Secretária deu continuidade na leitura do pequeno expediente: Proposta para publicidade das reuniões da Câmara, enviada pela Associação Comunitária de Rádio e Difusão e TV de Lima Duarte, propondo transmitir todas as reuniões mensais desta Casa com valor mensal de quinhentos reais

pagos até o dia cinco do mês seguinte. Ofício enviado pelo Presidente da Comissão de emancipação do distrito de Conceição de Ibitipoca, Waltembergue Sales de Carvalho, convidando para reunião que se realizou no dia sete de fevereiro às dezenove horas na sede da AMAI e informando sobre os motivos da emancipação. Ofício enviado pela Sra. Sandra Souza Ramos, comentando sobre atitudes arbitrárias tomadas em relação a área da educação, frisando o caso da nomeação de diretores e a questão da nucleação, e solicitando que o assunto seja levado em debate e pedindo a formação de uma comissão para discutir o assunto junto a Secretaria de Educação. Ofício enviado pelo Minas Esporte Clube, encaminhando relatório financeiro referente ao ano de dois mil e seis. Em seguida o Presidente pediu que fossem colocadas em votação as indicações e requerimentos. Indicação nº01/2007 do Vereador Antônio Alves de Paula, indicando ao Prefeito Municipal que determine ao setor competente recuperar o passeio do trevo do bairro Afonso Pena até à Delegacia de Polícia; Indicação nº02/2007 do Vereador Antônio Alves, indicando ao Prefeito Municipal que tome providências com relação ao calçamento da Rua Maria Piau no bairro Afonso Pena; Indicação nº03/2007 do Vereador Jacintho Almeida de Paula, indicando ao Secretário Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente que acabe com uma lixeira que está iniciando num terreno entre as ruas Clemente Armando Moreira e Padre Pedro Nogueira no bairro Cruzeiro; Indicação nº04/2007 do Vereador Antônio Alves indicando ao Prefeito Municipal que viabilize junto ao Gerente do Banco do Brasil que construa uma cobertura para o telefone do Ponto de Táxi. O Presidente publicou o resultado da votação das indicações, sendo todas aprovadas por unanimidade. Em seguida a Secretária procedeu a leitura dos requerimentos para irem em votação. Requerimento nº01/2007 do Presidente, requerendo ao Prefeito Municipal que envie informações escritas sobre a visita de fiscais do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; Requerimento nº02/2007 do Vereador Antônio Alves, requerendo ao Prefeito Municipal que envie informações para esta Casa solicitando os motivos que o levou a indicar os Diretores das Escolas Municipais e pedindo que se faça eleições para o cargo, conforme Lei Municipal nº1.202. O Presidente publicou o resultado da votação, sendo todos os requerimentos aprovados por unanimidade. Em seguida o Presidente declarou a palavra livre. Antes de iniciar a palavra livre o Presidente esclareceu aos ouvintes da rádio e da platéia que no final de dezembro foi realizada eleição para Mesa Diretora, biênio 2007/2008 sendo eleitos: Presidente Geraldo Fonseca Neto, Vice-Presidente: Antônio Alves de Paula, Secretária Maria Auxiliadora Sousa Carvalho, Segundo Secretário Tadeu Tavares de Matos. Fazendo uso da palavra o Vereador Hélio Dias Gomes, desejou uma boa noite a todos e

perguntou sobre a leitura de um convite para uma reunião que já havia sido realizada para tratar da emancipação de Ibitipoca, dizendo que não teve conhecimento de tal convite e nem da reunião e gostaria de saber se o Presidente tem alguma notícia sobre os andamentos da reunião, se existe uma nova convocação, pois o Vereador gostaria de acompanhar tal assunto. Em resposta o Presidente esclareceu que o convite para tal reunião foi para formar a Comissão de Emancipação de Conceição de Ibitipoca, disse que não encontrou com o Sr. Waltembergue depois da data da reunião e não tem informações e acredita que tal reunião não deva ter sido realizada, pois foi durante o período bastante chuvoso e não havia condições de chegar a Conceição de Ibitipoca, disse que o convite estava na Câmara e foi entregue dois dias antes da reunião, acreditando que os Vereadores não tiveram a oportunidade de ler e que não teve a oportunidade de fazer o convite pessoalmente, frisando que não teria como irem, pois o IEF que realizaria uma reunião no parque teve que fazer tal na Câmara. O Vereador Hélio agradeceu as informações e pediu que a Câmara tivesse uma interação maior com tal comissão e que fosse colocada a disposição a Tribuna para ouvi-los, pois trata-se de um assunto antigo e a discussão é interessante. Fazendo uso da palavra o Vereador Jacintho Almeida de Paula se dirigiu ao Vereador Hélio com relação a reunião da Comissão de Emancipação de Ibitipoca, disse que a reunião aconteceu, segundo informações do Sr. Waltembergue e que o Prefeito esteve presente e assumiu um compromisso de apoiar a emancipação de Ibitipoca, o Vereador disse que também apoia de coração, pois é um direito da comunidade pleitear tal, disse que as reuniões continuam e quarta-feira próxima haverá outra no mesmo horário e local, e que o Sr. Waltembergue pediu que o convite fosse estendido aos demais Vereadores. Cumprimentou os ouvintes da rádio destacando estar alegre pelas transmissões voltarem ao ar para que o povo tenha a oportunidade de conhecer detalhadamente o trabalho do Legislativo, destacou que o período em que as reuniões não foram transmitidas, todos os Vereadores perderam um pouco do entusiasmo, pois a platéia não participa das reuniões vindo a Câmara Municipal e que através da rádio a população conhece o trabalho de cada Vereador para serem avaliados pelo povo. Disse que esteve quinta-feira na Vila Belmira e Afonso Pena e que nesta existem ruas que estão em uma situação profundamente lamentável, citando um pedaço da rua Belo Horizonte, relatando ser um trecho pequeno e deveria ser calçado, pois não existe condições de subir, pois é íngreme e está cheio de buracos de enxurrada, rede de esgoto arrebentada, citando que caso seja necessário remover alguém que esteja doente, principalmente a noite com certeza enfrentará dificuldades. Relatou que a ponte que dá acesso a Usina de Lixo também está se danificando, frisando que está na hora da Prefeitura

ver o problema com carinho e cerca-lo antes que ela corra o risco de cair. Falando sobre a educação disse que se fosse Prefeito jamais nomearia uma diretora para uma escola, pois Governo é povo, como está na constituição e o povo tem que participar, destacando que a eleição é legítima e tem que acontecer e que se não der certo o Prefeito tirou a sua responsabilidade, podendo exonerar a diretora que não der certo e convocar novas eleições, frisando que a comunidade escolar tem que participar e consolida as palavras da Sra. Sandra. Disse que tem tido uma série de reclamações dos pais de família com referência as eleições para Diretor, pois é a oportunidade que têm de eleger os Diretores que querem para seus filhos e que tal oportunidade foi decepada e cortada. Com referência ao embarque e desembarque da Frota Nobre, disse que o que está acontecendo é lamentável, pois o local é indevido para o embarque e desembarque, os passageiros ficam expostos ao tempo, além do risco de acidentes, e disse que está na hora desta Casa Legislativa colocar seus talentos a serviço e agir, sugerindo que fossem feitos três oficios para serem encaminhados ao Prefeito, ao DER e ao dono da Empresa, mostrando o descaso com o povo, dizendo que tal situação é lamentável e uma vergonha para os limaduartinos, pedindo ao Presidente da Câmara que tome providências com tais oficios e se possível ele seja assinado por todos os Vereadores para demonstrar a insatisfação para aquilo que está acontecendo contra o povo, pois o povo merece respeito. Pediu a Deus que ilumine o trabalho dos Vereadores e a Mesa Diretora para que todos tenham um ano de paz, saúde e bastante trabalho. Com a palavra a Vereadora Maria Auxiliadora disse que pensa como a Sra. Sandra que enviou oficio falando sobre a questão da nomeação de Diretores, enfatizando que estamos em uma era democrática e que deve haver eleição para Diretor e se colocou a disposição delas e disse que tem coragem para que a comissão seja feita, e seria ideal se ela funcionasse. O Vereador Antônio Alves fazendo uso da palavra comentou sobre o DEMAE dizendo que a quinze dias atrás para fazer uma reforma na estação de tratamento, se dirigindo ao representante do DEMAE nesta Casa, Vereador Hélio, destacando que ouve uma falha muito grande, pois a cidade ficou três dias sem água (sexta, sábado e domingo), frisando que isto não pode acontecer em hipótese alguma, principalmente por se tratar de uma das tarifas mais caras de Minas ou talvez do Brasil, destacou que no período em que faltou água era férias e na cidade havia muitos visitantes, pedindo que se tome providências para que isso não aconteça mais. Manifestou sua solidariedade com relação a professora Sandra com relação a carta que escreveu para esta Casa, destacando que ela está certa e acha um absurdo a medida que o Prefeito tomou com relação as Diretoras, falou também sobre o fechamento de algumas escolas, citando a escola de Perobas

e não sabe porque até hoje o Prefeito fechou tal escola sendo que nela estudam vários alunos de Monte Verde, Serra e do bairro Poço da Pedra, e que dificultou muito a vida dos alunos e seus pais. Com relação ao fato de indicar Diretor, trata-se de um ato comparado com a ditadura e acha inaceitável que ele não cumpra uma lei municipal aprovada por unanimidade nesta Casa, e hoje o Prefeito indica uma Diretora que foi eleita em outra escola, citando o caso da Diretora de Perobas e frisando não ter nada contra ela, também comentou sobre o caso da diretora do Pré da Vila Cruzeiro, Sra. Bernadina, conhecida popularmente por Cidinha, eleita democraticamente, destacando que todos os professores, alunos e pais gostavam muito dela e de uma hora para outra deixou de ser coordenadora ou diretora e o Prefeito indicou outra pessoa, achando tal atitude inaceitável. Disse que este Governo, se referindo ao Governo Municipal, é como se fosse um monstro de quatro pernas, citando o autoritarismo (fechamento de escola e indicação de diretores), o desperdício, incompetência (as estradas do Município acabaram, as ruas do Município cheias de buracos, os passeios acabaram, praças sem iluminação, sujas e abandonadas) e a falta de transparência. Como exemplo de desperdício disse que o Prefeito fala que não tem dinheiro para dar aumento para o funcionalismo, em contrapartida compra uma frota de carros e estes infelizmente andam o dia inteiro, sábado, domingo e feriados, dizendo ser um festival de carros de placa branca andando no Município de Lima Duarte, frisando ser dinheiro público que está indo pelo ralo. Disse que este foi o Governo eleito para que trouxesse a mudança para o Município, e que infelizmente até o momento com dois anos de governo ainda não viu a mudança tão desejada e proclamada na época da eleição, dizendo que os Vereadores precisam de um pouco mais de autonomia, pois a Câmara é independente e deve negociar alguns projetos com o Prefeito. Comentou sobre alguns projetos que foram votados no final do ano passado, no apagar das luzes, pois se o Prefeito não tem dinheiro para dar aumento ao funcionalismo, tem dinheiro para outras coisas. Disse que a única classe que teve aumento nos últimos oito anos, foi a classe dos professores, destacando que teve um Secretário competente que olhou pela classe e felizmente foi um Secretário que ficou na história, o Sr. Arzenclever, destacando que foi o único Secretário que teve a coragem de dar um aumento real para os professores. Disse que infelizmente a atual Secretária, não sabe se por culpa dela, pois parece que a mesma não tem autonomia, dizendo que o abono no final do ano para os professores foi um fiasco, pois no início disseram que o abono seria de mil e duzentos reais e no final foi de seiscentos reais. Com a palavra o Vereador Cláudio Pereira Neto pediu ao Presidente que negociasse junto a rádio Lima Duarte, para que a mesma aumente sua área

de abrangência, alegando que alguns Distritos e localidades da zona rural de Lima Duarte não recebem sinal da rádio, pedindo para que todos os limaduartinos tenham acesso ao trabalho do legislativo, pois a população da zona rural está cobrando, destacando que na zona rural a população é mais preocupada que na cidade, pois na cidade todo dia a pessoas ficam sabendo e estão mais próximas da Câmara. Em resposta o Presidente informou que o Presidente da rádio está presente na sessão e acha que para resolver tal problema requer um recurso financeiro mais alto, para aumentar o sinal da rádio e acha que o representante da rádio vai ver o que pode ser feito. Fazendo uso da palavra o Vereador José Evilásio Oliveira Fonseca com relação a fala do Vereador Antônio sobre o DEMAE, dizendo achar justo, mas também acha que tem que apresentar uma solução, disse que no período de recesso recebeu várias reclamações, e muitas pessoas sugeriram que fosse falado ao Diretor do DEMAE que fosse colocado o comunicado na conta com uma letra que chame a atenção e se realiza-se tais reparos no início da semana (terça ou quarta-feira), pois nos finais de semana a cidade fica mais cheia, o pessoal estava reclamando da sujeira da água e para fazer a limpeza teria que cortar a água, e que o Diretor do DEMAE foi infeliz de colocar somente na rádio que faltaria água e que muitas vezes ele não ouve rádio. Com relação a emancipação de Ibitipoca, disse que estão preocupados em emancipar o Distrito, relatou que em visita a Ibitipoca, está sendo restaurada a Igreja e sendo esquecido o telhado, com umidade muito grande, pé de árvore e também lodo, e talvez até acabar a reforma a Igreja caia e se perca o serviço que está sendo realizado dentro, achando que deva ser tomada uma providência, pedindo ao Secretário Carlos que veja tal situação. Com a palavra o Vereador Walter de Paula Neves pediu ao Presidente que fosse feito um requerimento ao Diretor da CEMIG, com referência ao problema da rede de Mogol, e que está havendo constantes quedas de energia e que na região existem várias fazendas com tanque de expansão, pedindo que seja feita uma revisão na rede e se de uma assistência melhor, alegando que está trazendo prejuízos para os produtores da região. Parabenizou os moradores de Ibitipoca pela emancipação, alegando que será muito bom para os moradores e vizinhos, parabenizou as pessoas que estão à frente e colocou-se a disposição e manifestou seu apoio a tudo que for preciso. O Vereador Tadeu Tavares de Matos fazendo uso da palavra falou sobre um comentário que está correndo por fora com relação a rádio, dizendo que a rádio só veio agora, pois antes o então Presidente, Vereador Tadeu estaria segurando a volta da transmissão da reunião, destacando que pelo contrário, disse que a Câmara tinha um contrato com a rádio Cascavel até o final do ano passado e havia uma expectativa que a rádio voltasse a funcionar, e por isso deixou que após a eleição da Mesa Diretora a nova

Mesa decidisse se iria contratar outra rádio e que naquele momento não poderia tomar tal atitude, pois o Tribunal de Contas poderia questionar, visto que a rádio Cascavel havia sido fechada, e também que tais rádios não são legalizadas, e achou importante a decisão da Mesa voltar a transmitir as reuniões, pois a população estava cobrando. Se dirigindo a todos os Vereadores, o Vereador Tadeu, pediu que se tome uma providência com relação a extração de areia que está acontecendo em Orvalho fora do leito do rio, dizendo que a legislação municipal prevê a extração de areia no leito do rio e por canoas, pedindo que seja tomada providência neste sentido, sugerindo que se chame a TV Panorama para mostrar a situação e fazer um alerta. Disse que em conversa com o Prefeito, o mesmo disse que não tomaria providência nenhuma e por ele acabaria com a extração de toda forma, e na visão do Vereador a lei deve ser cumprida, fazendo a extração na canoa e no leito do rio e não de outra forma. Disse que segundo informações a extração fora do leito do rio em Orvalho, possui documentação do IBAMA e outros órgãos estaduais, mas que não possui a documentação exigida pelo Município, não estando legal, dizendo ser responsabilidade dos Vereadores e pedindo que se tome providências em tal sentido. Manifestou-se contrário a nomeação dos Diretores das Escolas Municipais feita pelo Prefeito, sendo a favor da volta das eleições para que os pais escolhessem os Diretores que confiam, achando que tal visão é de todos os Vereadores. O Vereador Antônio pediu uma aparte e parabenizou o Vereador Tadeu pela explanação da areia e dos diretores, e disse que "errar é humano, mas persistir no erro não pode", e gostaria que o Prefeito voltasse atrás como solicitou em seu requerimento, na decisão de indicar diretores e fizesse valer a lei Municipal. Com relação a extração de areia disse haver outro problema mais grave, citando a areia que está depositada no pátio da Prefeitura e acha que foi extraída sem licença. O Vereador Tadeu informou que tal areia foi tirada dentro do rio, na localidade de Ponte Nova, na recuperação da ponte na localidade, a areia foi retirada para fazer o desvio e acertar o rio, e explicou que a Prefeitura aproveitou a areia, visto que a máquina estava sendo paga, esclarecendo que a areia é para utilização do próprio Município, como está sendo utilizado na produção de bloquetes. O Vereador Antônio se dirigindo ao Presidente ou quem tivesse a informação perguntou se já mudou o Líder do Prefeito e o representante do DEMAE, em resposta disse que não. Com a palavra o Vereador Hélio elogiou o Sr.Manoel, Diretor do DEMAE, pois acompanha a luta dele para resolver o problema da água em Lima Duarte, esclarecendo ser um Diretor super dedicado e com uma capacidade muito grande e que ele tem se desdobrado para tentar resolver da melhor maneira possível a situação do DEMAE, frisando não ser fácil, disse ser muito fácil sentar e apontar as

coisas que devem ser feitas e que os recursos da entidade são poucos. Destacou que as reclamações da população são justas e disse que a dificuldade para resolver os problemas independe da boa vontade e sim de recursos, tempo e algo mais. Disse que achou que quando o Vereador Antônio fosse falar do DEMAE iria fazer um elogio pela tentativa de melhorar a qualidade da água e infelizmente fez apenas uma reclamação. Comentando sobre a estação de tratamento de água, disse que ela chegou de forma um pouco obsoleta e que ela vem trabalhando sem condições de se parar para fazer a manutenção que precisa ser feita a muito tempo. Destacou que tal manutenção foi adiada seguidas vezes, devido as dificuldades de se fazer e chegou o momento do sacrifício que foi exigido da população para que pudesse proceder a limpeza, disse que houve treinamento de quinze funcionários para saber lidar com o novo sistema que foi instalado, disse que para limpeza foi feito um orçamento em uma empresa particular e o serviço ficava em quase sessenta mil reais, e que o Sr. Manoel com todo seu jeito e engenharia conseguiu fazer o serviço com cerca de quinze mil reais, disse que trabalhou de uma forma muito esperta e procurou conhecer outros tratamentos e procurou contatos que tem conhecimento da área e fez uma obra no arranco, destacando que foi um sacrifício para cidade ficar três dias sem água, mas que tal sacrifício foi com a intenção de melhorar a qualidade da água e que isto já está acontecendo. Falou que no período de chuvas ocorre o excesso de água e que não existe a água de forma ideal para tratamento, dizendo que a água vem com uma quantidade muito grande de material orgânico, e que acertar o ponto é difícil e frisou que está sendo feito com muita dedicação e carinho, dizendo que para solução total deve se esperar mais um pouco. Destacou que faz parte do Conselho e frisou que está se tentando melhorar e que o Sr. Manoel é incansável na procura de soluções, parabenizando-o e dizendo que confia no trabalho do Diretor para um dia se chegar a uma situação ideal, disse que se pudessem dar a verba que o Sr. Manoel precisa para trabalhar, daria um show e viria a ser exemplo para outras cidades. Pediu ao Vereador Antônio que trouxesse por escrito, quando disse que nossa água talvez fosse uma das águas mais caras do Brasil, pedindo dados, dizendo que em sua terra natal quem presta serviço é a COPASA e não é mais barato do que em Lima Duarte, comentando o caso de sua mãe, disse que a água tem qualidade, esclarecendo que a COPASA pegou uma nascente no alto da montanha e que a água é dividida para toda cidade com custo zero de energia elétrica, comparando que a COPASA em sua terra natal pegou o "doce de leite" e aqui o DEMAE pegou um "osso duro de roer", com a água num buraco e a cidade num ponto mais alto para distribuir a água. Comentou sobre a denúncia do Vereador Antônio sobre a areia e a resposta dada pelo

Vereador Tadeu, pedindo que se procure antes as informações antes de falar, comentando também sobre o caso dos bloquetes que estariam desiguais, dizendo que foi feita a medição dos mesmos e nada de errado foi encontrado. Com relação as palavras do também Vereador Antônio, o Vereador Hélio disse que realmente existe administração de monstro de quatro patas, dizendo que parece que ele confundiu de governo ou de época, disse que o Prefeito visitou esta Casa nos dois anos seguramente sete ou oito vezes, e o diálogo que viu do Vereador com o Prefeito nunca foi de forma tão séria e grave da forma como fez, destacou que o Prefeito Geraldo Gomes tem seus defeitos e acha que ele está errado com relação a indicação dos Diretores, frisando que o Prefeito está se baseando em Lei Federal e não Municipal, pois a Lei Municipal é inconstitucional, devido estar em Lei Federal é uma prerrogativa que o Prefeito possa nomear os Diretores escolares. E não acha que o Prefeito deva se valer da Lei Federal e sim criar critérios para que as próprias comunidades escolham seus representantes. Dizendo que chamar a administração de Geraldo Gomes de desperdício e falta de transparência não concorda, destacando e reconhecendo a pata de dureza do Prefeito devido a formação militar do Prefeito, que talvez seja um defeito, mas que em alguns casos seja uma qualidade. Comentando sobre os trabalhos e de alguns problemas da cidade que são históricos e que não se conseguem resolver, frisando que ao mesmo tempo que está sendo resolvida muita coisa na cidade e pode ser vista como positiva, relatou que não concorda com a comparação de um monstro de quatro patas, acredita que existam defeitos como qualquer ser humano, mas não crê que o quadro da cidade esteja de forma tão dantesca como foi colocado, disse que é testemunha que o Prefeito é reconhecido em Belo Horizonte e Brasília como uma pessoa que corre atrás e luta pelos interesses da população, zela pelo bem estar e procura cada dia mais melhorar o que pode dentro das limitações naturais que ele tem como pessoa e com os bens que ele administra também. Com relação a denúncia do Vereador Antônio sobre carros estarem andando para baixo e para cima, o Vereador Hélio classificou-a como vazia, dizendo que quando vai a Juiz de Fora e na sua terra natal, vê carros das Prefeituras para baixo e para cima, comentou sobre a denúncia que foi feita a pouco tempo que caminhões da Prefeitura estariam trabalhando na obra em Ibitipoca e foi esclarecido que os caminhões estavam trabalhando num acerto e combinação com a empreiteira que teve uma dificuldade num determinado momento e disse que o bem comum estava sendo atingido. Disse ser reservista do exército e que aprendeu que certo ou errado o homem decide, e que voltar atrás e corrigir erros faz parte do ser humano. Falou sobre a festa de carnaval, dizendo ser um período em que as pessoas se excedem um pouco na bebida

e que as pessoas procuram se divertir, disse que espera e roga a Deus que sejamos abençoados e pediu a todos que pensem com calma antes dos exageros da bebida e das folias para que tenhamos uma festa digna do povo de Lima Duarte e uma festa que nossos visitantes tenham o orgulho de assistir e aplaudir e retornar para o ano que vem, desejando a todos um bom carnaval e espera que seja a história de uma festa de crescimento em nossa cidade. O Vereador Antônio se dirigindo ao Líder do Prefeito, Vereador Hélio, disse que quando fez a crítica do DEMAE jamais questionou a capacidade do Sr. Manoel, destacando a competência do mesmo, e relatou que ele foi infeliz no dia em que cortou a água, num período de férias e final de semana e jamais poderia fazer isso. Com relação a tarifa do DEMAE afirmou novamente ser uma das mais caras do Brasil, por ser uma água semi-tratada, pois o tratamento deixa a desejar. Com relação ao desperdício da administração, disse que está aos olhos de todos os Vereadores, pois os carros oficial rodam dia e noite e que é um dinheiro que poderia ser gasto com reajuste do salário dos servidores do Município, que foi prometido a dois anos. O Vereador Hélio pediu uma aparte para falar da questão dos veículos rodando dia e noite sugerindo que o Vereador fizesse um relatório sucinto por escrito, com hora, dia e veículo, e que tem a certeza que todos os veículos da Prefeitura estão rodando com controle e sabe-se rigorosamente quais foram os trechos rodados por cada veículo a cada dia, destacando que isto nunca aconteceu em Lima Duarte e que hoje isto acontece e que se o Vereador ver um veículo da Prefeitura rodando sábado a noite que anote a hora, o local e faça uma denúncia e se possível identifique o motorista para saber o que está acontecendo, achando tal denúncia muito pouca para colocar da forma negativa como foi colocada. O Vereador Antônio disse que acha interessante, pois não vê o Vereador Hélio em momento algum defendendo o funcionalismo e o povo de Lima Duarte que elegeu o Vereador, vê o Vereador defendendo o Prefeito de unhas e dentes, achando que o que foi comprado de veículos se fosse comprado menos um pouco, talvez estivesse fazendo o mesmo serviço e em contrapartida daria um reajuste por exemplo de cinco por cento para o funcionalismo público. O Vereador Hélio esclareceu que não existe uma grande compra de veículos, destacando que os veículos são doados, dizendo que o Prefeito tem bons acessos as Secretarias de Estado, disse que não concorda com o Vereador Antônio quando o mesmo diz que ele não defende o funcionalismo talvez esteja mau informado sobre as conversas que tem com o Prefeito como Líder, dizendo que o funcionalismo deveria estar sendo defendido a mais de quinze anos, destacando que está empenhando em tal situação e que está se esperando uma resposta do Prefeito, pois é uma decisão dele, dizendo que os Vereadores ficam na mesma situação do funcionário, pois não existe um

mecanismo para os Vereadores aumentarem salários, a única coisa que poder ser feita é fazer pressão e interferir, destacou que o Prefeito falhou de não ter dado a informação sobre a verdadeira situação, mas frisando que ele sempre esteve na Câmara justificando e que se o resultado não está sendo alcançado, que tem que ouvir é o próprio Prefeito, disse que não só o funcionário público deve receber o devido, mas todo cidadão e que não quer ser excluído injustamente dessa luta que todos os Vereadores estão nela. Com a palavra novamente o Vereador Walter pediu ao Vereador Hélio como membro do DEMAE que interseda junto a entidade para que tome providencias com relação a água de Laranjeiras, dizendo que a quase quinze dias não tem água direito na localidade e quando vem a água fica muito suja, dizendo que a represa está muito suja, mencionou que a população tem reclamado e vindo ao DEMAE, e que o DEMAE não tem tomado providências. Se dirigindo ao Vereador Antônio, o Vereador Walter disse que muitas coisas devem ser levadas ao conhecimento do Prefeito, dizendo que muita coisa que tem pedido e levado ao conhecimento dele, tem se resolvido, dizendo que outro dia esteve em Lima Duarte por volta das dezesseis horas e trinta minutos e tinham quatro carros agarrados na estrada de Lima Duarte a Ibitipoca, dizendo que telefonou para o Prefeito que tomou as devidas providências, inclusive cascalhando a estrada que pertence ao DER, citando também outro caso para corte de árvores que ameaçavam cair em cima de casas e o Prefeito resolveu o problema que um estava jogando para cima do outro. O Vereador Cláudio fazendo uso da palavra perguntou ao Vereador Hélio se os últimos carros como o trator, vans e kombis que chegaram para Prefeitura foram doados ou comprados. O Vereador Hélio disse que não daria a resposta completa, pois foram vários veículos doados e pode ter havido alguma compra, pedindo um prazo para o Vereador trazer uma resposta na íntegra de todos os veículos que foram comprados, como foram pagos e o que está devendo, citou como exemplo os caminhões adquiridos, que para Prefeitura comprar foi aprovado uma lei, e não se lembra de nenhum projeto de lei aprovado ressente para compra de veículos e acredita que grande parte seja doado do Governo Estadual para Prefeitura, destacando que para fazer compra o Prefeito precisa de autorização da Câmara. O Presidente comentou sobre a aquisição dos caminhões disse que foi aprovado projeto de lei pela Câmara, disse que a Prefeitura recebeu cinco carros escolares doados pelo Governo Estadual, em contrapartida o Prefeito estava e continua transportando alunos do segundo grau que não é obrigação da Prefeitura. O Vereador Cláudio se dirigiu ao Vereador Tadeu perguntando se a areia retirada na Ponte Nova tem que ser usada para uso da Prefeitura, em resposta o Vereador Tadeu disse que de maneira alguma a areia pode ser usada para outros fins, apenas para uso da

Prefeitura como está sendo feito, fabricando bloquetes, dizendo que presenciou a extração de areia e o transporte da mesma pelos caminhões da Prefeitura para o pátio. O Vereador Cláudio frisou que se alguém ver algum caminhão transportando a areia do pátio pode denunciar. Fazendo uso da palavra o Presidente comentou sobre a renovação do convênio com o Instituto Cidade, o Presidente explicou que o Instituto Cidade é uma organização não governamental (ong) que está prestando serviços relevantes para o Município, citando como exemplo o Projeto Segundo Tempo, que veio para cidade devido ao convênio entre a Câmara Municipal e o Instituto Cidade. Falou sobre o campeonato indígena que aconteceu em Juiz de Fora e sobre a cessão de um ônibus para levar os participantes do Projeto Segundo Tempo a abertura do campeonato, no encerramento a Sociedade São Vicente de Paulo cedeu a condução para que os jovens participassem do encerramento, relatando ser projetos muito interessantes. Comentou sobre o projeto do artesanato de Orvalho, a horta medicinal em Manejo que está sendo reativada, destacando que ela esteve um pouco parada, por falta de funcionário da Prefeitura que não estava fornecendo funcionário para fazer a capina e limpeza da horta, frisando que a horta era coordenada por mulheres e não tinha como capinar a horta e que a partir de agora o Instituto Cidade irá pagar funcionários para fazer a limpeza. Agradeceu ao Prefeito o apoio que deu a seleção de Lima Duarte que foi jogar em Maripá de Minas. Falou sobre a questão do embarque e desembarque da Frota Nobre, dizendo que ele e a Vereadora Maria Auxiliadora estiveram em janeiro em Juiz de Fora conversando com um dos donos da Frota Nobre Sr. Luiz, dizendo que ele está bastante irredutível para trazer o embarque e desembarque para o local antigo, próximo da Prefeitura, alegando que o ônibus faz quatro curvas para vir e voltar e que o gasto de combustível e de pneus é muito grande, dizendo que aceita conversar e negociar colocando o ponto em outros lugares. Falando sobre a indicação de Diretores, disse que trousse tal assunto a tona no ano passado, dizendo que existe uma Lei Municipal regendo a eleição de Diretores, disse que tal projeto foi votado inconstitucional, alegando que a direção é um cargo de confiança que é de livre indicação do Prefeito, mas destacou que está acontecendo eleição de diretores a nível Estadual e Federal, achando justo que se fizesse eleição a nível Municipal, alegando ser um encargo a menos para o Prefeito, lembrando as palavras do Vereador Jacintho. Comentou sobre o ofício que foi enviado para o Prefeito a respeito das nomeações que no seu ponto de vista são indevidas e comunicou as pessoas que se sentiram prejudicadas, frisando que foram nomeados o primeiro e segundo lugar, e depois o décimo quarto e o décimo nono, ficando entre estes classificados sem nomeação, que a Câmara Municipal está tomando as devidas providências, pois a

função dos Vereadores é de fiscalização e pela primeira fez vê tal fato acontecer. O Presidente falando sobre a formação das comissões permanentes do legislativo biênio 2007/2008 procedeu a leitura de uma sugestão para ser analisada e discutida pelos Vereadores após a reunião para decisão na próxima reunião ordinária. Convocou os Vereadores para reunião solene no dia quatorze, às dezenove horas que tem por objetivo homenagear os atletas que participaram do evento em Maripá de Minas, destacando que tiveram as seleções Sub-15 que foi vice-campeã e Sub-17 campeã, levando o nome de Lima Duarte ao Estado de Minas, achando muito importante a participação das mesmas, convidou também aos desportistas, Presidentes de clubes, autoridades municipais, Prefeito e Secretário de Esportes para participar da homenagem aos atletas. Informou que para próxima reunião ordinária os Vereadores receberão convocação. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente agradeceu a todos os presentes e encerrou a reunião desejando a todos uma boa noite. Para constar, determinou que essa ata fosse confeccionada, que depois de lida, se aprovada, deverá ser assinada.

Antonio Alves de Paula, Walter de Paula Gadelha Tavares de Moraes, Jacintho Almeida de Paula Pedro Henrique Jose Eliziário de Oliveira Fonseca, Claudia Pereira Neto Osvaldo Fonseca Neto, Maria Auxiliadora Sousa Carvalho

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e sete, reuniu-se este Legislativo na Sala de Sessões da Câmara Municipal, às dezoito horas, para a realização da Segunda Reunião Ordinária do Terceiro Período da Terceira Sessão Legislativa. Com as palavras de praxe, o Presidente Vereador Geraldo Fonseca Neto, percebendo haver número regimental, declarou abertos os trabalhos, solicitando a Secretária Maria Auxiliadora Sousa Carvalho que fizesse a chamada onde observou a presença de todos os edis. O Presidente destacou a presença do Prefeito Geraldo Gomes de Souza, da Vice-Prefeita Elenice Pereira Delgado Santelli, do Diretor do DEMAE Manoel Gomes, da Secretária de Educação Gizelia, Secretária de Assistência Social Margarida, Chefe de Gabinete Patrícia, Zilma funcionária da Secretaria de Educação, da Dra. Elza e da Sra. Cirineia. Em seguida colocou a ata da reunião ordinária do dia doze de março em discussão e como não houve nenhum manifesto declarou-a aprovada. O Presidente convidou a Dra. Elza Paiva Delgado Carelli para fazer uso da Tribuna conforme prévia solicitação, para prestar esclarecimentos e conclamar a população e os edis desta Casa a apoiar o movimento reivindicatório dos defensores públicos do Estado de Minas Gerais. Fazendo uso da palavra a Dra. Elza desejou a todos uma boa noite e agradeceu o deferimento proposto pela Dra. que representa a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais na comarca. Cumprimentou a Mesa, e mencionou a honra de estar nesta Casa, mencionando que não se esqueceu dos colegas de Ginásio, cumprimentando a Secretária pela luta dos direitos das mulheres, mencionando que a mulher deve participar cada vez mais da vida política, social e todas as áreas não para competir com os homens, sempre ao lado deles e nunca abaixo. Cumprimentou os demais Vereadores, Prefeito, Vice-Prefeita, Secretários, Chefe de Gabinete, aos limaduartinos e a todos assistidos pela Defensoria Pública das cidades de Pedro Teixeira e Olaria. Primeiramente a Dra. Elza comentou sobre a desinformação de algumas pessoas que desconhecem o serviço da Defensoria Pública, e que o motivo de sua vinda a esta Casa é de defender a instituição e os defensores de Minas Gerais, independente de qualquer facção política ou ideologia. Disse que trabalham para os assistidos e para aqueles que enquadram dentro dos parâmetros estabelecidos pela Defensoria, destacando que faz tal serviço com muita satisfação. A Dra. Elza procedeu a leitura de um documento da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais que fala do motivo do movimento dos Defensores que estão em greve, que diz que o Governador do Estado Aécio Neves por lei se comprometeu a fixar o subsídio dos Defensores, passando quatro anos e isto não aconteceu, mencionando que vários Defensores deixaram a carreira, destacando que a remuneração é quase cinco vezes menor a de Juizes e Promotores de Minas Gerais e a

segunda pior entre os Defensores de todo o Brasil, dizendo que só ganham mais que os Defensores da Paraíba. Disse que o Governo Federal e vários Estados já fixaram o subsídio de seus Defensores. Relatando que tal situação é prejudicial a toda sociedade mineira, por não permitir a população pobre o acesso a um Defensor, ferindo os direitos humanos e cidadania, e que a falta de sensibilidade do Governo forçou os Defensores a entrar em greve, lutando pela própria sobrevivência e pelos seus direitos, dizendo que não a como defender os pobres sem lutar pelo direito dos Defensores, pedindo que o Governo cumpra o que a lei manda, pedindo a solidariedade e apoio da população para voltar a defende-la no menor tempo possível, prestando um serviço de forma contínua, rápida, eficiente e com qualidade, frisando que sem Defensoria Pública não há justiça social e sem esta não há democracia, destacando que a greve é em defesa da legalidade. Falou sobre como a população deve participar, enviando cartas, e-mail, telefonando para os políticos locais e para o Governador do Estado demonstrando sua solidariedade com o movimento e exigindo o cumprimento da lei para fixação do subsídio do Defensor Público, deixou um número (0800-940-2000) para população fazer ligações protestando, esclarecendo que a ligação é gratuita ou se manifestem pelo site www.mg.gov.br/faleconosco, disse que já tiveram o apoio de vários setores da sociedade mineira, destacando que a última de peso foi a resolução nº531/2007 do dia 05/03/2007 do Presidente do tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que suspende os julgamentos em que haja participação de Defensores. A Dra. Elza pediu o apoio do Prefeito, da Vice-Prefeita, dos Vereadores e Secretários, ressaltando que não estão fazendo um movimento apenas para defender o subsídio, e sim a instituição, dizendo que no Estado existe vaga para novecentos e dezoito Defensores e atualmente são quatrocentos e cinqüenta Defensores no Estado, citando como exemplo a comarca de Lima Duarte que responde pelas cidades de Lima Duarte, Olaria e Pedro Teixeira, mencionou que em Juiz de Fora com toda a população possui vinte e cinco defensores, em quanto na realidade deveria ser no mínimo setenta e cinco. Disse que algumas pessoas perguntam sobre a demora nos processos, perguntando que se o serviço fosse pago seriam atendidos mais rápidos, em resposta a Dra. Elza explicou que existe uma ordem de atendimento e não é ela que demora, esclareceu que foi sancionada a poucos dias pelo Presidente da República uma lei que dá competência a defensoria publica para entrar com ação civil pública e que obriga o Delegado de polícia a comunicar a defensoria a prisão de qualquer pessoa para acompanhar principalmente a situação dos presos carentes, além de ser uma maneira de não superlotar as cadeias. Comentou sobre a boa situação da cadeia local. Encerrou agradecendo a todos os presentes e pediu a participação de todos para que a

lei seja cumprida. O Presidente agradeceu a presença da Dra. Elza e solicitou a Secretária que procedesse a leitura dos projetos de lei do Executivo a serem publicados: Ofício nº79/2007 do Gabinete do Prefeito encaminhando os projetos de lei nº05/2007 que dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências no valor de trezentos mil reais - projeto de lei nº09/2007 que dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências no valor de trezentos e noventa mil e novecentos reais; Ofício nº70/2007 do Gabinete do Prefeito encaminhando projeto de lei nº06/2007 que dispõe sobre convênio para concessão de empréstimo com consignação em folha de pagamento, e dá outras providências; Ofício nº77/2007 do Gabinete do Prefeito encaminhando projeto de lei nº08/2007 que concede contribuição à entidade (Circuito Turístico Serras do Ibitipoca) que menciona e dá outras providências no valor de quatrocentos reais mensais até dezembro de dois mil e sete; Ofício nº74/2007 do Gabinete do Prefeito encaminhado projeto de lei nº07/2007 que dispõe sobre permissão de uso de bem público a que menciona (Clube do Cavalo de Lima Duarte) e dá outras providências; Projeto de lei do Executivo nº03/2007 que dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências. Logo após o Presidente determinou que a Secretária procedesse a leitura de indicações para irem em votação: Indicação nº14/2007 do Vereador Cláudio Pereira Neto, indicando ao Secretário Municipal de Obras que realize limpeza nas pontes que dão acesso ao bairro Poço da Pedra; Indicação nº15/2007 do Vereador Jacintho Almeida de Paula, indicando ao Secretário Municipal de Obras que reforme ou melhore os passeios que dão acesso ao bairro Cruzeiro; Indicação nº16/2007 do Vereador Jacintho, indicando ao Secretário Municipal de Obras que instale redutores de velocidade nas principais ruas que possuem grande tráfego de veículos; Indicação nº17/2007 do Vereador Jacintho, indicando ao Executivo de Relações Institucionais da TELEMAR que instale um telefone público tipo orelhão na comunidade de Capitães, no Município de Lima Duarte; Indicação nº18/2007 do Vereador Cláudio, indicando ao Secretário Municipal de Obras que proceda a retirada de entulho em frente ao campo do Cruzeiro na rua Presidente Costa e Silva no bairro Cruzeiro, bem como realize obras no calçamento da referida rua; Indicação nº19/2007 do Vereador Antônio Alves de Paula, indicando ao Prefeito Municipal que determine ao setor competente colocar lâmpadas na escada da Praça Cônego Carlos que dá acesso à Avenida Centenário; Indicação nº20/2007 do Vereador Antônio, indicando ao Prefeito Municipal que determine ao setor competente realizar obras na rede de esgoto na comunidade da Vila São Geraldo, o Vereador Antônio disse que tal indicação é para o Diretor do DEMAE. Com relação a indicação dos passeios do Vereador Jacintho, o Vereador Antônio disse

que também muito lutou por esta indicação inclusive na administração passada, dizendo que já fez várias indicações, e que na atual administração já fez três ou quatro indicações e até o momento não foram atendidos e espera que agora o Prefeito se sensibilize e reconstrua os passeios de nossa cidade. O Presidente publicou o resultado da votação das indicações sendo ambas aprovadas por oito votos favoráveis e nenhum contra. Em seguida colocou em votação os projetos de lei do Executivo (PLE) e projeto de emenda a Lei Orgânica: PLE nº001/2007 que concede contribuição à entidade (CODEVAB) que menciona e dá outras providências no valor de seis mil reais, o Vereador Jacintho comentou sobre a ausência do artigo segundo no referido projeto, após análise o Presidente confirmou que estava faltando o referido artigo e retirou o projeto da ordem do dia e deu continuidade a votação; PLE nº002/2007 que dispõe sobre a contratação temporária de excepcional interesse público nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal da República de 1988, com relato das comissões favorável a sua aprovação na íntegra, o Vereador Jacintho disse que o projeto é notável e parabenizou o Executivo pelo projeto, elogiando a redação e sugeriu uma pequena emenda no artigo terceiro pedindo que seja "encaminhado cópia do decreto para o Legislativo", o Presidente publicou o resultado da primeira votação em plenário, sendo aprovado por unanimidade sem a sugestão de emenda do Vereador Jacintho que será votada na próxima reunião; Projeto de Emenda a Lei Orgânica Municipal nº01/2007 que altera artigos da Lei Orgânica Municipal de Lima Duarte referentes ao processo legislativo e dá outras providências, acrescendo ao artigo oitenta e quatro os parágrafos dez, onze e doze e acrescendo ao artigo noventa e cinco o inciso onze de autoria da Mesa Diretora, com relato das comissões favorável a sua aprovação na íntegra, o Vereador Jacintho sugeriu que fosse trocada uma palavra no §10 do artigo 84 onde lê-se "promulgação" sugeriu que se coloque "sansão", no artigo 95 apertou um pouco as penalidades de Prefeito e Vereadores acrescendo o termo "da Mesa Diretora da Câmara", e também sugeriu mudança no inciso I, frisando que o projeto está bom e pediu que após aprovação a Câmara faça livros da Lei Orgânica, o Presidente publicou o resultado da primeira votação em plenário, sendo aprovado por unanimidade sem a sugestão de emenda do Vereador Jacintho que será votada na próxima reunião. O Presidente comentou sobre o oficio nº080/2007 do Gabinete do Prefeito solicitando que seja enviado cópia das atas das reuniões para dar encaminhamento as solicitações o mais rápido possível, bem como exercer o direito de resposta. O Presidente disse que com tal oficio a Chefe de Gabinete achou que não era preciso fazer inscrição para fazer uso da Tribuna, mencionou que ela gostaria de dar explicações as solicitações feitas e usar o direito de resposta, passando a palavra para o

Prefeito Municipal Geraldo Gomes de Souza. Com a palavra o Prefeito desejou a todos uma boa noite. Disse que o motivo de sua vinda a esta Casa é de direito, relatando que seu nome está sendo citado em reuniões com um pouco de leviandade nos questionamentos, disse que está governado para o povo e para o futuro de Lima Duarte e não para fazer politicagem. Comentou sobre a situação que recebeu a Prefeitura com uma dívida de restos a pagar no valor aproximado de trezentos mil reais e um cofre zerado, esclarecendo que até hoje não terminou de pagar a dívida, dizendo que o Mutengo cobrou uma dívida empenhada de vinte e seis mil reais, alegando que a Casa não tem condições de pagar a dívida Disse que desde 1968 os funcionários da Prefeitura não tiveram seu FGTS individualizado, dizendo que isto deveria ter sido cumprido em 1989 e hoje já fez a individualização, e que foi pago trinta mil reais, esclarecendo que deve ser pago mais setenta mil reais. Comentou que a Prefeitura não tinha certidão negativa na receita Federal, dizendo que deixaram de pagar o PASEP e que foi obrigado a financiar o PASEP em cinco anos, dizendo que uma dívida de duzentos mil reais está se pagando quatrocentos mil reais parcelado. Falou que estão brigando na justiça por uma dívida do DEMAE e da Prefeitura com a CEMIG no valor aproximado de um milhão de reais e que hoje gira em torno de dois milhões de reais. Falou que foram pagas dívidas que não estavam em restos a pagar de parcelamento de dívida do material do matadouro, mencionando que foi gasto o material e não se construiu o matadouro sendo obrigado a pagar dezoito mil reais de tal dívida. Sobre a questão dos carros estarem rodando muito na rua, disse que rodam a serviço, e disse que qualquer cidadão que quiser saber aonde o carro está pode ficar sabendo, pois quando o carro sai da Prefeitura o motorista diz para onde vai, para quem vai, o que vai fazer e no retorno a quilometragem é computada. Com relação a compra de veículos, disse que encontrou uma Prefeitura totalmente sem condições mínimas de funcionamento, com máquinas quebradas, sem carros para PSF, sem veículos para transporte de pacientes para Juiz de Fora, dizendo que gostaria de ter uma varinha de condão para resolver todos problemas. Falou que já pensou em aumentar os funcionários mas a cada hora aparece uma dívida, dizendo que não se aumenta as coisas sem previsão, e um estudo, falou que está fazendo uma reforma administrativa, falou que a Prefeitura tem funcionários que não existem, citando o caso da filha do Vereador Antônio que está na Prefeitura e não tem o cargo de fisioterapeuta, citou o caso da lei de contratação temporária que não existia na Prefeitura. Com relação aos veículos disse que chegou uma multa e o Prefeito assumiu a referida multa e pagará a mesma, dizendo que agora se o motorista for multado ele paga a multa, citando que quando recebeu a Prefeitura o veículo "gol" que está rodando para Secretaria

de Turismo possui mais de seis mil reais de multa, perguntando quem era o responsável pelo carro e quem praticou as multas, porque o funcionário não foi punido. Falou que levianamente citaram sobre um bueiro da Piúna, esclarecendo que o bueiro não pertence a Prefeitura e sim o Governo Federal. Disse que quando foi a Brasília e conseguiu o asfalto para Lima Duarte ninguém deu os parabéns e falou que toda vez virá a Câmara explicar para o povo a responsabilidade do Prefeito. Pediu que se tiver alguma irregularidade que mande por escrito para o Prefeito, citando como exemplo que se for visto um carro andando por desmazelo na rua a pessoa será punida com demissão não importando quem seja. Falou que quer ver quem o acusa de alguma desonestidade e irregularidade na Prefeitura. Sobre o DEMAE disse que no ano de dois mil e cinco colocou sessenta mil reais, esclarecendo que o DEMAE hoje paga suas contas em dia, não deixou de pagar luz nem um mês, no ano de dois mil e seis a Prefeitura investiu no DEMAE em torno de oitenta e três mil reais, frisou que a Prefeitura colocará o quanto puder, pois sabe da importância da água para o povo de Lima Duarte. Comentou sobre a falta de água na época em que foi trocado o filtro, disse que foi necessário, esclareceu que o funcionário da COPASA só tinha aquele dia para vir e que a população foi avisada com antecedência, dizendo que não entende, pois se água está suja ou faltando reclamam, perguntando o que querem, se água limpa ou suja. Falou que o problema da água é a falta de hidrômetro, dizendo que é tratada água para quarenta mil pessoas, e que a população não colabora e deixa a torneira aberta e que não tem como controlar tal situação. Falou que está lutando na FUNASA, com um milhão e cem mil reais para resolver o problema da água em Lima Duarte, não só de Laranjeiras como foi criticado na reunião passada, como também na Rancharia, Capoeirão, Lopes, São Domingos e Manejo que não têm água tratada e não são diferentes. Sobre o esgoto da Vila São Geraldo, disse que é o mesmo esgoto que passa no fundo de sua loja, o esgoto da Vila Cruzeiro é igual a qualquer lugar, tudo a céu aberto. Disse que conhece o problema todo de Lima Duarte, mas não possui condições financeiras, dizendo que este ano caiu muito a arrecadação. Relatou que os calçamentos da cidade estão sendo feitos numa proporção e dentro da possibilidade, disse que nunca se fez tanto calçamento como ele está fazendo, contribuindo para melhorar a vida da cidade. Citou como exemplo na época em que foi Vereador que o asfalto do Batatal custou seiscentos e oitenta mil dólares e que hoje está calçando o Batatal com aproximadamente trezentos mil reais com bloquetes que vão durar para vida toda. Falou que criticar é fácil e pediu para ir lá fazer, referindo-se aos críticos. Sobre os Diretores escolares disse que não tinha tempo hábil para fazer uma seleção para Diretores, dizendo que não está brincando de Prefeito para eleger uma incompetência,

dizendo que um Diretor tem que ter condições de dirigir uma escola e que esta é de muita responsabilidade, dizendo que não concorda em fazer uma eleição de qualquer jeito, e o povo eleger e qualquer um dirigir uma escola, dizendo que a pessoa tem que ter capacidade e condições para isso, falou que fará um projeto de lei que será enviado para Câmara e disse que está embasado na constituição e não fez nada inconstitucional. Comentando sobre a saúde disse que hoje não tem faltado remédio, dizendo que tem atendido além, esclarecendo que hoje se tem remédio não só da atenção básica, mas também antibióticos. Falou sobre a discussão da areia da Ponte Nova, disse que foi aproveitada a areia e foi questionado, falou que a ponte estava caindo e que a areia retirada foi aproveitada para fazer calçamento e obras em Lima Duarte e pagou mais da metade da máquina que trabalhou no local. Com relação as estradas disse que foi colocado três mil metros cúbicos de saibro na estrada de Ibitipoca, pois o DER não tinha condições de atender a referida estrada, dizendo que a Prefeitura colocou máquinas e caminhões, e a Prefeitura colocou a estrada funcionando no carnaval de Ibitipoca, admitiu que existem estradas ruins, mas garantiu que nenhuma delas deixou de funcionar, disse que existem trechos ruins que estão sendo e serão consertados. Disse que quer que critiquem e falem, mas pediu que critiquem com lealdade, achando que não merece, disse que veio a esta Casa prestar esclarecimentos e está aberto ao diálogo, reafirmou a todos os Vereadores ou qualquer cidadão que quiser alguma consulta a Prefeitura que porta está aberta, citando que na administração passada tiveram que entrar na justiça para entrar na Prefeitura. Comentou sobre a aquisição dos carros, dizendo que não tinha condições de trabalhar com dois caminhões quebrados e velhos e comprou dois caminhões financiados e que esta Casa aprovou a Lei, no ano de dois mil e cinco foram comprados dois ônibus para educação, pois não tinha transporte direito, foi comprado este ano três Kombis para educação para dar mais conforto aos alunos e atender a comunidade de São Domingos, dizendo que na localidade existia aluno que saia cinco horas da manhã e regressava a meia-noite e hoje eles saem as dez e chegam as seis, disse que a escola da localidade está funcionando e falta uma parte para terminar. Com relação a policlínica que está sendo construída disse que estão dizendo que é um "elefante branco", disse que está pensando em cinqüenta anos e não em cinco e que investe na cidade para o futuro e não para fazer política e sim para o povo ter retorno. Sobre os bloquetes fabricados disse que possui aproximadamente oito mil metros quadrados e que assim que houver possibilidade atenderá as indicações, priorizando os piores lugares. Disse que está lutando para fazer uma coisa com transparência e que se não estiver sendo feito que o questione, lhe diga e fale o que está errado, agradeceu e se colocou a disposição de qualquer

Vereador a qualquer hora. Fazendo uso da palavra a Vice-Prefeita Elenice desejou a todos uma boa noite e parabenizou a nova Mesa Diretora, frisou que agora está no Executivo, relatou que os Vereadores são procurados pelos eleitores e muitas vezes falam por eles e não pelo Vereador e outras vezes falam pelos Vereadores com indicações pessoais. Disse que em dois anos de mandato tem procurado atender a todos os Vereadores sem distinção, agradeceu ao Líder e vários outros Vereadores que vêem defendendo e elogiando o trabalho do Executivo que é de compromisso, transparência e mudança mencionando o nome do Prefeito Geraldo Gomes e disse que esta cidade só tem a honrar com sua administração, elogiando também os Secretários, dizendo que esta Casa também é do Executivo com direito de resposta e parabenizou os Vereadores que sempre estão em suas inaugurações que são muitas, e sabe que é difícil para os Vereadores que são muito ocupados de estarem nelas todas. Com relação a inauguração da biblioteca municipal agradeceu a presença do Presidente, dos Vereadores Hélio e Maria Auxiliadora e os demais que ela pode não ter visto, relatou que as bibliotecárias estão surpresas com o número de visitantes, disse que a biblioteca não foi retirada, apenas foi transferida para o lugar que sempre deveria ser, no coração da cidade, parabenizou a toda Lima Duarte que foi em peso a inauguração, esclareceu que no local funcionava a Secretaria de Saúde e não era adequado ao atendimento e necessitava ser restaurado o prédio, disse que o aluguel é de quinhentos reais e é provisório até que seja instalado o centro cultural e biblioteca na Prefeitura, e quem sabe o sonhado museu, e que a Secretaria de Saúde foi transferida, disse que as pessoas estão dando parabéns pelo planejamento setorial da saúde com a proximidade da Secretaria de Saúde, a nova Policlínica e a Santa Casa. Parabenizou e elogiou vários professores pela educação no Município, disse que a Secretária de Educação está encontrando algumas dificuldades por causa de um concurso que foi feito por muitas pessoas, com muita gente e pouca vaga, dizendo que a Secretária já contornou tal situação e citou que o Prefeito ajuda a todo momento na educação, disse que a educação está indo muito bem e frisou que ganharam uma pontuação boa na educação com a freqüência de alunos e ganhando pontos também no programa Bolsa Família, elogiando a ligação entre as Secretarias de Educação e Assistência Social, disse que cinco mil famílias estão sendo beneficiadas pelo programa Bolsa Família no Município. Elogiou a pontuação conquistada pela Secretaria do Carlos, com relação ao patrimônio histórico em onze pontos. Disse que está sendo feito o melhor carnaval que já se ouviu falar. Deu os parabéns ao Prefeito por ser homenageado em Brasília e Belo Horizonte por ser o melhor Prefeito do Estado, dizendo que ele tem a humildade em não falar de tais títulos e por respeitar ela como Vice-Prefeita e mulher.

Parabenizou os Secretários em geral e disse que ganham pouco por trabalhar quase vinte e quatro horas empenhados. Pediu que se pense um pouco antes de falar as coisas no microfone, pois a população lá fora está aplaudindo o Governo e dificilmente se encontrará um substituto para o Sr. Geraldo, pois não distingue partidos e colocou igualdade na Prefeitura. Disse que Lima Duarte está vinte anos a frente, deu um avanço muito grande na área da saúde, disse que os carros vão andar para atender a população, falou que esta administração é elogiada por quem não votou na atual administração. Agradeceu aos Vereadores quando fazem um ofício, um requerimento pedindo uma melhora para Lima Duarte, pediu que não use nome de pessoas como Diretores, Secretários e Chefe de Departamento como se fosse uma pessoa qualquer. Falou que administrar não é perseguir o outro e sim fazer crescer. Falando sobre o DEMAE, disse que é Presidente do Conselho, que é composto pelo Sr. Manoel, Dra. Nilva, Sr. José Divino e os Vereadores Hélio e José Evilásio, disse que o DEMAE cresceu e vem crescendo a cada dia, elogiando o Sr. Manoel, frisou que falhas todos cometem, destacou que a gratificação que era dada aos Conselheiros foi extinta. Pediu para que não se faça da Câmara um palanque político e sim um momento de reflexão da história de Lima Duarte. Agradeceu aos Vereadores Antônio e Maria Auxiliadora que fizeram uma visita a estação de tratamento de água (ETA) e fizeram elogios, disse que foi feito um treinamento dos funcionários, coisa que nunca havia sido feita antes. Relatou que o DEMAE não tem a água mais cara do mundo, como o Vereador Antônio havia relatado, disse que tem uma água muito boa e nossa, e que se a COPASA vier com certeza a água será mais cara e dará emprego para uma família, sendo que o DEMAE emprega vinte famílias. Disse que a Secretária de Educação trabalha na Prefeitura a vinte anos e relatou sua dedicação ao cargo. Comentou sobre o empenho do Secretário de Obras que não pode estar presente. Citou sobre a reportagem que saiu na revista "Pauta Econômica" sobre o calçamento do Grotão, pediu aos Vereadores que procurem o Prefeito quando tiverem algum problema. Parabenizou as mulheres que trabalham na Câmara, pelo dia das mulheres. Fazendo uso da palavra o Secretário Municipal de Saúde Dr. Sebastião Antenor Delgado Campos, disse que tem trabalhado junto com o Prefeito para minimizar os problemas de saúde do povo que são grandes e melhorar as condições de saúde, disse que é difícil resolver os problemas da saúde, pois vivemos num país pobre e destina recurso financeiro para área de saúde no valor que não é suficiente, falou que a esfera municipal é a que mais investe em saúde e que de acordo com emenda constitucional o Município é obrigado a colocar 15% (quinze por cento) de suas receitas e que Lima Duarte investiu 21% (vinte e um por cento) em dois mil e cinco e 20,67%

(vinte ponto sessenta e sete por cento) em dois mil e seis. Comentou em geral dos serviços realizados a frente da Secretaria. Falou sobre o processo de superação da crise da Santa Casa e todos os envolvidos, dizendo que o Município investiu na entidade trezentos e oito mil reais em dois mil e cinco e duzentos e setenta e cinco mil reais em dois mil e seis com o apoio desta Casa, e que para dois mil e sete está previsto que o Município invista em torno de duzentos e setenta mil reais e pediu a colaboração da comunidade para que a Santa Casa continue atendendo a todos. Com relação aos veículos disse que três veículos são da administração anterior, e o atual governo conseguiu seis veículos e que na sua área nenhum veículo anda sem estar atendendo ao cidadão e se colocou a disposição dos Vereadores para quaisquer outros esclarecimentos. Com a palavra a Secretária Municipal de Educação Gizelia Mirian dos Santos Teixeira comentou sobre as dificuldades enfrentadas na educação nos anos de dois mil e cinco e dois mil e seis, devido ao concurso realizado em dois mil e quatro. Disse que não estão se negando a promover eleição para Diretores apenas não querem criar uma disputa entre profissionais para ver quem será Diretor e que estão embasados na Constituição Federal e LDB, e que estão ganhando tempo para reformular tal Lei. Falou que a maioria dos professores estão graduados e pós-graduados, e os especialistas pós-graduados, a maior equipe já vista no Município. Disse que os veículos rodam a serviço da educação, comentou sobre as novas aquisições e sobre a necessidade de ter veículos terceirizados. Falou sobre o comentário dito nesta Casa que o abono salarial do ano de dois mil e seis foi um fiasco, disse que discorda, pois foi a garantia dos direitos dos profissionais da educação, disse que o valor diminuiu, pois é necessário colocar em cada escola um profissional recuperador e eles foram contratados por seis meses e por isso o abono caiu para seiscentos reais. Sobre a nucleação falou que o objetivo é a qualidade de ensino do aluno. Falou no sucesso da Biblioteca Municipal após mudança de endereço. Para encerrar sua participação disse que ser competente é dar infraestrutura básica e promover a qualidade de ensino e não promover política. Fazendo uso da palavra a Secretária Municipal de Assistência Social Margarida Santos Di Filippo desejou a todos uma boa noite. Falou sobre o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, lembrou que foi uma deliberação da Primeira Conferência realizada no ano de dois mil e cinco. Disse que o CRAS vem trazer um atendimento de mais qualidade e dignidade para o cidadão. Falou que estão inscritas no cadastro único do governo Federal cerca de 8600 (oito mil e seiscentas) pessoas e falou da atuação em geral da Secretaria. Reiterou a solicitação ao Presidente de um espaço para apresentar com mais detalhes o trabalho que a Secretaria vem realizando e agradeceu a atenção e o espaço cedido pela Câmara. Antes de passar a

palavra para o Sr. Manoel, disse para Secretária Margarida que esta Casa está sempre aberta, pedindo a ela que marque a reunião. Com a palavra o Diretor do DEMAE Manoel Gomes disse que quando pegou o DEMAE em janeiro de dois mil e cinco ficou assustado, pois a análise da água era feita com kit de piscina, dizendo que a ETA tem um laboratório montado e nunca foi usado e que nenhum funcionário sabia usar o equipamento. Disse que a passarela estava podre e o filtro não filtrava água, e que estão correndo atrás de recursos na FUNASA para melhorar o sistema. Comentou sobre as últimas reformas realizadas na estação, e relatou que foi avisado com antecedência que faltaria água devido aos reparos na estação, e que o serviço durou vinte e quatro horas e não três dias. Sobre o preço da água, quando foi falado que a água de Lima Duarte é a mais cara do Brasil, disse que não é verdade relatando que fez um levantamento entre a COPASA e a CESAMA, falou que a ETA trata quarenta litros de água por segundo, dando um total de vinte e quatro mil litros de água por residência, e que se fosse a COPASA o valor da água seria superior a quarenta e sete reais por mês e se fosse a CESAMA sessenta e quatro reais, comparou com uma autarquia de Ituiutaba/MG que pagaria quarenta e três reais e cinqüenta centavos. Disse que o repasse da Prefeitura para o DEMAE em dois mil e cinco foi de sessenta e cinco mil reais, e em dois mil e seis oitenta e cinco mil reais. O Presidente perguntou se algum Vereador gostaria de fazer alguma colocação sobre o que foi falado pelos membros do Executivo, agradeceu a presença de todos e relatou que os Vereadores foram pegos de surpresa, pois não foi avisado que viriam a esta Casa, justificando que a população e os Vereadores precisam de esclarecimentos e espera que o retorno deles seja breve. Fazendo uso da palavra o Vereador Tadeu Tavares de Matos disse que pela primeira vez em seu quarto mandato como Vereador nunca houve tal abertura e aproximação dos Poderes Executivo e Legislativo para esclarecer o que vem acontecendo, achando importante que todos tomem conhecimento da situação do Município, relatando que é uma administração séria e não está brincando com a coisa pública e está pensando em fazer o bem para o Município, dizendo que o povo quer ver o Executivo e Legislativo trazendo coisas boas para o Município, frisou que erros existem, pois ninguém é perfeito. Relatou que nunca teve a abertura para chegar ao Prefeito e Secretários e fazer solicitações sem fazer indicação como está tendo agora. Disse que se sente honrado com a vinda do Prefeito e Secretários nesta Casa, classificando tal acontecimento como político e democrático. Falou que todos têm direito de falar, direito de resposta, mas acha que se deve refletir muito antes de falar para não prejudicar as pessoas envolvidas. Espera que continue esta política de querer o bem-estar do povo sem perseguição e picuinha. O Vereador Antônio fazendo uso da palavra

relatou seu prazer em estar nesta Casa com a equipe do Prefeito, admitiu ser a primeira vez que vê uma equipe toda debatendo os problemas nesta Casa, mostrando para população o que está acontecendo na administração. Disse que a Câmara é uma Casa de debates, e o Vereador é livre pelas suas opiniões e palavras que ele diz, disse que tem sua consciência tranqüila, pois desde que se colocou na oposição saudável, esclarecendo que um governo sem oposição é fraco e não vai ter bons resultados. Relatou que vai continuar com sua postura fazendo suas críticas construtivas, deixou uma esperança de dias melhores para Lima Duarte. Se dirigiu a Vice-Prefeita quando disse que não existia rádio em Lima Duarte, esclarecendo que existe a rádio "Lima Duarte" e acredita que ela esteja aberta a direito de resposta, principalmente quando alguém da administração se sentir prejudicado com alguma coisa. Se dirigiu ao Prefeito dizendo que acha que ele exagerou um pouco, achando que talvez estivesse nervoso, dizendo que ele só citou um cargo que não foi criado nesta administração, caso da filha do Vereador Antônio, dizendo que tem orgulho da mesma devido a sua competência como fisioterapeuta e que ela está na Santa Casa por méritos próprios, dizendo que o Prefeito tem o direito de demiti-la por ela ser filha dele que é Vereador da oposição, achando que é um direito do Prefeito, assim como vez com outras pessoas, esclarecendo que o Prefeito foi um pouco infeliz na sua colocação. O Prefeito interrompeu a palavra do Vereador e disse que não questionou a capacidade da filha do Vereador, disse que o cargo não existe como não existe o cargo de psicóloga e de assistente social e tem certeza absoluta que a filha do Vereador só está no cargo devido a sua capacidade e só tem elogios da filha do Vereador, e disse que fará uma reforma administrativa para criar estes cargos. Continuando sua fala disse que infelizmente foi atropelado e continuou dizendo que a dívida com a CEMIG na época em que foi votado o parcelamento por esta Casa a dívida era de um milhão e duzentos mil reais, destacando que foi votado e não foi cumprido o parcelamento. Falou que não tem nada pessoal contra o Prefeito e Secretários, e reafirmou que continuará fazendo oposição responsável e consciente. Com a palavra o Vereador Hélio disse que está satisfeito com a presença do Prefeito e sua equipe, relatando que não nasceu em Lima Duarte, mas mora na cidade a trinta anos e formou sua família na cidade se considerando um limaduartino nato. Falou que não quer levantar nem elogios nem críticas de administrações passadas, mas como cidadão disse que tem ouvido e testemunhado que está ocorrendo uma grande mudança na forma de administrar publicamente a cidade, dizendo que as pessoas não são burras e cegas e estão vendo o que está sendo feito certo pela pessoa certa. Relatou que não acha que o Sr. Geraldo e a Sra. Elenice sejam o melhor Prefeito e Vice-Prefeita do Brasil, os Secretários e os Vereadores

desta cidade sejam os melhores do Brasil, e tem a certeza que a população reconhece o trabalho e espera que o Sr. Geraldo continue o trabalho relatando que existem as insatisfações de quem votou no Prefeito. O Vereador disse que continua acreditando na honestidade e competência do trabalho que o Prefeito tem realizado, agradeceu a presença do Prefeito e de sua equipe, esclarecendo que espera que os Vereadores sejam bem recebidos no prédio da Prefeitura. Com a palavra a Secretária disse que o Prefeito desabafou, e também fez um desabafo dizendo que o Prefeito só falou nos defeitos dos Vereadores e não falou das qualidades dos Vereadores, dizendo que nenhum projeto que o Prefeito manda fica engavetado, tudo que ele manda para votar com urgência é aprovado, achando que não é uma boa política, pois não faz indicações e não debate na frente dos outros. Relatou que sempre vão existir pessoas falando mal do governo, como os Vereadores que também recebem cartas falando do mal dos seus trabalhos. Mencionou sobre as habilidades do Sr. Manoel e o Dr. Sebastião Secretário de Saúde, agradeceu a presença de todos e disse que está procurando ajudar a administração. Antes de declarar a palavra livre o Presidente disse que será enviado para a Prefeitura e CEMIG um ofício solicitando informações sobre a cobrança da taxa de iluminação pública, e se está observando o novo código tributário. Comentou sobre o recebimento de um ofício da Associação de Moradores do Bairro Piúna que estão pedindo iluminação na Avenida Antônio Tuíta e um recapeamento das ruas do bairro, pedindo que seja enviado para Prefeitura tais solicitações. Falou sobre um ofício recebido pela APAE solicitando ajuda para realização do torneio de futebol com objetivo de arrecadar cinco mil reais para compra de uma cadeira motorizada e convidando os Vereadores para o torneio. O Presidente esclareceu que a Câmara Municipal não tem dotação para ajudar a APAE, salientando que os Vereadores podem ajudar cada um contribuindo com quinze reais para comprar duas bolas, e sabe que a Prefeitura está dando o apoio através da Secretaria de Esportes, em seguida declarou a palavra livre. O Vereador Hélio com a palavra disse que fez um balanço do leilão da Santa Casa, dizendo que foi arrecado vinte e sete mil e trezentos reais, com uma despesa de dois mil, duzentos e cinqüenta e quatro reais, com um lucro de vinte e cinco mil reais, dos quais tem a receber quatorze mil reais devido as vendas realizadas à prazo, ratificou o agradecimento a todos os doadores de gado. Agradeceu também o Sr. Hélvio, conhecido como Jacaré que foi o leiloeiro. Pediu que fosse encaminhado com urgência para o DENITT um ofício solicitando uma revisão no asfalto do trecho da Br 267 que liga Lima Duarte a Juiz de Fora, destacando que em tal trecho já existe pontos de alto perigo, relatando que presenciou um acidente na Br devido a um buraco na pista no local conhecido como "Morro da Fumaça", pedindo que seja

relatado o acidente acontecido e que o oficio seja enviado o mais rápido possível. O Presidente pediu que seja incluído no oficio a revisão do local próximo ao trevo da Piúna e do restaurante do Joaquim Carvalho, onde uma parte do asfalto que está cedendo, frisando os riscos. Fazendo uso da palavra o Vereador Jacintho cumprimentou a todos, relatou que existem algumas contas de energia elétrica com diferença de valores, e que em algumas casas estão cobrando mais caro a luz residencial do que a luz comercial, pedindo ao Presidente que envie um oficio para CEMIG solicitando que a mesma venha a esta Casa explicar o porque de tais diferenças, disse que ligou para a CEMIG e as desculpas não satisfez o Vereador. Comentou sobre a correspondência enviada pela associação de moradores do bairro Piúna que estão reclamando da falta de iluminação pública na avenida principal, e que todos pagam pela iluminação pública e tem certeza que o Prefeito tem conhecimento dos problemas do bairro. O Vereador Antônio com a palavra lembrou ao Presidente, ressaltando que a platéia não tem obrigação de saber, mas esta Casa sim, citando o artigo setenta e dois, dizendo que "qualquer cidadão pode assistir as reuniões desde que se apresente descentemente trajado, em silêncio e não se manifeste aplaudindo ou reprovando", destacou que a presença do Prefeito e Secretários e importante, mas pediu que eles não se manifestem e respeitem o regimento interno, alegando que fica parecendo um comício político. Manifestou seu repúdio com relação a iluminação pública, dizendo que existem várias ruas sem iluminação pública, e que os moradores estão pagando a iluminação, citando como exemplo a indicação que fez hoje e dizendo que já fez vários pedidos e não obteve resposta e quando respondem pedem para procurar a Prefeitura. Pediu ao Líder do Prefeito que intervenha e peça para ser retirado da conta dos moradores da escada do São Francisco a cobrança da iluminação pública. Com relação a rede de esgoto da Vila São Geraldo, disse que o Prefeito falou que na cidade existem várias redes de esgoto a céu aberto, mencionando não saber aonde estão as redes de esgoto a céu aberto, sabe que existe uma rede de esgoto a céu aberto na Vila São Geraldo a muitos anos e precisa ser urgentemente construída. Falou sobre a sinalização das ruas da cidade que hoje não existem, dizendo que as ruas do Município se encontram a mercê dos maus motoristas que não obedecem a sinalização, citando o empenho do Vereador Jacintho que por várias vezes pediu que fosse construído quebra-molas no Município. Deixou claro que não está só criticando e disse que quando for feito alguma coisa de proveitoso pela administração estará aplaudindo. Relatou sobre a visita que fez a Várzea do Brumado acompanhado do Presidente e do Vereador José Evilásio, e da crítica que foi feita pela comunidade, dizendo que quando o Prefeito, Vice e Secretária de Educação estiveram na localidade disseram

que levariam os alunos para São Domingos e prometeram arrumar a estrada, e que infelizmente já se passou quase três meses e a estrada está em precárias condições, pediu ao Líder e aos Vereadores que apóiam o Prefeito que intersedam junto ao Secretário de Obras para arrumar a referida estrada. Com a palavra o Vereador Cláudio comentou sobre o carnaval, pedindo que o carnaval seja melhorado ainda mais, resgatando principalmente os blocos antigos, relatou que este ano não teve o desfile do bloco da Vila no centro devido a algumas palavras de pessoas da equipe do Secretário Carlos, frisando que eles não têm nada contra o Secretário, dizendo que pessoas da equipe do Secretário maltratam muito as pessoas dos blocos. O Vereador Tadeu fazendo uso da palavra falou sobre a CEMIG dizendo sobre a falta de luz no setor rural e nos bairros da cidade, citando o Batatal que tem ficado várias vezes sem luz só pela ameaça de chuva, pedindo que seja mandado um oficio levando ao conhecimento da empresa tal situação para fazer uma vistoria geral na rede de distribuição de energia elétrica, pois trata-se de uma das taxas de energia mais caras, e que os consumidores tem o direito de cobrar, relatando que consumidores estão perdendo aparelhos. Sugeriu para que não aconteça de novo, sem querer criticar o Vereador Jacintho, pedindo que quando algum Vereador quiser propor uma emenda que faça antes do projeto ir em votação para comissão analisar. O Presidente também comentou sobre os piques de energia que estão acontecendo, sobre a questão das emendas pediu que as mesmas sejam feitas com antecedência se possível, pois pode acontecer da necessidade do projeto ser aprovado com maior rapidez. Fazendo uso da palavra o Vereador José Evilásio reforçou a indicação do Vereador Jacintho sobre a reforma dos passeios relatando que as pessoas que usam dos referidos passeios estão correndo risco de vida podendo ser atropeladas, pedindo ao Secretário que execute a obra que é de pequeno custo para Prefeitura e vai trazer beneficios para os moradores do bairro Cruzeiro e para os pedestres que fazem caminhada no local. Sobre o requerimento do bairro Piúna, disse que vários moradores procuraram o Vereador dizendo que é competência do DNITT, mencionando que o bueiro está sujeito a cair a qualquer hora e provocar um grande acidente, pedindo que tal solicitação seja incluída no oficio sugerido pelo Vereador Hélio. Sugeriu que fosse enviado um oficio para o Gerente da CEMIG convidando-o para vir a esta Casa, para que os Vereadores exponham os problemas da cidade com referência a iluminação. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente agradeceu a todos os presentes e encerrou a reunião desejando a todos uma boa noite. Para constar, determinou que essa ata fosse confeccionada, que depois de lida, se aprovada, deverá ser assinada.

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e sete, reuniu-se este Legislativo na Sala de Sessões da Câmara Municipal, às dezoito horas, para a realização da Terceira Reunião Ordinária do Sexto Período da Terceira Sessão Legislativa. Com as palavras de praxe, o Presidente Vereador Geraldo Fonseca Neto, percebendo haver número regimental, declarou abertos os trabalhos, determinando a Secretária Vereadora Maria Auxiliadora Sousa Carvalho que fizesse a chamada onde observou-se a presença de todos os edis. Em seguida o Presidente colocou em discussão e votação a ata da reunião ordinária do dia dezoito de junho, como não houve nenhum manifesto declaro-a aprovada por unanimidade. Em seguida passou a palavra para o Sr. Ricardo de Oliveira Rezende para utilização da Tribuna para falar sobre a atuação do IBGE no Censo 2007, conforme inscrição realizada observando o Regimento Interno. Com a palavra o Sr. Ricardo disse que está sendo realizado a contagem da população e o Censo agropecuário e deu uma explanação geral sobre os trabalhos realizados no Município. Disse que estão enfrentando problemas em Conceição de Ibitipoca, alegando que a comissão emancipatória que está constituída tem interferido no trabalho do IBGE que estão pedindo as pessoas que não sejam recenseadas no lugar em que moram para serem recenseadas em Ibitipoca. Pediu o apoio desta Casa para que orientem a população para receberem bem os recenseadores e dêem as informações corretas. Falou sobre uma Lei Federal que diz que é crime prestar informações falsas para o IBGE sujeita ao pagamento de multa. Agradeceu a oportunidade dada pela Câmara e a Prefeitura Municipal que tem dado um apoio ao IBGE. O Presidente agradeceu a presença do Sr. Ricardo e disse que as informações são importantes para os Vereadores e para população, pedindo que cada pessoa pense e raciocine melhor ao dar as informações para o Censo. Prosseguindo chamou o representante da Associação de Moradores do bairro Santa Terezinha o Sr. José Geraldo Bento de Souza para fazer uso da Tribuna, observando a disposto no Regimento Interno, tendo como temas: "a criação de ouvidoria pública Municipal; Quanto a utilização de verbas públicas e a reabertura do escritório da CEMIG". Fazendo uso da palavra o Sr. José Geraldo disse que a CEMIG empresa que presta serviço ao Estado vem roubando o consumidor na Estado, relatando ser uma tarifa absurda que o povo paga, pois a empresa detêm o monopólio. Sobre o escritório da CEMIG na cidade não sabe porque ele ainda não reabriu, pois ela deve prestar esclarecimentos a população, alegando que a mesma arrecada no Município e deveria prestar apoio ao cidadão quando precisar. Disse que temos um Governador omisso e uma Assembléia que não tem interesse pela população, desafiando os Vereadores para que tragam os Deputados e o Governador em Lima Duarte, dizendo que provará a eles que eles não tem

interesse pelo bem estar e satisfação do povo. Sobre a Contribuição de Iluminação Pública (CIP), disse que a população do Município é pobre, relatando que a mesma é indevida, disse que os Vereadores foram eleitos para defender a população de coisas como essas. Disse que quando a CEMIG emite uma fatura de energia para o consumidor todos os gastos já estão embutidos na conta. Pediu aos Vereadores que tomem providências com relação a CIP acreditando que todos os Vereadores estão a favor do povo, mencionando que a CIP é um meio para que a Prefeitura arrecade verbas e não acumule mais dívidas em termos de iluminação pública, alegando que a CIP está sendo pagas duas vezes, pedindo ao representante do Prefeito que leve a situação para ele. Sobre a tabela da CIP disse que é injusta, sobre a tarifa diferenciada da CEMIG disse que a mesma não condiz com a realidade. Comentou sobre o caso de um Vereador que se sentiu ofendido quando um popular o cobrou sobre a CIP, perguntando aos Vereadores se os cidadãos não ficam ofendidos quando é feita tal cobrança no Município. Sobre as verbas públicas disse que brevemente será inaugurada a nova policlínica, pedindo que quando for realizada uma obra pública que informe para o povo que o dinheiro que realizou a obra é dinheiro público dos impostos que o cidadão paga e não se trata de favor e sim uma obrigação do político. Sugeriu a criação de uma ouvidoria pública na Prefeitura para atender o cidadão para solução de pequenos problemas, para sobrar mais tempo para que os Vereadores sugiram propostas para crescimento da cidade, e disse que continuará a cobrar, pedindo desculpas caso algum Vereador se sinta ofendido. O Presidente agradeceu a participação do Sr. José Geraldo e acredita que ninguém ficou ofendido com suas palavras, pois os Vereadores devem respeitar a opinião de todos os cidadãos. Disse que na semana passada os representantes da CEMIG estiveram na Câmara e esclareceram porque não existe o escritório da empresa na cidade. Com relação a CIP disse que foi uma lei aprovado na Legislatura passada, relatando que uma vez criado o tributo para cancela-lo disse que deve arrumar outro tributo para substitui-lo, e que a CIP é para pagar a luz dos postes da cidade, alegando que ninguém anda do escuro. Mencionou que quem paga a CIP é a Prefeitura e o consumidor contribui com um pequeno valor, frisando que a Prefeitura ainda da uma contrapartida, pois o que ela arrecada da população não da para cobrir as despesas, destacando que não está dizendo se é ou não correto. Disse que com a aprovação do Novo Código Tributário foi feita uma redução para uma cobrança mais justa, frisando que foi a Câmara atual que fez tal proposta que resultou aprovada. Dando continuidade pediu a Secretária que procedesse a leitura do expediente recebido. Ofício nº205/2007 do Gabinete do Prefeito em resposta as indicações nº37 e 38/2007 e requerimento

nº13/2007 todos de autoria do Vereador Antônio Alves de Paula. Ofício nº230/2007 do Gabinete do Prefeito, solicitando a Câmara que envie ofício para CEMIG solicitando a troca do CNPJ que vem na conta de energia elétrica do prédio da Câmara, atualmente o CNPJ é da Prefeitura, o Presidente esclareceu que com ele não foi estabelecido nenhum contato verbal como cita o ofício e perguntou ao Vereador Tadeu Tavares de Matos se na época que foi Presidente foi feito tal contato. Em resposta o Vereador Tadeu disse que na época o Prefeito falou sobre a vontade de passar tal obrigação para Câmara, visto que quem paga a conta do prédio da Câmara é a Prefeitura. A Secretária deu continuidade. Convite da II Conferência Municipal de Assistência Social e I Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a se realizar no dia vinte e oito de junho. Comunicado da Escola Municipal Pedro Paz, comunicando sobre a oportunidade de conclusão da 4ª Série do Ensino Fundamental, no curso da Educação de Jovens e Adultos, o Presidente comentou sobre a importância do referido curso. Prosseguindo pediu a Secretária que procedesse a leitura dos ofícios e os respectivos projetos de lei do Executivo (PLE) a serem publicados. Ofício nº229/2007 do Gabinete do Prefeito, encaminhando PLE nº25/2007 que "Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências", no valor de trinta e um mil e quinhentos reais. Ofício nº231/2007 do Gabinete do Prefeito, encaminhando PLE nº26/2007 que "Reconhece de Utilidade Pública Municipal a Associação de Produtores Rurais de Andorinhas e São José dos Lopes, com sede no Sítio Varginha, s/nº, Andorinhas, nesta cidade de Lima Duarte/MG, inscrita no CNPJ sob o nº07.483.758/0001-28 - inscrição desde 15 de maio de 2005". Ofício nº234/2007 do Gabinete do Prefeito, encaminhado PLE nº28/2007 que "Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências", no valor de quarenta e oito mil reais. Prosseguindo foram colocados em votação os requerimentos, indicação e moção de repúdio. Indicação nº39/2007 do Vereador Cláudio Pereira Neto indicando ao Secretário Municipal de Obras que determine ao setor competente instalar placas indicando a existência de quebra molas ou lombada no calçamento que está sendo feito no bairro Batatal, o Vereador Tadeu disse que não é contra, mas disse que o local ainda está em obra e o motorista deve passar com cuidado e que a Prefeitura irá sinalizar o local, dizendo que o ônibus também já voltou a circular. O Vereador Cláudio disse que mesmo em caráter provisório os quebra molas devem ser sinalizados. O Presidente disse que concorda com o Vereador Tadeu, mas pediu que seja sinalizado o local o mais rápido possível. O Vereador José Evilásio Oliveira Fonseca disse que pessoas estão reclamando do local onde foi feita a obra, pois os quebra molas não estão sinalizados, pedindo a sinalização dos mesmos. O

Presidente publicou o resultado da votação da indicação sendo aprovada por unanimidade. Prosseguindo deu continuidade com a votação da Moção de Repúdio nº01/2007 dos Vereadores Antônio, Cláudio, José Evilásio e Maria Auxiliadora com relação ao anúncio e fechamento de escolas municipais rurais. O Vereador Antônio agradeceu os Vereadores que assinaram a referida moção de repúdio e manifestou mais uma vez o seu protesto e espera que com a moção de repúdio o Prefeito se sensibilize, citando que crianças na idade de quatro anos passariam a viajar em estradas precárias, e não concorda com a maneira e autoritarismo do fechamento principalmente das escolas da Várzea do Brumado e Perobas, disse que irá até as últimas conseqüências e irá até a Promotora para que ela visite a comunidade e veja as condições da estrada e decida se existe condições para crianças de quatro anos viajarem. O Vereador Hélio Dias Gomes se manifestou dizendo a mensagem do Prefeito com relação ao assunto do fechamento da escola da Várzea do Brumado. Disse que o Prefeito vem realizando uma reforma na escola de São Domingos com a intenção de agregar melhores condições de ensino para os professores e melhores condições de aprendizagem para os alunos. Comentou sobre uma lei Estadual que impede que aja sala de aula com menos de vinte alunos, criticando a forma de ensino das salas multi seriadas. A idéia de levar as crianças para São Domingos é para que as elas saíssem mais tarde e retornassem mais cedo para suas residências. Disse que a moção contem alguns tópicos duvidosos e gostaria de lê-la mais atentamente, dizendo que talvez não aja o êxodo rural e sim o efeito contrário quando eles verem que os filhos estão freqüentando uma boa escola. Ressaltou a importância na qualidade do ensino com a mudança que o Prefeito está querendo fazer, dizendo que as crianças receberam um meio social mais amplo, com profissionais com melhores condições, mencionando a importância do estudo na vida do cidadão. Citou como exemplo se uma pessoa que mora em São Domingos quiser fazer pedagogia terá que vir para Lima Duarte, disse que tem três filhos estudando em Juiz de Fora e nem por isso ele irá mudar para Juiz de Fora, pois lá tem a faculdade que eles precisam. Comentou também sobre quando sua esposa teve que fazer seu curso de pedagogia em Juiz de Fora, ia e voltava todos os dias e seus filhos eram pequenos. Disse que pela busca da qualidade de ensino terá que se fazer sacrifício pensando no futuro. Relatou que a moção se perdeu no tratado sociológico rural, discorda plenamente e tem certeza que profissionais da área discordam do que está no papel, votando contra a moção. A Secretária perguntou quantos quilômetros as crianças percorrerão. Em resposta o Vereador José Evilásio disse que nem o Prefeito nem a Secretária de Educação foram conversar com a comunidade, mencionando a revolta da

população da Várzea do Brumado, mencionando que ele e o Vereador Antônio participaram da reunião a convite da comunidade. O atalho citado ainda será arrumado, passando pelo Palmital mencionando a preocupação dos pais, frisando que são crianças viajando. Acha que o Prefeito deva voltar atrás e que os Vereadores lutem para que a escola não feche. Relatou que no período de chuva o transporte escolar ficará comprometido, achando um descaso grande e alegando que todos os projetos enviados foram aprovados. Disse que os pais estão revoltados e não mandarão seus filhos para São Domingos mesmo com a polícia indo até o local, alegaram ainda que o Prefeito e a Secretária estiveram na comunidade e disseram que não iriam fechar a escola e ainda tentariam voltar a terceira e quarta série. Frisou a qualidade dos professores, destacou também sobre a boa administração que vem sendo feita com várias obras, mas que a parte de educação está ficando a desejar e que passando por Rosa Gomes seria setenta quilômetros e pelo atalho seria aproximadamente trinta quilômetros. A Vereadora Maria Auxiliadora disse que o Prefeito deve preocupar-se com a segurança das crianças, mencionando que o pessoal da Zona Rural deve sofrer ainda mais e acha que a escola não deveria fechar, relatando ser uma questão política. Mencionou que certa vez conversando com o Prefeito ele disse que não fecharia a escola sem antes se reunir com os pais, frisando que isto não aconteceu, alegando ser um ato anti-democrático. O Presidente publicou o resultado da votação da moção de repúdio nº01/2007 sendo aprovado por sete votos a favor e um contra. Comentado sobre a moção disse que é contra a palavra do Vereador Hélio quando diz que no entendimento do Prefeito ele acha que deveria fechar, dizendo que o Prefeito não tem que ter entendimento nenhum e deve fazer uma consulta aos Vereadores e a população, alegando que deixa de ser uma democracia e passa a ser uma ditadura pesada e que a opinião da Câmara não está prestando para nada. Mencionou que acha uma roubada o Prefeito colocar crianças de quatro a oito anos em um ônibus que já está superlotado. Sobre a qualidade do ensino disse que não importa se é a escola de São Domingos ou Várzea do Brumado, tudo depende do professor. Com sua experiência de professor disse que está dando aula no segundo grau da Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque para alunos que vêem de São José dos Lopes e que são tão bons quanto os de Lima Duarte. Parabenizando o ensino da Zona Rural, mas não justificando o fechamento da escola da Várzea do Brumado. Disse que a Câmara tem votado todos os projetos para ajudar o Prefeito e espera que ele escute os Vereadores. Frisou que o Prefeito não foi na Várzea dizer que a escola seria fechada, mandou um representante achando tal atitude um absurdo, destacou que não assinou a moção, pois não concordou com alguns temas. Sobre a lei estadual citada pelo Vereador Hélio disse que a lei

vale para as escolas estaduais e a realidade de cada localidade é diferente e que ele deixe funcionar até a segunda série pelo menos na Várzea. Destacou ser contra o fechamento de qualquer escola. O Vereador Antônio disse que a moção não é só contra o fechamento da escola da Várzea, citando também o fechamento da escola de Perobas, dizendo ser o maior absurdo da atual administração, sendo fechada arbitrariamente além de ser uma escola tradicional que tinha mais de cento e trinta alunos. Em seguida foi colocado em votação os requerimentos: Requerimento nº15/2007 do Vereador Jacintho requerendo ao Prefeito Municipal que esclareça o que foi feito com o terreno adquirido para construção da Micro Usina de Reciclagem de Lixo em Conceição de Ibitipoca. Requerimento nº16/2007 da Vereadora Maria Auxiliadora, requerendo ao Presidente da Câmara dispensa de interstício para os PLE: PLE nº13/2007 Dispõe sobre denominação de bem público municipal, no que menciona - PLE nº18/2007 Dispõe sobre a concessão de contribuição à entidade que menciona no valor de oito mil reais - PLE nº19/2007 Dispõe sobre a concessão de adicional insalubridade e periculosidade e dá outras providências - PLE nº20/2007 Autoriza a alienação de bens móveis da Administração Pública Direta, considerados inservíveis - PLE nº21/2007 Abre crédito suplementar no orçamento vigente e dá outras providências no valor de sessenta mil reais - PLE nº22/2007 Abre crédito suplementar no orçamento vigente e dá outras providências, no valor de oitocentos mil reais - PLE nº23/2007 Abre crédito suplementar no orçamento vigente e dá outras providências, no valor de cento e vinte e cinco mil reais - PLE nº24/2007 Abre crédito suplementar no orçamento vigente e dá outras providências, no valor de sessenta mil reais. O Presidente publicou o resultado da votação do requerimento sendo ambos aprovados por unanimidade. Prosseguindo deu início a votação dos PLE. PLE nº13/2007 Dispõe sobre denominação de bem público municipal, no que menciona, sendo lido o histórico, com relato das comissões favorável a sua aprovação na íntegra, aprovado em plenário em única votação por unanimidade. PLE nº18/2007 Dispõe sobre a concessão de contribuição à entidade que menciona no valor de oito mil reais, com relato das comissões favorável a sua aprovação na íntegra, aprovado em plenário em única votação por unanimidade. PLE nº19/2007 Dispõe sobre a concessão de adicional insalubridade e periculosidade e dá outras providências, com relato das comissões favorável a sua aprovação com emenda modificativa no artigo onze e incluindo o parágrafo único, aprovado em plenário em única votação por unanimidade. PLE nº20/2007 Autoriza a alienação de bens móveis da Administração Pública Direta, considerados inservíveis, com relato das comissões favorável a sua aprovação na íntegra, aprovado em plenário em única votação por unanimidade. PLE nº 21/2007 Abre

crédito suplementar no orçamento vigente e dá outras providências no valor de sessenta mil reais, com relato das comissões favorável a sua aprovação com emenda modificativa no artigo terceiro, aprovado em plenário em única votação por unanimidade. PLE nº22/2007 Abre crédito suplementar no orçamento vigente e dá outras providências, no valor de oitocentos mil reais, com relato das comissões favorável a sua aprovação com emenda modificativa no artigo terceiro, aprovado em plenário em única votação por unanimidade. Sobre o PLE nº22/2007 o Vereador Antônio perguntou ao Líder se tal valor é proveniente de convênio ou excesso de arrecadação, o Líder em resposta disse que iria se informar, pois no momento não teria a resposta. Sobre a pergunta do Vereador Antônio o Presidente disse que tal valor é proveniente de convênio para colocação de hidrômetros na cidade. O Vereador Hélio disse que na quarta feira terá uma reunião no DEMAE com uma pauta bastante longa e que na próxima reunião terá mais informações sobre o assunto destacando que gosta de passar uma informação completa e correta. Prosseguindo deu continuidade a votação. PLE nº23/2007 Abre crédito suplementar no orçamento vigente e dá outras providências, no valor de cento e vinte e cinco mil reais, com relato das comissões favorável a sua aprovação com emenda modificativa no artigo terceiro, aprovado em plenário em única votação por unanimidade. PLE nº24/2007 Abre crédito suplementar no orçamento vigente e dá outras providências, no valor de sessenta mil reais, com relato das comissões favorável a sua aprovação com emenda modificativa no artigo terceiro, aprovado em plenário em única votação por unanimidade. Em seguida o Presidente declarou a palavra livre. Antes de fazer uso da palavra livre o Vereador Antônio disse que existe nesta Casa um projeto da formação do Conselho do FUNDEB, esclarecendo que foi aprovado por esta Casa com emenda de sua autoria, e que o Prefeito sancionou o referido projeto vetando uma alínea que foi incluída pela Câmara, disse que o ato foi inconstitucional e lembrou que a Câmara tem trinta dias para apreciar o veto e que a partir de tal reunião a Câmara estará entrando em recesso, dizendo que o Prefeito não poderia sancionar vetando uma alínea sem que o veto antes fosse votado pela Câmara, pedindo ao Presidente que consulte o setor jurídico. Fazendo uso da palavra o Vereador Antônio comentou sobre um requerimento que fez na última reunião, perguntando quem seria o Secretário de Agricultura do Município, esclarecendo que tal Secretaria foi criada na administração passada a pedido do atual Prefeito. Na época acharam que seria uma Secretaria de grande importância para o Município, dizendo que o administrador público não tem que parecer e sim ser honesto, e que infelizmente a Secretaria está servindo para cabide de emprego, pois o Prefeito respondeu em tal requerimento que a Secretaria não tinha

Secretário, e quem estaria respondendo pela Secretaria no cargo de Chefe de Divisão seria João Vicente de Paula. Disse que sua indicação foi feita no dia quatro de junho, no dia trinta e um do mês de maio o Dr. Alcides Freitas de Oliveira foi exonerado do cargo de Secretário Municipal de Agricultura, relatando ser um caso muito grave que aconteceu e que a população de Lima Duarte tem que tomar conhecimento. Falou sobre os dois Secretários que passaram pela referida Secretaria e foram demitidos. Ressaltou que mais um Secretário que não cumpria as funções foi demitido. Quando se fala que é uma administração séria, honesta e transparente tem dúvidas quando se depara com um fato destes deixando para avaliação dos Vereadores e do povo de Lima Duarte. Com relação ao fechamento das escolas disse que não vê como o Prefeito pode colocar crianças de quatro e cinco anos no meio de crianças de oito até doze anos, relatando ser um problema político ou picuinha que ele tem com a comunidade. Comentou sobre algumas respostas dadas pela Secretária de Educação fazendo pouco caso da inteligência dos Vereadores citando um trecho do oficio enviado pela mesma em resposta ao fechamento da escola da Várzea do Brumado e a transferência da terceira e quarta series de São José dos Lopes para Lima Duarte que cita o artigo segundo da Resolução nº716 (setecentos e dezesseis) de onze de novembro de dois mil e cinco da Secretaria de Estado da Educação, disse que tal resolução não tem nada a haver com o fechamento de escolas, procedeu a leitura da referida resolução na íntegra que trata sobre o quadro de pessoal do magistério público estadual. Manifestando seu protesto para quando a Secretária responder tal indicação que ela respondesse baseada em uma lei. Lamentou profundamente quando o Prefeito diz que está fazendo uma administração modelo com boas estradas, disse que esteve ontem em Souza do Rio Grande juntamente com o Vereador Jacintho e seu amigo e colega do PMDB Afonso Celso, dizendo que o Prefeito também passou pela referida estrada lamentando o que está acontecendo com a referida estrada, principalmente a que passa pelo Souza, frisando que a que passa por dentro de São Domingos está um pouco melhor, dizendo que o Prefeito deveria pelo menos ter passado a patrol na estrada visto que haveria festa. Salientou sobre a gravidade do caso do Secretário de Agricultura deixando para algum dos Vereadores tomarem a atitude. Com a palavra o Vereador Hélio pediu que o Vereador Antônio faça uma revisão quando falar a palavra honestidade, dizendo que é um brilho que existe na administração do Prefeito Geraldo Gomes de Souza e ter a segurança da coisa pública ser bem encaminhada. Disse que acha que Lima Duarte não tem o melhor Prefeito do Brasil, mas acha que se tem uma pessoa de confiança e com o senso político diferente da política e está procurando acertar como todo administrador. Disse que a coisa pública no

Brasil está rolando em uma coisa muito desonesta, citando exemplos, e pediu que quando for usar o termo falta de honestidade que diga onde está ocorrendo. Disse que o Vereador sempre vai falar mal e aproveitar dos fatos políticos e possíveis erros que possam surgir na administração do Sr. Geraldo Gomes de Souza, disse que acredita no voto que lhe deu a três anos atrás e que ele está fazendo um trabalho louvável que merece respeito. O Vereador Antônio disse que não falou que o Prefeito é desonesto e sim que o administrador público não tem que parecer ser honesto, ele tem que ser honesto. Pediu explicações sobre porque o Dr. Alcides Freitas de Oliveira que era procurador da municipalidade passou a ser Secretário de Agricultura e no dia trinta e um de maio foi exonerado, sendo que a indicação foi feita seis dias posteriores. O Vereador Hélio disse que no seu entendimento o grande Secretário da Prefeitura é o próprio Prefeito e a ele cabe decidir e formar sua equipe de acordo com suas conveniências e forma de trabalhar. O Vereador Antônio disse que não acha justo um profissional competente como o Sr. João conhecido como João Tiofinho receba quinhentos e noventa reais e esteja fazendo um trabalho brilhante na Secretária enquanto um advogado que talvez nem no local tenha vindo receba mil e setecentos reais. O Vereador Jacintho fazendo uso da palavra parabenizou a Associação do Poço da Pedra pelo beneficio que recebeu através do Legislativo sugerindo que procurem aplicar o dinheiro bem aplicado e aconselhou que se faça uma tomada de preços em todas as casas de material de construção de Lima Duarte para transparência da entidade, e que todo ano a entidade deve prestar contas da Associação, relatando ser de suma importância, relatando que existem muitas entidades no Município com título de utilidade pública que nunca lembraram que têm a obrigação de prestar contas. Esclareceu que quando uma entidade recebe o título de entidade pública municipal, tudo dela se torna público, pois está movimentando o dinheiro do povo. Disse que as entidades que não estão prestando contas que passem a prestar, pois a Câmara pode cassar o título e deu algumas orientações sobre as entidades que possuem a utilidade pública Municipal, Estadual ou Federal. Falou sobre sua ida no Souza e parabenizou a Diretoria do Conselho que organizou a festa, mencionado ser uma festa muito bem organizada. Pediu ao Sérgio Adriany de Paula, Secretário de Obras que arrume a estrada que passa por Rezende Costa, frisando que irá conversar com o mesmo pessoalmente, dizendo que no morro de São Domingos possui trechos bastante ruins também. Parabenizou o trabalho da Câmara no encerramento de mais um semestre, frisando que o mês que vem é recesso, frisou que em momento algum o Legislativo deixou o Executivo na mão sendo aprovados todos os projetos que vieram para esta Casa. Fez uma advertência e um pedido especial para que para de vir para

esta Casa projetos de lei para serem publicados e votados no mesmo dia, esclarecendo que isto não pode acontecer, pois toda responsabilidade do projeto é da Câmara Municipal, pois o projeto de lei deve ser estudado para o presente e para o futuro. Sobre o projeto de lei da insalubridade disse que é um bom projeto que teve seu final consertado pela comissão e espera que seja analisado o que é insalubridade e o que é periculosidade, destacando que no Município existem profissionais que estão cobertos pelas duas coisas, citando como exemplo o caso de um motorista de ambulância, mencionando que a avaliação deve ser criteriosa com honestidade e transparência, citando como exemplo casos de médico, enfermeiros e pessoas que trabalham na limpeza de córregos e rede de esgoto. Comentou sobre os varredores de rua que trabalham o dia todo com poeira. Disse que o Prefeito deve dar condições adequadas de trabalho para os funcionários como máscara, uniforme adequado para evitar doenças, para dignificar e valorizar os funcionários municipais. Fazendo uso da palavra a Secretária disse que terminando o semestre vê que a missão foi cumprida aprovando tudo que o Prefeito mandou, destacando que alguns Vereadores foram contra a algumas decisões que ele tomou. Disse que se o Prefeito ouvisse mais a opinião dos Vereadores seria mais beneficiado, alegando que o que os Vereadores pedem é o povo que solicita. Reconheceu e parabenizou as coisas que o Prefeito tem feito, citando a inauguração do calçamento no bairro Poço da Pedra, pela obra de calçamento no bairro Batatal e inicio da construção do Posto de Saúde e pela construção de uma quadra no mesmo bairro. Desejou a todos um feliz recesso e que em agosto os Vereadores voltem firmes. O Vereador Tadeu com a palavra falou sobre a questão de emancipação de Ibitipoca, alegando que nenhum Vereador foi contra a emancipação, e reconheceu que é preciso que os Vereadores conversem com a população a pedido do Sr. Ricardo do IBGE para que as pessoas dêem a informação correta com relação ao Censo, mencionando a Lei Federal. Sobre a questão da sinalização dos quebra molas no Batatal disse que não é contra a indicação, disse que foi pedido que esperasse a obra terminar para colocar a sinalização toda de uma vez, mas que se quiserem colocar nos já instalados que sinalizem. Frisou que lutou junto ao ex-Deputado Federal Paulo Delgado para que conseguisse a verba para calçar o Batatal. Frisou que o motorista deve procurar andar em baixa velocidade nos locais aonde está indicando a existência de obra, destacou que não teve a intenção de menosprezar a atitude do Vereador Cláudio autor da indicação. Sobre a Moção de Repúdio disse que não assinaria e que também não seria contra, e também não concordou com o que estava escrito e acha que não deve se levar para o lado pessoal, sugerindo que antes todos conversassem se deveria ser feita uma moção ou todos irem até o Prefeito para tentar conseguir

alguma coisa, destacando que papel aceita tudo e coloca palavras que a pessoa pode ficar ofendida. Disse que o certo seria se os Vereadores que participaram da reunião que após a mesma conversasse com os demais Vereadores para tentar resolver as coisas e se depois de tudo o Prefeito não ouvisse os Vereadores tomasse outras atitudes. Disse que o Prefeito tem feito bastante coisas para o Município e que os Vereadores têm aprovado os projetos. Mencionou o empenho do Prefeito em estar sempre correndo atrás para resolver as coisas. Sobre a questão da estrada do Souza disse que esteve no local com o Prefeito e o Sr. Manoel Gomes e foi cedido material para fazer uma barragem para aumentar a água que serve a comunidade, mesmo sendo feita a barragem e vendo que não daria conta o Prefeito mandou o trator com equipamento para fazer o abastecimento e regar as ruas para não dar poeira dentro da comunidade. Disse que muitos moradores pediram para que a estrada fosse arrumada, em resposta o Prefeito disse que não mandaria a máquina só para passar por cima e está aguardando que ela vá até o local para fazer um serviço definitivo, reconheceu que a estrada está ruim, mas frisou que ela tem condições de transitar. Fazendo uso da palavra o Vereador José Evilásio disse que parece coincidência falando sobre o caso dos quebra molas, esclarecendo que uma senhora de Rosa Gomes lhe procurou dizendo que procurou um policial para colocar dois quebra molas na comunidade, pois os pedestres estão correndo risco, o policial disse que deveria procurar o setor de obras da Prefeitura para fazer os quebra molas, mas disse que o mesmo deveria ser sinalizado, de acordo com o código de trânsito brasileiro. Frisando não ser contra a obra no bairro Batatal dizendo que foi procurado por três motoristas pedindo para que seja sinalizado os quebra molas, alegando que devem ser sinalizados. Pediu ao Sérgio, Secretário de Obras que sinalizasse uma ponte no início do Grotão, relatando que foi uma ponte que caiu e outra que foi construída em substituição a antiga, alertando sobre os riscos de acidente. Com a palavra o Vereador Cláudio perguntou para os Vereadores que tivessem conhecimento sobre os carros que eram apreendidos pela polícia e estão encostados na rua Sete, pediu que seja tomada uma providência o mais rápido possível mencionando sobre os riscos. O Vereador Tadeu disse que procurou saber, pois verificou no dia em que os carros estavam sendo retirados de dentro do terreno da proprietária, dizendo que ela pagou um trator, acha que foi sem autorização do Prefeito, Juíza ou Delegado, ela alegou que já havia pedido, pois havia vendido o terreno e precisava desocupar, mas que a justiça é muito morosa. Disse que o Prefeito tomou conhecimento da situação no sábado e que tomará as providências, pois está correndo risco. O Vereador José Evilásio comentou sobre os carros abandonados em vários pontos da cidade e pediu que fosse tomadas as providências. O Presidente

complementou sobre o projeto da insalubridade, disse que está cobrando o mesmo desde o ano passado, e toda vez que cobrava o Secretário dizia que todo mês ia sair, relatou que não seria necessário mandar o projeto, pois a Lei é Federal e espera que todos os funcionários que tem direito recebam a insalubridade. Outra coisa que vem cobrando desde o final do ano passado, e "está virando novela" é a individualização do fundo de garantia por tempo de serviço dos funcionários da Prefeitura e até hoje isso não foi feito, alegando que já foi aprovada uma verba para que a individualização fosse feita, disse que vai na Prefeitura e o funcionário pede para que o funcionário procure a CAIXA dizendo que já está pronto, chegando lá não tem nada pronto, pedindo que tal situação seja olhada com carinho e agisse com maior responsabilidade. Pediu mais uma vez para que o Prefeito mande o Plano de Cargos e Salários para que os funcionários tenham um salário digno, mencionando que o salário que o funcionário público de Lima Duarte recebe hoje é desanimador. Comentou sobre um convite enviado pelo Instituto Cidade para prestigiar o Primeiro Encontro Regional do Programa Segundo Tempo que será realizado no dia primeiro de julho no Instituto Metodista Granbery. Sobre o programa o Presidente disse que envolve as comunidades de Orvalho, Vila São Geraldo, Manejo e Batatal com crianças de dez a dezessete anos, destacando que está trazendo bons frutos e tirando a criançada da ociosidade envolvendo várias atividades. Para que a equipe de Lima Duarte participe do evento pediu ao Prefeito que forneça um ônibus para leva-los em Juiz de Fora, dizendo que irá fazer o pedido pessoalmente ao Prefeito. Comunicou que a partir de tal data a Câmara entra em recesso, voltando os trabalhos em agosto, caso seja necessário fazer alguma reunião extraordinária os Vereadores receberam convocação. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente agradeceu a todos os presentes e encerrou a reunião desejando a todos uma boa noite. Para constar, determinou que essa ata fosse confeccionada, que depois de lida, se aprovada, deverá ser assinada.

Jacintho Alvarenga de Paula

José Elvilásio de Oliveira Fonseca. Claudio Pereira Neto, Gerardo Fonseca Neto, Antonio Alves de Paula, Joaquim Gomes dos Santos

Aos três dias do mês de setembro do ano de dois mil e sete, reuniu-se este Legislativo na Sala de Sessões da Câmara Municipal, às dezoito horas, para a realização da Primeira Reunião Ordinária do Nono Período da Terceira Sessão Legislativa. Com as palavras de praxe, o Presidente Vereador Geraldo Fonseca Neto, percebendo haver número regimental, declarou abertos os trabalhos, determinando a Secretária Vereadora Maria Auxiliadora Sousa Carvalho que fizesse a chamada onde observou-se a ausência do Vereador Walter de Paula Neves. Em seguida o Presidente colocou em discussão e votação a ata da reunião ordinária do dia vinte de agosto, como não houve nenhum manifesto declaro-a aprovada por unanimidade. Prosseguindo o Presidente solicitou a Secretária que procedesse a leitura do pequeno expediente e correspondências recebidas. Ofício nº317/2007 do Gabinete do Prefeito respondendo as indicações nº40, 41, 42, 43 e 44/2007 ambas de autoria do Vereador Antônio Alves de Paula e nº45/2007 de autoria do Vereador Jacintho Almeida de Paula. Ofício nº46/07 enviado pelo 1º Sargento da Polícia Militar Florestal, Nelcy Geraldo dos Santos em resposta ao ofício nº063/2007/SC, solicitando providências com relação a extração de areia fora do leito do rio. O Presidente resumiu a resposta dada pela Polícia Florestal informando que o Executivo é que deve tomar as providências, frisando que pela documentação apresentada o Sr. Sandro Oliveira Fernandes está extraindo a areia totalmente ilegal, esclareceu que já foi enviado ofício para o Prefeito e sugeriu que fosse enviado outro pedindo para que a Lei seja cumprida. O Vereador Tadeu Tavares de Matos informou que a Polícia encontrou algumas irregularidades e portanto já devem tomar alguma providência, pois o Sr. Sandro está infringindo Leis Estaduais e Federais, e disse estar de acordo para que seja enviado um ofício para o Prefeito solicitando que providências sejam tomadas. Comentou sobre a visita que fez juntamente com o Presidente, destacando que foi extraída muita areia e que o Sr. Sandro não cumpre o dito no projeto sobre a lagoa siliar que deve ter a entrada e saída de água, disse que em dois locais onde já acabou de extrair areia ele não concluiu dando várias desculpas. Disse que o mesmo está degradando o meio ambiente, e está prejudicando os canoeiros que estão legalizados junto ao Município e ao Estado. O Vereador Jacintho disse que o ofício deve ser enviado para a Secretaria de Turismo, Cultura e Meio Ambiente e CODEMA, pois são os órgãos responsáveis pelo meio ambiente no Município. O Vereador Tadeu disse que quando foi a primeira vez na extração de areia do Sr. Sandro foi com o Prefeito e o Secretário de Meio Ambiente que estão cientes da situação. O Vereador Antônio disse que foi procurado por uma pessoa que extrai areia no leito do rio conforme prevê a Lei Municipal e disse que os Vereadores não estão fazendo nada, o

Vereador Antônio frisou que os Vereadores estão tentando resolver a situação. E que na sua opinião o Executivo é que deve agir e fazer cumprir a Lei que não pode ser extraída areia fora do leito do rio. Dando continuidade a Secretária procedeu a leitura dos Projetos de Lei do Executivo (PLE) e Legislativo (PLL) a serem publicados. Ofício nº310/2007 do Gabinete do Prefeito, encaminhando PLE nº32/2007 que "Dispõe sobre recurso destinado a título de contribuição à Associação dos Produtores Rurais de Andorinhas e São José dos Lopes - APRAL e autoriza a abertura de crédito especial", o Vereador Antônio disse que estão sendo votadas as contribuições achando justo, mas que infelizmente as Associações não estão prestando contas, e que as mesmas devem prestar contas tanto para o Executivo como para o Legislativo. A Secretária deu continuidade. Ofício nº311/2007 do Gabinete do Prefeito, encaminhando PLE nº33/2007 que "Dispõe sobre denominação de bem público municipal, no que menciona". Ofício nº319/2007 do Gabinete do Prefeito, encaminhando PLE nº36/2007 que "Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências", no valor de vinte mil reais. Ofício nº320/2007 do Gabinete do Prefeito, encaminhando PLE nº37/2007 que "Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências", no valor de um milhão, cinqüenta e um mil e quinhentos reais e PLE nº38/2007 que "Dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências", no valor de trezentos e noventa e nove mil reais. PLL nº04/2007 de autoria do Vereador Jacintho que "Institui o Dia Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Lima Duarte - Minas Gerais, e dá outras providências". PLL nº05/2007 de autoria do Vereador Jacintho que "Dá-se nome de Vereadora Luciana Campos da Cunha a rua situada próximo ao Centro Esportivo Lincoln Moreira Duque e dá outras providências". Prosseguindo o Presidente solicitou a Secretária que procedesse a leitura das indicações e requerimentos a serem votados: Indicação nº48/2007 do Vereador Jacintho, indicando ao Prefeito Municipal que determine ao setor competente calçar a rua que inicia na rua Afrânio de Paula até a rua Souza Paula; Indicação nº49/2007 do Vereador Antônio, indicando ao Prefeito Municipal que determine ao setor competente construir uma ponte na rua Carlos José de Almeida no bairro Nossa Senhora de Fátima; Indicação nº50/2007 do Vereador Antônio, indicando ao Prefeito Municipal que determine ao setor competente jogar água pelo menos uma vez por dia na rua Clemente Armando Moreira em seu final, na rua Rosaura Moreira Tavares onde não foi calçado e Avenida Centenário, o Presidente pediu ao Secretário de Obras conforme solicitado pela diretora do PIAGET que fosse jogado água em frente a escola na rua Carlos Moreira devido a poeira. O Vereador Antônio procedeu a leitura de um abaixo assinado dos moradores

do bairro Santo Antônio solicitando a instalação de três ou quatro postes com iluminação no final da rua Clemente Armando Moreira, destacou a grande quantidade de poeira que prejudica a saúde dos moradores. O Vereador José Evilásio Oliveira Fonseca comentou que moradores do bairro Santo Antônio denunciaram o Sr. Gilmar que extrai cascalho na região e ele a dois dias não extrai cascalho, mencionando que o mesmo possui autorização e está legalizado, mas para não criar confusão decidiu parar até que chova. A Secretária deu continuidade. Requerimento nº19/2007 do Vereador Jacintho, requerendo ao Prefeito Municipal que providencie junto a OI para que seja instalado um telefone público próximo a capela mortuária; Requerimento nº20/2007 do Vereador Antônio, requerendo ao Prefeito Municipal que informe a esta Casa o montante arrecadado com o leilão dos bens considerados inservíveis e caso aprovado o dinheiro arrecadado seja investido no calçamento da rua Clemente Armando Moreira no bairro Santo Antônio; Requerimento nº21/2007 do Vereador Jacintho, requerendo ao Prefeito Municipal informações sobre a progressão salarial dos funcionários efetivos e se os mesmos irão receber, o Presidente pediu autorização ao Vereador Jacintho para incluir no requerimento sobre o plano de cargos e salários e que todos os Vereadores que quiserem que assinem. A Secretaria deu continuidade. Requerimento nº22/2007 do Vereador Antônio, requerendo ao Prefeito Municipal que informe sobre a quantidade, nome, salário dos funcionários (efetivos, contratados e comissionados) do Executivo por Secretaria, bem como o critério de contratação e outras informações; Requerimento nº23/2007 do Vereador Hélio Dias, requerendo ao Presidente da Câmara dispensa de interstício para votação dos PLE e PLL: PLE nº27/2007 que "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2008 e dá outras providências"; PLE nº31/2007 que "Dispõe sobre abertura de crédito suplementar e dá outras providências", no valor de oito mil e cem reais; PLE nº36/2007 que "Dispõe sobre abertura de crédito suplementar e dá outras providências", no valor de vinte mil reais; PLL nº03/2007 que "Concede Título de Cidadão Honorário Limaduartino a Orlando Adão de Carvalho". O Presidente publicou o resultado da votação das indicações e requerimentos, sendo ambos aprovados por unanimidade. Prosseguindo colocou em votação os PLE e PLL. PLE nº27/2007 Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2008 e dá outras providências, com relato das comissões favorável a sua aprovação com emenda modificativa no artigo quinze parágrafo segundo, aprovado em plenário em única votação por unanimidade. PLE nº31/2007 que Dispõe sobre abertura de crédito suplementar e dá outras providências, no valor de oito mil e cem reais, com relato das comissões favorável a sua aprovação na

íntegra, aprovado em plenário em única votação por unanimidade. PLE nº36/2007 que Dispõe sobre abertura de crédito suplementar e dá outras providências, no valor de vinte mil reais, com relato das comissões favorável a sua aprovação na íntegra, aprovado em plenário em única votação por unanimidade. Sobre o referido projeto o Presidente esclareceu que o projeto foi publicado e votado hoje e que o regimento não permite isto, mas que tal dinheiro é para pagar o salário dos funcionários da Santa Casa e desta vez aceitou em respeito aos funcionários da Santa Casa para que possam receber esta semana e deixou claro as demais Secretarias que não publicará e votará um projeto na mesma sessão, disse que quando o Prefeito precisar ele tem dez por cento do orçamento para ele remanejar no orçamento sem autorização Legislativa. O Vereador Antônio disse que é o último projeto que ele vota, que é publicado e votado no mesmo dia, pois contraria o regimento interno e que ele não está usando os dez por cento para remanejar no orçamento e só está enviando a abertura de crédito especial ou suplementar. Pediu ao Líder do Prefeito, Vereador Hélio um melhor planejamento para que os funcionários não ficassem sem receber. O Vereador Hélio disse que o projeto não foi enviado anteriormente, pois o Secretário de Saúde achou que a Câmara teria uma reunião na semana passada e que não foi um erro de planejamento, agradeceu a atenção dos Vereadores, mas destacou ser desnecessários os comentários do Presidente e Vereador Antônio, e só fez isso por ser uma causa real e justa e acredita que isso não ocorrerá mais. Relatou sobre a ajuda que a Prefeitura através do Prefeito Geraldo Gomes de Souza tem dado a Santa Casa, bem como o PROHOSP que tem ajudado muito, pediu o apoio da população, e disse que seja qual for o próximo Prefeito terá que se envolver com a Santa Casa. O Vereador Antônio disse que todos Secretários deveriam conhecer o regimento interno da Câmara, achando um pouco caso com a Casa, destacando não ser o primeiro projeto e que não votará mais desta maneira, publicar e votar no mesmo dia. O Vereador Tadeu disse que a partir do momento em que for feito um requerimento e o plenário aprovar ele é soberano, não tem porque ficar discutindo, ainda mais por se tratar da Santa Casa, e que deve se empenhar para ajuda-la. O Vereador Antônio perguntou ao Líder se o valor determinado no orçamento já foi repassado para Santa Casa. O Vereador Hélio disse que a lei não está sendo infringida, visto que o plenário deliberou e o mesmo é soberano, sobre os repasses estão sendo feitos rigorosamente e a Santa Casa já passou a prestação de contas para o Executivo, e que a Santa Casa é bem fiscalizada, e que a mesma é dependente da Prefeitura, PROHOSP e da população para sobreviver, e que este ano foram repassados num total de cento e vinte mil reais. Comentou sobre a boa avaliação do Hospital em relação ao PROHOSP, que ficou entre

os cento e oitenta e estão funcionando como hospital micro regional e que dentro de dois anos será um excelente hospital micro regional. Prosseguindo foi colocado em votação o PLL nº03/2007 que Concede Título de Cidadão Honorário Limaduartino a Orlando Adão de Carvalho, com relato das comissões favorável a sua aprovação na íntegra, aprovado em plenário por unanimidade. Em seguida o Presidente declarou a palavra livre. Fazendo uso da palavra o Vereador Jacintho comentou sobre a instalação de redutores de velocidade, dizendo que os abusos são constantes não tendo respeito pela vida humana, pedindo ao Prefeito e Secretário de Obras que tome as providências urgente para prevenir acidentes. Comentou sobre a Lei Municipal que proíbe o trânsito de bicicletas nos passeios e que são adultos que estão descumprindo a Lei, pedindo que as Leis sejam respeitadas. Falou sobre o fato do Governo Federal ter liberado dois milhões para a crise da saúde no nordeste e depois ter voltado atrás, relatando ser lamentável. Sobre a Santa Casa disse que ela é do povo, pedindo uma colaboração maior, mencionado que com o trabalho feito a entidade possui credibilidade, disse que o PROHOSP manda verbas carimbadas ou específicas, e que sessenta por cento é para melhoria do espaço físico do hospital e quarenta por cento é para reciclagem dos funcionários, compras de medicamentos e outros, pedindo que se deixe a politicagem de lado. Falou sobre a semana da pátria e o dia sete de setembro mencionando sobre a importância da data, dizendo que tem dúvidas se realmente o país está liberto, citando as dívidas externa e interna, violência e espera que um dia o povo brasileiro seja totalmente livre sem violência e corrupção, destacando sobre as riquezas do país. Falou da inteligência da nação e que existe uma parte da população que ainda é sofredora. Falou sobre a grande quantidade de animais soltos nas ruas, e o grande número de carrapatos que transmitem a doença conhecida como febre maculosa e que pode ser mortal, pedindo que haja mais respeito no perímetro urbano e que animais não podem ficar soltos, pois estragam praças, jardins e hortas, citou que se ficar no passeio de sua rua a pessoa encontra quatro a cinco carrapatos subindo na pessoa, pedindo providências enérgicas. Comentou sobre a Lei Municipal nº 1.116, que trata do desfile cívico e a importância de criar a consciência cidadã nas crianças, falou sobre a lei que permite aula de trânsito nas escolas e até hoje tais leis não são cumpridas, e isso ajudaria na educação das crianças. Com a palavra o Vereador Hélio acrescentou sobre o PROHOSP, a Santa Casa recebe cerca de trinta mil reais por mês para manutenção, custeio e compra de equipamentos para o hospital, e que as verbas vão chegando e já estão programadas para serem gastas, e aconselhou uma banho de PROHOSP no Brasil, elogiando o programa, e que agora a Santa Casa está no ponto ideal para arrancada e precisa da consciência e colaboração da população. O

Presidente reforçou sobre a importância da educação na cidade, e quando a população é bem educada não precisa ficar cobrando que bicicleta tem que andar na calçada, que os animais não podem ficar soltos nas ruas, não pode destruir os bens públicos citando que foi colocado um relógio de sol na praça JK e no outro dia já estava destruído. Pediu a Polícia Militar que faça a lei ser cumprida, multando os ciclistas que andam nos passeios, pegando as pessoas que destroem os bens públicos, que soltam os animais nas ruas. Disse que um dos Estados que não cumpriram a meta de gastos na saúde de quinze por cento como prevê a Constituição, foi o de Minas Gerais. O Vereador Tadeu fazendo uso da palavra comentou sobre a riqueza do país, e que infelizmente o país é pobre em referência as autoridades que não fazem a lei cumprir, mencionando que os corruptos estão espalhados por toda parte, falou sobre a atitude do Presidente da República com relação a verba que iria destinar para saúde no Nordeste e depois voltar atrás, criticando tal atitude. Reafirmou a necessidade da educação para mudança de gerações futuras. Comentou sobre o início de mais uma exposição agropecuária e desejou a todos os produtores, expositores, barraqueiros e todo pessoal envolvido uma boa exposição e que tudo transcorra da melhor maneira. O Vereador Cláudio Pereira Neto com a palavra pediu ao Prefeito e para comissão organizadora da exposição que observe a questão da segurança para que não aconteça abusos, para que os mesmos respeitem os Limaduartinos. Fazendo uso da palavra o Vereador Antônio comentou sobre um artigo que leu cujo tema é a "força da promessa", disse que o Prefeito ainda infelizmente continua prometendo muito e parece que ainda não desceu do palanque. Como foi prometido em palanque pelo atual Prefeito a Santa Casa seria a "menina dos olhos" da atual administração e que ele a colocaria como hospital de primeiro mundo e que infelizmente ainda não se vê isso, pediu que a comunidade ajude o hospital, pois sem tal ajuda dificilmente a Santa Casa caminhará e atenderá bem aos munícipes de Lima Duarte. Sobre o fechamento da Escola da Várzea do Brumado disse não ser possível passado mais de um mês que o Prefeito e a Secretária Municipal de Educação não se sensibilizaram com a situação das crianças terem que ir para São Domingos, disse que ontem esteve na comunidade e verificou que a estrada por onde o Prefeito quer que o transporte passe já foi arrumada e que agora ela está uma beleza, mas acredita que no período de chuvas os veículos não consigam transitar. Pediu que ao Prefeito que se colocasse no lugar dos pais e mães que estão com os alunos sem estudar até hoje, dizendo que para um governante reconhecer que está errado e voltar atrás é uma grandeza é não uma humilhação, pedindo que a escola volte a funcionar do jeito que estava. Criticou sobre obras importantes que estão ficando para trás, citando como exemplo a ponte que liga a Estrada da

Ponte Nova ao bairro Nossa Senhora de Fátima, dizendo que ele está gastando um dinheirão com alguns tubulões que está colocando nas estradas, dizendo que não tem necessidade dos tubulões serem grandes, pois são para estradas de grande circulação e Br's. Disse que em alguns tubulões está se gastando cem sacos de cimento, mencionando que os tubulões foram trocados por vigas que estavam na Paradinha. Falou que o poder corrompe as pessoas, dizendo que hoje quem está no poder está com a máquina administrativa, e que restam aproximadamente vinte dias para filiação partidária para aqueles que serão candidatos no ano que vem, e que as eleições estão se aproximando. Fez um apelo para não se fazer tanta pressão nas pessoas para que mudem de lado, pedindo que respeite a opinião das pessoas e o partido ao qual elas estão filiadas para que no ano que vem aja uma eleição soberana e democrática. Agradeceu e parabenizou o casal José Fagundes e Dona Alta da Várzea do Brumado que ontem comemoram cinqüenta anos de casados, elogiando as festividades e desejando ao casal que viva por muitos anos tal data. O Vereador Hélio comentou sobre a fala do Vereador Antônio com relação a Santa Casa, disse que o Prefeito desde o seu primeiro dia de mandato não prometeu fazer coisas fantásticas para Santa Casa, mas disse que ela seria uma de suas prioridades e que ele está cumprindo plenamente a prioridade, pois se ela não tivesse a ajuda do Prefeito ela estaria fechada, parabenizando o Prefeito e o ex-provedor Sr. Eliziário Clemente, citando sobre a boa sintonia entre a Santa Casa e a Secretaria de Saúde, através do Secretário Dr. Sebastião Antenor. Disse que é direito do cidadão ao chegar na Santa Casa ter atendimento, mas reafirmou que o SUS só cobre sessenta por cento dos gatos com paciente, mencionando sobre a importância da ajuda da população ao hospital. Sobre a questão dos tubulões disse que é a primeira vez que vê alguém reclamar da qualidade das obras. O Vereador Antônio explicou que os tubulões são bons, mas que são muito altos e está se gastando muito cimento. O Vereador Tadeu disse que é bem empregado, pois vai durar muito tempo, e que ele devolveu as vigas e conseguiu através do Estado os tubulões. Sobre a ponte de Três Porteiras disse que iria ser colocado tubulão, mas pela quantidade de água que desce achou melhor fazer uma ponte de concreto no local, mas que fará no momento em que a Prefeitura tiver disponibilidade de mão de obra, devido a grande quantidade de obras que estão sendo feitas. Disse que toda vez que um Vereador faz uma indicação ele reforça pessoalmente junto ao Executivo, sobre a indicação de jogar água nas ruas, acha que deveria ser jogada em todas as ruas para evitar a poeira. O Vereador Antônio disse que o que foi gasto de cimento para fazer a cabeceira dos três tubulões que viu, daria para fazer a ponte nas Três Porteiras. O Vereador Antônio pediu que fosse colocado publicamente o

modelo do requerimento para aqueles que tem salário atrasado para requererem o pagamento junto a Prefeitura, conforme foi dito pelo Procurador do Município Dr. Luciano. O Presidente sugeriu que as pessoas que possuem salários atrasados que procurem na Secretaria de Fazenda, pois o mesmo deve estar no local para ser preenchido, e que o assunto foi abordado na audiência pública pelo Dr. Luciano, e que não trata-se de uma invenção da Câmara, pois o texto foi transcrito por meio da ata da audiência pública. Com a palavra o Vereador José Evilásio comentou sobre a reunião de comissão onde foi abordado um assunto que foi pedida a transferência da Dra. Elza Defensora Pública, pedindo ao Presidente da Câmara que faça um requerimento e que todos os Vereadores assinem para permanência da Dra. Elza que a muitos anos realiza um trabalho competente, pedindo também que haja um Juiz permanente no Município. Sobre o vandalismo sugeriu que fosse feita uma reunião com as autoridades, e disse que fará uma reunião com a Promotora para que faça uma Lei Municipal para os menores, pois o vandalismo é praticado por menores e assim os policiais não podem agir, pois a "madrinha" se referindo a Promotora, como é dito pelos menores os protege. Sobre a questão da areia disse que agora cabe ao Prefeito cumprir a Lei, pois a Câmara já denunciou. Disse que a comunidade da Várzea do Brumado está elogiando o serviço dos tubulões na Várzea, parabenizando o serviço. O Presidente comentou sobre a situação da Defensoria Pública no Município relatou ser mais um presente do Governo Aécio Neves, em que o Defensor passaria a vir em Lima Duarte como tem sido com o Juiz, achando importante que seja feito o oficio. Falou que estiveram no Município fazendo uma correição dois representantes do Governo Estadual para saber se é importante a permanência da Defensoria Pública no Município, frisou que ele juntamente com os Vereadores José Evilásio, Maria Auxiliadora e Jacintho foram até o Fórum fazer um depoimento para permanência da Defensoria Pública na cidade. O Vereador Jacintho pediu que faça um oficio ao homenageado da Casa Orlando Adão que é Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e o outro ao Secretário de Justiça de Minas Gerais. O Presidente disse que com a aprovação do projeto de cidadão honorário a Câmara deverá fazer um oficio que será enviado ao homenageado Sr.Orlando pedindo a ele que marque a data para homenagem. Convocou os Vereadores para o próxima reunião ordinária no dia dezessete, e no dia vinte e quatro de setembro será a audiência pública para apresentação de metas fiscais do Executivo. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente agradeceu a todos os presentes e encerrou a reunião desejando a todos uma boa noite. Para constar, determinou que essa ata fosse confeccionada, que depois de lida, se aprovada, deverá ser assinada.

T
Claudio Pereira Neto, José Evilásio de
Oliveira Fonseca, Pedro Alan Lima
Jacinto, Almeida de Paula, Gabriel Tavares de
Matos, Gualdo Fonseca Neto, Maria Geralda de
Sousa Carvalho

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete (26/11/2007), reuniu-se este Legislativo na Sala de Sessões da Câmara Municipal, às dezoito horas (18h), para a realização da Segunda (2ª) Reunião Ordinária do Décimo Primeiro (11º) Período da Terceira (3ª) Sessão Legislativa. Com as palavras de praxe, o Presidente Vereador Geraldo Fonseca Neto, percebendo haver número regimental, declarou abertos os trabalhos, determinando à Secretária, Vereadora Maria Auxiliadora Sousa Carvalho, que fizesse a chamada, onde observou-se a presença de todos os edis. Em seguida o Presidente colocou em discussão a ata da reunião ordinária do dia doze de novembro do ano de dois mil e sete (12/11/2007), a qual retificou o Vereador Antônio Alves de Paula, explicando que onde se lê "professor que hoje ganha quinhentos e quarenta reais (R$ 540,00)" à página duzentos e sete (p. 207) deve se ler "professor que hoje ganha quatrocentos e quarenta reais (R$ 440,00)". Feita esta retificação, a ata foi aprovada por unanimidade e a seguir o Presidente solicitou a Secretária que procedesse a leitura do expediente recebido. Oficio nº 440/2007 do Gabinete do Prefeito, respondendo às indicações: nº 63/2007, do Vereador Antônio Alves de Paula, esclarecendo que a indicação foi encaminhada ao setor competente; Indicação nº 64/2007, do Vereador Antônio Alves de Paula, explicando que a manutenção das ruas da cidade acontece dentro da disponibilidade de recursos e conforme a arrecadação; Indicação nº 66/2007, do Vereador Antônio Alves de Paula, explicando que o calendário de obras é feito a partir das prioridades da administração; Indicação nº 66/2007, do Vereador Antônio Alves de Paula, explicando que está providenciando a solicitação; Indicação nº 71/2007, do Vereador Antônio Alves de Paula, explicando que as ruas vêm recebendo aplicações de *round-up*. Convite da Administração Municipal de Pequeri para inauguração de obra. Agradecimento da Prefeitura Municipal de São João Nepomuceno e da Câmara Municipal de Bias Fortes pelo convite às homenagens acontecidas no dia vinte cinco do mês corrente (25/11). Oficio nº 07234 COCEC/CGCON/DEPIN/FUNASA, encaminhando documentação referente ao convênio nº 1134/05, firmado com a Prefeitura Municipal de Lima Duarte para sistema de abastecimento de água no valor de quatrocentos e quarenta mil reais (R$ 440.000,00), que foi colocado à disposição dos demais edis para análise. Oficio da Coordenadoria do Programa Segundo Tempo agradecendo a atenção e o reconhecimento ao projeto. O Presidente, Vereador Geraldo Fonseca Neto, comunicou que o Programa Segundo Tempo foi renovado pelo Governo Federal para o ano de dois mil e oito (2008). Oficio nº 272/2007 do Ministério Público de Minas Gerais prestando informações sobre veículos apreendidos e encaminhando cópia do Oficio nº 581/2007 DPLD/2007 da DPOL. Em

seguida o Presidente solicitou que fossem publicados os Projetos de Lei do Executivo (PLE). Oficio nº 434/2007 do Gabinete do Prefeito encaminhando o Projeto de Lei nº 060/2007 que "dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências" no valor de cinco mil novecentos e sessenta e cinco reais e vinte e seis centavos (R$ 5.965,26). Oficio nº 438/2007 do Gabinete do Prefeito encaminhando o Projeto de Lei nº 061/2007 que "dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências" no valor de quarenta e dois mil reais (R$ 42.000,00). Oficio nº 452/2007 encaminhando o Projeto de Lei nº 062/2007 que "dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências" no valor de vinte e seis mil reais (R$ 26.000,00). Prosseguindo foi colocado em votação os requerimentos. Requerimento nº 037/2007 do Vereador Antônio Alves de Paula, ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara, pedindo providências quanto ao Requerimento nº 022/2007 aprovado por esta Casa e ainda não respondido pela Prefeitura. O Vereador Antônio Alves de Paula esclareceu que há mais de sessenta (60) dias enviou o requerimento e ainda não obteve resposta, julgando estar o Prefeito ciente das conseqüências do fato. Afirmou também que a resposta de um requerimento do Vereador Jacintho Almeida de Paula foi enviada no dia seguinte, concluindo que deve haver uma má-vontade em relação aos requerimentos dele e alertou que ele é um Vereador como qualquer outro. A seguir o Vereador Hélio Dias Gomes inquiriu à Mesa Diretora sobre o assunto do requerimento citado, no que foi respondido pelo Presidente Vereador Geraldo Fonseca Neto, que afirmou se tratar da solicitação de relação de todos os funcionários com nome, número e valor pago a contratados, efetivos e comissionados de todas as secretarias e também o valor repassado à Secretaria Municipal de Educação mês a mês e os seus gastos. Requerimento nº 038/2007 do Vereador Hélio Dias Gomes, pedindo dispensa de interstício para a votação dos seguintes projetos: nº 051/2007 que "estima a receita e fixa a despesa do Município de Lima Duarte, para o exercício financeiro de 2008", nº 056/2007 que "dispõe sobre a abertura de crédito suplementar e dá outras providências", nº 057/2007 que "declara de utilidade pública a Associação Centro Comunitário do Manejo" , nº 059/2007 que "reconhece de utilidade pública municipal a Sociedade Esportiva Recreativa Cruzeiro, sediada na Vila Cruzeiro, Município de Lima Duarte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ sob o nº 09.017.185/0001-11, inscrição desde 26/09/1968", nº 052/2007 que "dispõe sobre concessão de subvenção social às entidades que menciona e dá outras providências" e nº 058/2007 que "autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro, a título de contribuição, à Associação dos Municípios do Circuito Turístico Serras do Ibitipoca". Requerimento nº 039/2007 do Vereador Jacintho Almeida de Paula,

pedindo ao Prefeito Municipal providências quanto à colocação de luz na Rua Vereador Altamir Pacheco, no Bairro Batatal. Requerimento nº 040/2007, do Vereador Jacintho Almeida de Paula, pedindo ao Sr. Secretário de Obras, Sérgio Adriany de Paula, medidas de conservação na Estrada de Monte Verde. O Presidente publicou o resultado da votação sendo todos os requerimentos aprovados por unanimidade. Prosseguindo com os trabalhos o Presidente colocou em primeira (1ª) e segunda (2ª) votações os Projetos de Lei do Executivo. PLE nº 051/2007, cujo relato das comissões foi favorável à sua aprovação, com emenda modificatória em seu art. 5º que passa a ter a seguinte redação: "Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar até o limite de 10% (dez por cento) da despesa fixada no Orçamento do Município, nos termos previstos no art. 43 § 1º, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964", aprovado por unanimidade. PLE nº 052/2007, cujo relato das comissões foi favorável à aprovação, com emenda modificatória em seu art. 1º que passa a ter a seguinte redação: "I - Conselho Central da Sociedade de São Vicente de Paulo. Parágrafo Único - Os valores das subvenções sociais previstas nos incisos deste artigo perfazem o total de R$ 49.000,00". O Vereador Jacintho Almeida de Paula pediu a palavra e teceu as seguintes considerações: no ano de dois mil e seis (2006) foram aprovados vinte cinco mil (R$ 25.000,00) de subvenção, no ano de dois mil e sete (2007) foram mais vinte e cinco mil (R$ 25.000,00), no entanto as leis que estabelecem estas subvenções não foram cumpridas; afirmou estar votando por consideração e solidariedade, porque as subvenções para o Albergue não são pagas e explicou para outros Vereadores que a entidade nunca recebeu tais valores, declarando não saber os motivos. O Presidente Vereador Geraldo Fonseca Neto disse se tratar de um projeto de lei e como tal deve ser cumprido. O Vereador Jacintho Almeida de Paula esclareceu que as subvenções são coisas constitucionais, trata-se de lei federal e reforçou o fato de que uma entidade como o Albergue é uma das instituições mais legalizadas de Minas Gerais, sendo de utilidade pública federal, estadual e municipal, tendo todos os registros necessários, além de transparência e lealdade. Afirmou também que há cerca de hum (1) ano está à frente da entidade, que já foram realizadas várias obras e que já foi pago o décimo terceiro (13º) salário, deste ano, dos dezessete (17) funcionários fichados. Complementou que a entidade atende setenta (70) pessoas internas recebendo todos os cuidados necessários, que quando necessitam de hospital vão para a Santa Casa ou encaminha-se para Juiz de Fora, sendo este um trabalho sério. Declarou-se triste pelo fato ocorrido e lamentou a atitude da Prefeitura por se tratar de uma lei, enquadrada dentro do orçamento, com rubrica própria. Afirmou que gostaria que pelo menos se informasse, através

de ofício, o porquê do não pagamento da subvenção. O Vereador Antônio Alves de Paula ratificou o que disse o Vereador Jacintho Almeida de Paula e complementou dizendo que, sem desmerecer as últimas administrações do Albergue, esta é uma administração que serve de exemplo para as demais entidades. Apelou então ao líder do governo na Câmara, para que ele cobre isto do Chefe do Executivo, dizendo não querer acreditar que seja este um problema político, mas um esquecimento da administração. O Presidente, Vereador Geraldo Fonseca Neto, propôs o envio de um requerimento pedindo explicação sobre o não repasse das subvenções anteriores à entidade. A seguir o Vereador Jacintho Almeida de Paula afirmou que a própria administração sai perdendo porque a Sociedade de São Vicente de Paulo terminando a obra de Ibitipoca iria ceder à Prefeitura dependências para um médico, mas para isso teria sido necessário o pagamento da subvenção do ano de dois mil e seis (2006). O Vereador José Evilásio de Oliveira disse acreditar que seja um esquecimento da administração, por se tratar de uma lei e ratificou a proposta do envio de um requerimento pedindo explicações sobre o não repasse. A seguir o Presidente afirmou que será feito o requerimento e pôs em votação o PLE nº 052/2007, que foi aprovado por unanimidade. PLE nº 056/2007 cujo relato das comissões foi lido e sendo favorável à aprovação na íntegra, resultou na aprovação do projeto por unanimidade. PLE nº 057/2007 cujo relato das comissões foi favorável à aprovação na íntegra, sendo que o projeto foi aprovado unanimemente. PLE nº 058/2007 cujo relato das comissões foi favorável com emenda em seu art. 1º que passa a ter a seguinte redação: "Art. 1º - Fica autorizado ao Chefe do Poder Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro, a título de contribuição no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais) no mês de novembro, e R$ 400,00 (quatrocentos reais) no mês de dezembro de 2007, totalizando nos 2 (dois) meses citados a importância de R$ 800,00 (oitocentos reais) à Associação dos Municípios do Circuito Turístico Serras do Ibitipoca", resultando a votação em aprovação do referido projeto por unanimidade. PLE nº 059/2007 o qual teve relato das comissões favorável com emenda em seu art. 4º que passa a ter o seguinte texto: "Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Municipal nº 363, de 14 de junho de 1971", resultando na votação na aprovação unânime do projeto. O Vereador Jacintho Almeida de Paula explicou que a Lei Municipal nº 363 foi revogada por tratar anteriormente do reconhecimento da utilidade pública da referida entidade, no entanto, de uma forma incompleta e fora das exigências atuais, tendo sido necessário este outro projeto de lei. Antes de deixar a palavra livre, o Presidente recomendou aos funcionários da Prefeitura que têm atrasados a receber, que não aceitem como desculpa para o não pagamento a falta de

previsão no orçamento, posto que há no orçamento aprovado a rubrica destinada a este fim. O Vereador Jacintho Almeida de Paula disse, complementando, que no seu modo de entender a dívida não caduca, não vence, não prescreve e afirmou também que o plenário da Câmara é soberano, não havendo possibilidade de questionamento de projetos aprovados por esta Casa pelo Tribunal de Contas, como já foi confirmado pela Promotoria de Justiça. Ratificou que há a dotação no orçamento para o pagamento da dívida com os funcionários e disse que aconselha ao Prefeito que o faça, deixando assim sua marca na história e na vida do funcionalismo. O Presidente parabenizou o Prefeito Geraldo Gomes de Souza pelo pagamento assíduo dos funcionários, afirmou que haverá agora o pagamento do décimo terceiro (13°) salário e esclareceu que a dívida ora pendente não é desta gestão, mas que quem está à frente da administração pública deve honrar os compromissos. Em seguida, não havendo mais nada a ser votado o Presidente declarou a palavra livre. O Vereador Antônio Alves de Paula lembrou que, na primeira reunião ordinária desta Casa no ano de dois mil e cinco (2005), fez um requerimento para que o Presidente, à época o Vereador Tadeu Tavares de Matos, montasse uma comissão específica para tratar do assunto do atraso no pagamento dos servidores. Afirmou que tal comissão não foi montada e que até hoje os salários não foram pagos, sendo que muitos comerciantes ficaram sem receber contas de armazém por causa destes salários atrasados. Disse que mesmo que a dívida prescreva, acha que moralmente há a obrigação do Prefeito de pagá-la, pois os funcionários trabalharam efetivamente. Ratificou o dito pelo Vereador Jacintho Almeida de Paula, propondo que se envie uma lei prevendo o pagamento dos funcionários e que se esta for mandada, será aprovada. Comunicou a toda população que só do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) a Prefeitura recebeu dois milhões seiscentos e trinta e sete mil e vinte e sete reais e quarenta e dois centavos (R$ 2.637.027,42), outras receitas, tais como ICMS, IPTU e IPVA, que são receitas do município, representam cerca de duzentos mil reais (R$ 200.000,00), sendo que mês a mês se arrecada cerca de oitocentos mil reais (R$ 800.000,00), donde concluiu que a Prefeitura tem como pagar estes salários, mesmo se não houvesse previsão no orçamento, porque há dinheiro para isto. A seguir, leu a carta de uma moradora do final da Rua Belo Horizonte pedindo aos Vereadores providências quanto à situação da referida rua, apelando ao líder do governo, para a resolução deste problema no Bairro Afonso Pena e também a atenção aos Bairros Três Porteiras e Barulho, sendo que neste último há o problema da ponte que dá acesso a Ponte Nova que ainda não foi consertada. Explicou que, na citada área, as pessoas quando vêm participar de alguma festividade no centro, estando chovendo,

têm de trazer outra peça de roupa e sapato, pois quando por ali passam, sujam-se. Cobrou também a promessa do Prefeito quanto ao calçamento e rede esgoto da Vila São Geraldo, a falta de infra-estrutura na Vila Monteiro, a Rua Coronel Eliziário, sobre a qual já fez indicação e o Bairro Cruzeiro, pelo qual foi feito muito pouco até agora. Disse estar cansado de fazer indicações que não são atendidas e afirmou que já que se tem uma arrecadação de quase oitocentos mil (R$ 800.000,00) é preciso realizar tais melhorias para o povo. Lembrou também do Bairro Casuarinas, na parte abaixo do Parque de Exposições, cuja situação é absurda, com muito barro e lama e todas as ruas sem calçamento. Afirmou que o que foi gasto com o desnecessário calçadão na Rua Joaquim Otaviano Ferreira daria para calçar todas as ruas do Bairro Casuarinas e pediu providências. Retificou que ao contrário do que disse o Sr. Prefeito em entrevista veiculada no programa MGTV, semana passada, não se trata de dezesseis (16), mas vinte e dois (22) alunos e não era huma (1) professora, mas 2 (duas), as quais lecionavam quando do fechamento da escola. Lamentou que a reportagem não tenha mostrado o estado da estrada que liga a Várzea a São Domingos, passando pelo Palmital, que quando chove fica intransitável. Pediu novamente em nome do povo da Várzea do Brumado e do povo de Lima Duarte que o Prefeito se sensibilizasse com o ocorrido, já que os pais já decidiram não mandar as crianças para estudarem em São Domingos. Prosseguindo a reunião, o Vereador Walter de Paula Neves propôs o envio de um ofício ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER), solicitando melhorias na estrada que dá acesso a Conceição de Ibitipoca, cuja situação é muito ruim, com muitos buracos. O Vereador Hélio Dias Gomes afirmou que concorda com os pedidos e reivindicações feitos pelo Vereador Antônio Alves de Paula, afirmando que realmente existe muita coisa a ser feita, mas argumentou que talvez trará em outra reunião a relação das coisas que já foram feitas nestes três (3) anos. Disse também ter a impressão de estar o povo da cidade aprendendo como se governa uma cidade e como se faz funcionar as coisas públicas. Disse também que as necessidades vão sendo sanadas segundo a sua urgência, no seu tempo; afirmou para a população que ainda não foi atendida que ainda há tempo, pois não há como fazer tudo ao mesmo tempo e que os gastos da Prefeitura estão sendo feitos na ponta do lápis. Reafirmou que os gastos têm sido programados rigorosamente conforme a possibilidade, ratificou a excelente qualidade das obras feitas e afirmou que até agora, nestes três anos não há nada que demonstre o mal uso do dinheiro público. Falou da necessidade de se fazer a relação de necessidades, mas também lembrar de relações históricas, como a de algumas localidades, como o Bairro Batatal, que foi abandonado, que há muitos anos não recebem melhorias e benefícios, porque o antigo Prefeito

nem olhava para aqueles lados. Lembrou também de ações das administrações anteriores em que o dinheiro público simplesmente desapareceu e o beneficio não apareceu, além de obras mal feitas. O Vereador Antônio Alves de Paula pediu um aparte e perguntou ao Vereador Hélio Dias Gomes se ele conhece o final da Rua Belo Horizonte. No que foi respondido que sim, e completando o Vereador Hélio Dias Gomes disse que sabe qual é o problema da Rua Belo Horizonte, que conhece outros finais de outras ruas que têm problemas parecidos. Esclareceu em seguida que o cargo de Prefeito é um cargo de execução, de gerenciador e que cabe a ele tomar as decisões dentro das suas prioridade e necessidades maiores. Disse que muita coisa está para acontecer dentro de pouco tempo e exemplificou com a ponte do Bairro Barulho - Ponte Nova, que já está licitada, com custo de cerca de cinqüenta mil reais (R$ 50.000,00) e será iniciada em muito pouco tempo, sendo que é uma necessidade de três (3) anos, mas que só agora pôde ser resolvida. Criticou a comparação feita pelo Vereador Antônio Alves de Paula, dizendo que não há como dizer que o gasto da obra de um calçamento como o da Rua Joaquim Otaviano Ferreira seria suficiente para calçar um bairro inteiro. Esclareceu que o referido calçamento faz parte de um projeto urbanístico e que acredita que quando inaugurada a obra a visão atual sobre ela mude, permitindo perceber que ela funciona arquitetonicamente. Lembrou de obras que estão na iminência de serem construídas, como a Rodoviária, um Parque Aquático e a possibilidade de uma creche pelo Governo Federal. Pediu também a quem não for atendido pelo Prefeito no próximo ano da gestão, que espere e talvez o será nos próximos quatro (4) anos de governo, que, se Deus quiser, o atual Prefeito irá ocupar. O Vereador Antônio Alves de Paula lembrou ao Vereador Hélio Dias Gomes que a atual administração não fez nada pela Rua Valdomiro Delgado, cuja comunidade é carente e tem dificuldades. Afirmou que se o calçadão feito na Rua Joaquim Otaviano Ferreira faz parte do projeto arquitetônico, o engenheiro que o fez foi muito infeliz porque acabou com a rua e com o estacionamento naquela área. O Vereador Hélio Dias Gomes disse que respeita a opinião de todos, que estas opiniões podem ser divergentes ou convergentes e reiterou a necessidade de se esperar um pouco mais pela atenção da Prefeitura nas áreas onde ainda não se estendeu o atendimento. Explicou que a dívida da Prefeitura com os funcionários não foi criada nesta administração, apesar de esta administração já ter pago várias dívidas anteriores. Completou que apesar de o Prefeito ter os mecanismos de pagamento da dívida com os funcionários, alguma obra vai deixar de ser feita, algum trecho de rua vai deixar de ser calçada, para que se faça este pagamento. Com relação ao fechamento da escola da Várzea do Brumado, disse que lamenta o

encaminhamento que foi dado, sendo que já poderia ter sido feito um acordo entre as partes. Afirmou que a Prefeitura sofreu uma ação da justiça neste caso e que recorreu, aguardando que a decisão seja tomada, a qual será plenamente acatada pelo Executivo. Disse também que o Prefeito levou ao limite as ações do Executivo no sentido de resolução do problema, no entanto, não conseguindo resolver, deixou a decisão para a Justiça e lamentou que haja risco de as crianças perderem o ano letivo. O Vereador Antônio Alves de Paula frisou que sua colocação foi de que a arrecadação da Prefeitura gira em torno de oitocentos mil reais (R$ 800.000,00) e não um milhão e duzentos mil reais (R$ 1.200.000,00). Lembrou também ao Vereador Hélio Dias Gomes que eleição se ganha no dia, que a fala de alguns Vereadores foi no sentido de que a eleição já estivesse ganha e fez constar em ata que houve caso em que "Prefeito que já sentou na cadeira da Prefeitura antes de ser eleito perdeu a eleição dois (2) dias após". Recordou que isto ocorreu com Jânio Quadros, em São Paulo, quando ele se candidatou pela primeira vez à Prefeitura daquela cidade. O Vereador Hélio Dias Gomes reiterou que, quando diz que se Deus quiser o atual prefeito ganhará o próximo pleito, está externando uma opinião pessoal sua, a qual ele é livre para expor. Explicou que apesar de ser o líder do Executivo, existem decisões do Prefeito com as quais ele não concorda e afirmou ser testemunha do esforço do Prefeito em acertar e de seu respaldo perante outros prefeitos e ao Secretariado do Governo Estadual, tendo até mesmo já recusado propostas indecorosas de forma curta e grossa. Afirmou que se ouvirá várias vezes ele dizer que o Prefeito se re-elegerá e que a relação de obras não realizadas nesta administração vai diminuir a cada dia. O Presidente Vereador Geraldo Fonseca Neto reiterou que esta relação já está diminuindo desde que o Prefeito assumiu em dois mil e cinco (2005) quando esta relação era imensa e que a cidade irá melhorar ainda mais, se Deus quiser. Em seguida a Vereadora Maria Auxiliadora Sousa Carvalho aproveitando que o Vereador Antônio Alves de Paula falou sobre a Vila Monteiro, lembrou que a Vila Monteiro foi um loteamento particular que foi aprovado pela Prefeitura sem as devidas exigências legais de oferta de infra-estrutura, rede de esgoto, calçamento e luz. Externou sua preocupação com algumas construções no Bairro Três Porteiras em um morro, onde estão construindo sem loteamento, sem rua e sem esgoto, devendo até ser proibido pela possibilidade de se transformar em uma favela. Colocou que a fiscalização deve estar sempre atenta, que a Prefeitura deve conscientizar as pessoas daquele local quanto aos seus direitos e lembrou que a Prefeitura na administração anterior aprovou tais loteamentos na ilegalidade. O Vereador Jacintho Almeida de Paula agradeceu o Poder Legislativo, a Mesa Diretora e os Vereadores Hélio Dias Gomes e José Evilásio de Oliveira pela presença

na solenidade em homenagem ao Dom Correa e ao Padre Raimundo, que ficará na história do Poder Executivo, do Legislativo e da Paróquia de Nossa Senhora das Dores de Lima Duarte e que só tem recebido elogios até mesmo pelo entrosamento entre os Poderes na realização deste evento. Explanou um pouco sobre a história dos homenageados, frisando a entrosamento do trabalho do Padre Raimundo com os Poderes, lembrando que Dom Correa foi secretário do Vaticano II e para finalizar disse que isso tem de ser valorizado. Comunicou que o Padre Domício ficou muito feliz com os poderes Executivo e Legislativo pela homenagem. A seguir, disse que a Câmara tem deixado passar despercebido as datas notáveis, como o dias dos pais, dia das mães, dia da independência, dia do aniversário da cidade, dia da árvore, e muitos outros, ratificando a importância da comemoração destas datas pelo Poder Legislativo, que é o representante do povo. Lembrou a existência de uma lei, de sua autoria a respeito da comemoração do dia da árvore e disse esperar que no ano seguinte haja todos estes festejos para que a Câmara seja mais valorizada. Comunicou que em contato com o Gerente do Banco do Brasil, por causa de sua indicação a respeito das filas, soube da preocupação dele quanto ao problema e do seu interesse na resolução. Informou o agendamento de uma reunião para discussão deste problema para o dia treze (13) de dezembro, às quinze horas e trinta minutos (15h30min) em que também estarão presentes o Prefeito, a Vice-Prefeita e o Gerente Regional do Banco do Brasil. Pediu ao Presidente que convocasse todos os Vereadores para esta reunião e apelou aos demais Edis que estivessem presentes, já que vão ser feitas várias propostas a apresentações de projetos que podem interessar aos Vereadores. Lembrou também que no dia vinte e sete deste mês (27/11) às dezenove horas (19h) irá acontecer a reunião com os motoristas da Prefeitura, comentou que a análise do projeto do plano de cargos e salários demonstrou que o mesmo apresenta uma série de falhas e reiterou a responsabilidade dos Vereadores neste caso. Apelou para que os demais vereadores estivessem presentes também nesta reunião para ouvir as reivindicações de cada motorista e afirmou ser a profissão de motorista de muita responsabilidade, principalmente daqueles que trabalham no transporte escolar, cuidando da vida de muitas crianças. Exemplificou dizendo que uma das reclamações dos motoristas é que, além de dirigir, precisam também prestar atenção para que as crianças não coloquem braços e cabeças para fora da janela do veículo, o que causa dificuldades. A seguir pediu à Secretária de Educação Gizélia Miriam dos Santos Teixeira que resolvesse este problema, afirmando que cada carro deveria ter um coordenador, posto que a função do motorista é dirigir e que muitas vezes as crianças não respeitam o motorista. Finalizou dizendo que o desafio dos Vereadores é analisar bem os projetos sem ter

interferências de vínculos políticos e se declarou, como exemplo, sendo honesto, imparcial e procurando atender a todos. O Vereador Tadeu Tavares de Matos reiterando a fala do Vereador Jacintho Almeida de Paula disse que tendo já ouvido o pessoal da Educação e o pessoal da Saúde, é necessário ouvir todos, mas argumentou que seria mais adequado que os motoristas nomeassem um representante e que este viesse trazer as reivindicações até esta Casa, pois na última reunião havida, muitos funcionários trataram de questões pessoais em suas falas. Propôs que cada categoria se reunisse, discutisse seus problemas e elegesse um representante que traria as reivindicações e as mudanças desejadas no projeto. Lembrou que quando foi o Presidente da Câmara, houve uma reunião desta Casa juntamente com seu assessor jurídico, o assessor jurídico da Prefeitura e a Promotora de Justiça, quando se observou que amparado por um projeto de lei o Prefeito poderia efetuar o pagamento da dívida com o funcionalismo, mesmo já tendo prescrito e desta forma, recordando ao Vereador Antônio Alves de Paula que não houve necessidade de se instituir a comissão para resolver o caso. Reiterou, em seguida, o que disse o Vereador Hélio Dias Gomes, afirmando que a cidade nunca teve tantas obras num período curto de tempo e que a população que ainda não teve seus problemas sanados espere mais algum tempo e que será atendida. O Vereador José Evilásio de Oliveira afirmou que são importantes as reunião que estão acontecendo com o funcionalismo, disse que naturalmente eles vão pedir as melhorias que acham justas, mas argumentou que quem dará a última palavra será o Poder Executivo, podendo acontecer o não aceite do que for pedido por cada categoria. Explicou que é motorista e que sabe das dificuldades enfrentadas pela categoria reafirmando a necessidade das melhorias. Apelou ao Secretário de Obras que faça manutenção nas estradas, com saibro, principalmente nos trechos em que há tráfego de ônibus escolar. Parabenizou aos familiares de Padre Raimundo e Dom Eugênio, afirmou que foi uma das homenagens mais justas feitas pela cidade e manifestou seu repúdio dizendo ter sido uma falta de respeito a rodada do campeonato da cidade acontecida na mesma data. Denunciou a falta de obediência à lei que proíbe o tráfego de bicicletas no calçadão, pedindo uma atenção maior da polícia para o fato, fazendo respeitar a lei. O Presidente Vereador Geraldo Fonseca Neto completou enfatizando o sucesso da solenidade em homenagem a Padre Raimundo e Dom Eugênio, que mesmo com a rodada do campeonato, teve a presença de muitas pessoas. Não havendo nada mais a tratar, o Presidente agradeceu a todos os presentes e encerrou a reunião desejando a todos uma boa noite. Para constar, determinou que essa ata fosse confeccionada, que depois de lida, se aprovada, deverá ser assinada.

Eduardo Pereira Neto, José Evilásio de Oliveira Torres,
Paulo Cesar Dias, Jacinthos Almeida de Paula
Pedro Gomes de Matos, Antonio Alves de Paula,
Walter de Paula Lima, Ernesto Fonseca Neto,
Maria Auxiliadora Sousa Carvalho

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e dez (22/03/2010), reuniu-se o Legislativo Municipal na Sala de Sessões da Câmara Municipal, às dezoito horas (18 h), para a realização da Terceira (3ª) Reunião Ordinária do Terceiro Período (3º) da Segunda (2ª) Sessão Legislativa, sob a presidência do vereador Geraldo Fonseca Neto. Com as palavras de praxe, o Presidente, percebendo haver número regimental, declara abertos os trabalhos. O Pequeno Expediente se inicia com a chamada dos vereadores, feita pelo Secretário, vereador Prof.Luiz Henrique de Lima Alves, constatando a falta do vereador Wagner de Paula Rodrigues, logo após é colocada em discussão e votação a ata da reunião do dia 15/03/2010, que contendo um pequeno equivoco, pois na fala do vereador Davi Pimenta Delgado, nos autos da página 107, onde está grafado *"procura fazer jus aos 600 votos que teve"* lê-se *"procura fazer jus aos quase 600 votos que teve"*. Não havendo manifestações em contrário a ata do dia 15/03/2010 é aprovada por sete votos a favor e nenhum contra. O Secretário, vereador Prof.Luiz Henrique de Lima Alves dá prosseguimento à reunião lendo os Expedientes Recebidos da Prefeitura e Leitura de Diversos. Dentre esses, foi lido o agradecimento do autor Alexandre Miranda Delgado ao recebimento de uma Moção de Aplauso, ação essa elogiada pelo vereador Antônio Alves de Paula, que disse não ter presenciado ainda, em nenhum de seus mandatos, um agradecimento, uma retribuição de uma Moção de Aplauso, e que o autor também fez questão de agradecer quando foi contemplado pelo Título de Cidadão Benemérito. O vereador Prof.Luiz Henrique de Lima Alves diz que em relação ao assunto, no início de seu

mandato,quando homenageou a Dona Shirley pela publicação de seu livro Memórias do Coração, ela também fez um agradecimento que foi lido na Casa. É lida a prestação de contas da Corporação Musical Novo Horizonte de São José dos Lopes. O Presidente relata ter recebido em mãos do vereador José Nilton Aguiar, representante do Conselho Municipal Rural Sustentável a ata da reunião do dia 22/03/2010, e para os vereadores que se interessar em saber do assunto tratado, estará arquivada na Secretaria da Câmara Municipal. Publicação do **Projeto de Lei nº 10/2010** *"Altera a Lei Municipal Ordinária nº 1524, de 04 de novembro de 2009, e dá outras providências"*. O projeto em questão é sobre a doação do terreno ao INSS, então o vereador Antônio Alves de Paula pergunta sobre o impasse entre a Prefeitura e a "atual proprietária" para liberação do terreno. O vereador Tadeu Tavares de Matos diz que a "atual proprietária" não quer abrir mão do terreno, inclusive que tem chegado ao local mais material da fábrica da mesma, mas que com certeza um prazo vai ser estabelecido para que ela retire seu maquinário e desocupe a área. O Presidente diz acreditar que com o início das obras se ela não sair vai receber uma ordem de despejo por não ter alternativa. Publicados e colocados em discussão às **Indicações de nº 45 a 51/2010**. **Indicação nº 45/2010** *"respeitosamente, ao Exmo. Senhor, Geraldo Gomes de Souza, Prefeito Municipal, que determine ao setor competente realizar obras nos bueiros existentes no final da Rua Presidente Vargas no Bairro Cruzeiro"*, do vereador Antônio Alves de Paula. **Indicação nº 46/2010** *"respeitosamente, ao Exmo. Senhor, Geraldo Gomes de Souza, Prefeito Municipal, atendendo pedido do Sr. Devanir Geraldo Moreira e Gilberto de Oliveira, ambos portadores de deficiência física, que estude a possibilidade de melhorar*

acessibilidade de deficientes físicos pelas ruas de nossa cidade, segue lista de sugestões", do vereador José Nilton Santos Aguiar. O vereador José Nilton Santos Aguiar diz que onde diz deficiente físico seria portador deficiente visual. O Presidente diz que em relação ao item árvores nas calçadas, o vereador José Nilton Aguiar irá causar polêmica na cidade. O vereador José Nilton Aguiar diz que geralmente plantam uma arvorezinha bonitinha, depois podam a árvore e deixam só o galho, onde os deficientes tem ido de encontro a eles, e quanto às construções, uma obra que citaram foi a que tem próxima a casa do Presidente, as sinalizações deveriam ser colocadas antes das madeiras, pois primeiro estão batendo nas mesmas para depois perceberem que é local em obras. **Indicação nº 47/2010** *"respeitosamente, ao Exmo. Senhor, Geraldo Gomes de Souza, Prefeito Municipal, atendendo pedido da professora Maria Márcia e alunos da Escola Estadual Tiago Delgado, melhorias para a sala do Tempo Integral, anos iniciais, tais como, pintura nas paredes e teto, calçamento no pátio e centro comunitário"*, do vereador José Nilton Santos Aguiar. O Presidente diz que essa sala de aula de tempo integral é do Estado, o vereador Prof.Luiz Henrique de Lima Alves diz que tempo integral da rede municipal é só na escola do Batatal. O vereador Antônio Alves diz que durante a semana ele e o vereador Davi Pimenta foram procurados por um pai de Orvalho que falou que a diretora fez uma reunião com os pais, a Secretária de Educação, e que vai ser tirada uma sala do Pré-Escolar de Orvalho para a Escola de Manejo, diz querer então saber se é a mesma escola. O Presidente diz que desse assunto está interado e que a indicação do colega José Nilton Aguiar não tem nada a ver com o assunto que acabou de abordar. A indicação do vereador se trata dos alunos da professora Maria Márcia que é funcionária

do Estado, sendo de responsabilidade do mesmo, já o assunto abordado é o seguinte, os alunos de quatro e cinco anos, a professora Miriam no Manejo está com vinte e oito alunos, em Orvalho tem uma sala de nove alunos, estando à sala do Manejo além do normal e a de Orvalho com poucos alunos, então os alunos de Orvalho serão levados para Manejo para que haja uma nova divisão dos alunos em duas turmas. O vereador Davi Pimenta corrige o Presidente quanto ao número de alunos, sendo sete e não nove na sala de Orvalho. O vereador José Nilton Aguiar diz que uma turma será no turno da manhã e a outra à tarde. O Presidente diz que essa turma está funcionando onde era o Posto de Saúde, e vão até a escola para merendar, o que funciona na Escola Tiago Delgado que pertence ao Município é o 1° ano. O vereador Antônio Alves diz que está acontecendo uma polêmica em Orvalho porque as mães dos alunos não querem os deixar ir para Manejo, palavras do pai que procurou a ele e o vereador Davi Pimenta. O Presidente diz que não querem deixar ir, depois a culpa de salas superlotadas cai em cima do Prefeito que não faz nada. Diz ainda querer deixar registrado em reunião que a Secretária de Educação fez uma reunião em Orvalho e parece que também em Manejo, e usou as seguintes as palavras, "que está fazendo isso porque o vereadorzinho pediu não, é porque tem que ser feito", diz que antes que ela tivesse tomado essas providências esteve conversando com ela a respeito, inclusive tem duas turmas na creche da Vila Cruzeiro que estam super lotadas, se ela falou que vereador não vai resolver, o vereador Geraldo Fonseca Neto vai dar em cima disso porque é ilegal, não tem condições de ter turmas com crianças de quatro, cinco anos com mais de vinte e cinco alunos por turma. O vereador Antônio Alves diz que quando ela fala vereadorzinho é muito infeliz, porque foi assim

que começou na Várzea do Brumado quando ela tirou as crianças do Prezinho de quatro anos falando que não ia fechar a escola daí a seis meses, ela nem o Prefeito voltaram lá, ela simplesmente mandou a diretora Zilma fazer uma reunião onde o vereador estava presente juntamente com o vereador na época José Evilásio de Oliveira Fonseca, onde simplesmente comunicou que a escola estava sendo fechada, por aí é que começa as desavenças entre Executivo e Legislativo, quando ela fala nesses termos. O vereador Davi Pimenta Delgado diz que a Secretária foi muito infeliz e deveria ter mais respeito com a Casa, porque na hora de votar os projetos que é de interesse do município os vereadorzinhos servem o que é uma incoerência muito grande, repudia então sua atitude independente de qual vereador ela se referiu nesses termos, lamentável. O Presidente acredita que esse termo foi usado em referência a sua pessoa, por ter ido conversar com a mesma, mas os vereadores Antônio Alves de Paula e Tadeu Tavares de Matos também acham que podem ser em referência a sua pessoa, por também terem ido atrás desse assunto depois de terem sido procurados por pais em busca de solução para esse impasse. O vereador Tadeu Tavares diz que pediram que ele explicasse para a Secretária de Educação o porquê de não quererem que fossem para Manejo, tendo entre as crianças, dois alunos portadores de deficiência cardíaca, preocupando os pais quanto a terem alguma crise e estarem longe. Diz ainda que os pais reconhecem que a sala tem poucos alunos, mas que a Secretária poderia repensar essa situação, por isso ligou para a secretaria perto de um dos pais e a Secretária Gizélia Miriam estava para Belo Horizonte e a Juliana que o atendeu muito bem disse que a viagem era para resolver algumas questões dentre elas se manteria ou não essa sala de aula em Orvalho. Então pode ter

sido falado dele ou de qualquer outro que procurou a Secretaria de Educação para tratar desse assunto. O que está faltando dos secretários da atual administração, apesar do Prefeito os respeitar, é o respeito, a falta de fé que eles tem tido em relação ao Legislativo Municipal, diz ainda não ter a intenção de tomar providências, mas se preciso for, o fará pessoalmente e com qualquer um deles, pois prega sempre o respeito para com o Executivo, mas quer que o mesmo juntamente com seus secretários também respeite o Legislativo, porque têm que caminharem juntos. Fala que a Secretária de Educação foi muito infeliz nessa colocação se esquecendo que foram eleitos pelo povo como representante do mesmo, e ela é apenas pela atual administração, e todos os demais secretários também têm de pensar nisso. O vereador Tadeu Tavares de Matos continua sua fala dizendo que ninguém queria obrigar, exigir nada, mas diante disso ela teria que ter mais jogo de cintura, que se resolva às coisas sem chegar ao ponto que está chegando, pede desculpas por está falando sem que ela esteja presente, mas que é capaz de dizer isso a ela e perguntar a quem se referiu. O vereador Davi Pimenta Delgado diz que concorda com as palavras do colega Tadeu Tavares de Matos e que independente de quem esteja falando a falta de respeito foi muito grande, diz que estava presente quando um pai pediu para que intercedesse por eles e o vereador Antônio Alves de Paula ligou e recebeu a noticia que e Secretária estava viajando, então na parte da tarde desse mesmo dia, ele e os vereadores José Nilton Santos Aguiar e Wagner de Paula Rodrigues procuraram a diretora da escola de Orvalho na casa dela, a Cristiane, a qual os recebeu muito bem e explicou a situação sendo muito profissional, sem criticar o Executivo nem o Legislativo, era uma prestação de esclarecimento que com certeza todos queriam por parte

da Secretaria de Educação, por isso lamenta mais uma vez seu comentário. O vereador José Nilton Santos Aguiar diz que não repetirá as palavras já ditas, mas as afirma, diz que procurou a Secretaria de Assistência Social e foi atendido pela Amanda, e disse a ela que procura sempre essa secretaria por sempre se dar muito bem, pedia pela família do Sr. José Cândido de 98 anos, uma ponte em sua residência, pois no momento no local tem uma pinguela dificultando a passagem desse senhor já muito idoso, existem dois eucaliptos no local que será doado pela irmã dele, Diva Marque ,para realização da obra. Diz que isso nem sema falado, mas como o assunto era sobre secretarias comentou, afirma já ter passado por alguns "detalhes" com a Secretaria de Educação e que são poucas as secretarias que procurará para solicitar alguma coisa sem passar pela Câmara. Relata que nas reformas feitas nas estradas em Laranjeiras, conversando com um funcionário ele lhe disse que agradeceria pelo apoio, o vereador diz que deu almoço, acompanhou a máquina porque o ajudante não estava, inclusive o pneu furou e teve que usar seu carro para ir até a cidade arrumá-lo, o funcionário disse também que alguns secretários dizem para não procurarem vereador, para ficarem o mais distante possível deles, para não dar margem, poder, para dizerem que fez isso ou aquilo. O vereador José Nilton Santos Aguiar diz que estão sendo tratados como "cachorrinhos" porque na hora de votar projetos são procurados, mas já que são "vereadorzinhos" diz que gostaria que chegasse um projeto que fosse para salvar uma vida e votassem contra, aí sim poderiam ser chamados de "vereadorzinhos", fala essa que tem o apoio do vereador Davi Pimenta Delgado. O vereador Antônio Alves de Paula diz que conversou com a Juliana que o recebeu muito bem, e lhe disse que as mães dessas crianças de Orvalho

viriam juntas com as crianças, o que o deixou sem entender, pois como essas mães vão deixar seus afazeres para acompanhar essas sete crianças, diz ainda que em seu entendimento é mais fácil ou até mais viável financeiramente, pagar uma professora lá do que deslocar essas crianças para o Manejo, pede então o empenho do vereador Prof.Luiz Henrique de Lima Alves e principalmente do Presidente Geraldo Fonseca Neto que atuam na área da educação. O vereador Davi Pimenta Delgado diz que por conta da receptividade que eles têm tido nessas secretarias que os números de indicações e requerimentos são altos, diz ainda ser oposição ao Prefeito, mas o mesmo o recebe muito bem toda vez que vai a Prefeitura. A problemática é que ninguém governa sozinho e algumas pessoas da administração tomam atitudes lamentáveis. Fala que o colega José Nilton Santos Aguiar, colocou bem quando falou das votações dos projetos, pois muitas vezes votam correndo, com dispensa de interstício, e o que tem de haver no mínimo é educação, diz não querer generalizar, pois tem alguns secretários que os recebem bem, mas a atitude de muitos tem de ser revista. O Presidente Geraldo Fonseca Neto diz que a Secretária foi infeliz no uso desse termo, que os secretários em sua maioria o recebe bem, mas nos pronunciamentos tem de ser tomado mais cuidados com as palavras, ela poderia não estar satisfeita com a interferência, mas deveria ter pensado nas palavras que seriam usadas, e se usa esses termos para se referir aos vereadores, o que usará com seus subordinados? É por isso que a rejeição dela entre o pessoal da educação é muito grande. O vereador José Nilton Santos Aguiar diz que a diferença deles para os vereadores é que na Câmara tem uma ata que se dizem "aí" vai ficar registrado, nesses casos se precisarem questionar algum deles, podem dizer

que "o vereador é louco". O vereador Antônio Alves de Paula diz que outra diferença é que a mesma pessoa que reclama para ele, procura e reclama com todos os demais vereadores, estando todos a par desse assunto. O vereador José Antônio Fortes diz que as mães de Ibitipoca o procurou por causa das salas que estão muito cheias, procurou então a Secretária de Educação, e acha que no termo "vereadorzinho" estão todos incluídos, diz ser bem recebidos nas secretarias que procura, pois a população pede a eles que são seus representantes, mas na maioria das vezes os pedidos não são atendidos e nem justificados, e estão precisando mesmo ter mais respeito com a Casa. O vereador José Nilton Santos Aguiar diz que é nesse momento que sente falta da rádio, pois ninguém sabe o que está se passando, diz ainda que isso estava marcado para ser dito na palavra livre, queria saber o que acarretaria se fizesse um pronunciamento na rádio, pois estão no anonimato, sendo mesmo uns "vereadorzinhos", pois ninguém sabe o que acontece e nem comparecem às reuniões. O vereador Walter Neves diz que os vereadores deveriam chamar o Prefeito e pedir para que essa secretária seja retirada, falar de seu desrespeito. O vereador Antônio Alves diz que para que ela tenha dado essa ordem, passou pelo Prefeito. O vereador Walter Neves diz ao colega que com toda certeza o Prefeito não disse isso a ela, tendo apoio do vereador José Nilton Santos Aguiar que diz que até pode ser que o Prefeito tenha dito algo, mas com essas palavras não acredita. O Presidente também diz achar que o Prefeito nem tem conhecimento desse fato, e quanto ao deslocamento dos alunos é uma situação muito melindrosa e que com certeza vai contra a opinião de alguns pais, mas essa resolução é complicada, e não é tão distante assim, a estrada é asfaltada, o ônibus não anda superlotado, algo vai ter de ser feito, primeiramente terá de

primeiramente terá de ser resolvida a situação da professora do Manejo, pois não há condições dela trabalhar até o fim do ano com 28 alunos nessa faixa etária. O vereador Davi Pimenta Delgado faz ao colega José Nilton Aguiar a sugestão de enviar um oficio para o Estado, pois essa sala não cabe a Prefeitura. O Presidente acha que não resolverá o problema, pois o Estado não tem turma de tempo integral em Lima Duarte por não ter espaço fisico adequado, podendo então não querer fazer essa reforma, pela sala não funcionar com sua autorização, o que pode acontecer é o Prefeito ter boa vontade e fazer melhorias no prédio. **Indicação nº 48/2010** *"respeitosamente, ao Exmo. Senhor, Geraldo Gomes de Souza, Prefeito Municipal, que viabilize junto às categorias competentes, colocar luminárias nas ruas de Ibitipoca, começando pela estrada do Parque, Rua Júlio Miranda, Rua Hernane Lara da Silva Mourão, final da Rua do Céu, estrada para Santana do Garambéu, Rua do Curro sentido Ibraim Camilo de Souza (Camilinho)"* do vereador José Antônio Fortes. **Indicação nº 49/2010** *"respeitosamente, ao Exmo. Senhor, Geraldo Gomes de Souza, Prefeito Municipal, que junto a Secretaria Municipal de Obras, viabilize a reforma da estrada que liga a região do Pilar, Alto da Estiva, Alto da Serrinha Fiscal"* do vereador José Antônio Fortes. **Indicação nº 50/2010** *"respeitosamente, ao Exmo. Senhor, Geraldo Gomes de Souza, Prefeito Municipal, que junto a Secretaria Municipal de Obras, viabilize a captação de águas pluviais com manilhas, próximo ao Posto de Saúde de Conceição de Ibitipoca, nas propriedades de Octacílio Geraldo Lage e João Batista Fernandes, seguindo ainda pelos fundos da propriedade de Marcelo Eduardo Ribeiro com Maria Nair de Almeida"*, do vereador José Antônio Fortes. **Indicação nº 51/2010** *"respeitosamente, ao*

Exmo. Senhor, Geraldo Gomes de Souza, Prefeito Municipal, que junto a Secretaria Municipal de Obras, viabilize melhorias na Rua Julio Miranda, saída da Rua do Céu até a Rua da Cachoeirinha. A referida rua encontra-se intransitável; trata-se de uma rua com muitas moradias e hospedagens que, como outras do distrito, muito contribuem para o desenvolvimento da sede", do vereador José Antônio Fortes. O Presidente diz ao vereador José Antônio Fortes que saiu uma lista de ruas licitadas para serem calçadas em Ibitipoca, sugere que ele procure na Prefeitura essa relação. O vereador José Antônio Fortes diz que as ruas da Biquinha e do Campo já tem sinais de que vão se iniciar o calçamento, mas essas são ruas bem pequenas e os moradores tem pedido o calçamento de outras. O vereador José Nilton Santos Aguiar fala que na reunião do Prefeito com a Associação de Moradores de Ibitipoca ficou liberado pedras para o calçamento da Rua da Margurinha, e o mutirão para o calçamento vai se iniciado e lá só passará pedestres, uma decisão dos moradores. São colocadas em votação as indicações publicadas, não havendo manifestações em contrário, todas são aprovadas por sete votos a favor e nenhum contra. **Requerimento nº 18/2010** *"respeitosamente, ao Exmo. Senhor, Geraldo Fonseca Neto, Presidente da Câmara Municipal, que tome as providências cabíveis contra o Exmo. Senhor Prefeito Municipal, Geraldo Gomes de Souza, por não responder aos Requerimentos aprovados por este plenário: 48, 57, 59, 62, 65, 68, 70/2009, Requerimentos encaminhados em tempo hábil e decorrido tempo mais que razoável para serem atendidos, como diz a Lei Orgânica, o Decreto Lei 201 e o Regimento Interno desta Casa"*, do vereador Antônio Alves de Paula. **Requerimento nº 19/2010** *"respeitosamente, ao Exmo. Senhor Geraldo Fonseca Neto, Presidente da*

Câmara Municipal, que concede dispensa de interstício para votação do Projeto de Lei do Executivo nº 09/2010" do vereador Prof.Luiz Henrique de Lima Alves. **Requerimento nº 20/2010** *"respeitosamente, a Exma. Senhora, Gizelia Miriam dos Santos Teixeira, Secretária de Educação, que organize um momento de reunião com todos os servidores da Educação de nosso município para elaborar um novo Plano de Cargos e Salários da Educação ou rever o que está em vigor"*, do vereador Luiz Henrique de Lima Alves. **Requerimento nº 21/2010** *"respeitosamente, ao Exmo. Senhor, Manoel Gomes, Diretor Geral do DEMAE, que ENVIE A ESTA Casa Legislativa, a relação de funcionários desta autarquia: Número de funcionários, nome, cargo e salário; a relação de prestadores de serviço que recebem por meio de Notas de Empenho; a relação de veículos que estão a serviço do DEMAE; o que está sendo gasto com energia elétrica e se o Poder Executivo ainda repassa recursos, caso positivo, enviar o montante de setembro de 2009 até a presente data; esclareça os motivos desta autarquia ainda não ter conseguido sua auto sustentabilidade, visto que, foi pedido ao Poder Executivo abertura de crédito especial no valor de R$50.000,00 (cinqüenta mil reais) para reforma da ETA"*, do vereador Antônio Alves de Paula. Os Requerimentos são todos aprovados por sete votos a favor e nenhum contra. Colocado em segunda votação o **Projeto de Lei nº 07/2010** *"Define as regras para pagamento de parcelamento referente às parcelas para aquisição de casas próprias, no Bairro Poço da Pedra, do Programa Habitar Brasil e dá outras providencias"*; não havendo manifestações em contrário é aprovado por sete votos a favor e nenhum contra. Colocado em 1ª e 2ª votação o **Projeto de Lei do Executivo nº 09/2010** *"Dispõe sobre a abertura de crédito especial no*

Antônio Alves de Paula vota contrário ao projeto, diz que já tem um ano que o DEMAE cobra a água pelo hidrômetro, então já tem tempo suficiente para ter se adequado às normas da cobrança, principalmente por ter sido dito na Câmara Municipal que com a implantação dos hidrômetros seria solucionado o problema do departamento, pois se achava que num passe de mágica o DEMAE passaria a ter lucro e isso não aconteceu, diz ainda que de abril a outubro de 2009 o Executivo repassou para o departamento R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e acredita como pede informação no requerimento que continua repassando, por esse motivo e principalmente pelo cabide de emprego que virou o DEMAE é contrário a esse crédito especial. O Presidente diz que se alguém do DEMAE fez esse pronunciamento, foi infeliz, o que aconteceu é que houve uma redução de energia para bombeamento das caixas pela redução do gasto de água, mas em contrapartida houve uma queda de arrecadação. O vereador José Nilton Aguiar diz que é conhecedor da sucatização do DEMAE e tem em mãos um projeto de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) pedido ao Deputado Lafaiete Andrada para reforma da ETA e um de 6.000.000,00 (seis milhões) para o saneamento básico do município, e vota a favor do projeto. O projeto é aprovado por seis votos a favor e um contra. Colocado em segunda (2ª) votação o **Projeto de Lei do Legislativo nº 02/2010** *"dispõe sobre a obrigatoriedade da menção do nome da cidade de Lima Duarte nas propagandas de atrativos turísticos bem como nas propagandas imobiliárias em todos os tipos de mídias que possa ser utilizada e dá outras providências"*. O vereador Davi Pimenta Delgado parabeniza o colega Prof.Luiz Henrique de Lima Alves pela autoria do projeto muito bem pensado, elaborado e diz que isso prova que a Câmara não tem só

"vereadorzinhos". O projeto é aprovado por sete votos a favor e nenhum contra. O Presidente convoca os vereadores para a Reunião de Prestação de Contas do Executivo no dia 29/03/2010 às dezoito horas (18 h), deixa então a palavra livre. Com a palavra o vereador Prof.Luiz Henrique de Lima Alves reforça o convite da Assistente Social, Maria Margarida Santos di Filippo já afixado no quadro na Câmara Municipal da Reunião no Poço da Pedra no dia 25/03/2010, quinta-feira às 18h30min, o assunto é o refinanciamento da dívida para aquisição das moradias. Sobre a questão do "vereadorzinho" acha que como vereadores têm sim que tomar algumas atitudes, pois muitas são as críticas pelo grande número de indicações, que se dá talvez pelo fato das pessoas que tem competência para tomar tal decisão ignorarem esses pedidos, é uma situação muito delicada, tem que ser conversado, pois o Prefeito os atende a qualquer hora não só os vereadores da situação mais da oposição também como já foi relatado pelo vereador Davi Pimenta. Diz ainda que tem de ser levado ao conhecimento do Prefeito e como diz o ditado "tem que se dar nome aos bois', dizer quem é quem na história, pois todos estão para somar pelo município de Lima Duarte, e fica muito chateado com tais afirmações, mas por outro lado tem que se tomar cuidado porque existem muitas pessoas maldosas que gostam de ver o "circo pegar fogo". Ilustra dizendo que foi procurado por uma pessoa da Prefeitura querendo saber qual vereador disse que a Secretaria de Educação é obrigada a fornecer transporte para os alunos citando até mesmo número de lei, e isso não aconteceu, podendo ser constatado na ata, que felizmente a Casa tem para provar, não se sabe ao certo o que aconteceu, diz ser uma situação delicada e que tem por obrigação investigar. O vereador José Nilton Santos Aguiar diz que a respeito

desse assunto novamente entra a falta da rádio, porque na Câmara tem-se a ata, eles não têm, então dizem que não falaram e pronto, fala ainda dos assuntos que estão parados na Casa, por exemplo, o Código Tributário, porque daqui a pouco entra o recesso, chega o fim do ano e nada foi feito, a Lei Orgânica e o Regimento Interno quando iniciou, foi dito que fariam umas mudanças e está parado, o Plano Diretor até hoje nada se tem em mãos. A respeito da palavra que tinha deixado, Cooperativa, teve uma reunião no dia anterior a esse, diz que no Conselho Municipal Rural Sustentável foi feito um oficio para todos os donos de laticínios compareçam à próxima reunião juntamente com o presidente da cooperativa. A respeito da rádio questiona o que pode ser feito, o que ele particularmente pode fazer, e a respeito do concurso pede que o Presidente como representante da comissão falasse alguma coisa, pergunta também aos vereadores Davi Pimenta e Antônio Alves pela lei anti-fumo, e quer saber também dos nomes de rua do Capoeirão, pois foi cobrado quanto a isso, diz ainda estar disposto a ir até lá medir todas as ruas e trazer os nomes que eles querem, ou seja os que já estão lá, pois não querem mudança. Quanto a UNIPAC diz ter feito um oficio que já foi entregue na secretaria e está protocolado, diz ainda que no dia 13/01/2010 numa reunião da Associação de Moradores de Ibitipoca lhe pediram que fizesse um requerimento a respeito de três obras no distrito, Rua da Margurinha onde iniciava umas colunas que os moradores achavam que iria prejudicar a passagem, muro da Cachoeirinha e a obra do Sr. Antônio dos Bichinhos, a respeito da Margurinha estavam iniciando as colunas, fez o requerimento, procurou o Sr. Joaquim da Secretaria de Vistorias, então na semana que passou o pessoal do DER foi lá e embargou a obra, enquanto

existia uma coluna nada foi feito, agora com a obra praticamente pronta do Sr. Cezar proprietário do Janela do Céu, diz que vai fazer um oficio para o Gestor mostrando que é favorável a contribuir com o Sr. Cezar no que for gasto lá, pois foi o Sr. Joaquim foi alertado no início da obra e agora o proprietário levará um prejuízo muito grande. Diz ainda que o Sr. Joaquim o apresentou uma planta assinada por ele e disse que a obra era legal. O Presidente diz que como foi feita a obra nas margens de uma MG, a fiscalização é de competência do DER, e antes de construir a pessoa tem que conseguir uma autorização do órgão competente, não cabendo a Prefeitura fiscalizar. O vereador Tadeu Tavares de Matos diz que o DER também interferiu na obra dos Senhores Manoel Gomes e do Geraldo Gomes de Souza perto da fábrica e foi para a Justiça, porque eles tentaram fazer um muro e disseram que tem que ter 15 metros do centro da rua para a direita e esquerda, praticamente várias construções dentro de Ibitipoca estão foras do padrão, e o DER está deixando a desejar, porque embargar essa obra agora sendo que não fez isso desde o início com as demais, deviam pensar no calçamento das estradas ao invés de ficar batendo de frente com as pessoas que estão construindo. O vereador José Nilton Aguiar diz que as comunidades do Capoeirão e Várzea do Brumado pedem mais empenho em relação à Vimara, pois estão indo até lá o dia que querem a hora que podem, diz que um oficio deveria ser feito pedindo um representante na Casa para prestar esclarecimentos, numa carta que recebeu da comunidade de Orvalho que fala da frota sucateada e em péssimas condições que coloca em risco a segurança dos passageiros, a tarifa da Divisa altíssima, a comunidade até Lima Duarte paga R$1,50 (um real e cinqüenta centavos), da divisa a Orvalho R$ 3,00 (três reais), de manhã é preciso esperar o motorista

que faz a Penalva, atrasando quem precisa chegar cedo a Lima Duarte. Diz também que se faz preciso uma legislação quanto à metragem das estradas, acredita serem sete metros, mas costumam colocar uma cerca exatamente a sete metros, não deixando margem para passeio em lado nenhum, está acontecendo em São José dos Lopes, Ibitipoca, Capoeirão, e questiona se é o secretário de obras que tem de fiscalizar. O Presidente diz que sim e que é preciso ver a legislação federal vigente e nesse caso, um vereador pode fazer essa lei na Casa regulamentando. O vereador José Nilton Aguiar coloca ainda que a respeito dos carros novos da Prefeitura que estão rodando deveriam ter mais cuidado com eles, pois os carros antigos numa estrada de Laranjeiras, por exemplo, estava a oitenta por hora (80K/h), o novo não demorará também, então que fosse feito algo, não sabe se uma lei ou um requerimento para que seja afixado nos carros "como estou dirigindo e um número de telefone para contato", pois se não tomarem cuidado, estes carros daqui a algum tempo também estarão em leilão. O Presidente diz que isso poderia ser feito através de uma indicação, o vereador José Nilton Aguiar pede que seja feito pela Mesa Diretora, para finalizar sua fala parabeniza o colega Tadeu Tavares de Matos pela passagem de seu aniversário, desejando que Deus o ilumine e o coloque sempre a frente do município para que o melhor seja feito em favor de todos. O Presidente diz ao vereador José Nilton Aguiar que o Código Tributário tem de vir do Executivo, o que foi enviado para a Câmara ano passado não tem validade, a Lei Orgânica e o Regimento Interno gostaria que nas reuniões de Comissão começassem a providenciar as modificações necessárias, o Plano Diretor também é de prerrogativa do Executivo, e a respeito do concurso na quinta-feira próxima haverá uma reunião da Comissão

do Concurso com o representante da firma que ganhou a licitação, na próxima semana já terá uma posição a ser dada. O vereador José Nilton Aguiar pede que seja feito também um oficio ao Diretor do Parque Estadual de Ibitipoca, João Carlos para que ele esclareça alguns questionamentos. O Presidente diz que esses oficios poderiam ser feitos pelos próprios vereadores, pois a força é maior quando aprovado em plenário. O vereador Prof. Luiz Henrique de Lima Alves diz que em relação ao João Carlos do IEF fez um oficio pedindo o nome de todos os conselheiros do Parque de Ibitipoca, pois sabe-se que tem um assunto polêmico por lá sobre a área de reserva legal em torno do Parque e os conselheiro devem votar sobre isso nas próximas reuniões, e que ficou sabendo até de maneira informal que a Câmara teria direito a uma cadeira no conselho e se realmente for o caso não se tem nomeado esse representante e acha que o colega José Antônio Fortes a pessoa ideal para tal. O vereador Antônio Alves de Paula fala sobre as ruas do Capoeirão e sobre o Projeto Anti-fumo, diz que sobre as ruas da comunidade do Capoeirão tem em mãos um abaixo assinado e um projeto já pronto, mas eles ficaram de passar a ele o currículo dessas pessoas que deram nome as ruas, diz ao colega José Nilton Aguiar que é em vinda sua preocupação, mas quem tomou a iniciativa foi ele e os vereadores Davi Pimenta Delgado e Wagner de Paula Rodrigues na primeira visita que fizeram e os moradores os relataram que era preciso dar nome as ruas. O vereador José Nilton Aguiar diz que não tem um abaixo assinado, mas quando esteve lá colocaram para ele nomes como, Rua São José, Rua da Escola, Rua do Espigão e Rua do Beco, e que o que quer é ajudar, pois isso foi o que lhe passaram no dia anterior a essa reunião. O vereador Antônio Alves diz que fica parecendo que está querendo passar por

cima e que o projeto que tem em mãos fica avalizado pelas 72 assinaturas dos moradores, e o vereador José Nilton Aguiar diz que só quer que aconteça, inclusive diz que alguém esteve no Capoeirão, não é vereador pelas informações que teve e disse para que não o procurassem porque ele era do lado "a", e quer dizer que não tem lado "a ou b" o que é um vereadorzinho, pede para que todos tomem cuidado para quando forem até lá, pois tem um Senhor que está querendo ser o prefeito de Lima Duarte então está jogando sujo, mas que irá jogar limpo até quando der, pois o dia que resolverem jogar sujo com ele não se responsabiliza pelos seus atos e conseqüências, seja quem for desde um vereadorzinho como ele até o homem que falta um dedo e diz que é presidente e que quer eleger uma mulher fazendo campanha com o dinheiro do povo, no meio dessa fala o vereador José Nilton Aguiar mostra sua indignação por ter de ser discreto e não poder como ele diz "dar nome aos bois", diz ainda que o Regimento Interno deveria sofrer modificações para que pudesse citá-los sempre que fosse preciso. O vereador Antônio Alves diz que foi sozinho à comunidade e conseguiu fazer uma reunião onde foi eleita um comissão para dois anos, quem lhe passou essa relação foi o Zezé do Bar, as ruas são as seguintes: Costa e Silva, São José que é a principal, Amália, Salvino Almeida, Freitas e Ramon Nilo, falta somente o currículo, pois o Regimento Interno pede que seja anexado no projeto. O vereador José Nilton Aguiar diz que esteve no Capoeirão medindo as ruas com sua moto, uma tal enfermeira chegou lá e disse a sua mãe que esses nomes de ruas não poderia ter sido entregue a ele, diz ainda que sua ida até lá foi para resolver outros problemas e esses nomes lhe foi passado não em reunião, mas por mais ou menos oito pessoas, pois só quer ajudar e que outra pessoa pode assinar o

projeto que votará favorável. O vereador Antônio Alves diz que já está tudo certo, sabe-se onde a rua inicia e termina e que a reunião foi feita com 60 pessoas, não com meia dúzia, diz não querer passar na frente de ninguém e que o colega pode até assinar junto com ele o projeto, pois a partir do momento que foram eleitos são vereadores do município. O vereador José Nilton Aguiar diz que um morador simples do Capoeirão disse que seria bom que os Nobres Vereadores fossem até lá, assim teriam a certeza que todos estão lutando pela comunidade, não teria terceiros tentando atrapalhar. O vereador Antônio Alves diz que o colega colocou muito bem quando falou do Regimento Interno, pois quando propôs uma emenda ao mesmo ela infelizmente foi arquivada não tendo sido nem avaliada pelas comissões, pedia somente que fosse dado ao Prefeito um prazo para que ele respondesse aos pedidos de informação, foi arquivada porque o Regimento teria que ser revisto e isso não aconteceu até hoje, o que é lamentável. Fala ainda de uma reclamação que teve de um morador da Escola Agrícola sobre a superlotação das Kombis escolares, deixa sua denúncia, pois não pode continuar da maneira que está, porque logo que começou o ano foi proibido o transporte urbano agora liberou e virou uma bagunça, lhe foi relatado que numa Kombi que tem capacidade para oito ou nove pessoas tinha vinte e duas crianças. Ressalta então os poucos investimentos feitos pela atual administração em educação e saúde, faz uma comparação, pois em dois mil e quatro com a Educação foram gastos R$ 175.592,08, ou seja 28,16%, em dois mil e oito foram gastos com pessoal 273.052,48 - 25,78%, quando diz que querem fechar a escola de Orvalho é verdade, pois começam assim trazendo os pequenos alunos do pré, depois os da 1ª série vai indo até fechar como na Várzea do Brumado, estão

gastando somente o mínimo necessário. Na saúde o mínimo é 15% em 2008 foi gasto 19,25% enquanto em 2004 foram 23,99%, fica sua denúncia para que sejam feitos mais investimentos na educação e saúde. Para terminar fala das pontes da Várzea e dos Baias que fazem falta aos moradores e relata ainda que na estrada da Reserva de Samambaia onde o Prefeito, Geraldo Gomes de Souza comprou um terreno os moradores esperam por mais de vinte anos por uma ponte, sem contar que esta estrada está como asfaltada e não é. O vereador José Nilton Aguiar diz que em relação a ponte da Várzea do Brumado o assunto só saiu pelo fato da conversa ser sobre secretarias, mas espera que não tenha conotação política, procurou uma secretaria onde tem bom convívio e tem fé em Deus que conseguirão fazer algo. O vereador Prof. Luiz Henrique de Lima Alves diz que em relação à verba da educação, tem duas observações que gostaria de fazer, a primeira tem a ver com o requerimento que fez a Secretária Municipal de Educação porque se vê na televisão a demagogia do Governo Federal falado do piso salarial do professor onde na verdade o salário continua de fome e não tem em Lima Duarte nenhum professor que receba abaixo desse piso, mas é que gera uma confusão, pois todos acham que tem o direito aos R$1.050,00, acha que deu uma aula na semana e tem que ganhar esse valor, quando na verdade para esse valor tem que se cumprir quarenta horas semanais, essa reunião vai ser para esclarecer alguns pontos. Fala que um dos critérios para calcular o montante que vem para a educação é realmente o número de alunos então para o Município arcar com uma despesa de pagar um professor esse salário numa turma de nove alunos o município não consegue, e pra manter uma turma pequena e outra superlotada fica complicado, acaba tendo que fechar escola,

que fechar escola, trazer alunos de longa distancia para poder atender a Lei de Responsabilidade Fiscal porque não pode gastar além. E sobre os percentuais gastos referentes a quinze porcento do orçamento de hoje é bem superior ao orçamento de cinco, seis anos atrás se forem comparados os dois valores orçamentários. O vereador Antônio Alves diz que nos fechamento da escola da várzea do Brumado três profissionais do magistério ficaram sem emprego, e em Orvalho se deslocarem as crianças acredita que será mais uma professora desempregada. O vereador Prof. Luiz Henrique de Lima Alves diz que se acontecer o deslocamento a professora virá junto, explica também que o Município não tem condições de manter uma turma com sete alunos e para não sobrecarregar a professora que tem vinte oito alunos, outro profissional para dividir com ela esses alunos, o que também faz cair o nível da educação, pois para a professora que trabalha com sete alunos as aulas transcorreram de maneira excelente, mas para a professora dos vinte e oito não tem como ministrar aulas do mesmo nível e dividir a sala e contratar outra professora, pode extrapolar o percentual que pode ser gasto com pessoal e o Prefeito terá que responder criminalmente por isso. O vereador Tadeu Tavares de Matos fala do pedido de comparecimento de algum gerente da CEMIG e acrescenta que seria o ideal que fosse uma audiência pública, leva ao conhecimento dos demais que conversando com o Senhor Derly Aparecido ex-funcionário, já aposentado CEMIG soube que a Usina PCH já está em pleno funcionamento e a energia está indo para Juiz de Fora e seria utilizada como já foi comentado na Casa pelo Senhor Gumercindo que é um dos donos e está vendendo a energia para a CEMIG, então seria bom que viesse também um representante da PCH para que pudessem ser questionados por que essa energia não fica

dentro do município já que é gerada aqui, pois a cidade está contando com uma energia de péssima qualidade e sabe-se também dos prejuízos dos produtores e de alguns moradores da cidade. Fala que a mais ou menos um ano houve uma reunião do jurídico do município com a um representante da empresa Vimara onde foi questionada a concessão que eles tem, parece que um contrato até 2016 que segundo a assessoria da Prefeitura foi feito irregularmente e que só poderiam funcionar até 2010, pois tem uma lei que diz que tem de ser feita agora uma nova licitação para 2010, e automaticamente se eles não atenderem todos os requisitos que o município colocar na licitação, irão perder. Diz que questionou a tarifa de R$ 1,50 até Orvalho e um ou dois quilômetros à frente na divisa mais R$ 1,50, dobrando o valor, e também o fato de São Domingos, Ibitipoca pagarem mais dentro da cidade se em Juiz de Fora,por exemplo, independente de o bairro ser distante se é ou não estrada de chão a tarifa é única. Fala ainda que esse desrespeito com a população,usando ônibus de qualquer maneira,seja pelo fato desse contrato que vai ser rompido e de saberem que talvez não vão ganhar a licitação, mas ainda assim algo tem realmente que ser feito como, por exemplo, cobrar do Executivo que seja agilizado alguma providencia. Quanto ao que o colega Antônio Alves de Paula disse sobre a educação e saúde, concorda que tem de haver prioridade, a educação tem um grande número de transportes que até devem ter aumentado as despesas, e a saúde, não se tem ouvido reclamações como se ouvia antigamente dois ou três governos atrás, acredita realmente que pode melhorar, mas está se gastando dentro das possibilidades e não pode ser comparado com as de outras administrações. O vereador Antônio Alves de Paula diz que quanto à saúde sabe que melhorou mais pode ainda ser melhor e

que o Secretário Sebastião Antenor está fazendo um bom trabalho e que é um dos poucos secretários que ele se dá, mas só se nota que a saúde esta ainda deixando a desejar quando se precisa dela, e que isso está acontecendo no todo,a saúde no país está precisando melhorar e muito. o vereador Tadeu Tavares de Matos novamente fala do respeito que tem de haver entre ao Executivo e o Legislativo, para que o melhor seja feito pelo município, e é isto que quer em relação aos secretários, que tudo pode ser conversado, que eles podem tentar ao menos explicar o porquê de determinado pedido não poder ser atendido, é certo que o vereador não tem o poder de executar, mas não podem esquecer que eles são um elo do povo com a administração, pois foram eleitos para representá-lo. O Presidente fala do pedido do vereador Tadeu Tavares de Matos sobre a presença da PCH, diz que quem compra a energia é a CEMIG e ela determina para onde irá essa energia, e se a energia está indo para Juiz de Fora a PCH com certeza não autonomia para decidir, mas nada impede de entrar em contato com eles o que pode ser mais complicado é a data da vinda da CEMIG coincidir com o dia que a PCH possa também comparecer. O vereador Tadeu Tavares de Matos diz que seria válido tentar, pois eles mesmos quando estiveram na Casa disseram que o município seria beneficiado até mesmo no fornecimento de energia, e como eles é que vendem, poderiam ajudar a sensibilizar a CEMIG para dar preferência ao município nesse fornecimento.o vereador José Nilton Santos Aguiar sugere que alguém que fosse "entendido" como o Sr. Derly Aparecido para que os auxiliasse na visita da CEMIG para o caso de não entenderem algum termo técnico. O vereador Davi Pimenta Delgado diz que nem iria fazer uso da palavra, mas com o comentário do "vereadorzinho" resolveu falar, diz até que

o vereador Tadeu Tavares de Matos resumiu bem o que queria dizer, fala que estam na Câmara representando o povo, uns tem maior acesso ao Prefeito e Secretários outros fazem seus pedidos de maneira mais formal por meio de indicações, requerimentos, e que nenhum vereador tem com certeza intenção de prejudicar o municipio, a Casa aprova os projetos do Executivo por unanimidade, tem de haver um respeito mútuo entre os poderes, nem diz do Prefeito não, pois ele dá demonstrações de que os trata com respeito,mas não governa sozinho, e quando um secretário faz um comentário desse tipo é lamentável. Fala de uma notícia boa, que soube através do Jornal LD & CIA que o bairro Vila Cruzeiro terá um calçadão, um questionamento antigo dos moradores, onde a praça que o colega Antônio Alves de Paula deu o nome Francisco José Gonçalves será reformada e será calçadão. Diz ter feito uma indicação nesse sentido, onde além de reformar a praça fosse feito esse calçadão, não sabe se seguiram sua indicação ou do colega Antônio Alves de Paula, mas fica muito satisfeito em saber que será feito e atendido um anseio da comunidade, é a satisfação que se tem quanto vereador é saber que o povo está rendo retorno, e não é pelo fato de ser oposição que um pedido que venha fazer não seja atendido, pois o pedido não é seu e sim de uma parcela da população e nem sabe se o Prefeito tem conhecimento disso, mas ele enquanto Gestor teria que saber e tomar alguma atitude. O vereador Antônio Alves de Paula diz a partir do momento que algo é aprovado na Casa, passa a ser da Câmara Municipal de Lima Duarte e ainda que nunca seria contra a construção de uma praça, principalmente na Vila Cruzeiro que é tão carente da mesma, mas a primeira coisa que deveria ser feito ali era consertar as ruas e nos seis anos e meio dessa administração nada foi feito por aquele bairro. O

vereador Davi Pimenta Delgado diz que realmente as ruas estão lamentáveis e que muitos são os pedidos se não de todos os vereadores quase todos já pediram uma atenção maior às ruas do bairro Cruzeiro, diz ter tocado no assunto por isso, é por isso que são chamados de "vereadorzinho" e concorda com o vereador José Nilton Santos Aguiar que a rádio faz falta, porque passa uma imagem para a população de que nada está sendo feito, pois não tem poder de executar. Quanto ao questionamento que o colega José Nilton Santos Aguiar sobre seu pronunciamento na rádio, diz como leigo que não só pode como deve, mas seria bom que consultasse alguém que sabe para que não tenha problemas futuros. O vereador José Nilton Santos Aguiar diz que não precisaria ser ele somente, uma comissão poderia ser criada e cada de tempo em tempo fosse um, pois infelizmente estão no anonimato, o que concorda o vereador Davi Pimenta Delgado. O vereador José Nilton Santos Aguiar diz que até já procurou o Deda, proprietário da rádio que ficou de conversar com o jurídico dele e ainda não lhe deu resposta. O vereador Antônio Alves de Paula diz que no que dependesse do proprietário da rádio poderia sim, mas existe na Casa uma determinação do Prefeito que a rádio não pode transmitir em hipótese alguma. O Presidente Geraldo Fonseca Neto diz que da maneira que o vereador disse, é como se existisse uma ordem do Prefeito para a Câmara, e não há,se a Casa quiser ela pede a transmissão, o que o Prefeito disse foi que a partir do momento que a rádio passar a transmitir as reuniões ou algum pronunciamento ele pode entrar na justiça e fechar a rádio no outro dia, não existe determinação, porque ele não tem essa autonomia de dar ordens à Câmara Municipal.O vereador Davi Pimenta Delgado questiona qual o argumento que usaria, o Presidente diz que a rádio não tem autorização.O

vereador Antônio Alves de Paula diz que é aí que volta ao passado, a Rádio Cascavel ficou dois mandatos, um e meio batendo no ex-Prefeito Carlos Alberto Barros até que o tirou do cargo, e o atual Prefeito umas "criticazinhas" que são feitas e ele não aceita, e é fazer pouco da inteligência deles, que sabem que se a rádio transmitir e tiver críticas a ele, ela será fechada.O vereador José Nilton Santos Aguiar diz que não iria a radio jogar flores ou espinhos no Prefeito, queria a oportunidade de mostrar para o povo, que deve no mento está em casa pensando como os "vereadorzinhos" nada estão fazendo, e que também não é contra a praça,mas se tivesse que escolher entre a praça e a reforma das ruas, ficaria com a reforma das ruas, e teria como explicar para o povo o porque das coisas.O vereador Davi Pimenta Delgado concorda e diz que ninguém iria usar o meio de comunicação para fazer politica ou politicagem, pois a partir do momento que algum documento é aprovado passa a ser da Casa, a intenção seria prestar contas à população, para não saírem, como já disse o colega José Antônio Fortes numa conversa pessoal, em branco.O vereador Antônio Alves de Paula diz que o mais interessante da rádio é o direito de resposta, pois se o Prefeito achar que foi ofendido ele no outro dia poderá ir até a rádio e fazer uso da palavra.O vereador Davi Pimenta Delgado pergunta o colega Prof.Luiz Henrique de Lima Alves sobre a Associação Limaduartina Amigos da Comunicação, pois o Ministro das Comunicações Hélio Costa lhe disse numa conversa informal que também estava o vereador Antônio Alves de Paula, que antes se afastar do ministério iria liberar essas rádios comunitárias onde existe a liberação ou o pedido em todo estado de Minas Gerais, gostaria de saber que pé anda, o que está faltando, pois as pessoas questionam e não tem como dar a resposta sem

saber algo concreto.O vereador Prof.Luiz Henrique de Lima Alves diz que a Associação não recebeu nenhuma comunicação formal, pois o que dependia do Ministro Hélio Costa já foi feito,o despacho dele encaminhando para a Casa Civil que enviará para o Congresso Nacional que tem o prazo de 60 dias e passando esses 60 dias aí sim a Associação pode requerer o pedido de funcionamento e não há nenhuma informação de que já tenha saído da Casa Civil para o Congresso. O vereador Antônio Alves de Paula diz que de acordo com o que o Deputado Ivair Nogueira disse, a partir do momento que vai para a Casa Civil ela só depende da sanção do Presidente.O vereador Prof.Luiz Henrique de Lima Alves diz que não, que saído vai para a Casa Civil e lá enviam para o Congresso Nacional, que precisa apreciar, comenta inclusive, que saiu no diário oficial da União e acompanhando pela internet, uma liberação de uma rádio de um político se não se engana do Maranhão que deu a maior polêmica e que tinha sido aprovada pelo Congresso Nacional.O vereador Davi Pimenta Delgado diz que fica na torcida que essa radio seja legalizada não só para transmissão das reuniões mais será mais um meio de comunicação no município, o que é muito importante.O vereador José Antônio Fortes parabeniza o colega Tadeu Tavares de Matos pela passagem do aniversário, e diz que em Ibitipoca também tem uma rádio comunitária esperando em processo de legalidade e já tem abaixo assinado a favor.Não tendo mais assuntos a tratar o Presidente Geraldo Fonseca Neto encerra a reunião e lembra da Reunião Solene em Homenagem a Mulher no sábado dia 27/03/2010 às 18 horas na Câmara Municipal e convoca a todos para a Audiência Pública no dia 29/03/2010,agradece a presença de todos e para constar, pede que esta ata seja confeccionada, lida e se aprovada assinada.

Geraldo Fonseca Neto, Davi Pimenta Delgado, Tadeu Tavares de Matos, Antônio Alves de Paula, José Antônio Fortes, Luiz Henrique de Lima Alves.

Aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e dez (08/03/2010) reuniu-se o Legislativo Municipal na Sala de Sessões da Câmara Municipal, às dezoito horas (18 h), para a realização da Primeira (1ª) Reunião Ordinária do Terceiro (3º) Período da Segunda (2ª) Sessão Legislativa, sob a presidência do Vereador Geraldo Fonseca Neto. Com as palavras de praxe, o Presidente, percebendo haver número regimental, declara abertos os trabalhos, inicia lembrando que o dia oito é o Dia Internacional da Mulher, parabeniza então as funcionárias da Câmara Municipal de Lima Duarte pelo seu dia, logo após a chamada dos vereadores é feita pelo Secretário, vereador Prof.Luiz Henrique de Lima Alves, constatando a presença de todos os Edis. A ata do dia vinte e quatro e fevereiro de dois mil e dez (24/02/2010) é colocada em discussão e votação, não havendo manifestações em contrário é aprovada por oito votos a favor e nenhum contra. Dando prosseguimento ao **Pequeno Expediente** o Secretário, vereador Prof.Luiz Henrique de Lima Alves faz a leitura de Expedientes Recebidos da Prefeitura Municipal e leitura de Diversos. Seguintes: **Ofício nº 47** da Secretaria Municipal de Educação, assunto, resposta ao requerimento nº 78/2009, *"O Projeto Proinfância – construção da creche municipal no Bairro Nossa Senhora das Graças com o qual o município foi contemplado nós dá a oportunidade de oferecer o melhor para as crianças na faixa etária de 0 a 5 anos. O transporte escolar rural é ofertado numa parceria dos governos Estadual, Federal e Municipal, não se encontrando nenhuma obrigatoriedade na oferta por parte do município em ofertar transporte urbano. Todo o funcionamento desta nova creche, está sendo estudada e posteriormente com a orientação do MEC e do FNDE será*

sendo estudada e posteriormente com a orientação do MEC e do FNDE será divulgada". O vereador Antônio Alves de Paula diz que em relação ao transporte de estudantes, está fazendo um requerimento nesse sentido, pois o Prefeito no ano de 2009 autorizou o transporte urbano para os estudantes e para o ano de 2010, com o início das aulas em fevereiro ele diz que não tem obrigação em oferecer o mesmo. O vereador Prof.Luiz Henrique de Lima Alves diz ao colega que o ofício lido é em resposta ao requerimento do vereador Davi Pimenta Delgado e é sobre os alunos da creche, fala ainda que, em relação ao transporte dos alunos no município, conversou com a Secretária de Educação Gizelia Mirim Santos Teixeira e alguns vereadores estavam presentes, esta lhe relatou que houve um "problema" em relação ao transporte porque, a exemplo, na Piúna, os moradores têm para estudar o Bias Fortes ou o Ginásio (Escola Estadual Adalgisa de Paula Duque), sem problema, mas os alunos da Vila Cruzeiro estavam saindo de dentro do bairro, pegando carona e vindo estudar no Ginásio, no Bias Fortes, o que estava super lotando as duas escolas do centro e deixando salas vazias na escola do bairro. Estava havendo a dificuldade de convencer os pais em relação a esse transporte, houve então uma determinação da Secretaria de Educação que não transportasse nenhum aluno no perímetro urbano, com exceção é claro dos alunos que tem necessidades especiais, isso é que foi relatado, mas mesmo assim estam discutindo, estudando se há possibilidades, pois tem crianças que moram distantes como no Recanto Alegre, na Piúna, e a escola fica longe para que venham estudar. Publicação do **Projeto de Lei Legislativo nº 02/2010** *"Dispõe sobre a obrigatoriedade da menção do nome da cidade de Lima Duarte nas propagandas de atrativos turísticos bem como nas propagandas*

conhecimento ou não. Não havendo mais assuntos a tratar o Presidente declara livre a palavra. O Presidente Davi Pimenta Delgado fala sobre a dengue, das visitas dos agentes para combatê-la, mas no último sábado esteve no cemitério e foi abordado por algumas pessoas que lá estavam por causas dos vasinhos de flores que ficam nos túmulos, se eles também não poderiam ser depósitos para foco do mosquito, o que faz com que todo trabalho de conscientização nas residências se os moradores também vão ao cemitério acabem em vão, estão infelizmente esquecendo desse local. No estado de Minas Gerais já tem inúmeros casos de dengue e alguma providência tem de ser tomada. Diz não saber o que fazer em relação pede inclusive sugestões aos colegas. Fala também dos entulhos que estão não do lado de fora, mas do lado de dentro do cemitério e não sabe de quem é a culpa, as pessoas estam se queixando que entre os túmulos tem sido deixados enxada, tijolos, restos dos materiais de construção dos mesmos, e as pessoas principalmente os idosos acabam tropeçando, lhe foi sugerido que fosse feito um mutirão para limpeza do local. Fala dos alunos da zona rural que deixaram de dar aulas por conta do transporte, ficaram sem freqüentar as aulas por uma semana, e não tem certeza se já retornaram as atividades, sabe-se que na época das chuvas é complicado realmente e inclusive já fez indicações pedindo conservas porque por onde eles zelam as estradas funcionam melhor, mas se de tudo não puder voltar a ter os conservas nesse tempo da seca que essas estradas sejam conservada, melhoradas porque infelizmente o produtor rural, como já foi dito, sofre muito com isso e pede que alguém que saiba lhe diga se as crianças já voltaram as atividades normais. O vereador José Antônio Fortes diz que tiveram uma reunião com a Secretária de Educação no Conselho de Desenvolvimento Rural

Wagner de Paula Rodrigues parabeniza as mulheres por seu dia, as funcionárias da Casa, e diz que referente aos ofícios está faltando um, o do "Morro do Urubu" que era para ser encaminhado para o Prefeito, o vereador Prof. Luiz Henrique diz que a secretária Ane France pode já ter enviado o ofício para o Prefeito e a cópia não esteja vindo para o plenário. Continuando o vereador Wagner de Paula Rodrigues diz que torce para que o ofício enviado para o Banco do Brasil tenha surtido algum efeito na melhora do atendimento. Fala também sobre a Biblioteca Municipal que foi fechada para reforma no prédio e isso desde o ano passado e acha um absurdo não ter sido colocada em um lugar provisório até o término dessa obra, a Prefeitura devia ter pensado isso, uma escola ou outro local para que pudesse funcionar não deixando a população sem livros e outras informações. E uma coisa que o preocupou muito foi o fato das escolas da zona rural não ter funcionado, também deixa seu repúdio em relação aos ônibus eu não estam trazendo mais os alunos, diz achar que o município tem a responsabilidade de fazer essa contribuição, de dar qualidade de ensino e ajuda a esses alunos, pois tem as crianças da Beira Rio, Barreira que estudam no centro e os tem os pais que o procuraram e com certeza a todos os outros vereadores, acha que quanto ao aluno não tem nada a ver e que é mais que justo dar assistência a educação, mas discorda de dar carona a um pai, a outra pessoa, um parente o que não teria cabimento, mas esses veículos que já vem da roça não acrescentaria muita coisa não. E que fosse feito um pedido a Secretária de Educação, já que não pode ter o transporte que tenham direito a um vale transporte, diz ainda que isso não atrapalha, pois graças a Deus o município de Lima Duarte está com veículos bons, ônibus maiores e não vai atrapalhar em nada a educação, essas crianças

já estam dentro do município, pede a sensibilidade de todos os vereadores junto com a Secretária de Educação, pois acha que isso seria muito viável. Referente ao oficio enviado do "Luz para Todos" que é uma coisa que muito o preocupa, e recebendo alguma coisa oficial do órgão, fica mais transparente e fácil dar informações e satisfações adequadas as pessoas que estam ansiosas como todos os vereadores. O vereador Antônio Alves pede uma parte e diz ter ficado em dúvida quanto a Rua Waldomiro Delgado e queria saber o teor do oficio. O vereador Wagner de Paula diz que na última reunião discutirão e foi decidido que seriam mandados oficios ao Banco do Brasil, DNIT e ao Prefeito pedindo melhorias no "Morro do Urubu", o então Presidente Davi Pimenta explica que é pedindo melhoria de acesso a Rua Waldomiro Ferreira Delgado, que ele já havia feito indicações, mas o colega Wagner de Paula queria que fosse enviado um oficio redigido pela Mesa para o Prefeito. Fala inda que tinha pedido uma cabine telefônica para o local e foi atendido. O Presidente Davi Pimenta Delgado diz que fica definida a data da homenagem às mulheres para o dia vinte e sete (27/03/2010), pede que para facilitar o trabalho das funcionárias da Casa que agilizassem a entrega do nome das homenageadas, agradece a presença de todos e convoca para a próxima reunião ordinária no dia quinze de março (15/03/2010). Para constar pede que essa ata seja confeccionada, depois de lida se aprovada, assinada.

Gualdo Ferreira Neto, Luiz Henrique de Sá Alves, Davi Pimenta Delgado, Walter de Paula [illegible], Gonçalves de Morais, Antonio Alves de Paula, José Antônio [illegible]

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e onze (27/06/2011), reuniram-se os nobres edis, nesta Casa Legislativa, em sua Sala de Sessões, às dezoito horas (18h), para a realização da Segunda (2ª) Reunião Ordinária do Sexto (6º) Período da Terceira (3ª) Sessão Legislativa, sob a presidência do Vereador Tadeu Tavares de Matos. Com as palavras de praxe, percebendo haver número regimental, o Presidente declarou os trabalhos abertos e determinou ao Secretário Antônio Alves de Paula que fizesse a chamada dos vereadores, observando-se a presença de todos. A seguir o Presidente, Tadeu Tavares, colocou em votação a Ata da reunião do dia treze de junho de dois mil e onze (13/06/2011). Não havendo nenhuma manifestação, o Presidente declarou a Ata aprovada por 8x0 (oito votos favoráveis e nenhum contrário). Dando continuidade, iniciou-se o **Pequeno Expediente**, passando a palavra para a Sra. Dalmatéia de Oliveira Delgado Baumgratz para uso da tribuna, conforme inscrição prévia. O Presidente lembrou-a que tem dez minutos para explanar o assunto, não podendo desviar o foco deste e só podendo se inscrever para o uso da tribuna novamente passados trinta dias, conforme determinações regimentais. A Professora iniciou falando sobre as responsabilidades que a profissão exige e fazendo um questionamento para reflexão se algum dos presentes assumiria a missão, o compromisso que os professores têm com o salário base de R$704,00 (setecentos e quatro reais) pagos aos educadores do nosso município. Afirmou que aproximadamente 99% (noventa e nove por cento) dos professores municipais têm formação superior conforme exigência da Lei Federal nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases – de que até o ano dois mil todos os profissionais da Educação deveriam ter formação superior e por isso o número expressivo em nosso município, porém não têm o reconhecimento merecido e quando procuram os chefes do Poder Executivo, recebem várias desculpas, inclusive colocam a culpa na Lei de Responsabilidade Fiscal, no impacto financeiro, e se esquecem que os educadores têm conhecimento de que o repasse para a Educação

vem com passaporte carimbado para ser gasto com os educadores e não é isso que está sendo feito. Os educadores já estão cansados, estarrecidos com as argumentações usadas para mascarar as verdades e sabem que, no País, a Educação nunca foi prioridade. Comentou sobre o novo sistema de ensino usado em nosso município, tendo material rico, mas não diferente do anteriormente usado pelos educadores, que acredita que esse recurso poderia ter sido usado de forma diferente e melhor, mas infelizmente os professores nunca são consultados, as ordens vêm sempre de cima para baixo, sendo imposto goela abaixo e sempre aceitaram. Que quando do treinamento para uso do novo material a palestrante comentou que nossa cidade é puro lixo espalhado por todos os lados e que ela, Dalmatéia, sentiu vergonha, pois tem consciência que ela e os demais colegas trabalham com os alunos assuntos sobre coleta e reciclagem de lixo, prevenção da dengue e não é isso que é apresentado para os visitantes; que o que falta é política pública eficiente preocupada com os direitos e deveres da sociedade. Agradeceu por terem sido recebidos nesta Casa e destacou que não querem só o aumento estabelecido pelo projeto de lei complementar nº 06/2011 que reajusta o salário do servidor em 6,3%, pois cálculo está em discordância com o acumulado para maio/2011, de acordo com a fonte FIPE que é de 7,1% e com o piso salarial profissional nacional que é de R$1.187,97 (um mil cento e oitenta e sete reais e noventa e sete centavos) e retroage sua ação para janeiro quando é feito o reajuste custo/aluno do FUNDEB. Os profissionais da Educação exigem o cumprimento da lei federal nº 11.738/2008 – Lei do Piso Salarial – que diz também que o reajuste terá "efeito cascata" que os reajustes deverão estendidos para todos os segmentos da Educação para 40 horas de trabalho semanais, sendo subdivida em dois terços para trabalho com o educando e um terço para planejamento, preparação e capacitação pedagógica; que acreditam que o piso pode ser pago aos servidores da Educação atuantes nas 24 horas semanais, pois esse intervalo está dentro das 40 horas mínimas exigidas para o piso.

Com relação à dificuldade financeira que o Executivo, por ventura, sofrerá, é muito simples, pois o Governo Federal tem um caixa de aproximadamente um bilhão de reais para complemento de pagamento de educadores. Reivindicam não apenas o reajuste, mas o piso nacional que é a realização inadiável do Direito Humano, a valorização da categoria e condições de trabalho dignamente humanas que deverá ser de R$1.187,97. Não estão dispostos à negociação, só a lei os interessa, uma vez que é lei federal e lei federal é defendida pela Constituição em seu artigo 37. Ao final, pediu que os vereadores visitem com mais frequência as escolas e vejam a realidade dos profissionais de Educação. Exigiu objetividade, respeito, paciência e que não se refiram à categoria com descaso e não usem palavras que apenas escondam a verdade e não são convincentes, uma vez que são a intelectualidade de uma sociedade; e não comparem qualidade de educação com profissionais em salas de aula e mal remunerados. Agradeceu também, aos colegas por tê-la prestigiado com esse momento histórico e encerrou sua fala. Ao final das palavras da professora, o Presidente afirmou que todos os vereadores já procuraram a Secretaria de Educação e o Prefeito reivindicando o Piso Nacional para os profissionais da Educação e que obteve como resposta que irão formular o plano de cargos e salários baseado no piso nacional; pediu para que os professores se interessem mais pelas reuniões da Câmara onde são discutidos assuntos de interesse de todos os segmentos da sociedade, lembrando que os vereadores podem pedir e cobrar, mas as decisões têm de partir do Poder Executivo, que uma das funções do vereador é votar favorável ou contrariamente às proposições. Houve ainda alguns questionamentos dos vereadores que foram prontamente esclarecidos pela professora e encerrou-se esta parte da reunião. O Presidente continuou a reunião solicitando do Secretário a leitura dos documentos diversos recebidos. Foi lido convite para a Festa Julina da Escola Municipal Alzira de Paula Duque no dia dois de julho às quatorze horas; comunicado de pedido de exoneração da Secretária de Obras, Virgínia Monteiro;

convite para a IV Conferência Municipal de Assistência Social no dia seis de julho das oito às dezesseis horas e trinta minutos. O Presidente pediu ao seu Vice para tecer comentário sobre uma correspondência recebida do Governo do Estado. O Vereador Professor Luiz Henrique falou que a correspondência é extensa e que ele fará um resumo, pois já fez uma leitura preliminar. O documento trata da III Conferência Estadual da Pessoa Idosa que ocorrerá nos dias vinte e nove e trinta de agosto em Belo Horizonte e pedem a representatividade do Município, sendo um delegado da Sociedade Civil e um delegado indicado pelo Poder Executivo Municipal e, por último, o Secretário leu o requerimento de Ademir Nogueira pedindo cópia das Atas das reuniões da Câmara no período entre treze de dezembro de dois mil e dez a treze de junho de dois mil e onze. Passando ao **Grande Expediente**, o Presidente pediu ao Secretário que fossem procedidas as discussões e votações das proposições. O Secretário passou à leitura da Moção de Pesar nº 02/2011 para os familiares de Lúcia Helena de Paiva Almeida, por seu falecimento, de autoria de todos os vereadores e, por isso, aprovada por oito votos favoráveis. A seguir, foi lido o requerimento nº 49/2011 de autoria do Vice-Presidente Luiz Henrique pedindo ao Presidente da Câmara, Vereador Tadeu Tavares de Matos que conceda dispensa de interstício para o projeto de resolução nº 04/2011, projetos de lei ordinária nº 24, 25 e 26/2011, projetos de lei complementar nº 05 e 06/2011 e projeto de lei do legislativo nº 03/2011; requerimento nº 50/2011 de autoria do Vereador José Nilton pedindo a retirada de placa de sinalização de contramão da Rua Leonides Moreira Campos. Os requerimentos foram aprovados por 8x0 (oito votos favoráveis e nenhum contra). A seguir foi lido o relato do Projeto de Resolução nº 04/2011 que *Dispõe sobre o estágio probatório no âmbito da Câmara Municipal de Lima Duarte*. O projeto foi discutido, votado e aprovado por oito votos favoráveis e nenhum contrário em 1ª e 2ª votações. Projeto de Lei Ordinária nº 22/2011 para 2ª discussão e votação que *Dispõe sobre a Lei de Diretrizes*

Orçamentárias com supressão do artigo 10, aprovado por oito votos a zero; projeto de lei nº 24/2011 que *Cria o Conselho Gestor do Telecentro Comunitário* pela aprovação na íntegra, aprovado por oito votos a zero; projeto de lei nº 25/2011 que *Dispõe sobre concessão de subvenção social à Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte no valor de cinquenta mil reais* as comissões são favoráveis na íntegra. Com relação ao presente projeto o Secretário comentou que é favorável, mas tem dúvida e protesta contra o mesmo, pois as subvenções são aprovadas, mas a instituição não presta contas a esta Casa. O Presidente esclareceu que a instituição presta contas ao Executivo que depois encaminha as contas para o Legislativo, aprovado por oito votos a zero; projeto de lei nº 26/2011 que *Altera os artigos 1º e 3º da Lei Municipal nº 846/1990*, com aceitação na íntegra, pelas comissões, aprovado por sete votos favoráveis e um contrário do Vereador José Nilton; projeto de lei complementar nº 05/2011 que *Altera remuneração de cargo no DEMAE*, as comissões foram contrárias a sua aprovação e o projeto foi reprovado por sete votos contrários e uma abstenção do Vereador Walter Neves; projeto de lei complementar nº 06/2011 que *Dispõe sobre a Revisão Geral Anual dos Vencimentos dos Servidores Municipais*, pela aprovação na íntegra. No final da leitura do relato o Vereador Davi propôs a retirada do projeto da pauta da reunião. O Presidente então solicitou que todos os vereadores fizessem votação para a proposta do Vereador Davi, que não logrou êxito. O projeto foi à votação e aprovado por cinco votos favoráveis, duas abstenções, dos Vereadores Antônio Alves e Davi Pimenta e um voto contrário, do Vereador José Nilton. A seguir foi lido o relato do projeto de lei do Legislativo nº 03/2011 – *Dispõe sobre o Índice de Revisão Geral Anual da Remuneração dos Servidores Públicos Municipais do Poder Legislativo e dos Subsídios dos Vereadores*, por sua aprovação na íntegra, aprovado por sete votos a favor e um voto contra do Vereador José Nilton. Terminados os assuntos, o Presidente declarou **Palavra Livre**. O Vereador José Nilton solicitou o uso da palavra e pediu que o

Secretário lesse o manifesto de sua autoria, endereçado ao Presidente da Câmara em que ele, Vereador José Nilton, faz o pedido de que o reajuste ainda há pouco aprovado e por ele rejeitado, e que lhe pertencerá, seja dividido entre as instituições: São Vicente de Paulo, Santa Casa de Misericórdia, APAE e Escolas Municipais com Caixas Escolares devidamente regulamentadas, no município de Lima Duarte. Adiantou que o reajuste deverá ser repassado na íntegra para uma das instituições a cada mês. O Presidente afirmou ao Vereador que ele tem liberdade de fazer o repasse por conta própria, não podendo a Contabilidade da Casa fazer o pagamento do Vereador em duas vias de pagamento para encaminhar a do reajuste à entidade contemplada. O Secretário, Vereador Antônio Alves, comentou que respeita a decisão do Vereador José Nilton, mas pediu que ele apresentasse, mensalmente, o recibo da entidade que receberá o valor do reajuste. Manifestou o descontentamento com relação a comparação de salário e produtividade apresentada pelo Colega José Nilton aos demais vereadores, que ele como vereador em terceiro mandato gostaria que o nobre colega estive lutando por outras causas, pois o que eles votaram é amparado por Lei e questionou do motivo do vereador não ter votado contra a extração de areia, que hoje os canoeiros estão tendo dificuldades para extrair areia e até passando fome, em consequência da aprovação para extração de areia por draga. O Vereador José Nilton respondeu que se o projeto voltasse à Casa hoje votaria da mesma forma, ou seja, favorável. O Secretário salientou que não iria continuar discutindo com o vereador porque ele mesmo já afirmou não ter controle de seus atos, que é nervoso, mas que essa comparação não fosse divulgada como uma maneira de denigrir a imagem dos vereadores que foram eleitos pelo povo, assim como o colega. O Vereador José Nilton comentou que o Secretário deverá procurar as entidades mencionadas no documento de sua autoria para saber se o reajuste foi repassado para alguma delas, que ele, José Nilton não tem de dar satisfação de seus atos ao Secretário. Com a palavra o Vereador Davi que mencionou ser taxado por

alguns colegas como defensor da Secretária de Obras, Virgínia, e hoje recebeu a lamentável e triste notícia de seu desligamento da Secretaria e que ele irá apresentar uma moção de aplausos pelos relevantes serviços prestados por ela para o nosso município. Deixou em aberto a adesão de outros colegas que queiram assinar a apresentação. Os Vereadores Geraldo Fonseca e Professor Luiz Henrique se manifestaram favoráveis a apresentação e solicitaram também assinar juntamente com o Vereador Davi. O Vereador Davi se disse não defensor da Virgínia e apontou o porquê de elogiá-la. Expôs que sempre foi bem recebido pela Secretária e que com ela houve menos desgaste, às vezes nem precisando fazer indicações e requerimentos, pois ela atendia seus pedidos a contento. Que houve pedidos não atendidos, mas que ela diferentemente de outros secretários que lá estiveram, sempre os recebeu com educação e presteza. Que acredita que hoje a cidade de Lima Duarte perde a secretária mais competente que por lá passou e lamentou profundamente a saída da Virgínia, mesmo sem ter explicação clara no documento lido pelo Secretário. Falou novamente sobre o deslizamento do barranco do morro São Francisco, que até hoje não foi tomada nenhuma providência, mas espera que venha a ser arrumado, antes das chuvas, para prevenir qualquer tragédia. Teceu comentários sobre indicações, inclusive dos colegas e que ainda não foram atendidas e de outras em que os moradores cansaram de esperar o Poder Público e fizeram os serviços por conta própria e por isso ele se sente envergonhado, afirmando que não foi por falta de pedidos. Comentou, ainda, que foi procurado por moradores dos bairros Afonso Pena e Cruzeiro, e falaram com ele que se sentem abandonados pelo Poder Executivo, pois solicitam serviços, às vezes por intermédio dos vereadores e não são atendidos. O Vereador José Antônio Fortes, no uso da palavra, cumprimentou os colegas, a plateia e os funcionários da Casa e mencionou que está consternado com a saída da Secretária Virgínia, não só pelo fato de serem moradores do mesmo Distrito, mas porque sempre foi atendido em seus pedidos e pediu ao

Vereador Davi para também assinar a Moção de Aplauso, e que se entristece com as comparações deles, vereadores, com outros servidores, pois parece que não valem nada e não é assim que se sente pois representa uma população, que sente por aquela comparação uma falta de respeito com as autoridades que o são. O vereador Professor Luiz Henrique solicitou a palavra e complementando as palavras do colega José Fortes, disse também estranhar aquele papel a eles entregues e disse que seria interessante a pessoa que o confeccionou, que teve tempo de preparar a comparação, estivesse na tribuna para que falasse diretamente para eles o que está relacionado naquele papel, mas ele preferiu o anonimato, porque essa pessoa está precisando de um professor de História ou outro professor que pudesse mostrar-lhe a vida, dar aula sobre democracia, sobre os três poderes, que essa pessoa precisa abrir a Constituição, por tempo igual ao que demorou confeccionado "aquilo", talvez por meia hora, lendo a Constituição para aprender sobre a real e fundamental importância do Poder Legislativo, pois independente da quantidade de votos que cada um recebeu, da formação acadêmica, do sexo, da cor, da opção religiosa, aqui é a Casa do Povo e que é onde passam todas as discussões, é onde se constrói uma sociedade, pois hoje estão votando leis que irão repercutir daqui a dez anos e algumas pessoas não tem consciência disso, acham que o vereador é uma pessoa qualquer e se assim fosse não precisariam de Câmara. Por que será que vários países têm Poder Legislativo? Se não tivessem seria uma economia muito grande. Finalizou dizendo que fica o repúdio à pessoa que teve tempo para confeccionar aquele papel e não teve coragem de falar diretamente para os vereadores. O Vereador Davi solicitou um a parte e disse que o nobre colega também merecia uma moção de aplauso, depois de colocação tão bem feita, parabenizou as falas do colega e disse não ter comentado, pois papel que não tem assinatura, não tem validade e por isso ele não perdeu tempo em ler tamanha grosseria, mas parabeniza o colega, pois acha que o indivíduo realmente precisa de tudo aquilo dito pelo Professor Luiz

Henrique. O Vereador José Nilton solicitou um a parte e disse que infelizmente é isso que a população fala sobre os vereadores, que é assim que o povo os veem e todos sabem disso. Que alguém teve a coragem de colocar num papel e quando as coisas são escritas, dói, mas que infelizmente é isso que o povo fala. Retornando a palavra ao Professor Luiz Henrique, esse afirmou que como disse a Professora Dalmatéia se todos os professores trabalhassem com seus alunos Política Pública, conscientizando os alunos sobre a importância de cada um dos poderes, que situações como essa seriam mudadas. Com relação a secretária de obras, não poderia deixar de comentar, que já a conhecia antes mesmo de se tornar secretária, que é uma pessoa íntegra e não entende porque precisou se desligar. Fez uma comparação de um outro secretário que não recebia os vereadores e disse que esse cidadão deve pensar igual ao que escreveu aquele comparativo, que acha que vereador é um pessoa qualquer e que essa pessoa continua ocupando cargos públicos da Prefeitura e quando veem uma pessoa como ela saindo, acha lamentável. Saindo por quê? Talvez porque foi pressionada, por ser mulher, e mulher não pode ter espaço na política, nos cargos públicos ou talvez porque é forasteira e tratou todo mundo de maneira igual, pensou no município e isso incomodou algumas pessoas. Disse que ouviu várias críticas que a Virgínia dava atenção a zona rural, como se a zona rural não precisasse de atenção, que zona rural tem de ser largada de lado, e outra, porque ela precisou ficar ausente por uns dias, mas deixou um cronograma de trabalhos e que não foi cumprido, sendo que os funcionários subordinados à secretária afirmaram não saber de quem deveriam receber ordens, que ele gostaria de saber se foi um boicote. Pediu que essas falas constassem em Ata por consideração e respeito a ela que esteve a frente da secretaria por nove meses, executando um trabalho para o município, para alguns um bom, para outros um péssimo trabalho, mas que ele não gostaria de estar lá e experimentar, pois é uma secretaria extremamente difícil de ser administrada, que acredita que podem trazer qualquer profissional para estar a frente

da secretaria que não daria conta de zona urbana e zona rural do tamanho que são as nossas. Pediu que registrasse sua tristeza por ela não ter sido compreendida em alguns pontos. O Vereador Geraldo solicitou a palavra e iniciou cumprimentando a todos. Afirmou que fica triste quando falam que os vereadores não desempenham papel importante na sociedade, mas que ele, em especial, não ouve reclamação de ninguém, pois desempenha seu papel com responsabilidade e seriedade. A poucos dias ficou satisfeito com alguns alunos que o parabenizaram por estar em greve, pois acredita que trabalha com seriedade e merecia receber muito mais, pois realiza seus dois trabalhos com muita responsabilidade, que não brinca com os seus serviços, que acha ridículo o vereador querer se rebaixar, que é lamentável, mas que um dos alunos disse que os professores que trabalham sério estão lutando pelo seus direitos e que aqueles que dão aulas de qualquer maneira estão na escola brincando de dar aulas e que ficou muito orgulhoso de ouvir tais palavras. Afirmou que, com relação ao papel entregues a eles, rasgou o seu, pois não quer perder tempo com baixarias e que considera seu papel de vereador de muita responsabilidade. Após, falou o Vereador Wagner que cumprimentou a todos e parabenizou o vereador Geraldo pelas belas palavras e deixou claro que essa Casa é do povo e que é aqui que ele deve fazer suas reivindicações, como fizeram os trabalhadores da Educação. Cumprimentou o jovem empresário Maciel pela inauguração do novo Supermercado Ramos no bairro Cruzeiro, pelo conforto dado a população e pela criação de empregos para o nosso município. Que o Executivo pode não olhar para o bairro com tanto carinho como fez o jovem empresário e que é visto no dia a dia o crescimento daquele lugar com a ajuda da própria população, e que vê com tristeza algumas perdas para a comunidade como é o caso do posto de saúde e talvez até mesmo a creche. Comentou, também com tristeza, que na festa realizada no último fim de semana em nosso município, viu a máquina administrativa ser usada em prol de um possível candidato a prefeito, que a festa é organizada pelo Clube do Cavalo,

com o apoio das Secretarias de Obras, de Agricultura e de Cultura e que a todo momento somente o nome desse cidadão era mencionado. Fica mais triste, pois ninguém menciona o nome desta Casa e é daqui que sai a aprovação dos gastas para essas festividades. O Presidente respondeu ao Vereador que também esteve na festa e questionou a situação levantada pelo vereador e que responderam para ele que foi realizado junto com a festa do Clube do Cavalo, o Festival de Inverno, mas que teve a informação do presidente do Clube do Cavalo que para o ano que vem não concordarão de realizar os eventos em conjunto. Que ele também teve seu nome divulgado por dar apoio e patrocínio ao rodeio, como sempre fez, pois gosta de ver o nome de nossa cidade divulgado em outras localidades em que esse companhia realiza seu espetáculo. O vereador Wagner disse que não teceu comentário sobre esse fato, pois tem consciência que o Presidente sempre foi patrocinador da companhia, mas que o outro nome era mencionado insistentemente a todo momento. Por ultimo, o Vereador José Nilton comentou que em visita aos açougueiros da nossa cidade fez alguns questionamentos sobre o fechamento do Matadouro Municipal e por isso terem que levar seus animais para serem abatidos em Juiz de Fora e que grande maioria acha que o atendimento é bom e que o preço da carne abaixou e a qualidade melhorou e ao final, todos pediram para ter fiscalização com os clandestinos, que matam e vendem a carne sem ter estabelecimento próprio para isso. Comentou que, com relação a moção de aplauso para Virgínia que também gostaria de assinar e comentou sobre dois pedidos que fora atendidos por ela. M sobre a solução de mata burro que ela mandou colocar placas de cimento em cima, deixando de existir o mata burro, passando a ser uma pequena ponte e sobre uma reforma na escola Pedro Paz. Lamentou a saída da secretária que considera sendo nota dez. Ao final, o Presidente solicitou que fosse feita a nomeação dos delegados para a Conferência de Assistência Social, e ficou assim definido: os Vereadores Luiz Henrique, Wagner e José Nilton como delegados representantes da Câmara, o

vereador José Antônio Fortes, representando a comunidade de Ibitipoca e os vereadores Davi e Geraldo como membros do Conselho de da criança e do Adolescente. O Presidente pediu que a funcionária Bernardete fizesse as inscrições dos vereadores nos dias determinados para tal. Comentou, ainda, sobre o convite do IV Encontro das Famílias Rurais de Lima Duarte a ser realizado no dia dois de julho na praça de esportes, com início às doze horas. Comentou, também, que ele e o Vereador José Nilton participaram do Fórum realizado pelo DEMAE sobre os afluentes das Bacias Hidrográficas do Rio Preto e Paraibuna e lamentou a pouca participação dos vereadores e da população limaduartina. Salientou que esses fóruns irão acontecer em outros municípios e disponibilizou os meios para a participação dos vereadores. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente encerrou a reunião, lembrando que no mês de julho estarão em recesso e que a próxima reunião será realizada em agosto em data a ser marcada posteriormente. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que depois de lida, se aprovada, será assinada. Lima Duarte, 27 de junho de 2011. Joaquim Gonçalves de Moraes, Luiz Henrique de Lima Alves, Walter da Mata, Dalva Simonte Delgado, Geraldo Fonseca Neto, Wagner de Paula Rodrigues, José Antônio Fortes, Antonio Alves de Paula,

Câmara Municipal da Lima Duarte
183

CÂMARA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE

Aos dez dias do mês de junho do ano de dois mil e treze, reuniu-se este Legislativo na Sala de Sessões da Câmara Municipal, às dezoito horas, para a realização da Segunda Reunião Ordinária do Sexto Período da Primeira Sessão Legislativa sob a presidência do Vereador Davi Pimenta Delgado que, com as palavras de praxe, percebendo haver número regimental, declara abertos os trabalhos. O Presidente determina ao Secretário que faça a chamada, observando-se a ausência do Vereador Tadeu Tavares de Matos. Iniciando o Pequeno Expediente, o Presidente explica que as atas das reuniões dos dias 20/27/05 e 03/06/2013 ainda não foram confeccionadas. Passa-se à Leitura dos Expedientes da Prefeitura e de Diversos. Em seguida são publicadas as seguintes preposições: Projeto de Lei do Executivo n.º 04/2013 – Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Municipal de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aqüicultura Familiar, bem como utilizar recursos na promoção de ações de apoio e incentivo à atividade; 09/2013 – Autoriza o município de Lima Duarte-MG a contratar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A – BDMG, operações de crédito com outorga de garantia e dá outras providências.Passando ao Grande Expediente entra em discussão e votação as seguintes preposições: Requerimento nº 35/2013 dos vereadores Alex Adriano e Amilton Aguiar vem REQUERER ao Prefeito Municipal, Arzenclever Geraldino Silva, com cópia para o Secretário Municipal de Saúde, Dr. Thiago Magella Fonseca Silva, a extensão da fisioterapia domiciliar para atender também a zona rural, de forma especial, a região de São Domingos da Bocaina (aprovado); Projeto de Lei Ordinária do Executivo n.º 08/2013 (1ª discussão e votação) – Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2014 e dá outras providências. (aprovado); Projeto de Lei do Legislativo n.º 04/2013 (1ª discussão e votação) - Dispõe sobre o índice de reajuste e a concessão de revisão geral anual da remuneração dos Servidores Públicos Municipais do Poder Legislativo. Publicado em 03/06/2013. (aprovado). O Presidente deixa a Palavra Livre e o Vereador Alex Adriano da Cunha Silva pede que o Presidente procure a Empresa Oi de telefonia para melhorar o atendimento em Várzea do Brumado, pois o telefone no local seria a única forma de comunicação. Segundo ele, o problema acontece em outras localidades como: São domingos, Capoeirão e até mesmo dentro da cidade. Parabeniza o esforço dos funcionários em tentar manter em funcionamento os veículos, principalmente os destinados à educação. O Vereador Amilton Donizete da Cruz Aguiar parabeniza ao Vereador Alex Adriano da Cunha Silva pela atitude de fiscalizar os veículos do município, in loco. Ele diz ainda que o empenho dos funcionários é grande em trabalhar inclusive nos fins de semana. Assegura que realmente a situação dos veículos da cidade é muito preocupante. Disse que tirou fotos no pátio dos veículos para reforçar a indignação. Existem veículos parados e outros circulando em péssimas condições. Diz que Prefeitura precisa dar maior atenção a isso. Diz que 50% dos veículos parados são destinados à educação. O estado da oficina de veículos também não é agradável. Um espaço adequado para oficina é fundamental, cita inúmeros problemas ligados a isso. é coerente que haja uma oficina decente para a tender a enorme frota de veículos que a cidade possui hoje. O Vereador Alex Adriano da Cunha Silva lembra que foi distribuído um informativo da Administração passada alegando que os veículos destinados à educação passaram por manutenção. Vê-se uma realidade diferente. Segundo ele, foi entregue uma verdadeira bomba para essa Administração. Faz uma prestação de contas parcial do evento ocorrido no Campo do Minas em prol da Santa Casa (deixa

Câmara Municipal de Lima Duarte
384
AM

documento disponível para análise de todos). Conta que houve promessas de patrocínio que ainda não haviam sido concretizadas. Pede empenho do Vereador Silvio Damião Nogueira da Silva para receber esclarecimento sobre o Processo Licitatório nº 70/2012, Pregão Presencial nº 60/212 – Aquisição de Material Elétrico para Iluminação do Parque Público de Lazer. Segundo ele, muitas pessoas reclamam que só podem fazer caminhadas à noite e a iluminação não foi feita ainda. Pede melhores condições de trabalho para os vigias do Parque e creche, e que o trabalho de vigília seja feito durante a noite. Ressalta que esteve na usina e viu que é necessário um tratamento melhor nos pneus espalhados para ornamentação do local, pois há perigo de foco do mosquito da dengue. Pede que se mobilize funcionários para tal. O Vereador Mário Carvalho Delgado Junior fala que existe um Parque no Bairro Barreira que não está em funcionamento. Pede que se abra o parquinho para as crianças da cidade. O Presidente diz que pedidos nesse sentido já haviam sido feitos por ele e o Vereador Antônio Alves de Paula na Administração anterior. Assegura que irá fazer a cobrança novamente. O Vereador João Batista de Moura Junior pede informações completas sobre o término da obra do Parque. Parabeniza a equipe volante do CRAS que faz visitas às famílias em vulnerabilidade social. Reforça a necessidade de um profissional eficaz e uma estrutura melhor para a manutenção dos veículos no município. Fala que o Prefeito está disponível em colaborar com todos esses pedidos. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente agradece a todos os presentes e declara encerrada a reunião. Para constar, determina que esta Ata seja confeccionada e depois de lida, se aprovada, será assinada. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Lima Duarte – MG, 10 de junho de 2013.

Silvio Damião Nogueira da Silva, João Batista de Moura, Walter de Paula Neves, Antonio Alves de Paula, Gracio Ferreira Neves, Agnaldo Rodrigues, Silviano da Cunha Silva, Mário Carvalho Delgado Júnior, Daisi Pimenta Delgado, João Batista de Paula Júnior.

Delgado

CÂMARA MUNICIPAL DE LIMA DUARTE

Aos dezessete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, reuniu-se este Legislativo na Sala de Sessões da Câmara Municipal, às dezoito horas e trinta minutos, para a realização da Primeira Audiência Pública do Segundo Período da Segunda Sessão Legislativa sob a presidência do Vereador Davi Pimenta Delgado que, com as palavras de praxe, percebendo haver número regimental, declara abertos os trabalhos. O Presidente determina ao Secretário que faça a chamada, observando-se a ausência justificada do vereador Walter de Paula Neves. O Presidente fez a leitura do requerimento nº54/2013de autoria do vereador Geraldo Fonseca Neto, requerendo audiência pública como SINSERPUMA- Sindicato dos Servidores e Magistério Municipal. Em seguida fez a leitura do ofício nº 17/2014 do Secretário Municipal de Saúde de Lima Duarte, senhor Tiago Magela agradecendo o convite e justificando sua ausência. O Presidente convidou para ocupar a tribuna a Professora Dalmatéade Oliveira Baumgratz – Diretora SINSERPUMA - Lima Duarte. O Presidente cumprimentou a Professora Dalmatéa e todos os servidores presentes, em seguida agradeceu também os funcionários da prefeitura e os Secretários Municipais presentes, o Procurador do Município, a Assessora Jurídica da Casa. Logo após passou a palavra a Professora Dalmatéa, que iniciou cumprimentando a todos e agradecendo a Casa pela oportunidade. A professora disse que o motivo de estar ali, éo de solicitar aos vereadores, maior empenho em favor dos servidores, para ela não existe servidor sem salário digno, sem um bom Plano de Cargos e Salário, segundo ela o pior de toda a região, onde depois da municipalização foram retirados direitos como quinquênio e férias prêmio. A professora solicitou ajuda dos vereadores para recuperar estes direitos e incluir outros. Segundo ela o município tem condições de oferecer um Plano de Cargos e Salários condizente com as necessidades, bastando para isso ter vontade política. Ela disse que o pagamento do professor pelo FUNDEB no ano anterior não foi legal, pois não cumpriu o que o Governo Federal repassou ao município, faltando 0,75%. Lembrou que a Prestação de Contas do FUNDEB de 2013 está sendo feita e solicitou que os vereadores acompanhem. Relatou que está acontecendo perseguição a alguns funcionários e questionou sobre o PPP dos funcionários da Saúde, que não está sendo feito, segundo ela o DEMAE fez. Informou que saiu um acórdão da ação de 1/3 (um terço) da jornada de trabalho extra classe para alguns servidores, e que o acórdão é favorável ao servidor professor de Lima Duarte, em seguida questionou a qualidade da saúde e educação, disse que uma educação de qualidade começa com bom pagamento e não com salas cheias. O Presidente Davi Pimenta passou a palavra ao senhor Vladimir – Presidente Regional SINSERPUMA, que iniciou cumprimentando a todos, em seguida lembrou que esteve em reunião com todos os candidatos ao executivo para tratar das reivindicações que estão sendo apresentadas na Casa. Disse que foi feita no ano anterior tentativa de negociação com o prefeito sobre o cumprimento do piso nacional do professor, mas que o piso não está sendo cumprido uma vez que não foi repassado o reajuste completo de 7,97%. Informou que em o reajuste do piso em 2014 foi de 8,32% retroativo a janeiro, disse ainda que em 2013 não foi pago retroativo a janeiro.O Senhor Vladimir afirmou que o município não esta cumprindo uma lei federal, que é uma reivindicação, que pode se transformar em ação em favor dos professores. Lembrou que o sindicato entrou com ação sobre a jornada extra classe para alguns professores, onde teve vitória em 1ª instância e ontem teve outra vitória, onde o juiz determinou que seja de 16h a jornada em classe e 08h a jornada extra classe. Outra questão abordada é a

questão do funcionalismo que trabalha em área insalubre, como técnicos de enfermagem, hospitais e outros, segundo ele a prefeitura tem obrigação de fazer o PPP, que é elaborado por um profissional especializado, segundo ele os funcionários estão sendo orientados pelo sindicatoa dar entrada para que a prefeitura forneça o PPP, que é necessário para concessão de aposentadoria especial. Solicitou à prefeitura que contrate o profissional e que faça o documento. Disse que o sindicato vem recebendo reivindicações a respeito do transporte para o servidor e citou como exemplo os funcionários da usina de reciclagem que tem como meio de transporte a bicicleta, disse que já houve acidente com um servidor por causa deste meio de transporte. E questionou o por quê da prefeitura não oferecer transporte até a usina. Segundo ele outro problema que está sendo investigado é a questão do transporte está sendo oferecido somente para alguns que são favoráveis politicamente. Outro problema levantado é o assedio moral no trabalho, onde quem não preenche os interesses da administração sãoperseguidos, segundo ele procedimento que existe até na educação. Disse que está é uma prática que o sindicato combate, segundo ele tem chefia que quando não gosta do funcionário faz pressão. Segundo ele os servidores públicos são funcionários da população, não desta "cambada", disse que tem respeitar o servidor e que teve servidor que entrou em depressão. Disse que se houver uma paralisação o prefeito tem que respeitar porque está na Constituição Federal e na Lei Orgânica o direito de greve. Afirmou que a administração pública não é de ninguém, que a administração publica é confiada ao prefeito, gestor para administrar, mas não com pressão. Disse que o Estatuto de Lima Duarte é o pior Estatuto de Servidor Público de Minas Gerais, segundo ele o estatuto deveria chamar-se suprimido, pois não tem direitos somente deveres. Disse que não está valendo a pena ser servidor público estatutário em Lima Duarte. Reivindicou a Câmara que faça a revisão do Plano de Cargos e Salários e que traga as férias premio e o quinquênio, que faça valer o piso nacional e que todos tenham condições de trabalho. Solicitou que se construa um documento e que seja enviado ao prefeito e que ainda seja agendada reunião com o prefeito, juntamente com os vereadores. O presidenteda Casa passou a palavra ao Dr. Vitor – advogado SINSERPUMA, que cumprimentou a todos e esclareceu que o município possui uma Lei Municipal nº 1591/2010 que regulamenta o transporte público através do transporte escolar. Segundo ele o servidor que tiver que trabalhar em um lugar de difícil acesso, ele tem fazer um requerimento na Secretaria de Educação para pedir uma vaga no transporte, que é condicionado ao nº de alunos ou de professores que estão dentrodeste transporte. Segundo ele tem servidor que trabalha em local de difícil acesso, mas não consegue este transporte, porque a Secretaria de Educação não recebe este requerimento dizendo que não há uma previsão estatutária. Solicitou aos vereadores que verifiquem a lei, segundo o advogado ela necessita de regulamentação. Disse ainda que a questão do PPP é muito importante, porque existem muitos servidores que trabalham em local insalubre ou de periculosidade. Disse que o município adotou como sistema de previdência o INSS e que judicializar o problema vai causar um ônus grande ao município. Disse que quando o servidor vai aposentar não consta no INSS qualquer informação que este recebe insalubridade, tem que ter o PPP, ele sugeriu que o município faça o PPP por grupos de trabalhadores. Solicitou aos vereadores uma analise na questão da regulamentação da insalubridade e periculosidade e ainda que revise as normas de concessão do transporte. Segundo ele na questão dopiso dos professores está faltando a regulamentação da jornada extra classe. Disse que foi

judicializada em torno de vinte e seis ações sobre esta matéria, todas procedentes e que saiu ontem o resultado do tribunal mantendo a sentença. O Presidente da Casa agradeceu ao Dr. Vitor e passou a palavra para os servidores. O primeiro a falar foi o professor Eduardo que iniciou falando da importância de se ter um sindicato, disseque não é mais preciso discutir com chefe, porque o servidor tem um sindicato que o representa. Segundo ele pode-se tentar acordos via sindicato nas questões de discordância e deu como exemplo a questão do piso salarial. Segundo ele a função do sindicato é tentar acordos, recuperar direitos perdidos, sem abrir campo de guerra no local de trabalho. Disse que alguns pensam que se filiar ao sindicato é estar contra o governo, mas não é isto, o sindicato é um órgão que defende o direito dos servidores, para justamente não ser preciso entrar em embate com chefes e gestores. Segundo ele o sindicato não está misturado com politica. Afirmou ainda que a mesma luta com esta gestão já aconteceuem outras gestões. O professor Eduardo falou da "luta" no Conselho do FUNDEB para esclarecer alguns fatos. Segundo ele as coisas não são claras dentro do Conselho do FUNDEB. Segundo ele houve uma Prestação de Contas do FUNDEB enviada com ressalva, quando ele era presidente do conselho e não recebeu qualquer resposta do FNDE. Disse que hoje não sabe como está o Conselho porque ele saiu para participar das eleições, mas que ele perguntou e soube que o Conselho não se reúne e as coisas não estão às claras. Solicitou que as contas do FUNDEB fossem investigadas. Por último reforçou que o sindicato veio para apoiar o funcionário público de Lima Duarte. Em seguida a palavra foi passada para a professora Cristiane que questionouqual a forma correta de reajuste do professor. A professora Dalmatéa respondeu que o reajuste do professor vem do FUNDEB, segundo ela se o FUNDEB repassa 8,32% ao município, o município tem que repassar para os professores 8,32% de reajuste. Disse que no ano passado não foi repassado o total, estando à prefeitura devendo 0,75%. Ela aproveitou para solicitar aos vereadores uma parceria para o FUNDEB, ela explicou que a Presidente do FUNDEB teve que deixar o Conselho e a vice teve que assumir, e tem prestação de contas para ser enviada e segundo ela existem situações irregulares, onde ela apontou as situações, as situações correram e foram informados que foi resolvido, mas o funcionário está recebendo pelo FUNDEBocupando cargo de confiança. Ela esclareceu que cargo de confiança não recebe pelo FUNDEB, segundo ela quem recebe pelos 60% do FUNDEB são professores, diretores e especialistas e nos 40% paga-se servente escolar, transporte e outros. Em seguida a Presidente do Conselho do FUNDEB Stª Leila explicou que teve que assumir a presidência mesmo sem querer, uma vez que não esteve presente em todas as reuniões de 2013. Ela se mostrou preocupada com a situação e informou que entrou em contato com o FUNDEB por telefone, onde existe protocolo, questionando o que fazer, como se paga e se pode pagar cargo comissionado? Eles informaram que não pode pagar cargo comissionado com recurso do FUNDEB. Informou que vai se reunir com o contador do município para verificar a situação. Informou ainda que na consulta, eles informaram que pode dar problema para os conselheiros, caso aprovem a prestação de contas com questionamento, ela esclareceu ainda que é leiga no assunto. Segundo ela vai se reunir com os Senhores Amarildo e Vinicius e solicitou apoio da prefeitura. Disse ainda que quer zelar pelos seus dois cargos, e que em gestões anteriores ela foi chamada para prestar esclarecimentos em questões do INSS, referente aos anos de 2003, 2004 e 2005. O Presidente vereador Davi Pimenta passou a palavra ao Sr. Vladimir, que colocou o Sindicato a disposição para ajudar o Conselho do FUNDEB de Lima Duarte e

citou alguns municípios em que o Sindicato vem auxiliando nesta questão. Outro assunto abordado por elefoi às condições de trabalho dos que varrem rua e outros trabalhadores e mais uma vez abordou a questão da revisão do plano de cargos e salários e dos direitos suprimidos. O Presidente da Casa passou a palavra ao Secretário Municipal de Educação Senhor Amarildo Delgado, que após cumprimentar a todos passou a palavra para o Procurador do Município Dr.Tadeu que cumprimentou a todos e esclareceu sobre o questionamento sobre o porcentual que se aplica ao reajuste dos funcionários. Disse queexiste os vencimentos dos funcionários superiores ao salário mínimo, o piso dos professores e os que recebem salário mínimo, cada um destes recebem um reajuste anual, no caso do piso dos professores recebe o reajuste em janeiro, o mínimo em janeiro e os demais em março. Segundo ele o piso dos professores determina um valor limite mínimo. Disse que todos que recebem mais de um salário mínimo incluindo os professores recebem reajuste em março e o índice utilizado para o reajuste é o INPC, que é diferente do índice do FUNDEB. Ele explicou que dos 60% dos recursos do FUNDEB que ter que ser gasto com pagamento de professores, e se caso o FUNDEB reajuste em 8%, significa que desse valor tem que se gastar 60% com o pagamento dos professores. Disse que o reajuste em março calcula-se pelo INPC e normalmente é abaixo do índice que o governo vem aplicando no reajuste dos professores, e no índice do salario mínimo. Após repassou a palavra ao Secretário de Educação Sr. Amarildo, que iniciou dizendo a Professora Dalmatéa e ao Senhor Vladimir, que os questionamentos podem serfeitas ao procurador. Em seguida disse que antes de aceitar o convite para Secretário de Educação ele é Limaduartino, pai de família. Disse não aceitar que uma pessoa use o microfone para considera-lo "cambada". Solicitou respeito a sua pessoa. O Secretário deu continuidade informando a professora Dalmatéa que no dia dez, terça-feira, houve a reunião do FUNDEB, onde consta em ata que a prestação foi feita de forma rigorosa, onde havia dezesseis pessoas presentes. Ele esclareceu que a senhora Leila não entrou na presidência do FUNDEB por imposição, mas porque a Senhora Zilma foi exonerada do cardo de Diretora, devido à eleição de diretores. Informou ainda que existem três conselhos, sendo eles o Conselho do FUNDEB, Conselho da Merenda e o Conselho Municipal de Educação. Disse que nunca tomou qualquer decisão sozinho. Disse ainda que tudo pode ser resolvido através do dialogo, é só participar dos conselhos e convidou para participarem dos conselhos. Segundo ele a Secretaria de Educação respeita a legislação e tem a Superintendência Regional de Ensino, que garantem as medidas que estão sendo tomadas. Disse que quando houver o reajuste de 5,22% o piso do professor vai ficar acima do piso. A respeito de 1/3 fora da sala de aula, disse que a Superintendência Regional de Ensino orientou formar um grupo de estudo com os servidores. Esclareceu ainda que nunca chegou qualquer requerimento na Secretaria de Educação solicitando transporte escolar para servidor. Disse ainda que o servidor da Educação tem além de vale transporte, transporte para leva-lo a escola, tem ônibus para São Domingos, Ibitipoca e neste veiculo vai o funcionário da Saúde. Disse também que na Educação obedece-se a uma legislação e nada é feito de qualquer jeito, e só diz isto quem não o conhece. Prosseguiu dizendo que educação de qualidade não se faz só com salários, educação de qualidade se faz com oportunidade e informou aos vereadores que tem funcionários fazendo curso de pós - graduação na Universidade Federal de Ouro Preto, UniversidadeFederal de Viçosa, Universidade Federal de Juiz de Fora, sem custos. Continuou dizendo que esta tendo uma distribuição melhor dos alunos na rede publica

do município, segundo ele tem salas com 24 (vinte e quatro), 25 (vinte e cinco), 28 (vinte e oito), 29 (vinte e nove) alunos dentro do município, mas na zona rural são salas com 6 (seis), 4(quatro) alunos. O Secretário Lembrou a Professora Dalmatéaque ela esteve à frente da Secretaria de Educação, sendo algumas de suas medidas o fechamento do Nominato Duque, da Escola de Perobas, de Rancharia, disse que pode cumprir tudo desde que ele feche as escolas. Disse que educação de qualidade se faz cumprindo horário, não ficando de conversa no corredor e deixando aluno sozinho em sala de aula; educação de qualidade é trabalhar o que tem que ser trabalhado. Afirmou que quem o conhece sabe que ele jamais poderia sair sem se manifestar desta forma. Disse que solicitou para fazer o uso da palavra, porque tem que se ausentar devido a uma reunião. Afirmou que a Secretaria de Educação continua de portas para qualquer cidadão de Lima Duarte, pai, professor, aluno. Solicitou que participem mais, segundo ele não ir a Reunião do FUNDEB e pedir para tomar conta do FUNDEB é muito fácil. O Secretário disse ao senhor Vladimir que vir exigir respeito e chama-lo de "cambada" está começando tudo errado, em seguida agradeceu a todos. O presidente da Casa passou a palavra ao senhor Vladimir que lamentou o fato do Secretário ter saído e iniciou pedindo desculpas por terido além na emoção. Disse que os problemas trazidos pelos companheiros são diferentes do que o Secretário falou. Disse que quando o Secretário fala em "cambada" não falou para ele, mas se a "carapuça" serviu, ele não pode fazer nada. O Presidente da Casa solicitou que o senhor Vladimir fosse ouvido sem interrupção. O senhor Vladimir retomou a palavra dizendo que quando disse "cambada" estava referindo àquelas pessoas que andam perseguindo, e quando o servidor trouxe ao conhecimento do sindicato a situação amenizou, pois o sindicato levou ao conhecimento do prefeito. Segundo ele não falou que o Secretário era "cambada",não disse que ele estava envolvido, segundo ele disse"aqueles que perseguem". Quanto à questão do piso, afirmou que não é como a empresa contábil passa, disse que tem que reajustar 8,32% e se não derem e não negociarem com o sindicato o jurídico está à disposição para entrar com ação. Segundo ele os 60% do FUNDEB não é o limite, mas sim o mínimo onde se pode alcançar até 100% com remuneração dos professores e ainda pode gastar os 25% da educação. Disse ainda que é louvável os cursos para os professores em outros locais, mas segundo ele o que vai adiantar se com os salários no município, o professor vai fazer concurso para outro município que paga melhor. Disse que procurou a administração no ano anterior para negociação, mas a administração fugiu, ofícios foram mal respondidos ou nem respondidos, segundo ele o Sindicato procurou a Câmara, porque existe algo de errado e tem que procurar consertar. Disse que não foi tratado da maneira que o Secretário de Educação o tratou na campanha política pelo prefeito. Disse que não é questão pessoal dele e do Secretário. Disse ainda que o Sindicato, a Câmara e o Executivo tem que sentar para negociar as reivindicações. O Presidente da Câmara passou a palavra ao Secretário de Fazenda e Finança Marcelo que cumprimentou a todos e iniciou solicitando a todos que estão se manifestando no microfone que tenha cuidado ao dizer algo, para não magoar e levar para o lado pessoal, pois todos são profissionais. Segundo ele a administração pública não está para perseguir, mas sim para defender as contas públicas. Disse que pode dizer o que a prefeitura gasta ou que ela tem ou não tem. Solicitou que ao falar não fosse generalizado para não dar a impressão de que tudo na prefeitura está errado. Segundo ele não está tudo errado, administração perfeita não existe neste país ou qualquer outro, disse que falhas existem, mas é preciso coragem e responsabilidade para corrigir as falhas. Disse

também que é preciso cuidado para não dar a impressão de que todos que trabalham na prefeitura estão perseguindo quem trabalha junto, se houve algum problema foi isoladamente e não é como está se pintando. Afirmou que tem coisas que podem ser resolvidas em uma mesa de conversa. Explicou que o mínimo de aplicação do FUNDEB para o pagamento de professor é de 60% e o município está aplicando 70%. Aplicação na Educação o mínimo é de 25% e está sendo aplicado 27%. Disse ao Sr. Vladimir que ficou magoado com o termo utilizado, mas o desculpa. Afirmou que não há necessidade de solicitar aos vereadores que verifiquem as contas da prefeitura, pois ele nunca negou a quem o procurou explicação a respeito das contas. Afirmou ainda que é muito exigente e não deixa passar coisas como foi generalizado. Afirmou também que vontade politica existe, mas tem legislações, recursos financeiros, uma série de coisas que tem que ser respeitada e seguida, que só vontade politica não basta, mas aquilo que é possível fazer está sendo feito. Informou ainda que os professores que trabalham na zona rural tem adicional de 10%. Informou que os incentivos dados pelo governo como a redução do IPI tem impacto direto na arrecadação da prefeitura e que se arrecadação da prefeitura cai, a folha da prefeitura tem um limite que pode gastar e se passar deste limite tem que se reduzir o número de funcionários, por isso existe alguns momentos que a prefeitura não pode dar aumento acima do que a lei determina. Informou que estava presentena reunião do Conselho do FUNDEB neste mês e segundo ele tudo foi passado, foram levados todos os comprovantes e as contas foram aprovadas. Segundo ele o piso dos professores do município não está tão ruim e disse que brincou com o Secretário de Educação, que gostaria que o município pagasse aos professores o piso nacional, porque estaria economizando na folha de pagamento. Segundo ele com o reajuste em março os professores estarão recebendo acima do piso, e o reajuste do piso estará sendo cumprido.Disse que quando se discute educação no Município tem que levar em consideração algumas particularidades. Solicitou ainda coerência e responsabilidade nas negociações para se chegar a uma solução, afirmou que não adianta ter um professor ganhando bem e ter uma escola caindo. Por fim agradeceu. O Presidente vereador Davi Pimenta passou a palavra ao Presidente do Sindicato que informou que não está tratando somente do piso nacional, mas de uma série de reivindicações dos servidores municipais em todos os setores, mas que a preocupação está sendo em dizer que se paga o piso ao professor e que na verdade não pagam e isto é uma questão de matemática. Sobre a questão das ofensas disse que em momento algum dirigiu a palavra ao Secretário. Informou que o professor de Lima Duarte teria que está recebendo R$ 1.400,00 (mil e quatrocentos) pela carga horáriaem que trabalha, pois se fizer os cálculos são 30 (trinta) horas semanais com a extra classe. O senhor Vladimir disse que está procurando a Câmara porque a prefeitura fechou as negociações. Disse que foram duas vezes a prefeitura, que enviam ofício e não recebe resposta. Ele manifestou o interesse em negociar com a prefeitura. O Presidente Davi Pimenta disse que enviará documento ao prefeito e agendará reunião para levar a pauta de reivindicações. O deu continuidade a palavra livre passando a palavra a Senhora Natalina, servidora da limpeza a qual questionou o por quê de não está recebendo o salário família desde o ano passado. O senhor Marcelo informou que tem que verificar o caso, mas existe um limite da remuneração para ter direito ao salário família, se o salário ultrapassar o limite não tem direito, informou que o salário família não é pago pela prefeitura, mas é repassado pela prefeitura, que este é um dinheiro do governo federal que é descontado na hora do pagamento do INSS e orientou a servidora a

procurar o departamento pessoal. O Presidente passou a palavra ao vereador Geraldo Fonseca autor do requerimento da audiência pública. O vereador Geraldo iniciou cumprimentando a todos. O vereador esclareceu que a audiência foi uma solicitação do Sindicato. O vereador informou que com relação ao PPP foi enviado ofício solicitando que se faça o PPP dos funcionários, disse que esteve conversando pessoalmente com o prefeito sobre o assunto, mas fez seis meses e ainda não foi feito. Disse que esteve no DEMAE onde a pessoa responsável mostrou como é feito o PPP, segundo ele é dispendioso por ter que contratar uma empresa especializada, mas é mais fácil antes do que depois enfrentar a justiça. O vereador reforçou o pedido para a prefeitura fazer o PPP dos funcionários. Disse ainda que achou muito indelicado o Secretário de Educação fazer o uso da palavra da maneira que o fez, de forma agressiva e depois retirar-se da audiência. O vereador colocou-se a disposição da prefeitura, do sindicato, dos funcionários na busca do entendimento entre as partes. Disse ainda que também já foi feito pela Câmara a reinvindicações quanto ao Plano de Cargos e Salários, para que seja feita revisão salarial, porque os salários estão defasados. O Presidente passou a palavra ao vereador Tadeu Tavares que iniciou cumprimentando a todos, em seguida o vereador explanou sobre o projeto por volta de 1989 para escolher o regime estatutário ou CLT, o qual foi optado pelo regime estatutário, que no seu modo de ver trazia vantagens para o servidor como às férias prêmios e quinquênio, que segundo ele se estivessem sido mantidas hoje os servidores teriam muitas vantagens inclusive para a aposentadoria. O vereador disse que a Casa nunca foi contra qualquer vantagem para o trabalhador, mas tem que se ouvir o lado do executivo, por causa das questões financeiras. Segundo ele não adianta pagar altos salários, se não houver como pagar. O vereador Tadeu perguntou a opinião do Sr. Vladimir sobre a decisão da Casa em adotar o regime estatutário. O senhor Vladimir disse que após a promulgação da Constituição Federal a grande maioria dos municípios passou a adotar o regime estatutário, não sendo uma particularidade de Lima Duarte. Disseque ele vê como um dos problemas que acontecem nas Câmaras são as votações em regime de urgência, não dando tempo para os vereadores estudarem sobre o assunto, segundo ele seguindo os tramites legais dá tempo de ouvir os interessados. Solicitou a Câmara que discuta com quem estiver envolvido. Afirmou que a Câmara pecou foi ao retirar os direitos adquiridos, sem discutir com s servidores. O Presidente da Casa comentou que a Casa obedece aos prazos regimentais com muito zelo e cuidado e passou a palavra ao vereador Antônio Alves que após cumprimentar a todos, iniciou dizendo que reação causa reação e condenou o início da reunião. Disse que se sentiu ofendido, uma vez que pareceu que o termo "cambada" foi direcionado a classe política. O vereador desculpou-se com o vereador Geraldo Fonseca por discordar da sua fala a respeito do Secretário de Educação, segundo ele foi o sindicato que agiu de forma ofensiva. O vereador disse concordar com o dialogo e nos casos de perseguição tem que se dá nome, pois é uma questão que não deve ser encoberta. Segundo ele a administração está fazendo o que é possível, está pagando em dia. Disse acreditar nas palavras do Secretário de Fazenda que afirmou que o município paga o piso nacional. O vereador afirmou que o sindicato e os servidores do Município terão o apoio da Casa, mas que não chegue ofendendo a todos. O presidente passou a palavra ao vereador Mário Junior que cumprimentou a todos e iniciou perguntando qual o valor do piso e quantas horas correspondia. A professora Dalmatéa informou que o Governo Federal reajustou o piso em 8,32%, segundo ela o salário deveria ser a partir de janeiro R$1.400,00 (mil e quatrocentos

reais) correspondente 30h de trabalho, porque no FUNDEB diz que 1/3 da carga horária é fora da sala de aula, sendo que se tem uma carga de 22hem sala e mais 2h são referentes ao módulo II. Oficialmente se trabalha 30h para o município. Segundo ela o município deve aos professores e eles vão correr atrás, ela ainda disse que em 2013 o município ficou devendo 0,75% mês. O vereador Mário Júnior que foi esclarecida sua dúvida. O vereador disse que a função do sindicato é discutir e buscar os direitos. O vereador afirmou que o sindicato tem o apoio dos vereadores para se reunir com o executivo e chegar a um acordo. Disse que sabe das responsabilidades fiscais do município e o reajuste tem que ser com responsabilidade. O vereador disse que os servidores já tiveram percas. O vereador disse ainda quese for possível tem que recuperar as férias prêmio e quinquênio. O presidente passou a palavra ao vereador Amilton Donizete, que cumprimentou a todos e iniciou parabenizando a professora Dalmatéa pela coragem em expor as reivindicações dos servidores. Disse que compreende o lado do Sr. Vladimir e do Sr. Amarildo, afirmou que prefere ficar com a palavra pacificadora do professor Eduardo que afirmou que é preciso debater para procurar um entendimento. Disse achar justificável a reação uma vez que a professora Dalmatéa entregou a pauta de reinvindicações à quase um ano e não obtendo resposta. Afirmou ter certeza que a posição dos vereadores é em defender a classe trabalhadora. Afirmou que é preciso aproveitar o relacionamento com o executivo para reunir-se. Segundo ele é preciso vê também a situação de outros funcionários e deu como exemplo à situação de um funcionário que trabalhou o ano de 2013 sem contrato assinado, ele já procurou a prefeitura que demonstrou boa vontade em corrigir. Sobre 0,75% foi cobrado pelos vereadores e a Câmara também não recebeu uma resposta definitiva. Afirmou que a função dos vereadores é ouvir os dois lados e buscar o entendimento junto à prefeitura. Segundo o vereador para o município arrecadar mais seria necessário à instalação de indústria, mas ele não vê nada neste sentido. Encerrou dizendo que é preciso buscar um entendimento, mas para isto é necessário ter uma resposta. O presidente lembrou que a pauta de reinvindicações recebida do sindicato foi enviada ao executivo, mas infelizmente não obteve resposta. Disse que reenviará as reinvindicações e ainda agendará reunião com o executivo e o sindicato. Em seguida passou a palavra para o vereador Alex. O vereador cumprimentou a todos e iniciou dizendo a professora Dalmatéa o quanto é admirável sua luta pela classe, disse ainda compartilhar a sua preocupação. Afirmou que um problema em todo o país a questão salarial do servidor público. Segundo ele enquanto político é necessário cobrar do executivo uma medida para beneficiar toda classe do servidor público. Deu continuidade dizendo que vem cobrado reajuste salarial para os motoristas e professores. O vereador citou algumas dificuldades encontradas pelos motoristas do transporte escolar e manifestou seu apoio a classe. O Presidente vereador Davi passou a palavra para o vereador Ronaldo, que cumprimentou a todos e iniciou parabenizando a professora Dalmatéa e os demais pela luta. Em seguida solicitou aos Secretários que fizessem como o Sr. Marcelo que após sua fala continuou na Casa para ouvir. Disse que o Sr. Amarildo falou bem, mas que não adiantava falar e não esperar pela resposta. Disse que não concordava com sua atitude porque uma vez que se propôs a ser Secretário tem que estar disposto a ouvir, assim como ele que se propôs a ser vereador não poderia fugir de uma audiência pública. O vereador afirmou que está na hora dos vereadores se reunirem com o executivo. Afirmou ainda que existe Secretário Municipal que atende bem, mas existem aqueles que não tratam bem. Segundo ele a perseguição não acontece somente com os

professores, ele já foi perseguido por secretário. Afirmou que os servidores podem contar com a Câmara e exaltou o valor da audiência pública. Logo após o Presidente passou a palavra ao vereador João Batista que cumprimentou a todos. Deu início solicitando aos representantes do sindicato que esclarecesse dúvida sobre quais garantias os agentes de saúde que não são concursados e não tem fundo de garantia por ser estatutário. O Sr. Vladimir disse há decisões que após 02 (dois) anos de contrato ele tem direito ao fundo de garantia. Disse que alguns já entravam com ação. Quanto às garantias afirmou que somente com concurso público. O vereador João Batista parabenizou pela organização e pela presença. Afirmou que o caminho é a discussão. Disse que esteve presente em uma reunião dos Conselheiros Tutelares, onde o prefeito prometeu a elaboração de Plano de Cargos e Salários para esta classe. O Presidente passou a palavra para o vice- presidente Silvio Damião que cumprimentou a todos e iniciou parabenizando a Professora Dalmatéa pela iniciativa. Disse que na posição de líder do prefeito se sentiu chateado e espera que ele possa sentar e rever o caso dos professores, motoristas e demais servidores. Reconheceu que o salário está defasado. Parabenizou o Secretário de Fazenda pela fala. Disse que é importante conversar com o poder executivo. Afirmou que é importante conversar com o poder executivo. Disse que a relação com o executivo é muito boa. Aproveitou para solicitar ao Secretário de Meio Ambiente, melhores condições aos funcionários da usina. O vereador disse que o prefeito é conhecedor da área uma vez que ele é professor e disse que é necessário que os vereadores, sindicato e prefeito possam se reunir e estudar a situação. O presidente devolveu a palavraa professora Dalmatéa e Sr.Vladimir para as considerações finais. O Sr. Vladimir agradeceu aos vereadores, os companheiros que compareceram, aos representantes da prefeitura. Falou do desgaste que causa demora. Disse que o sindicato está fazendo sua parte, mas depende do prefeito. Afirmou que o funcionário público é ótimo trabalhador, mas que ele necessita de um incentivo financeiro. O Sr.Vladimir falou da importância do funcionário público e das pressões recebidas. Disse que o prefeito está com sorte, uma vez que não foi sinalizado greve. Disse ainda que procurou a Câmara para ela fazer a mediação para resolver os anseios de todas as categorias. O Sr. Vladimir reafirmou que na questão das perseguições ele disse "alguns"e tem que combate-las. Parabenizou a condução das discussões na Casa e entregou uma pauta de reivindicações. Solicitou ao executivo que receba para negociar e que os vereadores sejam mediadores. O presidente repassou a palavra a Professora Dalmatéa, que afirmou que o importante é discutir é ter paciência, ela reafirmou que estão tendo muitas vitórias como o acórdão em Belo Horizonte. Solicitou ao funcionário público que acredite no sindicato e se junte a ele. Disse que eles são poucos e lembrou que a professora Nilza afastou-se do cargo do sindicato por possuir um cargo na prefeitura. Agradeceu pelo apoio recebido e disse esperar com o apoio da Câmara para serem recebidos pelo prefeito. A professora lembrou ainda do valor de cada servidor e aproveitou para dizer que apesar de ter nutricionista a merenda não é de boa qualidade. Solicitou que fosse observado o número de alunos nas escolas e o número de serviçais. Disse que é preciso dignidade para dizer somente o que se sabe. Afirmou sua vontade em defender os servidores.Por fim agradeceu. O presidente disse que irá fazer a cobrança ao poder executivo e colocou a Casa a disposição para as discussões. Em seguida consultou os vereadores sobre a data da audiência pública sobre o Projeto de Extração de Areia no dia 24 de fevereiro. O vereador Geraldo Fonseca disse que seria melhor adiar, uma vez que os questionamentos enviados aos órgãos competentes não receberam respostas. O

vereador Alex concordou com o vereador Geraldo Fonseca, o vereador Ronaldotambém concordou e disse ainda que não foi concluído o trabalho de visita as bancas de areia. O vereador Mário Junior concordou que o prazo está curto, mas demonstrou preocupação com o fato das bancas continuarem fechadas. O presidente disse que sem as respostas é complicado colocar o projeto para votação. O vereador Tadeu Tavares concordou que é necessário aguardar as respostas dos órgãos. Segundo ele a Lei não foi revogada, por isso quem estiver com a documentação em dia poderá retornar as atividades. O vereador Geraldo Fonseca afirmou que é necessário o posicionamento do Ministério Público. O vereador Silvio concordou que é necessário aguardar a resposta do Ministério Público. O Presidente solicitou a opinião do vereador Amilton autor do requerimento da audiência pública e ele concordou com o adiamento, em seguida o presidente consultou os demais vereadores que também concordaram com o adiamento. O presidente agradeceu a todos, principalmente o prefeito que quando não pode estar presente envia representantes. Por fim deixou convocados para a reunião das comissões.Nada mais havendo a tratar, encerrou-se reunião, lavrou-se esta ata que, se conforme, assinada pelos edis presentes. Lima Duarte, 17 de fevereiro de 2014.

Dani Pimenta Delgado, Silvio Dornas Nogueira
DA Silva, Walter de Paula, Antonio Alves de Paula, Geraldo Fonseca Neto, Amilton
Ronaldo dos Rodrigues, Alex Alvaro da Cunha Silva
Mário Carvalho Delgado Junior, Tadeu Tavares
Reis de Moraes.

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, reuniu-se este Legislativo na Sala de Sessões da Câmara Municipal, às dezoito horas, para a realização da Terceira Reunião Ordinária do Nono Período da Segunda Sessão Legislativa sob a presidência do Vereador Davi Pimenta Delgado que, com as palavras de praxe, percebendo haver número regimental, declara abertos os trabalhos. O Presidente determina que faça a chamada, observando a ausência até o momento dos vereadores João Batista de Moura Júnior e Tadeu Tavares de Mattos. Iniciando o Pequeno Expediente, o Presidente colocou em discussão e votação a ata da reunião ordinária realizada no dia dezesseis de setembro de 2014. O Presidente registrou a presença do vereador João Batista de Moura Júnior. Dando continuidade a ata foi aprovada e assinada pelos edis presentes. Em seguida o Presidente informa que foi feita Inscrição para utilização do Plenário – Oradora: Cleuza Magna Borges e Silva, tema: Obra da Santa Casa e Saúde, mas que a mesma não compareceu. Dando continuidade solicita ao Secretário que proceda a Leitura dos Expedientes recebidos e leitura de diversos. Ofício nº 55/2014 – da Câmara Municipal de Lima Duarte para o Prefeito Arzenclever Geraldino Silva – *Solicita autorização para o Poder Legislativo Municipal realizar pequenas reformas no Prédio da Câmara Municipal.* Ofício nº 56/2014 da Secretaria da Câmara para o Prefeito Municipal Arzenclever Geraldino Silva - *solicitando imóvel do Município situado ao lado de nossa atual sede, com endereço na Rua Tancredo Alves s/nº terceiro andar, que está sem uso específico desde sua entrega, que se deu há mais de dois anos, é que venho através do presente solicitar seja cedido ao Poder Legislativo este novo espaço para que possamos fazer a transferência da sede do Poder Legislativo, garantindo a acessibilidade necessária, bem como espaço suficiente para as atividades desenvolvidas por esta Casa Legislativa.* Carta Aberta a População da APAE-Lima Duarte – *Informa a população a respeito de propagandas enganosas divulgadas por candidatos à reeleição a Deputado Estadual e Deputado Federal, ao contrário do que divulgam não existe: qualquer equipamento odontológico na instituição, a instituição não está em reforma, pois ainda está em construção.* Dando continuidade foi publicado Projeto de Resolução do Executivo. PUBLICA – Projeto de Resolução nº 03/2014 – *"Dispõe sobre autorização para aquisição de veículo oficial para uso da Câmara Municipal de Lima Duarte- MG".* Iniciando o Grande Expediente foi colocado em primeira votação o Projeto de Lei do Executivo nº 25/2014 – "*Dispõe sobre ratificação da alteração no Contrato de Consórcio Público, aprovado na Assembleia Ordinária realizada no dia 27 de março de 2014, para a inserção de novos entes da federação que poderão integrar o Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Zona da Mata – CISAB- Zona da Mata.* O Presidente registrou a presença do vereador Tadeu Tavares de Matos. Após a leitura do primeiro parecer em conjunto favorável com emendas das comissões: Comissão de Legislação e Justiça, Comissão de Finança, Orçamento e Tomada de Contas o Projeto foi aprovado em Primeira discussão e votação por dez (10) votos a favor e nenhum (0) voto contrário. Inciando a palavra livre o vereador Geraldo Fonseca após cumprimentar a todos, disse que tem ouvido reclamações de pais e funcionários das Escolas de Lopes e Orvalho por causa de salas multiseriadas e solicitou o Presidente da Casa o carro para visitar as referidas escolas na quinta-feira. Em seguida comentou que o Prefeito e o Secretário de Educação são educadores, disse que sala funcionando junto não há como ter aprendizagem. Disse que a medida foi a partir da implantação no município da Lei do Piso. Disse que ouviu

Rua Antônio Carlos, nº 51 - Centro - CEP 36.140-000 - Lima Duarte - MG
Telefax: (032) 3281-1165 - *E-mail:* camarald@ldonline.com.br
Página na Internet: http://www.camarald.mg.gov.br

comentários que o pré da E.M. Pedro Paz irá acabar fato que ele não concorda. Dando continuidade falou que foi enviado pela Prefeitura CD com laudo técnico a respeito da Creche e segundo o vereador pelo laudo não justifica fechar, pois nada trás riscos. Disse que a Policlínica e UBS tem situação pior. Em seguida falou sobre extração de areia na Ponte do Rio do Peixe que segundo ele está desastrosa, disse que antes não estava danificando tanto quanto agora. Disse também que irá em Mogol para verificar a extração de areia. Informou que esteve com a engenheira Priscila onde conversaram sobre a obra da Santa Casa. O vereador Tadeu Tavares informou que ligou para a Secretaria de Educação solicitando a chave para ele e o vereador Geraldo Fonseca visitarem a Creche, mas foi informado que não poderia porque teria que alguém ir junto, e que marcariam e até hoje não marcaram. O vereador Geraldo Fonseca disse que eles poderão ir na quinta-feira, afirmou que sua fala sobre a Creche foi com base no laudo. O vereador Ronaldo colocou a disposição para ir visitar as escolas na quinta-feira. O vereador Amilton após cumprimentar a todos solidarizou com a fala do vereador Geraldo Fonseca sobre as salas multiseriadas e também colocou a disposição. Disse que em conversa com as crianças ouviu relato das dificuldades, principalmente em Lopes. Disse que em todas as esferas governamentais falam de educação de qualidade, mas enxugam. Lembrou que os vereadores Geraldo e Davi vivenciam as dificuldades uma vez que são educadores. Com relação a carta aberta enviada pela APAE manifestou sua indignação pelo fato de algumas pessoas colocarem que ajudaram a instituição sem ter ajudado. Disse que na carta não pode citar nomes e acaba prejudicando aqueles que ajudam. Disse que está a dezesseis anos na APAE e são poucos os que ajudam, e que este ano a APAE virou foco eleitoral. Solicitou que todos tomem cuidado. Por fim desejou um execelente pleito eleitoral. O Presidente Davi Pimenta , disse que como educador não admite salas multiseriadas. O vereador Geraldo explicou como funciona uma sala multiseriada e reafirmou que não há rendimento. O Presidente Davi disse que os relatos são complicados. Disse que não concorda com as condições de trabalho. Disse que se sobrar vaga no carro também irá na visita, mas se não, não tem problema uma vez que ele está na área e já conhece. O vereador João Batista informou que ele e o vereador Antônio Alves receberam reclamação sobre sala multiseriada na escola do Batatal. Disse que perde a qualidade do ensino e sobrecarrega o professor, e que a situação deve ser revista. O Presidente falou da dificuldade de preparar as aulas, corrigir as provas e ainda sobre a dificuldade de controlar a disciplina. Disse que o Prefeito é um educador de execelencia, que acredita que ele verá a situação com bons olhos. O vereador Mário Júnior após cumprimentar a todos, disse ao Presidente que não há ninguém melhor que ele e o vereador Geraldo para falar e acompanhar a visita as escolas e também colocou a disposição para acompanhar. Questionou se as mudanças foram feitas com estudo. O Presidente Davi disse que sim, que teve discussão no Conselho Municipal de Educação, disse também que a legislação permite. O vereador Geraldo disse que é uma economia burra, disse que as crianças tinham bom rendimento e que acabaram desaprendendo. Disse que a maioria do Conselho é da situação por isso aprovam. O Presidente disse que ele foi contra. O vereador Alex após cumprimentar a todos comungou com a fala e a preocupação do Presidente da Casa e do vereador Geraldo Fonseca. Em seguida deixou uma mensagem para o dia 05 (cinco), disse que não é para ir em busca de candidato de partido, mas de candidatos comprometidos com a melhoria. O vereador Antônio Alves após cumprimentar a todos, disse que ouviu a

Rua Antônio Carlos, nº 51 - Centro - CEP 36.140-000 - Lima Duarte - MG
Telefax: (032) 3281-1165 - *E-mail:* camarald@ldonline.com.br
Página na Internet: http://www.camarald.mg.gov.br

reunião de audiência pública e que ouviu alguns comentários o qual ele acha que deveria responder. Disse que estava no calçadão pedindo voto, e que não veio a audiência porque conhecendo os vereadores que marcaram sabia que seria politicagem. Disse que o senhor Marcelo, a Drª Sandra e o senhor Hudson vieram desarmados, vieram dar explicação, uma vez que os outros convidados não puderam vir. Disse que ele e os demais vereadores não vieram porque sabiam o que iria acontecer. Disse que não vai bater palma para a politicagem. Disse que se não querem o SAMU que devolvam o SAMU. Disse que o SAMU está funcionando. Disse que as pessoas que vieram falar parecem que foram induzidas a falarem. Disse que foram feitas criticas infundadas ao vereador João Batista, sobre ele fazer politicagem na Santa Casa, disse ao vereador João Batista para não se preocupar porque ninguém "chuta cachorro morto". Disse que votou no vereador para Conselheiro Tutelar e que votaria novamente. O vereador João Batista disse que é preciso ter cuidado com os comentários. Disse que não faz politicagem na Santa Casa e que só pratica a boa politica. Disse que o que ele faz na Santa Casa é atender bem. Disse ainda que faz seu trabalho com ética. Informou que não veio a audiência porque foi informado que os convidados não viriam. O vereador Antônio Alves disse ao vereador João Batista, que com sua conduta ele tem tudo para reeleger. O vereador Tadeu Tavares lembrou que a primeira data da audiência foi cancelada por ocasião da morte de seu pai. Disse que no seu entendimento a nova data foi precipitada, uma vez que as pessoas não poderiam estar presente. Disse que foi falha do Presidente, porque no dia estavam faltando três vereadores e na sua opinião deveriam estar todos os onze. Disse que teria algumas coisas para perguntar. Informou que foi um dos primeiros que aprovaram o SAMU. Disse também que está a muito tempo na Casa e tem respeito e dedicação ao povo. O vereador Antônio Alves disse que foi armado um circo por dois vereadores. Disse que veio direcionado, porque sentiu ofendido e que estava realmente no calçadão. Em seguida falou que acha estranho um conselheiro em vez de discutir na Santa Casa trazer as acusações infundadas para esta Casa. Disse que a oposição não quer o SAMU. Segundo ele um vereador falou mal da Santa Casa e outro do SAMU. Continuou dizendo que a audiência não obteve coro, mas o Presidente em respeito aqueles que vieram de coração aberto deu continuidade. Solicitou que seu nome não seja citado quando não estiver presente. O vereador registrou o seu repudio. Esclareceu que o senhor Thiago não é mais Secretário de Saúde e sim Vice-Prefeito. O vereador João Batista após cumprimentar a todos inciou falando sobre a grande importância da obra de captação de água no Bairro Barreira, disse que a obra não é visível, mas é essencial. Em seguida disse que se preocupa com o córrego da Vila São Geraldo, onde nas chuvas a água transborda e fica represada em algumas casas. Solicitou que o córrego seja canalizado. Solicitou também a limpeza dos demais córregos da cidade, disse que houve uma proliferação de pernilongo. Dando continuidade falou do trânsito de caminhões na Rua Dr. Eneas de Almeida Pires, onde está trincando muros e paredes de casas e solicitou uma solução. Solicitou também a limpeza da boca da ponte no Bairro Santo Antônio, segundo o vereador tem um grande acumulo de lixo o que vem causando transtorno. O vereador Tadeu Tavares disse que também foi solicitado a ele por moradores do Bairro Santo Antônio a limpeza da boca da Ponte. Solicitou um trabalho de conscientização para que não joguem lixo. O vereador João Batista sugeriu que após a limpeza do local coloque um recipiente para acondicionar o lixo domestico. O vereador Tadeu Tavares completou solicitado também

Rua Antônio Carlos, nº 51 - Centro - CEP 36.140-000 - Lima Duarte - MG
Telefax: (032) 3281-1165 - *E-mail:* camarald@ldonline.com.br
Página na Internet: http://www.camarald.mg.gov.br

que se coloque uma placa no local. Em seguida disse que na Rua Waldomiro Ferreira Delgado estão fazendo o Viradouro de estacionamento e solicitou que seja colocado uma placa no local. O vereador João Batista solicitou ao vereador Silvio que seja colocado uma área de servidão no Bairro Três Porteiras, informou que um morador cedeu o local. O vereador Tadeu reforçou a solicitação ao vereador Silvio, disse que com as chuvas desce grande quantidade de terra impedido moradores de entrarem em suas casas. Disse que tem outra próxima a casa do senhor Sebastião que falta terminar. Lembrou ainda a solicitação dos redutores de velocidade e passarela na Av. Antônio Tuita e solicitou o empenho do Lider do Prefeito vereador Silvio. O vereador Ronaldo após cumprimentar a todos disse que a audiência pública foi importante, disse que a audiência só iniciou às 18h e 45min, porque teve vereador boicotando. Parabenizou o vereador Geraldo Fonseca por ter justificado sua ausência. Disse que em véspera de eleição se pensa diferente, só se pensa em voto. Disse que o sogro do vereador João Batista ficou triste porque ele falou mal do vereador, o vereador Ronaldo afirmou disse que não falou mal. Falou que participa das reuniões da Santa Casa e que o vereador João Batista não participa. Disse que a Drª Sandra também disse que sentia envergonhada. Disse que questionou sobre os aumentos de salários na Santa Casa, falou sobre o aumento no valor de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para a recepção , e de R$ 20,00 (vinte reais) para quem trabalha na limpeza, disse que o abono de alguns foram cortados e de outros não. O vereador João Batista disse que sempre está presente nas reuniões da Santa Casa. Informou que seu salário família foi cortado e que de outros não porque estes receberam aumento em forma da gratificação. Em seguida falou que leva o nome da Santa Casa com responsabilidade. O vereador Ronaldo questionou por que cortou o salário família. O vereador João Batista esclareceu que existe um teto máximo definido pelo INSS para receber salário família. O vereador Ronaldo questionou se o vereador João Batista recebe o abono e se ele teve um desvio de função. O vereador João Batista esclareceu que em 2013 recebeu convite para trabalhar no setor de compras e quando retornou para seu cargo no periodo, por causa da lei da irredutibilidade seu salário permaneceu o mesmo. Esclareceu que foi equiparado a todos da recepção por meio de gratificação. O vereador Ronaldo disse ao vereador João Batista que foi isto o questionado na audiência e também sobre o fato dele informar para alguns quem é o médico de plantão. O vereador João Batista disse, que quando foi feita a determinação de não poder informar ele foi contra. Esclareceu que só informa em situação especifica. Disse que a Diretora solicitou que não informe para não congestionar os plantões. Disse que a regra é no horário de trabalho e não quando está de folga. O vereador Ronaldo disse que foi vereador de 2001 a 2004 e sempre dava problema quanto a fiscalizar. Segundo ele se vereador do lado do Prefeito ajudasse a fiscalizar não aconteceria o que acontece. Disse que o vereador tem que cumprir com seu papel. Em seguida questionou o vereador Silvio se após ter pago os trê repassses ao Governo do Estado, se os remédios já chegaram. Segundo o vereador há falta de remédio. O vereador Silvio disse que vai se informar, mas a Secretária Lucia disse que já foi paga a contrapartida, mas os remédios ainda não haviam chegado. O vereador Ronaldo informou que o Senhor Thiago o disse que foi pago, e os remédios não foram repassados. Disse que se já pagou e os remédios não vieram é preciso tomar uma atitude. Dando continuidade disse que o Senhor Thiago deixou a Secretaria para fazer campanha e que faltou compromisso. Solicitou ao vereador Silvio que na obra de

Rua Antônio Carlos, nº 51 - Centro - CEP 36.140-000 - Lima Duarte - MG
Telefax: (032) 3281-1165 - *E-mail:* camarald@ldonline.com.br
Página na Internet: http://www.camarald.mg.gov.br

captação de água na Barreira seja passado o rolo de compactação grande, segundo ele só o rolo menor quando asfaltar vai afundar. O vereador Antônio Alves disse que o vereador afirmou que se ele tivesse olhado o Rancho não tinha cedido, o vereador Antônio disse que ele não é pedreiro. Disse que o vereador é filhote do opositor chefe. O vereador Antônio disse que se ele não for eficiente é problema dele e da população. Disse que o vereador afirmou que o vereador João Batista estava fazendo politica e na frente do vereador disse que não falou. O vereador Ronaldo disse que tem o prazer de ser chamado de filhote, porque isto quer dizer que ele está crescendo. Afirmou que sempre trabalhou e não vive de salário de vereador. Disse que sempre que fiscaliza as obras doe no "vereador". Disse que nunca se vendeu e tem respeito pela Câmara. O vereador Antônio Alves disse que não vive de salário de vereador, disse que trabalhou quarenta e dois anos no comercio e se aposentou por tempo de serviço. Disse que o vereador comprou a eleição com queijo e leite e está comprando de deputado, segundo ele várias pessoas falaram isto. O Presidente solicitou que caso haja problemas entre os vereadores que estes resolvam fora do plenário. O vereador Ronaldo disse que tem dois mandatos e nunca votou lei errada, disse que nunca votou aumento fora do prazo, nunca votou sem conhecimento. Disse que quando votou contra a areia foi porque ia prejudicar o meio ambiente. O vereador João Batista solicitou que haja harmonia na Casa, disse que os vereadores necessitam uns dos outros e que unidos trabalham muito melhor. O Presidente disse que as vezes é criticado, porque alguns acham que ele deve ser inimigo dos vereadores de oposição. Solicitou que um respeite a opinião do outro. Em seguida destacou a postura e o equilíbrio demonstrado pelo vereador Alex. O vereador Alex agradeceu. O vereador Silvio após cumprimentar a todos disse, que sempre pede a Deus e Nossa Senhora Aparecida que os ilumine. Falou que a Casa sempre foi unida e que na politica há os que concordam e os que descordam. Falou que a obra da Santa Casa é um sonho de muitas legislaturas, e comentou a importância da obra. O vereador Antônio Alves perguntou qual o politico nos últimos quinze anos conseguiu o valor da obra da Santa Casa. Disse que a maioria da oposição é do quanto pior melhor, segundo ele não quer que o SAMU dê certo. Disse que a obra da Santa Casa resolveria os problemas dos moradores de Lima Duarte e região. Disse que quer harmonia, mas que sabia que quando a administração deslanchasse a oposição iria aparecer. O vereador Silvio disse que quer que os vereadores sejam lembrados por fazer parte desta administração. Desejou que no domingo haja uma eleição limpa e digna. Em seguida o Presidente parabenizou em seu nome e dos vereadores e funcionários a servidora Zelia pela passagem de seu aniversário. Dando continuidade deixou os vereadores convocados para as reuniões das comissões na quinta-feira, reunião ordinária dia 06 de outubro e para audiência pública para prestação de contas do último trimestre de 2013 e primeiro de 2014 da Prefeitura Municipal dia 27 de outubro. Solicitou aos vereadores que deixem o nome dos professores a serem homenageados na Secretaria. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se reunião, lavrou-se esta ata que, se conforme, assinada pelos edis presentes. Lima Duarte, 29 de setembro de 2014.

Rua Antônio Carlos, nº 51 - Centro - CEP 36.140-000 - Lima Duarte - MG
Telefax: (032) 3281-1165 - *E-mail:* camarald@ldonline.com.br
Página na Internet: http://www.camarald.mg.gov.br

Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e quatorze, reuniu-se este Legislativo na Sala de Sessões da Câmara Municipal, às dezoito horas, para a realização da Primeira Reunião Ordinária do Décimo Período da Segunda Sessão Legislativa sob a presidência do Vereador Davi Pimenta Delgado que, com as palavras de praxe, percebendo haver número regimental, declara abertos os trabalhos. O Presidente determina ao Secretário que faça a chamada, observando a ausência até o momento dos vereadores Alex Adriano da Cunha Silva, João Batista de Moura Júnior, Ronaldo Alves Rodrigues, Tadeu Tavares de Matos e a ausência justificada do vereador Antônio Alves de Paula. Iniciando o Pequeno Expediente, o Presidente colocou em discussão e votação a Ata da Reunião Ordinária realizada no dia vinte e nove de setembro de 2014 e Ata da Audiência Pública realizada em vinte e dois de setembro de 2014, sendo as mesmas aprovadas e assinadas pelos edis presentes. Em seguida o Presidente solicita ao Secretário que proceda a Leitura dos Expedientes recebidos e leitura de diversos. Ofício nº 54/2014 do Departamento Municipal de Agua e Esgoto- *resposta ao ofício nº 108/2014 – que encaminha requerimento aprovado em 16/09/2014, solicitando reparos urgentes em toda rede na comunidade de Manejo*. Ofício nº 65/2014 assinado pelo senhor Luiz Antônio de Oliveira, Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária- *Resposta ao encaminhamento nº 38/2014 de autoria do vereador Mário Carvalho Delgado Júnior*. Dando continuidade foi publicado os Projetos de Lei do Executivo. PUBLICA - Projeto de Lei nº 26/2014 – *Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Lima Duarte para o exercício financeiro de 2015. No valor de R$ 34.846.306,00 (trinta e quatro milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, trezentos e seis reais)*. O Presidente registrou a presença dos vereadores João Batista de Moura Júnior e Tadeu Tavares de Matos. Dando continuidade PUBLICA - Projeto de Lei nº 27/2014 – *Dispõe sobre concessão de subvenções sociais às entidades que menciona e dá outras providências: I – Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte R$ 300.000,00 II- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lima Duarte – R$ 40.000,00 III- Associação Casa Arte e Vida Assist. Social Lopes R$ 20.000,00* **IV**- *Inst. De Longa Perm. Para Idosos - Lar SVP – ILPI R$ 49.000,00*. Antes de passar a palavra livre o Presidente Davi Pimenta convocou os vereadores para reunião de comissão no dia nove de outubro, quinta-feira às 14h e solicitou aos vereadores que façam a indicação dos professores a serem homenageados no dia vinte e sete de outubro. Dando continuidade o vereador Geraldo Fonseca após cumprimentar a todos, iniciou dizendo que solicitou o carro da Casa para fazer visitas em Lopes, Orvalho e Mogol. Informou que em Orvalho a situação da sala multisseriada foi resolvida. Disse que a Diretora da Escola de Orvalho fez algumas solicitações: reparo no alambrado da quadra e a colocação de duas novas caixas d'agua de mil litros. Disse que na Escola do Batatal tem uma sala multisseriada, onde funciona a 1º e 2º ano, mas segundo o vereador Geraldo o problema mais grave é em Lopes, onde o pré de quatro (4), cinco (5) e 1º (primeiro) ano funciona junto, segundo o vereador os alunos do 1º (primeiro) ano não terão boa aprendizagem. Informou ainda que o segundo e o terceiro ano estão juntos, e também o quarto e o quinto ano. Disse que a situação em Lopes é complicada, solicitou ao Prefeito como educador que reveja a situação, pois segundo ele o nível de aprendizagem nestas condições é pequeno. Em seguida disse que outra situação preocupante é da areia, lembrou que comentou na reunião anterior sobre a extração de areia, vista por ele na margem do Rio do Peixe. Disse que passou no Mogol e que a situação é crítica, uma vez

Rua Antônio Carlos, nº 51 - Centro - CEP 36.140-000 - Lima Duarte - MG
Telefax: (032) 3281-1165 - *E-mail:* camarald@ldonline.com.br
Página na Internet: http://www.camarald.mg.gov.br

que está havendo uma grande destruição. O vereador Geraldo Fonseca falou sobre o decreto nº 29/2014 que regulamenta a Lei Municipal nº 1595/2010 e do Projeto de Lei aprovado na Casa que Altera a lei nº 1595/2010. Disse que o Decreto não regulamenta a extração de areia fora do leito rio, disse que está sendo retirada uma grande quantidade de areia, segundo ele no leito do rio se pagava uma taxa por m³ e que ele não sabe se fora do leito paga-se alguma taxa. Informou que irá conversar com a Drª Aline e se for o caso, vai fazer uma denúncia ao Ministério Público. Disse que quanto ás escolas ele acha que este ano não vai ter solução, mas que se no próximo ano ficar deste jeito, tem que tomar alguma providência. O vereador Walter Neves após cumprimentar a todos, disse que a extração de areia do leito do rio prejudica os produtores, enquanto fora do leito o estrago é na própria propriedade. O vereador João Batista após cumprimentar a todos, agradeceu a população pela participação no período eleitoral, disse que a população reforçou a confiança nele e mais uma vez agradeceu. O vereador Amilton após cumprimentar a todos, solicitou que fosse enviada ao chefe do executivo com cópia para o Secretário de Obras, solicitação de manutenção e recuperação da Ponte que dá acesso ao Sítio do senhor Ruiz na comunidade de Pirapitinga, segundo o vereador parte da ponte cedeu, disse que o Prefeito e vice-prefeito se comprometeram a fazer o serviço, mas ainda não foi feito. Em seguida solicitou que fosse enviada solicitação a Secretaria de Meio Ambiente para poda de 05 (cinco) árvores na Vila Vitoriana, sendo uma em frente ao Salão da Igreja e quatro (04) eucalipto na Rua Aristides de Almeida, solicitou ainda que fosse enviada solicitação ao executivo para reforma do salão da Igreja, segundo ele lideranças religiosas procuraram o Prefeito buscando apoio, segundo ele já vieram umas dez vezes ocasionando custo de transporte e alimentação. Em seguida disse que os moradores da Vila Vitoriana são atendidos no Posto de Saúde do Manejo, dois dias na semana, onde às vezes o médico falta, segundo ele os moradores precisam sair três, quatro horas da manhã para conseguir atendimento, porque há limite de vagas, disse que alguns acabam buscando atendimento na Santa Casa, disse ainda que o Município tem PSF, mas que não está sendo bem atendido, segundo o vereador Amilton a equipe do PSF deveria fazer estes atendimento no domicilio. Solicitou que caso haja a construção de um salão na comunidade que volte o atendimento médico, que não está acontecendo por falta de espaço. O Presidente registrou a presença dos vereadores Alex Adriano e Ronaldo Alves. O vereador Walter Neves solicitou envio de ofício ao DER para que tomem providências sobre uma Ponte na localidade da Ponte Funda, disse que uma carreta não conseguiu passar e teve que passar dentro do córrego. O vereador Silvio após cumprimentar a todos, agradeceu a todas as pessoas que na data de ontem, deram um voto de confiança na administração elegendo os deputados Antônio Jorge, Dimas Fabiano e Júlio Delgado. O vereador Ronaldo após cumprimentar a todos, agradeceu os limaduartinos que votaram em Renzo Braz e Braulio Braz e também no Senador que não veio a ser eleito, mas que foi bem votado. Agradeceu ainda os votos para a eleição do Governador Pimentel, disse que lutou para mudar a politica em Minas Gerais. Em seguida pediu desculpas pelo atraso, disse que estava acompanhando a situação de um senhor que ficou dez dias internado, onde a médica que atendeu deu um laudo de quatro dias. Disse que a médica pediu exame, mas não quis ver o resultado. Segundo ele a situação é grave, e que a família está revoltada. Disse que o citado senhor está acamado, sem alimentação e sem soro. Disse que nem pagando o médico quer atender. Disse ainda que ligou para secretaria de saúde solicitando que

Rua Antônio Carlos, nº 51 - Centro - CEP 36.140-000 - Lima Duarte - MG
Telefax: (032) 3281-1165 - *E-mail:* camarald@ldonline.com.br
Página na Internet: http://www.camarald.mg.gov.br

fosse lá, mas não foi atendido, segundo ele na hora de atender há um jogo de empurra. O Presidente lembrou os vereadores da reunião das comissões na quinta-feira. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se reunião, lavrou-se esta ata que, se conforme, assinada pelos edis presentes. Lima Duarte, 06 de outubro de 2014. Silvio DA Silva Rogério DA SILVA, Walter [illegible], Antonio Alves de Paula, Gerardo Fonseca Neto, Ronaldo A. Rodrigues, Mário Carvalho Delgado Júnior, Davi Lemonte Delgado, Adelmo José da Conceição Silva

Rua Antônio Carlos, nº 51 - Centro - CEP 36.140-000 - Lima Duarte - MG
Telefax: (032) 3281-1165 - *E-mail:* camarald@ldonline.com.br
Página na Internet: http://www.camarald.mg.gov.br

Aos quinze dia do mês de junho do ano de dois mil e quinze, reuniu-se este Legislativo na Sala de Sessões da Câmara Municipal, às dezoito horas, para a realização da Segunda Reunião Ordinária do Sexto Período da Terceira Sessão Legislativa sob a presidência do Vereador Antônio Alves de Paula que, com as palavras de praxe, percebendo haver número regimental, declara abertos os trabalhos. O Presidente determina que se faça a chamada observando o atraso do vereador Geraldo Fonseca Neto. Iniciando o Pequeno Expediente, o Presidente colocou em discussão e votação Ata da Reunião Ordinária do dia 03 de junho de 2015, sendo as mesmas aprovadas e assinada pelos edis presente. Dando continuidade o Presidente leu o artigo72 do Regimento Interno da Casa. Em seguida informou que consultou a mesa diretora e retirou da pauta a votação do Plano Decenal Municipal. Convocou para reunião das comissões onde será discutido o plano na quinta-feira. O vereador Alex após cumprimentar a todos, disse que concorda em parte. Segundo ele o Projeto é importante e deveria ser feita audiência pública, para ouvir os professores. O Presidente vereador Antônio Alves afirmou que não tem como marcar audiência, uma vez que não há tempo hábil, uma vez que o requerimento tem que ser protocolado com 72h de antecedência. Falou que marcará reunião com os elaboradores do Plano para tirar as dúvidas dos vereadores e professores. Afirmou que a audiência está descartada. O vereador Alex disse que ainda há tempo hábil e afirmou que o executivo enviou o Projeto com pouco tempo. Disse que já se tomou decisões erradas por não serem ouvidosr. O vereador Amilton após cumprimentar a todos, disse que segundo o regimento há tempo hábil, sim. Disse que a discussão do plano começa hoje, uma vez que na reunião do Salão Paroquial a Casa não debateu. Disse que a solicitação do vereador Alex tem que entrar o mais rápido possível para providenciar a audiência, para que se possa dividir as responsabilidades. O Presidente disse que tem que ser protocolado com 72h, e não tem alternativa, uma vez que o Plano tem que ser entregue até 24 de junho. Disse que se chegar em acordo poderá votar com dispensa, se não marcará outra reunião. O vereador Amilton disse que "uma coisa é atender a mensagem de urgência, outra é dizer que o regimento não permite". Disse que muitos pedidos de urgência têm sido atendidos, mas tem que ter prazo. Segundo ele deveria ter chegado mais cedo. O Presidente disse que o vereador Amilton já foi presidente, e que consultou os membros da mesa, sendo (um) a favor e outro contra. O vereador Amilton afirmou que sempre obedeceu o regimento e nunca utilizou do presidencialismo. O Presidente da Casa afirmou que o assunto está encerrado. O vereador Davi após cumprimentar a todos, disse que o vereador Alex iniciou bem a fala, sendo completada pelo vereador Amilton. Em seguida disse que não pode se solicitar audiência antes de publicar. Afirmou que tem convicção da necessidade de audiência para que possa ouvir a todos. Disse que o Plano é bom, mas não viu beneficio na questão da municipalização. Afirmou que assina o requerimento. O Presidente afirmou que "estiveram" na apresentação do Plano no Salão Paroquial. O vereador Davi disse que é preciso "abrir" para os professores. O vereador Ronaldo após cumprimentar a todos parabenizou os vereadores Alex e Amilton pela fala sobre audiência pública. Segundo ele não pode deixar de ouvir os professores. Disse que todos passaram pelas mãos dos professores. E questionou o por quê de não ter Audiência Pública. O Presidente solicitou que a plateia não se manifeste. Disse que estes são professores, formadores de opinião e deu por encerrado o assunto. Dando continuidade o Presidente informou que foi feita inscrição para uso da tribuna pelo senhora, professora Beatriz Souza Barral – Tema: Discussão do

Rua Antônio Carlos, nº 51 - Centro - CEP 36.140-000 - Lima Duarte - MG
Telefax: (032) 3281-1165 - *E-mail:* camarald@ldonline.com.br
Página na Internet: http://www.camarald.mg.gov.br

Plano Municipal de Educação. Passou a palavra a professora Beatriz que iniciou se apresentando, fazendo um breve histórico. Em seguida disse que defende o direito a todos de educação de qualidade. Dando continuidade falou que o Plano não foi amplamente divulgado e questionou o por quê de não popularizar o Plano, e a qual interesses este atende. Falou sobre a cartilha do MEC para a elaboração do Plano. Afirmou que municipalização não é positiva. Citou que o NAE fechou, não há um supervisor por escola e que não se paga o piso nacional. E não há Plano para estes. Falou em problemas na contratação e que o transporte não é racionalizado. Disse que o histórico da municipalização não consta no Plano. Afirmou que não é obrigatório a municipalização nos próximos dez anos. Disse que para o município a municipalização não é prioridade, que segundo ela deveria ser aumentar a qualidade do ensino. Em seguida falou que no Plano não há um título para a Educação do Campo, que a zona rural está "misturada" sem uma valorização efetiva, disse que a Educação do campo do município tem de positivo os profissionais efetivos e graduados. Falou sobre a nucleação da E.M. Cel. José de Sales, comentando sobre a preocupação com a segurança das crianças no trajeto até Manejo. Dando continuidade comentou sobre algumas ações do Estado pensando na qualidade da educação, citando investimento em cursos, piso, plano de saúde, escola faz a diferença e projetos nas escolas Adalgisa de Paula Duque, Joaquim Delgado e Tiago Delgado. Por fim solicitou que seja retirado do Plano a municipalização dos anos finais e a nucleação. O vereador João Batista disse que é a favor do debate e questionou a disponibilidade da Professora Beatriz para comparecer na reunião das comissões na quinta-feira. O Presidente disse que poderão ser no máximo cinco representantes, por falta de espaço físico. O vereador Mário Júnior após cumprimentar a todos disse que irá entrar com requerimento de audiência pública e cabe discutir com a Assessora Jurídica. O vereador Tadeu após cumprimentar a todos disse que reivindicar é um direito. E que é preciso cautela na hora de votar citando a municipalização, o regime estatutário e CLT, onde deixou prejudicados. Afirmou que certo ou errado tem que votar. Afirmou que está muito em cima para audiência, mas que tenha representantes e tragam suas reivindicações. Afirmou que este é o mês de votar. Disse que seja suprimido, mas que tenha o compromisso de votar. Disse que teria que ter audiência, mas não teve, então que se traga as propostas para a reunião. Comentou sobre o perigo do transporte. Disse que já que foi retirado que tenha tempo para entender, e se houver entendimento que se vote na segunda com dispensa de interstício. A professora Beatriz disse que está segura da sua fala, e que a sua intenção é defender a educação de qualidade. Falou da preocupação com as crianças da zona rural, disse que está buscando parceria com as Universidades. O vereador Tadeu disse que sempre tem gente querendo tirar proveito, mas os professores querem buscar o que está prejudicando. Disse que conversou com vários professores e entende o direito de reivindicar. Disse que tem pessoas que não tem nada a ver e fica fazendo fuxico. Afirmou que leva a sério o cargo. Disse que não "mandou" em tempo hábil para fazer audiência pública, então "fazer as mudanças seja mais fácil". O Presidente da Casa registrou a presença do vereador Geraldo Fonseca e da ex vice prefeita, e colega da Casa Elenice Delgado. O vereador Alex parabenizou a professora Beatriz e demais professores. Disse que vê que se dedicam e que alguns ao contrário "cospem no prato que comeu". Em seguida disse que todos os Projetos importantes veem com o tempo extrapolado. Disse que fará o requerimento para a próxima segunda-feira. Parabenizou o

Rua Antônio Carlos, nº 51 - Centro - CEP 36.140-000 - Lima Duarte - MG
Telefax: (032) 3281-1165 - *E-mail:* camarald@ldonline.com.br
Página na Internet: http://www.camarald.mg.gov.br

vereador Ronaldo pela fala. A professora Beatriz agradeceu. Em seguida comentou que descorda que o Plano seja bom, e que tem CTRL C e CTRL V e não precisa ser nenhum especialista para perceber. Por fim disse que a responsabilidade está com o legislativo. O vereador Davi disse que concorda. Segundo ele o Plano não é ruim como todo. Afirmou que se o presidente não tivesse retirado da pauta seu voto seria contrário, por causa da questão da municipalização. Disse que percebeu outros pontos que devem ser mantidos. Afirmou que seu temor é que se o plano for aprovado o ponto que vai ser cumprido será o da municipalização, e questionou se o Plano de Cargos e Salários será cumprido. O Presidente agradeceu a presença da professora Beatriz. O vereador Amilton questionou a decisão da Mesa Diretora em encerrar o assunto. O Presidente disse que a decisão de encerrar o assunto foi dele, o de retirar o projeto foi da Mesa. O vereador Amilton comentou sobre o artigo 51 do Regimento Interno. O presidente determinou ao Secretário que desse continuidade ao pequeno expediente Leitura de Expediente recebidos e leitura de diversos: Oficio nº 90/2015 – em resposta ao requerimento nº 08/2015 de autoria do vereador Geraldo Fonseca Neto. Oficio nº 91/2015 – resposta a indicação nº 14/2015 de autoria do vereador Ronaldo Alves Rodrigues. Oficio resposta ao requerimento nº 05/2015, assinado pela Supervisora de Recursos Humanos. Oficio nº 127/2015 resposta ao requerimento nº 09/2015/SC de autoria do vereador Amilton Donizete da Cruz Aguiar. Oficio nº 125/2015 – Gabinete do prefeito – Respostas as indicações nº 011/2015 de autoria do vereador Mário Carvalho Delgado Júnior. Indicação de nº 012 e 013/2015 de autoria do vereador João Batista de Moura Júnior. Indicação nº 15/2015 e 22/2015 de autoria do vereador Amilton Donizete da Cruz Aguiar com anexo oficio nº 44/2015 da Secretária Municipal de Assistência Social. Indicação nº 016/2015, 18/2015 e 22/2015 de autoria do vereador Davi Pimenta. Requerimento nº 011/2015 de autoria do vereador Amilton Donizete da Cruz Aguiar em anexo correspondência do Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária. Oficio nº 59/2015 SINSERPUMA- Resposta a solicitação para se manifestar sobre o Plano Municipal de Educação. Oficio nº 204/2015 do provedor da Santa Casa, Oldair José Paiva – Informando das dificuldades financeiras enfrentadas pela Santa Casa de Misericórdia de Lima Duarte, e solicitando apoio em busca de alternativa de recursos financeiros, vitais para a sobrevivência da Instituição. Em seguida foi publicado os Projetos de Lei: Projeto de lei nº 17/2015 de autoria do poder executivo: "Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo municipal a dar cessão de uso, bem imóvel do domínio público municipal". Projeto de lei nº 17/2015 de autoria do poder executivo: "Dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo municipal a dar cessão de uso, bem imóvel do domínio público municipal". Projeto de Lei nº 18/2015 de autoria do poder executivo: "Altera o caput do art. 1º da Lei Ordinária nº 1625/2011. Dando início ao grande expediente publicou para posterior votação as indicações. Indicação nº 29/2015 de autoria do vereador João Batista de Moura – PSB – INDICA respeitosamente a Secretaria Municipal responsável que providencie manutenção das vias pavimentadas com bloquetes. Em discussão o vereador João Batista da indicação. Falou das dificuldades em conseguir recursos para a pavimentação, e que se não houver manutenção trará problemas no futuro. Citou como locais que estão necessitando de manutenção locais na Av. Centenário e Joaquim Otaviano. A indicação foi aprovada por dez (10) a favor e nenhum (0) voto contrário. Indicação nº 30/2015 de autoria do vereador Antônio Alves de Paula- INDICA ao Prefeito Municipal que analise,

Rua Antônio Carlos, nº 51 - Centro - CEP 36.140-000 - Lima Duarte - MG
Telefax: (032) 3281-1165 - *E-mail:* camarald@ldonline.com.br
Página na Internet: http://www.camarald.mg.gov.br

juntamente com seus Assessores a documentação e o anteprojeto anexo, com a finalidade de que possa conceder título de utilidade pública a Associação Brasileira Beneficente de Apoio ao Cidadão – ABAC. A indicação foi aprovada por dez (10) votos a favor e nenhum (0) voto contrário. Dando continuidade foi colocado em segunda votação o projeto de Lei Ordinária nº 01/2015 "Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Saneamento e dá outras providências. Após a leitura do segundo parecer favorável das comissões: Comissão de Legislação e Justiça, Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e Comissão de Serviços públicos Municipais, o Projeto foi aprovado por dez (10) votos a favor e nenhum voto contrário. Em seguida foi colocado em primeira votação o Projeto de Lei Complementar nº 08/2015 – Autoriza o chefe do Poder Executivo Municipal a alienar aos proprietários de imóveis limítrofes, independentemente de licitação, área de terreno, na forma que menciona. Foi feita a leitura do primeiro parecer favorável com emendas das comissões: Comissão de Legislação e Justiça, Comissão de Finanças, orçamento e Tomada de Contas, Comissão de Serviços públicos Municipais. Em discussão o vereador Ronaldo disse que o Prefeito tratou que teria uma reunião para discussão, mas ao ouvir alguns vereadores retirou alguns terrenos, sem ouvir os outros vereadores. Disse que quando se "acha" que vai votar contra, tira o projeto da pauta. Disse que não houve audiência pública para ouvir o interessados em comprar. O vereador Ronaldo votou contra. O Presidente da Casa disse que não conversou com o prefeito ou líder. Disse que ouviu zuzum zuzum de audiência, por isto retirou o Projeto. Afirmou que não tem medo de tomar decisões. O vereador Ronaldo disse (ao presidente) que tudo que o Prefeito manda "vota", mas que no mandato do prefeito Geraldo Gomes votou contra a Caixa e a Creche. O Presidente disse que "não está para discutir". O vereador Alex concorda com o vereador Ronaldo com relação aos Lotes. Disse que não deveria ter alienação e sim devolução em forma de agradecimento. Segundo ele, justo é devolver em forma de doação aos antigos donos. O vereador Alex votou contra. O vereador Davi Pimenta disse que já foi taxado de "em cima do muro". Comentou sobre sua Presidência. Disse que já cometeu erros, mas sempre tentou fazer o melhor trabalho. Comentou ainda que quando era Presidente da Casa o tratamento do executivo era diferente do que é hoje. Segundo ele algumas pessoas viram a "cara" para ele, principalmente após a discussão sobre a dengue. Falou sobre o posicionamento do vereador Alex, "se não serve, que doe". O vereador Davi votou contra o projeto. O vereador Mário Júnior disse que concorda com a fala do vereador Alex. Votou contra o projeto. O vereador Amilton disse ao vereador Davi que discorda sobre a fala dos erros. Disse que todos erram, mas tem alguns erros que são irreparáveis, e que talvez o último voto de 2014, tenha trazido algum prejuízo a Casa. Disse que o vereador Davi é um jovem admirável, e que nunca viu ou ouviu a questão do autoritarismo na Casa. Disse que a mudança de posição em retirar, foi a presença do povo. Segundo ele não seria necessário que viessem, pois o fizeram quando os elegeram. Quanto ao Projeto disse que conversou, inclusive com o chefe do executivo com a promessa de reunião. Segundo ele está havendo grande colaboração do Legislativo para ao Executivo, mas que para atender o Legislativo, onde está falando "não" para a população, há descaso e desinteresse. Afirmou que está aguardando a busca pelo diálogo. Votou contra. O vereador Geraldo Fonseca disse que o momento é ouvir a posição de todos. Disse que quer ter maior conhecimento sobre o suprimento. Sobre a audiência disse que poderia ser simplesmente um contato com os proprietários.

Rua Antônio Carlos, nº 51 - Centro - CEP 36.140-000 - Lima Duarte - MG
Telefax: (032) 3281-1165 - *E-mail:* camarald@ldonline.com.br
Página na Internet: http://www.camarald.mg.gov.br

O vereador se absteve. O vereador Silvio após cumprimentar a todos disse que foi feito levantamento com os donos dos terrenos. Segundo ele o dinheiro seria para comprar terreno para construção de posto de saúde e quadra no Bairro Afonso Pena. Segundo ele a reunião com om prefeito seria para falar sobre a venda dos terrenos na cidade. Por fim disse que alguns donos procuraram solicitando. Disse que respeita o voto (votou a favor). O vereador Davi destacou a postura do vereador Silvio. O vereador Silvio falou sobre a importância do legado. Sobre o Plano, disse que é importante dialogar. O vereador Walter votou a favor do projeto. O vereador João Batista disse que quando o Projeto veio, ele não achava legal a venda de área perto do lago, mas foi retirado os terrenos ficando viável da sua parte. O vereador votou favorável. O vereador Tadeu disse que foi no Bairro Afonso Pena, disse que viu o terreno anexo para construir a quadra e o posto de saúde. Segundo ele vai ser bem empregado. Afirmou que os proprietários querem regularizar. Disse que com os artigos suprimidos, estão restringindo as escolas desativadas. Disse que respeita o voto de cada vereador. Comentou que quando Presidente as "coisas mais serias" colocava em plenário (votou a favor). O Projeto foi rejeitado em primeira votação por 05 (cinco) votos contra, (04) quatro votos a favor e uma (01) abstenção. O vereador Ronaldo disse ao vereador Silvio, que se vier documento dizendo que é para a compra de terreno no Bairro Afonso Pena ele muda seu voto. O vereador Silvio se comprometeu a levar a proposta ao executivo. O vereador Amilton disse que o documento já existe. Leu a justificativa no Projeto, onde diz "que é para adquirir terreno para construção de Creche no Bairro Poço da Pedra". O vereador Davi comentou que é por isso a necessidade da cópia dos projetos. O Presidente disse que foi erro de redação que a creche é no Bairro Afonso Pena. Comentou que tem vereador fazendo política. Segundo ele o valor cobrado pelos terrenos é modico. Comentou que o que foi falado ao vereador Davi soou como ofensa a ele. O vereador Tadeu disse que se fizer creche vai beneficiar. Segundo ele foi dito que seria para anexar ao terreno ao lado da quadra. Comentou que já foi Presidente e o vereador Geraldo também, e que sempre conduziram da melhor maneira possivel. Disse que defende o interesse do Município. Comentou que a audiência pública seria para a venda dos outros terrenos. O vereador Davi comentou que com relação a escolha do Presidente "não vai dizer que se arrependeu". Mas que (presidente) precisa rever a posição. Segundo ele a forma como agiu o deixou assustado. O vereador Tadeu comentou que se houver interesse do executivo para audiência sobre o terreno, e se for para o Distrito Industrial é louvável. Em seguida falou da redução do repasse do FPM. Afirmou que foi eleito pela oposição, mas vota o que é bom para o municipio. Disse que já foi líder e votou contra a prestação de contas. Desculpou-se por algo que tenha dito. O Presidente disse que foi "feita tempestade em copo d'agua", que é de praxe retirar de pauta e não feriu o regimento. O vereador Tadeu comentou que não critica a posição. O vereador Silvio se comprometeu em falar com o Prefeito sobre o documento. O Presidente solicitou três nomes para comporem comissão de Emenda a Lei Orgânica. Os vereadores Alex e Geraldo sugeriu que os nomes fossem indicados na quinta-feira. Na palavra livre o vereador João Batista comentou oficio enviado sobre a situação da Santa Casa, citou a pequena contribuição das cidades vizinhas. Comentou também que antes da "troca" os repasses eram de R$ 40.000,00 e passou para R$ 30.000,00 e ainda se cumpre as exigências do convênio. Em seguida informou sobre campanha de doação pela conta de água. Disse que se economiza com os boletos e não é obrigatório. Dando

Rua Antônio Carlos, nº 51 - Centro - CEP 36.140-000 - Lima Duarte - MG
Telefax: (032) 3281-1165 - *E-mail:* camarald@ldonline.com.br
Página na Internet: http://www.camarald.mg.gov.br

continuidade disse que conversou com o líder do prefeito, que está preocupado com a qualidade da água, que segundo ele está com a cor de barro. Questionou se houve algum problema. O vereador Alex parabenizou o vereador Silvio pelo respeito, dizendo que ele sabe fazer política de forma democrática. Em seguida falou sobre a necessidade de patrolamento, cascalhamento e tapa buraco nas estradas rurais, principalmente na estrada de Várzea. Disse que ele e o vereador Ronaldo estiveram na estrada Lopes-Várzea, Rancharia, Rosa Gomes e segundo ele estão abandonadas. Disse que a justificativa é a falta de maquinário e funcionário, mas não vai acreditar, porque viu o rolo trabalhando no município de Olaria. Comentou que "vê" usando da Santa Casa pagando "mixaria" e vê o rolo trabalhando em outro município e as estradas do município sem conservação. Disse que não está falando do executivo de Olaria, mas está errado. Afirmou que fica preocupado e solicitou os vereadores que fiquem alerta. Afirmou que fez o pedido para passar o rolo e não foi atendido, e vê passando em outro município.Nada mais havendo a tratar, encerrou-se reunião, lavrou-se esta ata que, se conforme, assinada pelos edis presentes. Lima Duarte, 15 de junho de 2015.

Alves de Paula, Jodeu Tavares dos Santos, Mario Carvalho Delgado Junior, Ronaldo A Rodrigues Silva [illegible] Walter de Paula [illegible] de Araújo Lima. David Pimenta Delgado, Aristeu de Castro Silva, Ignacio Fonseca Neto, Amilton Bonifácio da Cruz Soares,

Rua Antônio Carlos, nº 51 - Centro - CEP 36.140-000 - Lima Duarte - MG
Telefax: (032) 3281-1165 - *E-mail:* camarald@ldonline.com.br
Página na Internet: http://www.camarald.mg.gov.br

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, reuniu-se este Legislativo na Sala de Sessões da Câmara Municipal, às dezoito horas, para a realização da Terceira Reunião Ordinária do Sexto Período da Terceira Sessão Legislativa sob a presidência do Vereador Antônio Alves de Paula que, com as palavras de praxe, percebendo haver número regimental, declara abertos os trabalhos. O Presidente determina que se faça a chamada observando a ausência do vereador Walter de Paula Neves. Em seguida informou sobre inscrição para utilização da tribuna. Oradora: Daniely Cristina de Almeida Borges –Tema: Discussão do Plano Municipal de Educação. O Presidente leu as orientações para uso da tribuna e deu as boas vidas a professora Daniely. A professora Daniely iniciou cumprimentando a todos. Em seguida disse que é professora a dezesseis anos e já participou de várias mudanças, com a prerrogativa que seria para melhor. Disse que presenciou a situação da municipalização "outrora imposta". Segundo ela percebeu a situação na prática. Disse que tudo prometido na época nunca conseguiram suplantar. Deu continuidade falando das comunidades rurais, onde segundo ela foram arrancadas do seu meio e expostas ao transporte inseguro. Afirmou que fala da construção de vidas, por isto não pode deixar que planos e propostas sejam impostas. Em seguida falou da possibilidade de prorrogar o prazo, que seria no dia 24 de mês. Informou que entraram em contato com o professor Dileno da UFJF especialista em Educação do Campo, que se colocou à disposição para ajudar o município na construção da Educação do Campo em Lima Duarte. Informou que foi assinado no dia 27 de maio, pela Secretária Estadual de Educação Macaé Evaristo, documento com as diretrizes para a Educação do Campo. Sugeriu que o executivo assine convênio que valorize a educação do campo para que evite o êxito rural. Deu continuidade à sua fala citando os princípios básicos como a gestão democrática, participação popular e cidadania ativa. Falou que o debate provocado pelos professores, veio contribuir como exemplo de cidadania ativa. Afirmou que nenhum momento a mobilização é para fazer política. Solicitou audiência pública sobre educação, segundo ela percebe insatisfação, e precisa procurar solução. Afirmou "não a municipalização e a nucleação rural". Em seguida comentou sobre o concurso em vigência e que a Secretaria tem interesse em reativar escolas rurais. Afirmou que espera que o poder Legislativo fiscalize o executivo. Disse que teme que necessite outras intervenções para que o município encontre a educação desejada. Solicitou a população que denuncie os abusos. Reafirmou a solicitação de audiência pública. O Presidente disse que é válida a fala, mas que audiência pública é inviável, uma vez que chegou a um acordo para votar o Plano com emendas. Informou que os autores da audiência retiraram o requerimento. O vereador Amilton após cumprimentar a todos, agradeceu a professora Daniely e os professores. Disse que a fala da professora Daniely "trouxe novidades". Comentou que a questão do prazo foi admitido em reunião por todos os segmentos. Em seguida disse que a retirada do requerimento se deu após entrar em contato com o MEC, onde ele explicou como tramitou em Lima Duarte e falou sobre a situação do tempo hábil. Mas que a fala da professora traz a oportunidade de protelar o prazo. Solicitou a professora Daniely que citasse algum município. A professora Daniely citou Juiz de Fora, que segundo ela por vários motivos conseguiram prorrogar. Disse ainda que, segundo a Superintendente o prazo deve ser adiado. O vereador Amilton disse que não conseguiu está informação no MEC. Disse que não contempla o projeto com duas emendas. Segundo ele é preciso aproveitar para fazer um Plano que

Rua Antônio Carlos, nº 51 - Centro - CEP 36.140-000 - Lima Duarte - MG
Telefax: (032) 3281-1165 - *E-mail:* camarald@ldonline.com.br
Página na Internet: http://www.camarald.mg.gov.br

Lima Duarte e o Brasil merece. Dando continuidade citou enciclica divulgada pelo Papa, a qual poderia enriquecer a Lei. Falou sobre a "Bia e a "Daniely" chamarem a atenção para a Educação do Campo. Reafirmou que o Projeto poderia ser enriquecido. O vereador Amilton disse que com base nas informações ele gostaria de chamar a responsabilidade de volta com o pedido de audiência. Solicitou ainda a retirada do Projeto da ordem do dia. Segundo ele que "vote daqui uma semana, dez dias, vinte dias, mas vote com tranquilidade". Disse que estaria votando por obrigação, não se sentindo em condição pelo tamanho da responsabilidade. O vereador Alex após cumprimentar a todos, disse que os autores do requerimento haviam acordado para o município não ser penalizado, mas diante das informações, fez apelo para retomar o pedido de audiência. O Presidente vereador Antônio Alves disse que as informações é que o prazo é até o dia 24 (vinte e quatro) e agora informações que alguns municípios conseguiram adiamento do prazo. Em seguida comentou sobre a reunião de quinta-feira, onde o senhor Paulo Afonso um dos elaboradores do Plano "falou bem". Disse que na reunião chegou a um acordo. O vereador Davi sugeriu que consulte o plenário. O presidente iniciou ouvindo o líder, vereador Silvio. Vereador Silvio após cumprimentar a todos, disse que o Presidente retirou o projeto, discutiu na quinta-feira e foi retirado os dois itens a municipalização e a nucleação. Informou que ele e o vereador Geraldo Fonseca haviam feito requerimento solicitando dispensa, uma vez que o pedido foi acatado. O vereador Tadeu Tavares após cumprimentar a todos, disse que a maioria é que decide, que a verdadeira democracia e acatar a maioria. Disse para a professora Daniely que não tinha conhecimento, só sabia que alguns municípios, já votaram. Disse que deu parecer favorável porque se chegou a um acordo. Mas se tem a "brecha" deve ver a vontade da maioria. Segundo ele o que não pode é ficar batendo e não chegar a uma solução. O Presidente da Casa disse que marcou reunião, onde havia dez vereadores e chegou a um acordo, e foi retirado o requerimento. Disse que mesmo ouvindo o plenário a decisão será dele. O vereador Tadeu disse que o requerimento tem cinco assinaturas, e como faltou um vereador. Segundo ele se manter o requerimento da audiência vai ser aprovado e o da dispensa não será. O vereador Davi disse que entende que se abrir para audiência e o Plano for revisto, vai haver uma justificativa plausível. Comentou sobre as informações da professora Daniely. Afirmou que o MEC vai entender com as justificativas, e não vai recusar a receber. Afirmou que uma vez que se divide com o plenário se divide com todos. A professora Danely afirmou que foi dito pela superintendente que haverá prorrogação. Em seguida disse que o professor Dileno está à disposição. Afirmou que em Educação a discussão é muito ampla, que não é só a questão da municipalização e da Escola Cel. José de Sales, mas que é o momento de planejar. Comentou sobre oficinas e salas de recursos prometidas. Citou que o Plano vem falando de escola de tempo integral, segundo ela longe da realidade do município. O vereador João Batista após cumprimentar a todos e destacar a presença da ex prefeita Elenice Delgado. Disse que é muito valido estudar mais, segundo ele quanto mais participação melhor. Sugeriu consultar a Assessoria Jurídica da Casa se pode prorrogar. O vereador Geraldo Fonseca após cumprimentar a todos, disse que de acordo com as informações da professora Daniely pode fazer um Plano mais participativo. Disse que gostaria que todos os professores, principalmente os presentes viessem na audiência. Disse que gostaria de ouvir a posição do prof. Genilton. Citou que o que foi discutido foi retirado a municipalização e nucleação. O prof. Genilton disse que pode falar sobre o

Rua Antônio Carlos, nº 51 - Centro - CEP 36.140-000 - Lima Duarte - MG
Telefax: (032) 3281-1165 - *E-mail:* camarald@ldonline.com.br
Página na Internet: http://www.camarald.mg.gov.br

que foi analisado, o que foi discutido para o ensino fundamental anos finais. Disse que fez parte da comissão, e alguns itens foram colocados depois que a comissão "deu o aval e que isto é preocupante". O vereador Geraldo concordou que seja realizada audiência pública. O vereador Amilton disse que já deu sua opinião, mas para fortalecer informou que a comissão foi montada pelo decreto 058/2015 de 13 de abril e uma de suas competências é sensibilizar a sociedade. Segundo ele que só ficou sensível no dia 03 de junho. O vereador Amilton reforçou o pedido para retirar o Projeto da ordem do dia e marcar audiência pública. O vereador Ronaldo após cumprimentar a todos, disse que deve defender o direito dos professores. Disse que está alegre pela presença dos professores. Votou a favor da audiência. O vereador Mário Júnior após cumprimentar a todos, disse que comunga com os demais vereadores que votaram pela retirada e pela audiência, uma vez que houve informação da professora Daniely que foi aberta exceção. O Presidente disse que mediante opinião dos vereadores e de consultar a Mesa retirou o Projeto de Pauta e vai colocar o requerimento em pauta. Disse que espera que seja uma decisão acertada. O vereador Tadeu comentou sobre o cumprimento dos prazos, que é de pelo menos quarenta e cinco (45) dias. Falou do compromisso de "não aceitar chegar e ser votado". Segundo ele é preciso cuidado, porque a sociedade cobra. Disse que a decisão foi colocado no plenário, e o plenário decidiu. A professora Daniely agradeceu o espaço e por terem ouvido as informações dos colegas que foram à reunião em Juiz de Fora. Disse que "a ampla discussão", já é justificativa para que o Plano não seja momentaneamente aprovado. Disse que tem firmeza no que está falando, uma vez que vem acompanhado as notícias. O vereador Geraldo Fonseca solicitou que fosse marcada a data da audiência pública. O vereador Davi sugeriu o dia 29 de junho. A professora Daniely disse que precisaria de mais tempo, mas aceita a data. O vereador Davi disse que sugeriu está data para não estender o tempo, mas é uma sugestão. O vereador Silvio disse que já que ultrapassou que seja em julho. O vereador Davi solicitou aos professores que sugerissem a data. O vereador Amilton disse que gostaria que fosse no dia 29 de junho e se for necessário que se marque uma segunda audiência. O Presidente marcou a audiência para o dia 29 de junho. A professora Daniely afirmou que a cartilha que rege o Plano, orienta a ampla discussão. Em seguida fez um apelo aso professores para que estudem, conheçam, uma vez que não é um Plano para dez dias, dez meses, mas dez anos. O vereador Davi solicitou que o convite não seja restrito aos professores do Estado, mas também do município. Solicitou ampla divulgação e que comunique ao sindicato. O vereador Tadeu Tavares disse que irá "juntar" muita gente, por isso solicitou que não fosse na Casa, que não tem como acomodar. O Presidente disse que até na quinta-feira decide. Em seguida deu continuidade ao Pequeno Expediente com a leitura de expedientes recebidos e leitura de diversos: Ofício nº 122/2015 da Secretaria Municipal de Saúde – Agradecendo doação de serviço de sonorização e convidando para participar do Projeto" Saúde na escola para o combate à dengue". Convite do Rotary para Cerimônia de Posse do presidente e seu Conselho Diretor, eleitos para o diretório 2015/2016. Ofício Circular. Gab. Dep. AJ. Nº 0115 – Deputado Antônio Jorge – Informando que solicitou audiência Pública para debater o tema: A retomada do desenvolvimento da Zona da Mata. Em seguida foi publicado os Projetos de Lei: Projeto de lei nº 19/2015 de autoria do poder executivo: "Dispõe sobre a Criação do Fundo Municipal de desenvolvimento Rural de Lima Duarte/MG e dá outras providências". Dando início ao grande expediente publicou para posterior votação as indicações.

Rua Antônio Carlos, nº 51 - Centro - CEP 36.140-000 - Lima Duarte - MG
Telefax: (032) 3281-1165 - *E-mail:* camarald@ldonline.com.br
Página na Internet: http://www.camarald.mg.gov.br

Indicação nº 31/2015 de autoria do vereador Davi Pimenta Delgado – INDICA ao chefe do Poder Executivo que analise juntamente com os Secretários Municipais, a viabilidade da implantação e apresentação de um projeto de lei ordinária que "Dispõe sobre o incentivo ao cultivo da citronela e da crotalária, com método natural de combate à dengue, na forma que menciona", através dos meios que entender possível. (anteprojeto em anexo). O vereador disse que havia apresentado como Projeto, mas nas comissões foi analisado com vício de iniciativa. Em discussão e votação a indicação foi aprovada por nove (09) votos a favor e nenhum (0) voto contrário. Requerimento nº 22/2015 de autoria dos vereadores: Alex Adriano da Cunha Silva, Amilton Donizete da Cruz Aguiar, Davi Pimenta Delgado, Mário Carvalho Delgado Júnior e Ronaldo Alves Rodrigues- Os Vereadores que este subscrevem, REQUEREM, nos termos regimentais, realização de Audiência Pública para discussão do Plano Municipal de Educação. Solicitam ainda que sejam convidados a participarem desta Audiência Pública: Secretária Municipal de Educação, Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, representantes das Escolas Municipais, Estaduais e Particulares, e demais entidades afins. Em discussão em votação o requerimento foi aprovado por nove (09) votos a favor e nenhum voto contrário. Requerimento nº 25/2015- de Autoria dos vereadores Ronaldo Alves Rodrigues e Alex Adriano da Cunha Silva – Os Vereadores que a esta subscrevem vêm através deste, REQUERER a Mesa Diretora, após ouvir o Plenário, que seja encaminhado ofício ao Sr. Secretário Municipal de Transporte, cuja Secretaria que coordena possui atribuição para administrar, fiscalizar e vistoriar os projetos e o sistema viário municipal, urbano e rural, bem como administrar o serviço de trânsito em coordenação com os órgãos do Estado (art. 31, II e XIX, da Lei Complementar Municipal nº 15/2001), para que preste esclarecimentos a esta Casa quanto a existência de ponto(s) alocado(s) fixos de caminhões de aluguel e similares neste Município. Em discussão em votação o requerimento foi aprovado por nove (09) votos a favor e nenhum voto contrário. Requerimento nº 23/2015 – Davi Pimenta Delgado, REQUER nos termos regimentais, que seja fornecido aos vereadores, assim que repassados a esta Secretaria, pelo setor responsável do executivo, cópia dos Projetos a serem publicados, podendo por questão de economicidade ser de forma eletrônica (e-mail). Em discussão em votação o requerimento foi aprovado por nove (09) votos a favor e nenhum voto contrário. Requerimento nº 26/205 de autoria do vereador Geraldo Fonseca Neto. O Vereador que a esta subscreve, diante das atribuições e direitos que lhe são conferidos através da Lei Orgânica e do Regimento Interno desta Casa Legislativa vem REQUERER seja encaminhado ofício aos Srs. Responsáveis pela Agência dos Correios desta Cidade, devendo estar com cópia para os superiores responsáveis em Juiz de Fora (MG), Belo Horizonte (MG) e Brasília (DF), para que informe e esclareça a esta Casa Legislativa a razão da Agência situada nesta Cidade demorar mais de uma hora, em dias normais de atendimento, para atender aos cidadãos que utilizam desta única agência existente nesta Cidade. Em discussão em votação o requerimento foi aprovado por nove (09) votos a favor e nenhum voto contrário. Requerimento nº 27/2015 de autoria dos vereadores Alex Adriano da Cunha Silva e Ronaldo Alves Rodrigues - Os Vereadores que a esta subscrevem, diante das atribuições e direitos que lhe são conferidos através da LOM e do RICM vêm REQUERER a Mesa Diretora, no caso de aprovação do presente requerimento, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal para que este, nos termos regimentais vigentes, encaminhe a

Rua Antônio Carlos, nº 51 - Centro - CEP 36.140-000 - Lima Duarte - MG
Telefax: (032) 3281-1165 - *E-mail:* camarald@ldonline.com.br
Página na Internet: http://www.camarald.mg.gov.br

esta Casa o(s)decreto(s) municipal(is) cujo objeto é a concessão de taxi. Em discussão em votação o requerimento foi aprovado por nove (09) votos a favor e nenhum (0) voto contrário. Dando continuidade foi colocado em Primeira votação a Proposta de Emenda à LOM nº 01 de 21 de maio de 2015 que "Altera a Lei Orgânica do Município de Lima Duarte". Após o parecer favorável das comissões: Comissão de Legislação e Justiça e Comissão Especial. Foi observado que o Presidente também vota, por isso o Projeto foi aprovado em primeira votação por dez (10) votos a favor e nenhum (0) voto contrário. Antes de passar a palavra livre o Presidente, vereador Antônio Alves, leu matéria publicada no jornal LD pelo provedor da Santa Casa, Senhor Oldair, sobre inquérito arquivado pelo Ministério Público. Segundo o Presidente "infelizmente prejudicou o andamento da entidade filantrópica, onde caminha a passos largos para fechar as portas". Disse que não pode ser um órgão partidário, que tem que unir para salvar a Santa Casa. O vereador Amilton sugeriu ao Presidente que fizesse a leitura de todo o artigo, segundo ele a leitura de parte deturpa a fala. Disse que descorda quando o artigo "fala" que a denúncia é político partidária. Afirmou que quem fez a denúncia não reside em Lima Duarte. Afirmou que a paralização da obra não foi por causa da denúncia, mas por falta de repasse. Disse que fazia parte do Conselho na época, hoje acompanha e não vê a questão partidária lá dentro, citando como exemplo o Dr. Sebastião que continua dando sua contribuição. Disse que o provedor foi infeliz na questão "político partidária". Comentou mais uma vez que a paralização foi por causa da falta de repasse do Governo Estadual. Disse que a dificuldade vem de muitos anos, e que agravou a partir de setembro. Disse que o Projeto nº 01/2013 com a implantação do SAMU passou responsabilidade e metas, onde teria um repasse no valor de R$ 100.000,00 (cem mil), o repasse está sendo de R$ 30.000,00 (trinta mil) com a responsabilidade. O Presidente disse que não irá ler o restante. Afirmou que sabe que a paralização da obra não é por causa da denúncia. Segundo ele o "governo do PT entrou e bloqueou". Disse que não pode acontecer no início da obra, quatro ou cinco pessoas fazerem denuncia sem conhecimento. Disse que o provedor não sabe o que fazer para funcionar. Afirmou que quer que o povo entenda que a situação é crítica, e se omitisse em ler ficaria mal consigo mesmo. O vereador Amilton disse que não é preciso fazer a leitura, uma vez eu foi dito que a paralização, não tem a ver com a denúncia. Fez apelo para ajudar o hospital. Dando início a palavra livre o vereador Alex cumprimentou a todos, em seguida disse que encontrou morador de São Domingos que reclamou sobre o transporte. Disse que há uma extensão até o local, uma vez que passa em Várzea, ocasionando demora. Além da demora, segundo ele tem o problema da falta de cobrador, ocasionando atraso. Solicitou reunião com a Vimaravilha para tomar atitudes para melhorar o transporte de Várzea e São Domingos. Em seguida falou que o abastecimento de água em Várzea, que segundo ele é preocupante, além da diminuição, o encanamento é antigo e as raízes de uma figueira enraizou nos canos. Solicitou o vereador Silvio que intervenha com o DEMAE para fazer a troca do encanamento. Disse que a população se propôs a realizar o serviço se for doado os canos. O vereador Tadeu após cumprimentar a todos, disse que foi procurando e questionando o por que da água está amarelada. O vereador Silvio esclareceu que a estação de água está passando por manutenção, e que água está sendo tratada, mas não filtrada. Segundo ele está semana deve estar resolvido. Afirmou que não há problemas para a saúde. O vereador Tadeu disse que é bom a população tomar conhecimento. E se não vai acarretar

Rua Antônio Carlos, nº 51 - Centro - CEP 36.140-000 - Lima Duarte - MG
Telefax: (032) 3281-1165 - *E-mail:* camarald@ldonline.com.br
Página na Internet: http://www.camarald.mg.gov.br

problemas é importante. Em seguida falou sobre demorar muito tempo para fazer o corte de água. Solicitou que se cumpra o estatuto do DEMAE, onde segundo mês em atraso, aviso e aciona o corte. Disse que deixa chegar a R$ 1000,00 (mil reais), como pagar se "não puder mais parcelar", uma vez que quem tem um parcelamento não pode parcelar novamente. Segundo ele quando menos a possiblidade de pagar o atraso é maior. Disse que não deve estender o parcelamento, deu exemplo que vinte e quatro meses vai transferir para outra administração. O vereador Silvio disse que faz parte do Conselho do DEMAE e estão aguardando a Dr. Mayara para discutir a situação no Conselho. Informou que foi procurado por uma pessoa que deve mais de R$ 1500,00 (mil e quinhentos reais). Afirmou que vai trazer uma solução. O vereador Tadeu disse que não quer que as pessoas fiquem sem água, mas há um estatuto e o DEMAE tem que se manter. Falou também sobre setores do município não terem hidrômetro. Disse que há lugares de cobrança diferenciada e segundo ele não pode ocorrer. O vereador Silvio disse que já foi discutido e que em algumas localidades foi autorizado colocar hidrômetros. Disse que se o DEMAE não arrecada, não consegue se manter. Comentou que um galão de agua mineral é R$ 8,00 a R$ 10,00 (oito a dez reais) e que o DEMAE cobra por 10.000 (dez mil) litros o valor mínimo. Questionou o por que de uma área ser "hidrometrada" e outra não. O vereador Alex disse que se preocupa com a tarifa de água, com quem deixa e não como pagar, mas segundo ele boa parte que tem dívida com o DEMAE é classe média, tem como pagar, tem bens e imóveis. Disse que é uma vergonha uma pessoa de classe média utilizar um serviço e ficar sem pagar. O vereador Tadeu disse que foi cortado de quem tinha condições, que foi "lá" e pagou. Solicitou providências mais rígidas para que acumule somente duas contas. O vereador Mário Júnior solicitou ao vereador Silvio providências na localidade de Laranjeiras e Chácara, que estão enfrentando problemas de água. Solicitou ainda dois mata burros na estrada Ibitipoca/Rancharia (ponte do Zé Bétio e Zé Lagoa). Disse que estão quebrados e o transporte corre risco. Dando continuidade falou sobre reclamação sobre a MG 781, falou sobre a falta de limpeza nas laterais da estrada, segundo ele o mato está tomando conta da estrada. Questionou se os ofícios foram enviados. O vereador Alex sobre o mata burro "perto do Zé Bétio", disse que é uma ponte e caberia um tubulão e no "Zé Lagoa" substituir o mata burro de madeira por ferro. O vereador Silvio disse que esteve com o Prefeito ele já está ciente. O vereador Amilton disse que gostaria de reforçar as palavras sobre a água na chácara, disse que o problema é em toda Laranjeiras e que na Chácara se agrava mais. Segundo ele esteve em reunião onde saiu a promessa de uma solução urgente, mas a reunião foi em 2013 e a situação só se agrava. Disse ainda que em Laranjeiras a situação do esgoto é precária, segundo ele a Associação de moradores contratou uma máquina que fez um serviço paliativo, mas precisa que um órgão oficial resolva o problema. Em seguida falou da falta de iluminação pública na comunidade de Chácara, segundo ele há facilidade uma vez que já existe poste. Afirmou que é "para atender dezenove famílias". Agradeceu a Casa a Mesa diretora por ser sensível a classe dos professores. O vereador Ronaldo após cumprimentar a todos, agradeceu e parabenizou o Presidente da Casa pela condução da reunião. Segundo ele um despreparo na Presidência causa transtorno. Falou que o Presidente conduziu a reunião ouvindo a todos e garantiu que os "professores saíssem mais tranquilos". Dando continuidade questionou a fala do vereador Antônio Alves quando fala da culpa do "PT", segundo o vereador Ronaldo a obra (Santa Casa) não tem recurso, por culpa de

Rua Antônio Carlos, nº 51 - Centro - CEP 36.140-000 - Lima Duarte - MG
Telefax: (032) 3281-1165 - *E-mail:* camarald@ldonline.com.br
Página na Internet: http://www.camarald.mg.gov.br

quem estava governando. Disse que a Presidente já era Presidente, e o Governo (Minas) está colocando a Casa em dia. Falou que foi encontrada divida de sete bilhões. Afirmou que quem deixou de repassar para a Santa Casa foi o governo passado. Afirmou que não pode cobrar ajuda somente de Lima Duarte, mas também das cidades vizinhas. Citou como exemplo que Bias Fortes não contribui e trouxe paciente que fez uma cirurgia que custou R$ 700,00 (setecentos reais). Solicitou que se marque uma audiência pública, que se sente com todos os prefeitos. Segundo ele cada um tem pagar pelos gastos. Comentou que o vereador Alex e demais vereadores levantaram a questão da água. Disse que "vê" a situação de quem quer pagar. Falou sobre a promessa de pagar salários atrasados. Disse que é preciso "vê" o lado do funcionário e do DEMAE. O vereador Silvio após cumprimentar a todos, destacou a presença do senhor "Quito". Em seguida falou da importância de unir em prol da Santa Casa. Comentou que o governo é do PT, e é preciso procurar os deputados que tem acesso ao governo. Comentou sobre o repasse do SAMU que seria de R$ 100.000,00 (cem mil) e hoje está sendo repassado R$ 30.000,00 (trinta mil), reforçou o pedido de procurar os deputados. O vereador João Batista falou que o repasse da rede de urgência e emergência a Santa Casa foi penalizada caindo de R$ 100.000,00 (cem mil) para R$ 30.000,00 (trinta mil). O vereador Geraldo Fonseca disse que em reunião com a Deputada Margarida Salomão, o provedor entrou em contato, e ela vai acompanha-lo para ver os tramites legais de liberação da obra e dos repasses. O vereador Silvio falou da importância do acesso aos deputados. Falou para o Presidente da Casa que o deputado Ivair Nogueira é da base do governo e sugeriu procura-lo Dando continuidade à sua fala parabenizou a administração pela concretização da iluminação na Av. Centenário, lembrando que os vereadores Davi e Amilton fizeram indicação sobre este assunto. Vereador Davi falou que na Av. Centenário, ao lado do CAPS existe postes com a iluminação apagada. O vereador Silvio disse que vai entrar em contato com a empresa que faz o reparo. Em seguida comentou sobre parceria com a Prefeitura de Olaria para "arrumar" Rosa Gomes. Disse que foi troca de favores, que existe documento de parceria na questão da máquina. Disse que logo chegará em Capoeirão, Várzea e Rancharia. Segundo ele 50% das estradas rurais já foram atendidas. O vereador Alex disse que o que o deixou indignado foi o por que de chegar até Rosa Gomes e não chegar em Várzea, Capoeirão e Rancharia. Questionou se ainda está nesta localidade. O vereador Silvio disse que a zona rural está sendo bem atendida. O vereador Alex disse que seria importante que ficasse no Município de Lima Duarte. Falou sobre outros municípios usufruirem quase de graça da Santa Casa. O vereador Silvio falou que foi reiniciado o serviço de asfaltamento no Bairro Cruzeiro. Disse que iniciou o serviço de água pluvial no Bairro Afonso Pena. Em seguida falou sobre o vandalismo no "lago" , pichação de placas, pichação no muro da creche, lâmpadas quebradas. Fez um apelo a PM para que "ache" as pessoas e os faça fazer a manutenção. Em seguida parabenizou o Presidente vereador Antônio Alves pela condução da reunião. Afirmou que o mais importante é a democracia. Falou sobre comentários de pessoas no facebook, que segundo ele são "gatos" pingados. Afirmou que o trabalho na Casa está sendo bem feito. O vereador João Batista após cumprimentar a todos, destacou a presença dos senhores "Quito" e Paulo Alencar. Em seguida parabenizou o Presidente da Casa pela conduta da reunião. Falou da importância de acompanhar os serviços da Casa. Em seguida comentou sobre a tarifa de água, que o Departamento tem que oferecer formas de negociação. Lembrou a

Rua Antônio Carlos, nº 51 - Centro - CEP 36.140-000 - Lima Duarte - MG
Telefax: (032) 3281-1165 - *E-mail:* camarald@ldonline.com.br
Página na Internet: http://www.camarald.mg.gov.br

fala do senhor Vladimir, Presidente do Sindicato sobre o Plano de Cargos e Salários e na falta deste oferecer vantagens sociais aos servidores. Reforçou a fala do vereador Ronaldo a respeito da obra da Santa Casa, mas segundo ele o que preocupa é manter o hospital. Comentou sobre a dificuldade de conseguir convênios e emendas por causa das certidões em atraso. Falou que é preciso cobrar dos governantes, e que o objetivo é ajudar a Santa Casa. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se reunião, lavrou-se esta ata que, se conforme, assinada pelos edis presentes. Lima Duarte, 22 de junho de 2015.

Marcio Rogério da Silva, Walter de Paula Silva, Marcio Rogério da Silva, Geraldo Firmino Neto, Amélia Lourdes da Cruz Aguiar, Ronaldo de Rodrigues, Davi Pimenta Delgado, Mário Carvalho Delgado Júnior, Jorge Gomes Ramos, Antonio Alves de Paula, Silvio Luciano da Cunha Silva

Rua Antônio Carlos, nº 51 - Centro - CEP 36.140-000 - Lima Duarte - MG
Telefax: (032) 3281-1165 - *E-mail:* camarald@ldonline.com.br
Página na Internet: http://www.camarald.mg.gov.br

Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, reuniu-se este Legislativo na Sala de Sessões da Câmara Municipal, às dezoito horas, para a realização da Primeira Audiência Pública do Sexto Período da Terceira Sessão Legislativa sob a presidência do Vereador Antônio Alves de Paula que, com as palavras de praxe, percebendo haver número regimental, declara abertos os trabalhos. O Presidente determina ao Secretário que faça a chamada, observando-se a presença de todos os vereadores. Dando início o Presidente fez a leitura do requerimento nº 22/2015, de autoria dos vereadores: Alex Adriano da Cunha Silva, Davi Pimenta Delgado, Ronaldo Alves Rodrigues, Mário Carvalho Delgado Júnior, Amilton Donizete da Cruz Aguiar, o qual solicita audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 16/2015, que Dispõe sobre o Plano Municipal de Educação. Em seguida passou a palavra aos requerentes. O vereador Alex após cumprimentar a todos, disse que diante de Projeto importante para o município, e tendo em vista debate de nível nacional, o Legislativo tem a função de ouvir os professores para ver o que está em conformidade e o que está em desconformidade. O vereador Davi após cumprimentar a todos, falou da importância da audiência pública diante de assunto de suma importância. Segundo ele após a apresentação no salão 'houve dúvidas". Comentou que a Câmara tem regimento e apesar do Projeto ter como prazo o dia 24, a Casa está dentro do prazo. Afirmou que "acha" interessante ouvir o executivo e os professores. Parabenizou a mobilização dos professores. Disse que lamenta que no momento para discussão o número de professores seja menor, mas afirmou que acredita que os presentes irão representa-los bem. Informou que houve um encontro para discussão, por isso "acredita que os que aqui estão, irão passar os anseios de toda a classe". Comentou sobre os dois principais tópicos discutido: municipalização e nucleação, disse que "crê que serão retirados". O vereador Alex solicitou um minuto de silêncio em homenagem ao senhor José Augusto, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Em seguida ao minuto de silêncio o vereador Mário Júnior, após cumprimentar a todos disse que o momento é de ouvir as pessoas envolvidas no Plano, para "acrescentar ou modificar". O vereador Amilton após cumprimentar a todos, agradeceu pela sensibilidade em aprovar o requerimento de audiência. Afirmou que a justificativa é dar transparência, buscar mais informações, buscar mais conhecimento. Parabenizou e agradeceu os professores no nome das professoras "Bia" e Daniely que trouxeram dados "que não tinha", uma vez que fez contato com o MEC e a "fala era diferente". Afirmou que "preferiu acreditar na fala delas". Disse que na insegurança de não votar, e o município ser penalizado trouxe alguns números (328 lei sancionado, 154 aprovada, 301 encontra nas condições de Lima Duarte discutido o projeto, 29 elaborado, ainda não está na Câmara, 34 em consulta pública, 05 documento base, 02 concluindo diagnostico, e o estado de Minas Gerais tem seu Plano aprovado em 2011, mas está sendo reformulado e ainda não tem o Plano aprovado). Afirmou que isto tranquiliza, e que ainda fará valer a mensagem do Projeto que diz "que esta será uma lei, onde a sociedade decidiu". O vereador Ronaldo após cumprimentar a todos, deu início parabenizando os vereadores que assinaram o requerimento. Disse que se todos ouvissem a população o Brasil não estaria como está por não ouvir, ou ouvir só na época da eleição. Parabenizou a senhora Beatriz por representar "bem" os professores. Afirmou que "estão" aqui para defender a educação. Solicitou que se coloque todo o conhecimento. Disse que no plenário se deve ouvir a população, e nunca "vir' com opinião. Por fim se colocou à disposição. O Presidente da

Rua Antônio Carlos, nº 51 - Centro - CEP 36.140-000 - Lima Duarte - MG
Telefax: (032) 3281-1165 - *E-mail:* camarald@ldonline.com.br
Página na Internet: http://www.camarald.mg.gov.br

Casa informou que iria seguir uma dinâmica, e deu início passando a palavra a Secretária de Educação, senhora Janete. A Secretária após cumprimentar a todos, informou que o Plano foi apresentado no dia 12 de maio para um número de pessoas maior que o presente. Segundo ela o "Paulinho" disse que as dúvidas poderiam ser discutidas. Informou ainda que houve nove (09) reuniões, com as comissões de vários segmentos. Disse que pessoas convidadas não foram, inclusive que a Casa tinha representante que não esteve presente. Em seguida comentou que o Plano foi resumido em municipalização e nucleação. Afirmou que a Secretaria está aberta para quem têm dúvidas. Comentou que na última quinta-feira em reunião foi dito que não havia monitoramento e avaliação, mas que está na página 111 (cento e onze) do Plano. A senhora Janete fez leitura do trecho. Afirmou que o Plano não se resume a municipalização e nucleação. Afirmou que ficou chateada com a comparação entre o ensino do município e do estado. Afirmou ainda que a Secretaria está de portas abertas e que está aberta a críticas e sugestão. Passou a palavra a Senhora Joelma, Assessora PAR, que falou da preocupação com a data. Disse que o município já recebeu R$ 3.000.000,00 (três milhões) via PAR e que se preocupa em não receber recurso. Disse que trabalha em 13(treze) ou 14 (quatorze) município que todos aprovaram. A senhora Maria de Fátima após cumprimentar a todos, disse que foi designada pelo MEC para acompanhar vinte e cinco municípios. Informou que participou de audiência pública em São Miguel do Ângelo. Comentou sobre a fala do vereador Davi, dizendo que quando foi Secretária em Santos Dumont o Plano 2005/2015, onde foi muito participativo. Quanto ao prazo afirmou que não vai atrapalhar o repasse de recursos. Disse que pode atrasar. Dirigindo-se ao vereador Amilton informou que agora são 511 (quinhentos e onze) planos aprovados. Em seguida comentou que a Secretária lhe falou sobre a dificuldade quanto a municipalização e a nucleação. Afirmou que a municipalização é letra morta desde 1988. Falou sobre o regime de colaboração, e citou o artigo 23 da Constituição Federal. Afirmou que o município não pode fugir das funções constitucional. Disse que o município deve garantir a Educação Básica e o Estado o Ensino Médio. Reafirmou que o município não pode fugir da responsabilidade, e que a Casa Legislativa tem a responsabilidade de fiscalizar o Plano. Comentou sobre a meta 19 do PNE e a lei de responsabilidade educacional. Falou em seguida da preocupação da Secretária de Estado da Educação Macaé Evaristo com o transporte escolar. Com relação a nucleação citou a resolução nº 02/2008 e a emenda 59. Falou sobre a qualidade, "do como se aprende". Frisou que a nucleação ás vezes é necessário. Disse que é uma questão a ser discutida com os pais, e fazer estudo sobre o transporte. Parabenizou a Câmara pela audiência. Afirmou que os professores tem que participar, tem que ser ouvido, e tem que ouvir também os alunos. Em seguida a senhora Isis de Almeida, Diretora Pedagógica, após cumprimentar a todos, esclareceu que tudo está arquivado. Disse que enviou para os diretores. Segundo ela foi feita reunião com os diretores, onde foi dito que pagaria dobra. Disse que passou para o Estado e todas as entidades. Esclareceu que foram feitas atas, e o Prefeito fez decreto. Disse que foram feitas reuniões com os representantes dos segmentos. Colocou os documentos à disposição. Informou ainda que foi "colocado" na rádio. Segundo ela foi em reunião em Juiz de Fora e UNDIME, onde foi falado que poderia ser feito por meio de fórum. Afirmou que o salão paroquial estava cheio. Em seguida desculpou-se com a senhora Arlete, Presidente do Sindicato por não ter convidado, mas segundo ela a senhora Arlete

Rua Antônio Carlos, nº 51 - Centro - CEP 36.140-000 - Lima Duarte - MG
Telefax: (032) 3281-1165 - *E-mail:* camarald@ldonline.com.br
Página na Internet: http://www.camarald.mg.gov.br

poderia ter participado como professora. Disse que na reunião de Educação Inclusiva tinha uns cinco representantes, mas segundo ela a rádio lia todos os dias o cronograma. Sobre o monitoramento afirmou que a senhora Zélia alertou e foi incluído. Disse que ficou triste após a reunião na Casa, pois segundo ela "não foi por falta de chamar". Afirmou que "não fez fechado". Disse que foi enviado antes, mas "teve caso de morte na Câmara e não foi "culpa". Destacou a participação da "Zélia, Giancarla, Elismar, Genilton". Em seguida o Presidente passou a palavra a Inspetora Zélia, que após cumprimentar a todos, disse que veio para ouvir e reforçar algumas falas que a antecedeu. Com relação ao impasse disse que tudo discutido se cresce e aprende. Afirmou que não faz parte das comissões, mas acredita que as comissões trabalharam. Disse que foi feito no intuito de acertar, mas é importante discutir, uma vez que é um Plano para dez anos. Disse que vai ser preciso fazer uma revisão, inclusive de redação. Afirmou que "tem que ter um olhar para o aluno e não para nós". Segundo ela o aluno é o centro. Disse que "o aluno é público seja municipal ou estadual". Afirmou que sua fala é de conciliação. Disse que sente muito por não ter tido a participação dos vereadores no Plano. Dando continuidade a Professora Arlete, representante do SINSERPUMA após cumprimentar a todos, disse que "ela" desculpa, mas a entidade ficou chateada de não participar de um Plano tão importante. Com a relação à "pessoa da professora", afirmou que não foi convidada da maneira que foi falado. Disse que não foi informada que poderia sair e ter outro para ficar no lugar. Afirmou que gostaria de ter participado desde a primeira reunião, segundo ela houve falha na comunicação. Sobre os questionamentos afirmou que questionou sobre as fotos, sobre o Plano de Cargos e Salários e sobre a per capita. Comentou sobre as salas com 31, 28 alunos, e questionou se tem feito monitoramento, se o professor está feliz. Disse que trabalha com sala multisseriada e não é contra a nucleação. Informou que também questionou a redação. Em seguida falou que já passou na Casa, uma municipalização ás pressas. Informou que fez parte do Plano Decenal que está terminando, e questionou quais as metas que foram atingidas. Questionou o que foi cumprido do último Plano Municipal. Afirmou que se considera nota 1000 (mil), pois trabalha com que o município oferece. Disse que não viu a comparação do professor municipal pelo lado ruim. Segundo ela, "eles vieram discutir, colocaram redação onde não havia sido discutido". Falou que o presidente do Sindicato, senhor Vladimir enviou "oficio" porque não foi convidado. Afirmou que o foco é o município, e o aluno. Disse que o sindicato está na luta e ficou chateado por não participar. Dando continuidade o professor Dileno da UFJF, após cumprimentar a todos, disse que acompanha atividades da Escola de São Domingos com a questão do campo. Disse que "achou interessante a escola, porque representa a educação do campo e a legislação". Afirmou que tem notado que as escolas do campo funcionam bem, mas que as comunidades tem dificuldade para se manter no campo. Comentou sobre atos infracional, gerado pelos problemas da saída do campo. Disse que discutiu e organizou escolas em vários locais de Minas Gerais. Em seguida comentou sobre a "Escola de Alternância", onde segundo ele é favorável para manter na comunidade. Falou que 70% dos alimentos veem dos pequenos produtores. Disse que em conversa detectou que as pessoas perderam a vontade de produzir, e comentou sobre o potencial de produção. Segundo ele quando pensam em Lima Duarte, pensam em Ibitipoca, mas quando pensam em Ibitipoca não pensam em Lima Duarte. Falou sobre a possibilidade dos "corredores" das outras comunidades com Ibitipoca. Citou exemplo

de experiência em Araponga. Sugeriu que acompanhe os editais do MEC, segundo ele tem muito recurso, mas os municípios enviam poucos projetos. Dando continuidade comentou que a questão da nucleação vem junto com o transporte escolar. Falou que "pensa nas crianças que gastam de duas a três horas indo para a escola". Segundo ele, elas já chegam derrotadas pelo transporte. Disse que o conteúdo pode ser maravilhoso, mas já não conseguem acompanhar e não se vê resultado. Afirmou que tudo tem que ser ponderado e que a nucleação tem que ser preferencialmente para a comunidade mais próxima. Sugeriu que se pense junto com a comunidade a forma de deslocamento. Afirmou que "acha positivo a pausa para discutir" e se colocou à disposição para discutir a educação do campo. Afirmou que pensa a educação do campo mostrando que tem possibilidades de "ficar lá". Comentou que os jovens de São Domingos foram sinceros ao dizer que não querem sair, mas que as condições para ficar não são boas. Agradeceu e colocou à disposição para contribuir. O Presidente colocou a Casa a disposição do Professor Dileno. Dando continuidade o senhor "Quito" após cumprimentar a todos, disse que as audiências veem dando resultado. Comentou sobre a municipalização, onde segundo ele o Estado tira a responsabilidade das suas costas e joga no Município. Questionou os vereadores se iriam "achar bom" seus filhos levantarem às 4 (quatro) horas da manhã para estudar em Lima Duarte. Falou que a "luta" é para não fecha escola. Disse que a zona rural tem 3500 a 3700 habitantes, que segundo ele "só estão lá" de quatro em quatro anos. Disse que tem aluno que sai de casa as 5 horas e só retorna a 1 hora (uma) da tarde, e questionou como "vai render". Em seguida comentou sobre a nucleação, dizendo que aluno da zona rural não acompanha. Afirmou que irá chegar um ponto "que vai ter que sair das metrópole e voltar para a zona rural, porque as cidades não cabem". Comentou sobre o fato dos pais perderam o controle dos filhos. Comentou que ouviu que a Secretaria de Estado da Educação pretende reativar escolas rurais. Citou a professora Poliana pelo bom serviço em São José dos Lopes, e também as senhoras Daniely e Marlene que trabalharam na localidade. Afirmou que não se pode esquecer que a zona rural tem condição de fazer pelo município. Deu continuidade falando dos professores de São José dos Lopes. Citou que a professora Arlete quando Coordenadora, tinha que fazer sorteio do aluno nota 10. Citou exemplo do Prefeito Arzenclever, que estudou na zona rural. Finalizou solicitando a valorização da zona rural. A professora Daniely, após cumprimentar a todos disse que iria colocar algumas questões, deu início falando sobre o problema, segundo ela "problema geral de dificuldade de comunicação". Afirmou que não ouviu sendo amplamente divulgado na escola. Sobre a apresentação no Salão Paroquial, disse que apresentação não é audiência pública, como orienta a cartilha do MEC. Comentou que em um rápido estudo foi questionado dois pontos relevantes a municipalização e a nucleação, mas que a partir destes encontrou outros. Disse que percebeu além da redação outros pontos. Segundo ela, as propostas estão de forma ampla e citou como exemplo: Tempo integral, sem dotação, sem determinar o espaço físico. Comentou que é preciso enriquecer as propostas. Falou que "fizeram sugestões e serão encaminhadas". Sobre a comparação professores do Município e Estado, disse que se sente segura, que é professora estadual e sua filha estuda na rede municipal. Parabenizou os professores. Disse que fica feliz por hoje está tendo audiência pública conforme as diretrizes orientadoras. Afirmou que o Plano tem tudo para dar certo. Falou da sua preocupação com o Plano, dizendo que acompanha e de quinta para sexta mais de 1.000 (mil) planos

Rua Antônio Carlos, nº 51 - Centro - CEP 36.140-000 - Lima Duarte - MG
Telefax: (032) 3281-1165 - *E-mail:* camarald@ldonline.com.br
Página na Internet: http://www.camarald.mg.gov.br

foram votados e foram criticados quanto a sua veracidade. Dando continuidade questionou a questão do diagnóstico. Questionou se a escola Cel. José de Sales foi consultada e sobre o transporte. Questionou se houve tempo para o diagnóstico. Parabenizou o senhor "Quito" por sua postura cidadã. Afirmou que não quer comparação das escolas municipal e estadual, disse que é preciso mais investimento para ter escola de qualidade no município. Dando continuidade a professora Beatriz após cumprimentar a todos disse que se reuniram e estudaram. Agradeceu as senhoras Janete e Isis enquanto executivo. Em seguida comentou sobre as inquietações. Deu início falando que algumas estratégias não ficaram claras. Citou construção de escola de ensino fundamental, e comentou que está propondo fechar outra. Falou que a Secretária Macaé assinou as diretrizes para a Educação do Campo. Falou que convidou o professor Dileno para mostrar que há outras possibilidades. Afirmou que fechar escola tem que ser a última atitude. Deu continuidade dizendo, que se rever a municipalização lá em 1996 várias escolas fecharam. Comentou que a obrigatoriedade na época era de 7 (sete) anos e hoje é de 4 (quatro) anos. Falou que a proposta é de olhar para o campo com olhos especiais e reabrir a educação infantil. Comentou o fato das senhoras Maria de Fátima e Joelma já terem ido embora. Afirmou que o movimento sobre nucleação e municipalização foi só um impulso. Afirmou que só teve acesso ao Plano no dia 12 de junho, e que a mobilização foi um ponto positivo e que o município só tem a ganhar. Deu continuidade informando que foram feitos apontamentos e que não mudou o Plano. Afirmou que não foi falado que não havia monitoramento. Afirmou que o movimento não tem que parar "aqui", mas auxiliar. Solicitou aos próximos governos que democratizem as informações. Disse que seus filhos não estão em escola pública, não por causa dos professores, mas pelas estruturas. Sobre a preocupação com a zona rural, citou o trabalho no Manejo. Disse que não há diferença nos estudos na série multisseriada. Outro ponto observado, é que não há título para a Educação do Campo, segundo ela seria importante. Sobre a escola integral, questionou qual a prioridade. Sobre o transporte escolar disse que é problema de gestão, uma vez que o zoneamento não é respeitado. Comentou sobre a condição de formação do motorista e o fato de colocar crianças de quatro anos, junto com adolescentes de quinze anos. Disse que o Plano vai "para outros governos, por isto tem que está claro". Comentou sobre a Escola Adalgisa oferecer o curso de Magistério e comentou que poderia estar no Plano. Questionou sobre como atender o ECA retirando as crianças da comunidade. Sobre a questão da comparação, afirmou que para a categoria profissional é melhor a rede estadual, e não de serviços prestados. Comentou que está no Plano fazer o Plano de Cargos e Salários e o piso. Comentou também que na LDB o município deve priorizar o ensino fundamental, mas que o caderno do MEC define a educação infantil, sendo o ensino fundamental dividido entre município e estado. Disse que os anos iniciais já foi municipalizado e que os anos finais o custo é maior. Deu continuidade falando sobre concurso público, solicitando que faça as projeções inclusive para a secretaria. A Secretária Janete informou que as funcionárias da secretaria estão de licença sem vencimentos. Dando continuidade a professora Beatriz sugeriu a inclusão dos temas: Educação sexual para o 3° ano e Prevenção do uso e abuso de álcool e drogas para alunos do 6° ano. Solicitou parceria com a UFJF para a educação do campo. Solicitou aumentar as metas para a EJA. Solicitou transporte para os alunos do CESEC. A Secretária Janete disse que a questão do transporte para os alunos do CESEC é

Rua Antônio Carlos, nº 51 - Centro - CEP 36.140-000 - Lima Duarte - MG
Telefax: (032) 3281-1165 - *E-mail:* camarald@ldonline.com.br
Página na Internet: http://www.camarald.mg.gov.br

complicado, uma vez que é o aluno que faz o seu horário. Sobre a nucleação disse que assumiu a secretaria em março. Lembrou de reunião em 2011 com a senhora Elenice, quando disse que a educação infantil em Orvalho tinha dois alunos, e como "mãe" ela iria deixar ficar. Informou que em 2013 conseguiram trazer para a escola Tiago Delgado. Falou que Orvalho- Manejo o percurso é pequeno. Segundo ela há uma satisfação. Disse que quando fala que não dá suporte, citou que tem especialista, professor de Educação Física, regente, R2, que tem feito dentro do possível. Afirmou que precisa do monetário. A professora Beatriz disse que o monetário é importante e que há outras formas de conseguir. A secretária Janete disse que acha difícil às escolas fechadas reabrirem por causa do número de alunos. Falou que sabe das dificuldades em sair às 4 horas. Sobre as preocupações com o transporte pela BR, comentou que os alunos que vem do Monte Verde não vem voando e sim de BR. Afirmou que tem vontade de fazer às coisas, mas o tempo é curto e complicado. Comentou sobre a proximidade de Orvalho e Tiago Delgado. Disse que serão inseridos na faixa etária. Afirmou que não estão fazendo nada sem ser analisado. A Professora Beatriz comentou que "hoje Orvalho é multisseriado" e questionou se houve momento para comparar, para poder embasar. Sobre a questão da BR, disse que tem crianças que "pegam", mas não é a melhor situação para chegar a escola. Disse que nas escolas maiores "eles ficam invisíveis". Afirmou que as crianças da zona rural sofrem por levantar cedo e pela insegurança. Sugeriu que na nucleação olhe de forma diferenciada para a Educação Infantil. Comentou que a municipalização não foi positivo. Falou sobre o capitulo IV inciso V do ECA. Em seguida a senhora Elenice Delgado, ex -vice-prefeita após cumprimentar a todos, agradeceu pela audiência. Disse que o assunto é inesgotável, uma vez que a educação é continua. Disse que o Plano é para dez (10) anos, mas daqui a cinco (05) anos pode mudar. Falou que é aposentada do Estado e que a municipalização magoou e machucou, comentou que professor foi colocado para dar aula de inglês sem saber falar inglês. Afirmou que o município precisa de autonomia, que houve falha e é preciso fazer um minha culpa. Em seguida falou da sua preocupação com os "pequenos" e da responsabilidade do município em "gastar" com a educação infantil. Comentou que a Secretária Macaé está pensando na zona rural, segundo ela já deveria ser pensado. Por isso não pode vender as escolas rurais. Finalizou dizendo que fica triste, pelo prefeito um professor não está presente. Dando continuidade a professora Ana Paula, após cumprimentar a todos, disse que presenciou a municipalização como aluna e que foi difícil crianças terem que andar, levantar as 4 horas (quatro) da manhã. Disse que se preocupa com o transporte, mas se preocupa também com o abandono da comunidade de Orvalho, comentou sobre os índices de violência e desemprego, e a ausência da escola preocupa os moradores. Disse que é preciso pensar políticas públicas. Afirmou que considera a educação de Lima Duarte de excelente qualidade, mas que pode melhor com a união dos três poderes e a comunidade. Citou que precisa de faculdade, novos cursos técnicos. Falou que estudar o Plano não foi de forma a criticar. Afirmou que não ficou sabendo e que cobrou do "Paulinho". Em seguida sugeriu que se acrescente pensar em parcerias. Comentou que a Universidade está oferecendo suporte gratuito, e que tem outros setores para ajudar as escolas. A senhora Isis solicitou que os professores indiquem dois nomes para participarem da reunião da comissão do Plano. O vereador Mário Júnior agradeceu a presença de todos professores. Afirmou que se sente mais tranquilo, disse que preocupou com uma penalização, mas que agora dorme tranquilo,

Rua Antônio Carlos, nº 51 - Centro - CEP 36.140-000 - Lima Duarte - MG
Telefax: (032) 3281-1165 - *E-mail:* camarald@ldonline.com.br
Página na Internet: http://www.camarald.mg.gov.br

porque fez o que deveria ter feito. O vereador Amilton agradeceu e em seguida falou da tranquilidade de não votar e provocar a audiência. Em seguida comentou a preocupação do vereador Davi com o número, mas segundo ele a qualidade superou as dificuldades, citando as pessoas que se manifestaram na audiência. Com relação a fala da senhor Joelma de critica ao prazo, disse que o Plano Nacional foi aprovado em 2014 e a comissão foi montada em abril de 2015. Disse que a senhora Beatriz não fez a leitura na integra, que participou da reunião e que tem algumas anotações. Comentou sobre a preocupação da senhora Isis e das pessoas em não terem sido convidadas, e disse que quem "correu" está sendo criticado. Afirmou que se está enriquecendo o Projeto que será votado em breve. Comentou sobre a fala da Inspetora Zélia, para que o trabalho não fique só no papel. Disse que a Educação Integral do Plano de 2005/2015 está no Plano 2015/2024 e que é preciso cobrar. Sobre a Educação do Campo disse que vem tímida no Plano atual e que pode contemplar algo melhor. Sobre a preocupação com Orvalho disse que não quer que feche, comentou sobre o "trajeto ao contrário (volta para a zona rural)", comentou sobre o aumento da energia elétrica, onde segundo ele o valor da energia na zona rural é menor. Disse que vê como possiblidade, uma perspectiva. Sobre não ter efetivo na Secretaria de Educação, dos funcionários estarem de licença comentou que é porque estava ruim e que pode ser resolvido na revisão do Plano de Cargos Salários e do Estatuto do Servidor Público. Parabenizou a Secretária Janete pela presença. A senhora Isis disse que ligou para Belo Horizonte e não fala de prazo, sendo que os vereadores irão entrar em recesso, e questionou como proceder. O Presidente informou pode convocar reunião extraordinária para votar o Plano. O vereador Davi disse que tem que ser feito as adequações para depois votar o Plano. O vereador Amilton falou da reunião com a Assessora Jurídica e se puder ser por emenda é só marcar para votar o Plano. O vereador Davi desculpou-se pela ausência na comissão do Plano. Disse que não foi liberado, disse ainda que poderia ter acompanhado mais de perto, mas ainda está fazendo a sua parte. Afirmou que a audiência é válida, porque tudo fica as claras. Afirmou que Lima Duarte é rica em profissionais. Comentou sobre a venda dos terrenos, dizendo que "acha" que escola não pode fechar e sim abrir. A Secretária Janete a respeito do fechamento da Escola Cel. Jose de Sales, comentou que foi fechada a Escola de Perobas com mais alunos, onde havia sido reformada, tinha horta. Disse que ficou indignada, mas quando o Nominato e Perobas fecharam não houve polemica. Afirmou que assumiu pensando no melhor para o município. Disse que muitos professores e funcionários vêm como prioridade não o aluno, mais "ele". O vereador Ronaldo parabenizou a fala dos professores. Disse que teve criticas, mas foi bom. Afirmou que os Projetos de grande importância têm que ter audiência. Disse que participou de reunião no salão, e que foi a única o qual foi convidado. Comentou sobre a inauguração do Posto da Polícia, onde ele e o vereador Alex foram sem serem convidados, por que não "ele" não ficou sabendo. Parabenizou pela passeada sobre a dengue no Bairro Poço da Pedra. Falou que tem que parar e perguntar, procurar saber. Afirmou que o eleitor tem o direito de cobrar as informações. Parabenizou o senhor "Quito" e Vicente. Disse que sempre defendeu a audiência pública, porque "às vezes não gosta de se inscrever" e na audiência todos podem falar. Afirmou que a presença dos professores "mudou muita coisa". O vereador Silvio após cumprimentar a todos, parabenizou as professoras Beatriz e Daniely, A inspetora Zélia, o senhor "Quito" e a presença do Secretário Diomar. Afirmou que a democracia é importante. Disse que a

Rua Antônio Carlos, nº 51 - Centro - CEP 36.140-000 - Lima Duarte - MG
Telefax: (032) 3281-1165 - E-mail: camarald@ldonline.com.br
Página na Internet: http://www.camarald.mg.gov.br

reunião foi proveitosa. Parabenizou as senhoras Janete e Isis por representarem o executivo bem. O vereador Geraldo após cumprimentar a todos, disse que professor aprende com aluno e que "aprendemos muito com a democracia". Afirmou que valeu a pena. O Secretário Diomar comentou sobre a inauguração da sede da polícia, dizendo que todo cerimonial e convite foi de responsabilidade da polícia militar. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se reunião, lavrou-se esta ata que, se conforme, assinada pelos edis presentes. Lima Duarte, 29 de junho de 2015.

Rua Antônio Carlos, nº 51 - Centro - CEP 36.140-000 - Lima Duarte - MG
Telefax: (032) 3281-1165 - *E-mail:* camarald@ldonline.com.br
Página na Internet: http://www.camarald.mg.gov.br